



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1574

Quinta-feira - 18 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Alto Bela Vista.....	2
Antônio Carlos	3
Biguaçu	4
Bom Jesus do Oeste	5
Bom Retiro	6
Braço do Trombudo	6
Brunópolis	8
Brusque.....	9
Caçador.....	11
Camboriú.....	12
Campo Alegre	13
Campos Novos	70
Canoinhas.....	143
Capinzal	147
Caxambu do Sul.....	152
Chapadão do Lageado	154
Concórdia	155
Cordilheira Alta	157
Coronel Freitas.....	159
Coronel Martins.....	160
Correia Pinto.....	186
Corupá	186
Curitibanos	187
Dionísio Cerqueira	245
Doutor Pedrinho.....	245
Forquilha.....	246
Fraiburgo.....	249
Frei Rogério	252
Garopaba.....	255
Garuva	258
Gaspar	258
Guaramirim.....	295
Herval d'Oeste	296
Ibiam	306
Ilhota	321
Imarui	322
Imbituba	327
Ipumirim	329
Irineópolis	329
Itapiranga.....	333
Itapoá	339
Joaçaba.....	342
Lages	374
Lauro Muller	374

Luzerna	379
Mafra	427
Maravilha.....	427
Massaranduba.....	428
Meleiro	429
Monte Carlo	439
Morro da Fumaça	440
Navegantes.....	441
Novo Horizonte	446
Orleans	447
Ouro	449
Palhoça	449
Palmitos	454
Papanduva.....	455
Paulo Lopes	456
Penha.....	457
Peritiba.....	460
Pinheiro Preto	461
Pomerode	461
Ponte Serrada	462
Porto União.....	467
Pouso Redondo	468
Prefeito Municipal Lindóia do Sul	378
Rio do Sul.....	483
Salto Veloso	494
Santa Rosa do Sul	498
Santa Terezinha do Progresso	499
São Bento do Sul.....	499
São Domingos.....	500
São João do Sul	502
São José.....	502
São José do Cedro.....	505
São Lourenço do Oeste.....	505
Schroeder	507
Serra Alta	511
Timbé do Sul	511
Timbó	512
Treze Tílias	524
Tunápolis.....	524
Turvo	530
Vargeão.....	532
Videira.....	532
Vitor Meireles.....	539
Xavantina	539

Associações

AMAI	540
AMMVI	540
AMREC	541

Consórcios

AGIR	541
ARIS	542
Consórcio Catarina	544

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 251/2014

PORTARIA Nº 251/2014 15 de setembro de 2014
"AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO DE PROFESSOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Leis complementares nº. 015/99; 011/98; 010/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Ampliar carga horária por tempo determinado de 20 horas para 40 horas, da servidora VANESSA CRISTINA PARENTI, inscrita sob CPF 086.658.929-58, no cargo de Professor de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental pelo período de 15/09/2014 até 14/10/2014 para substituição da servidora GIOVANA ROSA SARI MACAGNAN, inscrita no CPF 636.186.569-04, que encontra-se em auxílio doença.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de setembro de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Decreto Nº 1901 de 16 de Setembro de 2014

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA

Art. 1º. Para a Comissão Permanente de Licitações e também nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006, para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, ficam designados:

I - Cassiano Martinazzo, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Recursos Humanos, que será o presidente;

II - José Luiz Rettore, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente administrativo, que será o vice-presidente;

III - Josi Vitoria Lermen Finger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que será a secretária;

IV - Günther Pöttker, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Cultura e Desenvolvimento Econômico, que será membro;

V - Elsi Inês Krüger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Limpeza e Copa, que será membro;

VI - Maico Roberto Luckmann Rodrigues da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, que será membro;

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto n.º 1884 de 14 de julho de 2014, e as disposições em contrário.

Alto Bela Vista (SC), em 16 de setembro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Klein da Silva

Responsável pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N 413/2014

PORTARIA Nº 413/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a CARLICE BENICE SCHMITZ, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, referente ao período aquisitivo de 13/07/2009 a 12/07/2010.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de setembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de setembro de 2014.

Portaria N 414/2014

PORTARIA Nº 414/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a MARESTER BAUMGARTEN PAULI, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR CONTÁBIL FINANCEIRO II, referente ao período aquisitivo de 02/07/2011 a 01/07/2011.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de setembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de setembro de 2014.

Portaria N 415/2014

PORTARIA Nº 415/2014.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, MARISETE PRIM CONRADI, do cargo temporário de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 19 de setembro de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de setembro de 2014.

Portaria N 416/2014

PORTARIA Nº 416/2014.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, ALINE ALVES, do cargo temporário de ENFERMEIRO, a partir de 18 de setembro de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de setembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de setembro de 2014.

Portaria N 417/2014

PORTARIA Nº 417/2014.

Designa os membros da Comissão Eleitoral para escolha dos componentes dos Conselhos dos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPREANCARLOS.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Designar os servidores, AURINEIDE BESEN, como Presidente, ANA CARLA PRIM, ROSANGELA LINO e FLAVIA DANUBIA JUNKES PERY, como membros, para comporem a Comissão responsável pela condução do processo eleitoral de escolha dos membros efetivos dos Conselhos Administrativo e Fiscal do INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ANTONIO CARLOS - IPREANCARLOS.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de setembro de 2014.

Biguaçu

PREFEITURA

Republicação PP 186/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REPUBLICAÇÃO DO PP 186/2014 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 186/2014 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE OLÉOS LUBRIFICANTES, FILTROS E DEMAIS MATERIAS, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 01/10/2014, até 15:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 01/10/2014, às 16:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 18 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 33/2014 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 19/09/2014, às 13h59min do dia 01/10/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 01/10/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no

endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 19/09/2014.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 17 de setembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Contrato Adm Nº 70/2014

CONTRATO DE RATEIO/ADESÃO Nº 70/2014

De um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 11.117.243/0001-20, com sede na Av. São Paulo, 1615 - Andar 1, Centro, Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. DANILO DAGA, doravante denominado CONSÓRCIO e de outro lado o Município de BOM JESUS DO OESTE - SC inscrito no CNPJ Nº 01.594.009/0001-30, com sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, Centro, representado nesse ato pelo Prefeito Municipal Sr. AIRTON ANTONIO REINEHR, doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem firmar o presente Contrato de Rateio-Adesão após autorização Legislativa expressa na Lei Municipal Nº 934/2014 de 08/07/2014 e base legal as Leis Federais Nº 8.666/93 e Nº 11.107/2005 e ao Decreto Nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de Consórcios Públicos, conforme cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Objeto desse Contrato de Rateio é a admissão do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO nos termos no Protocolo de Intenções e Estatuto e Lei Municipal Nº 934/2014 de 08/07/2014, visando a participação nos serviços de pavimentação asfáltica e demais serviços prestados pelo CONSÓRCIO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES

A título de adesão o MUNICÍPIO pagará ao CONSÓRCIO a importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a serem empenhados na modalidade de aplicação 4.4.71.00.00.00, no Exercício Financeiro de 2014 a serem depositados na Conta Nº 79-1, Agência 2894 da Caixa Econômica Federal de Pinhalzinho - SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O valor repassado pelo MUNICÍPIO a título de aquisição e aplicação de massa asfáltica em vias públicas e outros, será convertido pelo custo da tonelada de massa asfáltica, ficando a retirada da respectiva massa asfáltica por conta do Município Consorciado na sede do CONSORCIO em Pinhalzinho.

Os custos de produção, manutenção e operacionalização da Usina e a sua respectiva aplicação no Município Consorciado, farão parte do custo da Tonelada de massa asfáltica.

CLÁUSULA QUARTA - DO RATEIO

Nos períodos que a Usina Asfáltica estiver inativa se houver necessidade de recursos financeiros poderão ser cobrados do MUNICÍPIO a importância mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cobertura das despesas de manutenção na modalidade de aplicação 3.3.71.00.00.00.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Consórcio CIDIR manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O Consórcio encaminhará até o dia 15 (quinze), do mês subsequente, aos Municípios Consorciados e ao Tribunal de Contas, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente, e publicará em sítio da internet o resumo das despesas conforme preceitua a lei de responsabilidade fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO

O MUNICÍPIO terá direito a utilizar os serviços prestados pelo CONSORCIO, bastando apenas solicitar o serviço, sendo que será

emitida nota fiscal pelo CONSORCIO dos respectivos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato de rateio terá vigência a contar de 11 de setembro a 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Pinhalzinho - SC, 11 de Setembro de 2014.

DANILO DAGA

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito de Águas Frias

Prefeito de Bom Jesus do Oeste

Testemunhas:

FABIANO DA LUZ

Prefeito de Pinhalzinho

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador CRC/SC 16.887/O-4

Bom Retiro**PREFEITURA****Resultado Habilitação TP 03/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/FMAS
RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2014/
FMAS

A Comissão de Julgamento de Processo Licitatório torna público no julgamento da documentação (envelope nº 1) relativa à Habilitação da Tomada de Preço 03/2014 do Fundo Municipal de Assistência Social, cujo objeto é contratação de empresa incluindo materiais e mão de obra para Construção da Capela Mortuária Municipal, decidiu:

a) HABILITAR A EMPRESA: Caprixo Construtora Ltda. ME-EPP - CNPJ: 09.056.644/0001-76.

Fica designado o dia 25/09/2014 às 10h00min para o comparecimento da empresa habilitada na primeira fase do certame, para a segunda fase do mesmo, abertura da Proposta de Preço (envelope nº2).

Bom Retiro, 18 de setembro de 2014.

Comissão de Julgamento de Processo Licitatório

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Portaria 0146/2014**

PORTARIA 0146/2014

Disponibiliza veículos para Comissão Organizadora da Festa Integração.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base no Artigo 52, V da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a realização da Segunda Festa da Integração, evento de grande porte;

Considerando a necessária adoção de medidas de segurança;

Considerando o interesse público no que tange a tranquilidade, segurança, integridade e saúde de todos que desta participarem;

Considerando que é de responsabilidade pública a disponibilização de estrutura mínima para este evento;

RESOLVE:

Art.1º Ficam disponibilizados veículos tipo Pick-up Strada Placa MIV 0985, Caminhão Pipa placa MCU 7690 e Veículo Kangoo Placa MGM 2259, no recinto da festa nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014, nos horários de atividades programadas, sito à rua Tiradentes, junto a Sociedade Esportiva Recreativa Tiradentes.

Parágrafo Único: Os veículos acima citados, ficarão a disposição da Comissão Central Organizadora da festa para transporte de pequenas cargas, abastecimento de água e segurança e outras eventualidades que possam ocorrer no local.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 16 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Decreto 0102/2014

DECRETO Nº 0102/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme segue:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.016 - Convênio Corpo de Bombeiros

(34) - 3.3.90.00.00.00.00 0.0.0361.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00

Art. 2º Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), como segue:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.016 - Convênio Corpo de Bombeiros
(35) - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.0361.000000 - Aplicações Diretas
R\$ 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 17 de setembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 0103/2014

DECRETO Nº 0103/2014.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2.016 - Convênios Corpo de Bombeiros
(35) - 4.4.90.00.00.00.00.00.1.0361 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação de 2014 do recurso 1.0361 - Convênio Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 17 de setembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 0104/2014

DECRETO Nº 0104/2014.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.016 - Convênios Corpo de Bombeiros
(288) - 4.4.90.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

TOTAL R\$ 18.000,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação de 2014 do recurso 1.0000 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 17 de setembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0147/2014

PORTARIA Nº 0147/2014

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor Cincler Gross ocupante do cargo de Farmacêutico do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 020/2012 de 23.01.2012, a partir de 15.09.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.200, com efeitos retroativos a 15.09.2014.

Braço do Trombudo, em 16 de setembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0148/2014

PORTARIA Nº 0148/2014

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Isolene Grahl ocupante do cargo de Professor (ACT) do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 015/2014 de 10.02.2014, a partir de 15.09.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.200, com efeitos retroativos a 15.09.2014.

Braço do Trombudo, em 16 de setembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0149/2014

PORTARIA 0149/2013

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Isolene Grahl para exercer o cargo de Professor, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16.09.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 16 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Brunópolis**PREFEITURA****Edital Audiência Publica LRF**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA L.R.F.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições e na forma da legislação vigente, e de acordo com o disposto no artigo 9º § 4º e 48 da LC nº 101/00 - LRF, CONVOCA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, para participar da Audiência Pública para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do ano de 2014, a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, situada a AV. Palmares, centro - Brunópolis, com início a partir das 15hs do dia 30 de setembro do ano de 2014, com a seguinte ordem do dia:

I - Avaliação e Demonstração do cumprimento de Metas Fiscais do 2º Quadrimestre do Exercício de 2014;

II - Demonstração da Execução Orçamentária do 2º Quadrimestre de 2014.

Brunópolis, em 12 de setembro 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 80

DECRETO MUNICIPAL Nº 080, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.
NOMEIA COMITE MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA "BOLSA FAMILIA".

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei,

DECRETA:

Art. 1º- Fica NOMEADO Comitê Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família, composto pelos seguintes membros titulares e suplentes:

I - Entidades Governamentais:

- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Titular: Dayse Juliana Conte Tormen

Suplente: Maria Aparecida Longhi

- Secretaria Municipal da Saúde.

Titular: Vanessa Silveira

Suplente: Luciane Fleming

- Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Titular: Neres Salete Becker Da Silva Costa

Suplente: José Antonio Ribeiro Maciel

- Conselho Tutelar.

Titular: Kátia Weber

Suplente: Vilma Apa Dos Santos Lisboa

II - Entidades Não -Governamentais:

- APP Escola Estadual Augusto Stefanos.

Titular: Valdir de Deus

Suplente: Elizandra Poleza

- APP Escola Estadual Nadir Becker.
Titular: Maria Bernadete Rossdeutcher
Suplente: Sonia Talamini
- APP Escola Padre Bruno Paris.
Titular: Dorvalina Dias de Souza
Suplente: Felicidade Pelentir

- Representante dos Usuários do Programa Bolsa Família.
Titular: Lorian Romiolo Pereira
Suplente: Maria Terezinha da Silva

- Representante da Igreja Católica.
Titular: Tânia Conceição Bortolini
Suplente: Hilda Tormen

- Representante da Igreja Quadrangular.
Titular: Paulo Ribeiro
Suplente: Nilva Lisboa

Art. 2º - O mandato dos Membros do Comitê Municipal, considerado serviço público relevante não remunerado, será de 02 (dois) anos, permitida recondução por mais um período igual.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, em 16 de setembro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES RIBEIRO
Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrado e Publicado no DOM.

Brusque

PREFEITURA

Extrato Processo Licitatório 040/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 040/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 040/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para aq. material construção. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 01 de outubro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Extrato Processo Licitatório 041/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 041/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 041/2014, na modalidade de Pregão Presencial, sistema de registro de preços, para aq. e instalação de ar condicionado. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 02 de outubro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Extrato Processo Licitatório Nº 083/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 083/2014

CONCORRÊNCIA nº 006/2014

OBJETO: PERMISSAO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇOS DE PARQUE DE DIVERSAO, DURANTE A FESTA NACIONAL DO MARRECO.

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Após análise das propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou maior oferta a Empresa POINT PARK DIVERSOES EVENTOS com valor global de R\$ 65.800,00 (sessenta e cinco mil e oitocentos reais), que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

17/09/2014
RAFAEL LUIZ PINTO
Presidente da Comissão de Licitação

Portaria Nº 2.025/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2.025/2014

Anula Portaria 4.083/03, que concede Aposentadoria ao servidor Maoir Grignani

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.916/14, e considerando o Ofício TCE/SC 15.026/2014 expedido no processo SPE 06/00368696, bem como o processo IBPREV 42/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Anular a portaria 4.083/03, que concede aposentadoria ao servidor MAOIR GRIGNANI, CPF 377.598.339-20 .

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de setembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

Portaria Nº 2.026/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2.026/2014

Concede benefício de Aposentadoria Compulsória a Maoir Grignani

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.916/14, e considerando o Ofício TCE/SC 15.026/2014 expedido no processo SPE 06/00368696, bem como o processo IBPREV 42/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder benefício de Aposentadoria Compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a MAOIR GRIGNANI, CPF 377.598.339-20.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de Setembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

**Resolução Nº 7, de 17 de Setembro de 2014
Legislativo**

Resolução Nº 7, de 17 de setembro de 2014.

Autoriza a participação de Vereadores e Servidores na 17ª Conferência Estadual dos Advogados de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam autorizados os Vereadores Jean Daniel dos Santos Pirola, Roberto Pedro Prudêncio Neto, Guilherme Marchewsky, Alessandro Simas e os Servidores Rogério Gamba, Carlos Henrique Wehmuth e Jefferson Silveira, a participarem da 17ª Conferência Estadual dos Advogados de Santa Catarina, a ser realizada nos

dias 21 a 23 de setembro de 2014, no Município de Brusque/SC.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações próprias do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigência a partir de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de Setembro de 2014.

Guilherme Marchewsky

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

Aviso Subcomissão CC 03-2014 - Prefeitura

CONCORRÊNCIA Nº 03/2014

AVISO DE SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

Os integrantes poderão ser impugnados no prazo e termos do item 12.4 do Edital de Concorrência nº 03/2014.

Maiores informações poderão ser obtidas por telefone (49) 3666-2400, pelo site www.cacador.sc.gov.br, no endereço acima mencionado ou por e-mail licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador - SC., 09 de setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito de Caçador

IPASC

Portaria N.º 746, de 11 de Setembro de 2014.

PORTARIA n.º 746, de 11 de setembro de 2014.

Encerra benefício de aposentadoria de JANDIR LUIZ FERREIRA.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

RESOLVE:

Art. 1º. Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria de JANDIR LUIZ FERREIRA, Matrícula 3204, por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 11/09/2014, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 11 de setembro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

2º Termo Aditivo - 2014 - Convênio Nº 02/2013 - Processo de Licitação 06/2013/2014 - Inexigibilidade Nº 02/2013

2º Termo Aditivo - 2014 - Convênio nº 02/2013 - Processo de Licitação 06/2013/2014 - Inexigibilidade nº 02/2013

Objeto: Prorrogação do prazo do Convênio nº 02/2013, para concessão de auxílio financeiro para acadêmicos do quadro de Servidores do IPASC (Aluna IVETE PEREIRA DE AGOSTINHO). Conveniada: EIDTORA E DISTRIBUIDORA ECUDACIONAL S/A, CNPJ nº 36.733.648/0001-40, mantenedora da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ LTDA. VALOR: R\$ 140,50 mensais, referente a 50% do valor da mensalidade. PRAZO: Até 31/12/2014. Caçador, 01/07/2014. Alcedir Ferlin, Diretor Presidente do IPASC. Paulo Ricardo T. Diniz, Diretoria de Gestão de Pólos e EDUARDO LUIZ BERMEJO, EDE-UNOPAR.

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 257-14 - Aprova As Contas Prefeito 2012

DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Aprova as Contas do Prefeito Municipal de Caçador, referentes ao Exercício de 2012.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 16 de setembro de 2014, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Prefeito Municipal de Caçador, Processo nº PCP 13/00387170, referentes ao Exercício de 2012.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
Presidente.

Flavio Henrique dos Santos,
1º Secretário.

Cleony Lopes BarbozaFigur,
2ª Secretária.

Camboriú

PREFEITURA

PR 32/14 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2014-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONserto (LATOARIA, POLIMENTO E PEÇAS) DOS VEÍCULOS: SPRINTER MIF 3586, KOMBI MIX 9524, UNO MLP 2581, GOL MFP 7687, SPACE FOX MGO 1629, CORSA MJE 2593, CORSA MJE 2673, CORSA MJC 0174, CORSA MJC 0144 PERTECENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 30 (Trinta) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9554 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 17 de Setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

II 02/14 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 002/2014 - FUNDESB

Data: 17/09/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA DESTINADO A RECUPERAÇÃO EM MINI CARREGADEIRA MODELO L170 NEW HOLLAND, NA MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE CONFORME ARTIGO 25, INCISO I, POR SE TRATAR DE REPRESENTANTE EXCLUSIVO, CONFORME ATESTADO EM ANEXO.
Valor total: R\$ 22.481,23 (Vinte e Dois Mil Quatrocentos e Oitenta e Um Reais e Vinte e Três Centavos).
Secretaria: Secretaria Municipal de Saneamento Básico.
Contratada: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 17 de Setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Anulação PR 79/14 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 079/2014-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº.

126/2014 cujo objeto é: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ATIVAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO DE SISTEMA DE SEGURANÇA POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO E SISTEMA DE ALARME NAS UNIDADES DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES". Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 17 de Setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Anulação PR 80/14 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/2014-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 127/2014 cujo objeto é: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ATIVAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO DE SISTEMA DE SEGURANÇA POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO E SISTEMA DE ALARME NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES". Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 17 de Setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Pregão 91/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 91/2014

A licitação tem como objeto a aquisição de restaurador de pista usinado a quente para conserto e reparação do asfalto em locais abertos para conserto de rede de água, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	400	Sacos	Restaurador de pista usinado à quente, preparada com agregados pétreos CAP 50/70 para aplicação a frio, saco com 25kg	20,00	8.000,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 30/09/2014, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia 30/09/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação poderá ser à conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 - Saneamento; Subfunção: 512 - Saneamento Básico urbano; Programa: 77 - Águas de Campo Alegre; Projeto: 2.124 - Manutenção e Coordenação das Ativ. Da Secretaria de Saneamento Ambiental; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 1.0002 - Recursos Ordinários (código reduzido: 339).

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 91/2014".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 17 de setembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Ata Tomada de Preços 89/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 89/2014)

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014), responsáveis pelo Processo Licitatório nº 89/2014, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Arte Especial, consistindo em 01 PONTILHÃO/GALÉRIA, pré-fabricada, com 5 metros de extensão. Os recursos utilizados para o pagamento do objeto desta licitação, são ordinários, ou seja, próprios do orçamento municipal. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: ABRIX CONSTRUTORA LTDA - CNPJ 07.973.179/0001-02 e MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ 14.734.546/0001-80. A empresa ABRIX CONSTRUTORA LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Jairo de Abreu Filho e a empresa MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Alberto Junior Minetto. Procedeu-se à abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas licitantes. A empresa ABRIX CONSTRUTORA LTDA apresentou Certidão Simplificada de Micro Empresa e a empresa MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou a Certidão Simplificada para comprovação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. Na análise dos documentos da empresa MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA verificou-se que a mesma não apresentou a Certidão Negativa do INSS válida, sendo considerada pela comissão HINABILITADA. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. A proposta DA empresa ABRIX CONSTRUTORA LTDA foi analisada e rubricada pelos membros da Comissão e representantes das licitantes, sendo julgada vencedora pela Comissão de Licitações a empresa ABRIX CONSTRUTORA LTDA com o valor global de R\$ 170.528.31. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Maria Cristina Marciniak Munhoz Presidente da Comissão de Licitação	Irineu Woitskovski Junior Secretário
Lilian Terezinha Bartsch Membro	Jairo de Abreu Filho ABRIX CONSTRUTORA LTDA
Alberto Junior Minetto MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA	

Lei Nº 2.188 de 22 de Outubro de 1996

LEI Nº 1.988

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de novembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.187 de 22 de Outubro de 1996

LEI Nº 2.187

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 22 de outubro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de outubro de 1996

ALDONIR JORGE MUNHOZ
Secretário de Administração.

Lei Nº 2.186 de 08 de Outubro de 1996

LEI Nº 2.186

AUTORIZA CONCEDER AUXÍLIO A SOLDADO DA POLICIA MILITAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.185 de 08 de Outubro de 1996

LEI Nº 2.185 DE 08 DE OUTUBRO DE 1996

DA DENOMINAÇÃO DE RUAS

Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas

por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam aprovadas as denominações das ruas abaixo, localizadas no Distrito de Bateias de Baixo, no município de Campo Alegre/SC.

Rua 32: Rafael Guidini

Rua 33: Alberto Kroll

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 08 de outubro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta secretaria, aos oito dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e seis.

Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 2.184 de 08 de Outubro de 1996

LEI Nº 2.184

AUTORIZA CONCEDER AUXÍLIO A SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1996

ALDONIR JORGE MUNHOZ
Secretário de Administração.

Lei Nº 2.183 de 25 de Setembro de 1996

LEI Nº 2.183

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1996

ALDONIR JORGE MUNHOZ
Secretário de Administração.

Lei Nº 2.182 de 17 de Setembro de 1996

LEI Nº 2.182 DE 17 DE SETEMBRO DE 1996

DA DENOMINAÇÃO DE RUA

Francisco Vilmar Munhoz, Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar a atual Estrada Geral Corredeiras para Rua Bernardo Oleskovicz.

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 17 de setembro de 1996.

FRANCISCO VILMAR MUNHOZ
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta secretaria, aos dezesseis dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e seis.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.181 de 17 de Setembro de 1996

LEI Nº 2. 181 DE 17 DE SETEMBRO DE 1996.

CRIA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FRAGOSOS E DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA

Francisco Vilmar Munhoz, Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar a Associação Comunitária de Fragosos, sem fins lucrativos que tem por finalidade congregar os moradores, orientando e organizando movimentos comunitários da população do bairro.

Art.2º) Fica também, autorizado a declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Fragosos.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 17 de setembro de 1996.

FRANCISCO VILMAR MUNHOZ
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta secretaria, aos dezesseis dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e seis.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.180 de 17 de Setembro de 1996

LEI Nº 2.180 DE 17 DE SETEMBRO DE 1996

REVOGA PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE PONTO DE TÁXI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Francisco Vilmar Munhoz, Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Revogada a Permissão para Exploração de Ponto de Táxi em favor da Srª Emília Schindler, localizado à Rua João Schindler, 208, autorizada pela Lei Municipal nº 2.170 de 01 de julho de 1996.

Art.2º) Fica concedido ao Sr. Roney Romeu Schindler, residente na localidade de Bateias de Baixo, neste Município, o Ponto de Táxi localizado na Rua João Schindler, 208, descrito no artigo anterior.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 17 de setembro de 1996.

FRANCISCO VILMAR MUNHOZ
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta secretaria, aos dezesseis dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e seis.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.179 de 17 de Setembro de 1996

LEI Nº 2.179

DISPÕE SOBRE AUXÍLIO PARA O IBGE, VISANDO O CENSO AGROPECUÁRIO E POPULACIONAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de setembro de 1996.

FRANCISCO VILMAR MUNHOZ
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de setembro de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.178 de 11 de Setembro de 1996

LEI Nº 2.178 DE 11 DE SETEMBRO DE 1996

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.149.

Francisco Vilmar Munhoz, Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) O Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.149, de 20 de março de 1996, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º) O CMAS terá a seguinte composição:
I - do Governo Municipal:

- a) dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
- d) um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- e) um representante da Secretaria Municipal de Finanças;

II - dos usuários:

- a) um representante de associações de moradores;
- b) um representante da FECAMPO;
- c) um representante da APAE;
- d) um representante de associações de idosos;
- e) um representante de APPs de Escolas do Município;
- f) um representante de clubes de serviços;"

Art.2º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 11 de setembro de 1996.

FRANCISCO VILMAR MUNHOZ
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos de onze dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e seis.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.177 de 11 de Setembro de 1996

LEI Nº 2.177

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A ECT, VISANDO A INICIAÇÃO AO TRABALHO POR ADOLESCENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de setembro de 1996.

FRANCISCO VILMAR MUNHOZ
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.176 de 11 de Setembro de 1996

LEI Nº 2.176

HOMOLOGA CONTRATO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E A SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBVRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 1996.

FRANCISCO VILMAR MUNHOZ
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.175 de 11 de Setembro de 1996

LEI Nº 2175

CONCEDE AUXÍLIO POR CUSTEIO DE COMBUSTÍVEL EM FAVOR DE POLICIAL MILITAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de setembro de 1996.

FRANCISCO VILMAR MUNHOZ
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Ata Pregão Eletrônico 83/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 83/2014)

Às 14:00 do dia 17/09/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de diversos equipamentos (fogão a gás, amassadeira, freezer, refrigerador, lavadora) para as escolas, CMEI Centros de Educação Infantil e para a Secretaria de Educação do município.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeiro e Equipe de Apoio

Lei Nº 2.174 de 20 de Agosto de 1996

LEI Nº 2.174

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de Agosto de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de agosto de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete.

Lei Nº 2.173 de 09 de Julho de 1996

LEI Nº 2.173

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 09 de julho de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de julho de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete.

Lei Nº 2.172 de 02 de Julho de 1996

LEI Nº 2.172

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARCELAR DÍVIDA JUNTO AO IPESC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de julho de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete.

Lei Nº 2.171 de 02 de Julho de 1996

LEI Nº 2.171

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de julho de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete.

Lei Nº 2.170 de 01 de Julho de 1996

LEI Nº 2.170 DE 01 DE JULHO DE 1996

CONCEDE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE PONTO DE TÁXI

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica concedido à Srª. Emília Schindler, residente na localidade de Bateias de Baixo, neste município, o Ponto de Táxi localizado na Rua João Schindler, 208.

Art. 2º) O ponto de táxi em questão era explorado pelo Sr. Alcides Medeiros Correia, recentemente falecido, conforme Lei Municipal nº 1.979/94, de 07 de outubro de 1994.

Art. 3º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal nº 1.979/94, de 07 de outubro de 1994, e demais combinações em anexo.

Campo Alegre "SC" em 01 de julho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria em primeiro de julho de um mil novecentos e noventa e seis.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.169 de 26 de Junho de 1996

LEI Nº 2.169

SUBSTITUI POLICIAIS MILITARES PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de junho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.168 de 26 de Junho de 1996

LEI Nº 2.168

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PRESTAR AUXÍLIO PARA AQUISIÇÃO DE APARELHO AUDITIVO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de junho de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho de 1996

ALDONIR JORGE MUNHOZ.

Chefe de Gabinete Interino.

Lei Nº 2.167 de 26 de Junho de 1996

LEI Nº 2.167

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SCHEIDE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de junho de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho de 1996

ALDONIR JORGE MUNHOZ.
Chefe de Gabinete Interino.**Lei Nº 2.166 de 26 de Junho de 1996**

LEI Nº 2.166

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RESSARCIR DESPESAS COM VEÍCULO DA APAE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de junho de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho de 1996

ALDONIR JORGE MUNHOZ.
Chefe de Gabinete Interino.**Lei Nº 2.165 de 26 de Junho de 1996**

LEI Nº 2.165

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A EPAGRI.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de junho de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho de 1996

ALDONIR JORGE MUNHOZ.
Chefe de Gabinete Interino.**Lei Nº 2.164 de 26 de Junho de 1996**

LEI Nº 2.164

AUTORIZA CONCESSÃO PARA TRANSPORTE ATRAVÉS DE CARRO DE ALUGUEL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de junho de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.163 de 11 de Junho de 1996**

LEI Nº 2.163

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO CORRENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de junho de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de junho de 1996

ALDONIR JORGE MUNHOZ.
Chefe de Gabinete Interino.**Lei Nº 2.162 de 11 de Junho de 1996**

LEI Nº 2.162

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de junho de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de junho de 1996

ALDONIR JORGE MUNHOZ.
Chefe de Gabinete Interino.**Lei Nº 2.161 de 29 de Maio de 1996**

LEI Nº 2.161

DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO CORRENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de maio de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de maio de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete.

Lei Nº 2.160 de 23 de Maio de 1996

LEI Nº 2.160

AUTORIZA REALIZAR DESPESA COM SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS EM CAMPO ALEGRE/SC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de maio de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de maio de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete.

Lei Nº 2.159 de 14 de Maio de 1996

LEI Nº 2.159

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de maio de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de maio de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete.

Lei Nº 2.158 de 30 de Abril de 1996

LEI Nº 2.158

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 30 de Abril de 1996.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de abril de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete.

Lei Nº 2.157 de 30 de Abril de 1996

LEI Nº 2.157 DE 30 DE ABRIL DE 1996

CEDE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA MUNICIPALIDADE.
EM COMODATO À CASA BETÂNIA MARIA DOS APÓSTOLOS

Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em comodato imóvel de propriedade da Municipalidade, com área de 123 m², localizado a Rua Dona Francisca, Bairro Vila Scheide, em favor da Casa Betânia Maria dos Apóstolos, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Art. 2º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 30 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta Secretaria, aos trinta dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e seis.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.156 de 30 de Abril de 1996

LEI Nº 2.156 DE 30 DE ABRIL DE 1996

ALTERA LOCALIZAÇÃO DE PONTO DE TÁXI

Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) O Ponto de Táxi concedido ao Sr. Cezar David Weber, através da Lei Municipal 2.115/95, de 19 de outubro de 1995, para a se localizar junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de Campo Alegre.

Art. 2º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 30 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria, aos trinta dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e seis.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.155 de 30 de Abril de 1996

LEI Nº 2.155 DE 30 DE ABRIL DE 1996

AUTORIZA CONCESSÃO DE PONTO DE TÁXI

Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um Ponto de Táxi, no Centro, neste Município, próximo ao Hotel e Restaurante Egon Larsen Ltda., em favor do Sr. José Eurico Kerscher.

Art. 2º) A concessão estabelecida no Artigo anterior dar-se-á res- trita em observância ao disposto na Lei Municipal nº 1.675/93. de 03 de fevereiro de 1993.

Art. 3º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 30 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos trinta dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e seis.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.154 de 09 de Abril de 1996

LEI Nº 2.154

AUTORIZA REALIZAR DESPESAS COM AMPLIAÇÃO DA DELEGA- CIA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 09 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de abril de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.153 de 02 de Abril de 1996

LEI Nº 2.153

DISPÕE SOBRE AUMENTO DE VAGAS PARA PROFESSOR II.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de abril de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.152 de 20 de Março de 1996

LEI Nº 2.152 DE 20 DE MARÇO DE 1996

ALTERA REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.000 DE 13/12/94 - PLANO DIRETOR.

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Es- tado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu san- ciono a seguinte Lei:

Art. 1º) O Artigo 16 da Lei Municipal nº 2.000/94, de 13 de de- zembro de 1994, passa a ter acrescido o § 3º (parágrafo terceiro), com a seguinte redação:

"Art. 16 (...)

§3º Na Zona de Proteção de Rodovia (ZR), será permitido, em caso de edificação destinada a comércio varejista e/ou residências familiares, admitir-se-ão os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito Máximo: 03 (três) pavimentos, sendo permitido so- mente 02 (dois) pavimentos do nível da Rodovia para cima (um pavimento abaixo do nível da Rodovia);
- b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento);
- c) Coeficiente de aproveitamento do Lote: 1.0 (hum);
- d) Recuo Frontal: 20.00 (vinte) metros para a Rodovia. Recuo para demais vias: 5.00 (cinco) metros;
- e) Recuos laterais: 1.50 m (um metro e cinquenta centímetros) para os pavimentos no nível da Rodovia e superiores; sem recuo nos pavimentos localizados abaixo do nível da Rodovia;
- f) Recuo de fundos: 1.50 m (um metro e cinquenta centímetros)."

Art. 2º) O Artigo 17 da Lei Municipal nº 2.000/94, de 13 de de- zembro de 1994, passa a ter acrescido o inciso III, com a seguinte redação:

"Art. 17 (...)"

III. O lote mínimo estabelecido para essa zona é de 500.00 m² (quinhentos metros quadrados) de área, quando o loteamento abranger, além da Zona de Proteção de Rodovia, outra zona qual- quer, conjuntamente".

Art. 3º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta Secretaria aos vinte dias do mês de março de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.151 de 20 de Março de 1996

LEI Nº 2.151 DE 20 DE MARÇO DE 1996

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica criado o Conselho Municipal de Esportes, órgão de representação e coordenação do esporte amador, que passa a integrar a estrutura da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º) Ao Conselho Municipal de Esportes compete:

I - Coordenar e organizar a representação do Município em competições esportivas;

II - Promover ações e medidas que tenham por objetivo a difusão do esporte amador do Município, bem como estimular a prática esportiva em geral;

III - Colaborar com as unidades da Administração Municipal para consecução do planejamento integrado do Município;

IV - Elaborar arte, sugerir projetos de lei e propor medidas administrativas que possam repercutir no planejamento ou no crescimento ordenado de áreas para a prática do esporte e do lazer revigorante.

Art. 3º) O Conselho Municipal de Esportes será constituído de membros efetivos e igual numero de suplentes, toda de ilibada reputação e competência na área esportiva, de livre nomeação pelo Prefeito Municipal;

§ 1º) O mandato dos membros do Conselho Municipal de Esporte será de até dois anos, permitida a recondução por dois períodos consecutivos.

§ 2º) O Presidente do Conselho Municipal de Esportes será escolhido pelos membros efetivos do Conselho, por ocasião da posse no cargo.

Art. 4º) As funções de membro do Conselho Municipal de Esportes serão considerados de relevante interesse público e exercidas sem ônus para o Município.

Art. 5º) O expediente e serviços do CME ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º) Anualmente, mediante proposta a ser apresentada pelo CME, o Poder Executivo fixará o Orçamento do Conselho e aprovará seu Plano de Trabalho e calendário anuais.

Art. 7º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a, no prazo de 30 (trinta) dias baixar decreto regulamentando a presente Lei e Regimento Interno do Conselho Municipal de Esportes.

Art. 8º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta Secretaria aos vinte dias do mês de março de mil novecentos e noventa e seis.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.150 de 20 de Março de 1996

LEI Nº 2.150

AUTORIZA DOAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO A PESSOAS CARENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de março de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.149 de 20 de Março de 1996

LEI Nº 2.149 DE 20 DE MARÇO DE 1996

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DOS OBJETIVOS**

Art. 1º) Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito municipal.

Art. 2º) Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Definir as prioridades da política de Assistência Social;

II - Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência;

III - Aprovar a Política Municipal de Assistência Social;

IV - Atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de Assistência Social;

V - Propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

VI - Acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

VII - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

VIII - Aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de Assistência Social públicos e privados no âmbito Municipal;

IX - Aprovar critérios de celebração de contratos de convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito Municipal;

X - Apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

XI - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XII - Zelar pela efetivação do Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social;

XIII - Convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de

avaliar a situação da assistência social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XIV - Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XV - Aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º) O CMAS terá a seguinte composição:

I - Do Governo Municipal:

- a) Três representantes da Secretaria de Saúde e Assistência Social;
- b) Dois representantes da Secretaria de Educação;
- c) Um representante da Secretaria da Agricultura;
- d) Um representante da Secretaria de Obras;
- e) Dois representantes da Secretaria de Administração;
- f) Um representante da Secretaria de Finanças;

II - Representante dos profissionais da área:

- a) Um representante dos Médicos;
- b) Um representante de profissionais de outras áreas de saúde;

III - Dos usuários:

- a) Um representante das entidades ou associações comunitárias;
- b) Um representante dos sindicatos e entidades patronais;
- c) Um representante dos sindicatos e entidades de trabalhadores;
- d) Um representante de associações de idosos;
- e) Um representante do Rotary Club;
- f) Um representante do Lions Club;
- g) Um representante de APP's de escolas do Município;
- h) Um representante da APAE.

§ 1º) Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa;

§ 2º) Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento;

§ 3º) A soma dos representantes que tratam os incisos II e III do presente artigo no será inferior à metade do total de membros do CMAS.

Art.4º) Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação das respectivas entidades, sendo de livre escolha do Prefeito os representantes do Governo Municipal.

Art.5º) A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

- I - O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;
- II - Os conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes, em caso de faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas;
- III - Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;
- IV - Cada membro do CMAS terá direito a um único voto na seção plenária;
- V - As decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO

Art.6º) O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo às seguintes normas:

I - Plenário como órgão de deliberação máxima;

II - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocados pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art.7º) A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art.8º) Para melhor desempenho de suas funções, o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

- I - Consideram-se colaboradores do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;
- II - Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos.

Art.9º) Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo Único - As resoluções do CMAS, bem como os termos tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art.10º) O CMAS elaborará o seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

Art.11º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 20 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de março de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.148 de 20 de Março de 1996

LEI Nº 2.148 DE 20 DE MARÇO DE 1996

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica instituído o Fundo Municipal de Habitação do Município de Campo Alegre/SC, com o objetivo de propiciar apoio e suporte financeiro aos programas, projetos e atividades destinadas à redução do déficit habitacional do Município, e proporcionar melhores condições de vida às populações carentes.

Art. 2º) Os recursos do Fundo, em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Habitação serão aplicados em:

- I - Construção de Conjuntos Habitacionais;
- II - Construção e recuperação de habitações isoladas;
- III - Implantação de lotes urbanizados;
- IV - Instalação de equipamentos comunitários;
- V - Implantação de infra estrutura em conjuntos habitacionais;
- VI - Urbanização e regularização de favelas.

Art. 3º) Constituem recursos do Fundo:

- I - As dotações constantes do Orçamento do Município;
- II - As contribuições, subvenções e auxílios específicos de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;
- III - Recursos provenientes de empréstimos internos e externos;
- IV - Remuneração oriunda de aplicações financeiras;
- V - O valor total das prestações recebidas dos mutuários, proveniente das aplicações do Fundo em financiamento de Programas Habitacionais;
- VI - Doações, legados e contribuições;
- VII - Outros recursos de quaisquer origem que lhe forem transferidos.

Art. 4º) O Fundo Municipal de Habitação será administrado por um Conselho Deliberativo, nomeado por Decreto do Prefeito Municipal, composto por representantes das seguintes entidades:

- a) Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC;
- b) Associação Comercial e Industrial de Campo Alegre/SC;
- c) Sindicatos ou Associações representativas de trabalhadores.

§ 1º) A aplicação de recursos financeiros do Fundo depende de autorização do Conselho Deliberativo do Fundo, podendo delegar ao Coordenador do Fundo na forma prevista em regulamento próprio.

§ 2º) Poderá a Administração do Fundo firmar convênio ou qualquer outro instrumento de divisão de encargos, com empresas estabelecidas no Município, visando a construção de moradias populares aos seus operários de baixa renda e mais carentes, em terreno próprio de outro preferencialmente nas proximidades do local de trabalho, com prévia autorização legislativa.

§ 3º) Toda e qualquer habitação ou benfeitoria particular construída com recursos do Fundo, ficará onerada com a cláusula de inalienabilidade pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, devendo a Administração do Fundo, participar como anuente ou interveniente em qualquer transação futura, visando preservar os objetivos do Fundo e impedir a comercialização, locação e sublocação desses imóveis, com objetivo de lucro.

§ 4º) Nenhum cidadão poderá beneficiar-se com recursos do Fundo, por mais de uma vez, a não ser para melhorias e expansão do módulo inicial a critério do Conselho Deliberativo do Fundo.

§ 5º) O beneficiário firmará compromisso, sob presunção de verdade, de que não é proprietário urbano ou rural de qualquer imóvel, a não ser do terreno onde será edificada a casa que destinará à própria moradia e de sua família, a qual não poderá alienar, nem locar sem anuência da Administração do Fundo.

§ 6º) Qualquer cidadão será parte legítima para denunciar benefício indevido do Fundo, destinado à pessoa, que não se enquadra nas normas de sua concessão ou desvio de finalidade de imóvel edificado com recursos desta Lei.

§ 7º) A Administração do Fundo fará publicar, para conhecimento geral os nomes dos inscritos a qualquer benefício oriundo desta Lei, para impugnação no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º) O Fundo deve atender as disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e pelas Leis Estaduais aplicáveis, bem assim nas normas baixadas pela Secretaria Municipal de Finanças e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º) Para atender às despesas decorrentes da implantação da presente Lei, foi autorizado a abertura de Crédito Orçamentário através da Lei Municipal nº 2.138/95, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), devendo para tanto, serem obedecidas as prescrições nos incisos I a IV, do § 1º do Artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 7º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de março de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.147 de 20 de Março de 1996

LEI Nº 2.147 DE 20 DE MARÇO DE 1996

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de Assistência Social.

Art. 2º) Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - Recursos provenientes de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - Dotações Orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV - Receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei;

V - As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da Lei e de convênios no setor;

VI - Produto de convênios firmados com outras entidades financeiras.

VII - Doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII - Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º) A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferidas para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes;

§ 2º) Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3º) O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º) A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, constará do Orçamento Anual do Município;

§ 2º) O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS é constituído de rubrica própria, já aprovada.

Art. 4º) Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS - serão aplicados em:

I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos e

serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor de Assistência Social;

III - Aquisição de matérias permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - Desenvolvimento de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - Pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do artigo 15 da Lei Orgânica da Assistência Social;

Art. 5º) O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CNAS, será efetivada por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 6º) As contas e relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, mensalmente, de forma sintética e anualmente, de forma analítica.

Art. 7º) Para atender às despesas decorrentes da implantação da presente Lei, foi autorizado a abertura de Crédito Orçamentário através da Lei Municipal nº 2.138/95, no valor de R\$ 100.000,00, devendo para tanto, serem obedecidas as prescrições nos incisos I a IV, do § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 8º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de março de mil novecentos e noventa e seis.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.146 de 20 de Março de 1996

LEI Nº 2.146

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de março de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.145 de 20 de Março de 1996

LEI Nº 2.145

REAJUSTA VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de março de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de março de 1996.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.144 de 05 de Março de 1996

LEI Nº 2.144

CONCEDE ISENÇÃO DE IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de março de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.143 de 05 de Março de 1996

LEI Nº 2.143

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR EMPRÉSTIMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de março de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.142 de 05 de Março de 1996

LEI Nº 2.142

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A EPAGRI.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de março de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.141 de 05 de Março de 1996**

LEI Nº 2.141

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de março de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.141 de 05 de Março de 1996**

LEI Nº 2.141

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de março de 1996.

DONALDO DE SOUZA FREITAS
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março de 1996

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.140 de 22 de Dezembro de 1995**

LEI Nº 2.140

ALTERA REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.026 RELATIVO AOS VALORES VENAIIS DO ITBI.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.139 de 22 de Dezembro de 1995**

LEI Nº 2.139

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.138 de 21 de Dezembro de 1995**

LEI Nº 2.138

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 1996.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.137 de 21 de Dezembro de 1995

LEI Nº 2.137

AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO PARA INDUSTRIA NOS TER-
MOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.677.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito MunicipalRegistrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos deze-
nove dias do mês de dezembro de 1995.LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.136 de 19 de Dezembro de 1995**

LEI Nº 2.136 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUAS

Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado
de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a
Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar
as ruas, conforme relação em anexo.

Art. 2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) Revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito MunicipalRegistrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos dezeno-
ve dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco.LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete
Anexo da Lei Municipal nº 2.136 de 19/12/1995.Nomes de Ruas a serem denominadas no perímetro Urbano da
Cidade de Campo Alegre.

Rua	Nomes	Bairro
Av.	Dr. Getúlio Vargas	Centro
Rua	Alfredo Friedrich	Scheide
Rua	Athanagildo Schmidt	Belo Horizonte
Rua	Adele Schultz	Belo Horizonte
Rua	Adolfo Konder	Centro
Rua	Altamiro Lobo Guima- rães	Centro
Rua	Adolfo Paulo Herbst	Belo Horizonte
Rua	Benjamin Constant	Centro
Rua	Cel. Bueno Franco	Centro
Rua	Cel. Bento de Amorim	Centro
Rua	Cel. Raymundo Munhoz	Centro
Rua	Cel. Veríssimo de Souza Freitas	Centro

Rua	Carlos Brandes	Centro
Rua	Carlos Schroeder	Bela Vista
Rua	Carolina Kotovicz	Lt. Miguel Kotovicz
Rua	Dona Francisca	Scheide
Rua	Euripedes Farias Mu- nhoz	Scheide
Rua	Emília Cardoso	Centro
Rua	Eliza Piske	Lt. Piske
Rua	Eugênio Duarte	Lt. Miguel Kotovicz
Rua	Eugênio Duvoisin	Centro
Rua	Ernesto Afonso Scheide	Scheide
Rua	Ernesto Friedrich	Lt. Paraíso Verde
Rua	Floriano Telma	Lt. Augusto Serafim
Rua	Gustavo Muhlmann	Lt. Paulo Muhlmann
Rua	Irmã Bonavita	Centro
Rua	Jorge Lacerda	Centro
Rua	José Cardoso de Lima	Cemitério
Rua	Miguel Gorniack	Bela Vista
Rua	Miguel Kotovicz	Lt. Belo Horizonte
Rua	Nereu Ramos	Centro
Rua	Oldemar Duvoisin	Piske
Rua	Oscar Schwarz	Centro
Rua	Odorico Gomes Munhoz	Piske
Rua	Paulo Schroeder	Centro
Rua	Rodolfo Stutzer	Scheide
Rua	Santo Antônio	Lt. Miguel Kotovicz
Rua	Santa Catarina	Piske
Rua	Sebastião Leeck	Centro
Rua	Vicente Pereira Neto	Belo Horizonte
Rua	Waldomiro Machado Schroeder.	Centro
Rua	7 de Setembro	Centro
Rua	18 De Março	Lt. Miguel Kotovicz
Rua	Irmã Concilia Ortmann	Scheide
Rua	Da Cascata	Centro
Rua	Victório Hostins	Paraíso Verde
Rua	Lucidório de Souza Freitas	Paraíso Verde
Rua	Travessa do Caulin	Centro

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.135 de 19 de Dezembro de 1995

LEI Nº 2.135

ALTERA TABELA RELATIVA AO ISS, CONSTANTE DA LEI MUNICIPAL Nº 802 E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.134 de 19 de Dezembro de 1995**

LEI Nº 2.134

ALTERA REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.025 RELATIVO AOS VALORES VENAIIS DO IPTU.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.133 de 19 de Dezembro de 1995**

LEI Nº 2.133

MAJORA AS ALIQUOTAS DOS PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS PREVISTOS NA LEI MUNICIPAL Nº 1.233.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.132 de 19 de Dezembro de 1995**

LEI Nº 2.132

MAJORA AS ALIQUOTAS NAS TAXAS MUNICIPAIS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.131 de 19 de Dezembro de 1995**

LEI Nº 2.131

AUTORIZA CANCELAR DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.130 de 19 de Dezembro de 1995**

LEI Nº 2.130

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E DE EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.129 de 19 de Dezembro de 1995

LEI Nº 2.129

AUTORIZA REPASSAR VERBA ORIUNDA DE CONVÊNIO "MICRO BACIAS/BIRD" A ENGENHEIRO AGRÔNOMO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/, 19 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.128 de 19 de Dezembro de 1995

LEI Nº 2.128

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.127 de 05 de Dezembro de 1995

LEI Nº 2.127

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.126 de 05 de Dezembro de 1995

LEI Nº 2.126

CONCEDE BOLSA DE ESTUDO EM FAVOR DENILSON DE SOUZA BANDEIRA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.125 de 05 de Dezembro de 1995

LEI Nº 2.125 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1995

ALTERA REDAÇÃO DE ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.600 DE 11 DE AGOSTO DE 1992.

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Os artigos 3º e 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.600/92, de 11 de agosto de 1992, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 3º) O Conselho terá a seguinte composição:

I - Representante do Governo

Um representante da Secretaria Municipal de Saúde

II - Representante dos Prestadores de Serviço

Um representante da área odontológica

Um representante da área hospitalar

Um representante da área de anestesia

III - Representante da área da saúde

Um representante da saúde do interior

Um representante da vigilância sanitária

Um representante do posto de saúde

Um representante da EPAGRI

Um representante dos Laboratórios

Um representante da área epidemiológica

IV - Representante dos usuários

Um representante da ACIACA

Um representante da Igreja Luterana

Um representante da Igreja Católica

Um representante da Associação de Moradores da Vila Scheide

Um representante da Associação de Moradores da Bela Vista

Um representante da APP

Um representante da Associação de Moradores de Fragosos

Um representante da Pastoral da Criança

Um representante do Sindicato Rural

Um representante do Rotary Club

(...)

Art. 6º) (...)

I - (...)

II - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 02 (dois) meses, extraordinariamente quanto convocados pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos membros."

Art. 2º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 1995.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.124 de 05 de Dezembro de 1995

LEI Nº 2.124
CONCEDE ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS A EMPRESA - INDUSTRIA DE BEBIDAS SCHNEIDER LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.123 de 05 de Dezembro de 1995

LEI Nº 2.123
HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO E BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.122 de 05 de Dezembro de 1995

LEI Nº 2.122
AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA Srª. MARISE NENEVÊ CORDEIRO COMO FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL JUNTO AO INSS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.121 de 28 de Novembro de 1995

LEI Nº 2.121
AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM PAGAMENTO DE ALMOÇO COM AUTORIDADE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.120 de 14 de Novembro de 1995

LEI Nº 2.120
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de novembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de novembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.119 de 31 de Outubro de 1995

LEI Nº 2.119
AUTORIZA ALIENAR IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A POLICIAIS MILITARES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de outubro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de outubro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.118 de 31 de Outubro de 1995

LEI Nº 2.118

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de outubro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de outubro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.117 de 30 de Outubro de 1995

LEI Nº 2.117

HOMOLOGA CONVÊNIO COM A EPAGRI.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 30 de outubro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de outubro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.116 de 24 de Outubro de 1995

LEI Nº 2.116

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.115 de 19 de Outubro de 1995

LEI Nº 2.115 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995

AUTORIZA CONCESSÃO DE PONTO DE TÁXI

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um Ponto de Táxi, junto ao Supermercado JAC Ltda. neste Município, em favor do Sr. Cezar David Weber.

Art. 2º) A concessão estabelecida no artigo anterior dar-se-á em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 1.675 de 03 de fevereiro de 1993.

Art. 3º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 19 de outubro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria, aos dezoito dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e cinco.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.114 de 17 de Outubro de 1995

LEI Nº 2.114 DE 17 DE OUTUBRO DE 1995

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.059/95.

Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.059/95 de 16 de maio de 1995, passa a ter a seguinte redação:

"Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir do Sr. José Aroldo Schroeder um imóvel localizado à Rua Cel. Raymundo Munhoz, neste Município, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC sob matrícula nº 09.303. do livro nº 2, com área de 2.550,00 m² pelo valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), conforme avaliação realizada pela Comissão especial de avaliação, nomeada pelo Decreto nº 1.865/95 de 07 de abril de 1995, para fins de posterior alienação em lotes a Policiais Militares em Campo Alegre".

Art.2º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria aos dezessete dias do mês de outubro de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.113 de 17 de Outubro de 1995

LEI Nº 2.113 DE 17 DE OUTUBRO DE 1995

COMPLEMENTA APOSENTADORIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL INATIVO E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a complementar os proventos do Servidor Público Municipal inativo Genário Antônio Cordeiro, decorrente da diferença verificada entre o valor recebido do INSS e o valor a que tem direito, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 2º) O complemento será depositado em favor do beneficiário em conta corrente, cabendo a este informar mensalmente ao Departamento de Pessoal o valor efetivamente recebido do INSS, para fins de cálculo da diferença verificada.

Art. 3º) O valor a ser utilizado como parâmetro será o da remuneração de servidor em atividade com as mesmas funções do beneficiário, respeitadas as vantagens de carácter personalíssimo, sendo reajustado sempre que se verificarem modificações nos vencimentos dos servidores em atividade.

Art. 4º) Fica o poder Executivo Municipal autorizado a pagar ao permissionário, á título de diferenças verificadas entre os proventos recebidos do INSS e os que efetivamente tem direito, desde a data da concessão de sua aposentadoria, em 16 de maio de 1.994. Parágrafo Único. O poder executivo Municipal pagará ao permissionário, pelo disposto no "caput" deste artigo, o valor de 1.332,08 (um mil, trezentos e trinta e dois reais e oito centavos) em três parcelas iguais, em 10 de outubro, 10 de novembro e 10 de dezembro de 1.995.

Art. 5º) As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 6º) Apresente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e terá validade até a regulamentação do sistema previdenciário dos servidores públicos municipais de Campo Alegre.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 1.995.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publica a presente lei nesta secretaria aos dezessete dias do mês de outubro de 1.995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.112 de 17 de Outubro de 1995**

LEI Nº 2.112

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO PARA PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.111 de 07 de Outubro de 1995**

LEI Nº 2.111

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO DE 1995 Á 1997.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de outubro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de outubro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.110 de 10 de Outubro de 1995**

LEI Nº 2.110

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de outubro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de outubro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.109 de 10 de Outubro de 1995**

LEI Nº 2.109

AUTORIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS REALIZADA E PAGA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de outubro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de outubro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.108 de 12 de Setembro de 1995

LEI Nº 2.108

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de setembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de setembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.107 de 05 de Setembro de 1995

LEI Nº 2.107

AUTORIZA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO EM VIRTUDE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de setembro de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.106 de 29 de Agosto de 1995

LEI Nº 2.106

AUTORIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS REALIZADA E PAGA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de agosto de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de agosto de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.105 de 29 de Agosto de 1995

LEI Nº 2.105 DE 29 DE AGOSTO DE 1995

AUTORIZA CONCESSÃO DE PONTO DE TÁXI

LEOPOLDO GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas faz saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um ponto de táxi, junto à comunidade de Lageado, neste Município, em favor do Sr. PAULO FERREIRA DA SILVA.

Art. 2º) A concessão estabelecida no Artigo anterior dar-se-á em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 1.675/93, de 03 de fevereiro de 1993.

Art. 3º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 29 de agosto de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria, aos vinte e nove dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e cinco.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.104 de 29 de Agosto de 1995

LEI Nº 2.104

AUTORIZA CANCELAR DÍVIDA ATIVA REFERENTE IMPOSTO E TAXAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de agosto de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de agosto de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.103 de 22 de Agosto de 1995

LEI Nº 2.103

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM PAGAMENTO DE ALMOÇO COM AUTORIDADES MILITARES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de agosto de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de agosto de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.102 de 15 de Agosto de 1995

LEI Nº 2.102

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.101 de 25 de Julho de 1995

LEI Nº 2.101

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADACÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 25 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.100 de 25 de Julho de 1995

LEI Nº 2.100

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETROESCAVADEIRA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 25 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.099 de 25 de Julho de 1995

LEI Nº 2.099

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETROESCAVADEIRA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 25 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.098 de 20 de Julho de 1995

LEI Nº 2.098

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM CONASEMS E COSEMS-SC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.097 de 20 de Julho de 1995

LEI Nº 2.097

AUTORIZA EFETUAR DESPESA COM PUBLICAÇÃO EM JORNAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.096 de 20 de Julho de 1995

LEI Nº 2.096

AUTORIZA PAGAR DESPESAS REALIZADAS COM PARTICIPAÇÃO E COMEMORAÇÕES NOS JOGOS MICROREGIONAIS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.095 de 20 de Julho de 1995**

LEI Nº 2.095

AUTORIZA FIRMAR CONTRATO COM JORNAL "A GAZETA" PARA COBERTURA DE ATOS DO PODER EXECUTIVO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.094 de 20 de Julho de 1995**

LEI Nº 2.094

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.093 de 20 de Julho de 1995**

LEI Nº 2.093

AUTORIZA REALIZAR DESPESAS POR OCASIÃO DAS FESTIVIDADES DE INAUGURAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.092 de 12 de Julho de 1995**

LEI Nº 2.092

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.091 de 12 de Julho de 1995**

LEI Nº 2.091

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE PNEU.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.090 de 03 de Julho de 1995**

LEI Nº 2.090

ESTABELECE O VALOR DAS DIÁRIAS A SEREM PAGAS AO PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES, SECRETÁRIOS, ASSESSORES E DEMAIS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 03 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.089 de 03 de Julho de 1995

LEI Nº 2.089
EXCLUI O INCISO IV DO ARTIGO 20 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.399.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 03 de julho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de julho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.088 de 27 de Junho de 1995

LEI Nº 2.088
AUTORIZA A DOAÇÃO DE POSTE PARA PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 27 de junho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de junho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.087 de 27 de Junho de 1995

LEI Nº 2.087
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR POSTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 27 de junho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de junho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.086 de 20 de Junho de 1995

LEI Nº 2.086
HOMOLOGA CONVÊNIO FIRMADO COM A CELESC S/A.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de junho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.085 de 20 de Junho de 1995

LEI Nº 2.085
HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E A SECRETARIA DA FAZENDA E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de junho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.084 de 20 de Junho de 1995

LEI Nº 2.084
REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 1.940 DE 28 DE JUNHO DE 1994.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de junho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.083 de 20 de Junho de 1995

LEI Nº 2.083

AUTORIZA O PAGAMENTO DE REFEIÇÕES PARA POLICIAIS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de junho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.082 de 13 de Junho de 1995

LEI Nº 2.082

AUTORIZA REALIZAR DESPESAS COM PREPARATIVOS PARA O 6º ENCONTRO ESTADUAL DE OVINO CULTORES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de junho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de junho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.081 de 13 de Junho de 1995

LEI Nº 2.081

AUTORIZA A DOAÇÃO DE MADEIRA PARA PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de junho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de junho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.080 de 13 de Junho de 1995

LEI Nº 2.080

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR FATORES DE PRODUÇÃO JUNTO AO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - FDR MEDIANTE FINANCIAMENTO GARANTIDO POR COTAS DE RETORNO DE ICMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de junho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de junho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.079 de 06 de Junho de 1995

LEI Nº 2.079

AUTORIZA A DOAÇÃO DE 10 TONELADAS DE CALCÁRIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 06 de junho de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos seis dias do mês de junho de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.078 de 06 de Junho de 1995

LEI Nº 2.078

AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO PARA INDÚSTRIA NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.677.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 06 de junho de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos seis dias do mês de junho de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.077 de 31 de Maio de 1995

LEI Nº 2.077

ALTERA A LEI Nº 1.677 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1993.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.076 de 31 de Maio de 1995

LEI Nº 2.076

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE ES-
TEIRA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e
um dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.075 de 31 de Maio de 1995

LEI Nº 2.075 DE 31 DE MAIO DE 1995

INSTITUI O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIASLeopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado
de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são con-
feridas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono
a seguinte Lei:**CAPÍTULO I****DAS FINALIDADES E DIRETRIZES GERAIS**

Art. 1º) Fica instituído o Fundo de Desenvolvimento Municipal,
destinado à aplicação de recursos, que terá suas fontes constituí-
das pelo artigo 6º desta Lei, tendo por objetivo o desenvolvimento
econômico e social do próprio município, mediante a execução de
programa de financiamento aos setores produtivos e de aplicação
de recursos financeiros, em consonância com o Plano de Desen-
volvimento Municipal.

Art. 2º) O Plano de Desenvolvimento Municipal será elaborado
com a finalidade de:

- I - Diagnosticar as potencialidades do município;
- II - Definir prioridades e necessidades da população;
- III - Estabelecer procedimentos e deflagrar ações indispensáveis
ao desenvolvimento auto-sustentado da comunidade segundo
suas potencialidades.

Art. 3º) Respeitadas as disposições do Plano de Desenvolvimento
Municipal, serão observadas as seguintes diretrizes na formulação
do Programa de Financiamento:

- I - Concessão de financiamentos exclusivamente aos setores pro-
dutivos do município;
- II - Tratamento preferencial às atividades produtivas de micro
e pequenos empreendimentos municipais, de uso intensivo de
matérias-primas e mão-de-obra locais, e às que produzam, be-
neficiem e comercializem alimentos básicos para consumo da po-
pulação;
- III - Conjugação do crédito com a assistência técnica especializa-
da para cada projeto;
- IV - Elaboração de proposta orçamentária anual para as aplica-
ções de recursos;
- V - Apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos
no município, que estimulem a redução das disparidades regionais
de renda;
- VI - Preservação do meio ambiente.

CAPÍTULO II**DAS MODALIDADES**

Art. 4º) O fundo praticará as seguintes modalidades de operações:
I - Financiamento de investimentos fixos necessários à execução
dos projetos;

II - Financiamento de capital de giro associado, assim definido
o dimensionado para atendimento de necessidades adicionais de
giro geradas pela execução do projeto;

III - Concessão de aval para obtenção de recursos junto ao Banco
do Brasil S.A., pelos beneficiários.

Parágrafo Único - O Fundo de Desenvolvimento Municipal não po-
derá utilizar para financiamentos valor equivalente a 10% (dez por
cento) dos avais por ele concedidos.

CAPÍTULO III**DOS BENEFICIÁRIOS**

Art. 5º) São beneficiários dos recursos do Fundo de Desenvolvi-
mento Municipal as microempresas e pequenas empresas brasi-
leiras, de capital nacional, que desenvolvam atividades produtivas
nos setores industrial, agroindustrial, agropecuário, comercial e de
prestação de serviços.

Parágrafo Único - Considera-se, para efeito de classificação quanto
ao porte das empresas, o critério utilizado pelo Banco do Brasil
S.A. em sua carteira de crédito comercial e industrial.

CAPÍTULO IV**DOS RECURSOS E APLICAÇÕES**

Art. 6º) Constituem fontes de recursos do Fundo de Desenvolvi-
mento Municipal:

I - Percentual do Orçamento Anual da Prefeitura Municipal de
Campo Alegre, especialmente destinado para tal finalidade, obje-
tivando cumprir o disposto no inciso IV do artigo 167 da Consti-
tuição Federal;

II - Recursos oriundos de repasses de convênios e/ou contratos
celebrados com organismos de desenvolvimento regional e demais
entidades de fomento, nacionais e/ou internacionais, públicas e/
ou privadas;

III - Doações de entidades públicas e privadas que desejem parti-
cipar de programas de redução de disparidades sociais;

IV - Retorno dos financiamentos concedidos com recursos do
Fundo.

Art. 7º) Os recursos do fundo serão aplicados em:

I - Fomento de atividades produtivas de micro e pequeno porte,
visando à geração de empregos e o aumento da renda para traba-
lhadores e produtores;

II - Apoio à criação de novos centros, atividades e pólos de de-
senvolvimento do município, que estimulem a redução das dispa-
ridades regionais de renda;

III - Incentivo à dinamização e diversificação de atividades eco-
nômicas;

IV - Treinamento e capacitação dos empresários no sentido de
aprimorar suas aptidões, oferecendo-lhes novas tecnologias relati-
vas ao processo produtivo.

Parágrafo Único - Para fim do disposto no inciso IV, o Fundo de
Desenvolvimento Municipal poderá celebrar convênio com institui-
ções, empresas ou técnicos previamente qualificados, no propósi-
to de elaborar projetos abrangendo aspectos técnicos, financeiros,
organizacionais, administrativos, de capacidade gerencial, quali-
ficação de mão-de-obra e de comercialização, garantindo dessa
forma o objetivo do programa.

Art. 8º) As liberações, pelo município, dos valores destinados ao
fundo ora instituído, serão transferidas nas mesmas datas dire-
tamente para conta de depósito mantida no Banco do Brasil S.A.

Art. 9º) O Fundo de Desenvolvimento Municipal assumirá todos os

riscos operacionais dos financiamentos concedidos com os seus recursos, desde que respeitadas as exigências legais e regimentais.

CAPÍTULO V

DOS LIMITES, PRAZOS, GARANTIAS E ENCARGOS FINANCEIROS

Art. 10) Os financiamentos concedidos pelo fundo não deverão ultrapassar a 80% (oitenta por cento) do valor financiável do projeto.

Parágrafo Único - Dos casos onde haja complementação de crédito pelo Banco do Brasil S.A., a soma dos financiamentos não poderá ultrapassar este limite.

Art. 11) Os prazos para pagamento dos financiamentos serão fixados por ocasião da análise do projeto, em função do seu tempo de execução e da capacidade de pagamento do empreendimento e dos beneficiários, observando-se os seguintes prazos máximos:

- I - Investimento fixo - Até 5 (cinco) anos, incluindo o período de carência de até 1 (um) ano;
- II - Capital de giro associado - até 2 (dois) anos, incluindo o período de carência de até 1 (um) ano.

Art. 12) Para a constituição de garantias dos financiamentos, serão adotados os critérios utilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Art. 13) Os financiamentos concedidos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal estão sujeitos ao pagamento de juros e encargos de atualização monetária.

Art. 14) A atualização monetária será feita com base na Taxa Referencial - TR, ou qualquer índice que legalmente venha a substituí-la.

Art. 15) As taxas de juros, nesta incluídas comissões e quaisquer outras remunerações, direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, deverão obedecer aos seguintes limites:

- I - Microempresas - 6% (seis por cento) por ano;
- II - Pequenas empresas - 8% (oito por cento) por ano;

Art. 16) Os encargos financeiros para os casos de inadimplemento obedecerão aos critérios legalmente admitidos.

CAPÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 17) A Administração do Fundo de Desenvolvimento Municipal caberá ao Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 18) Cabe ao Conselho de Desenvolvimento Municipal:

- I - Elaborar o Plano de Desenvolvimento Municipal;
- II - Estabelecer prioridades de aplicação dos recursos do fundo;
- III - Analisar e enquadrar os projetos no Plano de Desenvolvimento Municipal;
- IV - Acompanhar e avaliar os projetos financiados, objetivando comprovar a geração de empregos pré-determinada;
- V - Analisar os resultados obtidos;
- VI - Fiscalizar os projetos, garantindo a correta utilização dos recursos;
- VII - Delegar parte de suas funções ao Banco do Brasil S.A.;
- VIII - Autorizar o Banco do Brasil S.A., através de ato do Prefeito Municipal, até o limite que estabelecer, a conceder financiamentos;
- IX - Definir os demais encargos que poderão ser debitados ao Fundo pelo Banco do Brasil S.A.;
- X - Elaborar seu regimento interno;
- XI - Aprovar os balancetes mensais e os balanços anuais do fundo, bem como fiscalizar a execução orçamentária e a aplicação dos recursos.

Art. 19) O Conselho de Desenvolvimento Municipal será composto por representantes:

- I - Da Prefeitura Municipal, dois membros;
- II - De associações patronais, três membros;
- III - De associações de empregados, três membros;
- IV - Do Banco do Brasil S.A., um membro.

Parágrafo 1º) Cada membro terá direito a um voto;

Parágrafo 2º) A Presidência do Conselho caberá ao Prefeito Municipal, sendo substituído, em caso de impedimento, ausência, ou vacância, respectivamente pelo Vice-Prefeito e pelo Presidente da Câmara Municipal;

Parágrafo 3º) O Banco do Brasil S.A. será representado pelo Gerente Geral, ou seu substituto, da agência gestora do Fundo de Desenvolvimento Municipal.

Parágrafo 4º) Os demais representantes serão livremente indicados pelos órgãos ou entidades que representem, dentre os seus integrantes ou associados, e nomeados por ato do Prefeito Municipal;

Parágrafo 5º) O mandato dos membros do Conselho será definido no Regimento Interno, a ser elaborado em 15 (quinze) dias a contar da promulgação desta Lei.

Parágrafo 6º) O conselho se reunirá ordinariamente a cada mês, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de seu presidente, ou por um terço de seus membros;

Parágrafo 7º) A deliberações do Conselho serão tomadas por maioria dos votos, presentes, no mínimo, 05 (cinco) membros, cabendo ao presidente, se for o caso, o voto de qualidade;

Parágrafo 8º) Os membros do Conselho não farão jus à remuneração de espécie alguma, e não terão qualquer vínculo empregatício com o fundo ou com a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art. 20) Compete ao Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal:

- I - Dirigir as sessões plenárias do Conselho, orientando os debates e consignados os votos dos conselheiros presentes;
- II - Convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- III - Fixar a pauta dos trabalhos;
- IV - Submeter à apreciação dos conselheiros os assuntos e propostas que dependam de decisão do conselho;
- V - Resolver as questões de ordem suscitadas no curso das sessões, admitindo a votação dos presentes para decisão;
- VI - Emitir voto de qualidade, se necessário;
- VII - Proclamar o resultado das votações;
- VIII - Cumprir e fazer cumprir as deliberações adotadas, assinando as resoluções respectivas;
- IX - Cuidar para que seja mantida estrita conformidade das decisões do Conselho com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Municipal e suas diretrizes e propriedades;
- X - Representar o Conselho e o Fundo de Desenvolvimento Municipal, em juízo e fora dele;
- XI - Assinar a correspondência do conselho, bem às atas das reuniões e autenticar os livros respectivos.

CAPÍTULO VII

DO AGENTE FINANCEIRO

Art. 21) Cabe ao Banco do Brasil S.A. a gestão financeira do Fundo de Desenvolvimento Municipal, observadas as atribuições previstas nesta lei, bem como:

- I - Gerir os recursos do fundo, controlar suas movimentações e aplicar os saldos disponíveis no mercado financeiro;
- II - Examinar a viabilidade econômico-financeira dos projetos;
- III - Enquadrar as propostas nas faixas de encargos, fixar os juros e deferir ou não os créditos;
- IV - Controlar a situação dos financiamentos, bem como providenciar a cobrança de inadimplementos;
- V - Colocar à disposição do conselho de desenvolvimento municipal os demonstrativos com posições mensais dos recursos,

aplicações e resultados do fundo;

VI - Exercer outras atividades inerentes à função de Agente Financeiro do Fundo;

VII - Propor ao Conselho critérios para destinação dos recursos;

VIII - Submeter ao Conselho, para autorização de financiamento, os projetos que obtiverem parecer favorável e que ultrapassem os limites estabelecidos na forma do inciso III do artigo 18.

Art. 22) O Banco do Brasil S.A. fará jus à taxa de administração de 4% (quatro por cento) ao ano, a ser paga pelos beneficiários sobre os saldos devedores dos financiamentos.

Parágrafo 1º) A remuneração citada no "caput" deste artigo será paga mensalmente;

Parágrafo 2º) Como parte da remuneração, o Banco fará jus à diferença positiva, calculada e paga mensalmente, entre as aplicações das disponibilidades do fundo e a Taxa Referencial - TR, ou outro indexador que legalmente venha a substituí-la.

CAPÍTULO VIII

DO CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 23) O fundo terá contabilidade própria, elaborada por empresa contratada, ou pela própria Prefeitura Municipal, registrando todos os atos e fatos a ele referentes, valendo-se, para tal, de informações prestadas pelo Banco do Brasil S.A. para elaboração, inclusive, dos balancetes mensais e balanços anuais.

Art. 24) O Banco do Brasil S.A. colocará à disposição do Conselho de Desenvolvimento Municipal os demonstrativos dos recursos e aplicações do fundo.

CAPÍTULO IX

DA DISSOLUÇÃO DO FUNDO

Art. 25) O município, através do Conselho de Desenvolvimento Municipal, e com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, poderá decretar, por quaisquer motivos, a dissolução do fundo, cessando todas as suas atividades.

Art. 26) Decretada a dissolução do fundo, este somente estará definitivamente extinto quando houver a quitação geral de suas obrigações, inclusive para com o Banco do Brasil S.A., que atuará como seu administrador até o recebimento total dos financiamentos concedidos ao fundo.

Art. 27) O Saldo apurado na conta corrente do fundo junto ao Banco do Brasil S.A. ficará, no caso de sua dissolução, integrado ao Patrimônio Público Municipal.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28) O Conselho de Desenvolvimento Municipal será empossado tão logo seja publicada a ata de sua constituição, nos termos desta Lei.

Art. 29) Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 30) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 31 de maio de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria, aos trinta e um dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e cinco.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.074 de 31 de Maio de 1995

LEI Nº 2.074

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE ESTEIRA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de maio de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.073 de 31 de Maio de 1995

LEI Nº 2.073

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - PMDES A ADERIR AO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PROADEM - TOMAR EMPRÉSTIMOS JUNTO AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de maio de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.072 de 31 de Maio de 1995

LEI Nº 2.072

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS E AUMENTOS DE VAGAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de maio de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.071 de 31 de Maio de 1995

LEI Nº 2.071

ABRE CRÉDITO ESPECIAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.070 de 31 de Maio de 1995

LEI Nº 2.070

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE FRAGOSOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.069 de 31 de Maio de 1995

LEI Nº 2.069

AUTORIZA A DOAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/, 31 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.068 de 31 de Maio de 1995

LEI Nº 2.068 DE 31 DE MAIO DE 1995

COMPLEMENTA APOSENTADORIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL INATIVO.

LEOPOLDO GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a complementar os proventos do Servidor Público inativo ANTONIO ROGÉRIO BUENO FRANCO, decorrentes da diferença verificada entre o valor recebido do INSS e o valor a que tem direito, nos termos do Artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 2º) O complemento será depositado em favor do beneficiário em conta corrente, cabendo a este informar mensalmente ao Departamento de Pessoal o valor efetivamente recebido do INSS, para fins de cálculo da diferença verificada.

Art. 3º) O valor a ser utilizado como parâmetro será o da remuneração de servidor em atividade com as mesmas funções do beneficiário, respeitadas as vantagens de caráter pessoalíssimo, sendo reajustado sempre que se verificarem modificações dos servidores em atividade.

Art. 4º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação Orçamentária Específica.

Art. 5º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e terá validade até a regulamentação do sistema previdenciário dos servidores públicos municipais de Campo Alegre.

Campo Alegre "SC", 31 de maio de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria, aos trinta e um dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e cinco.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.067 de 24 de Maio de 1995

LEI Nº 2.067

AUTORIZA A DOAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.066 de 24 de Maio de 1995

LEI Nº 2.066

AUTORIZA A DOAÇÃO DE POSTE DE CONCRETO E FIO ELÉTRICO PARA PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.065 de 24 de Maio de 1995**

LEI Nº 2.065

AUTORIZA A PRESTAR AUXÍLIO PARA TRATAMENTO MÉDICO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.064 de 24 de Maio de 1995**

LEI Nº 2.064

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO A PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.063 de 24 de Maio de 1995**

LEI Nº 2.063

REAJUSTA OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.062 de 24 de Maio de 1995**

LEI Nº 2.062

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.061 de 19 de Maio de 1995**

LEI Nº 2.061

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE ESTEIRA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.060 de 16 de Maio de 1995**

LEI Nº 2.060

CONCEDE BOLSA DE ESTUDO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 16 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.059 de 16 de Maio de 1995

LEI Nº 2.059 DE 16 DE MAIO DE 1995

AUTORIZA AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL.

Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir do Sr. José Aroldo Schroeder um imóvel localizado à Rua Cel. Raymundo Munhoz, neste Município, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC sob matrícula nº 09.303. do livro nº 2, com área de 2.550,00 m² pelo valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), conforme avaliação realizada pela Comissão especial de avaliação, nomeada pelo Decreto nº 1.865/95 de 07 de abril de 1995, para fins de criação de uma Vila de Moradia de Policiais Militares.

Art.2º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária específica.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 16 de maio de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria aos dezesseis dias do mês de maio de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.058 de 16 de Maio de 1995

LEI Nº 2.058

AUTORIZA PRESTAR AUXÍLIO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 16 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.057 de 15 de Maio de 1995

LEI Nº 2.057

AUTORIZA PRESTAR AUXÍLIO PARA TRATAMENTO MÉDICO DE PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.056 de 09 de Maio de 1995

LEI Nº 2.056

AUTORIZA PRESTAR AUXÍLIO PARA AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 09 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.055 de 09 de Maio de 1995

LEI Nº 2.055

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO E A CIA. CASAN.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 09 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.054 de 02 de Maio de 1995

LEI Nº 2.054

AUTORIZA CONCEDER AUXÍLIO A COMISSÁRIO DE POLÍCIA CIVIL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de maio de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.053 de 25 de Abril de 1995

LEI Nº 2.053

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 25 de abril de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de abril de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.052 de 25 de Abril de 1995**

LEI Nº 2.052

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA EFETUAR A VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 25 de abril de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de abril de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.051 de 18 de Abril de 1995**

LEI Nº 2.051

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 18 de abril de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de abril de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.050 de 18 de Abril de 1995**

LEI Nº 2.050

HOMOLOGA CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 18 de abril de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de abril de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.049 de 18 de Abril de 1995**

LEI Nº 2.049

AUTORIZA REALIZAR DESPESA COM PINTURA DE ESCOLA MUNICIPALIZADA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 18 de abril de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de abril de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.048 de 06 de Abril de 1995**

LEI Nº 2.048

AUTORIZA A DOAÇÃO DE POSTE PARA PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 06 de abril de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos seis dias do mês de abril de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.047 de 06 de Abril de 1995

LEI Nº 2.047

HOMOLOGA DECRETO Nº 1.820 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1995.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 06 de abril de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos seis dias do mês de abril de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.046 de 28 de Março de 1995

LEI Nº 2.046

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.045 de 28 de Março de 1995

LEI Nº 2.045

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO À PESSOA CARRENTE, PARA CUSTEIO DE DESPESAS COM TRATAMENTO MÉDICO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.044 de 28 de Março de 1995

LEI Nº 2.044

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.043 de 28 de Março de 1995

LEI Nº 2.043

AUTORIZA REALIZAR DESPESA COM ESCOLA ESTADUAL MUNICIPALIZADA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.042 de 28 de Março de 1995

LEI Nº 2.042

AUTORIZA REALIZAR DESPESA COM ESCOLA ESTADUAL MUNICIPALIZADA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.041 de 22 de Março de 1995

LEI Nº 2.041

AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES BELA VISTA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.040 de 22 de Março de 1995

LEI Nº 2.040

AUTORIZA AUMENTAR REPASSE MENSAL AO HOSPITAL SÃO LUIZ PARA CUSTEIO DE PLANTÃO MÉDICO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.039 de 22 de Março de 1995

LEI Nº 2.039

AUTORIZA A DOAÇÃO DE TELHAS PARA PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.038 de 22 de Março de 1995

LEI Nº 2.038

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM FESTEJOS DO ANIVERSÁRIO DE CAMPO ALEGRE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.037 de 22 de Março de 1995

LEI Nº 2.037

CONCEDE ISENÇÃO DE IPTU, TSU, E TAXA DE EXPEDIENTE NO EXERCÍCIO DE 1995 PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de março de 1995.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1995.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.036 de 22 de Março de 1995

LEI Nº 2.036

HOMOLOGA DECRETO Nº 1.769 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.035 de 22 de Março de 1995

LEI Nº 2.035

HOMOLOGA DECRETO Nº 1.776 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.034 de 22 de Março de 1995

LEI Nº 2.034

HOMOLOGA O DECRETO Nº 1.791 DE 24 DE JANEIRO DE 1995.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.033 de 14 de Março de 1995

LEI Nº 2.033

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE CORDALHA DE AÇO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.032 de 14 de Março de 1995

LEI Nº 2.032

AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.031 de 14 de Março de 1995

LEI Nº 2.031

AUTORIZA PRESTAR AUXÍLIO PARA AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.030 de 07 de Março de 1995

LEI Nº 2.030

AUTORIZA O PAGAMENTO DE ALUGUEL DOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO/1994 EM FAVOR DE ALDÉRICO JOSÉ DANA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 07 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.029 de 07 de Março de 1995

LEI Nº 2.029

AUTORIZA HOMOLOGAR DESPESA REALIZADA E PAGA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 07 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.028 de 07 de Março de 1995

LEI Nº 2.028

HOMOLOGA O DECRETO Nº 1.812/95, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 07 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.027 de 07 de Março de 1995**

LEI Nº 2.027

HOMOLOGA O DECRETO Nº 1.789, DE 24 DE JANEIRO DE 1995.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 07 de março de 1995.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de março de 1995

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.026 de 29 de Dezembro de 1994**

LEI Nº 2.026

DISPÕE SOBRE VALORES VENAIIS DE IMÓVEIS, PARA O CÁLCULO DO ITBI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.025 de 29 de Dezembro de 1994**

LEI Nº 2.025

DISPÕE SOBRE VALORES VENAIIS DE IMÓVEIS, PARA O CÁLCULO DO IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.024 de 29 de Dezembro de 1994**

LEI Nº 2.024

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 1995.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete**Lei Nº 2.023 de 29 de Dezembro de 1994**

LEI Nº 2.023 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994

DISPÕE SOBRE VALOR DA UPM E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES

EU, LEOPOLDO GROSSKOPF, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que me são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica fixado o valor da UPM (Unidade Padrão do Município) em R\$ 5,00 (cinco reais), a partir de 1º de janeiro de 1995.

Art. 2º) O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) poderá ser pago nas seguintes formas:

I - Mensalmente, quando a alíquota for calculada sobre o faturamento, até o 20º dia do mês subsequente;

II - Em até 02 (duas) parcelas, quando o imposto for pago por alíquota fixa, com vencimento em 31.03.95 e 30.04.95.

Art. 3º) Fica fixado o valor da Taxa de Expediente em 50% (cinquenta por cento) de 1 UPM (uma Unidade Padrão do Município), reajustado mensalmente pela variação da UFIR, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.

Art. 4º) A presente Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1995, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 29 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.022 de 29 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.022 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994

CRIA "ABRIGO DE MENORES DE CAMPO ALEGRE" E DÁ DENOMINAÇÃO

LEOPOLDO GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais a mim conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Criar "ABRIGO DE MENORES DE CAMPO ALEGRE".

Art. 2º) Dá denominação ao "ABRIGO DE MENORES DE CAMPO ALEGRE" "ENCANTO DA CRIANÇA".

Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 29 de Dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.021 de 22 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL A STOCKCHNEIDER E SCHREINER LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.020 de 22 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL A DALMIR MERIZIO FIRMA INDIVIDUAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.019 de 22 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL A SOMIL LATICÍNIOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.018 de 22 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.018

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 1.744 DE 31 DE OUTUBRO DE 1994.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.017 de 15 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.017

AUTORIZA AQUISIÇÃO DE FRANGOS PARA DOAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.016 de 15 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.016

AUTORIZA DOAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA PESSOAS CARENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.015 de 15 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.015

AUTORIZA DOAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.014 de 15 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.014

AUTORIZA A PRESTAR AUXÍLIO PARA AQUISIÇÃO DE APARELHO AUDITIVO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.013 de 15 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.013

AUTORIZA O PAGAMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA COPRREDORES DE CAMPO ALEGRE NA CORRIDA DE SÃO SILVESTRE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.012 de 15 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.012

DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO CORRENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.011 de 15 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RENOVAR CONVÊNIO PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº 1.867/94.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.010 de 15 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.010

AUTORIZA HOMOLOGAR CONTRATO DE COMODATO COM O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA "SESI/DR/SC".

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.009 de 15 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.009

AUTORIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS COM COQUETEL EM PREMIAÇÃO E COM AUXÍLIO A FEIRA DA APAE/SBS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.008 de 15 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.008

AUTORIZA HOMOLOGAR O DECRETO Nº 1.760.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.007 de 13 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.007

AUTORIZA DOAÇÃO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.006 de 13 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.006

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.005 de 13 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.005

AUTORIZA A DOAÇÃO DE UM POSTE DE CONCRETO A PESSOA CARENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.004 de 13 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.004

AUTORIZA EFETUAR PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.003 de 13 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.003

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA REFORÇAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 1994.

LEOPODO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.002 de 13 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.002 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994

INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º) As obras de construção, reforma, modificação, acréscimo e de demolição de edificações públicas ou privadas, realizadas no território Municipal, serão precedidas de exame e aprovação do projeto e da subsequente concessão de licença pela Prefeitura Municipal, ainda respeitadas as exigências previstas na Legislação Municipal, Estadual e Federal pertinente.

Parágrafo Único - As obras de que trata este artigo, ficam assim definidas:

I - Construção obra de edificação autônoma, sem veículo funcional com outras edificações existentes no lote;

II - Reforma - obra de substituição parcial dos elementos construtivos de uma edificação, que não modifica a área, a forma ou a altura da compartimentação;

III - Modificação - obra de substituição total ou parcial dos elementos construtivos de uma edificação que modifica a área, a forma ou a altura da compartimentação;

IV - Acréscimo - obra de ampliação de uma edificação que implica no aumento de sua área construída ou da respectiva altura, sem modificação da edificação original;

V - Demolição - obra ou destruição total ou parcial de uma edificação pelos seguintes motivos;

A) INTERESSE DO PROPRIETÁRIO

B) SEGURANÇA PÚBLICA.

C) ILEGALIDADE DA EDIFICAÇÃO.

Art. 2º) Para efeitos deste código ficam dispensados de apresentação ou projeto, ficando, contudo sujeitos a concessão de licença, a construção de edificações destinadas à habilitação e as pequenas reformas com as seguintes características.

I - Terem área de construção igual ou inferior a 60,00 m² (sessenta metros quadrados) quando edificadas em alvenaria e 70,00 m² (setenta metros quadrados) quando em madeira;

II - Não determinarem reconstrução ou acréscimo que ultrapasse a área de 30,00 m² (trinta metros quadrados);

III - Possuírem apenas 01 (um) pavimento;

IV - Não transgredirem este código e a Legislação Federal do CREA.

§ 1º) Para a concessão de licença dos casos previstos neste artigo serão exigidos croquis e cortes esquemáticos, contendo dimensões e áreas, traçadas em formulário fornecido pela Prefeitura Municipal.

§ 2º) As reformas internas de edificações asfaltadas do alinhamento e das divisas com lotes vizinhos, bem como a construção de muros, estão isentos, além da aprovação do projeto, com bem do licenciamento para as obras, salvo quando da construção do muro frontal.

§ 3º) O benefício da dispensa de apresentação do projeto só será concedido às Pessoas Físicas e somente uma vez ou após transcorrido 05 (cinco) anos da concessão da última isenção.

Art. 3º) Os edifícios de acesso ao público deverão possuir condições técnicas-construtivas que assegurem aos deficientes físicos, plenas condições de acesso, circulação e utilização de suas dependências.

Art. 4º) O responsável pela instalação de atividades que possam ser causadoras de poluição, ficará sujeito a apresentar o projeto ao órgão Municipal que trata do controle ambiental, para exame e aprovação sempre que a Prefeitura julgar necessário.

Art. 5º) Os Projetos e obras sujeitos às disposições deste regulamento, deverão atender as normas, especificações, padrões e métodos aprovados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 6º) São obrigados ao cumprimento das normas de prevenção e combate a incêndio, estabelecidos pela Legislação Estadual e Municipal.

I - Os edifícios residenciais de habilitação coletiva, comercial e de serviços previstos naquelas normas;

II - As edificações destinadas ao uso Industrial;

III - A aprovação do projeto, bem como a vistoria das instalações será feita pela área técnica da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO II**NORMAS DE PROCEDIMENTOS****SEÇÃO I****DA APROVAÇÃO DO PROJETO**

Art. 7º) Antes da elaboração do projeto definitivo o interessado deverá requerer consulta prévia a Prefeitura Municipal para orientação quando às normas Urbanísticas vigentes.

Art. 8º) A aprovação do projeto de edificação será solicitada a

Prefeitura mediante requerimento acompanhado dos seguintes documentos.

I - Projeto de Arquitetura apresentado em duas cópias heliográficas assinadas pelo proprietário e responsável técnico legalmente habilitado pelo CREA, contendo pelo menos:

- A) Planta de situação e localização na escala mínima de 1:500 (um para quinhentos) onde constarão;
- B) A projeção da edificação ou das edificações dentro do lote figurando rios, canais e outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades Municipais;
- C) As dimensões do lote e as dos afastamentos da edificação em relação às divisas e a outra edificação porventura existente;
- D) Orientação do norte magnético;
- E) Indicação do nome dos confrontantes vizinhos;
- F) Memorial contendo área e estrada do lote, área de projeção de cada unidade, cálculo da área total de cada unidade, taxa de ocupação e o coeficiente de ocupação do lote;

II - Planta baixa de cada pavimento que comportar a construção na escala mínima de 1:100 (um para cem) determinado:

- A) As dimensões e áreas de todos os compartimentos, inclusive dos vãos de iluminação, ventilação, garagem e área de estabelecimentos;
- B) A finalidade de cada compartimento;
- C) Os traços indicativos dos cortes longitudinal e transversal;
- D) Indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra.

III - Corte transversal e longitudinal, indicando altura dos compartimentos, altura das janelas e peitorais, e demais elementos necessários à compreensão do projeto, na escala mínima de 1:100 (um para cem);

IV - Projeto esquemático das instalações hidráulicas sanitárias indicando a posição dos pontos de utilização dos medidores, cisternas, local de despejo dos dejetos, e demais elementos necessários à sua análise.

Art. 9º) Os desmembramentos ou remembramentos de lotes decorrentes de projeto conjunto de duas ou mais edificações poderão ser aprovadas simultaneamente.

§ 1º) Nos casos de modificações ou acréscimo deverá ser indicado o que será demolido ou construído, mediante a seguinte conversão.

A) Cor amarela para as partes a serem demolidas.

Art. 10) A Prefeitura Municipal comunicará ao interessado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o deferimento ou as exigências que se impuserem para aprovação do projeto.

Art. 11) As modificações introduzidas em projeto já aprovados deverão ser notificados à Prefeitura Municipal, que após exame poderá exigir detalhamento das referidas modificações, desde que estas alterem a área construída ou a forma de implantação de edificação no lote.

Art. 12) Após aprovação do projeto e comprovado o pagamento das taxas devidas, a Prefeitura fornecerá de licença da obra, que será válido pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua expedição.

§ 1º) Ultrapassado esse prazo, será necessário novo pedido de licença da obra, obedecida a Legislação vigente por essa ocasião, respeitada, entretanto, à parte da edificação que houver sido realizada em conformidade com a licença.

§ 2º) As obras que por sua natureza exigirem prazos superiores para construção, poderão ter o prazo revisto mediante o exame do cronograma pela Prefeitura Municipal.

SEÇÃO II

DA EXECUÇÃO E APROVAÇÃO DAS OBRAS

Art. 13) A execução da obra somente poderá ser iniciada depois de aprovado o projeto e expedido o alvará de licença para a construção.

Parágrafo Único - As obras somente serão licenciadas quando estiverem localizadas em vias aprovadas e/ou reconhecidas pela Prefeitura Municipal.

Art. 14) Uma obra será considerada iniciada assim que estiver com os serviços das fundações em andamento.

Art. 15) O alvará de licença deverá ser mantido no local da obra juntamente com um jogo de cópias do projeto para apresentação a fiscalização da Prefeitura.

Art. 16) Não será permitida sob pena de multa ao responsável pela obra, a permanência de qualquer material de construção na via pública e no passeio, por tempo maior que o necessário para sua descarga e remoção.

Art. 17) Nenhuma construção ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial, sem que seja obrigatoriamente protegida por tapumes que garantam a segurança de que transita pelo logradouro.

Art. 18) Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio, deixando a outra inteiramente livre e desimpedida para os transeuntes.

Art. 19) Concluída a obra, deverá ser requerida, a Prefeitura Municipal, vistoria para fins de aprovação e habite-se.

Parágrafo Único - Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade estando em funcionamento as instalações hidrosanitárias e elétricas.

Art. 20) Procedida à vistoria e constatado que a obra foi realizada em consonância com o projeto aprovado, obriga-se a Prefeitura a Expedir o Certificado de Conclusão de Obra ("habite-se") no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de entrega do requerimento.

§ 1º) Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem o respectivo "habite-se".

§ 2º) Quando a edificação divergir o projeto, esta poderá ser interdita no todo ou em parte conforme o caso, e determinada à realização das obras necessárias para a sua adequação ao código de obras.

§ 3º) Não sendo obedecido pelo proprietário o prazo imposto para as providências exigidas, poderá ser ajuizada a competente ação judicial visando esse fim.

Art. 21) Poderá ser concedido "habite-se" parcial a juízo do órgão competente da Prefeitura Municipal, nos seguintes casos:

I - Quando se trata de prédio composto de parte comercial e parte residencial, e puder cada uma ser utilizada independente da outra;

II - Quando se tratar de prédio de apartamentos, caso uma parte seja completamente concluída e pelo menos um acesso esteja concluído;

III - Quando se tratar de edificação em vila, estando seu acesso devidamente concluído.

CAPÍTULO III EDIFICAÇÕES EM GERAL

SEÇÃO I DAS FUNDAÇÕES

Art. 22) As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º) As fundações não poderão invadir o leito da via pública;
§ 2º) As fundações das edificações deverão ser executadas de maneira que não prejudiquem os imóveis vizinhos, e sejam totalmente independentes e situados dentro dos limites do lote.

SEÇÃO II DAS PAREDES E DOS PISOS

Art. 23) As paredes tanto externas como internas, quando executadas em alvenaria de tijolo comum, deverão ter espessura mínima de 10 cm (dez centímetros).

§ 1º) As paredes de alvenaria de tijolo comum constituirão divisões entre economias distintas, e as construídas nas divisas dos lotes, deverão ter espessura mínima de 20 cm (vinte centímetros).

§ 2º) As vedações externas das edificações deverão atender às condições de isolamento tais que garantam conforto térmico e acústico no interior dos compartimentos.

Art. 24) As espessuras mínimas de paredes constantes no artigo anterior, poderão ser alteradas, quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, e isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

Art. 25) Em toda a edificação, os compartimentos onde estiverem previstos o preparo, a manipulação ou o depósito de alimentos, a guarda de drogas, aviamentos de receitas, curativos e aplicações de injeções, depósitos de lixo, assim como os banheiros de qualquer natureza, terão seus pisos e paredes revestidas com acabamento liso, lavável e impermeável até a altura mínima de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros).

SEÇÃO II DOS CORREDORES, ESCADAS E RAMPAS

Art. 26) Os vãos de acesso às edificações, bem como as passagens, corredores, e rampas serão dimensionados segundo a seguinte classificação.

I - De uso Privativo - Restrito à utilização de unidades residenciais, escritórios particulares, consultórios, salas comerciais e outras unidades imobiliárias autônomas sem acesso ao público;

II - De uso Comum - De utilização aberta à distribuição do fluxo de circulação nas unidades de uso privativo e de acesso ao público.

Art. 27) As passagens, corredores, escadas e rampas quando de uso privativo, terão largura mínima de 0,80 m (oitenta centímetros).

Art. 28) Quando forem de uso coletivo ou comum, terão largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), para um comprimento máximo de 10,00 m (dez metros).

Parágrafo Único - Nas galerias comerciais a largura nunca será inferior a 2,00 m (dois metros).

Art. 29) As portas de acesso às edificações de uso coletivo deverão possuir sistema que possibilite sua abertura de dentro para fora.

Art. 30) As escadas deverão atender às seguintes exigências.

I - O dimensionamento dos degraus será feito sempre que possível de acordo com a fórmula $2h + P = 63$ cm. Onde h é a altura ou espelho do degrau, e p a profundidade do degrau;

II - Quando o desnível a vencer for maior que 3,00 m (três metros), terão patamar intermediário de profundidade pelo menos igual à largura da escada.

Art. 31) As rampas devem respeitar o seguinte:

I - Quando destinada a pedestres: 10% (dez por cento);

II - Quando destinada a veículos: 25% (vinte e cinco por cento).

SEÇÃO IV DAS MARQUISES E BALANÇOS

Art. 32) A construção de marquises obedecerá às seguintes condições:

I - Quando no alinhamento não poderão exceder a 3/4 (três quartos) da largura do passeio;

II - Não pode ter altura inferior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do passeio;

III - A marquise terá estrutura em balanço sem apoio no passeio que prejudique a circulação de pedestres;

IV - Que não prejudique o desenvolvimento da arborização existente e o posteamento da iluminação pública e telefônica.

SEÇÃO V DOS MUROS, CALÇADAS E PASSEIOS.

Art. 33) A construção de muros e fechamento, no alinhamento dos lotes edificados é facultativo, desde que esteja ajardinado e possua meio-fio e calçada. Parágrafo Único - Os terrenos baldios nas ruas pavimentadas, deverão ser fechados em seu alinhamento, com tapumes, cercas ou muro de alvenaria, ou o que dispuser o Código Municipal de Posturas.

Art. 34) Os proprietários dos imóveis que tenham frente para vias pavimentadas ou dotadas de meio-fio, são obrigados a pavimentar a calçada em frente de seus lotes, além de manter sua conservação.

Parágrafo Único - Em determinadas vias a Prefeitura Municipal poderá determinar a padronização dos passeios, em função da estética desejada para a mesma, sem que para isso incida qualquer ônus para si.

Art. 35) O rebaixamento de guias ou meio-fio, destinado à entrada de veículos, depende de licença especial, e não pode exceder a 50 % (cinquenta por cento) da testada do lote.

Art. 36) Todo proprietário que tiver em seu lote, muro, cerca ou similar, além do passeio pavimentado e em bom estado de conservação, poderá a critério da Prefeitura Municipal, gozar para efeitos de tributação, de alíquota diferenciada.

Parágrafo Único - Os muros edificados no alinhamento frontal das edificações e nas divisas laterais, não poderão ter altura superior a 2,10 m (dois metros e dez centímetros), salvo quando se tratar de muro de arrimo.

SEÇÃO VI DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 37) Todo ambiente deverá dispor de abertura que se comunique com a área externa para fins de iluminação e ventilação.

Art. 38) Ficam excluídas da exigência do artigo anterior, as circulações em geral, as caixas de escada e compartimentos de utilização transitória.

Art. 39) os compartimentos da edificação classificam-se em:

I - De permanência prolongada, os compartimentos destinados às funções de estar, dormir, trabalhar, lazer e estudar.

II - De permanência transitória os demais compartimentos.

Art. 40) Nos compartimentos de permanência prolongada os vãos de iluminação e ventilação abertos, para o exterior deverão ter área mínima correspondente a 1/6 (um sexto) da área do piso.

Art. 41) Os compartimentos de permanência transitória terão vãos de ventilação com área mínima correspondente a 1/8 (um oitavo) da área do piso.

Art.42) Será admitida ventilação mecânica nos compartimentos de utilização transitória através de dutos, exaustão mecânica, ventilação indireta ou mecânica similar.

SEÇÃO VII DAS INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS

Art.43) Deverá ser obedecido a regulamento da Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina (CASAN) sobre abastecimento e tratamento de água, bem como suas normas sobre tratamento de esgotos, além do que dispuser este regulamento.

Art.44) É obrigatório que toda edificação disponha de sistema de tratamento de esgotos, seja através de fossa/sumidouro, filtro anaeróbico, vala de infiltração ou sistema similar, desde que seja comprovadamente eficiente.

§ 1º) Caso a Prefeitura Municipal constate qualquer tipo de poluição, proveniente da rede de esgoto, poderá ela autuar o estabelecimento, lacrar o sistema, embargar a obra e exigir a imediata solução do problema.

§ 2º) Em caso de não atendimento das exigências das autoridades Municipais, poderá ser cassado a habite-se e/ou o alvará de licença de funcionamento da edificação, sem prejuízo das demais combinações legais.

SEÇÃO VIII DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS

Art. 45) As instalações de energia elétrica nas edificações, deverão atender, além do disposto neste regulamento, as normas para instalações elétricas em edifícios, baixados pela Companhia de Eletricidade - CELESC.

Art. 46) As instalações telefônicas nas edificações deverão atender as normas de autoria das Telecomunicações de Santa Catarina - TELESC.

SEÇÃO IX DAS INSTALAÇÕES ESPECIAIS

Art. 47) Consideram-se especiais às instalações de gás, aquecedores, ar condicionado, pára-raios, antenas de rádio e televisão, ar comprimido, oxigênio e demais instalações exigidas para o funcionamento de determinada atividade.

§ 1º) Os bujões de gás engarrafados deverão estar obrigados em compartimento próprio com vão de ventilação permanente voltado para o exterior da edificação e obedecida as demais disposições contidas na Legislação Municipal pertinente.

§ 2º) Os aparelhos aquecedores de água a gás deverão ser instalados em locais abertos, com ventilação permanente;

§ 3º) As saídas de ar condicionado serão instaladas a uma altura mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros) do piso do compartimento em que se situem, quando a edificação estiver construída no alinhamento do lote.

CAPÍTULO IV EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

SEÇÃO I CLASSIFICAÇÃO

Art. 48) Edificações residenciais classificam-se em:

I - Unifamiliares - unidades construtivas autônomas destinadas à moradia;

II - Coletivas - unidades construtivas com instalações de uso comum constituindo edifícios isolados ou conjunto de edifícios destinados à moradia permanente ou temporária.

§ 1º) As edificações residenciais coletivas destinadas à moradia permanente são os edifícios de apartamentos.

§ 2º) As edificações residenciais coletivas destinadas à moradia temporária são os hotéis e pensões, internatos, pensionatos,

asilos e congêneres.

SEÇÃO II EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES

Art. 49) A unidade residencial unifamiliar, destinada à moradia permanente, terá área útil mínima de 20 m² (vinte metros quadrados) e será composta dos seguintes compartimentos mínimos:

I - Compartimento de utilização mista;

II - Compartimento sanitário.

Parágrafo Único - Nos locais onde não houver abastecimento de água, o compartimento sanitário deverá ser construído afastado da edificação principal consideradas as possíveis expansões da residência.

Art. 50) Serão admitidas num mesmo lote, duas residências além de pequena unidade comercial conjugada a residências desde que respeitados os índices urbanísticos previstos para a zona.

Art. 51) Os compartimentos das edificações para fins residenciais conforme sua utilização, obedecerão as seguintes condições quanto às dimensões mínimas:

Compartimento	Área mínima (m ²)	Largura mínima (m)	Pé direito mínimo (m)	Portas larguras mínimas	Área mínima de iluminação em relação à área do piso
Sala	8,00	2,40	2,60	0,80	1/6
Quarto	6,00	2,50	2,60	0,70	1/6
Cozinha	4,00	2,00	2,40	0,80	1/8
Capa	4,00	2,00	2,40	0,70	1/8
Banheiro	2,50	1,20	2,40	0,60	1/8
Depósitos	-	-	-	0,60	-
Hall	-	-	2,40	0,80	-
Corredor	-	0,80	2,40	-	-
Garagem	-	2,40	2,20	-	-
Lavabo	-	1,00	2,20	0,60	-
Closet	-	1,00	2,20	-	-

§ 1º) Poderá ser admitidos um quarto de serviço com área inferior àquela prevista no presente artigo, e com largura mínima de 2,00 m (dois metros).

§ 2º) Os banheiros que contiverem apenas um vaso e um chuveiro, ou um vaso e um lavatório, poderão ter área mínima de 1,50 m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados) e largura mínima de 0,90 m (noventa centímetros).

§ 3º) As portas terão 2,00 m (dois metros) de altura no mínimo, sendo suas larguras variáveis segundo as especificações do "caput" do artigo.

SEÇÃO III EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS COLETIVAS

Art. 52) Sem prejuízo de outras disposições que lhes sejam aplicáveis, as edificações residenciais coletivas destinadas à moradia permanente deverão obedecer às seguintes condições:

I - As unidades residenciais terão área útil total mínima proporcional ao número previsto de compartimentos de permanência prolongada, conforme o quadro abaixo:

Nº de compartimento de permanência prolongada	Área útil mínima das unidades residenciais (m²)
1	20
2	30
3	40
Mais de 3	50

II - Os compartimentos das unidades residenciais terão as seguintes dimensões mínimas:

Compartimento	Largura (m)	Pé direito (m)	Largura das portas (m)
Utilização prolongada	2,40	2,60	0,70
Utilização transitória	1,00	2,40	0,60

III - Garagem coletiva dimensionada na proporção que estabelecer a Lei de Zoneamento e este código.

IV - Área de uso comum da edificação, destinada à recreação e dimensionada na proporção de 1,00 m² (um metro quadrado) por compartimento de permanência prolongada existente no total da edificação.

Art. 53) Além das disposições do presente código que lhes forem aplicáveis, os edifícios de apartamentos deverão obedecer às seguintes condições:

I - Possuir local centralizado para coleta de lixo, com terminal em recinto fechado;

II - Possuir equipamentos para extinção de incêndio conforme exigência da Legislação específica.

Art. 54) As edificações residenciais coletivas, em geral, poderão integrar prédios mistos desde que atendam as exigências específicas para cada uso previsto e contenham acessos independentes ao logradouro público para cada um dos usos instituídos.

CAPÍTULO V

DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

SEÇÃO I

EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

Art. 55) As edificações destinadas ao trabalho são aquelas que obrigam, como atividade principal à indústria, e comércio ou a prestação de serviços profissionais de qualquer natureza.

Art. 56) Nos locais de trabalho sujeitos às disposições da consolidação das Leis do Trabalho - CLT, é obrigatória a observância das Normas Regulamentadoras (NR) relativas à segurança e medicina do trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho.

SEÇÃO II

EDIFICAÇÕES PARA USO INDUSTRIAL

Art. 57) A construção, reforma ou adaptação de prédios para uso industrial, somente será permitida nas áreas prevista na Lei de Zoneamento.

Art. 58) As edificações de uso industrial deverão atender, além das demais disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, as seguintes:

I - Serem as fontes de calor ou dispositivos onde se concentram as mesmas, convenientemente dotadas de isolamento térmico, e afastadas pelo menos 0,50 m (cinquenta centímetros) das paredes;

II - Terem os depósitos de combustíveis, locais adequadamente preparados;

III - Serem as escadas e os entre pisos de material incombustível;

IV - Terem nos locais de trabalho iluminação natural, através de abertura com área mínima de 1/7 (um sétimo) da área de piso, sendo admitidas lanternins ou "SHED";

V - Terem compartimentos sanitários em cada pavimento devidamente separados para ambos os sexos.

Parágrafo Único - Não será permitida a descarga de esgotos sanitários de qualquer procedência e despejos industriais "in-natura", nas valas coletoras de águas pluviais, ou em qualquer curso d'água.

SEÇÃO III

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Art. 59) Além das disposições do presente código que lhes forem aplicáveis, as edificações destinadas ao comércio, serviço e atividades profissionais, deverão ser dotadas de:

I - Reservatório de água de acordo com as exigências, do órgão ou empresa encarregada do abastecimento de água, totalmente independente da parte de edificações de uso misto;

II - Instalações coletoras de lixo, nas condições exigidas para os edifícios de apartamentos, quando tiverem mais de 2 (dois) pavimentos;

III - Abertura de ventilação e iluminação na proporção de no mínimo 1/6 (um sexto) da área do compartimento.

Art. 60) As lojas e estabelecimentos de comércio em geral deverão atender às seguintes dimensões mínimas.

Área do estabelecimento (m²)	Pé direito (m)
Até 25	2,60
25 a 75	3,00
Maior de 75	4,00

I - O Pé Direito mínimo deverá ser de 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros) para qualquer área do estabelecimento, quando da previsão de jirou no interior da loja.

Art. 61) Os jirous terão sua utilização restrita a depósitos ou salas de administração, com área máxima correspondente a 30 % (trinta por cento) da área de compartimento onde se situem.

Art. 62) Os bares, cafeterias, restaurante e congêneres terão sanitários separados por sexo, localizados de tal forma que garantam fácil acesso ao público.

Art. 63) A natureza do revestimento do piso e das paredes das edificações destinadas ao comércio, dependerá da atividade a ser desenvolvida, devendo ser executados de acordo com as Leis Sanitárias do Estado.

Art. 64) As unidades independentes destinadas à prestação de serviços profissionais em geral, deverão ter área útil mínima de 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados), incluídos os sanitários privativos.

Art. 65) As edificações de uso comum destinadas a salas comerciais e prestação de serviços em geral deverão dispor de apartamento para zelador residente e sanitários para o pessoal de serviços.

SEÇÃO IV

EDIFICAÇÕES PARA FINS ESPECIAIS

Art. 66) Consideram-se especiais às edificações destinadas ao uso institucional construídas pela iniciativa pública ou privada.

§ 1º) Os critérios de localização e implantação das edificações para fins especiais serão aqueles definidos na Lei de Zoneamento.

§ 2º) As vagas para estacionamento de veículos nas edificações para fins especiais, serão exigidas, conforme o caso, a critério do órgão municipal competente.

Art. 67) As creches deverão apresentar condições técnico-construtivas compatíveis com as características do grupo etário que compõe sua clientela.

§ 1º) As instalações sanitárias, interruptores de luz, maçanetas, portas, bancadas, demais elementos construtivos e o mobiliário, deverão permitir utilização autônoma pelas crianças de até 4 (quatro) anos.

§ 2º) Será exigida área livre externa de recreação, arborizada, com área proporcional à capacidade prevista e nunca inferior a 50,00 m² (cinquenta metros quadrados).

§ 3º) A ligação entre níveis diferentes da edificação será feita preferencialmente por meio de rampas.

Art. 68) As creches construídas em locais de trabalho, por força de Legislação Trabalhista, atenderão, além do que dispõe este regulamento, as exigências próprias sobre o assunto, previstas na consolidação das leis de trabalho e legislação complementar.

Art. 69) Os estabelecimentos de ensino pré-escolar e as escolas de 1º e 2º graus, além das normas de construção expedidas pela Secretaria Estadual e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deverão dispor de:

I - Área de recreação correspondente a duas vezes, no mínimo, a soma das áreas das salas de aula;

II - Instalações sanitárias separadas por sexo com as seguintes proporções mínimas:

Aparelho sanitário	Vaso sanitário	Mictório	Lavatório
Masculino	1/20 alunos	1/25 alunos	1/30 alunos
Feminino	1/20 alunos	-	1/30 alunos

Art. 70) Os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, atenderão às normas de construção expedidas pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo órgão Municipal competente em matéria de saúde.

Art. 71) Os postos de serviços e de abastecimento de veículos deverão atender às seguintes condições:

I - Os materiais de construção serão comprovadamente resistentes ao fogo;

II - Existirem boxes isolados para limpeza e lubrificação, revestidos de material liso e impermeável, de piso antiderrapante e de ventilação permanente;

III - Os despejos provenientes de postos de serviços, onde haja lavagem e lubrificação de veículos, deverão passar em caixa de areia e caixa separadora de óleo antes de serem lançados no sistema público de esgoto sanitário;

IV - Os muros de divisas com lotes vizinhos terão altura mínima de 2,00 m (dois metros);

V - Dispor de instalações sanitárias para os empregados e para o público, independentes e separadas por sexo;

VI - As bombas abastecedoras serão afastadas, no mínimo, 4,00 m (quatro metros) do alinhamento da via pública.

Parágrafo Único - Deverão ser observadas a Legislação Federal sobre produtos inflamáveis e as normas complementares de autoria do órgão Federal competente.

Art. 72) Os cinemas, teatros, auditórios e salas de espetáculos deverão atender às seguintes determinações:

I - Dispor de instalações sanitárias separadas para cada sexo, calculada proporcionalmente a lotação prevista e conforme o quadro

seguinte:

Sexo	Lugares para cada 250 ou fração	Para cada 500 ou fração
Masculino	1 mictório	1 vaso e 1 lavatório
Feminino	1 vaso	1 vaso e 1 lavatório

II - Dispor de local de espera para o público com área mínima de 1,00 m² (um metro quadrado) para cada 10 (dez) pessoas da lotação prevista;

III - Quando houver guichês para venda de ingressos, deverão estar situados de tal forma a evitar filas do público no logradouro.

Parágrafo Único - Quando não houver lugares fixos, a lotação será calculada na base de 1,60 m² (um metro e sessenta centímetros quadrados) por pessoa.

Art.73) Além das demais disposições deste código que lhes forem aplicáveis, os edifícios públicos deverão obedecer ainda as seguintes condições mínimas, para cumprir o previsto no Artigo 3º da presente Lei:

I - Rampas de acesso ao prédio deverão ter declividade máxima de 8 % (oito por cento), possuir piso antiderrapante e corrimão na altura de 0,75 m (setenta e cinco centímetros);

II - Na impossibilidade de construção de rampas, a portaria deverá ser no mesmo nível da calçada;

III - Quando da existência de elevadores, estes deverão ter dimensões mínimas de 1,10 x 1,40 m (um metro e dez centímetros por um metro e quarenta centímetros);

IV - Os elevadores deverão atingir todos os pavimentos, inclusive garagens e sub-solos;

V - Todas as portas deverão ter largura mínima de 0,80 m (oitenta centímetros);

VI - Os corredores deverão ter largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

VII - A altura máxima dos interruptores campainhas e painéis de elevadores serão de 0,80 m (oitenta centímetros);

Art.74) Em pelo menos um gabinete sanitário de cada banheiro masculino e feminino, deverão ser obedecidas as seguintes condições:

I - Dimensões mínimas de 1,40 x 1,85 m (um metro e quarenta por um metro e oitenta e cinco centímetros);

II - O eixo do vaso sanitário deverá ficar a uma distância de 0,45 m (quarenta e cinco centímetros) de uma das paredes laterais;

III - As portas poderão abrir para dentro dos gabinetes sanitários, e terão no mínimo 0,80 m (oitenta centímetros) de largura;

IV - A parede lateral e mais próxima ao vaso, bem como o lado interno da porta, deverão ser dotadas de alças de apoio, a uma altura de 0,80 (oitenta centímetros);

V - Os demais equipamentos não poderão ficar a altura superior a 1,00 m (um metro).

SEÇÃO V DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

Art.75) As condições para o cálculo do número mínimo de vagas de veículos, será na proporção discriminada, por tipo de uso das edificações, especificadas e exigidas na Lei de Zoneamento, uso e ocupação do lote.

Art.76) A área mínima por vaga será de 12,50 m² (doze e meio metros quadrados), com largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

CAPÍTULO VI DAS CONSTRUÇÕES IRREGULARES

Art.77) Qualquer obra, em qualquer fase sem a respectiva licença estará sujeita a multa, embargo, interdição e demolição.

Art.78) A fiscalização, no âmbito de sua competência expedirá notificações e autos de infração para cumprimento das disposições deste código, endereçados ao proprietário da obra ou responsáveis técnicos.

Art.79) As notificações serão expedidas apenas para o cumprimento de alguma exigência acessória contida no processo, ou regularização do projeto, obra ou simples falta de cumprimento de disposições deste.

§ 1º) Expedida a notificação, esta terá o prazo de 15 (quinze) dias para ser cumprida.

§ 2º) Esgotado o prazo de notificação, sem que a mesma seja atendida, lavrar-se-á o auto de infração.

Art.80) Não caberá notificação, devendo o infrator ser imediatamente autuado.

I - Quando iniciar obra sem a devida licença da Prefeitura Municipal;

II - Quando não cumprir a notificação no prazo regulamentar;

III - Quando houver embargo ou interdição.

Art.81) A obra em andamento, seja ela de reparo, reconstrução, reforma ou construção será embargada, sem prejuízo das multas e outras penalidades, quando:

I - Estiver sendo executada sem a licença ou alvará da Prefeitura Municipal, nos casos em que o mesmo for necessário conforme previsto na presente Lei;

II - For desrespeitado o respectivo projeto;

III - O proprietário ou responsável pela obra recusar-se a atender a qualquer notificação da Prefeitura Municipal referente às disposições deste código;

IV - Não forem observados o alinhamento e nivelamento;

V - Estiver em risco a sua estabilidade.

Art.82) Por embargar uma obra, deverá o fiscal ou funcionário credenciado pela Prefeitura Municipal lavrar um auto de embargo.

Art.83) O embargo somente será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no auto de embargo.

Art.84) O prédio ou qualquer de suas dependências poderá ser interditado, provisória ou definitivamente, pela Prefeitura Municipal, nos seguintes casos:

I - Ameaça a segurança e estabilidade das construções próximas;

II - Obras em andamento com risco para o público ou para o pessoal da obra.

Art.85) Não atendida a interdição e não realizada a intervenção ou indeferido o respectivo recurso, terá início a competente ação judicial.

CAPÍTULO VII DAS MULTAS

Art.86) A aplicação das penalidades previstas no capítulo da presente lei, não eximem o infrator da obrigação do pagamento de multa por infração e da regularização da mesma.

Art.87) As multas serão calculadas por meio de alíquotas inteiras sobre uma Unidade Fiscal Municipal (UFM) a ser estabelecida através de Legislação própria, e regulamentada por Decreto Municipal.

Art.88) O contribuinte terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da

intimação ou autuação, para legalizar a obra ou sua modificação, sob pena de ser considerado reincidente.

Art.89) O pagamento da multa não sanará a infração, ficando o infrator na obrigação de regularizá-la, de acordo com o descrito no auto de embargo ou na intimação para regularização.

Art.90) No caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dobro.

Art.91) Cabe ao Executivo Municipal, promover a atualização das multas através de decreto, quando se fizer necessário.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.92) A numeração de qualquer prédio ou unidade residencial será estabelecida pela Prefeitura Municipal, o requerimento ao interessado mediante o pagamento da respectiva taxa.

Art.93) É obrigação do proprietário à colocação da placa de numeração que deverá ser fixada em lugar visível.

Art.94) Além das disposições contidas neste código, deverão ser observadas as exigências previstas na Lei Municipal de Zoneamento e na Legislação Civil.

Art.95) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre "SC", 13 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.001 de 13 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.001 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994
INSTITUI A DISCIPLINA O PARCELAMENTO DO
SOLO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º) Fica disciplinado o Parcelamento do Solo no território do Município de Campo Alegre, regulamentado pela presente Lei, observadas as exigências da Lei de Zoneamento da Legislação Estadual e Federal, em especial a Lei Federal nº 6.766/79.

Art. 2º) Para os efeitos desta Lei, ficam definidas as seguintes modalidades de parcelamento do solo:

I - Loteamento

II - Desmembramento

III - Remembramento

Art. 3º) Os parcelamentos do solo localizados na Área Rural do Município, somente serão autorizados mediante prévia consulta e

anuência do órgão Federal competente.

§ 1º) Em qualquer hipótese, a área parcelada deverá respeitar o módulo mínimo estabelecido pelo órgão Federal;

§ 2º) O parcelamento do solo em área rural deverá respeitar o disposto nesta lei, na lei de zoneamento e na Lei Federal nº 6.766/79.

Art. 4º) O parcelamento do solo, para fins urbanos obedecerá ao Regime Urbanístico das zonas de uso estabelecidas na Lei de Zoneamento.

Art. 5º) Fica vedado o parcelamento do solo para fins urbanos:

I - Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas às providências para assegurar o escoamento das águas ou proteção contra as cheias;

II - Em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências especificadas nesta Lei;

III - Em terrenos onde as condições geológicas são tecnicamente impróprias para a edificação, podendo o Executivo Municipal exigir se julgar necessário, laudo geológico sob responsabilidade de Profissional Legalmente Habilitado pelo CREA;

IV - Nas reservas ecológicas, áreas de proteção de mananciais e áreas de Proteção Ambiental ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção;

V - Nas faixas de fundo de vale e lindeiras aos recursos hídricos, numa faixa mínima de 10 (dez) metros de cada margem;

VI - Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente sanados.

CAPÍTULO II

DOS LOTEAMENTOS

Art. 6º) Considera-se loteamento a subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de Logradouros Públicos ou Prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

Art. 7º) Ficam os loteamentos subdivididos em categorias estabelecidas segundo sua finalidade em:

- a) Loteamento Residencial;
- b) Loteamento Industrial;
- c) Condomínio Residencial Fechado.

Art. 8º) Consideram-se loteamentos residenciais aqueles destinados ao uso residencial, onde a implantação de atividades comerciais e de serviços são permitidas segundo estabelecido na Lei de Zoneamento.

Art. 9º) Entende-se por loteamento industrial o parcelamento do solo cuja finalidade seja de implantação de atividades produtivas, e o lote resultante não seja inferior a 2.500,00 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados).

Art. 10º) Entende-se por condomínio residencial fechado aqueles destinados ao uso residencial de acesso restrito, onde as normas de uso e ocupação do solo poderão ser definidas através de instrumento jurídico particular, observadas porém as demais normas e exigências contidas nesta Lei.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS PARA LOTEAMENTO

Art. 11) Os Projetos de Loteamento deverão observar rigorosamente as seguintes diretrizes:

- I - As diretrizes de desenvolvimento urbanístico da região e sobretudo do local, estabelecidas em Lei e seu Regulamento;
- II - A conservação dos pontos panorâmicos e da paisagem local;
- III - A manutenção de áreas de preservação ou de restrição à ocupação, especialmente aquelas citadas no Artigo 5º desta Lei, e

o Patrimônio Natural e Arqueológico tombado pelo Poder Público.

IV - Ao longo das redes de alta tensão, rodovias, ferrovias, dutos e faixas de drenagem, será obrigatória a reserva de uma faixa "non Aedificandi" conforme exigência dos órgãos competentes e o estabelecido nesta Lei;

V - As vias projetadas deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, conforme o Plano Viário Municipal e harmonizar-se com a topografia local;

VI - Em nenhum caso as vias projetadas poderão prejudicar escoamentos naturais das águas nas respectivas bacias hidrográficas, somente podendo os cursos d'água serem tubulados ou canalizados com prévia anuência da Prefeitura Municipal.

Art. 12) Os espaços destinados aos equipamentos comunitários, públicos e às áreas verdes, serão definidos pelo Poder Público de modo a integrá-los harmonicamente a estrutura urbana, considerando sempre que possível os seguintes fatores:

I - Acessibilidade da área em relação ao conjunto, ao sistema viário projetado e existente, bem como as atividades existentes e/ou previstas nas áreas contíguas;

II - Minimização das intervenções no meio físico.

CAPÍTULO IV

DOS DESMEMBRAMENTOS

Art. 13) Considera-se desmembramento a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário oficial existente, desde que não implique no prolongamento ou modificação dos já existentes.

Art. 14) Aplicam-se ao desmembramento, no que couber, as disposições relativas ao loteamento, e em especial, ao disposto nos artigos 37, 38 e 39 desta Lei.

Parágrafo Único - Nos desmembramentos de glebas ou terrenos decorrentes de loteamentos aprovado a partir da vigência do Decreto Federal nº 58, de 10 de dezembro de 1937, cuja destinação de áreas públicas tenha sido inferior a mínima prevista nesta lei, a reserva de áreas far-se-á relativamente à gleba ou terreno a desmembrar, levando-se em consideração a proporcionalidade da mesma em relação à reserva de área já ocorrida quando do loteamento.

CAPÍTULO V

DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS FECHADOS

Art. 15) Consideram-se condomínios residenciais fechados àqueles destinados ao uso residencial de acesso restrito, onde as normas de uso e ocupação do solo, poderão ser definidas através de instrumento legal próprio, sendo porém vedada à utilização exclusiva, por parte dos moradores, das áreas destinadas aos equipamentos públicos.

§ 1º) As normas especiais aludidas no "caput" deste artigo, serão definidas no contrato de compra e venda, bem como no memorial descritivo do loteamento, observados os limites estabelecidos em Lei;

§ 2º) No caso de haverem normas especiais de uso e ocupação, o processo de aprovação dos Projetos das edificações que acederem aos lotes, ficará sujeito as disposições de convênio firmado entre a Prefeitura e os responsáveis pelo loteamento, objetivando que de forma prévia e complementar, verifiquem e fiscalizem a aplicação das citadas normas;

§ 3º) Os direitos atribuídos, de forma complementar aos responsáveis pelo condomínio fechado, em decorrência do citado convênio, não implicará em delegação, exoneração ou renúncia de responsabilidade e prerrogativas inerentes a Prefeitura.

Art. 16) A autorização de implantação de Loteamentos residenciais fechados dependerá de análise prévia do órgão de Planejamento da Prefeitura, considerando o interesse Público e as diretrizes

urbanísticas estabelecidas em seu Plano Diretor.

Art. 17) Dos projetos urbanísticos destinados à implantação de Loteamentos residenciais fechados, deverá constar necessariamente:

I - A indicação das áreas e equipamentos Públicos que deverão ser objeto de utilização e uso comum;

II - A indicação do uso e dos elementos construídos de utilização exclusiva que poderão atender as áreas destinadas a equipamentos Públicos;

III - Independentemente das demais exigências legais, a soma das áreas destinadas ao Sistema viário, equipamentos urbanos e áreas de lazer, não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco) por cento de área total da gleba a ser loteada.

Parágrafo Único - A introdução de usos ou edificações não previstos na forma do inciso II deste artigo, somente poderão ser realizados mediante autorização do órgão Técnico de Planejamento da Prefeitura.

CAPÍTULO VI DOS FRACIONAMENTOS

Art. 18) Considera-se fracionamento, o parcelamento que aproveitando o sistema viário existente, sem a abertura de novas vias, prolongamento ou modificação do traçado das já existentes, atenda os seguintes:

I - O parcelamento de gleba ou lote de qualquer dimensão, resultante de remembramento, desde que o número de lotes decorrentes da divisão seja igual ou inferior ao dos lotes anteriormente reunidos, ainda que com organização ou configuração diversa da originária;

II - O parcelamento da gleba ou lote, do qual a parcela resultante, com qualquer dimensão, se destine a ser reunida a lote lindeiro, desde que o imóvel remanescente permaneça com as dimensões mínimas de área testada para via ou logradouro público, previsto para a região em que se situar;

III - A divisão amigável ou judicial independente da área da gleba ou terreno, bem como a partilha de imóveis nomeadamente nas hipóteses de:

a) Dissolução da Sociedade Conjugal;

b) Sucessão "causa mortis";

c) Dissolução de sociedade ou associações constituídas anteriormente a data de vigência da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;

d) Transmissão "intervivos" através de escritura pública de doação.

IV - O parcelamento de glebas ou lotes dos quais a parcela resultante tenha igual ou superior a 100.000,00 m² (cem mil metros quadrados), que se destinarem à venda de terceiros.

Art. 19) Os lotes resultantes de fracionamento deverão possuir frente para a via Pública e observar testada e áreas mínimas, constantes dos padrões urbanísticos relativos a zona de uso em que estiverem contidas.

CAPÍTULO VII DOS REPARCELAMENTOS E REMEMBRAMENTOS

Art. 20) Considera-se remembramento a reunião de terrenos ou glebas em terreno ou glebas maiores, destinadas à edificação ou posterior parcelamento, segundo as modalidades previstas nesta Lei.

Art. 21) O reparcelamento consiste na divisão de área resultante de remembramento, por qualquer das modalidades previstas nesta lei.

Parágrafo Único - Aplica-se ao reparcelamento as disposições relativas à modalidade de parcelamento do solo nele efetuado.

Art. 22) Com vistas à plena implantação das diretrizes urbanísticas

previstas nesta Lei, a Prefeitura Municipal promoverá quando necessário, o reparcelamento de áreas urbanas, tratando cada uma como um conjunto à parte, observados os seguintes procedimentos:

I - Organizar-se-á um quadro geral da área objeto de reparcelamento, compreendendo a relação completa das propriedades, nomes dos proprietários, dimensões, confrontações e avaliação dos imóveis, bem como outros elementos necessários ao estudo do reparcelamento;

II - Concluídos os estudos de cada reparcelamento, serão chamados, todos os interessados para reconhecimento através de Edital de Convocação, abrindo-lhes o prazo de 20 (vinte) dias úteis para sua manifestação;

III - Somente será dada a continuidade do processo, de reparcelamento caso haja concordância expressa da totalidade dos proprietários envolvidos;

IV - Deduzidas da área total as áreas necessárias à abertura ou alargamento de Logradouros ou instalação de equipamentos Públicos conforme o caso, será o restante, em forma de novos lotes, redistribuídos aos proprietários, proporcionalmente a contribuição de cada um, observado na medida do possível, a localização da propriedade primitiva;

V - As áreas do terreno, remanescente de reparcelamento ou desapropriação, que por suas dimensões não possuam condições de se constituírem em lotes autônomos, poderão ser revendidas pelo Município, garantida a preferência, em igualdade de condições, aos proprietários anteriores e aos proprietários lindeiros;

VI - Na hipótese em que a área remanescente não atenda as dimensões mínimas definidas pelo Regime urbanístico em vigor na área de situação do imóvel e não havendo acerto com os proprietários dos lotes lindeiros, estas áreas serão incorporadas ao logradouro Público e transformados em áreas de lazer.

CAPÍTULO VIII DOS LOTEAMENTOS INDUSTRIAIS

Art. 23) Consideram-se loteamentos industriais aqueles destinados exclusivamente ao uso industrial e suas atividades complementares, sendo facultado o uso residencial, desde que em setores especialmente definidos para tal fim.

Art. 24) Os loteamentos industriais ficam sujeitos à observação das seguintes normas de Projeto.

I - Quando a área do lote mínimo Projetado for superior a 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados) o percentual das áreas de destinação pública será de, no mínimo:

a) 5,0 % (cinco por cento) da área total do terreno, destinada à implantação de área verde de preservação ou lazer;

b) 2,0 % (dos por cento) da área total do terreno, destinada à implantação de equipamentos comunicatórios, quando a área da gleba for de até 100.000 m² (cem mil metros quadrados);

c) 1,5 % (um virgula cinco por cento) da área total do terreno, destinada à implantação de equipamentos comunicatórios, quando a área da gleba for superior a 100.000,00 m² (cem mil metros quadrados);

II - Quando o lote mínimo projetado for inferior a 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados), serão exigidos os mesmos parâmetros de área de destinação pública que o estabelecido para os loteamentos residenciais.

CAPÍTULO IX DOS LOTEAMENTOS E CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

Art. 25) Constituem loteamentos e conjuntos habitacionais de interesse social, aqueles realizados com interveniência do Poder Público casos em que o Regime urbanístico será diferenciado na forma que vier a ser estabelecida em lei específica, com objetivo de promover a oferta dos lotes urbanísticos ou moradias à população

de baixa renda.

§ 1º) Fica facultado à iniciativa privada promover loteamentos e conjuntos habitacionais de interesse social, através de programa específico e mediante convênio na forma prevista em Lei;

§ 2º) Do ato de aprovação de Loteamentos e Conjuntos Habitacionais de interesse social, constará necessariamente as condições segundo as quais, será permitido acesso dos mutuários ao lote ou moradia e o processo de comercialização dos mesmos;

§ 3º) Os loteamentos objetos deste capítulo, ficam sujeitos às exigências relativas a execução das obras de equipamentos públicos comunitários, estabelecidas para os loteamentos residenciais;

§ 4º) Nos conjuntos habitacionais, objetos deste capítulo, fica obrigado aos agentes promotores a execução das obras relativas aos equipamentos urbanos e comunitários previstos nesta Lei.

CAPÍTULO X

DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS PÚBLICAS, COMUNITÁRIAS

Art. 26) Nos projetos de parcelamento do solo, além das áreas dos lotes, deverão ser previstas áreas para equipamentos públicos urbanos e comunitários.

§ 1º) Consideram-se urbanos, para efeito desta Lei, os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, coletas de águas pluviais, energia elétrica, rede telefônica e gás canalizado;

§ 2º) Consideram-se comunitários, para efeito desta lei, os equipamentos Públicos de Educação, Cultura, Saúde, Lazer e Similares.

Art. 27) A percentagem de áreas públicas, as quais serão dimensionadas de acordo com a gleba a ser loteada não poderá ser inferior a 35%, salvo nos casos previstos nesta lei.

§ 1º) As áreas destinadas à implantação ou equipamentos públicos comunitários e urbanos e sistema de circulação, constituem-se patrimônio da comunidade, a partir do Registro do Parcelamento em cartório.

§ 2º) A Prefeitura Municipal não poderá alienar as áreas previstas neste artigo, devendo assegurar-lhes o uso institucional indicado no Planejamento ou diretrizes de desenvolvimento do Município, fixadas quando do Registro do Parcelamento.

Art. 28) As áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários, dimensionados com base nos padrões urbanísticos, sempre que forem insuficientes ou inadequadas as finalidades públicas previstas, sendo conveniente a sua realocação, serão descritas e caracterizadas no projeto e memorial descritivo do parcelamento como lotes de terreno e por proposta do órgão Municipal de Planejamento Urbano serem objetos de:

I - Permuta por outra gleba ou lote de terreno situado na área abrangida pelo seu raio de influência, no caso de praças, parques e escolas cuja áreas sejam consideradas suficientes e adequadas às finalidades públicas previstas;

II - Venda a terceiro, destinado o valor assim obtido, exclusivamente, ao pagamento do proprietário de outra gleba ou lote de terreno, no caso de praças, parques e escolas na área abrangida por seu raio de influência, as quais sejam consideradas suficientes ou adequadas as finalidades públicas previstas, garantida a preferência à aquisição em igualdade de condições, ao antigo proprietário.

Parágrafo Único - As áreas transacionadas na forma dos incisos I e II deste artigo, terão a mesma destinação e utilização pública daquelas originalmente previstas e constantes do projeto e memorial descritivo do loteamento.

Art. 29) As áreas destinadas à implantação de equipamentos comunitários não poderão ter declividade superior à declividade média dos lotes e nem poderão estar localizadas em faixas de drenagem.

Art. 30) As áreas verdes assim como aquelas destinadas aos equipamentos comunicatórios, não terão largura inferior a 20,00 m (vinte metros), salvo nos casos previstos nesta Lei.

CAPÍTULO XI

DO SISTEMA VIÁRIO E INFRA-ESTRUTURA

Art. 31) Os Projetos relativos ao Sistema Viário dos loteamentos deverão observar o dimensionamento constante da Legislação vigente.

Parágrafo Único - A dimensão mínima das vias oficiais não poderá ser inferior a 12,00 m (doze metros).

Art. 32) Será de responsabilidade do loteador nos termos desta Lei, a execução das obras de infra-estrutura relativas a energia elétrica, saneamento, sistema viário e conservação ambiental, cujas projetos deverão ser submetidos a aprovação dos órgãos técnicos competentes.

Art. 33) Ficam os loteamentos residenciais, obrigados a nível de exigência de infra-estrutura mínima a ser executada, conforme a sua posição na estrutura urbana, como se segue:

a) Implantação do sistema viário com drenagem, revestimento primário em todas as vias, observadas as diretrizes da Prefeitura;

b) Execução das obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das ruas implantadas, sempre que forem consideradas indispensáveis, levado em conta as condições geológicas e topográficas do terreno;

c) Implantação de rede para drenagem pluvial em todas as vias e tubulação nos cruzamentos das mesmas;

d) Implantação da rede de abastecimento de água potável;

e) Implantação da rede de energia elétrica e iluminação pública;

§ 1º) As redes de drenagem pluvial e de esgoto sanitário deverão ser estendidas até o ponto de lançamento existente, compatível e determinado pelo órgão competente;

§ 2º) Ainda com relação ao sistema de drenagem pluvial e a critério do órgão de planejamento urbano, poderão ser admitidos sistemas de drenagem superficial, desde que em áreas específicas, pré-determinadas e somente em vias pavimentadas.

CAPÍTULO XII

DA PROTEÇÃO DA PAISAGEM E DO SISTEMA HIDROGRÁFICO

Art. 34) Os projetos de parcelamento deverão prever a máxima conservação da cobertura vegetal possível, a título de contenção dos efeitos negativos da erosão.

Art. 35) Os projetos de loteamento em glebas ou terrenos que contenham setores com declividade igual ou superior a 30 % (trinta por cento), deverão observar:

I - Deverá estar indicado no projeto, todas as elevações ou setores dos mesmos, com declividade superior a 30 % (trinta por cento), ficando sua ocupação sujeita as seguintes condições:

a) O sistema viário projetado nestes locais deverá estar adequado a situação topográfica prevendo o menor impacto ambiental possível;

b) As obras de terraplanagem nestes locais não poderão exceder a 30% (trinta por cento) de sua área, incluindo neste percentual o sistema viário projetado;

parágrafo Único - para efeito do cumprimento do disposto na alínea "A", do inciso I deste artigo, poderá o órgão de planejamento urbano da Prefeitura, estabelecer padrões especiais das vias, que sejam mais adequados à situação local existente.

Art. 36) No parcelamento de glebas ou terrenos que contiverem faixas de fundo de vale ou forem cortadas por corpos de água, deverá ser observada a reserva de faixas de drenagem, ou então serem previstas obras que garantam o perfeito escoamento das águas.

Parágrafo Único - Entende-se por fundo de vale as depressões que contenham canais destinados ao escoamento das águas.

CAPÍTULO XIII DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DA TRAMITAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO DE PARCELAMENTO

Art. 37) Para efeito de aprovação de projeto técnico de parcelamento do solo, o interessado deverá, encaminhar a Prefeitura Municipal, respectivamente:

- I - Pedido de consulta prévia de viabilidade de parcelamento;
- II - Pedido de diretrizes básicas para o parcelamento;
- III - Pedido opcional de análise de ante-projeto urbanístico;
- IV - Pedido de aprovação do projeto técnico definitivo.

Art. 38) No ato de solicitação da consulta prévia de viabilidade de parcelamento, o interessado apresentará os seguintes documentos:

- I - Requerimento definitivo a intenção do parcelamento;
- II - Certidão atualizada da matrícula do imóvel no registro imobiliário;
- III - Planta de situação na escala 1:10.000;
- IV - Planta topográfica.

Art. 39) A Prefeitura Municipal expedirá certidão informando sobre a viabilidade ou não de parcelar a gleba, objeto do requerimento, e em caso afirmativo, indicará as seguintes diretrizes:

- I - Zona de uso a que pertence a gleba;
- II - Dimensões mínimas do lote permitido;
- III - Uso do solo e regime de ocupação permitido;
- IV - Indicações do plano viário municipal;
- V - Boletim normativo de apresentação do projeto.

§ 1º) As normas relativas à apresentação de projetos serão regulamentadas através de Decreto do Prefeito Municipal;

§ 2º) As diretrizes expedidas na forma do artigo anterior, terão validade enquanto vigorar a Lei que as estabeleceram, perdendo a validade sempre que houver alteração.

Art. 40) Orientado pelas diretrizes oficiais indicadas na consulta prévia e de viabilidade de parcelamento, deverá o interessado encaminhar à Prefeitura Municipal requerimento de diretrizes básicas de parcelamento anexando aos seguintes documentos:

- I - Certidão de viabilidade de parcelamento, expedida pela Prefeitura Municipal;
- II - Certidão de baixa no cadastro do órgão federal competente quando se tratar de imóvel rural em área urbana;
- III - Certidão de viabilidade de abastecimento de água e energia elétrica, emitido pelos órgãos competentes;
- IV - Certidão referente à autorização ou ato de regularidade das obras de terraplanagem e desmatamento, emitido pelos órgãos de fiscalização do meio ambiente.
- V - Levantamento topográfico e planialométrico.

Parágrafo Único - Quando se dispuser a parcelar parte do terreno, o requerente deverá apresentar o levantamento topográfico abrangendo a totalidade do imóvel.

Art. 41) A Prefeitura Municipal, com base nos documentos requisitados, fornecerá diretrizes básicas quanto a:

- I - Vias de circulação do sistema viário básico do município, de modo a permitir o enquadramento e entrosamento com o sistema existente e o proposto;
- II - Definição das áreas "Non Aedificandi" provenientes de rios, córregos e demais corpos d'água que cortem a gleba, além daqueles junto a linhas de energia elétrica, ferrovias, rodovias e dutos;
- III - Faixas para escoamento de águas fluviais;
- IV - Reserva, especificação e posição aproximada de áreas institucionais destinadas a equipamentos urbanos e comunicatórios;
- V - Locais sujeitos à restrição ao parcelamento devido à declividade

do terreno;
VI - Nível de tratamento dos resíduos locais.

Art. 42) O interessado, tendo como referência as diretrizes básicas fornecidas pela Prefeitura Municipal, elaborará opcionalmente o ante-projeto urbanístico do parcelamento, submetendo-o à análise do órgão de planejamento municipal competente, devendo apresentar os seguintes elementos:

- I - Proposta preliminar de divisão e conformação de quadros, lotes, dimensões básicas, arruamentos, arranjo das áreas comuns;
- II - Estatística parcial do loteamento;
- III - Proposta de tratamento do terreno, cobertura vegetal, condições de encostas, escoamentos de águas, tratamento de resíduos e demais elementos técnicos necessários a perfeita compreensão do ante-projeto.

Parágrafo Único - Da análise do ante-projeto urbanístico será devolvida uma cópia ao interessado, contendo indicações de alterações recomendadas, se for o caso, pela Prefeitura Municipal ou demais órgãos públicos, a fim de que seja elaborado projeto definitivo.

Art. 43) A apresentação definitiva para aprovação do parcelamento deverá conter os seguintes documentos:

- I - Prova de domínio sobre o terreno, com relação cronológica dos títulos devidamente transcritos desde 20 (vinte) anos na forma da Legislação Federal em vigor;
- II - Certidões negativas;
 - a) Dos tributos Federais, Estaduais e Municipais relativas ao imóvel;
 - b) Das ações referentes ao imóvel no período de 10 (dez) anos;
 - c) Das ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a administração pública do loteador.

III - Certidões:

- a) Dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador pelo período de 10 (dez) anos;
- b) De ações pessoais relativas ao loteador pelo período de 10 (dez) anos;
- c) De ônus reais sobre o imóvel a ser loteado;
- d) De ações penais relativas ao loteador, pelo período de 10 (dez) anos.

IV - Projeto geométrico:

- a) Planta do Projeto de arruamento e quadros;
- b) Perfis longitudinais das vias;
- c) Perfis transversais das vias;

V - Projeto urbanístico:

- a) Planta de situação;
- b) Planta de quadros e lotes;
- c) Resumo estatístico;
- d) Projeto de urbanização das áreas públicas de lazer;
- e) Memorial descritivo;
- f) Projeto de obras de artes, tais como pontos, arrimos, detalhes de meio fio, calçadas, passagem de pedestres, arborização.

VI - Projeto da rede de escoamento de águas pluviais:

- a) Planta da rede de pontos de lançamento;
- b) Perfis longitudinais da rede;
- c) Perfis transversais;
- d) Detalhes de caixas de inspeção, bocas de lobo e outros necessários à explicitação do Projeto;
- e) Planilha de cálculo de vazão.

VII - Projeto da rede de distribuição de água potável, aprovado pela concessionária.

VIII - Projeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, aprovado pela concessionária.

IX - Cronograma físico de execução das obras

§ 1º) Todos os projetos, laudos, levantamentos anteriormente referidos deverão estar assinados pelo proprietário e responsável técnico, mediante comprovação da anotação de responsabilidade técnica do CREA;

§ 2º) A aprovação do Projeto definitivo do parcelamento terá

validade por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de aprovação do mesmo para início das obras de implantação do loteamento.

Art. 44) Para avaliação dos procedimentos administrativos previstos neste capítulo a Prefeitura Municipal terá os prazos máximos de:

I - 20 (vinte) dias úteis para definir as informações na consulta prévia de viabilidade de parcelamento a partir da entrada do requerimento;

II - 40 (quarenta) dias úteis, para definir as diretrizes básicas, a partir da entrada do requerimento;

III - 15 (quinze) dias úteis, para examinar o ante-projeto urbanístico, a partir de sua entrada devidamente protocolada.

§ 1º) Na hipótese da documentação estar incompleta, ou se fizer necessária qualquer diligência, o prazo será contado da data em que a documentação for completada ou a diligência satisfatoriamente atendida;

§ 2º) O interessado deverá atender, no prazo de 30 (trinta) dias úteis os pedidos de esclarecimentos, ou apresentação de elementos elucidativos, formulado pelo órgão competente, no curso do processo, salvo prorrogação concedida por motivo justificado;

§ 3º) O atendimento do pedido a que se refere o parágrafo anterior importará no arquivamento do processo por abandono, mediante despacho de órgão de planejamento urbano do município.

§ 4º) Somente permitir-se-á novo andamento do processo mediante autorização e pagas novamente os emolumentos fixados em Lei.

Art. 45) A Prefeitura Municipal, após análise pelos órgãos competentes, expedirá o alvará de licença para a execução das obras de parcelamentos, desde que comprovadamente o projeto preencha os requisitos exigidos nesta Lei.

CAPÍTULO XIV

DOS ATOS DE APROVAÇÃO DO PROJETO E GARANTIAS

Art. 46) Uma vez aprovado Projeto de parcelamento, serão elaborados e formalizados os seguintes atos, respectivamente:

I - Termo de acordo entre as partes;

II - Decreto de aprovação do projeto.

Art. 47) Pela assinatura do termo de acordo o loteador obriga-se à:

I - Executar no prazo máximo de dois anos, em qualquer ônus para a Prefeitura, as obras discriminadas no cronograma físico e aprovados nos respectivos projetos;

II - Facilitar a fiscalização, permanente da Prefeitura Municipal durante a execução das obras e serviços;

III - Não outorgar qualquer escritura definitiva de venda de lotes, antes de serem concluídas as obras previstas no inciso I deste artigo, e de cumpridas as demais obrigações impostas por Lei ou assumidas no termo de acordo;

IV - Fazer constar no compromisso de compra e venda de lotes as condições de que só poderão receber construção depois de executadas as obras previstas no inciso I deste artigo;

V - Fazer constar das escrituras definitivas ou dos compromissos de compra e venda de lotes, as obrigações dos serviços e obras previstas no inciso I deste artigo, com a responsabilidade solidária dos adquirentes ou compromissários compradores, na proporção da superfície de suas áreas;

VI - Delimitar e identificar por intermédio de marcas cada parcela individualizada;

VII - Assegurar a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana exigida para o parcelamento, através de garantias que correspondem ao custo dos trabalhos a serem realizados, que poderão ser representados a caucionamento hipotecário da área do terreno loteado ou de outros terrenos urbanizados, observando que:

a) O valor dos lotes quando situados no parcelamento, será

calculado para efeito deste inciso, pelo preço da gleba sem considerar as benfeitorias previstas no projeto aprovado;

b) Quando situados fora do parcelamento, o valor corresponderá a área e as benfeitorias nele existentes na data da caução;

c) Não poderão ser dadas em garantia as áreas de vias, parques e praças, bem como as destinadas a equipamentos urbanos e comunitários e as "Non Aedificandi", constantes do parcelamento;

Art. 48) O Decreto de aprovação do parcelamento deverá conter:

I - Dados que caracterizem e identifiquem o parcelamento;

II - As condições em que o parcelamento for aprovado;

III - Indicação das áreas destinadas a logradouros, usos institucionais urbanos e comunitários, as quais se incorporam automaticamente ao Patrimônio Municipal como bens de uso comum sem ônus de qualquer espécie para a Prefeitura Municipal;

IV - Indicação das áreas a serem dadas em garantia da execução das obras;

V - Anexo no qual conste a descrição das obras a serem realizadas e um cronograma físico de sua execução.

CAPÍTULO XV

DO REGISTRO E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 49) Após a expedição do Decreto de aprovação, a Prefeitura entregará ao parcelador a autorização de parcelamento com os seguintes objetivos:

I - Lavratura de escritura de hipoteca das áreas a serem dadas como a garantia da execução das obras, que devem ser descritas na escritura;

II - Registro do parcelamento no cartório de registro de imóveis;

III - Emissão do alvará de licença para execução das obras autorizadas, que será averbado no cartório de registro de imóveis.

Art. 50) Os órgãos competentes da Prefeitura Municipal exercerão a fiscalização dos parcelamentos em todas as etapas, desde as especificações de ordem técnica até as fases de execução, para tanto, o parcelamento deverá:

I - Manter um jogo completo de cópias do Projeto aprovado e do ato de aprovação no local da obra;

II - Atender as solicitações da fiscalização sob pena de embargo da obra, sem prejuízo de outras cominações legais cabíveis.

Art. 51) Verificada a infração de qualquer dispositivo desta lei, a Prefeitura expedirá intimação ao proprietário e/ou responsável técnico, no sentido de ser corrigida a folha verificada, dentro do prazo que for concedido, o qual não poderá exceder de 20 (vinte) dias corridos, contados da data da ciência da intimação.

§ 1º) A verificação da infração poderá ser feita a qualquer tempo, mesmo após o término das obras;

§ 2º) O notificado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para apresentar a sua defesa, a partir da data da ciência da intimação;

§ 3º) Não cumpridas as exigências constantes da notificação, será lavrado o auto de embargo ficando proibida a continuação dos trabalhos, podendo ser solicitado, se necessário, o auxílio das autoridades judiciais e policiais competentes.

Art. 52) Fica sujeito a multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentas) Unidade Fiscal Municipal - UPM, todo aquele que, a partir da data da publicação da presente Lei:

I - Efetuar qualquer tipo de parcelamento do solo neste Município, sem a prévia autorização do órgão municipal competente;

II - Der início de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo para fins urbanos, sem observância das determinações constantes do Ato Administrativo da licença;

III - Fizer ou veicular em proposta, contrato prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, informação sobre a legalidade de parcelamento e desmembramento do solo para fins urbanos, ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo.

Parágrafo Único - O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais sanções e exigências previstas em lei.

CAPÍTULO XVI
DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 53) Para fins desta lei, somente o profissional legalmente habilitado pelo CREA e devidamente cadastrado na Prefeitura Municipal poderá assinar, como responsável técnico pelo projeto e execução da obra de parcelamento do solo.

§ 1º) Excetua-se ao disposto no "caput" deste artigo a consulta prévia na forma estabelecida nesta lei.

§ 2º) A responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos e especificações, cabe aos autores e responsáveis técnicos e, pela execução das obras aos profissionais que os constituírem.

§ 3º) A municipalidade não assumirá qualquer responsabilidade em razão do projeto ou da sua execução, mesmo depois de aprovado.

CAPÍTULO XVII
DA ENTREGA DA OBRA

Art. 54) Uma vez realizadas as obras de infra-estrutura, o interessado deverá solicitar a Prefeitura Municipal o certificado de conclusão das obras, apresentando para este fim os seguintes documentos:

I - Requerimento de vistoria;

II - Planta de indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento, implantados no parcelamento, corrigido se for o caso.

Art. 55) Efetuadas as competentes vistorias e verificado o cumprimento de todas as exigências previstas nesta Lei, a Prefeitura Municipal, num prazo máximo de 30 (trinta) dias expedida o certificado de conclusão de obras e liberará as áreas caucionadas.

Parágrafo Único - A liberação das áreas dadas em garantia não poderá ser parcial, e somente ocorrerá quando todas as obras estiverem realizadas. No caso de projetos de parcelamentos a serem realizados por etapas, a liberação das áreas dadas em garantia será feita proporcionalmente a cada área caucionada.

Art. 56) Caso as obras não tenham sido realizadas num prazo de dois anos, a contar da data da aprovação do parcelamento, a Prefeitura Municipal poderá:

I - Decretar a caducidade do ato de aprovação do projeto;

II - Executar as obras por sua conta, e promover a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio as áreas, que constituir-seão em bens dominiais do Município e cobrada do parcelador 40% (quarenta por cento) dos custos das obras realizadas a título de administração.

Parágrafo Único - As áreas caucionadas recebidas pela Prefeitura na forma deste artigo, destina-se a posterior venda, para ressarcimento dos custos de obras realizadas.

Art. 57) Os casos omissos que não se enquadram a essa Legislação, serão regulamentadas através de Lei Municipal, aprovada pela Câmara de Vereadores.

Art. 58) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei aos treze dias do mês de dezembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 2.000 de 13 de Dezembro de 1994

LEI Nº 2.000 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994

DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º) Fica instituído o Plano Diretor de uso do solo no Município de Campo Alegre, com o intuito de disciplinar e ordenar o desenvolvimento urbano da cidade.

Art. 2º) O Plano atinge toda a extensão territorial do Município, no que se refere ao uso do solo e edificações.

§ 1º) Fica dividido o território do Município, para os efeitos desta Lei em:

I - Área Rural - Corresponde a toda a área não prevista para fins urbanos, sendo destinada a atividade agro-silvo-pastoris, e subordinam-se, além do instituído nesta Lei, à Legislação Federal Pertinente;

II - Área Urbana - Definida segundo os limites desta Lei e sempre contida pelo Perímetro Urbano, subdividida em zonas de uso do solo, conforme Mapa de Zoneamento Anexo I, parte integrante desta Lei;

III - Núcleos Urbanos - Fica incluído nos limites do Perímetro Urbano, os núcleos das localidades de: Lageado, Fragosos e Bateias de Baixo e São Miguel para os efeitos desta Lei;

§ 2º) O uso e a ocupação do solo urbano será estabelecido através de índices e parâmetros técnicos fixados nesta Lei, levando-se sempre em consideração as potencialidades e condicionantes referentes à paisagens, os recursos naturais e ao meio ambiente.

CAPÍTULO II
DA ÁREA RURAL

Art.3º) A área rural caracteriza-se pela ocupação destinada à agricultura, pecuária, reflorestamento, chácaras de recreio, parques e reservas florestais, hotéis-fazenda e toda atividade ligada ao turismo ecológico.

Art.4º) A instalação de qualquer atividade não descrita no artigo anterior, dependerá de prévia anuência das autoridades Municipais, Estaduais e Federais, em relação às instalações e atividades, que em hipótese alguma poderão ser nocivas à saúde dos habitantes ou cujos resíduos possam poluir o meio ambiente.

Art.5º) Os desmembramentos de glebas na área rural, deverá ser sempre compatível ao módulo mínimo rural estabelecido pela Legislação Federal, e precisam necessariamente de aprovação da Prefeitura Municipal e ainda atender as seguintes exigências:

I - Projeto de parcelamento do solo assinado por Profissional Habilitado pelo CREA, constando de Planta do Parcelamento em escala mínima de 1:1000, com a localização dos cursos d'água, e memorial descritivo;

II - Os módulos devem ter acesso para uma via projetada ou existente, com leito trafegável de no mínimo 12 (doze) metros;

III - A frente mínima do módulo desmembrável para a via de acesso deverá ser de 50 (cinquenta) metros;

IV - As vias de acesso devem ser projetadas com inclinação máxima de 20 % (vinte por cento);

V - Deverão ser preservados os recursos hídricos e a mata nativa, bem como o meio ambiente em geral;

VI - Qualquer movimentação de terra bem como derrubada de árvores, deverá ser precedida de pedido de licenciamento junto à Prefeitura Municipal, e dos órgãos estaduais e federais

competentes.

Art.6º) Todos os imóveis localizados na área rural deverão observar as seguintes exigências em relação às edificações:

- I - Taxa de ocupação máxima do terreno de 5% (cinco por cento);
- II - Gabarito máximo de 02 (dois) pavimentos;
- III - Afastamento mínimo obrigatório:
 - a) Frontal - 20,00 m (vinte metros)
 - b) Lateral - 10,00 m (dez metros)
 - c) Fundos - 10,00 m (dez metros)
- IV - Respeitar integralmente o código de obras do município;
- V - Tratamento obrigatório dos efluentes líquidos e resíduos de esgotos;

Art.7º) É admitida à constituição de conjuntos residenciais de Lazer na área rural sob a forma de condomínio, conforme estabelece a Legislação federal pertinente.

Art.8º) As florestas naturais, os recursos hídricos e as áreas integrantes da Serra do Mar, são considerados de preservação permanente, na forma que estabelece a Legislação Estadual e Federal pertinente, facultado ao Executivo Municipal na forma da Lei, exercer sobre essas áreas o Poder de Polícia e de fiscalização.

§ 1º) Será sempre necessária a anuência dos órgãos estaduais e federais competentes, para a exploração de qualquer atividade econômica nessas áreas, sob pena de embargo e multa, sem prejuízo das demais combinações legais.

§ 2º) Em particular, nenhuma edificação poderá ser erguida num faixa de 15 (quinze) metros ao longo dos rios, córregos, lagos e cachoeiras, medidos a partir de suas respectivas margens.

CAPÍTULO III DA ÁREA URBANA

Art.9º) Para fins de controle do uso e ocupação do solo, a área urbana do Município, será dividida nas seguintes zonas:

- I - Zona Residencial de Lazer e Turismo - ZRT
- II - Zona Predominantemente Residencial - ZPR
- III - Zona Comercial e de Serviços - ZCS
- IV - Zona Industrial - ZI
- V - Zona de Proteção da Rodovia - ZR

§1º) Por Zona Residencial de Lazer e Turismo (ZRT), entende-se aquela destinada à função residencial unifamiliar, comercial e de serviços pequenos, e as atividades ligadas ao lazer e ao turismo.

§2º) Por Zona Predominantemente Residencial (ZPR), é aquela destinada preferencialmente a função habitacional popular, complementada pelas funções de comércio e serviços de abastecimento local, admitindo-se ainda pequenas indústrias não poluentes;

§3º) Por Zona Comercial e de Serviços (ZCS), àquela destinada a implantação preferencial de atividades ligadas ao comércio e a prestação de serviços, admitindo-se o uso residencial;

§4º) Por Zona Industrial (ZI), entende-se àquela que se destina a localização das atividades industriais, bem como das que lhes são complementares, inclusive o uso residencial;

§5º) Por Zona de Proteção da Rodovia (ZR), a faixa linear em toda a extensão da Rodovia SC-280, numa largura de 100 (cem) metros a partir do eixo da mesma, para ambos os lados, visando garantir e preservar sua ocupação de atividades incompatíveis com sua faixa de influência, de forma a atenuar seu impacto sobre a malha urbana.

Art.10) A delimitação das zonas de uso será determinada pelo seu perímetro, definido pela poligonal que o encerra, e sempre que for possível, deverá percorrer as vias de circulação ou na sua falta poligonais topográficas ou elementos naturais perfeitamente caracterizados.

CAPÍTULO IV DOS USOS ADMITIDOS

Art.11) Os usos admitidos para as zonas serão agrupados conforme sua natureza, característica e adequação à zona em que se situar, observados os índices urbanísticos estabelecidos nesta lei.
Parágrafo Único - Quando se tratar de edícula, esta poderá ocupar uma divisa lateral e a divisa de fundos desde que sua área máxima não seja superior a 60,00 m².

Art.12) Admite-se os seguintes usos na Zona Residencial de Lazer e Turismo (ZRT):

- Residências unifamiliaresR1
- Hotéis, pousadas e congêneres...S2
- Bares, restaurantes, pizzarias e similaresC1
- Clubes: recreativos, de lazer, sede campestreE2
- Chácaras, sítios e fazendasE3
- Clínicas de repouso, spa e similaresS3
- Instituições culturais e de ensinoE1
- Associações comunitárias, igrejas e similaresE4

Parágrafo Único - As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 pavimentos, 04 pavimentos para hotéis;
- b) Taxa de ocupação máxima: 50 % (cinquenta por cento);
- c) Coeficiente de aproveitamento do lote: 1,0 (um);
- d) Recuo frontal: 5,00 m (cinco metros) para cada via;
- e) Recuos laterais: 2,00 (dois metros);
- f) Recuo de fundos: 2,00 m (dois metros);
- g) Lote mínimo para a zona: 500,00 m².

Art.13) Admite-se na Zona Predominantemente Residencial (ZPR), os seguintes usos:

- Residências unifamiliares R1
- Habitações multifamiliares e conjuntos habitacionais ... R2
- Comércio varejista de âmbito local C2
- Escritórios de prestação de serviços S1
- Clínicas de saúde, laboratórios e similares S3
- Bares, restaurantes e similares C1
- Hotéis, pousadas e congêneres... S2
- Escolas, instituições de ensino e culturais E1
- Associações comunitárias, igrejas e similares E4
- Oficinas em geral, postas de combustíveis... S4
- Instituições públicas e governamentais E5
- Indústrias leves não poluentes até 800,00 m² de área I1

Parágrafo Único - As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 04 pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento);
- c) Coeficiente de aproveitamento do lote: 1,0 (um);
- d) Recuo frontal: 5,00 m (cinco metros) de cada via;
- e) Recuos laterais: 1,50 m (um metro e meio);
- f) Recuo de fundos: 1,50 m (um metro e meio);
- g) Lote mínimo para a zona: 360,00 m².

Art. 14) Admite os seguintes usos na Zona Comercial e de Serviços (ZCS):

- Residências unifamiliares R1
- Habitações multifamiliares R2
- Comércio varejista C2
- Comércio atacadista C3
- Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais S1
- Hotéis, pousadas e congêneres S2
- Clínicas de saúde, hospitais, laboratórios e similares S3
- Bares, restaurantes e similares C1
- Escolas, instituições de ensino e culturais E1
- Associações comunitárias, igrejas, templos e similares E4
- Instituições públicas e governamentais E5

Parágrafo Único - As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 04 pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 60% (sessenta por cento);
- c) Recuo frontal mínimo: pode usar o alinhamento;
- d) Recuos laterais: facultado usar numa das divisas;
- e) Recuo de fundos: 1,50 m (um metro e meio);
- f) Lote mínimo para a zona: 360,00 m².

Art.15) Admite-se na Zona Industrial (ZI), os seguintes usos:

- Indústria de qualquer porte I
- Residências unifamiliares e conjuntos habitacionais R
- Comércio varejista e atacadista C2
- Depósitos em geral C3
- Oficinas em geral e postos de combustíveis S4

Parágrafo Único - As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (dois) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 80% (oitenta por cento);
- c) Coeficiente de aproveitamento do lote: 1,0 (um);
- d) Recuo frontal mínimo: 10,00 m (dez metros) ,5,00 m (cinco metros) para residências;
- e) Recuos laterais: 5,00 (cinco metros), 1,50 m (um metro e meio) para residências;
- f) Recuo de fundos: 5,00 m (cinco metros), 1,50 m (um metro e meio) para residências;

Art.16) Admite-se na Zona de Proteção das Rodovias (ZR), os seguintes usos:

- Residências unifamiliares R1
- Comércio varejista C2
- Hotéis, pousadas e congêneres S2
- Comércio atacadista C3
- Bares, restaurantes e similares C1
- Oficinas em geral e postos de combustíveis S4
- Depósitos em geral C3
- Indústrias leves não poluentes até 1.500 m² de área I1

§1º) A permissão para instalação de indústrias na ZR, somente será concedida na faixa compreendida entre o Km 47 até a Divisa com o Município de São Bento do Sul;

§2º) As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo 02 (dois) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima 50% (cinquenta por cento);
- c) Coeficiente de aproveitamento do lote: 1,0 (um);
- d) Recuo frontal: 20,00 m (vinte metros) para cada via;
- e) Recuos laterais: 5,00 m (cinco metros);
- f) Recuo de fundos: 1,50 m (um metro e meio).

§3º) No caso de depósito em geral fica o proprietário obrigado a dar tratamento arquitetônico e paisagístico em todo o perímetro em torno do depósito.

Art.17) Na Zona de Proteção de Rodovia (ZR), só se admite o parcelamento do solo, para fins de loteamento, quando:

- I - O lote mínimo estabelecido para essa zona é de 3.000,00 m² (três mil metros quadrados) de área e testada frontal de 30,00 m (trinta metros);
- II - Respeitar as diretrizes viárias estabelecidas pela Prefeitura;

CAPÍTULO V

DOS USOS DESCONFORMES

Art.18) Os usos das edificações existentes ou iniciadas até a data de aprovação desta Lei, mas em desconformidade com a mesma, serão mantidas, podendo funcionar normalmente, desde que o uso existente, não seja inviável sua convivência com as edificações ao seu entorno.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, o proprietário da edificação

deverá providenciar as adaptações e exigências contidas nesta Lei e no Código de Obras.

Art.19) A Prefeitura Municipal poderá autorizar ampliações ou reformas de edificações com usos desconformes com as disposições desta Lei, desde que:

I - O lote destinado à ampliação seja o mesmo ou contíguo ao seu terreno;

II - Sejam respeitados os índices urbanísticos estabelecidos para a zona em que situarem.

CAPÍTULO VI

DAS INDÚSTRIAS

Art.20) Para fins desta Lei, estabelecimento Industrial é aquele destinado à produção e transformação de produtos manufaturados, matéria-prima e similares.

Parágrafo Único - Considera-se que o funcionamento de um estabelecimento industrial possa causar prejuízos a comunidade quando, em decorrência do exercício de suas atividades, ocorra ou possa ocorrer dano ou prejuízo a terceiros, sejam de ordem material, a saúde, segurança e bem estar da população.

Art.21) Consideram-se que possam causar os danos mencionados no artigo anterior, os processos de trabalho, que provoquem ou possa provocar vibrações, ruídos ou poluição ambiental acima dos níveis definidos na Legislação pertinente ou apresentar perigo à população.

Art.22) Independente ao disposto nesta seção, poderá o Poder Público em qualquer momento realizar diligências ou perícias nos estabelecimentos industriais para a verificação do disposto nesta lei. Parágrafo Único - Verificado o não cumprimento do estabelecido nesta Lei ou das exigências impostas, a Prefeitura Municipal poderá, na forma da Lei, embargar o estabelecimento, sem prejuízo das demais combinações legais.

Art.23) Toda e qualquer implantação de Indústria no Município, só será admitida, se comprovadamente ela não causar prejuízos ao meio ambiente e a população, com relação ao seu potencial de poluição.

CAPÍTULO VII

DA PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM

Art.24) O controle da preservação da paisagem visa orientar a ocupação do Município, preservando sítios de beleza natural, as florestas de mata natural, os cursos d'água e as cachoeiras que constituem patrimônio do Município de Campo Alegre.

Art.25) Nenhuma edificação poderá ser erguida numa faixa de 5,0 (cinco) metros ao longo dos rios, córregos, lagos e cachoeiras que atravessem o Município.

Art.26) Fica expressamente proibido, o lançamento de resíduos sólidos e/ou efluentes líquidos dos esgotos industriais e domésticos não tratados, em águas de superfície, lagos, rios e cachoeiras.

Art.27) Com vistas à preservação dos pontos de interesse turístico e a preservação do seu entorno, fica estabelecido que nenhum loteamento ou edificação a serem implantadas possa impedir ou prejudicar o acesso, a vista e o desfrute do ponto turístico.

§1º) À acessibilidade e uso dos locais citados no "caput" deste artigo, deverá ser respeitado o direito de propriedade na forma que estabelece a Lei.

§2º) Com o objetivo de melhorar o desfrute de alguns pontos turísticos de grande procura, poderá ser permitido a instalação de pequenos quiosques, destinados ao atendimento de turistas e da população, mediante autorização expressa do Executivo Municipal.

Art.28) Nenhuma obra que, de qualquer forma perturbe, altere ou aterre cursos d'água, mananciais, lagos, represas, e cachoeiras, poderá ser executada, sem prévia autorização e licença dos órgãos competentes municipal e estaduais.

Art.29) As construções sempre que possível, deverão respeitar as características da arquitetura local, no que conserve ao estilo, técnica construtiva e materiais, visando preservar o patrimônio arquitetônico existente.

Parágrafo Único - Pode o executivo municipal, na forma da Lei, conceder incentivos de natureza fiscal, para os projetos que reconhecidamente se enquadrem nas disposições do "caput" deste artigo.

CAPITULO VIII DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Art.30) Consideram-se serviços de natureza pública os seguintes:

- I - Abastecimento de água;
- II - Limpeza Pública e coleta de lixo;
- III - Pavimentação e conservação de vias;
- IV - Suprimento de energia elétrica, iluminação pública e telefones;

Art.31) Fica o Poder Público Municipal facultado a prestação de serviços públicos, nas áreas não incluídas no perímetro urbano, nas ocupações irregulares e/ou clandestinas, até que se promova a sua regularização, em conformidade com o disposto no Plano Diretor Municipal.

Art.32) Os equipamentos urbanos, tais como: Cemitérios, Aterro Sanitário, Parques e Praças, Escolas Públicas, Postos de Saúde etc, serão de responsabilidade do Poder Público a sua conservação e manutenção.

Art.33) O executivo municipal, poderá na forma que estabelece a Legislação pertinente, privatizar os serviços públicos e a manutenção dos equipamentos públicos, sempre precedida de autorização Legislativa.

Art.34) Nos projetos de loteamento localizados dentro dos limites do perímetro urbano, para fins eminentes residenciais, deverá ser doada ao Executivo Municipal, uma área de terra equivalente a 5% (cinco por cento) de área utilizada da total, a ser determinada pela Prefeitura Municipal, e destinada exclusivamente à instalação de equipamentos Públicos de uso comum, além do percentual exigido na Legislação Federal.

CAPITULO IX DOS DISPOSITIVOS DE CONTROLE URBANO

Art.35) A ocupação do solo é regulada através dos dispositivos de controle urbanísticos constantes neste código, a saber:

- I - Recuos e afastamentos obrigatórios;
- II - Taxa de ocupação do Lote;
- III - Coeficiente de aproveitamento do Lote;
- IV - Gabarito de altura;
- V - Lote mínimo;
- VI - Vagas de estacionamento.

§1º) O recuo mínimo de cada edificação com relação às divisas laterais e de fundos, bem como do alinhamento Predial, será sempre cômodo da projeção horizontal dos pontos mais avançados da edificação, não sendo considerados:

- I - Beira com Projeção Máxima de 1,0 m (um) metro;
- II - Balanços de sacada, com Projeção Máxima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);
- III - Detalhes construtivos, desde que não caracterizem cômodos ou compartimentos utilizáveis, com Projeção Máxima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

Art.36) Fica vedada à ocupação dos afastamentos mínimos laterais e de fundos quando estes forem de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), com balanços de sacadas, detalhes construtivos e aberturas de janelas.

Art.37) Quando ocorrer mais de uma edificação no mesmo lote, respeitada a taxa de ocupação estas deverão possuir uma distância mínima de 3,00 m (três) metros entre os mesmos.

Art.38) Para efeito desta lei, taxa de ocupação do Lote, é o valor fixado pela divisão entre a área Máxima construída na sua projeção horizontal e a área do terreno, e expressa em porcentagem. Parágrafo Único - No cálculo da taxa de ocupação não serão computados:

- I - Marquises, Pérgulas, Foldos e Beirais com até 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de Balanço;
- II - Piscinas e Quadras Polivalentes descobertas;
- III - Sacadas, Balcões, Floreiras em Balanço com Projeção Máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

Art.40) O coeficiente de aproveitamento do lote (COL), expresso em unidades constantes, é definido pela relação entre o total ou área construída dividido pela área total do lote.

Art.41) Por gabarito de altura, entende-se o número máximo de pavimentos permitidos para as edificações, de acordo com a zona em que se situarem.

§1º) Para efeito da determinação do número máximo de pavimentos a distancia entre pisos (pé-direito), será de 3.50m (três metros e cinquenta centímetros);

§2º) Quando a edificação for dotada de mezanino ou sótão, estes não é considerado pavimento adicional.

Art.42) O lote mínimo é estipulado de acordo com a zona em que se situar, ressaltando-se que nunca será inferior a 360.00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), e com testada máxima de 12.00m (doze metros), conforme índices e parâmetros estabelecidos no anexo I desta Lei.

Art.43) As vagas de estacionamento, serão dimensionadas conforme estipulado no anexo II desta Lei, e obedecidos os critérios técnicos contidos no código de obras do Município.

Art.44) Não será admitido o uso de recuo frontal para estacionamento, exceto com área de embarque e desembarque no caso de hotéis, clínicas, escolas e similares.

Art.45) É obrigatório nos estabelecimentos comerciais, públicos e de serviços à reserva de vaga de estacionamento para os veículos de pessoas portadoras de deficiência física, dimensionada e sinalizada adequadamente, com largura mínima de 3.50m (três metros e cinquenta centímetros), e comprimento de 5.00m (cinco metros).

CAPÍTULO X DAS CONSTRUÇÕES EM MADEIRA

Art.46) As edificações em madeira não poderão ocupar as divisas laterais e/ou de fundos, devendo observar os seguintes afastamentos mínimos:

- I - Para residências, afastamento mínimo de 2.50m (dois metros e meio);
- II - Para comércio e serviços, afastamento mínimo de 3.00m (três metros);
- III - Para Indústrias mínimo de 10.00m (dez metros);

Art.47) As indústrias de madeira destinadas exclusivamente ao uso industrial, deverão observar as normas de higiene e segurança estabelecidas nesta Lei e na Legislação correlata.

Art.48) As construções em madeira, cuja área não seja superior a 7.00m² (sete metros quadrados) estão isentos de apresentação de projeto à Prefeitura, mas devem requerer alvará de licença de construção.

Parágrafo Único - A não exigência do projeto que trata o "caput" do artigo não exige de responsabilidades do proprietário com relação às normas do CREA, ABNT e demais exigências legais.

CAPITULO XI DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

Art.49) Os postos de combustíveis e derivados de petróleo, são instalações destinadas ao armazenamento de recipientes transportáveis e venda de combustíveis para veículos e venda de combustíveis para veículos e serviços afins.

Art.50) Os postos de revenda de gás liquefeito de petróleo, mesmo vinculado a outro estabelecimento comercial, deverão respeitar as normas de segurança constante nesta Lei, no código de obras e legislação Estadual, e Federal pertinente, bem como às normas da ABNT.

Parágrafo Único - Os pontos de combustíveis deverão ainda respeitar os seguintes requisitos:

- I - Distância linear mínima entre dois postos de 300m (trezentos metros), quando situados na mesma via;
- II - Distância de 200m (duzentos metros), quando situados em ruas alternadas;
- III - O lote possuir testada mínima de 30.00 (trinta metros) e área mínima de 900.00m² (novecentos metros quadrados);
- IV - Quando for lote de esquina é proibido o acesso no raio de concordância das vias em pelo menos 6.00m (seis metros);
- V - Suas instalações serem dotadas de sistema de tratamento dos efluentes líquidos.

CAPITULO XII DA MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM

Art.51) As atividades de mineração e terraplanagem no Município de Campo Alegre são regulamentadas pelo disposto nesta lei e pela Legislação Estadual e Federal pertinentes.

Parágrafo Único - As atividades de trata este artigo necessitam obrigatoriamente de licença do executivo Municipal para o seu exercício bem como da FATMA (fundação de amparo a tecnologia e ao meio ambiente) e do DNPM (departamento nacional de produção mineral).

Art.52) O licenciamento será concedido anualmente, sendo renovável através de requerimentos do interessado, dirigido a Prefeitura Municipal e acompanhado da autorização dos demais órgãos competentes.

Parágrafo Único - A exploração de jazidas minerais deverá observar os seguintes requisitos.

- I - Não estar situada a jazida em topo de morro, em área de interesse turístico ou de preservação ecológica, declarada por Legislação Municipal, Estadual, Federal;
- II - Que a exploração mineral não se constitua em ameaça ao conforto e a segurança da população e nem comprometa o desenvolvimento urbanístico da região;
- III - É vetada a exploração num raio de 50m (cinquenta metros) ao redor das nascentes e olhos d'água salvo a mineração de areia e seixo rolado;
- IV - Na zona rural, a exploração não pode estar situada ao longo dos cursos d'água, a jusante dos locais de captação d'água, em faixa marginal, a exploração não deverá ser feita na faixa de 50 (cinquenta) metros, a partir da margem, independente da largura dos cursos d'água;
- V - Á nascente dos locais de captação de água para abastecimento Público, é vetada qualquer exploração mineral dentro da Bacia Hidrográfica. Exceções serão feitas desde que a exploração não venha determinar alterações da natureza Físico-Química,

Bacteriológica e Biológica, capazes de inferir nos processos de tratamento nem modifiquem significativamente as condições naturais anteriormente existentes;

VI - A exploração nunca deverá comprometer o lençol freático local;

VII - No caso de terraplanagem, será exigida a construção do sistema de contenção de lama proveniente da erosão do solo exposto as intempéries, rodalúvio e cobertura com lama proveniente da erosão dos caminhos para evitar o derramamento de argila nas vias públicas do Município.

Parágrafo Único - Admitir-se-ão exceções ao disposto neste artigo para empreendimentos temporários que destruam o minério para obras de relevante interesse social e econômico para o Município, como usinas hidrelétricas, barragens para abastecimento Público de água, Rodovias e outras de igual natureza, desde que sejam apresentados Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.

Art.53) O titular de licença de mineração ou de terraplanagem ficará abrigado a:

- I - Executar a exploração de acordo com o plano aprovado;
- II - Extrair somente as substâncias minerais que constam da licença autorizada;
- III - Comunicar ao departamento Nacional de produção mineral, à FATMA e à Prefeitura Municipal, o descobrimento de qualquer outra substância mineral não incluída na licença de exploração;
- IV - Confiar a direção dos trabalhos de exploração, a técnicos legalmente habilitados para obras de mineração e terraplanagem;
- V - Impedir o extrativo ou obstrução das águas e drenar as que possam ocasionar prejuízos aos vizinhos;
- VI - Impedir a poluição do ar ou das águas que possam resultar dos trabalhos de desmonte ou beneficiamento;
- VII - Proteger e conservar as fontes d'água e a vegetação natural;
- VIII - Proteger, com vegetação adequada, as encostas de onde foram extraídos materiais;
- IX - Manter a erosão sob controle durante a execução do Projeto e por cinco anos após terminada a obra, de modo a não causar prejuízo a qualquer serviço ou bem Públicos e particulares.

Art.54) Qualquer novo pedido de licença para a exploração Mineral ou Terraplanagem, somente será deferida se o interessado comprovar que a área objeto de licença lhe tenha sido anteriormente concedida, se encontre recuperada ou em fase de recuperação, segundo o cronograma de trabalho então apresentado.

Art.55) A licença será cancelada quando:

- I - Na área destinada à exploração forem realizadas construções incompatíveis com a natureza da atividade;
- II - For promovido o parcelamento, arrendamento ou qualquer outro ato de que importe na redução da área explorada e/ou requerida sem prévia anuência do poder Público;
- III - Não houver apresentação:
 - a) De relatório simplificado semestral da atividade desenvolvida;
 - b) De relatório circunstanciado anual da mesma atividade.

Parágrafo Único - Será interditada a atividade ainda que licenciada de acordo com esta Lei, desde que, posteriormente, se verifique que sua exploração acarrete perigo. Por estar em desacordo com o Projeto apresentado, ou ainda, quando se constatarem danos ambientais não previstos por ocasião do licenciamento.

Art.56) A Prefeitura Municipal poderá em qualquer tempo, determinar a execução de obras na área de local de exploração das atividades previstas neste capítulo, visando a proteção das propriedades circunvizinhas, ou para evitar efeitos que comprometam a qualidade de cursos ou mananciais de água.

Art.57) Os atuais titulares de licença de exploração de jazidas a que se refere este capítulo deverão, no prazo de até 60 (sessenta)

dias antes do vencimento, solicitar a sua renovação na forma do presente código.

Art.58) O titular de autorização de pesquisa, de permissão de lavra garimpeira, de concessão de lavra, de licenciamento de manifesto de mina, ou de qualquer outro Título minerário, responde pelos danos causados ao meio ambiente, sem prejuízo das comunicações legais pertinentes.

Art.59) No caso de danos ao meio ambiente, decorrente das atividades de mineração e/ou terraplanagem, abrigam-se os responsáveis a cumprir as exigências de imediata recuperação do local, de acordo com projeto que viabilize, sob pena de fazê-la a Prefeitura Municipal, diretamente ou por entidades especializadas, as expensas exclusive do agressor.

Art.60) A realização de trabalhos de extração de substâncias minerais de qualquer classe, sem a competente permissão, concessão ou licença, sujeitara a responsável a ação penal cabível, sem prejuízo das cominações de administrativas e das obrigações de recuperar o meio ambiente degradado.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

Art.61) Os dispositivos desta Lei aplicam-se no sentido estrito, excluídas as analogias e interpretações extensivas.

Parágrafo Único - Os casos omissos serão resolvidos através de Lei Municipal, encaminhada pelo Executivo e Legislativo Municipal, ouvido parecer da comissão permanente de avaliação do plano Diretor criada através desta Lei, e composto por 10 (dez) membros.

Art.62) A comissão de que trata o artigo anterior, será instituída e regulamentada através de Lei Municipal, sem direito a qualquer tipo de remuneração para seus membros.

Art.63) Os requerimentos para construção reformas, loteamentos e desmembramentos, protocolados antes da vigência desta Lei, serão analisados com base na Legislação anterior.

Parágrafo Único - As obras de que trata o "caput" do artigo, terão um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o seu inicio, sob pena de caducidade do alvará.

Art.64) As infrações á presente Lei ocorrerão á cassação do respectivo alvará, embargo administrativo ou judicial e até demolição da obra sem prejuízo de outras penalidades previstas na Legislação Municipal.

Art.65) A descrição do perímetro urbano citado nesta Lei, será efetivado por esta Lei, e descrito em anexo parte integrante desta Lei.

Art.66) Ficam criados os distritos de: Bateas de Baixo, Bateas de Cima e de Fragosos que serão disciplinados e regulamentados através de Lei Municipal num prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Art.67) Esta Lei será Regulamentada no que couber, através de Lei Municipal aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores.

Art.68) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrario.

Campo Alegre "SC", 13 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria, aos treze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e

quatro.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.999 de 13 de Dezembro de 1994

LEI Nº 1.999

AUTORIZA DOAR MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA SERVIDOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.998 de 13 de Dezembro de 1994

LEI Nº 1.998

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTIO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.997 de 06 de Dezembro de 1994

LEI Nº 1.997

AUTORIZA PAGAMENTO DESPESAS COM LACHES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 06 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos seis dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.996 de 06 de Dezembro de 1994

LEI Nº 1.996

AUTORIZA O PAGAMENTO DE FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 06 de dezembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos seis dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.995 de 29 de Novembro de 1994

LEI Nº 1.995

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ASSINAR CONVÊNIO COM OS DEMAIS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA AMUNESC PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de novembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.994 de 22 de Novembro de 1994

LEI Nº 1.994

AUTORIZA DOAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA PESSOAS CARENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de novembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.993 de 09 de Novembro de 1994

LEI Nº 1.993

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR DESPESAS COM ALMOÇO E OUTRAS DESPESAS PERTINENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 09 de novembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.992 de 09 de Novembro de 1994

LEI Nº 1.992

AUTORIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS COM MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E MÃO DE OBRA PARA REVESTIMENTO DE QUADRA DE ESPORTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 09 de novembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.991 de 09 de Novembro de 1994

LEI Nº 1.991

AUTORIZA O PAGAMENTO DE REFEIÇÕES PARA POLICIAIS E COMBUSTÍVEL PARA RONDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 09 de novembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.990 de 08 de Novembro de 1994

LEI Nº 1.990

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR AUXÍLIO À SOCIEDADE ESPORTIVA PALMERINHA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de novembro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de novembro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Campos Novos

PREFEITURA

Portaria Nº 1389/14

PORTARIA Nº 1389/14 de 12/09/2014

NOMEIA COMISSÃO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão da Tomada de Contas Especial com a finalidade de apurar os fatos referentes a danos ao erário:

Robson Joubert dos Santos

Deise Salmoria Pires

Adriana Helena Rossa Melo

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 12 de Setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Republica Decreto Nº. 7.108-A/14 de 09/09/2014 Retifica E Atualiza As Confrontações do Loteamento Parque Industrial E Ecológico Ernesto Zortéa E Dá Outras Providências

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.108-A/14 DE 09/09/2014

RETIFICA E ATUALIZA AS CONFRONTAÇÕES DO LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL E ECOLÓGICO ERNESTO ZORTEA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando as disposições da lei federal nº 6.766/79, lei estadual nº 6.063/82 c/c artigos 55, §2º, 57, III E §4º da Lei Complementar Nº 03 de 28 de maio de 2007- Plano Diretor:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam retificadas as confrontações do Loteamento Parque Industrial e Ecológico Ernesto Zortéa, o qual passará a ter 10 (dez) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes dimensões e confrontações:

Lote 01: Com área de 5.995,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 83,40m com a faixa de domínio da rodovia SC 135;

Sul: 81,63m com a área 09;

Leste: 66,01m com Ivandel Melo;

Oeste: 58,89m com Prefeitura Municipal + 21,45m com o lote 02.

Lote 02: Com área de 1.682,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 29,82m com Prefeitura Municipal;

Sul: 29,89m com o lote 09;

Leste: 21,45m com o lote 01 + 33,93m com o lote 09;

Oeste: 57,36m com a Rua A.

Lote 03: Com área de 1.409,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 53,58m com Vinicampes;

Sul: 48,86m com o lote 04;

Leste: 26,00m com a Rua A.

Oeste: 29,31m com Prefeitura Municipal;

Lote 04: Com área de 1.503,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 48,86m com o lote 03;

Sul: 61,86m com o lote 05;

Leste: 26,00m com a Rua A.

Oeste: 31,41m com Prefeitura Municipal;

Lote 05: Com área de 1.574,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 61,86m com o lote 04;

Sul: 59,46m com o lote 06;

Leste: 26,00m com a Rua A.

Oeste: 25,96m com Prefeitura Municipal;

Lote 06: Com área de 3.685,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 59,46m com o lote 05;

Sul: 96,76m com o lote 07;

Leste: 45,00m com a Rua A.

Oeste: 70,69m com Prefeitura Municipal + 20,27m com a Mitra Diocesana.

Lote 07: Com área de 2.505,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 96,76m com o lote 06;

Sul: 83,07m com o lote 08;

Leste: 28,97m com a Rua A.

Oeste: 29,00m com a Mitra Diocesana.

Lote 08: Com área de 2.109,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 83,07m com o lote 07;

Sul: 69,27m com o lote 09;

Leste: 28,97m com a Rua A.

Oeste: 29,00m com a Mitra Diocesana.

Lote 09: Com área de 106.981,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 69,24m com o lote 08 + 14,00m com a Rua A + 29,89m + 33,93m com o lote 02 + 81,63m com o lote 01;

Sul: 406,48m com o lote 10;

Leste: 535,32m com Ivandel Melo;

Oeste: 182,25m com a Rua A + 20,00m com a Rua B + 407,74m com a Mitra Diocesana.

Lote 10: Com área de 117.512,00 m² com as seguintes confrontações:

Norte: 75,73m com a Mitra Diocesana + 406,48m com o lote 09;

Sul: 422,44m com Herdeiros de Ney Almeida;

Leste: 461,25m com Ivandel Melo;

Oeste: 247,40m com Nicolau Keme Neto.

Art. 2º. Ficam aprovadas a Planta Arquitetônica e o Memorial Descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º. Ficam os Cartórios de Tabelionato e do Registro de Imóveis, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias ao registro dos imóveis objetos do presente decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 09 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.111/14 de 12/09/2014 Abre Credito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO Nº 7.111/2014 DE 12/09/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$90.000,00 (Noventa mil reais) nos projetos e atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.044 - Reequipamento da Saúde - Fundo Municipal de Saúde.

Elementos de despesa: 46 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.00 0000 - Aplicações DiretasR\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.052 - Obras, reformas e ampliações de Unidade de Saúde

Elementos de despesa: 47 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.006 4.000000 - Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários de superávit financeiro do exercício anterior- Recursos PAB.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente decreto em, 12 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.108/14 de 09/09/2014 Nomeia Membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Campos Novos - Cae E Dá Outras Providências

DECRETO Nº 7.108/14 DE 09/09/14

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE CAMPOS NOVOS - CAE - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Campos Novos - CAE.

I - Representantes do Poder Público

Titular: Vera Lúcia Vargas

Suplente: Rosemary Pereira Pasqualotto

II - Representantes da área da Educação (professores):

Titular: Sônia Aparecida Padilha

Suplente: Alexandrina Góes Spader

Titular: Vonecy Darold Franzen

Suplente: José Joacir Gomes da Silva

III - Representantes de pais e alunos

Titular: Camila e Sá

Suplente: Evandra Aparecida Fiorin Vieira

Titular: Fermio Francisco de Matos

Suplente: Francieli Maria Silvestrin

IV - Representantes da Sociedade Civil

Titular: Shuichi Murakami

Suplente: Ademir Semin

Titular: Arthur Otto Niebuhr

Suplente: Jânio Eustáquio Pereira

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho de Alimentação Escolar será de 4 (quatro) anos a partir da data da publicação do presente decreto.

Art. 3º. A função dos Membros nomeados conforme Artigo 1º, não será remunerada, e sua participação será considerada de relevante interesse público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Campos Novos, 09 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.112/14 de 12/09/2014 Abre Credito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 7.112/14 DE 12/09/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) no seguinte projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES- GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.040 - Manutenção do Departamento da Juventude e Lazer

Elementos de despesa: 141- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00 00. 000000 - Aplicações diretasR\$ 40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES- GERÊNCIA

ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.040 - Manutenção do Departamento da Juventude e Lazer

Elementos de despesa: 140- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações diretasR\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.113/14 de 12/09/2014 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal Rotativo Habitacional de Campos Novos

DECRETO Nº 7.113/14 DE 12/09/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Fundo Municipal Rotativo Habitacional de Campos Novos, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) no seguinte projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 37 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 02 - CONCESSÃO DE EMPRESTIMOS A TERCEIROS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.033 - Financiamento e Empréstimos para construção e reforma de habitação

Elementos de despesa: 7- 4.5.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000 - Aplicações diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 37 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 02 - CONCESSÃO DE EMPRESTIMOS A TERCEIROS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.033 - Financiamento e Empréstimos para construção e reforma de habitação

Elementos de despesa: 6- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PP 75/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 30 de setembro de 2014 às 9h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PORTÁTEIS E LOCAÇÃO DE LONA E ESTRUTURA PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 18 de março de 2014.

Prefeito Municipal

Nelson Cruz

Ata Rg 17/2014 Material Esportivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/9
Processo Nº.: 96/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2014

No dia 12 do mês de Agosto do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 46/2014, Processo Licitatório nº. 96/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA MANUTENÇÃO ANUAL DOS PROJETOS REALIZADOS NOS GINÁSIOS: HUMBERTO CALGARO, JUVELINO FERNANDES DA SILVA, OSNI JACOMEL, GASPARINO ZORZI, ENCRUZILHADA, NOS CAMPOS DE AREIA, TÊNIS DE MESA E OUTROS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11046	JOSE PAULO BITENCOURT ME	
10474	KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA	11, 14, 27, 36, 37, 58, 59, 62
11159	RCM RAMOS LOMBARDI	
6363	TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTD	2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 54, 55, 56, 57, 63
10648	TOTAL SPORTS LTDA ME	1, 3, 9, 18, 20, 39, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 61

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JOSE PAULO BITENCOURT ME	08.272.612/0001-45	JOSÉ PAULO BITENCOURT	246.232.299-04
KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA	02.150.800/0001-14	VOLNEI KALINOVSKI	706.489.050-04
RCM RAMOS LOMBARDI	68.352.350/0001-50	- - -	- - -
TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS L	81.774.325/0001-23	LUIZ ANTÔNIO BERNANDI	629.603.009-63
TOTAL SPORTS LTDA ME	13.248.252/0001-86	ANDERSON PIROLI	044.949.089-08

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA MANUTENÇÃO ANUAL DOS PROJETOS REALIZADOS NOS GINÁSIOS: HUMBERTO CALGARO, JUVELINO FERNANDES DA SILVA, OSNI JACOMEL, GASPARINO ZORZI, ENCRUZILHADA, NOS CAMPOS DE AREIA, TÊNIS DE MESA E OUTROS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6363 - TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTD						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	APITOS DE MESA DE METAL	UNI	ROCKET	15,000	14,5000	217,50
4	BOLAS DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL 64 - 66CM, 360 - 390G, CÂMARA AIRBILITY, COSTURADA, MICROFIBRA OU PU, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, MODELO 2014.	UN	PENALTY	90,000	90,0000	8.100,00
5	BOLAS DE FUTEBOL DE CAMPO, OFICIAL, MATERIAL PU OU MICROFIBRA, TERMOFUSION OU TERMOTEC, MATERIA PRIMA NEO GEL 68,5 - 69,5CM, 420 - 445G, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, MODELO 2014	UN	PENALTY	30,000	133,0000	3.990,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/9
 Processo Nº.: 96/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

Fornecedor: 6363 - TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTD						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	BOLAS BASQUETE OFICIAL FEMININO ADULTO , 72-74CM, 500-565G, CÂMARA BUTIL, MATRIZADA, BORRACHA, MIOLO REMOVÍVEL, SUPER GRIP, , MODELO 2014	UN	PENALTY	15,000	55,8000	837,00
7	BOLAS BASQUETE OFICIAL MASCULINO ADULTO , 75 - 78CM, 600-650G, CÂMARA BUTIL, MATRIZADA, BORRACHA, MIOLO REMOVÍVEL,SUPER GRIP, E, MODELO 2014.	UN	PENALTY	15,000	52,5000	787,50
8	BOLAS DE BASQUETE OFICIAL ADULTO FEMININO 72-74CM, 510-565G, CÂMARA AIRBILITY, MATRIZADA, MICROFIBRA OU PU, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, , MODELO 2014.	UN	PENALTY	20,000	148,5000	2.970,00
10	BOLAS DE BASQUETE OFICIAL MIRIN 72-74CM, 450-500G, CÂMARA AIRBILITY, MATRIZADA, MICROFIBRA OU PU , MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, MODELO 2014	UN	PENALTY	20,000	233,0000	4.660,00
12	BOLAS DE FUTSAL OFICIAL 50-55CM, 300-350G, CÂMARA AIRBILITY, TERMOTEC OU TERMOFUSION, PU , SUB 11, MATÉRIA PRIMA NEOGEL MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO,MODELO 2014	UN	PENALTY	30,000	59,9000	1.797,00
13	BOLAS DE FUTSAL OFICIAL 55-59CM, 350-380G, CÂMARA AIRBILITY, TERMOTEC OU TERMOFUSION, MATÉRIA PRIMA NEOGEL, SUB-13, EM PU, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, MODELO 2014.	UN	PENALTY	50,000	59,9500	2.997,50
15	BOLAS DE HANDEBOL 54-56CM, 325-400G, CÂMARA AIRBILITY, MATRIZADA, PU, FEMININO, COSTURADA, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, MODELO 2014	UN	PENALTY	40,000	109,9000	4.396,00
16	BOLAS DE HANDEBOL 54-56CM, 325-400G, CÂMARA AIRBILITY, COSTURADA, PU , TERMOFUSION , FEMININA , MIOLO REMOVÍVEL, MODELO 2014	UN	PENALTY	40,000	209,9000	8.396,00
17	BOLAS DE MEDICINOBOLL DE 5 KG.	UNI	PANGUÉ	5,000	124,9000	624,50
19	BOLAS DE VÔLEI 65-67CM, 260-280G, CÂMARA AIRBILITY, MATRIZADA, MICROFIBRA OU TERMOFUSION ,MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, ,MODELO 2014.	UN	PENALTY	40,000	245,9000	9.836,00
21	BOLSA DE PRIMEIRO SOCORROS/MASSAGENS, COM NO MÍNIMO 6 BOLSAS, CAIXA DE ISOPOR E SQUEEZER	UN	HEJO	4,000	114,9000	459,60
22	BOMBAS DE ENCHER BOLAS, DUPLA AÇÃO COM CALIBRADOR EMBUTIDO, COM AGULHA RESERVA.	UNI	POKER	20,000	25,9000	518,00
23	BORRACHAS RAPID SOFT / ESPESSURA DA ESPONJA 2.2MM, LISA, VELOCIDADE 08, EFEITO 09, CONTROLE 10	UN	THIBAR	20,000	203,5000	4.070,00
24	CALIBRADORES BASTAO	UN	POKER	20,000	67,5000	1.350,00
25	CANELEIRAS COM BOTINHA PARA KARATE AZUL E VERMELHO.	UN	ZANCHIN	30,000	68,9000	2.067,00
26	COLA TRIMONA 500 G HANDEBALL WAX	UN	DALEHAND	3,000	194,9000	584,70
28	CONES DE 30 CM EM BORRACHA	UN	PANGUÉ	60,000	16,9000	1.014,00
29	CONES DE 50 CM EM BORRACHA	UN	PANGUÉ	60,000	29,9000	1.794,00
30	CRONÔMETROS 10 MEMÓRIAS, DIGITAL, MEMÓRIA P-100 VOLTAR A PROVA DE ÁGUA.	UN	STARFLEX	15,000	85,5000	1.282,50
31	DARDO OFICIAL FEMININO EM FIBRA DE VIDRO COM PONTEIRA 700 GR	UN	PISTA E CAMI	1,000	338,9000	338,90
32	DARDO OFICIAL MASCULINO EM FIBRA DE VIDRO COM PONTEIRA 700 G	UN	PISTA E CAMI	1,000	358,9000	358,90
33	FAIXAS PARA KARATE NA COR AZUL E VERMELHO	UN	ZANCHIN	15,000	74,8000	1.122,00
34	JOGOS DE CAMISA EM DRAYFIT-TAM G COM 15 CAMISAS E COM NÚMEROS MAIS SEREGRAFIA DA MODALIDADE, CIDADE, BRASÃO DO MUNICÍPIO FREETEE COSTAS, SENDO 13 DE CAMPO E 2 DE GOLEIRO.	UN	J.SPORT	15,000	633,0000	9.495,00
35	JOGOS DE CAMISAS COM 14 CAMISETAS BABY LOOK PARA HANDEBOL FEMININO, SENDO 07 TAMANHO M ADULTO E 07 TAMANHO P ADULTO, MALHA DRAY FIT, COM RECORTE E DETALHE, SERIGRAFIA DO NÚMERO E "CAMPOS NOVOS" NAS COSTAS E NÚMERO E BRASÃO DO MUNICÍPIO NA FRENTE, COM CALÇÃO (PRÓPRIO PARA HANDEBOL), COM MALHA SUPLEX, 07 TAMANHO M ADULTO E 07 TAMANHO P ADULTO, SERIGRAFADO COM NÚMERO E BRASÃO DO MUNICÍPIO NA FRENTE.	UN	J.SPORT	3,000	1.080,0000	3.240,00
38	MADEIRAS, 5 A 8 FOLHAS, ALL ROUND, PARA JOGAR TENIS DE MESA	UN	THIBHAR	40,000	204,5000	8.180,00
40	PARES DE REDES PARA FUTEBOL DE CAMPO COM MEDIDAS OFICIAIS, FIO NÚMERO 04, POLIPROPILENO (SEDA).	UN	SPITTER	8,000	269,8000	2.158,40
41	PARES DE REDES PARA FUTEBOL SUÍÇO COM MEDIDAS OFICIAIS, FIO NÚMERO 04, POLIPROPILENO (SEDA).	PAR	SPITTER	16,000	149,5000	2.392,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/9
 Processo Nº.: 96/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

Fornecedor: 6363 - TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
42	PARES DE REDES PARA FUTSAL COM MEDIDAS OFICIAIS, FIO NÚMERO 04, POLIPROPILENO (SEDA).	PAR	SPITTER	12,000	141,9000	1.702,80
43	PARES DE REDINHAS PARA BASQUETE COM MEDIDAS OFICIAIS TIPO CBB, 6MM, POLIPROPILENO (SEDA).	PAR	SPITTER	6,000	83,5000	501,00
44	PESO DE FERRO PARA ARREMESSO DE 4KG, 5KG, 7KG 2 DE CADA	UN	INFIDER	6,000	167,3000	1.003,80
45	PLACARES PORTÁTEIS DE MESA COM NÚMERAÇÃO ATÉ 100, COM NÚMERO DE FALTAS.	UN	PLAZON	3,000	349,0000	1.047,00
46	PLACARES PORTÁTEIS DE MESA COM NÚMERO ATÉ 30, COM NÚMEROS.	UN	VOLLO	3,000	239,5000	718,50
47	POSICIONADORES (PRATOS) COLORIDOS	UN	PANGUÉ	70,000	8,4000	588,00
48	POTE DE COLA BRANCA PRÓPRIO PARA COLAGEM DE BORRACHAS TENSIONADAS, CLEAN FIX 30 G-BASE AGUA SEM SOLVENTE	UN	THIBHAR	6,000	188,5000	1.131,00
54	PROTETORES DE TOXAX NA COR BRANCO	UN	ZANCHIW	15,000	148,0000	2.220,00
55	REDES COM SUPORTE PARA TÊNIS DE MESA. PRESSÃO COM REGULAGEM/TIPO ALICATE, CORPO DE METAL REDE EM TECIDO, SISTEMA DE TRAVAMENTO	UN	DUNLOP	12,000	198,5000	2.382,00
56	REDES DE VOLEI COM CABO DE AÇO E MEDIDAS OFICIAIS, COM 04 FAIXAS EM LONA, FOI NÚMERO 04.	UN	SPITTER	8,000	263,0000	2.104,00
57	REDINHA PARA CARREGAR BOLAS NO MÍNIMO PARA 10 BOLAS.	UN	PANGUE	20,000	22,9000	458,00
63	TORNOZELEIRA DE 1 KG EMBORRACHADAS COM VELCRO	UN	PANGUÉ	20,000	20,9000	418,00

Fornecedor: 10474 - KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	BOLAS DE FUTSAL 55-59CM, 350-380G, CÂMARA AIRBILITY, MATRIZADA, PVC, SUB-13 MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, MODELO 2014.	UN	KAJIVA	30,000	47,4500	1.423,50
14	BOLAS DE FUTSAL OFICIAL 61 - 64CM, 410-440G, CÂMARA AIRBILITY, TERMOTEC OU TERMOFUSION, EM PU, ADULTO MATÉRIA PRIMA NEOGEL, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, MODELO 2014, AP. PELA FIFA	UN	PENALTY	60,000	146,9500	8.817,00
27	COLCHONETES EM CORVIN MEDINDO 1,90 X 80 X 7 CM	UN	TASCA	60,000	144,8000	8.688,00
36	JOGOS FANTASIA 900gr. OFICIAL RAFA	UN	FAISCA	15,000	588,0000	8.820,00
37	KIMONOS KM MICRO FIBRA 5P, 5M, E 5 G PARA KARATE	UN	SHIROI	15,000	264,0000	3.960,00
58	RELÓGIO PARA XADREZ DIGITAIS	UN	DST	10,000	277,0000	2.770,00
59	RELÓGIO PARA XADREZ MANUAL.	UNI	JAERING	10,000	98,9000	989,00
62	SAPATILHAS COM PARAFUSOS P/ ATLETISMO EM NYLON COM NO MÍNIMO 12 PASSADORES, CABESAL EM COURO SINTÉTICO, PINOS EM NYLON PARA PROVAS DE 100-200-400, SENDO OS Nº 2 PARES 36, 2 PARES 38, 2 PARES 40, 2 PARES 41, 2 PARES 42	UN	PISTA E CAMI	10,000	253,0000	2.530,00

Fornecedor: 10648 - TOTAL SPORTS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALTERES DE 1 KG EMBORRACHADO	UN	IBJ	20,000	19,5000	390,00
3	BAMBOLÊS	UNI	PANGUE	40,000	4,1500	166,00
9	BOLAS DE BASQUETE OFICIAL ADULTO MASCULINO 75-78CM, 600-650G, CÂMARA AIRBILITY, MATRIZADA, MICROFIBRA OU PU, , MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, MODELO 2014, APROVADA PELA FIBA	UN	PENALTY	20,000	172,7000	3.454,00
18	BOLAS DE TÊNIS DE CAMPO, OFICIAL DA MODALIDADE	UN	BABOLAT	40,000	25,9000	1.036,00
20	BOLINHAS DE TENIS DE MESA, 40MM, APROVADA PELA ITTF NA COR B	UN	YASHIMA	2.000,000	3,9000	7.800,00
39	PARES DE MEIAS, ELANCA, GROSSA, COM PÉ ATOALHADO, TAMANHO ADULTO, SENDO, 100 PARES AZUIS.	UN	KANXA	100,000	13,1000	1.310,00
49	PRANCHETA MAGNÉTICA PARA FUTEBOL DE CAMPO COM MARCADORES COM IMÃ, CANETA E APAGADOR, MÍNIMO 24X35CM	UNI	SCALIBU	6,000	98,4000	590,40
50	PRANCHETA MAGNÉTICA PARA FUTSAL COM MARCADORES COM IMÃ, CANETA E APAGADOR, MÍNIMO 24X35CM	UN	SCALIBU	4,000	98,4000	393,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 4/9
Processo Nº.: 96/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

Fornecedor: 10648 - TOTAL SPORTS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
51	PRANCHETA MAGNÉTICA PARA HANDEBOL COM MARCADORES COM IMÃ, CANETA E APAGADOR, MÍNIMO 24X35CM	UNI	SCALIBU	6,000	98,4000	590,40
52	PRANCHETA MAGNÉTICA PARA VOLEI COM MARCADORES COM IMÃ, CANETA E APAGADOR, MÍNIMO 24X35CM	UNI	SCALIBU	6,000	98,4000	590,40
53	PRANCHETA PARA XADREZ	UN	SCALIBU	4,000	98,4000	393,60
60	SACOLAS PARA CARREGAR BOLAS.	UN	DESBRAVADC	40,000	89,5000	3.580,00
61	SACOLAS PARA FARDAMENTO CONFECCIONADAS EM NYLON MEDINDO , NO MÍNIMO 70 CM X 50 CM X 40 CM	UN	DESBRAVADC	20,000	73,5000	1.470,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/9
Processo Nº.: 96/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/9
Processo Nº.: 96/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/9
Processo Nº.: 96/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/9
Processo Nº.: 96/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/9
Processo Nº.: 96/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 12 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JOSE PAULO BITENCOURT ME	CNPJ: 08.272.612/0001-45	_____
KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA	CNPJ: 02.150.800/0001-14	_____
RCM RAMOS LOMBARDI	CNPJ: 68.352.350/0001-50	_____
TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTI	CNPJ: 81.774.325/0001-23	_____
TOTAL SPORTS LTDA ME	CNPJ: 13.248.252/0001-86	_____

Ata Rg 18/2014 Moveis Escolares E Cozinha

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/14
Processo Nº.: 130/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2014

No dia 14 do mês de Agosto do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 63/2014, Processo Licitatório nº. 130/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOVÉIS ESCOLARES E DE COZINHA PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11163	BRINQMOVEIS LTDA EPP	11, 12, 18
10119	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME	
11161	ESCOBRINQ LTDA EPP	5, 8, 21
10474	KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA	3, 9, 16, 22
9986	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.	6, 7, 10, 13, 14, 15, 19, 23
11162	N.G. INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP	
11164	NORMELIA LOTTERMANN EPP - EDUCAR MOVEIS	2, 4, 17
11160	SCHOOL CENTER INDUSTRIA DE MOVEIS ESCOLARES LTDA	1, 24
8145	TARSIO CALEB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	
11049	VW - COMERCIO ATACADISTA LTDA	20

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRINQMOVEIS LTDA EPP	09.259.958/0001-76	DÉCIO DRUCZKOWSKI	036.181.599-94
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME	09.008.570/0001-00	ERALDO SALVADOR	027.875.099-08
ESCOBRINQ LTDA EPP	08.395.310/0001-64	BENICIO BALDUSSI	352.319.399-00
KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA	02.150.800/0001-14	VOLNEI PEDRO KALINOVSKI	706.489.050-04
L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.	11.924.851/0001-47	LUCIANO PILATTI	021.948.939-46
N.G. INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP	72.271.851/0001-80		. . .
NORMELIA LOTTERMANN EPP - EDUCAR MOVEIS	20.132.150/0001-66	LEANDRO ALBERTO KEBER	770.863.410-53
SCHOOL CENTER INDUSTRIA DE MOVEIS ESCOLARES LTDA	09.074.533/0001-92	SERGIO LUIZ OURIQUES	298.625.669-49
TARSIO CALEB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	04.956.052/0001-97	CALEB KIELING	177.961.210-91
VW - COMERCIO ATACADISTA LTDA	10.573.408/0001-06	VANDERLEI BLASKOWSKI	745.817.759-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOVÉIS ESCOLARES E DE COZINHA PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/14
 Processo Nº.: 130/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

Fornecedor: 9986 - L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	<p>Cadeira executiva fixa, na cor preta, aproximação: Assento em Compensado multilaminado 13 mm de espessura; Espuma injetada anatomicamente com 50 mm de espessura média e densidade de 45 à 50 Kg/m³; Carenagem do assento injetada em Polipropileno copolímero; Encosto em Estrutura injetada em polipropileno copolímero; Espuma injetada anatomicamente com 40 mm de espessura média e densidade de 45 à 50 Kg/m³; Contra capa do encosto injetada em Polipropileno copolímero; Mola suporte em aço com 76,20 mm de largura, espessura 6,35 mm curvada e nervurada a frio para maior resistência; Capa do assento e do encosto em tecido de polipropileno, poliéster, couro ecológico ou couro natural, e fixadas com grampos ao assento de madeira e encosto de plástico;</p> <p>Estrutura de sustentação em tubo de aço industrial redondo 25,40 mm, parede 2,25 mm; Ponteiras e sapatas injetadas em polipropileno copolímero; Os componentes metálicos possuem tratamento de superfície com fosfato de zinco, executado em linha automática de oito tanques, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, para dar melhor proteção contra corrosão e uma excelente ancoragem da tinta; A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), VV-eco, atendendo norma Européia RoHS, isenta de metais pesados, na cor cinza claro, com camada de 60 microns, onde todas as peças são curadas em estufa, à temperatura de 200 °C.</p> <p>:Essa poltrona atende à requisitos das normas NR17 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e NBR 13962 - da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade;Dimensões :Altura do Encosto: 350 mm;Largura do Encosto: 410 mm;Profundidade do Assento: 420 mm;Largura do Assento: 460 mm;Profundidade total da cadeira: 550 m; Altura total da cadeira: 800 mm; Altura do Assento: 455 mm;Largura total da cadeira: 520 mm ;As empresas deverão apresentar: laudo de análise ergonômica dos produtos (cópia autenticada); laudo técnico dos produtos; certificado ABERGO (da Associação brasileira de ergonomia, cópia autenticada);laudo da espuma comprovando a densidade(cópia autenticada); declaração do fornecedor da espuma declarando que a matéria prima é isenta de CFC (cópia autenticada); certificado ISSO 9001 do fabricante, emitido pela ABNT(cópia autenticada). Termo de garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação emitido pelo fabricante (cópia autenticada);certidão de registro de pessoa física do fabricante; certidão de registro de pessoa jurídica do fabricante; laudo técnico da capacidade produtiva do fabricante; licença ambiental de operação da FATMA ou órgão correspondente; certificado do IBAMA; certificado VV-ECO - declaração de conformidade diretiva ROHS 2002/95/CE (tinta)</p>	UN	CAVALETTI	30,000	287,0000	8.610,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/14
 Processo Nº.: 130/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

Fornecedor: 9986 - L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Cadeira executiva giratória, na cor azul royal. Assento em Compensado multilaminado 13 mm de espessura; Espuma injetada anatomicamente com 50 mm de espessura média e densidade de 45 à 50 Kg/m³; Carenagem do assento injetada em Polipropileno copolímero; Encosto em Estrutura injetada em polipropileno copolímero; Espuma injetada anatomicamente com 40 mm de espessura média e densidade de 45 à 50 Kg/m³; Contra capa do encosto injetada em Polipropileno copolímero; Capa do assento e do encosto em tecido de poliéster ou vinil, fixadas com grampos ao assento de madeira e encosto de plástico; Apoia braços SL New PU, em polipropileno copolímero injetado, com alma de aço SAE 1020 pintada, regulagem de altura com botão, totalizando 7 posições e 85 mm de curso. Parte superior do apoio de braço em Poliuretano. Chapa para fixação no assento com 2 furos oblongos, permitindo ajuste horizontal por parafusos; Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes de aço com pino do rodízio soldado na extremidade da haste em furos do tipo flangeado, evitando que se soltem, coberta por polaina injetada em polipropileno copolímero na cor preta, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, semiesfera plástica injetada junto a estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes, tapetes e similares, ou banda de rolagem em poliuretano para uso em piso duro, amadeirados e com revestimentos vinílicos; Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, rolamento axial de giro, esferas e arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola a gás; Telescópico injetado em polipropileno copolímero texturizado, dividido em 3 partes encaixadas, usado para proteger a coluna; Mecanismo com sistema reclinador do encosto, de estrutura monobloco, soldado por processo MIG em célula robotizada, com assento fixo tendo 3° de inclinação e 2 furações para fixação do assento com distância entre centros de 125 x 125 mm e 160 x 200 mm. Suporte do encosto com regulagem de altura automática através de catraca, totalizando 80 mm de curso, recoberto por capa injetada em polipropileno copolímero. Inclinação do encosto com 28° de curso semi-circular acionado por alavanca, obtendo-se infinitas posições, com molas para o retorno automático do encosto, e ajuste automático na frenagem do reclinador; Os componentes metálicos possuem tratamento de superfície com fosfato de zinco, executado em linha automática de oito tanques, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais, para dar melhor proteção contra corrosão e uma excelente ancoragem da tinta; A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, na cor cinza claro, com camada de 60 microns, onde todas as peças são curadas em estufa, à temperatura de 200 °C. Poltrona está em conformidade com as normas NR17 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e NBR 13962 - da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade; Dimensões: Altura do Encosto: 350 mm; Largura do Encosto: 410 mm Profundidade do Assento: 420 mm; Largura do Assento: 460 mm; Profundidade total da cadeira: 700 mm; Altura total da cadeira: 820 - 1020 mm Altura do Assento: 420 - 540 mm; Largura total da cadeira: 700 mm.; As empresas deverão apresentar: laudo de análise ergonômica dos produtos (cópia autenticada); laudo técnico dos produtos; certificado ABERGO (da Associação brasileira de ergonomia, cópia autenticada); laudo da espuma comprovando a densidade (cópia autenticada); declaração do fornecedor da espuma declarando que a matéria prima é isenta de CFC (cópia autenticada); certificado ISO 9001 do fabricante, emitido pela ABNT (cópia autenticada). Termo de garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação emitido pelo fabricante (cópia autenticada); certidão de registro de pessoa física do fabricante; certidão de registro de pessoa jurídica do fabricante; laudo técnico da capacidade produtiva do fabricante; licença ambiental de operação da FATMA ou órgão correspondente; certificado do IBAMA; certificado W-ECO - declaração de conformidade diretiva ROHS 2002/95/CE (tinta)	UN	CAVALETTI	2,000	465,0000	930,00
10	COLCHONETE 1,30 de comprimento 65 cm de largura 05 cm de altura, densidade acima de 20, revestido em couro sintético cor azul Del rei. Deverá acompanhar a proposta os documentos do fabricante conforme abaixo:- fichas técnica com foto ilustrativa do produto ofertado contendo suas características, matéria prima utilizada e suas respectivas bitolas; certificado do Inmetro. Apresentar certificado de conformidade com a norma da ABNT - 13579.	UN	ORTOBON	130,000	140,0000	18.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/14
 Processo Nº.: 130/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

Fornecedor: 9986 - L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	Mesa reta fabricada em MDF 1,20x0,70x0,74, (placa de fibra de madeira de média densidade) BP (melamínico de baixa pressão) de dupla face e MDF bruto revestido de fórmica (melamínico de alta pressão) com pés tubulares, sendo: 1 (um) tampo com espessura 25 mm de MDF bruto com revestimento em fórmica na face superior dobrada em duas bordas longitudinais dando acabamento de 180°, contendo 2 (dois) furos para passa-fios e acabamento plástico para os mesmos, bordas laterais com ABS 2 mm; 1 (um) painel frontal (saia) na espessura de 15 mm em MDF BP; 1 (um) par de pés tubulares com calha vertical para passagem de fiação. Cada pé é composto por tubo oblongo 29x58 mm na base, coluna com calha medindo 30X200 para ocultar a passagem de fios, suporte superior de tubo 30x30 mm, ponteiras quadradas para acabamento do tubo 30x30 mm, sapatas de polipropileno (plástico) para acabamento do tubo oblongo juntamente com sapatas de nivelamento do tipo bucha com rosqueamento da sapata; A pintura é feita após tratamento anti-ferrugem com produtos apropriados, sendo utilizada a pintura epóxi a pó (processo realizado em estufas de alta temperatura). As bordas são coladas com o sistema hot-melt (adesivo termo fundível aplicado com máquina CNC). O sistema de montagem se dá por meio parafusos estruturais com acabamento plástico, parafusos cabeça panela e cantoneiras metálicas para junção do tampo com a estrutura. Do modelo: Pés colocados a 40 mm das bordas laterais, mantendo a distância entre saia (esta com 382 mm) e borda externa da mesa em 140 mm. Os passa-fios ficam na parte interna da mesa.	UN	FERRU'S	15,000	535,0000	8.025,00
	E Gaveteiro fixo de 2 (dois) gavetas fabricado em MDF (placa de fibra de madeira de média densidade) BP (melamínico de baixa pressão) de dupla face. Caixa e frentes de gaveta em 15 mm com acabamento das bordas em FITA PVC 0,45mm. Quadros das gavetas em MDF BP 12 mm montados com cavilha 8 mm e cola com acabamento das bordas em fita PVC 0,45 mm e fundos em MDF ou Duraplac 3 mm de revestimento em 1 (um) face. As bordas são coladas com o sistema hot-melt (adesivo termo fundível aplicado com máquina CNC). As gavetas possuem puxadores metálicos com acabamento de aço escovado, correções metálicas com roletes de nylon, chaveamento simultâneo na lateral do móvel com cilindro de rotação 180°. A montagem da caixa é por meio de cavilhas 8 mm com cola e grampos aplicados com grampeadeira pneumática e a fixação em mesas por meio de cantoneiras metálicas de 3 (três) furos com parafusos 4,0x12 mm; Do modelo: Caixa fechada em todos os lados, tendo laterais com fechamento traseiro e palitos frontais de 60 mm ficando assim com as partes superior e inferior abertas. Com 2 (dois) gavetas sobrepostas com puxadores metálicos centrais e chaveamento lateral simultâneo das gavetas. Fixado à mesas por meio de cantoneiras metálicas com parafusos 4,0x12 mm ou equivalentes. Apresentar certificado de conformidade com a norma da ABNT - NBR13966.					
14	Espelho para sala de aula 2m x 1,50m, com moldura	UN	LORENZONI	2,000	610,0000	1.220,00
15	Espelho para sala de aula 4mm 0,70cmx 1,50m, com moldura resistente na cor bege	UN	LORENZONI	17,000	230,0000	3.910,00
19	Mesa reta, tamanho 1.20x0,70x0,74m, fabricada em MDF (placa de fibra de madeira de média densidade) BP (melamínico de baixa pressão) de dupla face e MDF bruto revestido de fórmica (melamínico de alta pressão) com pés tubulares, sendo: 1 (um) tampo com espessura 25 mm de MDF bruto com revestimento em fórmica na face superior dobrada em duas bordas longitudinais dando acabamento de 180°, contendo 2 (dois) furos para passa-fios e acabamento plástico para os mesmos, bordas laterais com ABS 2 mm; 1 (um) painel frontal (saia) na espessura de 15 mm em MDF BP; 1 (um) par de pés tubulares com calha vertical para passagem de fiação. Cada pé é composto por tubo oblongo 29x58 mm na base, coluna com calha medindo 30X200 para ocultar a passagem de fios, suporte superior de tubo 30x30 mm, ponteiras quadradas para acabamento do tubo 30x30 mm, sapatas de polipropileno (plástico) para acabamento do tubo oblongo juntamente com sapatas de nivelamento do tipo bucha com rosqueamento da sapata; A pintura é feita após tratamento anti-ferrugem com produtos apropriados, sendo utilizada a pintura epóxi a pó (processo realizado em estufas de alta temperatura). As bordas são coladas com o sistema hot-melt (adesivo termo fundível aplicado com máquina CNC). O sistema de montagem se dá por meio parafusos estruturais com acabamento plástico, parafusos cabeça panela e cantoneiras metálicas para junção do tampo com a estrutura. Do modelo: Pés colocados a 40 mm das bordas laterais, mantendo a distância entre saia (esta com 382 mm) e borda externa da mesa em 140 mm. Os passa-fios ficam na parte interna da mesa. Apresentar certificado de conformidade com a norma da ABNT - NBR13966.	UN	FERRUS	8,000	530,0000	4.240,00
23	TANQUE DE FIBRA 50 litros, com armário e uma porta para guardar material	UN	FORT	1,000	500,0000	500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/14
 Processo Nº.: 130/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

Fornecedor: 10474 - KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Armário de aço com 4 gavetas para pasta suspensa 1,33altX46larg, porta etiquetas, puxadores de plásticos cromados e chave.	UN	W3	4,000	460,0000	1.840,00
9	Carrinho berço, passeio (2 em 1) ideal para bebês até 15 kg, sistema de fechamento com uma mão; encosto regulável em 3 posições; cabo reversível; cinto de segurança em 5 pontos; acolchoado em tecido removível e lavável, com sistema dupla face, bandeja do bebê removível e com fácil encaixe de travamento,; quatro rodas dianteiras giratórias com duplos sistemas de freios, quatro rodas traseiras com fixa duplo sistema de freios; capota com teto solar fixo e removível; acompanha cd "cantigas de roda"; largura 55cm, altura 108cm, comprimento 86cm, peso 11kg; aprovado pelo INMETRO.	UN	TUTY BABY	60,000	420,0000	25.200,00
16	Estante de aço aberta- montável e com parafusos, com 6 prateleiras, altura 1,98 x 0,92 e 300 mm de profundidade em aço chapa 24mm com reforço em X na laterais e fundo. Com 4 pés em estrutura metálica, tratamento anti corrosivo e pintura epoxi.	UN	W3	12,000	125,0000	1.500,00
22	Quadro verde/lousa quadriculado c/ suporte para apagador de giz, 1,20 altura x 2,00 comprimento, com acabamento em madeira	UN	QUADROSUL	4,000	408,0000	1.632,00

Fornecedor: 11049 - VW - COMERCIO ATACADISTA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	PALLET PLASTICO LISO CAPACIDADE 4000KG cor preta, MEDIDAS: 1,00LARGURAX1,20 COMPRIMENTOx0,15mm. (PBR - larguraXcomprimentoXaltura).	UN	inbrasil	30,000	490,0000	14.700,00

Fornecedor: 11160 - SCHOOL CENTER INDUSTRIA DE MOVEIS ESCOLARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Armário aéreo com 03 portas, para banheiro, com puxadores metálicos, com 01 prateleira de divisória em MDF cor branco, 1,20 cm de comprimento e 30 cm de profundidade e 50 cm de altura (medidas aproximadas).	UN	SCHOOL CEN	3,000	563,0000	1.689,00
24	Berço de madeira com colchão. Medida do berço aproximada de 1,33cm de comprimento x 0,63cm de largura durável e resistente, pintura na cor branco, revestido em laca de alto brilho (ótima resistência superficial à abrasão, a riscos e agentes manchadores). Produzido em MDF de alta resistência, cabeceira arredondada, estrado em madeira maciça, superfície e bordas lisas e arredondadas. Para segurança do bebê as ripas devem ter a distância máxima de 6CM, grade móvel com altura regulável e travas de segurança, sistema de regulagem de altura do colchão, rodízios com trava de segurança. Colchão deve conter as seguintes especificações: espuma densidade 20, altura 14 cm, largura 60 cm, profundidade 1,30m, peso 5kg, suporta até 50kg, antiacaro,antimofo, antialérgico, antifugo, revestimento em 100% poliéster, garantia mínima de 3 meses. O berço deve conter o selo de Identificação da Conformidade do Inmetro. As instruções de uso devem estar em língua portuguesa.	UN	MULTIMÓVEL	11,000	315,0000	3.465,00

Fornecedor: 11161 - ESCOBRIHQ LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Balcão para pia em MDF 18MM, branco, com 4 gavetas e corredeiras de metal, 2 portas com puxadores de metal e tampão, 1,20 largura e uma divisória de prateleira	UN		1,000	624,0000	624,00
8	Carrinho para transporte de cargas capacidade 450Kg. Estrutura telhada, confeccionada em aço carbono, diametro de tubo 1" pol, espessura 1,5 mm; eixo com diametro de 1 " pol maciço, rodas de aço carbono - chapa 14=2 mm de espessura; pneus leworin 4 lonas - modelo 3.5 Enduro, altura: 1,3m, base 40 cmX40 cm.	UN		2,000	550,0000	1.100,00
21	Quadro Branco 2,00M X1,20M com borda em alumínio e suporte para apagador	UN		4,000	340,0000	1.360,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/14
 Processo Nº.: 130/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

Fornecedor: 11163 - BRINQMOVEIS LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	Conjunto composto de uma carteira com travessa "U" para reforço, ligando as quatro pernas e uma cadeira, estrutura metálica confeccionada em tubo 7/8 chapa 18 (1.2 mm), metal tratado contra ferrugem, pintura epóxi (a pó) de cor preta ou prata, solda mig. Apresentar na proposta o certificado do INMETRO do conjunto de acordo com a ABNT 14006 para mobiliário escolar. Acabamentos em ponteiros, tampo em MDF usinado 180° sem cantos vivos, revestido em fórmica texturizada ou brilhante 0.8 mm cor a escolher. Acabamento nas laterais em selador (envernizado), gradil porta-livros em ferro maciço abaixo do tampo seção quadrada, assento e encosto da cadeira confeccionado em compensado 10 mm semi-anatômico revestido em fórmica texturizada ou brilhante 0.8 mm fixados a estrutura metálica através de rebites de alumínio. Apresentar na proposta certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal do IBAMA com data dentro da validade, que comprove que a empresa está legalizada perante o órgão para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, tanto para os componentes de madeira bem como para as estruturas metálicas, conforme Lei Federal 6938/1981 alterada Lei 10.165/2000. Cores da fórmica a escolher: (verde, amarelo lima, kiwi, cerâmica, azul marinho, azul francês, rosa-choque, vermelho, uva e bege). Idade indicada: acima dos 10 anos; Medidas carteira: 74 cm (altura a partir do tampo) Medidas cadeira: 42 cm (altura a partir do assento); Medidas tampo: 60 X 40 cm; Medidas do encosto: 40 X 22 cm; Medidas do assento: 37 X 38 cm	UN	brinquedos Pa	150,000	178,0000	26.700,00
12	Conjunto pré escolar coletivo de 4 lugares: mesa tampo com cavidade côncava no para-peito para o aluno, cantos arredondos e bordas usinadas, confeccionado em compensado laminado de madeira, revestida na parte superior com fórmica texturizada fosca em 4 cores, sendo: verde escuro, vermelho, azul escuro e amarelo ouro e na parte inferior revestido em lâmina de madeira lixada, tratada com seladora e verniz poliuretano. Estrutura confeccionada em 4 pés duplos, tubos de aço industrial com costura de SAE 1010/1020, seção redonda de 7/8" chapa 16, que são interligados através do processo de soldagem mig. Toda a estrutura, tratada com banho desengranchante a quente por meio de imersão a 120 graus e anti-ferruginoso de proteção fosfatizante. Pintura com tinta epóxi a pó texturizada em cor azul, híbrida, polimerizada em estrutura a 180 graus, espessura da película de 40 microns, ponteiros em polipropileno, injetadas, de fixação interna semi-esféricas, na mesma cor e tonalidade da estrutura. Dimensões: tampo (800x800x20mm); altura aproximadamente 520mm. Cadeira: em tubo industrial SAE 1006/1020 7/8 (parede 1,50mm), quatro pés, sendo dois em peça única com o encosto e dois em forma de palito. Duas travessas de sustentação sob o assento em tubo 7/8 (parede 1,20mm). Abaixo do assento na parte frontal travessa em forma de arco de sustentação do mesmo tubo 7/8 (parede 1,20mm). Soldagem através de solda pelo processo MIG em todas as junções, pintura eletrostática. Fechamento de todos os topos dos tubos com ponteiros de 7/8 injetadas 100% polipropileno. Assento (340 x 330 x 5mm) confeccionado em resina plástica de alto impacto, alto brilho com curvaturas anatômicas e abas laterais que se acomodam melhor a estrutura. Cavidades especiais com rebaixo para fixação do assento à estrutura. Cavidades especiais no rebaixo para fixação do assento a estrutura através de rebites de repuxo tipo POP. encosto (330x180x5mm) confeccionado em resina plástica de alto impacto, alto brilho com curvas anatômicas e abas laterais que se acomodam melhor a estrutura. Cavidades especiais no rebaixo, evitando danos a vestimenta do usuário, para fixação do encosto a estrutura através de rebites de repuxo tipo POP. Altura do assento ao chão 340mm. Altura do encosto ao chão 625mm. No envelope de habitação deverão ser apresentados aos seguintes documentos pertinentes a qualificação técnica: - relatório de ensaio de resistência a nevoa salina em corpo de prova que contenham uniões soldadas comprovando que o metal tenha tratamento anticorrosivo, conforme item 4.3.13.1 da NBR14006.	UN	Brinquedos Pa	85,000	565,0000	48.025,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/14
 Processo Nº.: 130/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

Fornecedor: 11163 - BRINQMOVEIS LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	CONJUNTO REFEIÇÃO INFANTIL ; composto de uma (01) mesa empilhável com (02) dois bancos empilháveis estrutura metálica confeccionados em tubo 20 x 40 chapa 18 (1,2 mm) metal tratado contra ferrugem, solda mig, pintura epóxi (a pó) cor a escolher (prata, preto ou branco) acabamento com ponteiros resistente, tampo da mesa e dos bancos em MDF revestido em fórmica cor a escolher, acabamento em perfil de PVC colado pelo sistema hot-melt. Apresentar na proposta o relatório com ensaio comprovando a resistência a corrosão (tratamento contra ferrugem com resistência de no mínimo de 300 horas) e os ensaios contendo testes de acordo com as NBRS 8094/83, NBR 11003/90, NBR 14535/00 emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO sendo considerados os testes dentro da ABNT 14006 para mobiliário escolar. Apresentar na proposta certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal do IBAMA com data dentro da validade, que comprove que a empresa está legalizada perante o órgão para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, tanto para os componentes de madeira bem como para as estruturas metálicas, conforme Lei Federal 6938/1981 alterada Lei 10.165/2000. Cores da fórmica a escolher: (verde, amarelo lima, kiwi, cerâmica, azul marinho, azul francês, rosa-choque, vermelho, uva e bege). Medidas da mesa :275 X 80 X 54 cm Medidas do banco: 275X 30 X 33 cm. Apresentar certificado de conformidade com anorma da ABNT - NBR13966.	UN	Brinquedos Pz	3,000	785,0000	2.355,00

Fornecedor: 11164 - NORMELIA LOTTERMANN EPP - EDUCAR MOVEIS

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Armário alto com 3 (três) portas, na cor marfim, puxadores metálicos , com 6 pés em estrutura metálica tratamento anticorrosivo e pintura epoxi. Medindo 2,00 metros de altura x 1,80 cm de comprimento x 0,45cm de profundidade. Com reforço entre as prateleiras., divisão vertical e 4 (quatro) prateleiras em cada vão, fabricado em MDF (placa de fibra de madeira de média densidade) BP (melamínico de baixa pressão) de dupla face e MDF bruto revestido em fórmica (melamínico de alta pressão). Tampo em MDF bruto 25 mm com revestimento em fórmica texturizada dobrada na borda frontal formando acabamento de 180°, acabamento das bordas retas em ABS 2mm. Caixa, portas, costa e prateleiras do móvel em MDF BP 15 mm com acabamento das bordas em FITA PVC 0,45mm. As bordas são coladas com o sistema hot-melt (adesivo termo fundível aplicado com máquina CNC). Portas com chave de lingueta com rotação 90° tendo seu travamento em trava metálica presa ao tampo com parafusos 3,0X12 mm ou equivalentes; 1 (um) puxador metálico com acabamento de aço escovado em cada porta e 3 (três) dobradiças de metal do tipo caneco 26 mm em cada porta presas com parafusos 4,0X12 mm ou equivalentes. Possui sapatas de nivelamento com rosca do tipo chapa vertical presa internamente ao móvel por meio de 4 (quatro) parafusos 4,0X12 ou equivalentes. As prateleiras são apoiadas em pinos metálicos cromados encaixados na lateral e divisão, possibilitando a regulagem de altura e sua fácil retirada. Montagem através de parafusos estruturais 7,0x40 mm com tampas plásticas de acabamento; do modelo: Móvel com balanço lateral e traseiro do tampo em 2 mm, com borda frontal do tampo em 180° com a fórmica dobrada, portas sobrepostas com puxadores horizontais na parte superior e fechadura superior na porta direita. Sapata de regulagem interna encostas na costa e faixa. Com duas divisórias internas na vertical. Apresentar certificado de conformidade com anorma da ABNT - NBR13966.	UN	REIFLEX	21,000	676,0000	14.196,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/14
 Processo Nº.: 130/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

Fornecedor: 11164 - NORMELIA LOTTERMANN EPP - EDUCAR MOVEIS

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Armário alto com 2 (dois) portas, cor marfim, puxadores, espessura resistente para acomodar livros e objetos pesando até 20 kg. Com 4 pés em estrutura metálica, tratamento anti corrosivo e pintura epoxi, divisão vertical e 3 (três) prateleiras em cada vão, fabricado em MDF (placa de fibra de madeira de média densidade) BP (melaminico de baixa pressão) de dupla face e MDF bruto revestido em fórmica (melaminico de alta pressão). Tampo em MDF bruto 25 mm com revestimento em fórmica texturizada dobrada na borda frontal formando acabamento de 180°, acabamento das bordas retas em ABS 2mm. Caixa, portas, costa e prateleiras do móvel em MDF BP 15 mm com acabamento das bordas em FITA PVC 0,45mm. As bordas são coladas com o sistema hot-melt (adesivo termo fundível aplicado com máquina CNC). Portas com chave de lingueta com rotação 90° tendo seu travamento em trava metálica presa ao tampo com parafusos 3,0X12 mm ou equivalentes; 1 (um) puxador metálico com acabamento de aço escovado em cada porta e 3 (três) dobradiças de metal do tipo caneco 26 mm em cada porta presas com parafusos 4,0X12 mm ou equivalentes. Possui sapatas de nivelamento com rosca do tipo chapa vertical presa internamente ao móvel por meio de 4 (quatro) parafusos 4,0X12 ou equivalentes. As prateleiras são apoiadas em pinos metálicos cromados encaixados na lateral e divisão, possibilitando a regulagem de altura e sua fácil retirada. Montagem através de parafusos estruturais 7,0x40 mm com tampas plásticas de acabamento. Do modelo: Móvel com balanço lateral e traseiro do tampo em 2 mm, com borda frontal do tampo em 180° com a fórmica dobrada, portas sobrepostas com puxadores horizontais na parte superior e fechadura superior na porta direita. Sapata de regulagem interna encostas na costa e faixa. Com uma divisória interna na vertical. Apresentar certificado de conformidade com a norma da ABNT - NBR13966.	UN	REFLEX	13,000	498,0000	6.474,00
17	Conjunto composto de uma mesa e dois bancos ambos empilháveis, estrutura metálica confeccionados em tubo 20 x 40 mm chapa 18 (1,2 mm) metal tratado contra ferrugem, solda mig, pintura epóxi (a pó), com ponteiros de plástico resistente nos pés, tampo da mesa e dos bancos em madeira compensada ou MDF, revestidos em fórmica texturizada cor a escolher, acabamento em perfil de PVC prata colado pelo sistema hot-melt. Apresentar na proposta o relatório com ensaio emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO comprovando resistência a corrosão (tratamento contra ferrugem com resistência de no mínimo de 300 horas) e os ensaios contendo testes de acordo com as NBRs 8094/83, NBR 11003/90, NBR 14535/00 sendo considerados os testes dentro da ABNT 14006 para mobiliário escolar. Apresentar na proposta certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal do IBAMA com data dentro da validade, que comprove que a empresa está legalizada perante o órgão para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, tanto para os componentes de madeira bem como para as estruturas metálicas, conforme Lei Federal 6938/1981 alterada Lei 10.165/2000. Cores a escolher: (verde, cinza, amarelo lima, kiwi, cerâmica, azul marinho, azul francês, rosa-choque, vermelho e uva). Idade indicada: acima dos 10 anos. Medidas mesa :275 X 80 X 74 cm, Medidas banco: 275 X 30 X 42 cm.	UN	REFLEX	10,000	810,0000	8.100,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/14
Processo Nº.: 130/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 10/14
Processo Nº.: 130/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 11/14
Processo Nº.: 130/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 12/14
Processo Nº.: 130/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 13/14
Processo Nº.: 130/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 14 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BRINQMOVEIS LTDA EPP	CNPJ: 09.259.958/0001-76	_____
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME	CNPJ: 09.008.570/0001-00	_____
ESCOBRINQ LTDA EPP	CNPJ: 08.395.310/0001-64	_____
KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA	CNPJ: 02.150.800/0001-14	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 14/14
Processo Nº.: 130/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 14 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.	CNPJ: 11.924.851/0001-47	_____
N.G. INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP	CNPJ: 72.271.851/0001-80	_____
NORMELIA LOTTERMANN EPP - EDUCAR MOVEIS	CNPJ: 20.132.150/0001-66	_____
SCHOOL CENTER INDUSTRIA DE MOVEIS ESCOLARES LTDA	CNPJ: 09.074.533/0001-92	_____
TARSIO CALEB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	CNPJ: 04.956.052/0001-97	_____
VW - COMERCIO ATACADISTA LTDA	CNPJ: 10.573.408/0001-06	_____

Ata Rg 21/2014 Aquisição de Madeiras

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 139/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2014

No dia 12 do mês de Setembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 66/2014, Processo Licitatório nº. 139/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO E REFORMAS DE PONTES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10156	LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME	1
9647	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA	2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME	04.492.725/0001-03	FILIPPE CRISTIANO BITENCOURT	050.801.929-09
MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA	10.527.390/0001-06	SANDRO MARCOS SUZANA	777.866.889-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO E REFORMAS DE PONTES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9647 - MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PRANCHA DE EUCALIPTO - 2"X 4,20 METROS	M3		90,000	640,0000	57.600,00

Fornecedor: 10156 - LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	VIGA ROLIÇA DE EUCALIPTO COM 8 METROS DE COMPRIMENTO - DIAMETRO 40x40 CM.	UN		150,000	279,0000	41.850,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
Processo Nº.: 139/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 139/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2014

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 139/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 139/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 139/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 139/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2014

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 12 de Setembro de 2014.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ: 04.492.725/0001-03 _____

MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA

CNPJ: 10.527.390/0001-06 _____

Ata Rg 22/2014 Manutenção Preventiva E Corretiva de Veiculos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/8
 Processo Nº.: 115/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2014

No dia 16 do mês de Setembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 56/2014, Processo Licitatório nº. 115/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA, FUNDOS E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME DESCRITO NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9691	AUTO ELITE LTDA - CAMPOS NOVOS	3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 22, 23, 24, 30, 32, 35, 37, 38, 49
6184	AUTO MECANICA CD LTDA	8, 31, 34, 42, 43, 44, 45, 46
6547	AUTO MECANICA SECO LTDA - ME	1, 2, 5, 16, 20, 33, 36, 47, 48
9401	MECANICA A.P. LTDA ME	6, 14, 15, 19, 21, 29, 39, 40, 41

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AUTO ELITE LTDA - CAMPOS NOVOS	83.270.397/0009-16	JEFERSON DE MOURA	006.348.869-83
AUTO MECANICA CD LTDA	00.462.179/0001-07	CIDNEY PEDRO SIMON	728.479.809-20
AUTO MECANICA SECO LTDA - ME	02.063.556/0001-52	LINDONES PIMENTAL DOS PASSOS	028.724.999-97
MECANICA A.P. LTDA ME	07.626.521/0001-06	SERGIO PASQUALI	691.109.809-20

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA, FUNDOS E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME DESCRITO NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MAIOR DESCONTO SOBRE CATÁLOGO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6184 - AUTO MECANICA CD LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	KIA Besta Ano/Mod:2001 - Kia	UN		1,000	0,0000	0,00
31	Ford F4000 3.9 Turbo 4X2 Ano/Mod:2010/2011 - Ford	UN		1,000	0,0000	0,00
34	Iveco/Fiat Eurocargo Tector Ano/Mod:2010 - Fiat	UN		1,000	0,0000	0,00
42	Sprinter 2.2 Ano/Mod:2007/2008 - Mercedes Benz	UN		1,000	0,0000	0,00
43	Sprinter 2.2 Ano/Mod:2011 - Mercedes Benz	UN		1,000	0,0000	0,00
44	Master 2.5 Ano/Mod:2005/2006 - Renault	UN		1,000	0,0000	0,00
45	Ducato 2.3 Ano/Mod:2009/2010 - Fiat	UN		1,000	0,0000	0,00
46	Sprinter 2.2 Ano/Mod:2012 - Mercedes Benz	UN		1,000	0,0000	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 115/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

Fornecedor: 6547 - AUTO MECANICA SECO LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	GM Montana Ano/Mod: 2010, GM	UN		1,000	0,0000	0,00
2	Renault Fluence Ano/Mod:2011	UN		1,000	0,0000	0,00
5	GM Montana Ano/Mod:2013 - GM	UN		1,000	0,0000	0,00
16	GOL 1.0 Ecomotion Ano/Mod:2011/2012 -Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
20	Voyage 1.6 8V GV Ano/Mod:2010/2011 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
33	Fiat Uno Mille Way 1.0 FIRE Ano/Mod:2010/2011- Fiat	UN		1,000	0,0000	0,00
36	GOL 1.0 GV Ano/Mod:2013/2014 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
47	Gol 1.6 Ano/Mod:2008 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
48	Saveiro 1.6 Ano/Mod:2005 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00

Fornecedor: 9401 - MECANICA A.P. LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	GM Prisma Ano/Mod:2010/2011- GM	UN		1,000	0,0000	0,00
14	Gol Trend 1.0MI GIV Ano/Mod:2011/2012 -Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
15	Voyage 1.6 Ano/Mod:2012/2013 -Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
19	Gol City 1.0 8V GIV Ano/Mod:2007/2008 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
21	Kombi 1.4 8V Ano/Mod:2012/2013 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
29	Saveiro 1.6 8V GV Ano/Mod:2010 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
39	Livina 1.6 Ano/Mod:2010 - Nissan	UN		1,000	0,0000	0,00
40	Voyage 1.6 Ano/Mod:2009/2010 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
41	Saveiro 1.6 2 Ano/Mod:2003/2004 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00

Fornecedor: 9691 - AUTO ELITE LTDA - CAMPOS NOVOS

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	VW Kombi Ano/Mod:2012 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
4	VW Saveiro Ano/Mod:2012 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
7	Saveiro City1.6MI Ano/Mod:2007/2008 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
9	Kombi 1.6 Ano/Mod:2002 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
10	Kombi 1.4 Ano/Mod:2006 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
11	Kombi 1.4 Ano/Mod:2009 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
12	Kombi 1.4 Ano/Mod:2011 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
13	Gol City 1.0 8V GIV Ano/Mod:2009/2010 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
17	Gol Special 1000MI 8V Ano/Mod:2005 -Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
18	Saveiro 1.6MI GIII Ano/Mod:2002/2003- Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
22	GOL CITY 1.0 8V GIV Ano/Mod:2006/2007 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
23	Gol City 1.0 8V GIV Ano/Mod:2008/2009 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
24	Kombi Standart 1.6MI Ano/Mod:2003 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
30	Kombi Standard 1.6MI Ano/Mod:2004 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
32	Amarok Cab. Simples 2.0 16V TDI Ano/Mod:2011/2012- Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
35	Saveiro 1.6 VHT CAB. SIMPLES Ano/Mod:2013/2014 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
37	Amarok Tdi CAB. SIMPLES Ano/Mod:2013/2014 -Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
38	Bora 2.0 8v Ano/Mod:2009 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00
49	Saveiro 1.6 Ano/Mod:2009 - Volkswagen	UN		1,000	0,0000	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/8
Processo Nº.: 115/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/8
Processo Nº.: 115/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/8
Processo Nº.: 115/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 115/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 115/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/8
Processo Nº.: 115/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 16 de Setembro de 2014.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AUTO ELITE LTDA - CAMPOS NOVOS

CNPJ: 83.270.397/0009-16 _____

AUTO MECANICA CD LTDA

CNPJ: 00.462.179/0001-07 _____

AUTO MECANICA SECO LTDA - ME

CNPJ: 02.063.556/0001-52 _____

MECANICA A.P. LTDA ME

CNPJ: 07.626.521/0001-06 _____

Ata Rg 02/2014 Fundo Rotativo Habitacional - Madeiras**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 4/2014****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2014**

No dia 15 do mês de Setembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.144.196/0001-50, com sede administrativa localizada na EXPEDICIONÁRIO, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2014, Processo Licitatório nº. 4/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E PREGOS PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6292	MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME	10.527.390/0001-06	SANDRO SUZANA	777.866.889-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E PREGOS PARA LIBERAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6292 - MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FORRO PINUS	MT2	mad.suzana r	5.000,000	9,4000	47.000,00
2	PAREDE PINUS	MT2	mad. suzana r	6.000,000	19,8000	118.800,00
3	ASSOALHO PINUS	MT2	mad. suzana r	5.000,000	19,8000	99.000,00
4	RODAPE ESTREITO PINUS	M	mad. suzana r	3.000,000	2,6000	7.800,00
5	MEIA CANA PINUS	M	mambore	3.000,000	1,5500	4.650,00
6	MATA JUNTA PÍNUS	M	mambore	3.000,000	1,7000	5.100,00
7	PORTA INTERNA DE PINUS COMPLETA (MARCO, DOBRADIÇA, FECHADURA) ENTREGAR MONTADA.	UN	as. portas	80,000	147,0000	11.760,00
8	PORTA EXTERNA DE PINUS COMPLETA (MARCO, DOBRADIÇA, FECHADURA) ENTREGAR MONTADA.	UN	as. portas	60,000	255,0000	15.300,00
9	RIPA PINUS 1X2	M	wl madeiras	5.000,000	1,3000	6.500,00
10	RIPA PINUS 1X3	M	wl madeiras	5.000,000	1,4900	7.450,00
11	RIPA PINUS 1X4	M	wl madeiras	5.000,000	1,8900	9.450,00
12	RIPA PINUS 2X2	M	wl madeiras	3.500,000	2,1800	7.630,00
13	RIPA PINUS 2X3	M	wl madeiras	3.500,000	2,7500	9.625,00
14	RIPA PINUS 2X4	M	wl madeiras	3.500,000	3,8900	13.615,00
15	RIPA PINUS 2X5	M	wl madeiras	3.500,000	4,7500	16.625,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7

Processo Nº.: 4/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

Fornecedor: 6292 - MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	RIPA PINUS 2X6	M	vl madeiras	3.500,000	5,5000	19.250,00
17	PREGO 12X12 - PACOTE 1 KG	UN	imprel	50,000	8,9000	445,00
18	PREGO 13X15 - PACOTE 1 KG	UN	imprel	50,000	8,9000	445,00
19	PREGO 16X24 - PACOTE 1 KG	UN	imprel	50,000	8,9000	445,00
20	PREGO 17X27 - PACOTE 1 KG	UN	imprel	50,000	8,9000	445,00
21	PREGO 18X30 - PACOTE 1 KG	UN	imprel	50,000	8,9000	445,00
22	PREGO 19X39 - PACOTE 1 KG	UN	imprel	50,000	8,9000	445,00
23	PREGO 22X44 - PACOTE 1 KG	UN	imprel	50,000	10,0000	500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7

Processo Nº.: 4/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7

Processo Nº.: 4/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7

Processo Nº.: 4/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 4/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ROTATIVO HABITACIONAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 4/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2014

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 15 de Setembro de 2014.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

MADCAMPOS - SANDRO MARCOS SUZANA ME

CNPJ: 10.527.390/0001-06 _____

Ata Rg 19/2014 Peças E Serviços Veiculos Sec Obras**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/17

Processo Nº.: 136/2014**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2014**

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 64/2014, Processo Licitatório nº. 136/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO, CONFORME RELAÇÃO DE ITENS EM ANEXO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6166	AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA - ME	303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426
6169	CHUAMBA COMERCIO DE BATERIAS LTDA - ME	458, 459, 460, 473, 474
6027	DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS BERTELI LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499
6111	MECÂNICA AGRICOLA PALAVRO LTDA	49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 446
6185	MECANICA DAVID LTDA	302, 445
6196	MORAUTO AUTOPECAS E ACESSORIOS LTDA	240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 299, 300, 301, 440, 441, 442, 443, 444, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471
6226	TAQUARA AUTO MECANICA E GUINCHO LTDA - ME	427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA - ME	79.824.793/0001-13	LORI JOÃO DEVILLA	418.735.809-91
CHUAMBA COMERCIO DE BATERIAS LTDA - ME	72.212.863/0001-33	NIRTON SCHVAMBOCH	469.130.339-15
DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS BERTELI LTDA	78.527.587/0001-89	CARLOS ALBERTO BERTELLI	558.685.339-68

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/17
 Processo Nº.: 136/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MECÂNICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA	01.444.735/0001-77	EVANDRO PARENTI	020.831.939-54
MECANICA DAVID LTDA	82.802.919/0001-63	ZEBILA VIEL DAVID	871.574.119-20
MORAUTO AUTOPECAS E ACESSORIOS LTDA	85.353.159/0001-42	DANIEL MORATELLI	714.803.239-34
TAKUARA AUTO MECANICA E GUINCHO LTDA - ME	72.124.498/0001-05	SUSANA APARECIDA MILANI	028.848.769-95

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO, CONFORME RELAÇÃO DE ITENS EM ANEXO.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6027 - DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS BERTELI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	JOGO DE LONA 224	PÇ	FLEX	10,000	167,0000	1.670,00
2	JOGO DE LONA 223	PÇ	FLEX	10,000	138,4000	1.384,00
3	TERMINAL DE DIREÇÃO PD 3309	UN	DRIVEWAY	10,000	149,0000	1.490,00
4	TERMINAL DE DIREÇÃO PD 3310	UN	DRIVEWAY	10,000	149,0000	1.490,00
5	PARAFUSO RODA 4002261	UN	ZM	100,000	20,0000	2.000,00
6	MOLA PICOLI TR 680 1ª	UN	PICOLI	15,000	153,0000	2.295,00
7	MOLA PICOLI TR 690 1ª	UN	PICOLI	15,000	153,0000	2.295,00
8	MOLA PICOLI TR20-1A	UN	PICOLI	15,000	160,9500	2.414,25
9	MOLA PICOLI FO-380-1A	UN	PICOLI	10,000	282,7500	2.827,50
10	MOLA FAMA PARABOLICA 01828-01	UN	FAMA	10,000	551,0000	5.510,00
11	MOLA FAMA PARABOLICA 01828-02	UN	FAMA	10,000	546,0000	5.460,00
12	MOLA PICOLI FO-380-2A	UN	PICOLI	10,000	279,8500	2.798,50
13	CANOA 70836-00	UN	GIJON	10,000	203,0000	2.030,00
14	CILINDRO EMBREAGEM 0085	UN	VARGA	2,000	498,0000	996,00
15	CILINDRO EMBREAGEM AUXILIAR	UNI	VARGA	2,000	442,0000	884,00
16	PINO CANOA 40.448	UN	GIJON	10,000	79,5000	795,00
17	CUICA ESTACIONARIO 30X30	UNI	MASTER	10,000	195,0000	1.950,00
18	SUPORTE MOLEJO 71032	UN	GIJON	6,000	480,0000	2.880,00
19	SUPORTE MOLEJO 71033	UN	GIJON	6,000	480,0000	2.880,00
20	ROLAMENTO 594/592	UNI	FAG	5,000	194,8000	974,00
21	ROLAMENTO 580/572	PÇ	FAG	5,000	162,7000	813,50
22	ROLAMENTO 33019	UN	FAG	5,000	136,0000	680,00
23	ROLAMENTO 33215	UN	FAG	5,000	143,9000	719,50
24	TAMBOR FREIO 1214	UNI	ALVARCO	5,000	434,0000	2.170,00
25	TAMBOR FREIO 6305	UN	ALVARCO	5,000	385,2200	1.926,10
26	RETENTOR 2713	PÇ	SABO	20,000	35,0000	700,00
27	RETENTOR 1884	UN	SABO	20,000	26,0000	520,00
28	CILINDRO EMBREAGEM 0064	UN	VARGA	10,000	133,0000	1.330,00
29	VALVULA DE PROTEÇÃO 31363	UN	WABCO	1,000	1.053,5000	1.053,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/17
 Processo Nº.: 136/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

Fornecedor: 6027 - DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS BERTELI LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
30	SERVO EMBREAGEM 9700511860	UN	WABCO	4,000	809,6000	3.238,40
31	VALVULA PEDAL K007446	UN	WABCO	5,000	433,0000	2.165,00
32	VALVULA FREIO MÃO CARGO 961.722.185.0	UNI	WABCO	5,000	579,8000	2.899,00
33	VALVULA 973.011.007-0	UN	WABCO	6,000	334,0000	2.004,00
34	SECADOR DE AR 432.420.022-0	UN	WABCO	2,000	490,0000	980,00
35	FILTRO AR 19323.261	UN	WABCO	10,000	85,0000	850,00
36	SEMI EIXO 05118	UN	CIMPAL RE	4,000	554,4000	2.217,60
37	BARRA DIREÇÃO 248	UN	NAKATA	6,000	370,5000	2.223,00
38	AMORTECEDOR 45094	UN	COFAP	10,000	280,0000	2.800,00
39	JOGO REPARO	UN	WABCO(0	10,000	149,0000	1.490,00
40	ROLAMENTO CARDAN 1067	UN	REI	5,000	377,0000	1.885,00
41	KIT EMBREAGEM 104101-7	UN	SACHS	1,000	2.110,0000	2.110,00
42	CAIXA SATELITE DIFERENCIAL 022673	UN	MERITOF	1,000	2.939,0000	2.939,00
43	GRAMPO MOLA 7/8X92X400	UN	FAMA	30,000	34,0000	1.020,00
44	PORCA DUPLA 7/8	PÇ	CIZER	60,000	2,5000	150,00
45	PINO CENTRO 12X8	UN	FAMA	100,000	10,0000	1.000,00
46	PORCA 1/2 RF	UNI	CIZER	100,000	0,5000	50,00
47	PNEUMATICO LEVANTADOR TREUK	UNI	GIJON	2,000	980,0000	1.960,00
48	BALÃO PNEUMÁTICO	UNI	GIJON	5,000	290,0000	1.450,00
257	MOLA AG 035401	UN	FAMA	10,000	413,0000	4.130,00
258	MOLA AG 035402	UN	FAMA	10,000	365,0000	3.650,00
259	MOLA FO-380 -1 A	UN	PICOLO	10,000	282,7500	2.827,50
260	DISCO FREIO DT 0770	UN	FRUM	6,000	326,0000	1.956,00
261	JOGO PASTILHA PD 104	UNI	FLEX	6,000	145,0000	870,00
262	RETENTOR 02484	UN	SABO	10,000	28,0000	280,00
263	RETENTOR 02735	UN	SABO	10,000	35,0000	350,00
264	JOGO LONA TH-161	PÇ	FLEX	10,000	108,0000	1.080,00
265	JOGO LONA L 223	UN	FLEX	10,000	139,5000	1.395,00
266	JOGO LONA L 224	UN	FLEX	10,000	167,0000	1.670,00
267	VALVULA APU 32581	UN	WABCO	3,000	1.074,7000	3.224,10
268	VALVULA ESTACIONARIO 961.723.0310	UN	WABCO	3,000	689,3000	2.067,90
269	AMORTECEDOR B47498	UN	COFAP	6,000	201,0000	1.206,00
270	VALVULA 4 VIA 70615	UN	WABCO	4,000	460,2000	1.840,80
271	KIT SERVO EMBREAGEM 019	UN	WASER	3,000	1.794,8000	5.384,40
272	CABO CAMBIO EVEC0 264586	UN	CABOVEL	4,000	686,6000	2.746,40
273	CILINDRO MESTRE 1614	UN	VARGA	3,000	696,4000	2.089,20
274	REPARO CILINDRO MESTRE 1111	UN	VARGA	3,000	374,6000	1.123,80
275	ROLAMENTO CUBO FAG D33111	UN	FAG	6,000	143,2000	859,20
276	ROLAMENTO CUBO DT 32306	UN	FAG	6,000	81,0000	486,00
277	ROLAMENTO CUBO TRASEIRO 594/592	UN	FAG	10,000	194,8000	1.948,00
278	ROLAMENTO CUBO TRASEIRO 572/580	UN	FAG	10,000	131,0000	1.310,00
279	CILINDRO EMBREAGEM 0047-0	UN	VARGA	10,000	158,2000	1.582,00
280	CILINDRO MESTRE EMBREAGEM 0070	UN	VARGA	10,000	172,4000	1.724,00
281	RETENTOR CUBO 0188	UN	SABO	20,000	18,0000	360,00
282	RETENTOR CUBO 02938	UN	SABO	20,000	24,0000	480,00
283	VALVULA REGULADORA 90309	UN	WABCO	6,000	265,7000	1.594,20
284	VALVULA 6 VIAS 31163	UN	WABCO	3,000	1.170,4000	3.511,20
285	COMPRESSOR AR I 88770	UNI	WABCO	4,000	1.064,3000	4.257,20
286	JOGO PASTILHA P339	UN	FLEX	10,000	160,0000	1.600,00
287	JOGO PASTILHA P139	UN	FLEX	10,000	218,0000	2.180,00
288	AMORTECEDOR 45094	UN	COFAP	10,000	279,0000	2.790,00
289	AMORTECEDOR 12896	UN	COFAP	10,000	154,0000	1.540,00
290	KIT EMBREAGEM 104101-7	UN	SACHS	3,000	2.109,8000	6.329,40
291	KIT EMBREAGEM 6012	PÇ	SACHS	3,000	2.207,4000	6.622,20
292	SUPORTE MOLA 684501	UN	FAMA	6,000	139,4000	836,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/17
 Processo Nº.: 136/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

Fornecedor: 6027 - DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS BERTELI LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
293	PINO MOLA 40.593	PÇ	GIJON	20,000	17,0000	340,00
294	GRAMPO MOLA 3/4X102X280	UN	FAMA	20,000	28,0000	560,00
295	PORCA DUPLA 3/4	UNI	CIZER	40,000	2,0000	80,00
296	PINO CENTRO 12X8	UN	FAMA	30,000	10,0000	300,00
297	PORCA 12MM	UNI	CISER	30,000	1,0000	30,00
298	FUSIVEL ENCAIXE KOMBI	UN	MTE	3,000	1,0000	3,00
475	ENGRENAGEM 5° C. REX 0410	UN	CIMPAL R	2,000	434,0000	868,00
476	EIXO PILOTO C. REX 0102	UN	CIMPAL R	2,000	710,0000	1.420,00
477	ROLAMENTO FAG 30308	UN	FAG	4,000	98,0000	392,00
478	ENGRENAGEM 2° C. REX 0412	UN	CIMPAL R	2,000	590,0000	1.180,00
479	CORPO ACOPLAMENTO 3,4° C. REX 0934	UN	CIMPAL R	4,000	340,0000	1.360,00
480	CONJUNTO SINCRONIZADO 2,3° C. REX 1045	UN	CIMPAL R	2,000	600,0000	1.200,00
481	REPARO SINCRONIZADO 4,5°	UN	CIMPAL R	2,000	38,0000	76,00
482	ROLAMENTO FAG PILOTO QJ212	UN	FAG	2,000	370,0000	740,00
483	ROLAMENTO PILOTO INA 45809	UN	INA	2,000	368,3000	736,60
484	ROLAMENTO GAIOLA INA 58549	UN	INA	2,000	86,0000	172,00
485	ANEL SINCRONIZADO C. REX	UN	CIMPAL R	10,000	120,0000	1.200,00
486	GARFO 2,3° C. REX ORIGINAL	UN	CIMPAL R	2,000	354,0000	708,00
487	GARFO 4,5° C. REX	UN	CIMPAL R	2,000	330,0000	660,00
488	HASTE GARFO 2,3° C. REX	UN	CIMPAL R	2,000	128,0000	256,00
489	HASTE GARFO 4,5° C. REX	UN	CIMPAL RE	2,000	128,0000	256,00
490	RETENTOR 2099 SABO	UN	SABO	2,000	30,5000	61,00
491	RETENTOR SABO 2100	UN	SABO	2,000	37,5000	75,00
492	ROLAMENTO EIXO ENTALHADO 59345	UN	FAG	2,000	168,5000	337,00
493	JOGO JUNTA CAIXA SABO	UN	SABO	2,000	20,0000	40,00
494	ADESIVO SILICONE	UN	WURTH	2,000	28,0000	56,00
495	LITRO OLEO CAIXA	UN	LUBRAX	12,000	13,0000	156,00
496	EIXO INTERMEDIARIO C. REX 0202	UN	CIMPAL R	2,000	880,0000	1.760,00
497	SERVIÇO DE LIMPEZA- CAIXA DE CAMBIO MERCEDES 1313	UN		2,000	50,0000	100,00
498	SERVIÇO DE FREIOS - CAMINHÃO MERCEDES 1313	UN		2,000	65,0000	130,00
499	SERVIÇO DE MONTAGEM - CAIXA DE CAMBIO VEICULO MERCEDES 1313	UN		2,000	385,0000	770,00

Fornecedor: 6111 - MECÂNICA AGRICOLA PALAVRO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
49	ADITIVO RADIADOR	UNI	RADSEL	50,000	16,6900	834,50
50	VALVULA SOLENOIDE 7500075RTH	UN	PARKER	1,000	208,5600	208,56
51	VALVULA AÇIONAMENTO 65002017	UN	PARKER	2,000	190,0000	380,00
52	PARAFUSO SEXT 8.8 5/16X2	UN	REX	150,000	1,6600	249,00
53	ARRUELA PRESSÃO 1/4 1566	UN	REX	500,000	0,1000	50,00
54	ELETRODO PARA CORTE OK2103	KG	ESAB	50,000	30,0000	1.500,00
55	ELETRODO OK 48.04 4.00mm	KG	ESAB	30,000	21,0000	630,00
56	ARRUELA LISA 7/16	UNI	REX	100,000	0,1500	15,00
57	PORCA SEXT. 10MA	UN	REX	150,000	0,3000	45,00
58	VALVULA GOV. AR 707010	UN	TRW	1,000	211,5000	211,50
59	MANGUEIRA COMB. 9x13	M	MANULI	10,000	8,0000	80,00
60	ABRAÇADEIRA NYLON	UN	VONDER	50,000	0,5000	25,00
61	ABRAÇADEIRA 8X9	UN	BELOSA	10,000	2,0000	20,00
62	ABRAÇADEIRA REFORÇADA 32X67X75	UN	BELOSA	10,000	14,3000	143,00
63	RESERVATÓRIO ÁGUA RADIADOR	UN	RESERPLAS1	1,000	162,8700	162,87
64	FILTRO LUBRIFICANTE PSL655	UN	TECFIL	1,000	60,8100	60,81
65	FILTRO ARS-9839	UN	TECFIL	2,000	94,9700	189,94
66	FILTRO AR INTERNO ASR807	UN	TECFIL	4,000	44,9100	179,64
67	MANGUEIRA INTERC.76110	UNI	JAMAICA	2,000	82,6600	165,32
68	TUBO NYLON 12mm	M	MANTOVA	20,000	6,0000	120,00
69	CONEXÃO 12X22 303-22	UN	RGR	6,000	15,8200	94,92

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/17
 Processo Nº.: 136/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

Fornecedor: 6111 - MECÂNICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
70	PORCA CANO FREIO 1/4X7/16	UN	RGR	10,000	8,0000	80,00
71	INSERTO 1/2 2115 - 1/2	UN	RGR	10,000	1,2000	12,00
72	FILTRO COMBUSTIVEL D-4 PSC744	UN	TECFIL	5,000	29,8000	149,00
73	FILTRO COMB. 796	UN	TECFIL	10,000	15,1400	151,40
74	FILTRO COMBUSTIVELBF7677D	UN	TECFIL	1,000	83,6900	83,69
75	FILTRO COMBUSTIVEL PSC496	UN	TECFIL	5,000	24,2000	121,00
76	VALVULA RELE 9730110110	UN	WABCO	1,000	198,7700	198,77
77	FILTRO COMB. PSC73/1	UN	TESFIL	6,000	21,3000	127,80
78	ABRAÇADEIRA SEM FIM 51X64	PÇ	BELOSA	10,000	5,0300	50,30
79	MANGUEIRA HID. 1/2" 4 TRAMAS	M	MANULI	10,000	79,8000	798,00
80	SPRAY ANTIFERRUGEM	UN	ORBI	20,000	9,8000	196,00
81	ACIONADOR TACOMETRO MF 73062	UN	FEM	2,000	51,8700	103,74
82	JUNTA RET VALVULA OM366 48610	UN	SABO	1,000	184,9800	184,98
83	ABRAÇADEIRA SEM FIM 1. 1/2X2	UN	BELOSA	10,000	3,0000	30,00
84	ABRAÇADEIRA SEM FIM 51X64	PÇ	BELOSA	10,000	5,0300	50,30
85	BOCAL ABASTECIMENTO AB7003	UN	HYVA	1,000	95,8600	95,86
86	BORRACHA CABINE TR VWC R1218	UN	RET	4,000	18,3000	73,20
87	ADAPTADOR TEE FEMEA NPTF 12-12	UN	MANULI	2,000	71,2800	142,56
88	CAPA MANGUEIRA 840-04	UN	MANULI	20,000	3,6500	73,00
89	GRAMPO DE MOLA 1882350	UN	FEY	6,000	38,6200	231,72
90	GRAMPO DE MOLA 1882380	UN	FEY	5,000	29,9000	149,50
91	GRAMPO DE MOLA 5872280	UN	FEY	5,000	31,5300	157,65
92	CAPA ROLAMENTO 13C	UN	FAG	2,000	12,3400	24,68
93	CONTRAPINO 1X8	UN	PRIMUS	40,000	0,4000	16,00
94	PINO ARGOLA 5/16X2	UN	M.SF	11,000	1,4500	15,95
95	PINO ARGOLA 7/16X1.3/4	UN	MSF	20,000	1,4800	29,60
96	PINO DE CENTRO 12X10	UN	REX	20,000	12,0000	240,00
97	TERMINAL MANGUEIRA 101-08-06	UN	MANULI	14,000	14,8000	207,20
98	TERMINAL CBT 1160GM4	UN	TRW	4,000	62,3000	249,20
99	MANGUEIRA COMB. 7X12	M	MANULI	20,000	6,0000	120,00
100	MANGUEIRA HID 3/4 2 TRAMA	M	MANULI	15,000	48,9700	734,55
101	MANGUEIRA INF RAD 216560	UN	JAMAICA	2,000	44,1800	88,36
102	CHAVE COMBINADA 14mm	UN	GEDORE	1,000	15,3200	15,32
103	CHAVE COMBINADA 17MM	UNI	GEDORE	2,000	19,2800	38,56
104	BARRA DIREÇÃO DIR. 80604400	UN	TRW	1,000	254,1800	254,18
105	FERRO QUADRADO 1020 (BARRA)	UN	GERDAL	2,000	250,0000	500,00
106	BARRA DIREÇÃO DIR. 80604400	UN	TRW	1,000	254,1800	254,18
107	HASTE CILINDRO GIRO 177518A1	UN	C ENTRALSU	2,000	448,9800	897,96
108	VEDADOR HASTE VALVULA MBB	PÇ	SABO	8,000	7,7100	61,68
109	ALAVANCA TRAMB VWC 16/35/40300 S7201	UN	ORIGINAL	1,000	202,0000	202,00
110	MANGUEIRA HID 3/8 2 TRAMA	M	MANULI	10,000	22,2700	222,70
111	TERMINAL MANGUEIRA 2250-08-06	UN	MANULI	11,000	15,9000	174,90
112	TERMINAL MANG.2290-08-08	UN	MANULI	6,000	27,3200	163,92
113	ABRAÇADEIRA NYLON	UN	VONDER	50,000	0,5000	25,00
114	PARAFUSO OCO 14MM	UN	RGR	8,000	10,0000	80,00
115	PARAFUSO RODA 586150	UN	ZM	20,000	2,5000	50,00
116	PARAFUSO SEXT. 8.8 1/2X5 1/2	UN	REX	15,000	3,4400	51,60
117	PARAFUSO SEXT. 8.8 1/2X1 1/2	UN	REX	50,000	1,2400	62,00
118	PARAFUSO SEXT 8.8 1"X8	UN	REX	20,000	17,5000	350,00
119	PORCA SEXTAVADA 1"	UN	REX	50,000	2,8000	140,00
120	ARRUELA LISA 1"	UNI	REX	200,000	0,8000	160,00
121	SPRAY ANTIFERRUGEM	UN	ORBI	20,000	9,8000	196,00
122	ADESIVO SILICONE 55G	UN	ORBI	7,000	37,3700	261,59
123	MULTI VEDANTE 100gr	UN	ORBI	10,000	19,0000	190,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/17
 Processo Nº.: 136/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

Fornecedor: 6111 - MECÂNICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
124	ROLAMENTO 32008	UN	FAG	2,000	58,2700	116,54
125	ROLAMENTO 32213A	PÇ	FAG	4,000	133,0500	532,20
126	LUVA 7/8 13 DENTES	UN	GEDORI	2,000	39,3400	78,68
127	LUVA CARDAN CC20	UN	AENCO	6,000	48,1500	288,90
128	GAXETA DP88.9	UN	APC	4,000	28,1600	112,64
129	REPARO VALV. FILTRO SECADOR 9324000022	UN	WABCO	1,000	102,2800	102,28
130	BASE FILTRO SED. ELETRONICO	UN	RACOR	1,000	387,5800	387,58
131	FILTRO AR EXTERNO 4M8047	UN	TEC FIL	1,000	95,3000	95,30
132	FILTRO AR INTERNO 79011387	UN	TECFIL	1,000	48,3700	48,37
133	FILTRO COMB. 1/2L FC161	UN	TECFIL	10,000	5,5800	55,80
134	FILTRO COMB. 796	UN	TECFIL	10,000	15,1400	151,40
135	SERRA MANUAL P/FERRO	UN	STARRETT	10,000	6,0000	60,00
136	SERVO EMBREAGEM 9700511860	UN	WABCO	1,000	792,0000	792,00
137	CREMADEIRA MVM 222340	UN	MVM	1,000	132,7500	132,75
138	PORCA TRAVANTE 7/16 DUPLA	UN	REX	80,000	0,5000	40,00
139	RASPADOR HID D1000	UN	APC	10,000	2,9000	29,00
140	TAMPA RADIADOR 589360	UN	CLIK	10,000	11,4200	114,20
141	TAMPA RADIADOR MBB R5003	UN	CLIK	5,000	10,0000	50,00
142	BUCHA 30186710	UN	KS	2,000	41,2600	82,52
143	ARRUELA VED 12X16	UN	RGR	100,000	0,2000	20,00
144	ABRAÇADEIRA SEM FIM 19X27	UN	RGR	20,000	2,4000	48,00
145	ANEL ELASTICO E-40	UN	MSF	15,000	3,6200	54,30
146	ABRAÇADEIRA 14 X 22	UN	RGR	20,000	2,1000	42,00
147	ANEL ELASTICO E-13	UN	RGR	8,000	1,7700	14,16
148	DISCO CORTE 300,0X3,2X25,4	UN	NORTON	3,000	13,7800	41,34
149	DISCO DE CORTE	UN	NORTON	10,000	15,9000	159,00
150	MANCAL DE ROLAMENTO P209	UN	FRM	1,000	80,0000	80,00
151	BUCHA DE MOLA DIANTEIRA MBB	UN	CIAMET	8,000	5,0000	40,00
152	MOLA ACELERADOR MBR106	UN	BRUSAN	10,000	7,0000	70,00
153	MOLA ACELERADOR MBB	PÇ	BRUSAN	5,000	6,0000	30,00
154	MOLA AUXILIAR 130MM MASTER MBR 002	UN	BRUSAN	10,000	10,6800	106,80
155	NYLON POLIACETAL	KG	WINTER	10,000	36,0000	360,00
156	CHAPA DE FERRO	KG	GUERDAL	147,000	6,0000	882,00
157	FERRO REDONDO 1045	KG	GUERDAL	30,000	12,0000	360,00
158	LIXA DE FERRO	UN	NORTON	114,000	2,5000	285,00
159	OLEO PARA CAIXA SAE40 300100R	UN	PETRONAS	2,000	18,2500	36,50
160	ARAME SOLDA 1MM	RL	GUERDAL	15,000	0,0000	0,00
161	ANEL ORIG AO2024	UN	APC	50,000	0,4000	20,00
162	ANEL ORIG AO2113	UN	APC	40,000	0,3500	14,00
163	FILTRO DE AR COMP. OM352 TB	UN	PUMAR	1,000	197,9800	197,98
164	TUBO DIESEL 1484958	UN	IBTF	2,000	33,3900	66,78
165	ARRUELA BICO	UN	MSF	40,000	0,8000	32,00
166	ARRUELA BICO 10X20	UN	MSF	10,000	1,1000	11,00
167	ARRUELA VED 16X24	UN	MSF	50,000	1,0000	50,00
168	ENGATE "U" ESTABILIZADOR 490465	UN	MSF	2,000	26,5600	53,12
169	ESTABILIZADOR BRAÇO HID 207632	UN	MSF	2,000	86,2000	172,40
170	PARAFUSO ESTEIRA 3/4X2.1/2	UN	REX	10,000	9,1600	91,60
171	GAXETA DE PISTÃO 592740	UN	PARKER	5,000	16,0400	80,20
172	CILINDRO AUX. FREIO 30181500	UN	GUERDAU	1,000	144,5900	144,59
173	CILINDRO FREIO MESTRE 80249700	UN	GUERDAL	4,000	239,0000	956,00
174	CILINDRO FREIO MOTOR 0307RDA	UN	RDA	1,000	166,0000	166,00
175	CILINDRO MESTRE RCCO01140 - MBB1513	UN	VARGA	1,000	420,0000	420,00
176	JUNTA TAMPA EMBREAGEM 4964852	UN	SPAL	1,000	19,4800	19,48
177	KITS EMBREAGEM F 1000/4000	UN	SACHS	1,000	765,0000	765,00
178	CADEADO LATÃO E35/40	UN	PADO	2,000	19,9000	39,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/17
 Processo Nº.: 136/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

Fornecedor: 6111 - MECÂNICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
179	OLHAL 13MM 13X8	UN	TERMICAR	2,000	12,9800	25,96
180	EMENDA INST. 2711 -1/4	UN	RGR	8,000	8,0000	64,00
181	DISCO EMB. MF887889	UN	LUK	1,000	350,7000	350,70
182	ABRAÇADEIRA TURBINA MBB T142	UN	SPRENS	2,000	47,2600	94,52
183	ALGEMA JUMELO DIANTEIRO MBB1113	UN	CONFAL	4,000	44,7200	178,88
184	ANEL SICRO CX MBB	UN	INCE	5,000	61,2000	306,00
185	ARANHA TRAVA MBB 1113	UN	INCE	5,000	6,0000	30,00
186	COXIM CABINE TR VWC/CARGO TDS R628	UN	RET	2,000	85,3700	170,74
187	PARAFUSO BRAÇO RETO DIR MBB1113	UN	REX	2,000	21,4900	42,98
188	PARAFUSO CARDAN MBB 1519	UN	REX	10,000	3,8000	38,00
189	PARAFUSO OCO 16MM T098	UN	TERMICAR	3,000	12,0000	36,00
190	PARAFUSO REGULAGEM COROA MBB 1113	UN	FIBAN	1,000	85,0000	85,00
191	PARAFUSO SEXT 8.8 1/4X1	UN	REX	60,000	0,3000	18,00
192	PORCA SEXTAVADA 3/8	UNI	REX	100,000	0,3000	30,00
193	PORCA SEXTAVADA 1.1/8	UN	REX	10,000	4,5000	45,00
194	PORCA SEXT. DUPLA 18MM 2,00 8,00 0,00 8,00	UNI	REX	10,000	2,5000	25,00
195	PORCA SEXT. UNF 1/4	UN	REX	100,000	0,2000	20,00
196	PORCA TRAVANTE 10MA	UN	REX	100,000	0,5000	50,00
197	BOLA MESTRE MB50 1.A	UN	PICOLI	6,000	209,8700	1.259,22
198	CRUZETA CARDAN 5263X	UN	SPICER	2,000	109,8800	219,76
199	MANGUEIRA HIDRAULICA 1" 2TRAMA	M	MANULI	2,000	52,5100	105,02
200	MANGUEIRA HID 1/4 1TRAMA	M	MANULI	20,000	12,9000	258,00
201	CORREIA ALTERNADOR 8PK1500	UN	DAICO	1,000	50,9000	50,90
202	CORREIA ALTERNADOR 8PK1420	UN	DAICO	20,000	48,9700	979,40
203	CORREIA C57	UN	GOODYER	1,000	77,7100	77,71
204	CORREIA VENT. MBB	UN	GOODYER	3,000	33,0000	99,00
205	MARTELO BORRACHA 80mm	UN	VONDRE	1,000	19,4200	19,42
206	COPO COLETOR PO MF 2710637	UN	PARKER	1,000	10,0000	10,00
207	KIT COPO SEPARADOR KR 27004	UN	PARKER	10,000	59,0200	590,20
208	CONECTOR FEMEA ROSCA 1/4X1/4	UN	RGR	2,000	5,2100	10,42
209	FILTRO LUB.MBB PL 519	PÇ	TECFIL	2,000	22,6800	45,36
210	BUJÃO 1/2X14	UN	CIPEC	3,000	8,0000	24,00
211	VALVULA DRENO VD 22	UN	RGR	5,000	15,0000	75,00
212	CORRENTE ELOS 9,5MM, 3/8" CURTA	KG	VONDER	20,000	20,0000	400,00
213	FILTRO COMBUSTIVEL PSC075	UN	TECFIL	2,000	50,4200	100,84
214	REDUTOR 22X16	UN	RGR	5,000	10,0000	50,00
215	REDUTOR 22X3 8NPT 530AD	UN	RGR	5,000	10,0000	50,00
216	COTOVELO TURBINA 147010	UN	ORBI	1,000	174,1000	174,10
217	ESPIGÃO FEMEA 1/4" ESCAMA 5/16"	UN	TERMICAR	2,000	5,0700	10,14
218	ENGATE RAPIDO 1/2	UN	MANULI	2,000	50,7100	101,42
219	TERMINAL MANG. 100-12-12	PÇ	MANULI	4,000	27,8000	111,20
220	CONEXÃO TEE 1/2 208-07	UN	RGR	2,000	30,0000	60,00
221	POLIA ALUMINIO 1VB500	UN	VONDER	1,000	353,4000	353,40
222	GAXETA DE PISTÃO 592740	UN	APC	4,000	16,0400	64,16
223	JOGO ARROELA DIF MBB1313	UN	GEDORE	1,000	30,1600	30,16
224	JOGO CHAVE T10-T50 430TXB-9	UN	GEDORE	1,000	49,1200	49,12
225	MACHO MANUAL AR (E) 1/4"UNC JG 2PEÇAS	UN	GEDORE	1,000	70,7400	70,74
226	LUVA CARDAN CC12	UN	AENCO	1,000	24,3800	24,38
227	CRUZETA CC 04	UN	AENCO	2,000	34,2000	68,40
228	LUVA CARDAN CC11	UN	AENCO	1,000	25,5800	25,58
229	LIMPA CONTATO AÇÃO SPRAY 300ML	UN	ECOFFER	20,000	14,0000	280,00
230	PARAFUSO RODA 4002261	UN	REX	12,000	17,0000	204,00
231	PRISIONEIRO CARCAÇA HJ9206	UN	RODAFUSO	12,000	7,0000	84,00
232	BICO PARA ENGRAXADEIRA	UN	MSF	4,000	8,1000	32,40
233	GRAXA VERMELHA 20KG	UN	TIMKEM	1,000	292,0000	292,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/17
 Processo Nº.: 136/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

Fornecedor: 6111 - MECÂNICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
234	BOMBA AGUA ISCE 8.3 20191	UN	URBA	1,000	417,1200	417,12
235	BOMBA D'AGUA MWM 114370	UN	URBA	1,000	140,6500	140,65
236	RETENTOR 00288S	UN	SABO	1,000	20,9500	20,95
237	RETENTOR 01160	UN	SABO	3,000	28,8800	86,64
238	PORCA SEXT. 5/8	UN	REX	200,000	0,7000	140,00
239	ARRUELA LISA 1.1/2	UN	REX	17,000	8,0000	136,00
446	SERVIÇO DE AJUSTE DO BRAÇO DA CONCHA JCB214	UN		1,000	125,0000	125,00

Fornecedor: 6166 - AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
303	BUCHA DE MOTOR DE PARTIDA - CAMINHÕES E MAQUINAS PESADAS	UN	MOLDMD	14,000	5,0000	70,00
304	BOBINA DE CAMPO DE PARTIDA	UN	BOBINAU	1,000	78,0000	78,00
305	CHAVE DE LUZ UNIVERSAL	UNI	MARILIA	3,000	10,0000	30,00
306	REGULADOR DE VOLTAGEM ALT.ELET.	UNI	BOSCH	3,000	64,0000	192,00
307	SINALEIRA TRASEIRA	UN	GF	2,000	6,5500	13,10
308	LAMPADA DE FREIO E PISCA	UNI	PHILLIPS	39,000	3,0000	117,00
309	CORREIA DO ALTERNADOR DE CAMINHÕES	UN	GATES	2,000	31,0000	62,00
310	CHAVE DE LUZ UNIVERSAL TIC TAC - MARILIA IM 11182	UN	MARILIA	4,000	12,0000	48,00
311	LAMPADA DE FAROL AUXILIAR PHILIPS	UN	PHILLIPS	6,000	25,0000	150,00
312	LAMPADA DE MEIA LUZ E PLACA	UN	PHILLIS	34,000	3,0000	102,00
313	FIO DE INSTALAÇÃO MÉDIO	UN	DNI	61,000	1,0000	61,00
314	LAMPADA PARA FAROL AUXILIAR - PHILIPS	UN	PHILLIPS	10,000	14,0000	140,00
315	FUSIVEL DE VIDRO	UNI	AMS	30,000	0,5000	15,00
316	BOIA TANQUE DE COMBUSTIVEL GM C20D20	UN	INDEBRA	1,000	150,0000	150,00
317	INTERRUPTOR PRESSÃO OLEO - CAMINHÃO	UN	VDO	1,000	113,0000	113,00
318	SUORTE PARA FUSÍVEL DE LAMINA	UN	FRONTEC	8,000	4,0000	32,00
319	JOGO PASTILHA P139	UN	FRAS-LE	1,000	19,0000	19,00
320	RELE AUXILIAR UNIVERSAL 12V-4 SAIDAS	UN	DNI	2,000	10,0000	20,00
321	LAMPADA PINGO D'AGUA GRANDE DE PAINEL E PLACA	UN	PHILLIPS	2,000	3,0000	6,00
322	LAMPADA PARA BATERIA	UN	VTO	9,000	5,0000	45,00
323	LENTE TRASEIRA MERCEDES	UNI	GF	6,000	14,0000	84,00
324	SINALEIRA DIANTEIRA MBB 1718/1720	UN	GF	2,000	35,0000	70,00
325	CHICOTE FEMEA INJEÇÃO ELETRONICA	UN	ETE	1,000	10,0000	10,00
326	BUZINA 12V PEQUENA VTO	UN	VTO	1,000	23,0000	23,00
327	BOBINA DE CAMPO DE PARTIDA	UN	BOBINAL	1,000	75,0000	75,00
328	SUORTE DE ESCOVA DE PARTIDA MBB	UN	UNIFAP	1,000	29,9000	29,90
329	AUTOMÁTICO DE PARTIDA MBB	UN	ZM	3,000	98,8000	296,40
330	ESTATOR DO ALTERNADOR 24V	UN	ARIELO	1,000	180,0000	180,00
331	TERMINAL DE BATERIA CURVO UNIVERSAL C/ PARAFUSO	PÇ	AMS	15,000	6,0000	90,00
332	RELE AUXILIAR USO GERAL 05 TERMINAIS	UN	DNI	1,000	12,0000	12,00
333	FUSIVEL DE LAMINA MINI	UNI	AMS	42,000	0,5000	21,00
334	BOTÃO DE PARTIDA MERCEDES BENS MAR.	UNI	MARILIA	2,000	10,0000	20,00
335	BOBINA DE IGNIÇÃO GOL 1.0 16V MI 97 - KOMBI	UN	BOSCH	1,000	199,0000	199,00
336	LAMPADA PARA PAINEL - PHILIPS	PÇ	PHILLIPS	3,000	2,0000	6,00
337	SOQUETE DE FAROL ISOLADO P/ PAINEL MB	UNI	ETE	2,000	3,0000	6,00
338	CHAVE DE IGNIÇÃO UNIVERSAL	UN	MORCEG	1,000	65,0000	65,00
339	PONTEIRA DE BATERIA 3/8	UN	AMS	2,000	6,0000	12,00
340	CABO DE BATERIA 70MM	M	CONDUM	1,900	56,0000	106,40
341	REGULADOR DE VOLTAGEM ALTERNADOR	UNI	BOSCH	5,000	26,0000	130,00
342	CONJUNTO RETIFICADOR DO ALTERNADOR MBB/SCANIA	UN	BOSCH	2,000	69,0000	138,00
343	ESTATOR DO ALTERNADOR	UN	ARIELO	2,000	90,0000	180,00
344	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	PÇ	NSK	4,000	35,0000	140,00
345	ROLAMENTO DO ALTERNADOR UNIVERSAL	UNI	NSK	2,000	33,0000	66,00
346	CABO DE BATERIA 50 MM	M	CONDUM	4,500	38,9000	175,05
347	CHAVE DE PARTIDA MASSEY FERGUSON	UN	FACOBRA	1,000	49,9500	49,95

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/17
 Processo Nº.: 136/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

Fornecedor: 6166 - AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
348	PENDENTE MECANICO COM GARRAS 8 METROS	UN	PADAN	1,000	28,0000	28,00
349	FAROL RETANGULAR UNIVERSAL	UN	VINCO	2,000	45,0000	90,00
350	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	PÇ	NSK	2,000	25,0000	50,00
351	JOGO DE ESCOVA MBB/VW	UN	KRUGER	1,000	3,5000	3,50
352	LAMPADA PARA FAROL AUXILIAR - PHILIPS	UN	PHILLIPS	1,000	15,0000	15,00
353	LENTE DIANTEIRA MB 1113	UNI	GF	1,000	6,0000	6,00
354	PALHETA DO LIMPADOR 5975	UN	GRANEIF	1,000	20,0000	20,00
355	RELE DO PISCA 3 TERMINAIS	UN	DNI	1,000	14,0000	14,00
356	MANCAL DE PARTIDA	UN	ZEN	2,000	22,0000	44,00
357	BUZINA ELETRICA VOLKSWAGEM 37212	UN	VTO	1,000	35,0000	35,00
358	SIRENE PIEZOELETRICA MULTISOM 6 TONS	UN	DNI	1,000	34,0000	34,00
359	LAMPADA PARA FAROL ALTA E BAIXA	UNI	PHILLIPS	1,000	15,0000	15,00
360	LAMPADA DE FREIO PISCA E MEIA LUZ	UNI	PHILLIPS	23,000	3,0000	69,00
361	CORREIA DO ALTERNADOR COM ACD 9592	UN	GATES	2,000	27,0000	54,00
362	SOQUETE DE FAROL CAMINHÃO	UN	ETE	1,000	16,0000	16,00
363	CHAVE DE SETA MB CAM.	UN	MARILIA	1,000	100,0000	100,00
364	RELE DO PISCA	UN	DNI	2,000	14,0000	28,00
365	SPRAY LIMPA CONTATO	UN	WURTH	2,000	24,0000	48,00
366	CORREIA DO ALTERNADOR FORD/CARGO	UNI	GATES	2,000	26,0000	52,00
367	GARRA DE BATERIA GRANDE	PÇ	DNI	4,000	15,0000	60,00
368	BUZINA ELETRICA CORNETA SIMPLES B-52 / 48410	UN	BERGSC	1,000	25,0000	25,00
369	PONTEIRA DE BATERIA 5/16	UN	AMS	1,000	4,0000	4,00
370	REGULADOR DE VOLTAGEM ALT.ELET.	UNI	BOSCH	1,000	64,0000	64,00
371	ROTOR DO ALTERNADOR RECONDICIONADO	UN	IND.CHA	1,000	89,0000	89,00
372	PALHETA DO LIMPADOR	UN	VTO	5,000	16,0000	80,00
373	REGULADOR DE VOLTAGEM DO ALTERNADOR IK460	UN	IKRO	1,000	45,0000	45,00
374	ESTATOR DO ALTERNADOR	UN	ARIELO	1,000	95,0000	95,00
375	CINTO DE SEGURANÇA TRANSVERSAL 3 PONTAS	UN	UNIVERSE	1,000	25,0000	25,00
376	INDUZIDO DE PARTIDA RECONDICIONADO JCB	UN	IND. CH	1,000	299,0000	299,00
377	CHAVE DE AQUECIMENTO E PARTIDA MIF	UN	FACOBFI	1,000	52,0000	52,00
378	REPARO PARA BUZINA	UN	D.PAULA	1,000	12,0000	12,00
379	MANCAL DO ALTERNADOR - FORD CARGO	UN	BOSCH	1,000	149,0000	149,00
380	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	PÇ	NSK	1,000	55,0000	55,00
381	JOGO DE ESCOVA DE PARTIDA SCANIA/VW	UN	KRUGER	1,000	45,0000	45,00
382	LENTE TRASEIRA CAMINHÃO VW/CARGO	UNI	GF	1,000	12,0000	12,00
383	TRANSMISSÃO ANGULAR 1	UN	VDO	1,000	100,0000	100,00
384	CABO VELOCIMETRO 60.189	UNI	FANIA	1,000	63,0000	63,00
385	CHAVETA COMPRIDA PA510013	UN	UNIVERSE	1,000	4,5000	4,50
386	AUTOMÁTICO DE PARTIDA	UNI	ZM	10,000	79,9000	799,00
387	ROTOR DO ALTERNADOR RECONDICIONADO	UN	IND. CH	5,000	155,0000	775,00
388	INDUZIDO DE PARTIDA JF 12V	UN	ARIELO	4,000	245,0000	980,00
389	FIO DE INSTALAÇÃO GROSSO 6MM	UN	DNI	100,000	4,0000	400,00
390	CORREIA DO ALTERNADOR MBB	UN	GATES	6,000	25,0000	150,00
391	AUTOMATICO DE PARTIDA MBB	UN	ZM	5,000	99,0000	495,00
392	BENDIX DE PARTIDA	UN	ZEN	8,000	62,0000	496,00
393	ESTATOR DO ALTERNADOR	UN	BOSCH	2,000	269,0000	538,00
394	LAMPADA DE FAROL H7 12V	UN	PHILLIF	20,000	30,0000	600,00
395	LAMPADA PARA FAROL ALTA E BAIXA	UNI	PHILLIF	20,000	18,0000	360,00
396	FAROL AUXILIAR RETANGULAR UNIVERSAL LONGO ALCANCE	UN	NINO	6,000	45,0000	270,00
397	LAMPADA PARA FAROL AUXILIAR - PHILIPS	UN	PHILLIF	32,000	15,0000	480,00
398	AUTOMATICO DE PARTIDA FORD/CARGO	UN	ZM	5,000	68,0000	340,00
399	PALHETA DO LIMPADOR	UN	BOSCH	6,000	48,0000	288,00
400	BENDIX DE PARTIDA	UN	ZEN	4,000	105,7000	422,80
401	REGULADOR DE VOLTAGEM ALT.ELET.	UNI	BOSCH	10,000	0,0000	0,00
402	MOTOR DE VENTILADOR DO RADIADOR	UN	BHAU	1,000	100,0000	100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 10/17
 Processo Nº.: 136/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

Fornecedor: 6166 - AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
403	AUTOMATICO DE PARTIDA MBB	UN	ZM	4,000	186,0000	744,00
404	FITA REFLEXIVA PARA PARACHOQUE 1,20 3M	UN	3M	20,000	79,0000	1.580,00
405	FAIXA REFLETIVA C/ CHAPA DE ALUMINIO	UN	3M	100,000	7,5000	750,00
406	SINALEIRA TRASEIRA MERCEDES S/ LUZ VIGIA	UN	GF	12,000	36,0000	432,00
407	SINALEIRA DIANTEIRA MB 1113	UNI	GF	10,000	25,9000	259,00
408	MANCAL DE PARTIDA FUCINHO MB	UNI		4,000	0,0000	0,00
409	PALHETA DO LIMPADOR	UN	BOSCH	6,000	17,0000	102,00
410	MOTOR DE LIMPADOR MBB 24V	UN	BOSCH	2,000	210,0000	420,00
411	SINALEIRA TRASEIRA CAMINHÃO FORD CARGO	UN	GF	10,000	35,0000	350,00
412	FAROL MERCEDES 1714/1215/200 COM CAIXA PRETA	UN	NINO	2,000	185,0000	370,00
413	CABO DE BATERIA 50 MM	M	CONDU	8,000	39,0000	312,00
414	CABO DE VELOCIMETRO CARGO	UN	FANIA	2,000	90,0000	180,00
415	CABO PARA INSTALAÇÃO 1/2	M	DNI	30,000	6,0000	180,00
416	MECANISMO DO LIMPADOR	UN	GRANE	1,000	455,0000	455,00
417	RELOGIO TEMPERATURA MECANICO MB 043	UN	FEN	3,000	89,9000	269,70
418	SINALEIRA DIANTEIRA FRONTAL CAMINHÃO CARGO GFA187	UN	GF	4,000	25,0000	100,00
419	SUORTE DE ESCOVAS DE MOTOR DE PARTIDA	UN	UNIFAF	4,000	52,0000	208,00
420	INTERRUPTOR PRESSÃO OLEO - CAMINHÃO	UN	VDO	2,000	113,0000	226,00
421	ROLAMENTO DO ALTERNADOR 6403 B17	UN	NSK	5,000	55,0000	275,00
422	ROLAMENTO DO ALTERNADOR 62201	UN	NSK	5,000	35,0000	175,00
423	MOTOR DE LIMPADOR DE PARABRISA MBB	UN	BOSCH	1,000	207,0000	207,00
424	CORREIA DO ALTERNADOR FORD/CARGO	UNI	GATES	4,000	22,0000	88,00
425	REGULADOR DE VOLTAGEM 9190087011	UN	BOSCH	6,000	96,0000	576,00
426	LAMPADA PARA FAROL AUXILIAR 012336	UN	PHILLI	10,000	15,0000	150,00

Fornecedor: 6169 - CHUAMBA COMERCIO DE BATERIAS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
458	BATERIA DE 60 AMPERES - 01 ano de garantia, homologada pelo INMETRO.	UN	CONECTIVA	30,000	175,0000	5.250,00
459	BATERIA DE 100 AMPERES, 01 ano de garantia, homologada pelo INMETRO.	UN	CONECTIVA	45,000	313,0000	14.085,00
460	BATERIA DE 150 AMPERES - 01 ano de garantia, homologada pelo INMETRO.	UN	CONECTIVA	10,000	428,0000	4.280,00
473	BATERIA DE 170 AMPERES, 01 ano de garantia, homologada pelo INMETRO.	UN	CONECTIVA	60,000	460,0000	27.600,00
474	BATERIA DE 70 AMPERES - 01 ano de garantia, homologada pelo INMETRO.	UN	CONECTIVA	10,000	241,0000	2.410,00

Fornecedor: 6185 - MECANICA DAVID LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
302	MÓDULO 0281020032 PARA MICRO ONIBUS	UN		1,000	4.900,0000	4.900,00
445	SERVIÇO DE TROCA DE MÓDULO E REVISÃO ELETRICA - MICRO ONIBUS ANC7692	UN		1,000	500,0000	500,00

Fornecedor: 6196 - MORAUTO AUTOPECAS E ACESSORIOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
240	KIT CORREIA DENTADA	UN		1,000	140,0000	140,00
241	JOGO DE JUNTA COM RETENTORES	UN		1,000	319,0000	319,00
242	BRONZINA DE ENCOSTO	UN		2,000	42,0000	84,00
243	FILTRO AR	UN		1,000	35,0000	35,00
244	BRONZINA BIELA	UN		1,000	95,0000	95,00
245	BRONZINA DE MANCAL	UN		1,000	115,0000	115,00
246	INTERRUPTOR OLEO	UN		1,000	42,0000	42,00
247	GUIA DE VALVULA	UNI		8,000	20,0000	160,00
248	SELO BLOCO	UN		2,000	8,0000	16,00
249	BOMBA DE OLEO	UNI		1,000	275,0000	275,00
250	PISTAO COM ANEIS	UN		4,000	191,2500	765,00
251	FLANGE TRASEIRA COM SENSOR	UN		1,000	325,0000	325,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 11/17
 Processo Nº.: 136/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

Fornecedor: 6196 - MORAUTO AUTOPECAS E ACESSORIOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
252	CAMISA DE CILINDRO	UN		4,000	141,2500	565,00
253	BUCHA BIELA	UN		4,000	25,0000	100,00
254	PASTILHA DE FREIO P/ KOMBI	UNI		1,000	45,0000	45,00
255	DISCO FREIO P/KOMBI	UN		2,000	100,0000	200,00
256	CABO FREIO MÃO - KOMBI	UN		2,000	55,0000	110,00
299	ABRAÇADEIRA PLASTICA KOMBI	UN		18,000	1,5000	27,00
300	ALAVANCA MARCHAS KOMBI	UN		1,000	70,0000	70,00
301	COMUTADOR PARTIDA KOMBI	UN		1,000	40,0000	40,00
440	MÃO DE OBRA PARA CONserto DE FREIO (substituição de pastilha e disco do freio e cabo do freio de mão)- KOMBI MIW8672	UN		1,000	245,0000	245,00
441	SERVIÇO DE GEOMETRIA - KOMBI MIW 8672	UN		1,000	50,0000	50,00
442	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO ELETRICA (REPAROS) - KOMBI MHE5813	UN		1,000	250,0000	250,00
443	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA (CONserto E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS (fusivel, abraçadeira, alavanca marcha, comutador de partida) KOMBI MHE5813	UN		1,000	600,0000	600,00
444	SCANNER - KOMBI MHE 5813	UN		1,000	50,0000	50,00
447	SERVIÇO DE RETIFICA - CILINDRO - SAVEIRO MDP 2444	UN		1,000	180,0000	180,00
448	SERVIÇO DE POLIMENTO - VIRABREQUIM - SAVEIRO MDP2444	UN		1,000	68,0000	68,00
449	SERVIÇO DE ALINHAMENTO- BIELA- SAVEIRO MDP2444	UN		1,000	54,0000	54,00
450	SERVIÇO DE RETIFICAR - BUCHA BIELA- SAVEIRO MDP2444	UN		1,000	84,0000	84,00
451	TESTAR E PLAINAR CABEÇOTE - SAVEIRO MDP2444	UN		1,000	235,0000	235,00
452	TROCAR GUIAS - SAVEIRO MDP2444	UN		1,000	70,0000	70,00
453	RETIFICAR ASSENTO DE SEDE - SAVEIRO MDP2444	UN		1,000	70,0000	70,00
454	ENCAMISAR BLOCO O- SAVEIRO MDP2444	UN		1,000	245,0000	245,00
455	SERVIÇO DE RETIFICAR E ESMERILHAR VALVULAS - SAVEIRO MDP2444	UN		1,000	126,0000	126,00
456	MÃO DE OBRA PARA CONserto DA SAVEIRO MDP 2444	UN		1,000	1.000,0000	1.000,00
457	SERVIÇO DE LIMPEZA DE PEÇAS DA SAVEIRO MDP 2444	UN		1,000	100,0000	100,00
461	MAÇANETA VIDRO -	UN		4,000	10,0000	40,00
462	RETENTOR RODA TRASEIRA	UN		2,000	35,0000	70,00
463	CORREIA ALTERNADOR 6PK0870	UN		2,000	42,0000	84,00
464	ROLAMENTO RODA TRASEIRA P/KOMBI	UN		2,000	65,0000	130,00
465	ROLAMENTO RODA TRASEIRA 45226	UN		2,000	75,0000	150,00
466	FILTRO AR KOMBI	UN		4,000	45,0000	180,00
467	GUIA INFERIOR PORTA KOMBI	UN		1,000	75,0000	75,00
468	CARCAÇA EIXO TRASEIRO KOMBI	UN		1,000	590,0000	590,00
469	ALAVANCA MARCHA COMPLETA KOMBI	UN		2,000	140,0000	280,00
470	SERVIÇO DE SOLDA E TORNO - KOMBI	UN		1,000	500,0000	500,00
471	MÃO DE OBRA PARA CONserto DA KOMBI MHE5813	UN		1,000	800,0000	800,00

Fornecedor: 6226 - TAQUARA AUTO MECANICA E GUINCHO LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
427	MÃO DE OBRA E SOLDA NA RECUPERAÇÃO DO CHASSI E SOBRE CHASSI DA CAÇAMBA BXC0917	UN		1,000	3.900,0000	3.900,00
428	TORNO, MATERIAL DE ACABAMENTO E PINTURA DO CHASSI/SOBRE CHASSI E DA TRAVESSA DA CAÇAMBA BXC0917	UN		1,000	1.348,0000	1.348,00
429	MÃO DE OBRA, SOLDA E MONTAGEM DA TRAVESSA ENTRE O FEIXE MOLAS DA CAÇAMBA BXC0917	UN		1,000	1.400,0000	1.400,00
430	SOLDA, TORNO E FUROS NO SUPORTE DO TRUCK	UN		1,000	150,0000	150,00
431	CONserto DO PARACHOQUE DE CAMINHÃO - FURAR DOIS CONJUNTOS DO SUPORTE DO PARA CHOQUE E FAZER QUATRO PINOS 19mmX160	UN		1,000	95,0000	95,00
432	CONserto DO PARA CHOQUE - FURAR TRÊS CONJUNTOS DO SUPORTE DO PARA CHOQUE E FAZER SEIS PINOS - CAMINHÃO MLD3816	UN		1,000	135,0000	135,00
433	TORNEAR BUCHA DA PATROLA 120H	UN		1,000	40,0000	40,00
434	SERVIÇO DE CORTE- SOLDA E TORNO NO BATENTE DO SUPORTE DA CONCHA RETRO JCB Nº76	UN		1,000	175,0000	175,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 12/17
Processo Nº.: 136/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

Fornecedor: 6226 - TAQUARA AUTO MECANICA E GUINCHO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
435	RECUPERAR, SOLDAR E TORNEAR DUAS BUCHAS E DUAS ARRUELAS DE AJUSTE DE CONCHA- JCB Nº76	UN		1,000	105,0000	105,00
436	SOLDAR SUPORTE DO PIVO REFORÇAR ORELHA EXTERNA (LADO DIREITO) - ROÇADEIRA	UN		1,000	156,0000	156,00
437	CONCERTO DO CONJUNTO DE PATROLAS (REAJUSTAR, PREENCHER COM SOLDA, TORNEAR PINOS E BUCHAS)	UN		1,000	915,0000	915,00
438	RECUPERAÇÃO DE QUATRO PARAFUSOS - ROÇADEIRA	UN		1,000	70,0000	70,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 13/17
Processo Nº.: 136/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 14/17
Processo Nº.: 136/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 15/17
Processo Nº.: 136/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 16/17
Processo Nº.: 136/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 17/17
Processo Nº.: 136/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA - ME	CNPJ: 79.824.793/0001-13 _____
CHUAMBA COMERCIO DE BATERIAS LTDA - ME	CNPJ: 72.212.863/0001-33 _____
DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS BERTELI LTDA	CNPJ: 78.527.587/0001-89 _____
MECÂNICA AGRÍCOLA PALAVRO LTDA	CNPJ: 01.444.735/0001-77 _____
MECANICA DAVID LTDA	CNPJ: 82.802.919/0001-63 _____
MORAUTO AUTOPECAS E ACESSORIOS LTDA	CNPJ: 85.353.159/0001-42 _____
TAQUARA AUTO MECANICA E GUINCHO LTDA - ME	CNPJ: 72.124.498/0001-05 _____

Ata Rg 20/2014 Material Expediente Sec Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/8
 Processo Nº.: 137/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2014

No dia 29 do mês de Agosto do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2014, Processo Licitatório nº. 137/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL GRÁFICO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10119	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME	
6127	DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA	
6011	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP	8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16
10371	ELMO PAPELARIA LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
6421	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	17
11168	GRAFICA E EDITORA LIDER LTDA	
9986	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.	
10002	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME	09.008.570/0001-00	ERALDO SALVADOR	027.875.099-08
DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA	85.248.680/0001-10	FABIO LORASCHI	749.263.819-15
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP	82.803.230/0001-53	LERCY ZOLDAN JUNIOR	027.689.489-85
ELMO PAPELARIA LTDA	03.999.762/0001-31	ADENILSON BROERING	939.864.919-53
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	84.583.954/0001-64	LUIZ EVERALDO RODRIGUES DA SILVA	217.042.520-91
GRAFICA E EDITORA LIDER LTDA	79.935.102/0001-59	RENATO ROVARIS	531.414.829-34
L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.	11.924.851/0001-47	ANGELO MATOS DA CAS	015.867.539-83
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	11.499.653/0001-83	KLEBER LIBANO	848.629.399-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL GRÁFICO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6011 - DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 9mm, com no mínimo 35cm de comprimento (em repouso)	UN		100,000	0,0500	5,00
9	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 14mm, com no mínimo 35cm de comprimento (em repouso).	UN		100,000	0,1100	11,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 137/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2014

Fornecedor: 6011 - DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 25mm, com no mínimo 35cm de comprimento (em repouso).	UN		200,000	0,2300	46,00
11	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 40mm, com no mínimo 35cm de comprimento (em repouso).	UN		200,000	0,6500	130,00
12	MOLAS PARA ENCADERNAÇÃO 50mm, com no mínimo 35cm de comprimento (em repouso).	UN		200,000	0,8900	178,00
13	PASTA PERSONALIZADA COM TIMBRE, tamanho aberto 47x33cm, fechado 23,5x33cm, impressão 4x0 cores, papel sulfite 180g, acabamento com vinco, personalizada de acordo com o modelo constante no edital.	MLH		10,000	409,0000	4.090,00
14	ENVELOPE TIMBRADO - PEQUENO: Tam: 11,5x23,7cm, sulfite 75g, cor 4x0, com aba (timbre conforme modelo constante no edital).	MLH		10,000	189,5100	1.895,10
15	ENVELOPE TIMBRADO - MÉDIO: Tam: 17,6x25 cm, sulfite 90g, cor 4x0, com aba (timbre conforme modelo constante no edital).	MLH		10,000	216,5800	2.165,80
16	ENVELOPE TIMBRADO - GRANDE: Tam: 26x36 cm, sulfite 90g, cor 4x0, com aba (timbre conforme modelo constante no edital).	MLH		10,000	333,9100	3.339,10

Fornecedor: 6421 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	FOLHA TIMBRADA/TAMANHO A4/ COR 4X0/ SULFITE 75G/M²	MLH		50,000	64,4000	3.220,00

Fornecedor: 10371 - ELMO PAPELARIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR AMARELA, Tamanho de 350 x 245 x 135 mm	UN		500,000	1,7700	885,00
2	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR AZUL, Tamanho de 350 x 245 x 135 mm	UN		500,000	1,7700	885,00
3	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR BRANCO, Tamanho de 350 x 245 x 135 mm	UN		500,000	1,7700	885,00
4	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR CINZA, Tamanho de 350 x 245 x 135 mm	UN		500,000	1,7700	885,00
5	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR PRETO, Tamanho de 350 x 245 x 135 mm	UN		500,000	1,7700	885,00
6	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR VERDE, Tamanho de 350 x 245 x 135 mm	UN		500,000	1,7700	885,00
7	PASTA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA, COR VERMELHO, Tamanho de 350 x 245 x 135 mm	UN		500,000	1,7800	890,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/8
Processo Nº.: 137/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/8
Processo Nº.: 137/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/8
Processo Nº.: 137/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 137/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2014

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 137/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2014

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 8/8
Processo Nº.: 137/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2014

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 29 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL**Empresas Participantes:**

DIAL DEPARTAMENTOS LTDA- ME	CNPJ: 09.008.570/0001-00	_____
DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA	CNPJ: 85.248.680/0001-10	_____
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA- EP	CNPJ: 82.803.230/0001-53	_____
ELMO PAPELARIA LTDA	CNPJ: 03.999.762/0001-31	_____
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	CNPJ: 84.583.954/0001-64	_____
GRAFICA E EDITORA LIDER LTDA	CNPJ: 79.935.102/0001-59	_____
L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.	CNPJ: 11.924.851/0001-47	_____
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.499.653/0001-83	_____

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 108/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 158/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 108/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/10/2014, às 14h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS COMO CHAPAS DE COMPENSADO E MATERIAIS ELÉTRICOS, DESTINADOS A INSTALAÇÃO DA FÁBRICA DE LAJOTAS E MEIO FIO NA UPA DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 03/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 107/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 157/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 107/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/10/2014, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DO SISTEMA DE INJEÇÃO DE MOTORES A DIESEL (ELETRÔNICOS E MECÂNICOS) DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 02/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº FMAS 05/2014

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMAS 07/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. FMAS 05/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ nº. 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/10/2014, às 09h05min, a licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, 20 UNIDADES DE COLCHA 160X250 CM E 04 COLCHÕES 78X188 D33, DESTINADOS AO CRIANÇA, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 03/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Edital de Pregão Eletrônico Nº FMS 21/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. FMS 36/2014
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. FMS 21/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10 realizará no dia 06/10/2014, às 10h00min, Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE 9 MICROCOMPUTADORES PARA ESTRUTURAÇÃO DO AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E DAS SALAS DE VACINAS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Cadastro de propostas no site até às 09h00min do dia 06/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Edital de Pregão Eletrônico Nº FMS 23/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. FMS 38/2014
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. FMS 23/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10 realizará no dia 07/10/2014, às 10h00min, Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS COM 04 (QUATRO) PORTAS E 02 (DUAS) MOTOCICLETAS 125 CC, NOVOS, ZERO KILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Cadastro de propostas no site até às 09h00min do dia 07/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Aviso de Licitação de Chamada Pública Nº FME 01/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº F.M.E 01/2014

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 03.914.543/0001-02, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA - PESSOAS FÍSICAS - PARA ATUAREM NA REALIZAÇÃO DAS PARTIDAS CONSTANTES NA TABELA DA COPA INTEGRAÇÃO 2014. DAS REMUNERAÇÕES: ÁRBITROS - R\$ 120,00, BANDEIRAS - R\$ 60,00 POR PARTIDA.

Inscrições: A partir de 19 de setembro de 2014.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro - Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site www.pmc.sc.gov.br, link - licitações.

RICARDO PEREIRA MARTINS
Presidente

Publicação da Dispensa de Licitação Nº 13/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º 163/2014

Dispensa de Licitação n.º 13/2014

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, V, da Lei 8.666/1993.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE ENERGIA, ÁGUA E ESGOTO, EM 10 (DEZ) UNIDADES HABITACIONAIS, LOCALIZADAS NA RUA ANTONIO MILTON TORMENA, LOTEAMENTO CAMPO D'ÁGUA VERDE, NESTA CIDADE DE CANOINHAS.

Contratado: J.LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME.

Valor R\$ 22.629,80 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e nove reais e oitenta centavos).

Prazo de Execução: 30 (trinta) dias.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº 99/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 147/2014
Licitação.....: 99/2014 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RODOLFO LINZMEYER.

Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Total dos Itens Vencedores: 2.314,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 45242	- SECADORA DE ROUPAS 220 V - Unidade: UN						
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2	- 25422	- LIQUIDIFICADOR 02 VELOCIDADES 220V LÂMINAS EM INOX INTEG - Unidade: UN						
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3	- 11040344	- ARMÁRIO SUSPENSO PRIMEIRO SOCORROS - Unidade: UN						
12368	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	MOVAG	1,000	0,0000	520,0000	520,00	Venceu	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 147/2014

Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Licitação.....: 99/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RODOLFO LINZMEYER.

2.314,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4	-	6595	-	ROUPEIRO DE AÇO 4 CORPOS E 16 PORTAS	-	Unidade: UN		
12368				DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.	MOVAG		598,0000	1.794,00
							Venceu	0

Candinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 140/2014

DECRETO Nº 140, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Altera o Anexo Único do Decreto nº 063, de 06 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei municipal nº 2.393, de 23 de agosto de 2002, que cria áreas de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 10, V e XXI, 58, V e 72, I, "a", da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar as áreas de estacionamento rotativo pago de veículos automotores em vias e logradouros públicos, mais precisamente nas Ruas Luiz Dorini, José Vicari e Regina Spadini;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único do Decreto nº 063, de 06 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei municipal nº 2.393, de 23 de agosto de 2002, que cria áreas de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 16 de setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS PERTENCENTES AO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO PAGO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - "ROTATIVO CAPINZAL - ÁREA AZUL"

Trecho	Rua	Trecho Inicial	Trecho Final	Vagas	Carg/Des.	Segur.	Motos	Farm.
01	Pres. Nereu Ramos	Ernesto Hachmann	Don Vicente Gramazzio	25	0	0	3	0
02	Pres. Nereu Ramos	Don Vicente Gramazzio	Dona Maria A. Almeida	12	0	0	0	0
03	Pres. Nereu Ramos	Dona Maria A. Almeida	Rosa Ferro Viecelli	36	1	0	4	0
04	Pres. Nereu Ramos	Rosa Ferro Viecelli	José Vicari	25	1	0	4	0
05	Pres. Nereu Ramos	Praça Aq.D'Agnoluzzo	Luiz Dorini	6	0	0	0	0
06	Narciso Barison	Ernesto Hachmann	Carmelo Zocolli	9	1	0	0	1
07	Narciso Barison	Carmelo Zocolli	Don Vicente Gramazzio	16	0	0	10	0

08	Dona Linda Santos	Carmelo Zocolli	Don Vicente Gramazzio	19	0	0	0	0
09	Dona Linda Santos	Don Vicente Gramazzio	Dona Maria A. Almeida	11	0	0	0	0
10	Dona Linda Santos	Dona Maria A. Almeida	120m da D. Linda Santos	15	0	0	0	0
11	Dona Linda Santos	Adelmo Biavatti	Jose Vicari	33	2	0	5	0
12	Adelmo Biavatti	Dona Maria A. Almeida	50m da Adelmo Biavatti	4	0	0	0	0
13	Av. XV de Novembro	Terrenos da R.F.F.S.A.	Ernesto Hachmann	8	0	1	0	0
14	Av. XV de Novembro	Ernesto Hachmann	Carmelo Zócolli	18	1	0	0	1
15	Av. XV de Novembro	Carmelo Zocolli	Don Vicente Gramazzio	36	1	1	0	1
16	Av. XV de Novembro	Don Vicente Gramazzio	Dona Maria A. Almeida	25	0	0	10	0
17	Av. XV de Novembro	Dona Maria A. Almeida	Antônio Zortea Primo	40	1	0	11	0
18	Aparício Ribeiro	Carmelo Zocolli	Don Vicente Gramazzio	20	0	0	0	0
19	Aparício Ribeiro	Don Vicente Gramazzio	100m da Aparício Ribeiro	12	0	0	0	0
20	Ver. Rolindo Casagrande	Ernesto Hachmann	Carmelo Zocolli	9	0	0	0	3
21	José Zortea	Pres. Nereu Ramos	200m na Rua José Zortea	25	0	0	6	0
22	Ernesto Hachmann	Terminal urbano passag.	Av. XV de Novembro	10	0	1	10	0
23	Ernesto Hachmann	Av. XV de Novembro	Pres. Nereu Ramos	13	0	0	4	1
24	Carmelo Zócolli	Ver. Rolindo Casagrande	Av. XV de Novembro	28	0	2	25	0
25	Carmelo Zocolli	Dona Linda Santos	Narciso Barison	9	0	0	25	0
26	Carmelo Zocolli	Ver. Rolindo Casagrande	30m da Carmelo Zocolli	4	0	0	0	0
27	Dr. Vilson Bordim	Aparício Ribeiro	Frei Tito Olivetto	6	0	0	0	0
28	Frei Tito Olivetto	Dr. Vilson Bordim	Cose-mino Epifani	13	0	0	0	0

29	Don Vicente Gram- zzio	Aparício Ribeiro	Av. XV de Novem- bro	8	0	0	11	0
30	Don Vicente Gram- zzio	Av. XV de Novembro	Dona Linda Santos	5	1	0	10	0
31	Don Vicente Gram- zzio	Dona Linda Santos	Pres. Nereu Ramos	9	1	0	0	0
32	Dona Maria A. Almeida	Av. XV de Novembro	Dona Linda Santos	7	0	0	0	0
33	Dona Maria A. Almeida	Dona Linda Santos	Pres. Nereu Ramos	9	1	0	7	0
34	Prof. Vanda M. Meyer	Pres. Nereu Ramos	120m na Vanda Meyer	21	1	0	0	0
35	Alexan- dre Tho- mazoni	Ver.Rolindo Casagrande	João Siviero	39	0	0	12	0
36	Rosa Ferro Viecelli	Nereu Ramos	Leonardo Spadini	6	0	0	0	0
37	Luiz Dorini	Nereu Ramos	Benjamin Dorini	23	2	0	4	0
38	José Viccari	Nereu Ramos	Regina Spadini	12	0	0	3	0
39	Regina Spadini	Luiz Dorini	José Vicari	5	0	0	2	0
TOTAL GERAL DE VAGAS ÚTEIS: 615				631	14	5	166	7

Lei 3.146/2014

LEI Nº 3.146, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Altera o art. 1º da Lei nº 3.121, de 7 de maio de 2014, que autorizou a vender imóvel de propriedade do Município de Capinzal ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 3.121, de 7 de maio de 2014, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a vender ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, regido pela Lei nº 10.188, de 12.02.2001, representado pela Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão do FAR e pela operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV do Governo Federal, o imóvel com área de 231.424,59 m² (duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro, vírgula cinqüenta e nove metros quadrados), situado na continuidade da Rua Alcir Masson, no Loteamento Nova Capinzal, município de Capinzal - SC, com as confrontações, ao norte com terras do Loteamento Por do Sol, ao sul com Loteamento Lanhí, ao leste com Loteamento Arco Íris, e terras de Darci Bordin e ao oeste com o Loteamento Santa Maria, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal sob o nº 23.532, de propriedade do Município de Capinzal, no valor proposto pelo FAR/CAIXA para viabilizar a operação de R\$ 1.223.933,19 (um milhão, duzentos e vinte e três mil, novecentos

e trinta e três reais e dezenove centavos)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 17 de setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei 3.147/2014

LEI Nº 3.147, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Município de Capinzal a caucionar junto à Caixa Econômica Federal recursos financeiros a fim de garantir a execução das obras de infraestrutura do Loteamento Nova Capinzal.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a caucionar junto à Caixa Econômica Federal recursos financeiros no valor de R\$ 2.596.970,75 (dois milhões, quinhentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta reais e setenta e cinco centavos) a fim de garantir a execução das obras de infraestrutura do Loteamento Nova Capinzal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 17 de setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei Complementar 170/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 170, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Cria vagas no Quadro Único de Pessoal do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE), na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada uma vaga no cargo de Engenheiro Sanitarista e uma vaga no cargo de Auxiliar Técnico, aumentando para o total de 02 (duas) vagas para cada cargo, fazendo parte integrante do Anexo V, da Lei Complementar nº 147, de 4 de abril de 2012, e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento do SIMAE.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, em 17 de setembro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Lei Complementar 171/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 171, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Aplica-se o piso salarial profissional nacional estabelecido pelo Governo Federal aos Agentes Comunitários de Saúde, ocupantes do Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, regidos pela Lei Complementar nº 146, de 4 abril de 2012, com um vencimento básico mínimo de R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 17 de junho de 2014.

Capinzal, em 17 de setembro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

FMS Processo Licitatório Nº 0044/2014 - Dispensa de Licitação Nº 0002/2014

Processo Licitatório Nº 0044/2014
Dispensa de Licitação Nº 0002/2014

KELVIS BORGES, Gestor, do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório nº 0044/2014, conforme segue:

OBJETO

Aquisição de um armário em MDF 15 mm, para manutenção das atividades da Vigilância Epidemiológica do município de Capinzal/SC.

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Armário em MDF 15 mm; em melamina branca; com 12 gavetas com corredeiras telescópicas para pasta suspensa; 4 portas com dobradiças de metal; 16 puxadores de metal polido. Dimensões aproximadas: AxLxP (310cm x 137cm x 60cm), conforme modelo anexo.	IDEALI	2.180,00	2.180,00
Total						2.180,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
WILLIAM SIDNEY LAMB - ME	001
2.180,00(dois mil cento e oitenta reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 44 - Manutenção da vigilância epidemiológica.
Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
Projeto/Atividade: 2.084 - Manutenção da vigilância epidemiológica.
Elemento: 44905299000000 - Equipamentos e Material Permanente
Recurso: 66 - Vigilância em Saúde

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 17 de setembro de 2014
KELVIS BORGES
Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social

FMS Processo Licitatório Nº 0045/2014 - Dispensa de Licitação Nº 003/2014

Processo Licitatório Nº 0045/2014

Dispensa de Licitação Nº 003/2014

KELVIS BORGES, Gestor, do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório Nº 0045/2014, conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa especializada para procedimentos de esterilização de cães e gatos no município de Capinzal, a fim de reduzir a super população, a falta de lar e a incidência de doenças nestes animais.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	50,00	UN	Esterilização de cães e gatos, limpeza e esterilização do material, medicamentos e outros insumos, higiene e limpeza dos ambientes, assepsia e antisepsia dos procedimentos cirúrgicos, procedimentos anestésicos e cirúrgicos, período de recuperação anestésica. Incluindo material cirúrgico e materiais de consumo necessário.	MARINA MONETA DANTE ME	100,00	5.000,00
Total						5.000,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
MARINA MONETA DANTE - ME	001
5.000,00(cinco mil reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 40 - Manutenção da vigilância sanitária.

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.083 - Manutenção da vigilância sanitária.

Elemento: 33903999000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica

Recurso: 66 - Vigilância em Saúde

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 17 de setembro de 2014

KELVIS BORGES

Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social

Resultado Edital 025/2014**RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 025/2014**

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Complementares 045/2000 e 168/2014, torna pública a classificação das servidoras que compõe a carreira do Magistério Público Municipal e que se enquadraram nos termos do edital nº 025/2014.

§ 1º Fica aberto período de recursos da data de 17 de setembro de 2014 até às 17h30min do dia 19 de setembro de 2014.

Adenir Jane Borsoi

Adriana Antunes da Costa Perin

Adriana Surdi Martinelli

Adriana Toaldo Leal dos Santos

Alessandra Aparecida Teixeira Cantelli

Cássia Maris Wilbert Souza

Christine Marly Kappes

Cimara Moreira Baú

Cristiane Dambróz

Dalva Maria Helt Marques

Delci Macagnan da Costa

Eliane Maria Helt

Eliane Rosa Garcia

Elisângela Frizzo Clen

Eloá Salete Toaldo Giumbelli

Fabiane Zambão

Fátima Faccin

Geneci de Lima

Giseli da Graça Matos

Helena Dupont Leder

Iliane Aparecida dos Santos

Izoete dos Santos Riqueti

Jocelei Aparecida Poggere

Jonatan Savi

Jovania Rech

Juçara Maria Crippa Belotto

Jussara Biazotto

Léia Ster Pelegrini

Liamar Terezinha Galio Masson

Lilian Aparecida Dorini Stirmer

Lucélia Alves Dalposso

Luciana Milesqui Wilbert

Luciane Albina Viéceli Thomazoni

Mafalda Franke

Marcelo Schwaizer

Márcia Manfredini

Márcia Regina Melloto

Márcio Antônio da Silva

Maria de Fátima de Oliveira Ribeiro

Maria de Lurdes da Costa

Maria Elianete de Camargo Masson

Maria Eliete de Camargo

Marli Dametto Morosini

Mary Terezinha Dalla Maria Tobaldini

Merci Surdi

Mirian Surdi Gubert

Monica Salete Gotardo Rosseti

Nilza Maria Marcon Muraro

Noemi Frühauf Reck

Noemi Terezinha Antunes da Luz Tonini

Otávia Maria Surdi

Rafaela Daros

Romi Vilarino Lira

Rômulo Garcia

Rosângela Vitória Rossete Scheurmann

Rosemary da Silva

Rosilene de Souza Haus

Saionara Cristina Masson

Salete Savaris de Araújo

Sandra Maria Demin

Sayonara Pellizaro Cremonini

Sérgio Rodrigues dos Santos

Sirlei Marli Gerhardt Rosa

Sonia Aparecida Lamb

Suzana Andrade Alves

Taise Maria Campioni Rostirola

Terezinha Aparecida Toaldo Giumbelli

Valquiria Maria da Silva Moresco

Vera Amália Bazzi

Veranice Maria Lovatel

Vivanda Tereza Bortoli

Vivian Mafisa Golin

Viviane Cristina Sitiniewski

Wanessa Moraes Trzcinski

Capinzal, SC, em 17 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA SEILA

Prefeito Municipal

ELIANE RIBEIRO

Secretária da Educação

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Lei 1326/2014

LEI Nº 1.326/2014.

“CRIA LEI GERAL DE INCENTIVO À PRODUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal votou e aprovou, e Ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica criada a Lei Geral de Incentivo à Produção do Município de Caxambu do Sul, objetivando o incremento da produção agrícola e pecuária; a implantação de novos empreendimentos rurais; a ampliação e melhoramento dos empreendimentos já existentes, através dos seguintes Programas.

- I - Programa de Apoio à Produção Agrícola;
- II - Programa de Incentivo à Pecuária;
- III - Programa de Incentivo ao Plantio de Melancia;

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Art. 2º. O Programa de Apoio à Produção Agrícola consiste na Prestação de Serviços aos produtores rurais, mediante redução dos preços públicos, e, no fornecimento de sementes, das seguintes formas e condições:

I - Serviços voltados ao escoamento da produção, sendo exclusivamente:

- a) abertura e cascalhamento de estradas de acesso às propriedades, compreendendo acesso à residência sede da propriedade, ao (s) aviário (s), à (s) pocilga (s), e, ao (s) estábulo (s);
- b) serviços de abertura e conservação de estradas de roças, exceto cascalho.

II - Serviços voltados à implantação e ampliação de empreendimentos e casas de moradia no meio rural, sendo exclusivamente:

- a) terraplanagens para construção e/ou ampliação de aviários, pocilgas, e estábulos, compreendendo escavo e cascalho, exceto detonação e aterramento;

§ 1º. Os serviços de terraplanagem somente serão autorizados após a apresentação da LAP - (Licença Ambiental Prévia) expedida pelo órgão ambiental competente, nos empreendimentos em que a Lei, vigente e com eficácia nacional ou estadual, a exija;

§ 2º. No caso de terraplanagem para construção de aviários e pocilgas, os interessados, além da LAP, deverão apresentar o Contrato de Integração ou documento similar firmado com a empresa integradora;

§ 3º. No caso de terraplanagem para construção de estábulos, os interessados, deverão apresentar notas fiscais e contra notas de venda de leite ou, quando se tratar de início de atividades, notas fiscais de compra dos animais.

§ 4º. Os beneficiários dos serviços de que trata a alínea “a”, inciso II, do artigo 2º, da presente lei, disporão do prazo de seis (06) meses para iniciar as obras do empreendimento, caso contrário,

será cobrado integralmente o valor hora/máquina sobre os serviços executados, salvo motivos devidamente justificados.

b) terraplanagens para construção da casa de moradia, abertura de vala para sumidouro ou fossa, do proprietário, de seus dependentes e empregados.

III - Serviços voltados ao aumento da produção: sendo exclusivamente: destocamentos, enleiramentos, aragem e gradeação de terras, e abertura de açudes.

IV - Outros Serviços, exclusivos de enterro de animais:

- a) suínos;
- b) bovinos;
- c) equinos;
- d) ovinos;
- e) caprinos
- f) aves, quando ocorrer mortalidade em grande número nos aviários.

V - Fornecimento de sementes, visando à melhoria do solo com a devida cobertura e consequente aumento da produção de grãos, o município fornecerá, gratuitamente, 120 kg. de semente de aveia branca aos produtores de grãos que comprovarem com apresentação de notas e contra notas de venda da produção, nos últimos 12 meses.

Parágrafo único - Não fará jus ao benefício de que trata o inciso V, do artigo 2º, os produtores de leite que já recebem o incentivo por conta daquela atividade.

Art. 3º. Os Serviços relacionados nos incisos I, II e IV do art. 2º, da presente lei, serão prestados exclusivamente com máquinas e equipamentos de propriedade do município, e os relacionados no inciso III serão prestados exclusivamente por terceiros contratados diretamente pelos proprietários rurais na forma do artigo 11 da presente Lei.

Art. 4º. Para realização dos serviços públicos de que trata a presente lei, serão cobrados preços hora/máquina fixados no Anexo I, os quais serão reajustados anualmente, sempre no primeiro trimestre do ano, com base na variação do IPCA/IBGE verificada no ano anterior, podendo também ser reajustados dentro do exercício a cada vez que ocorrer aumento no preço do óleo diesel.

§ 1º. Para efeito deste artigo, considera-se hora/máquina o tempo da máquina em funcionamento na realização dos serviços, registrado pelo hodômetro ou, na falta deste, sessenta minutos hora/relógio de efetivo serviço;

§ 2º. O preço público da hora/máquina dos equipamentos que vierem a ser adquiridos pelo município será fixado por ato do chefe do poder executivo, tendo como parâmetro os preços fixados nesta lei para equipamentos similares;

Art. 5º. A redução de preços será de 100% (cem por cento) do preço hora/máquina fixado no Anexo I, do art. 2º, da presente lei, para os serviços relacionados nos incisos I e IV, e alínea “a” do inciso II, e de 50% (cinquenta por cento) para os serviços relacionados na alínea “b” do inciso II e no inciso III.

Parágrafo único - Para os serviços descritos no inciso II, alínea “b”, do artigo 2º, a redução de preços será de 100% (cem por cento) para os imóveis residenciais financiados por programas de habitação subsidiados pelo Governo Federal e/ou Estadual, mediante apresentação do competente comprovante de inscrição nos referidos programas.

Art. 6º. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para pagamento dos serviços que forem prestados com máquinas e equipamentos

de propriedade do município:

- a) Pagamento no prazo de até 30 dias após a execução dos serviços, com 20% (vinte por cento) de desconto;
- b) Pagamento no prazo de 31 a 60 dias após a execução dos serviços, pelo preço normal fixado no Anexo I, sem desconto.
- c) Decorridos 60 dias após a execução dos serviços sem que o contribuinte tenha efetuado o pagamento, além da inscrição em dívida ativa, o débito será atualizado monetariamente e acrescido de juros legais de 1,00% (um por cento) ao mês, até a data do efetivo pagamento.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA DE INCENTIVO À PECUÁRIA

Art. 7º. O Programa de Incentivo à Produção Leiteira tem por objetivo o melhoramento genético dos animais, o aumento da produção de leite e de gado de corte, a melhoria das pastagens de inverno, e terá o seguinte apoio do poder público:

a) visando o melhoramento genético dos rebanhos o município fornecerá gratuitamente o sêmen, nitrogênio, luvas e bainhas aos agricultores que possuírem ou adquirirem botijões de sêmen.

b) visando a melhoria das pastagens de inverno e o aumento da produção de leite, o município fornecerá gratuitamente sementes de Aveia Preta, aos produtores que comprovarem venda de leite nos últimos doze meses, com notas fiscais de produtor e contra nota, na seguinte proporção:

Produção Mensal Comprovada	Quantidade de Sementes
De até 2000 litros de leite	200 kg de aveia preta
De 2001 a 5000 litros de leite	280 kg de aveia preta
Acima de 5000 litros	400 kg de aveia preta

Parágrafo único. Aos agricultores que estiverem iniciando a atividade leiteira no Município, poderá ser fornecida a quantia de 80 quilos de aveia preta.

CAPÍTULO III DO PROGRAMA DE INCENTIVO AO PLANTIO DE MELANCIA

Art. 8º. O Programa de Incentivo à Produção de Melancia consiste no fornecimento gratuito de sementes de melancia na proporção da tabela abaixo, a cada grupo familiar que trabalhar com essa cultura; desde que se comprometa a seguir as práticas e orientações técnicas da Secretaria Municipal da Agricultura e da EPAGRI; firme Termo de Compromisso de doar ao município e fazer a entrega de pelo menos cinco melancias com peso mínimo de doze quilos cada uma, por ocasião da realização da Festa da Melancia, em cada ano que receberem o benefício.

Produção Anual Comprovada	Quantidade de Sementes
De até 20.000 kg de melancia	1000 sementes/100gr.
De 20.001 a 60.000 kg de melancia	2000 sementes/200gr.
Acima de 60.000 kg de melancia	3000 sementes/300gr.

§ 1º. A produção anual deverá ser comprovada com notas fiscais de produtor e contra notas do ano anterior, salvo quem estiver iniciando a atividade, o qual deverá apresentar a nota do produtor e contra nota ou nota avulsa em até trinta (30) dias após a comercialização da safra.

§ 2º. As variedades de sementes serão definidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, a qual, junto com a EPAGRI, fará o acompanhamento e fiscalização do efetivo plantio.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º. Para ter acesso aos incentivos previstos na presente lei, além das obrigações específicas estabelecidas em cada programa, os interessados deverão estar quites com a Fazenda Pública Municipal e preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - possuir inscrição de produtor rural e/ou cadastro de contribuinte municipal, em nome próprio ou de dependente que resida na mesma propriedade;

II - comprovar comercialização de produto rural nos doze (12) meses imediatamente anteriores ao pedido, com exceção das propriedades novas que ainda não começaram a produzir;

III - firmar termo de compromisso se comprometendo a roçar e limpar as margens das estradas de acesso à propriedade, quando for o caso.

IV - Apresentar a matrícula do imóvel onde a atividade será realizada.

Parágrafo único - Será limitado a um Incentivo por matrícula, independentemente do número de cadastro de produtores para aquele imóvel.

Art. 10. Os serviços de que trata a presente lei, estarão abertos para todos os produtores rurais do Município e serão executados na ordem dos pedidos formalizados junto à Secretaria Municipal da Agricultura ou Secretaria afim, os quais deverão conter informações precisas acerca do local onde deverão ser realizados.

Parágrafo Único - O prazo máximo para execução dos pedidos cadastrados de serviços será de 150 dias, com termo inicial na data do requerimento, salvo caso fortuito e força maior.

Art. 11. Os produtores rurais poderão contratar os serviços de que trata o inciso III, do artigo 2º, da presente lei, somente de pessoas jurídicas regularmente cadastradas no município, que não possuam débito perante a Fazenda Pública Municipal, e terão o incentivo correspondente ao ressarcimento de 50% (cinquenta por cento) das hora/máquina efetivamente realizadas na propriedade, considerado para esse fim o preço hora/máquina fixado no Anexo I da presente lei.

§ 1º. A contratação direta pelos produtores rurais fica restrita aos serviços de trator de esteiras, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, motoniveladora e trator de pneus, e limitados à quantia de 06 (seis) horas/máquina por ano para cada produtor rural, na soma de todos os tipos de equipamentos referidos.

§ 2º. O ressarcimento de que trata o caput, será feito em dinheiro, no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal de prestação de serviço emitida pela prestadora e devidamente liquidada pelo contratante.

§ 3º. O beneficiário que de qualquer forma fraudar a execução dos programas previstos na presente lei, estará sujeito as sanções civil e criminal.

Art. 12. Os serviços de interesse público sempre terão prioridades sobre os particulares.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por contas das dotações orçamentárias que forem consignadas em cada exercício financeiro.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de primeiro de novembro de 2014.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial, as Leis Municipais nº 1.001/2003, de 25/04/2003, 1.010/2003, de 15/08/2003, 1.169/2009, de 01/07/2009, 1.182/2009, de 20/11/2009, 1.241/2011, de 20/10/2011, 1.250/2011, de 12/12/2011 e 1.251/2011, de 12/12/2011.

Caxambu do Sul/SC, 17 de setembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

ANEXO I

TIPO DE MÁQUINA/EQUIPAMENTO	PREÇO PÚBLICO
Trator de Esteira	R\$ 160,00 p/hora máquina
Escavadeira Hidráulica	R\$ 160,00 p/hora máquina
Moto niveladora	R\$ 150,00 p/hora máquina
Pá-carregadeira	R\$ 120,00 p/hora máquina
Retroescavadeira traçada	R\$ 110,00 p/hora máquina
Rolo compactador	R\$ 100,00 p/hora máquina
Trator agrícola traçado	R\$ 110,00 p/hora máquina
Trator agrícola simples	R\$ 90,00 p/hora máquina
Caminhão basculante	R\$ 90,00 p/hora veículo
Carga de terra de Caminhão Truque	R\$ 30,00 p/carga
Carga de terra de Caminhão Toco	R\$ 20,00 p/carga

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Lei Nº 0619 de 17.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0619 DE 17.09.2014

Redenomina a Unidade de Educação Infantil e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica redenominada de "MARIA FUCK KREUSCH", a Unidade de Educação Infantil, criada pelo Decreto nº 008/2003, localizada no centro da cidade de Chapadão do Lageado.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 17 de setembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 111/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2014- PMC

Objeto: Contratação de empresa para limpeza, higienização e organização do Centro de Eventos para o encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei 2.752 de 13 de dezembro de 1993, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 07/10/2014.

Abertura: dia 08/10/2014 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 17 de setembro de 2014

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social
Cidadania e Habitação

Aviso de Licitação Modalidade Presencial Nº 14/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014 - FMS

Objeto: Contratação de serviços especializados de assessoria, consultoria e auditoria financeira, hospitalar e ambulatorial para o Fundo Municipal de Saúde em atendimento aos serviços prestados aos usuários do Sistema único de Saúde (SUS), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 30/09/2014.

Abertura: dia 01/10/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 17 de setembro de 2014.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

Extrato do Resultado da Sessão de Habilitação Tomada de Preço Nº 10/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreita por preço global (material e mão de obra) para reforma do Centro Municipal de Educação Infantil José Garghetti e Posto de Saúde, localizados no bairro Santa Cruz, neste Município, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida do Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentou-se para participar do presente certame as empresas: LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME representada pelo Senhor Edson Pereira, LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, VANDERLEI DEITOS - ME, representada pelo Senhor Vanderlei Deitos e KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, representada pelo Senhor Jaison Sulenta. Aberta à sessão pública pelo Presidente da Comissão, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, e representantes legais presentes, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. As empresas KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME, VANDERLEI DEITOS - ME e LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.2 do Edital, que é Microempresas (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº 01 - Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão constatando-se que as licitantes LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA e LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME, apresentaram a Declaração exigida no item 5.1 alínea "k", a qual reza (Declaração emitida pelo representante legal da licitante de que irá dispor, para atuação constante no local de execução da(s) obra(s), durante toda a vigência do contrato, de equipe técnica composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais: k.1) Engenheiro civil e k.2) Mestre-de-obras), com inconformidade no tocante ao Engenheiro Civil, sendo que a primeira dispõe de engenheiro elétrico e a segunda não especifica qual o ramo de formação do engenheiro. A licitante VANDERLEI DEITOS - ME, apresentou o Atestado de Capacidade Técnica, porém deixou de apresentar a Certidão de Acervo Técnico - CAT relativo ao Engenheiro, conforme exigido no item 5.1 alínea "I", a qual reza (Atestado de capacidade técnica por execução de obras de características semelhantes ao objeto desta licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e expedido em nome de responsável técnico indicado pela licitante e acompanhado da competente Certidão de Acervo Técnico - CAT a que estiver vinculado, a) Engenheiro Civil), sendo portanto julgadas INABILITADAS. Já a licitante KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, apresentou sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim foi julgada HABILITADA. Ressalta-se que as licitantes LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP e VANDERLEI DEITOS - ME não renunciaram ao direito de recorrer do julgamento da fase de habilitação e em razão da ausência do representante legal da licitante LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, o presidente da Comissão solicitou que fosse registrado o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame, sendo publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de

5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, o proponente habilitado fica desde já convocado, a comparecer neste mesmo local, às 14:00(quatorze horas) do próximo dia 29(vinte e nove) de setembro de 2014, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço (Envelope 2). Ficou ressalvado, ainda, que será verificada a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação nos web sites dos respectivos órgãos emissores. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pelos licitantes presentes, Presidente e membros da Comissão Permanente de Licitações.

Concórdia, SC, 17 de setembro de 2014.
MAURO FRIGO
Presidente da C.P.L

Errata 001 do Edital de Licitação do Pregão Presencial Nº 108/2014-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2014-PMC

A Secretária Municipal de Administração, torna público a correção do edital de licitação do Pregão Presencial nº 108/2014 PMC, No ANEXO "A", do TERMO DE REFERÊNCIA, ficam alteradas as datas no item 9.2., que trata das amostras dos itens, as seguintes expressões: Onde se lê: "até às 16h00min do dia 26 de outubro de 2013", leia-se: "até às 16h00min do dia 26 de setembro de 2014".

Concórdia, SC, 17 de setembro de 2014.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Rescisão de Contrato E Aplicação de Sanções Dispensa de Licitação Nº 1/2014-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
RESCISÃO DE CONTRATO E APLICAÇÃO DE SANÇÕES
Processo Licitatório nº 40/2014
Dispensa de Licitação nº 1/2014
Contrato nº 64/2014
Contratada: CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA.

APLICA-SE à empresa CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA, com sede na Rua Getúlio Vargas, 215, Centro, Concórdia, SC, inscrita CNPJ sob nº 11.517.944/0001-57, neste ato representada pelo sócio administrador, senhor Antônio Luis Foscarini, portador da Cédula de Identidade nº 1.552.043-9 e inscrito CPF sob nº 497.975.739-15, pelo inadimplemento contratual, a sanção de:

-Rescindir Unilateralmente o Contrato nº 64/2014 firmado com a empresa CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA, conforme previsão contida na Cláusula Oitava do referido Contrato c/c os arts. 77, 78 I, II e III, e 79, I, da Lei Federal nº 8.666/1993;
-Multa pela obrigação não cumprida, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil, setecentos reais), referente a 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da parte não cumprida, conforme prevê o subitem 9.1.2, da Cláusula Nona do Contrato, c/c o art. 87, II, da Lei Federal nº 8.666/1993;

Fica igualmente a empresa CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA, cientificada que poderá apresentar recurso, no prazo de 5(cinco) dias úteis, nos termos do § 3º inciso III do art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 17 de setembro de 2014.
ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 18/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 18/2014 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato da senhora Maria Fatima Zamboni, Diretora Administrativa em exercício, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 17 de setembro de 2014, Aquisição de medicamento ambrisentana 10 mg, visando atender ação ordinária sob os autos 5001751-89.2014.404.7212/SC, a favor da empresa COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA, no valor de R\$ 3.503,00 (três mil, quinhentos e três reais).

ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS

CÂMARA MUNICIPAL

Convite 5/2014

CONVITE Nº 05/2014
PROCESSO Nº 13/2014

OBJETO: Aquisição de materiais para decoração natalina do prédio da Câmara de Vereadores e mão-de-obra.

TIPO: Menor Preço Por Lote
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 10 horas do dia 30.09.2014
INICIO DA SESSÃO: dia 30.09.2014, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: WWW.cvc.sc.gov.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 - Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2500.

Concórdia SC, 17 de setembro de 2014.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato Edital Aviso de Licitação PP 55/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 080/2014.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 055/2014.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra para realização de pintura das via publicas asfaltadas do município de Cordilheira Alta.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 30/09/2014.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 30/09/2014.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 17 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Ata Resultado PP 47/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo,27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2014 - PR Processo Administrativo: 70/2014 Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 18/08/2014
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE AGUA MUNICIPAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 12 de Setembro de 2014, às 09:04 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 70/2014, Licitação nº 47/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A empresa proponente apresentou a proposta de acordo com o exigido no edital.

Participante: 54 - CDO PRODUTOS QUIMICOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	HIPOCLORITO DE SÓDIO 10/12%	kg	1.650,00	BEL	0,0000	1,90	3.135,00
2	POLICLORETO DE ALUMINIO - PAC 10%	kg	2.700,00	NHEEL	0,0000	2,40	6.480,00
3	BARRILHA LEVE	kg	600,00	SCS	0,0000	6,00	3.600,00

Total do Participante —————> 13.215,00

Total Geral —————> 13.215,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 12 de Setembro de 2014

COMISSÃO:

MICHELE ENDLER - - Pregoeiro(a)
KÁTIA ANA DI DOMENICO - - SECRETARIA
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - - MEMBRO

Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação Ata Registro de Preço FMS Nº 07/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2014
Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE FORMULA INFANTIL
Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 07 a/2014
Empresa com preços registrados: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE
MEDICAMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 04.470.877/0001-05
Itens: 01 e 02
Total: R\$ 7.839,00 (Sete mil oitocentos e trinta e nove reais)

Ata Registro de Preço nº 07 b/2014
Empresa com preços registrados: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
CNPJ: 03.612.312/0004-97
Itens: 03, 04 e 05
Total: R\$ 5.798,00 (Cinco mil setecentos e noventa e oito reais)

Coronel Freitas (SC), 18 de Setembro de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Publicação Termo Aditivo Nº 35/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
1º TERMO ADITIVO Nº 35/2014 AO CONTRATO Nº 68/2014
Contratado: GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO - EIRELI - EPP
Objeto: Fica aditada na Cláusula quarta do contrato 68/2014, o valor de R\$ 2.358,00 (Dois mil trezentos e cinquenta e oito reais). Em decorrência do valor acima aditado o item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato Original 68/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:
4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços, o preço proposto que é R\$ 12.058,00 (Doze mil cinquenta e oito reais).
Vigência: 31/12/2014

Publicação Ata Registro de Preço Nº 24/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2014
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOVEIS ESCOLARES
Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 24/2014
Empresa com preços registrados: LUIS CESAR REIS - EPP
CNPJ: 93.920.361/0001-37
Itens: 01, 02, 03, 04 e 05
Total: R\$ 42.470,00 (Quarenta e dois mil quatrocentos e setenta reais)

Coronel Freitas (SC), 18 de Setembro de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Pregão Presencial R.P Nº 45/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial R.P Nº 45/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (AGÊNCIA DE VIAGENS) NO FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, PARA CHAPECÓ A FLORIPA IDA E VOLTA, PARA CHAPECÓ A BRASÍLIA IDA E VOLTA, SERÁ VENCEDORA A EMPRESA QUE APRESENTAR O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO A TÍTULO DE COMISSÃO DE AGENCIAMENTO.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 30/09/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 30/09/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 18 de Setembro de 2014

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato Nº 049 de 01 de Agosto de 2014

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 049 DE 01 de AGOSTO DE 2014

MÊS/ANO: AGOSTO/2014. NÚMERO CONTRATO: 049/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/08/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO: 1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas:

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	48	Mês	Contabilidade Pública	05	R\$ 780,00	650,00	31.200,00
2.	48	Mês	Planejamento	02	R\$ 240,00	200,00	9.600,00
3.	48	Mês	Compras e Licitações	03	R\$ 360,00	300,00	14.400,00
4.	48	Mês	Patrimônio	02	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
5.	48	Mês	Estoque	02	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
6.	48	Mês	Frotas	01	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
7.	48	Mês	Folha de Pagamento	03	R\$ 550,00	460,00	22.080,00
8.	48	Mês	Recursos Humanos	02	R\$ 300,00	250,00	12.000,00
9.	48	Mês	Ponto eletrônico	01	R\$ 560,00	465,00	22.320,00
10.	48	Mês	Tributos	03	R\$ 600,00	500,00	24.000,00
11.	48	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	-----	R\$ 320,00	268,00	12.864,00
12.	48	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	-----	R\$ 240,00	200,00	9.600,00
13.	48	Mês	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	-----	R\$ 375,00	313,00	15.024,00
14.	48	Mês	Gestão Educacional	01	R\$ 295,00	245,00	11.760,00
15.	48	Mês	Controle de Leis	01	R\$ 215,00	180,00	8.640,00
16.	48	Mês	Portal da Transparência	-----	R\$ 205,00	170,00	8.640,00
17.	48	Mês	Relógio Ponto via internet	-----	R\$ 250,00	210,00	10.080,00
VALOR TOTAL R\$							233.328,00

1. Locação dos Sistemas: Fundo Municipal de Saúde

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1.	48	Mês	Contabilidade Pública	03	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
2.	48	Mês	Compras e Licitações	02	R\$ 150,00	125,00	6.000,00
VALOR TOTAL R\$							13.200,00

2. Serviços Técnicos

3.	01	Serv.	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados, implantação de sistema gerenciador de bancos de dados e treinamento para os usuários		28.500,00	6.855,00	6.855,00
4.	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.		97,00	60,00	6.000,00
5.	5.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		0,75	0,60	3.000,00
6.	15	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		115,00	114,00	1.710,00

VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$ 17.565,00

Valor Global Proposta é de R\$264.093,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil com noventa e três reais).

1.2 O licenciamento compreende a manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferidos exclusivamente pela CONTRATADA.

1.3. De acordo com a proposta de preços vencedora, também farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

a) Configuração e parametrização conforme procedimentos do CONTRATANTE.

b) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados.

c) Suporte técnico operacional, exclusivamente nos sistemas contratados, com possibilidade de estabelecimento de técnico residente onerosamente cedido.

d) Serviços de alterações específicas do CONTRATANTE, quando solicitado.

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
18.	48	Mês	Contabilidade Pública	05	R\$ 780,00	650,00	31.200,00
19.	48	Mês	Planejamento	02	R\$ 240,00	200,00	9.600,00
20.	48	Mês	Compras e Licitações	03	R\$ 360,00	300,00	14.400,00
21.	48	Mês	Patrimônio	02	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
22.	48	Mês	Estoque	02	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
23.	48	Mês	Frotas	01	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
24.	48	Mês	Folha de Pagamento	03	R\$ 550,00	460,00	22.080,00
25.	48	Mês	Recursos Humanos	02	R\$ 300,00	250,00	12.000,00
26.	48	Mês	Ponto eletrônico	01	R\$ 560,00	465,00	22.320,00
27.	48	Mês	Tributos	03	R\$ 600,00	500,00	24.000,00
28.	48	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	-----	R\$ 320,00	268,00	12.864,00
29.	48	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	-----	R\$ 240,00	200,00	9.600,00
30.	48	Mês	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	-----	R\$ 375,00	313,00	15.024,00
31.	48	Mês	Gestão Educacional	01	R\$ 295,00	245,00	11.760,00
32.	48	Mês	Controle de Leis	01	R\$ 215,00	180,00	8.640,00
33.	48	Mês	Portal da Transparência	-----	R\$ 205,00	170,00	8.640,00
34.	48	Mês	Relógio Ponto via internet	-----	R\$ 250,00	210,00	10.080,00
VALOR TOTAL R\$							233.328,00

2. Locação dos Sistemas: Fundo Municipal de Saúde

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
7.	48	Mês	Contabilidade Pública	03	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
8.	48	Mês	Compras e Licitações	02	R\$ 150,00	125,00	6.000,00
VALOR TOTAL R\$							13.200,00

2. Serviços Técnicos

9.	01	Serv.	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados, implantação de sistema gerenciador de bancos de dados e treinamento para os usuários		28.500,00	6.855,00	6.855,00
10.	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.		97,00	60,00	6.000,00
11.	5.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		0,75	0,60	3.000,00
12.	15	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		115,00	114,00	1.710,00

VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$ 17.565,00

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
35.	48	Mês	Contabilidade Pública	05	R\$ 780,00	650,00	31.200,00
36.	48	Mês	Planejamento	02	R\$ 240,00	200,00	9.600,00
37.	48	Mês	Compras e Licitações	03	R\$ 360,00	300,00	14.400,00
38.	48	Mês	Patrimônio	02	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
39.	48	Mês	Estoque	02	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
40.	48	Mês	Frotas	01	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
41.	48	Mês	Folha de Pagamento	03	R\$ 550,00	460,00	22.080,00
42.	48	Mês	Recursos Humanos	02	R\$ 300,00	250,00	12.000,00
43.	48	Mês	Ponto eletrônico	01	R\$ 560,00	465,00	22.320,00
44.	48	Mês	Tributos	03	R\$ 600,00	500,00	24.000,00
45.	48	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	-----	R\$ 320,00	268,00	12.864,00
46.	48	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	-----	R\$ 240,00	200,00	9.600,00
47.	48	Mês	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	-----	R\$ 375,00	313,00	15.024,00

48.	48	Mês	Gestão Educacional	01	R\$ 295,00	245,00	11.760,00
49.	48	Mês	Controle de Leis	01	R\$ 215,00	180,00	8.640,00
50.	48	Mês	Portal da Transparência	-----	R\$ 205,00	170,00	8.640,00
51.	48	Mês	Relógio Ponto via internet	-----	R\$ 250,00	210,00	10.080,00
VALOR TOTAL R\$							233.328,00

3. Locação dos Sistemas: Fundo Municipal de Saúde

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
13.	48	Mês	Contabilidade Pública	03	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
14.	48	Mês	Compras e Licitações	02	R\$ 150,00	125,00	6.000,00
VALOR TOTAL R\$							13.200,00

2. Serviços Técnicos

15.	01	Serv.	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados, implantação de sistema gerenciador de bancos de dados e treinamento para os usuários		28.500,00	6.855,00	6.855,00
16.	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.		97,00	60,00	6.000,00
17.	5.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		0,75	0,60	3.000,00
18.	15	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		115,00	114,00	1.710,00

VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$	17.565,00
---------------------------	-----------

Valor Global Proposta é de R\$264.093,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil com noventa e três reais).

1.2 O licenciamento compreende a manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferidos exclusivamente pela CONTRATADA.

1.3. De acordo com a proposta de preços vencedora, também farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Configuração e parametrização conforme procedimentos do CONTRATANTE.
- Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente nos sistemas

contratados, com possibilidade de estabelecimento de técnico residente onerosamente cedido.

d) Serviços de alterações específicas do CONTRATANTE, quando solicitado.

e) Conversão dos dados existentes para funcionamento nos novos sistemas a serem implantados.

21.1 Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
52.	48	Mês	Contabilidade Pública	05	R\$ 780,00	650,00	31.200,00
53.	48	Mês	Planejamento	02	R\$ 240,00	200,00	9.600,00
54.	48	Mês	Compras e Licitações	03	R\$ 360,00	300,00	14.400,00
55.	48	Mês	Patrimônio	02	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
56.	48	Mês	Estoque	02	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
57.	48	Mês	Frotas	01	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
58.	48	Mês	Folha de Pagamento	03	R\$ 550,00	460,00	22.080,00
59.	48	Mês	Recursos Humanos	02	R\$ 300,00	250,00	12.000,00
60.	48	Mês	Ponto eletrônico	01	R\$ 560,00	465,00	22.320,00
61.	48	Mês	Tributos	03	R\$ 600,00	500,00	24.000,00
62.	48	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	-----	R\$ 320,00	268,00	12.864,00
63.	48	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	-----	R\$ 240,00	200,00	9.600,00
64.	48	Mês	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	-----	R\$ 375,00	313,00	15.024,00
65.	48	Mês	Gestão Educacional	01	R\$ 295,00	245,00	11.760,00
66.	48	Mês	Controle de Leis	01	R\$ 215,00	180,00	8.640,00
67.	48	Mês	Portal da Transparência	-----	R\$ 205,00	170,00	8.640,00
68.	48	Mês	Relógio Ponto via internet	-----	R\$ 250,00	210,00	10.080,00
VALOR TOTAL R\$							233.328,00

4. Locação dos Sistemas: Fundo Municipal de Saúde

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
19.	48	Mês	Contabilidade Pública	03	R\$ 180,00	150,00	7.200,00
20.	48	Mês	Compras e Licitações	02	R\$ 150,00	125,00	6.000,00
VALOR TOTAL R\$							13.200,00

2. Serviços Técnicos

21.	01	Serv.	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados, implantação de sistema gerenciador de bancos de dados e treinamento para os usuários		28.500,00	6.855,00	6.855,00
22.	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.		97,00	60,00	6.000,00
23.	5.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		0,75	0,60	3.000,00
24.	15	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco		115,00	114,00	1.710,00

VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$	17.565,00
---------------------------	-----------

Valor Global Proposta é de R\$264.093,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil com noventa e três reais).

1.2 O licenciamento compreende a manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferidos exclusivamente pela CONTRATADA.

1.3. De acordo com a proposta de preços vencedora, também farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Configuração e parametrização conforme procedimentos do CONTRATANTE.
- Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente nos sistemas contratados, com possibilidade de estabelecimento de técnico residente onerosamente cedido.
- Serviços de alterações específicas do CONTRATANTE, quando solicitado.
- Conversão dos dados existentes para funcionamento nos novos sistemas a serem implantados.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445
TIPO PESSOA (1/2): 2
CPF/CNPJ: 00.456.865/0001-67
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO:

2.1 O presente instrumento terá duração de 48 meses, contados a partir do dia 01 de agosto de 2014, nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares.
2.2. Fluido o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido a este consultas irrestritas a telas, relatórios e documentos, bem como a obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato ".txt".

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Convênio 011/2014

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO 011/2014
MÊS/ANO: JUNHO/2014. NÚMERO CONVÊNIO: 2014 TR 2375
PMCM 011/2014
PROCESSO nº SDR03-1108/2014-ER03 1045148.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/06/2014

DESCRIÇÃO: Este convênio visa à transferência de recursos financeiros para execução do objeto da Proposta nº 13.214, para a Pavimentação com pedras irregulares de parte da Rua Aires, conforme Proposta de Trabalho apresentada pelo Conveniente e aprovada pelo concedente, doravante denominada de Plano de Trabalho (Anexo I), a qual integra este Termo de Convênio independente de sua transcrição.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA- Este Convênio terá vigência da data de publicação no DOE até 28 de Novembro de 2014.

DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA- As questões decorrentes da execução deste Convênio, não dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Florianópolis/SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 05.593.175/0001-73

CONCEDENTE: ESTADO DE SANTA CATARINA -SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SDR- SÃO LOURENÇO DO OESTE

DATA VENCIMENTO CONVÊNIO: 28/11/2014

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Termo de Distrato ao Contrato Administrativo Nº 015 de 2013

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015 de 2013.

MÊS/ANO: MARÇO DE 2013. NÚMERO CONTRATO: 015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/03/2013

DESCRIÇÃO: Celebram o presente DISTRATO ao Contrato nº 015/2013, de 01 de março de 2013, cujo objeto é a contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos informatizados das Secretarias e Fundos Municipais.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Distrato é o completo e total desfazimento do liame jurídico decorrente do Contrato nº 015/2013, firmado entre as partes em 01 de março de 2013.

Parágrafo único. As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, dissolver todos e quaisquer direitos e obrigações oriundas do Contrato de prestação de serviço objeto do presente Distrato, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional relativos ao mesmo, dando-se ampla, geral e irrestrita quitação mútua, não havendo mais quaisquer pendências recíprocas.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Julcemar Comachio

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 15.140.393/0001-06
DISTRATADA: S.M da Cruz de Bitencourt.

DATA VENCIMENTO DO CONTRATO: 29 de agosto de 2014.

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Primeiro Termo Aditivo do Contrato 032 de 12 de Maio de 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 032 DE 12 DE MAIO DE 2014.
MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 032/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2014

CONSIDERANDO: que mesmo o objeto do contrato 032/2014 de 12 de maio de 2014, que antecedeu a este Termo Aditivo ainda não ter sido adquirido, faz-se necessária a dilação do prazo de vigência em função dos atrasos nos repasses de recursos do Governo Federal em razão do período eleitoral, situação que impossibilita o encerramento do contrato;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste contrato é a aquisição de um Trator agrícola de rodas 4X4, potência mínima de 104cv, tomada de potência 540RPM, com câmbio sincronizado, 12 marchas a frente e 12 marchas a ré, com reversor, turbo, plataformado, tomada de força independente, com comando remoto duplo, pneus traseiros 18.4.34 e quatro pneus novos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: O presente instrumento poderá ser prorrogado por livre acordo entre as partes, ou por faculdades da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 19.217.503/0001-41
CONTRATADO: Azzul Trator Implementos Agrícolas Ltda.

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Primeiro Termo Aditivo do Contrato 033 de 12 de Maio de 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 033 DE 12 DE MAIO DE 2014.
MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 033/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2014

CONSIDERANDO: que mesmo o objeto do contrato 033/2014 firmado em 12 de maio de 2014, que antecedeu a este Termo Aditivo ainda não ter sido adquirido, faz-se necessária a dilação do prazo de vigência em função dos atrasos nos repasses de recursos do Governo Federal em razão do período eleitoral, situação que impossibilita o encerramento do contrato;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste contrato é a aquisição de uma roçadeira para trator com deslocamento lateral, tamanho de 1,80cm, roda reguladora de altura de corte, carda com embreagem de proteção, trabalho centralizado e deslocado, carda com proteção plástica, corrente de corte para solo pedregoso, corrente de 3º ponto e proteção traseira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: O presente instrumento poderá ser prorrogado por livre acordo entre as partes, ou por faculdades da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 02.730.048/0001-80
CONTRATADO: Altair Fabro & Cia Ltda Me.

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Primeiro Termo Aditivo do Contrato 034 de 12 de Maio de 2014

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 034 DE 12 DE MAIO DE 2014.
MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 034/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2014

CONSIDERANDO: que mesmo o objeto do contrato 034/2014 firmado em 12 de maio de 2014, que antecedeu a este Termo Aditivo ainda não ter sido adquirido, faz-se necessária a dilação do prazo de vigência em função dos atrasos nos repasses de recursos do Governo federal em razão do período eleitoral, situação que impossibilita o encerramento do contrato;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste contrato é a aquisição de um distribuidor de adubo orgânico líquido, capacidade mínima de 4.000 litros, bomba a vácuo de pressão acionada pela tomada de força, tanque com revestimento interno contra corrosão, agulha de nível, mangote de sucção e rodado tandem com pneus novos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: O presente instrumento poderá ser prorrogado por livre acordo entre as partes, ou por faculdades da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 10.611.293/0001-05
CONTRATADO: Ricardo Marcelo Ebert Me

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Primeiro Termo Aditivo do Contrato 035 de 12 de Maio de 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 035 DE 12 DE MAIO DE 2014.
MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 035/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2014

CONSIDERANDO: que mesmo o objeto do contrato 035/2014 firmado em 12 de maio de 2014, que antecedeu a este Termo Aditivo ainda não ter sido adquirido, faz-se necessária a dilação do prazo de vigência em função dos atrasos nos repasses de recursos do Governo Federal em razão do período eleitoral, situação que impossibilita o encerramento do contrato;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na aquisição de uma grade aradora intermediária com controle remoto rodado simples, com pneus 7.50x16, pistão hidráulico de levante, mancal a graxa, com 16 discos de 26 polegadas, côncavos, com espaçamentos entre discos de 27 cm e uma plantadeira de arrasto, com reservatório de fertilizantes construído em polietileno anticorrosivo, acionado por rosca sem fim, com plataforma de operação e acesso. Possui reservatório de semente individual para cada linha de plantio, mecanismo dosador de sementes, universal, sistema de corte de palha com disco de corte, com pressão de corte e profundidade através de mola helicoidal. Com sistema de condução de fertilizantes através de sulcador pula pedra, com 4 linhas para o cultivo de milho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: O presente instrumento poderá ser prorrogado por livre acordo entre as partes, ou por faculdades da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 02.730.048/0001-80
CONTRATADO: Altair Fabro & Cia Ltda Me

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Primeiro Termo Aditivo do Contrato 036 de 12 de Maio de 2014

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 036 DE 12 DE MAIO DE 2014.

MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 036/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2014

CONSIDERANDO: que mesmo o objeto do contrato 036/2014 firmado em 12 de maio de 2014, que antecedeu a este Termo Aditivo ainda não ter sido adquirido, faz-se necessária a dilação do prazo de vigência em função dos atrasos nos repasses de recursos do Governo Federal em razão do período eleitoral, situação que impossibilita o encerramento do contrato;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na aquisição de uma ensiladeira 12 facas, com comando hidráulico, quebra grãos, produção de 20 a 30 toneladas por hora, rotação de tomada de força de 540RPM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: O presente instrumento poderá ser prorrogado por livre acordo entre as partes, ou por faculdades da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 04.002.219/0001-80
CONTRATADO: Marisa Aparecida de Lima Bortoluzzi.

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Primeiro Termo Aditivo do Contrato 037 de 12 de Maio de 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 036 DE 12 DE MAIO DE 2014.

MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 036/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2014

CONSIDERANDO: que mesmo o objeto do contrato 036/2014 firmado em 12 de maio de 2014, que antecedeu a este Termo Aditivo ainda não ter sido adquirido, faz-se necessária a dilação do prazo de vigência em função dos atrasos nos repasses de recursos do Governo Federal em razão do período eleitoral, situação que impossibilita o encerramento do contrato;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na aquisição de uma ensiladeira 12 facas, com comando hidráulico, quebra grãos, produção de 20 a 30 toneladas por hora, rotação de tomada de força de 540RPM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: O presente instrumento poderá ser prorrogado por livre acordo entre as partes, ou por faculdades da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 04.002.219/0001-80
CONTRATADO: Marisa Aparecida de Lima Bortoluzzi.

Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Terceiro Termo Aditivo do Contrato 002 de 16 de Maio de 2013

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 002 DE 16 DE MAIO DE 2013.

MÊS/ANO: MAIO/2013. NÚMERO CONTRATO: 002/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/05/2013

CONSIDERANDO: que mesmo os serviços do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo estarem concluídos, faz-se necessária a dilação do prazo de vigência em função dos atrasos nos repasses dos recursos por parte do Governo Federal através do Ministério da Integração Nacional, situação que impossibilitou o encerramento do contrato;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para realização de obra e serviço de engenharia- conforme projetos anexos- visando à perfuração do poço tubular profundo na comunidade de Nossa Senhora das Graças no interior do Município de Coronel Martins.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: O presente instrumento poderá ser prorrogado por livre acordo entre as partes, ou por faculdades da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 05.760.567/0001-80
CONTRATADO: Equipamentos Hidráulicos Maravilha Ltda.

Estado de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 009/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº.006/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Pregão Presencial FUNSAU n. 006/2013, até às 8:15 horas do dia 30 de Setembro de 2014 e fará abertura das mesmas às 08:45 hs do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação contratação de empresa especializadas para fazer exames laboratoriais a serem prestados a pacientes do Município de Coronel Martins - SC, previamente autorizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Coronel Martins., tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC com a Comissão de Licitação, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 18 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Balanco Orçamentário

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.133.800,00	10.133.800,00	1.532.870,14	15,13	8.034.567,12	79,28	2.099.232,88
RECEITAS CORRENTES	9.633.800,00	9.633.800,00	1.462.642,51	15,18	6.501.308,92	67,48	3.132.491,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	199.500,00	199.500,00	43.823,91	21,97	78.582,31	39,39	120.917,69
IMPOSTOS	148.000,00	148.000,00	27.641,70	18,68	45.936,49	31,04	102.063,51
TAXAS	27.500,00	27.500,00	7.491,97	27,24	23.017,91	83,70	4.482,09
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	24.000,00	24.000,00	8.690,24	36,21	9.627,91	40,12	14.372,09
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	21.600,00	21.600,00	1.187,50	5,50	11.265,65	52,16	10.334,35
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	21.600,00	21.600,00	1.187,50	5,50	11.265,65	52,16	10.334,35
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	2.049,70	204,97	3.079,70	307,97	-2.079,70
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	2.049,70	204,97	3.079,70	307,97	-2.079,70
RECEITA DE SERVIÇOS	61.000,00	61.000,00	5.364,48	8,79	27.080,65	44,39	33.919,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.252.000,00	9.252.000,00	1.400.408,71	15,14	6.287.557,33	67,96	2.964.442,67
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.157.000,00	9.157.000,00	1.379.373,81	15,06	5.991.845,52	65,43	3.165.154,48
Transf. de Conv.	95.000,00	95.000,00	21.034,90	22,14	295.711,81	311,28	-200.711,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	86.700,00	86.700,00	9.808,21	11,31	93.743,28	108,12	-7.043,28
Multas e Juros de Mora	19.100,00	19.100,00	1.721,24	9,01	9.738,91	50,99	9.361,09
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00	3.000,00	179,64	5,99	1.954,12	65,14	1.045,88
RECEITA DA DIVIDATIVA	16.600,00	16.600,00	4.370,28	26,33	24.351,37	146,70	-7.751,37
RECEITAS DIVERSAS	48.000,00	48.000,00	3.537,05	7,37	57.698,88	120,21	-9.698,88
RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00	500.000,00	70.227,63	14,05	1.533.258,20	306,65	-1.033.258,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	100,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	100,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	70.227,63	0,00	1.033.258,20	0,00	-1.033.258,20
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	70.227,63	0,00	1.033.258,20	0,00	-1.033.258,20
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.133.800,00	10.133.800,00	1.532.870,14	15,13	8.034.567,12	79,28	2.099.232,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.133.800,00	10.133.800,00	1.532.870,14	15,13	8.034.567,12	79,28
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	10.133.800,00	10.133.800,00	1.532.870,14	15,13	8.034.567,12	79,28
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	13.697,21	—	—	8.598,26	—
Superávit Financeiro	—	13.697,21	—	—	8.598,26	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.633.800,00	2.185.512,66	11.819.312,66	1.870.795,80	9.241.084,23	2.286.047,96	7.887.592,89	66,73
DESPESAS CORRENTES	9.175.900,00	396.358,44	9.572.258,44	1.363.060,99	7.392.706,38	1.588.576,09	6.797.566,12	71,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.522.000,00	447.723,44	4.969.723,44	806.419,75	3.303.206,82	806.193,34	3.279.731,42	65,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.000,00	0,00	60.000,00	4.615,45	49.356,63	22.599,56	36.092,78	60,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.593.900,00	-51.365,00	4.542.535,00	552.025,79	4.040.142,93	759.783,19	3.481.741,92	76,65
DESPESAS DE CAPITAL	451.900,00	1.789.154,22	2.241.054,22	507.734,81	1.848.377,85	697.471,87	1.090.026,77	48,64
INVESTIMENTOS	391.900,00	1.814.154,22	2.206.054,22	507.734,81	1.837.467,21	696.562,65	1.087.299,11	49,29
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	60.000,00	-25.000,00	35.000,00	0,00	10.910,64	909,22	2.727,66	7,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.633.800,00	2.185.512,66	11.819.312,66	1.870.795,80	9.241.084,23	2.286.047,96	7.887.592,89	66,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.633.800,00	2.185.512,66	11.819.312,66	1.870.795,80	9.241.084,23	2.286.047,96	7.887.592,89	3.931.719,77
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	146.974,23	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.633.800,00	2.185.512,66	11.819.312,66	1.870.795,80	9.241.084,23	2.286.047,96	8.034.567,12	3.931.719,77

FONTE:

Coronel Martins, 17/09/2014

DIRCEU FAVRETTO	EDERSON DA SILVA PRADO	ANDRIUS ANTONIO MAY
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo da Execução das Pessoas por Função/Subfunção

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.633.800,00	11.819.312,66	1.870.795,80	9.241.084,23	2.286.047,96	7.887.592,89	100,00	66,73	3.931.719,77	
Legislativa	535.000,00	535.000,00	75.727,92	348.829,48	86.438,89	316.374,30	4,01	59,14	218.625,70	
Ação Legislativa	535.000,00	535.000,00	75.727,92	348.829,48	86.438,89	316.374,30	4,01	59,14	218.625,70	
Administração	1.552.000,00	1.782.439,03	176.547,00	1.445.745,34	227.649,43	1.277.953,38	16,20	71,70	504.485,65	
Administração Geral	1.552.000,00	1.782.439,03	176.547,00	1.445.745,34	227.649,43	1.277.953,38	16,20	71,70	504.485,65	
Segurança Pública	20.000,00	9.174,00	-85,00	8.864,27	1.439,60	6.831,47	0,09	74,47	2.342,53	
Policimento	10.000,00	8.174,00	-85,00	7.985,32	1.439,60	5.952,52	0,08	72,82	2.221,48	
Defesa Civil	10.000,00	1.000,00	0,00	878,95	0,00	878,95	0,01	87,90	121,05	
Assistência Social	397.600,00	392.597,00	98.322,76	293.325,69	80.305,79	255.239,57	3,24	65,01	137.357,43	
Assistência à Criança e ao Adolescente	61.000,00	61.000,00	1.000,00	41.104,21	1.000,00	41.104,21	0,52	67,38	19.895,79	
Assistência Comunitária	336.600,00	331.597,00	97.322,76	252.221,48	79.305,79	214.135,36	2,71	64,58	117.461,64	
Saúde	2.545.000,00	2.662.394,99	326.311,84	1.918.218,99	376.151,26	1.731.491,77	21,95	65,04	930.903,22	
Atenção Básica	2.448.200,00	2.555.600,07	314.156,42	1.838.394,62	366.464,53	1.654.752,23	20,98	64,75	900.847,84	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.500,00	11.500,00	0,00	5.675,74	0,00	5.675,74	0,07	49,35	5.824,26	
Vigilância Sanitária	9.000,00	9.000,00	2.998,84	4.198,84	2.298,84	3.498,84	0,04	38,88	5.501,16	
Vigilância Epidemiológica	16.300,00	16.300,00	2.900,00	9.974,41	1.131,31	7.589,58	0,10	46,56	8.710,42	
Alimentação e Nutrição	60.000,00	69.994,92	6.256,58	59.975,38	6.256,58	59.975,38	0,76	85,69	10.019,54	
Educação	1.732.000,00	2.508.682,05	371.291,22	2.063.782,79	395.612,37	1.536.094,34	19,47	61,23	972.587,71	
Ensino Fundamental	40.000,00	497.861,79	0,00	497.861,79	0,00	58.865,85	0,75	11,82	438.995,94	
Ensino Médio	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Básica	1.672.000,00	2.010.820,26	371.291,22	1.555.921,00	395.612,37	1.477.228,49	18,73	73,46	533.591,77	
Urbanismo	170.000,00	363.436,22	207.823,96	284.587,96	181.744,90	241.843,35	3,07	66,54	121.592,87	
Infra-Estrutura Urbana	50.000,00	274.672,22	207.823,96	207.823,96	165.079,35	165.079,35	2,09	60,10	109.592,87	
Serviços Urbanos	112.000,00	84.520,00	0,00	72.520,00	16.665,55	72.520,00	0,92	85,80	12.000,00	
Transporte Rodoviário	8.000,00	4.244,00	0,00	4.244,00	0,00	4.244,00	0,05	100,00	0,00	
Habituação	40.000,00	36.365,39	0,00	36.365,39	0,00	36.365,39	0,46	100,00	0,00	
Habituação Urbana	40.000,00	36.365,39	0,00	36.365,39	0,00	36.365,39	0,46	100,00	0,00	
Saneamento	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	886.000,00	1.077.381,61	112.212,28	691.043,37	124.951,88	681.477,12	8,64	63,25	395.904,49	
Abastecimento	20.000,00	70.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,63	71,43	20.000,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Agricultura	9.633.800,00	11.819.312,66	1.870.795,80	9.241.084,23	2.286.047,96	7.887.592,89	100,00	66,73
Extensão Rural	886.000,00	1.077.381,61	112.212,28	691.043,37	124.951,88	681.477,12	8,64	63,25
Promoção da Produção Agropecuária	570.000,00	741.655,00	81.378,29	376.568,23	86.124,45	373.921,80	4,74	50,42
Transporte	296.000,00	265.726,61	30.833,99	264.475,14	38.827,43	257.555,32	3,27	96,92
Transporte Rodoviário	1.310.200,00	1.825.501,52	250.314,23	1.604.791,97	745.465,81	1.527.749,68	19,37	83,69
Desporto e Lazer	176.000,00	398.340,85	245.490,85	1.604.791,97	745.465,81	1.527.749,68	19,37	83,69
Desporto Comunitário	176.000,00	398.340,85	245.490,85	397.210,47	7.774,48	148.341,98	1,88	37,24
Encargos Especiais	252.000,00	222.000,00	6.838,74	158.318,51	58.513,55	127.830,54	1,62	57,58
Outros Encargos Especiais	252.000,00	222.000,00	6.838,74	158.318,51	58.513,55	127.830,54	1,62	57,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.633.800,00	11.819.312,66	1.870.795,80	9.241.084,23	2.286.047,96	7.887.592,89	100,00	66,73

FONTE:

Coronel Martins, 17/09/2014

DIRCEU FAVRETTO	EDERSON DA SILVA PRADO	ANDRIUS ANTONIO MAY
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	CONTROLADOR INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo da Receita Corrente Liquida

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)	981.598,99	798.755,85	962.750,10	1.644.598,16	952.874,15	1.225.093,64	1.028.591,03	713.857,82	1.020.921,33	993.276,28	828.745,11	896.623,41	12.037.385,87
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.685,23	2.669,55	9.714,21	59.376,38	1.803,45	3.742,88	11.153,25	1.370,63	1.644,27	15.044,12	31.662,95	12.140,96	156.007,88
I.P.T.U.	2.131,73	1.883,58	673,00	622,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.730,00	14.131,34	1.812,44	30.984,55
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	40.250,79	0,00	0,00	0,00	638,57	0,00	0,00	0,00	0,00	40.889,36
I.S.S	194,77	476,39	8.552,82	18.297,03	835,27	346,09	382,99	646,85	227,06	1.917,78	230,23	1.941,69	34.050,97
I.T.B.I.	3.206,18	304,00	432,00	0,00	968,18	994,00	526,00	0,00	1.170,00	0,00	3.400,00	6.126,00	22.000,00
Outras Receitas Tributárias	132,55	5,58	56,39	206,30	0,00	2.489,59	10.244,26	86,21	247,21	3.396,34	13.921,38	2.260,83	51.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	2.417,98	109,56	90,57	4.891,25	1.449,81	1.118,98	92,35	1.095,15	21.600,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	430,00	560,00	1.489,70	1.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.097,76	2.497,12	5.115,24	47.741,31	1.603,17	2.520,72	9.483,21	2.845,48	2.032,45	3.431,14	2.554,84	2.809,64	61.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	850.221,33	783.516,70	927.996,69	1.264.780,70	927.034,86	1.041.286,74	801.435,12	1.035.995,52	1.008.052,48	969.411,74	788.727,57	874.407,15	11.272.456,60
Cota-Parte do FPM.	354.369,85	352.725,75	490.897,40	740.091,40	482.750,16	635.615,76	377.179,84	430.199,49	573.315,69	429.911,32	389.175,63	448.564,34	5.684.596,63
Cota-Parte do I.C.M.S.	242.051,58	235.416,91	261.836,53	353.656,28	258.233,24	245.030,29	247.009,31	241.985,54	246.897,49	248.685,46	231.383,19	242.690,38	2.850.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	10.204,85	19.478,37	3.928,43	3.434,97	5.684,72	7.575,56	7.854,86	10.230,39	17.765,98	10.704,52	11.095,55	9.117,87	110.000,00
Cota-Parte do ITR.	2.319,08	1.603,11	0,00	0,00	10,25	0,00	41,71	0,00	0,00	0,00	0,00	121,26	4.095,41
Outras Transferências Correntes	175.304,69	118.263,13	96.586,60	93.401,22	102.362,43	83.240,19	103.077,98	285.111,41	95.739,32	209.725,36	111.512,56	103.981,35	1.076.000,00
Transferências da LC 61/1989	2.719,66	2.906,88	3.224,49	2.845,32	3.244,41	2.747,44	2.694,11	2.925,05	3.180,36	3.024,01	3.110,75	3.200,99	35.813,47
Transferências da LC 87/1996	1.071,83	1.072,14	1.072,11	1.070,92	1.069,28	1.073,20	1.24	1.072,66	1.072,44	1.070,96	1.070,11	1.070,34	16.000,00
Transferências do FUNDEB	62.179,79	52.050,41	70.851,13	70.280,59	73.670,37	66.004,30	63.587,07	64.070,98	70.081,20	68.290,11	61.379,78	65.660,62	769.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	122.604,67	10.072,48	9.923,96	272.693,57	20.024,69	177.433,94	206.428,88	-330.353,06	7.142,32	3.840,30	5.127,40	4.680,81	86.700,00
DEDUÇÕES (II)	121.129,66	119.836,51	153.293,38	173.119,19	146.344,45	177.678,82	126.298,68	136.831,20	167.684,34	138.020,35	122.811,58	140.214,43	1.854.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	121.129,66	119.836,51	153.293,38	173.119,19	146.344,45	177.678,82	126.298,68	136.831,20	167.684,34	138.020,35	122.811,58	140.214,43	1.854.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	860.469,33	678.919,34	799.456,72	1.471.478,97	803.529,70	1.047.414,82	902.292,35	576.936,62	853.236,99	855.255,93	706.233,53	756.408,98	9.633.800,00
FONTE:													
Coronel Martins, 17/09/2014													

DIRCEU FAURETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo do Resultado Nominal

Município de Coronel Martins - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	83.698,83	581.880,39	580.971,17
DEDUÇÕES (II)	227.205,65	1.711.379,91	825.776,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	298.352,49	1.710.436,16	824.269,70
Demais Haveres Financeiros	1.507,28	943,75	1.507,28
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	72.654,12	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-143.506,82	-1.129.499,52	-244.805,81
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-143.506,82	-1.129.499,52	-244.805,81

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	884.693,71	-101.298,99

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-185.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 17/09/2014

DIRCEU FAVRETTO
 PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
 CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY
 CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo do Resultado Primario

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.612.200,00	1.461.455,01	6.490.043,27	5.622.924,24
Receita Tributária	199.500,00	43.823,91	78.582,31	73.185,77
I.P.T.U.	34.000,00	15.943,78	25.673,78	31.020,83
I.S.S.	50.000,00	2.171,92	6.529,96	12.548,93
I.T.B.I.	22.000,00	9.526,00	13.094,18	19.458,52
I.R.R.F.	42.000,00	0,00	638,57	0,00
Outras Receitas Tributárias	51.500,00	16.182,21	32.645,82	10.157,49
Receita de Contribuição	12.000,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	12.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	21.600,00	1.187,50	11.265,65	1.657,20
(-) Aplicações Financeiras	21.600,00	1.187,50	11.265,65	1.657,20
Transferências Correntes	9.252.000,00	1.400.408,71	6.287.557,33	5.429.102,73
F.P.M.	4.920.000,00	654.229,48	2.997.796,92	2.849.275,68
I.C.M.S.	2.360.000,00	379.349,11	1.569.953,14	1.454.294,07
Convênios	95.000,00	21.034,90	295.711,81	21.247,32
Outras Transferências Correntes	1.877.000,00	345.795,22	1.424.095,46	1.104.285,66
Demais Receitas Correntes	148.700,00	17.222,39	123.903,63	120.635,74
Dívida Ativa	16.600,00	4.370,28	24.351,37	6.543,23
Diversas Receitas Correntes	132.100,00	12.852,11	99.552,26	114.092,51
RECEITAS DE CAPITAL (II)	500.000,00	70.227,63	1.533.258,20	69.100,00
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	70.227,63	1.033.258,20	69.100,00
Convênios	0,00	70.227,63	1.033.258,20	49.100,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	70.227,63	1.033.258,20	69.100,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.612.200,00	1.531.682,64	7.523.301,47	5.692.024,24
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.572.258,44	1.588.576,09	6.797.566,12	5.602.486,26
Pessoal e Encargos Sociais	4.969.723,44	806.193,34	3.279.731,42	2.453.982,15
Juros e Encargos da Dívida (IX)	60.000,00	22.599,56	36.092,78	36.546,80
Outras Despesas Correntes	4.542.535,00	759.783,19	3.481.741,92	3.111.957,31
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.512.258,44	1.565.976,53	6.761.473,34	5.565.939,46
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.241.054,22	697.471,87	1.090.026,77	157.327,13
Investimentos	2.206.054,22	696.562,65	1.087.299,11	150.053,37
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	35.000,00	909,22	2.727,66	7.273,76
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.206.054,22	696.562,65	1.087.299,11	150.053,37

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.724.312,66	2.262.539,18	7.848.772,45	5.715.992,83
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.112.112,66	-730.856,54	-325.470,98	-23.968,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	8.598,26	0,00
Superávit Financeiro	-	-	8.598,26	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				98.400,00

FONTE:

Coronel Martins, 17/09/2014

 DIRCEU FAVRETTO
 PREFEITO MUNICIPAL

 EDERSON DA SILVA PRADO
 CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

 ANDRIUS ANTONIO MAY
 CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo dos Restos A Pagar Pelo Poder E Órgão

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	Inscritos		Saldo	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	19.931,02	52.723,10	72.654,12	-	-	227.780,00	227.780,00	227.780,00
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
GABINETE DO PREFEITO	19.931,02	52.723,10	72.654,12	0,00	0,00	227.780,00	227.780,00	227.780,00
SECRETARIA MUNIC. DE ADMIN. PLANEJ E FINANÇ	0,00	1.130,73	1.130,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENT	0,00	19.607,84	19.607,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO	0,00	5.331,72	5.331,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E I	0,00	19.086,89	19.086,89	0,00	0,00	227.780,00	227.780,00	227.780,00
SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV.	19.931,02	0,00	19.931,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV.	0,00	7.565,92	7.565,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	19.931,02	52.723,10	72.654,12	0,00	0,00	227.780,00	227.780,00	227.780,00

FONTE:

Coronel Martins, 17/09/2014

DIRCEU FAVRETTO	EDERSON DA SILVA PRADO	ANDRIUS ANTONIO MAY
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo das Receitas E Despesas com Manutenção E Desenvolvimento do Ensino - MDE

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	154.500,00	154.500,00	28.238,63	47.183,13	30,54
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	39.000,00	39.000,00	16.540,71	26.920,42	69,03
1.1.1- IPTU	34.000,00	34.000,00	15.943,78	25.673,78	75,51
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	119,79	155,33	15,53
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	360,08	864,57	28,82
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	117,06	226,74	22,67
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	22.000,00	22.000,00	9.526,00	13.094,18	59,52
1.2.1- ITBI	22.000,00	22.000,00	9.526,00	13.094,18	59,52
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	51.500,00	51.500,00	2.171,92	6.529,96	12,68
1.3.1- ISS	50.000,00	50.000,00	2.171,92	6.529,96	13,06
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	42.000,00	42.000,00	0,00	638,57	1,52
1.4.1- IRRF	42.000,00	42.000,00	0,00	638,57	1,52
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.270.000,00	9.270.000,00	1.320.600,41	5.820.446,15	62,79
2.1- Cota-Parte FPM	6.150.000,00	6.150.000,00	817.739,97	3.746.712,23	60,92
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.150.000,00	6.150.000,00	817.739,97	3.746.712,23	60,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.950.000,00	2.950.000,00	474.073,57	1.961.913,90	66,51
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	16.000,00	16.000,00	2.140,45	7.500,23	46,88
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	6.311,74	24.117,12	60,29
2.5- Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	121,26	173,22	4,33
2.6- Cota-Parte IPVA	110.000,00	110.000,00	20.213,42	80.029,45	72,75
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.424.500,00	9.424.500,00	1.348.839,04	5.867.629,28	62,26
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	170.000,00	170.000,00	31.597,62	107.027,81	62,96
5.1- Transferências do Salário-Educação	82.000,00	82.000,00	24.834,02	54.784,65	66,81
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	24.000,00	24.000,00	2.549,80	28.936,66	120,57
5.4- Transferências Diretas - PNAE	60.000,00	60.000,00	9.313,40	23.306,50	38,84
5.5- Outras Transferências do FNDE	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	95.000,00	95.000,00	22.202,98	694.091,85	730,62
6.1- Transferências de Convênios	95.000,00	95.000,00	22.202,98	694.091,85	730,62
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	265.000,00	265.000,00	53.800,60	801.119,66	302,31
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.854.000,00	1.854.000,00	262.726,01	1.158.383,85	62,48
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.230.000,00	1.230.000,00	163.510,49	748.915,31	60,89
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	590.000,00	590.000,00	94.724,46	391.960,76	66,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.200,00	3.200,00	427,70	1.496,95	46,78
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	800,00	800,00	24,25	29,75	3,72
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	22.000,00	22.000,00	4.039,11	15.981,08	72,64
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	765.000,00	765.000,00	127.040,40	530.744,43	69,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	760.000,00	760.000,00	127.040,40	530.744,43	69,83
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.094.000,00	-1.094.000,00	-135.685,61	-627.639,42	57,37
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	535.000,00	685.000,00	119.384,97	542.109,49	79,14
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	535.000,00	685.000,00	119.384,97	542.109,49	79,14
14- OUTRAS DESPESAS	230.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	230.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	765.000,00	765.000,00	119.384,97	542.109,49	70,86
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)				542.109,49	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %				102,14	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %				0,00	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %				-2,14	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.356.125,00	2.356.125,00	337.209,76	1.466.907,32	62,26
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.471.000,00	1.736.112,00	358.517,64	1.333.346,52	76,80
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	765.000,00	765.000,00	119.384,97	542.109,49	70,86
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	706.000,00	971.112,00	239.132,67	791.237,03	81,48
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.471.000,00	1.736.112,00	358.517,64	1.333.346,52	76,80
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-627.639,42
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					8.598,26
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-619.041,16
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.952.387,68
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					33,27
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	82.000,00	82.000,00	8.408,02	56.281,91	68,64
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	88.000,00	629.564,97	13.915,70	115.598,37	18,36
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	170.000,00	711.564,97	22.323,72	171.880,28	24,16
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.641.000,00	2.447.676,97	380.841,36	1.505.226,80	61,50

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	530.744,43	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	530.744,43	0,00

Coronel Martins, 17/09/2014

DIRCEU FAVRETTO	EDERSON DA SILVA PRADO	ANDRIUS ANTONIO MAY
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7	CONTROLADOR INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 8.598,26, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Demonstrativo das Receitas E Despesas com Ações E Serviços Públicos de Saúde

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					R\$ 1,00
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	154.500,00	154.500,00	47.183,13	30,54	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	34.000,00	34.000,00	25.673,78	75,51	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	22.000,00	22.000,00	13.094,18	59,52	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	50.000,00	50.000,00	6.529,96	13,06	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	42.000,00	42.000,00	638,57	1,52	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.500,00	1.500,00	155,33	10,36	
Dívida Ativa dos Impostos	3.600,00	3.600,00	864,57	24,02	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.400,00	1.400,00	226,74	16,20	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.270.000,00	9.270.000,00	5.820.446,15	62,79	
Cota-Parte FPM	6.150.000,00	6.150.000,00	3.746.712,23	60,92	
Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	173,22	4,33	
Cota-Parte IPVA	110.000,00	110.000,00	80.029,45	72,75	
Cota-Parte ICMS	2.950.000,00	2.950.000,00	1.961.913,90	66,51	
Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	24.117,12	60,29	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	16.000,00	16.000,00	7.500,23	46,88	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	16.000,00	16.000,00	7.500,23	46,88	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.424.500,00	9.424.500,00	5.867.629,28	62,26	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	602.800,00	602.800,00	439.285,14	72,87	
Provenientes da União	564.800,00	564.800,00	385.125,53	68,19	
Provenientes dos Estados	38.000,00	38.000,00	54.159,61	142,53	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.000,00	7.000,00	2.283,92	32,63	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	609.800,00	609.800,00	441.569,06	72,41	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.435.100,00	2.543.500,07	1.828.433,61	71,89	64,55
Pessoal e Encargos Sociais	1.271.000,00	1.271.000,00	672.178,83	52,89	52,39
Outras Despesas Correntes	1.164.100,00	1.272.500,07	1.156.254,78	90,86	76,69

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	49.900,00	48.900,00	29.810,00	60,96	29.810,00	60,96
Investimentos	49.900,00	48.900,00	29.810,00	60,96	29.810,00	60,96
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.485.000,00	2.592.400,07	1.858.243,61	71,68	1.671.516,39	64,48
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	591.300,00	591.300,00	470.245,66	25,31	426.524,18	25,52
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	591.300,00	591.300,00	470.245,66	25,31	426.524,18	25,52
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	591.300,00	591.300,00	470.245,66	25,31	426.524,18	25,52
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.893.700,00	2.001.100,07	1.387.997,95	46,37	1.244.992,21	38,96
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						
			364.847,82			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA									
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º									
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
		0,00	0,00						
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26									
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				-			
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
		-	-						
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
				Atenção Básica		1.838.394,62	98,93	1.654.752,23	99,00
				Assistência Hospitalar e Ambulatorial		5.675,74	0,31	5.675,74	0,34
				Vigilância Sanitária		4.198,84	0,23	3.498,84	0,21
Vigilância Epidemiológica		9.974,41	0,54	7.589,58	0,45				
TOTAL		2.485.000,00	2.592.400,07	1.858.243,61	100,00	1.671.516,39			

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula IV/(h+i) - (15 x IIIb)/100)

Continua 3/4

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Coronel Martins, 17/09/2014

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orcamentária

Município de Coronel Martins - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	10.133.800,00
Previsão Atualizada		—	10.133.800,00
Receitas Realizadas		1.532.870,14	8.034.567,12
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	8.598,26
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	9.633.800,00
Créditos Adicionais		—	2.185.512,66
Dotação Atualizada		—	11.819.312,66
Despesas Empenhadas		1.870.795,80	9.241.084,23
Despesas Liquidadas		2.286.047,96	7.887.592,89
Superavit Orçamentário		—	146.974,23
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		1.870.795,80	9.241.084,23
Despesas Liquidadas		2.286.047,96	7.887.592,89
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			10.311.623,28
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-185.000,00	-101.298,99
Resultado Primário		98.400,00	-325.470,98
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	227.780,00	0,00	227.780,00
EXECUTIVO	227.780,00	0,00	227.780,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	72.654,12	0,00	72.654,12
EXECUTIVO	72.654,12	0,00	72.654,12
TOTAL:	300.434,12	0,00	300.434,12
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.952.387,68	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		542.109,49	60%
Liquidadas		542.109,49	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		500.000,00	0,00
Despesa de Capital Líquida		1.090.026,77	1.151.027,45

Continua 1/2

Município de Coronel Martins - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.244.992,21	15,00	21,22
Liquidadas		1.244.992,21		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Coronel Martins, 17/09/2014

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIUS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Correia Pinto**PREFEITURA****Extrato de Contrato - Processo 10/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 10/2014
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 682/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0 KM PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa AUTO ELITE LTDA

CNPJ: 82.270.397/0004-01

Processo Licitatório nº 10/2014 - Pregão Presencial

ITEM	Quant.	Especificação	Marca	Preço Total
1	1	Veículo tipo utilitário, cabine estendida, OKM, injeção eletrônica, ano 2014, total flex, mínimo de 104 CV, direção hidráulica, sistema de freios ABS, cor branca, travas e vidros elétricos, som, rádio e mp3, entrada USB, ar quente, airbag duplo, roda aro 14, capacidade de carga mínima de 700 litros, ar condicionado, lona marítima, protetor de caçamba. (7603)	VW	49.956,00

Valor Total: 49.956,00

Vigência: Durante garantia - 12 meses

Correia Pinto/SC 18 de setembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Corupá**PREFEITURA****O CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança E do Adolescente - Conforme Edital 001/2014 Divulga O Resultado do Processo de Votação dos Candidatos A Conselheiro Tutelar do Município de Corupá do Dia 12/09/2014.**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n. ° 1.612/2005

Corupá, 15 de Setembro de 2014.

O CMDCA- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONFORME EDITAL 001/2014 DIVULGA O RESULTADO DO PROCESSO DE VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS A CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ DO DIA 12/09/2014.

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	VOTOS
001	Fabíola Aparecida Jansen	04

FELIPE RAFAELI RODRIGUES

PRESIDENTE DO CMDCA

Curitibanos

PREFEITURA

Anexos da RREO do Município de Curitibanos 4º Bimestre/2014

Município de CURITIBANOS - SC
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.303.500,00	68.303.500,00	12.231.643,14	17,91	52.020.156,04	76,16
RECEITAS CORRENTES	67.920.500,00	67.920.500,00	12.174.183,54	17,92	48.916.033,97	72,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.147.000,00	10.147.000,00	1.370.910,43	13,51	7.255.489,13	71,50
IMPOSTOS	8.220.000,00	8.220.000,00	1.196.508,54	14,56	5.855.826,31	71,24
TAXAS	1.827.000,00	1.827.000,00	137.948,42	7,55	1.292.541,90	70,75
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	36.453,47	36,45	107.130,92	107,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.480.000,00	3.480.000,00	542.818,47	15,60	2.201.709,84	63,27
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.720.000,00	1.720.000,00	305.205,39	17,74	1.138.028,95	66,16
CONTRIB.P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.760.000,00	1.760.000,00	237.613,08	13,50	1.063.680,89	60,44
RECEITA PATRIMONIAL	819.500,00	819.500,00	1.028.232,18	125,47	3.029.457,67	369,67
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	819.500,00	819.500,00	1.028.232,18	125,47	3.029.457,67	369,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.858.000,00	50.858.000,00	8.157.757,22	16,04	33.877.182,47	66,61
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	50.532.000,00	50.532.000,00	8.091.308,38	16,01	33.810.731,63	66,91
Transf. de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	66.448,84	328,98	66.450,84	329,02
Transf. de Conv.	311.000,00	311.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.616.000,00	2.616.000,00	1.074.465,24	41,07	2.552.184,86	97,56
Multas e Juros de Mora	976.000,00	976.000,00	385.984,66	39,55	837.144,91	85,77
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	83.000,00	83.000,00	84.489,79	101,79	372.379,36	448,65
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.045.000,00	1.045.000,00	181.388,83	17,36	625.419,95	59,85
RECEITAS DIVERSAS	512.000,00	512.000,00	422.601,96	82,54	717.240,64	140,09
RECEITAS DE CAPITAL	383.000,00	383.000,00	57.459,60	15,00	3.104.122,07	810,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	12.000,00	12.000,00	5.272,50	43,94	141.687,50	180,73
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	38.000,00	542,86
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	5.272,50	105,45	103.687,50	2073,75
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	351.000,00	351.000,00	52.187,10	14,87	2.962.434,57	844,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	350.000,00	350.000,00	52.187,10	14,91	2.962.434,57	846,41
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	851.567,52	16,62	3.245.224,78	63,32
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.125.000,00	5.125.000,00	851.567,52	16,62	3.245.224,78	63,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.625.000,00	3.625.000,00	601.567,52	16,59	2.245.224,78	61,94
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.625.000,00	3.625.000,00	601.567,52	16,59	2.245.224,78	61,94
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	1.000.000,00	66,67

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	851.567,52	16,62	3.245.224,78	63,32
Transferência para Cobertura de Déficit Atuarial -	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	1.000.000,00	66,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	73.428.500,00	73.428.500,00	13.083.210,66	17,82	55.265.380,82	75,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	73.428.500,00	73.428.500,00	13.083.210,66	17,82	55.265.380,82	75,26
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	73.428.500,00	73.428.500,00	13.083.210,66	17,82	55.265.380,82	75,26
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.609.975,89	—	—	2.071.109,28	—
Superávit Financeiro	—	4.609.975,89	—	—	2.071.109,28	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	73.428.500,00	73.428.500,00	13.083.210,66	17,82	55.265.380,82	75,26
SALDO A REALIZAR (a - c)	—	—	—	—	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.303.500,00	15.867.450,91	84.170.950,91	10.026.233,25	56.761.266,66	11.919.529,73	40.233.579,27	47,80
DESPESAS CORRENTES	59.492.150,00	3.492.408,72	62.984.558,72	7.427.979,96	42.076.261,70	10.024.288,09	35.323.904,77	56,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.083.200,00	-571.351,49	36.511.848,51	5.718.047,30	22.623.164,83	5.703.359,66	22.492.117,75	61,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	0,00	600.000,00	9.531,57	43.177,55	9.531,57	43.177,55	7,20
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.808.950,00	4.063.760,21	25.872.710,21	1.700.401,09	19.409.919,32	4.311.396,86	12.788.609,47	49,43
DESPESAS DE CAPITAL	6.961.350,00	12.375.042,19	19.336.392,19	2.598.253,29	14.685.004,96	1.895.241,64	4.909.674,50	25,39
INVESTIMENTOS	6.361.350,00	12.375.042,19	18.736.392,19	2.532.258,20	14.416.684,27	1.829.246,55	4.641.353,81	24,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	0,00	600.000,00	65.995,09	268.320,69	65.995,09	268.320,69	44,72
SALDO A LIQUIDAR (f - g)	—	—	—	—	—	—	—	—

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.303.500,00	15.867.450,91	84.170.950,91	10.026.233,25	56.761.266,66	11.919.529,73	40.233.579,27	47,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850.000,00	0,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.125.000,00	28.000,00	5.153.000,00	598.579,67	3.740.039,88	848.579,67	3.240.039,88	62,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.625.000,00	28.000,00	3.653.000,00	598.579,67	2.240.039,88	598.579,67	2.240.039,88	61,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	250.000,00	1.000.000,00	66,67
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	73.428.500,00	15.895.450,91	89.323.950,91	10.624.812,92	60.501.306,54	12.768.109,40	43.473.619,15	48,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	73.428.500,00	15.895.450,91	89.323.950,91	10.624.812,92	60.501.306,54	12.768.109,40	43.473.619,15	48,67
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	11.791.761,67	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	73.428.500,00	15.895.450,91	89.323.950,91	10.624.812,92	60.501.306,54	12.768.109,40	55.265.380,82	61,87

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.932.952,04

FONTE:
CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador
--	---	-------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	4.289.141,50	4.441.216,56	-152.075,06	13.271.454,58
2014	4.624.575,32	4.152.148,14	472.427,18	13.743.881,76
2015	4.321.900,55	4.188.016,42	133.884,13	13.877.765,89
2016	4.065.451,37	4.128.614,84	-63.163,47	13.814.602,42
2017	3.792.196,93	4.147.538,29	-355.341,36	13.459.261,06
2018	3.538.493,87	4.143.487,19	-604.993,32	12.854.267,74
2019	3.283.931,52	4.170.466,90	-886.535,38	11.967.732,36
2020	3.029.233,92	4.219.658,42	-1.190.424,50	10.777.307,86
2021	2.740.491,55	4.389.640,00	-1.649.148,45	9.128.159,41
2022	2.504.797,28	4.431.388,55	-1.926.591,27	7.201.568,14
2023	2.258.546,57	4.517.759,15	-2.259.212,58	4.942.355,56
2024	1.967.515,94	4.752.244,07	-2.784.728,13	2.157.627,43
2025	1.763.492,99	4.763.007,10	-2.999.514,11	-841.886,68
2026	1.559.992,38	4.794.550,11	-3.234.557,73	-4.076.444,41
2027	1.412.801,05	4.689.458,40	-3.276.657,35	-7.353.101,76
2028	1.244.542,08	4.662.929,27	-3.418.387,19	-10.771.488,95
2029	1.087.531,41	4.624.878,42	-3.537.347,01	-14.308.835,96
2030	939.322,43	4.581.962,97	-3.642.640,54	-17.951.476,50
2031	809.338,72	4.507.058,26	-3.697.719,54	-21.649.196,04
2032	674.639,18	4.463.235,54	-3.788.596,36	-25.437.792,40
2033	569.105,25	4.355.956,26	-3.786.851,01	-29.224.643,41
2034	468.812,96	4.252.246,34	-3.783.433,38	-33.008.076,79
2035	379.236,93	4.136.298,26	-3.757.061,33	-36.765.138,12
2036	304.571,25	3.995.678,93	-3.691.107,68	-40.456.245,80
2037	240.144,23	3.843.918,83	-3.603.774,60	-44.060.020,40
2038	191.180,88	3.664.940,31	-3.473.759,43	-47.533.779,83
2039	147.640,14	3.487.268,98	-3.339.628,84	-50.873.408,67
2040	110.621,81	3.307.072,51	-3.196.450,70	-54.069.859,37
2041	78.428,66	3.128.603,75	-3.050.175,09	-57.120.034,46
2042	57.661,98	2.933.088,39	-2.875.426,41	-59.995.460,87
2043	42.097,51	2.737.901,19	-2.695.803,68	-62.691.264,55
2044	32.415,66	2.539.786,50	-2.507.370,84	-65.198.635,39
2045	22.651,26	2.354.861,71	-2.332.210,45	-67.530.845,84
2046	15.080,10	2.176.207,11	-2.161.127,01	-69.691.972,85
2047	9.581,64	2.003.820,50	-1.994.238,86	-71.686.211,71
2048	8.079,43	1.832.871,60	-1.824.792,17	-73.511.003,88
2049	5.751,03	1.675.237,13	-1.669.486,10	-75.180.489,98
2050	4.538,27	1.522.809,45	-1.518.271,18	-76.698.761,16
2051	1.301,69	1.388.169,56	-1.386.867,87	-78.085.629,03
2052	1.226,07	1.242.632,22	-1.241.406,15	-79.327.035,18
2053	434,07	1.120.487,04	-1.120.052,97	-80.447.088,15
2054	408,48	995.522,31	-995.113,83	-81.442.201,98
2055	0,00	893.894,18	-893.894,18	-82.336.096,16
2056	0,00	797.400,89	-797.400,89	-83.133.497,05
2057	0,00	710.236,07	-710.236,07	-83.843.733,12
2058	0,00	630.511,11	-630.511,11	-84.474.244,23
2059	0,00	554.936,13	-554.936,13	-85.029.180,36
2060	0,00	486.338,05	-486.338,05	-85.515.518,41
2061	0,00	421.320,96	-421.320,96	-85.936.839,37
2062	0,00	362.909,12	-362.909,12	-86.299.748,49
2063	0,00	312.659,29	-312.659,29	-86.612.407,78
2064	0,00	272.096,87	-272.096,87	-86.884.504,65
2065	0,00	235.696,13	-235.696,13	-87.120.200,78
2066	0,00	201.065,10	-201.065,10	-87.321.265,88
2067	0,00	172.286,91	-172.286,91	-87.493.552,79
2068	0,00	141.394,41	-141.394,41	-87.634.947,20
2069	0,00	118.538,97	-118.538,97	-87.753.486,17
2070	0,00	101.031,96	-101.031,96	-87.854.518,13
2071	0,00	83.890,19	-83.890,19	-87.938.408,32
2072	0,00	71.020,05	-71.020,05	-88.009.428,37

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	59.844,48	-59.844,48	-88.069.272,85
2074	0,00	50.364,61	-50.364,61	-88.119.637,46
2075	0,00	40.696,06	-40.696,06	-88.160.333,52
2076	0,00	33.873,31	-33.873,31	-88.194.206,83
2077	0,00	28.086,45	-28.086,45	-88.222.293,28
2078	0,00	22.681,75	-22.681,75	-88.244.975,03
2079	0,00	18.686,98	-18.686,98	-88.263.662,01
2080	0,00	15.100,67	-15.100,67	-88.278.762,68
2081	0,00	12.447,85	-12.447,85	-88.291.210,53
2082	0,00	10.023,93	-10.023,93	-88.301.234,46
2083	0,00	7.456,55	-7.456,55	-88.308.691,01
2084	0,00	5.511,15	-5.511,15	-88.314.202,16
2085	0,00	4.630,59	-4.630,59	-88.318.832,75
2086	0,00	2.319,26	-2.319,26	-88.321.152,01
2087	0,00	1.919,86	-1.919,86	-88.323.071,87

Projeção atuarial elaborada em 30/03/0014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	4.289.141,50	4.441.216,56	-152.075,06	13.271.454,58
2014	4.624.575,32	4.152.148,14	472.427,18	13.743.881,76
2015	4.321.900,55	4.188.016,42	133.884,13	13.877.765,89
2016	4.065.451,37	4.128.614,84	-63.163,47	13.814.602,42
2017	3.792.196,93	4.147.538,29	-355.341,36	13.459.261,06
2018	3.538.493,87	4.143.487,19	-604.993,32	12.854.267,74
2019	3.283.931,52	4.170.466,90	-886.535,38	11.967.732,36
2020	3.029.233,92	4.219.658,42	-1.190.424,50	10.777.307,86
2021	2.740.491,55	4.389.640,00	-1.649.148,45	9.128.159,41
2022	2.504.797,28	4.431.388,55	-1.926.591,27	7.201.568,14
2023	2.258.546,57	4.517.759,15	-2.259.212,58	4.942.355,56
2024	1.967.515,94	4.752.244,07	-2.784.728,13	2.157.627,43
2025	1.763.492,99	4.763.007,10	-2.999.514,11	-841.886,68
2026	1.559.992,38	4.794.550,11	-3.234.557,73	-4.076.444,41
2027	1.412.801,05	4.689.458,40	-3.276.657,35	-7.353.101,76
2028	1.244.542,08	4.662.929,27	-3.418.387,19	-10.771.488,95
2029	1.087.531,41	4.624.878,42	-3.537.347,01	-14.308.835,96
2030	939.322,43	4.581.962,97	-3.642.640,54	-17.951.476,50
2031	809.338,72	4.507.058,26	-3.697.719,54	-21.649.196,04
2032	674.639,18	4.463.235,54	-3.788.596,36	-25.437.792,40
2033	569.105,25	4.355.956,26	-3.786.851,01	-29.224.643,41
2034	468.812,96	4.252.246,34	-3.783.433,38	-33.008.076,79
2035	379.236,93	4.136.298,26	-3.757.061,33	-36.765.138,12
2036	304.571,25	3.995.678,93	-3.691.107,68	-40.456.245,80
2037	240.144,23	3.843.918,83	-3.603.774,60	-44.060.020,40
2038	191.180,88	3.664.940,31	-3.473.759,43	-47.533.779,83
2039	147.640,14	3.487.268,98	-3.339.628,84	-50.873.408,67
2040	110.621,81	3.307.072,51	-3.196.450,70	-54.069.859,37
2041	78.428,66	3.128.603,75	-3.050.175,09	-57.120.034,46
2042	57.661,98	2.933.088,39	-2.875.426,41	-59.995.460,87
2043	42.097,51	2.737.901,19	-2.695.803,68	-62.691.264,55
2044	32.415,66	2.539.786,50	-2.507.370,84	-65.198.635,39
2045	22.651,26	2.354.861,71	-2.332.210,45	-67.530.845,84
2046	15.080,10	2.176.207,11	-2.161.127,01	-69.691.972,85
2047	9.581,64	2.003.820,50	-1.994.238,86	-71.686.211,71
2048	8.079,43	1.832.871,60	-1.824.792,17	-73.511.003,88
2049	5.751,03	1.675.237,13	-1.669.486,10	-75.180.489,98
2050	4.538,27	1.522.809,45	-1.518.271,18	-76.698.761,16
2051	1.301,69	1.388.169,56	-1.386.867,87	-78.085.629,03
2052	1.226,07	1.242.632,22	-1.241.406,15	-79.327.035,18
2053	434,07	1.120.487,04	-1.120.052,97	-80.447.088,15
2054	408,48	995.522,31	-995.113,83	-81.442.201,98
2055	0,00	893.894,18	-893.894,18	-82.336.096,16
2056	0,00	797.400,89	-797.400,89	-83.133.497,05
2057	0,00	710.236,07	-710.236,07	-83.843.733,12
2058	0,00	630.511,11	-630.511,11	-84.474.244,23
2059	0,00	554.936,13	-554.936,13	-85.029.180,36
2060	0,00	486.338,05	-486.338,05	-85.515.518,41
2061	0,00	421.320,96	-421.320,96	-85.936.839,37
2062	0,00	362.909,12	-362.909,12	-86.299.748,49
2063	0,00	312.659,29	-312.659,29	-86.612.407,78
2064	0,00	272.096,87	-272.096,87	-86.884.504,65
2065	0,00	235.696,13	-235.696,13	-87.120.200,78
2066	0,00	201.065,10	-201.065,10	-87.321.265,88
2067	0,00	172.286,91	-172.286,91	-87.493.552,79
2068	0,00	141.394,41	-141.394,41	-87.634.947,20
2069	0,00	118.538,97	-118.538,97	-87.753.486,17
2070	0,00	101.031,96	-101.031,96	-87.854.518,13
2071	0,00	83.890,19	-83.890,19	-87.938.408,32
2072	0,00	71.020,05	-71.020,05	-88.009.428,37

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	59.844,48	-59.844,48	-88.069.272,85
2074	0,00	50.364,61	-50.364,61	-88.119.637,46
2075	0,00	40.696,06	-40.696,06	-88.160.333,52
2076	0,00	33.873,31	-33.873,31	-88.194.206,83
2077	0,00	28.086,45	-28.086,45	-88.222.293,28
2078	0,00	22.681,75	-22.681,75	-88.244.975,03
2079	0,00	18.686,98	-18.686,98	-88.263.662,01
2080	0,00	15.100,67	-15.100,67	-88.278.762,68
2081	0,00	12.447,85	-12.447,85	-88.291.210,53
2082	0,00	10.023,93	-10.023,93	-88.301.234,46
2083	0,00	7.456,55	-7.456,55	-88.308.691,01
2084	0,00	5.511,15	-5.511,15	-88.314.202,16
2085	0,00	4.630,59	-4.630,59	-88.318.832,75
2086	0,00	2.319,26	-2.319,26	-88.321.152,01
2087	0,00	1.919,86	-1.919,86	-88.323.071,87

Projeção atuarial elaborada em 30/03/0014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	4.289.141,50	4.441.216,56	-152.075,06	13.271.454,58
2014	4.624.575,32	4.152.148,14	472.427,18	13.743.881,76
2015	4.321.900,55	4.188.016,42	133.884,13	13.877.765,89
2016	4.065.451,37	4.128.614,84	-63.163,47	13.814.602,42
2017	3.792.196,93	4.147.538,29	-355.341,36	13.459.261,06
2018	3.538.493,87	4.143.487,19	-604.993,32	12.854.267,74
2019	3.283.931,52	4.170.466,90	-886.535,38	11.967.732,36
2020	3.029.233,92	4.219.658,42	-1.190.424,50	10.777.307,86
2021	2.740.491,55	4.389.640,00	-1.649.148,45	9.128.159,41
2022	2.504.797,28	4.431.388,55	-1.926.591,27	7.201.568,14
2023	2.258.546,57	4.517.759,15	-2.259.212,58	4.942.355,56
2024	1.967.515,94	4.752.244,07	-2.784.728,13	2.157.627,43
2025	1.763.492,99	4.763.007,10	-2.999.514,11	-841.886,68
2026	1.559.992,38	4.794.550,11	-3.234.557,73	-4.076.444,41
2027	1.412.801,05	4.689.458,40	-3.276.657,35	-7.353.101,76
2028	1.244.542,08	4.662.929,27	-3.418.387,19	-10.771.488,95
2029	1.087.531,41	4.624.878,42	-3.537.347,01	-14.308.835,96
2030	939.322,43	4.581.962,97	-3.642.640,54	-17.951.476,50
2031	809.338,72	4.507.058,26	-3.697.719,54	-21.649.196,04
2032	674.639,18	4.463.235,54	-3.788.596,36	-25.437.792,40
2033	569.105,25	4.355.956,26	-3.786.851,01	-29.224.643,41
2034	468.812,96	4.252.246,34	-3.783.433,38	-33.008.076,79
2035	379.236,93	4.136.298,26	-3.757.061,33	-36.765.138,12
2036	304.571,25	3.995.678,93	-3.691.107,68	-40.456.245,80
2037	240.144,23	3.843.918,83	-3.603.774,60	-44.060.020,40
2038	191.180,88	3.664.940,31	-3.473.759,43	-47.533.779,83
2039	147.640,14	3.487.268,98	-3.339.628,84	-50.873.408,67
2040	110.621,81	3.307.072,51	-3.196.450,70	-54.069.859,37
2041	78.428,66	3.128.603,75	-3.050.175,09	-57.120.034,46
2042	57.661,98	2.933.088,39	-2.875.426,41	-59.995.460,87
2043	42.097,51	2.737.901,19	-2.695.803,68	-62.691.264,55
2044	32.415,66	2.539.786,50	-2.507.370,84	-65.198.635,39
2045	22.651,26	2.354.861,71	-2.332.210,45	-67.530.845,84
2046	15.080,10	2.176.207,11	-2.161.127,01	-69.691.972,85
2047	9.581,64	2.003.820,50	-1.994.238,86	-71.686.211,71
2048	8.079,43	1.832.871,60	-1.824.792,17	-73.511.003,88
2049	5.751,03	1.675.237,13	-1.669.486,10	-75.180.489,98
2050	4.538,27	1.522.809,45	-1.518.271,18	-76.698.761,16
2051	1.301,69	1.388.169,56	-1.386.867,87	-78.085.629,03
2052	1.226,07	1.242.632,22	-1.241.406,15	-79.327.035,18
2053	434,07	1.120.487,04	-1.120.052,97	-80.447.088,15
2054	408,48	995.522,31	-995.113,83	-81.442.201,98
2055	0,00	893.894,18	-893.894,18	-82.336.096,16
2056	0,00	797.400,89	-797.400,89	-83.133.497,05
2057	0,00	710.236,07	-710.236,07	-83.843.733,12
2058	0,00	630.511,11	-630.511,11	-84.474.244,23
2059	0,00	554.936,13	-554.936,13	-85.029.180,36
2060	0,00	486.338,05	-486.338,05	-85.515.518,41
2061	0,00	421.320,96	-421.320,96	-85.936.839,37
2062	0,00	362.909,12	-362.909,12	-86.299.748,49
2063	0,00	312.659,29	-312.659,29	-86.612.407,78
2064	0,00	272.096,87	-272.096,87	-86.884.504,65
2065	0,00	235.696,13	-235.696,13	-87.120.200,78
2066	0,00	201.065,10	-201.065,10	-87.321.265,88
2067	0,00	172.286,91	-172.286,91	-87.493.552,79
2068	0,00	141.394,41	-141.394,41	-87.634.947,20
2069	0,00	118.538,97	-118.538,97	-87.753.486,17
2070	0,00	101.031,96	-101.031,96	-87.854.518,13
2071	0,00	83.890,19	-83.890,19	-87.938.408,32
2072	0,00	71.020,05	-71.020,05	-88.009.428,37

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	59.844,48	-59.844,48	-88.069.272,85
2074	0,00	50.364,61	-50.364,61	-88.119.637,46
2075	0,00	40.696,06	-40.696,06	-88.160.333,52
2076	0,00	33.873,31	-33.873,31	-88.194.206,83
2077	0,00	28.086,45	-28.086,45	-88.222.293,28
2078	0,00	22.681,75	-22.681,75	-88.244.975,03
2079	0,00	18.686,98	-18.686,98	-88.263.662,01
2080	0,00	15.100,67	-15.100,67	-88.278.762,68
2081	0,00	12.447,85	-12.447,85	-88.291.210,53
2082	0,00	10.023,93	-10.023,93	-88.301.234,46
2083	0,00	7.456,55	-7.456,55	-88.308.691,01
2084	0,00	5.511,15	-5.511,15	-88.314.202,16
2085	0,00	4.630,59	-4.630,59	-88.318.832,75
2086	0,00	2.319,26	-2.319,26	-88.321.152,01
2087	0,00	1.919,86	-1.919,86	-88.323.071,87

Projeção atuarial elaborada em 30/03/0014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.000,00	141.687,50	-129.687,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	103.687,50	-98.687,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00	38.000,00	-31.000,00
TOTAL	12.000,00	141.687,50	-129.687,50

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	375.969,31	373.969,31	0,00	2.000,00
Investimentos	375.969,31	373.969,31	0,00	2.000,00
TOTAL	375.969,31	373.969,31	0,00	2.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	373.969,31	-232.281,81	141.687,50

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.000,00	141.687,50	-129.687,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	103.687,50	-98.687,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00	38.000,00	-31.000,00
TOTAL	12.000,00	141.687,50	-129.687,50

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	375.969,31	373.969,31	0,00	2.000,00
Investimentos	375.969,31	373.969,31	0,00	2.000,00
TOTAL	375.969,31	373.969,31	0,00	2.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	373.969,31	-232.281,81	141.687,50

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.000,00	141.687,50	-129.687,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	103.687,50	-98.687,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00	38.000,00	-31.000,00
TOTAL	12.000,00	141.687,50	-129.687,50

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	375.969,31	373.969,31	0,00	2.000,00
Investimentos	375.969,31	373.969,31	0,00	2.000,00
TOTAL	375.969,31	373.969,31	0,00	2.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	373.969,31	-232.281,81	141.687,50

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	RECETAS REALIZADAS (b/a)*100
					%
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		9.276.000,00	9.276.000,00	6.598.609,55	71,04
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		3.000.000,00	3.000.000,00	2.256.419,41	75,21
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		1.200.000,00	1.200.000,00	924.233,63	77,02
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		3.000.000,00	3.000.000,00	1.916.942,73	63,90
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		1.020.000,00	1.020.000,00	758.245,84	74,34
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		46.000,00	46.000,00	17.396,68	37,75
Divida Ativa dos Impostos		620.000,00	620.000,00	340.793,24	54,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa		390.000,00	390.000,00	375.608,02	96,31
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		35.240.000,00	35.240.000,00	22.033.115,58	62,52
Cota-Parte FPM		18.000.000,00	18.000.000,00	11.571.856,92	64,29
Cota-Parte ITR		120.000,00	120.000,00	34.431,77	28,69
Cota-Parte IPVA		2.800.000,00	2.800.000,00	2.198.100,05	78,36
Cota-Parte ICMS		14.000.000,00	14.000.000,00	8.128.409,95	58,06
Cota-Parte IP-E-Exportação		200.000,00	200.000,00	124.812,65	62,41
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		120.000,00	120.000,00	35.504,24	29,59
Desoneração ICMS (LC 87/99)		120.000,00	120.000,00	35.504,24	29,59
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		44.516.000,00	44.516.000,00	28.622.725,13	64,30

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	RECETAS REALIZADAS (d/c)*100
					%
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		4.888.000,00	4.888.000,00	3.806.294,36	77,87
Provenientes da União		4.550.500,00	4.550.500,00	3.637.635,62	79,94
Provenientes dos Estados		337.500,00	337.500,00	168.658,76	49,97
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		63.000,00	63.000,00	10.972,82	17,42
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		4.951.000,00	4.951.000,00	3.817.267,20	77,10

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	DESPESAS EMPENHADAS (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (g/e)*100
					%		%
DESPESAS CORRENTES		12.603.000,00	13.954.287,68	10.131.525,20	72,61	8.393.398,08	60,15
Pessoal e Encargos Sociais		8.070.000,00	8.468.037,52	5.528.062,63	68,28	5.528.062,63	68,28
Outras Despesas Correntes		4.533.000,00	5.486.250,16	4.603.462,57	83,91	2.865.335,45	52,23
DESPESAS DE CAPITAL		736.000,00	1.520.263,61	1.129.534,77	74,30	208.335,04	13,70
Investimentos		736.000,00	1.520.263,61	1.129.534,77	74,30	208.335,04	13,70

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL							
Investimentos	736.000,00	1.520.263,61	1.129.534,77	74,30	208.335,04	13,70	
	736.000,00	1.520.263,61	1.129.534,77	74,30	208.335,04	13,70	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.339.000,00	15.474.551,29	11.261.059,97	72,77	8.601.733,12	55,55	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO							
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.888.000,00	6.936.724,59	4.934.044,19	43,82	3.004.105,32	34,92	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.888.000,00	6.936.724,59	4.934.044,19	43,82	3.004.105,32	34,92	
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.888.000,00	6.936.724,59	4.934.044,19	43,82	3.004.105,32	34,92	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	8.451.000,00	8.537.826,70	6.327.015,78	28,96	5.597.627,80	20,67	
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						19,56	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]³							
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
Inscritos em 2013	101.941,25	486,71	40.102,47	61.838,78	0,00		
TOTAL	101.941,25	486,71	40.102,47	61.838,78	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
	SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (I)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00		0,00			
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26							
	SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	-	-		-			

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (I)	% (I/Total I)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	11.304.000,00	12.682.140,64	8.898.441,03	79,02	7.227.771,98	84,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.910.000,00	2.469.311,01	2.293.518,52	20,37	1.313.633,53	15,27
Vigilância Epidemiológica	125.000,00	323.099,64	68.100,42	0,61	60.327,61	0,70
TOTAL	13.339.000,00	15.474.551,29	11.261.059,97	100,00	8.601.733,12	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".
- 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V(h-h) - (15 \times IIIb) / 100$

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMALRY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILLO Contador
--	---	-------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

 JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

 AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

 FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	73.428.500,00	
Previsão Atualizada		—	73.428.500,00	
Receitas Realizadas		13.083.210,66	55.265.380,82	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.071.109,28	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	73.428.500,00	
Créditos Adicionais		—	15.895.450,91	
Dotação Atualizada		—	89.323.950,91	
Despesas Empenhadas		10.624.812,92	60.501.306,54	
Despesas Liquidadas		12.768.109,40	43.473.619,15	
Superavit Orçamentário		—	11.791.761,67	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.624.812,92	60.501.306,54	
Despesas Liquidadas		12.768.109,40	43.473.619,15	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			68.961.340,86	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.052.764,06	7.075.001,19	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.064.164,54	4.142.049,15	
Liquidadas		1.064.164,54	4.142.049,15	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		988.599,52	2.932.952,04	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		200.000,00	-6.702.039,53	-3.351,02
Resultado Primário		348.500,00	8.932.114,74	2.563,02
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.433.777,92	87.545,83	3.605.097,06	741.135,03
EXECUTIVO	3.841.488,42	80.169,64	3.056.703,49	704.615,29
LEGISLATIVO	235.500,00	0,00	235.500,00	0,00
EXECUTIVO	356.789,50	7.376,19	312.893,57	36.519,74
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	2.590,50
EXECUTIVO	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	2.590,50
TOTAL:	6.519.212,73	87.545,83	5.687.941,37	743.725,53
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.309.599,29	25%	15,06
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.416.982,97	60%	63,91
Liquidadas		6.811.293,96		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	20.000,00	
Despesa de Capital Líquida		4.909.674,50	14.426.717,69	

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	4.624.575,32	2.504.797,28	674.639,18	9.581,64
Despesas Previdenciárias (V)	4.152.148,14	4.431.388,55	4.463.235,54	2.003.820,50
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	472.427,18	-1.926.591,27	-3.788.596,36	-1.994.238,86
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			141.687,50	-129.687,50
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			373.969,31	2.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.597.627,80	15,00	19,56	
Liquidadas	5.597.627,80			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	73.428.500,00	
Previsão Atualizada		—	73.428.500,00	
Receitas Realizadas		13.083.210,66	55.265.380,82	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.071.109,28	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	73.428.500,00	
Créditos Adicionais		—	15.895.450,91	
Dotação Atualizada		—	89.323.950,91	
Despesas Empenhadas		10.624.812,92	60.501.306,54	
Despesas Liquidadas		12.768.109,40	43.473.619,15	
Superavit Orçamentário		—	11.791.761,67	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.624.812,92	60.501.306,54	
Despesas Liquidadas		12.768.109,40	43.473.619,15	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			68.961.340,86	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.052.764,06	7.075.001,19	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.064.164,54	4.142.049,15	
Liquidadas		1.064.164,54	4.142.049,15	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		988.599,52	2.932.952,04	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b) % em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		200.000,00	-6.702.039,53	
Resultado Primário		348.500,00	8.932.114,74	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.433.777,92	87.545,83	3.605.097,06	741.135,03
EXECUTIVO	3.841.488,42	80.169,64	3.056.703,49	704.615,29
LEGISLATIVO	235.500,00	0,00	235.500,00	0,00
EXECUTIVO	356.789,50	7.376,19	312.893,57	36.519,74
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	2.590,50
EXECUTIVO	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	2.590,50
TOTAL:	6.519.212,73	87.545,83	5.687.941,37	743.725,53
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.309.599,29	25%	15,06
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.416.982,97	60%	63,91
Liquidadas		6.811.293,96		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	20.000,00	
Despesa de Capital Líquida		4.909.674,50	14.426.717,69	

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	4.624.575,32	2.504.797,28	674.639,18	9.581,64
Despesas Previdenciárias (V)	4.152.148,14	4.431.388,55	4.463.235,54	2.003.820,50
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	472.427,18	-1.926.591,27	-3.788.596,36	-1.994.238,86
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			141.687,50	-129.687,50
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			373.969,31	2.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.597.627,80	15,00	19,56	
Liquidadas	5.597.627,80			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	73.428.500,00	
Previsão Atualizada		—	73.428.500,00	
Receitas Realizadas		13.083.210,66	55.265.380,82	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.071.109,28	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	73.428.500,00	
Créditos Adicionais		—	15.895.450,91	
Dotação Atualizada		—	89.323.950,91	
Despesas Empenhadas		10.624.812,92	60.501.306,54	
Despesas Liquidadas		12.768.109,40	43.473.619,15	
Superavit Orçamentário		—	11.791.761,67	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.624.812,92	60.501.306,54	
Despesas Liquidadas		12.768.109,40	43.473.619,15	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			68.961.340,86	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.052.764,06	7.075.001,19	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.064.164,54	4.142.049,15	
Liquidadas		1.064.164,54	4.142.049,15	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		988.599,52	2.932.952,04	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	200.000,00	-6.702.039,53	-3.351,02	
Resultado Primário	348.500,00	8.932.114,74	2.563,02	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.433.777,92	87.545,83	3.605.097,06	741.135,03
EXECUTIVO	3.841.488,42	80.169,64	3.056.703,49	704.615,29
LEGISLATIVO	235.500,00	0,00	235.500,00	0,00
EXECUTIVO	356.789,50	7.376,19	312.893,57	36.519,74
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	2.590,50
EXECUTIVO	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	2.590,50
TOTAL:	6.519.212,73	87.545,83	5.687.941,37	743.725,53
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.309.599,29	25%	15,06
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.416.982,97	60%	63,91
Liquidadas		6.811.293,96		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	20.000,00	
Despesa de Capital Líquida		4.909.674,50	14.426.717,69	

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	4.624.575,32	2.504.797,28	674.639,18	9.581,64
Despesas Previdenciárias (V)	4.152.148,14	4.431.388,55	4.463.235,54	2.003.820,50
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	472.427,18	-1.926.591,27	-3.788.596,36	-1.994.238,86
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			141.687,50	-129.687,50
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			373.969,31	2.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.597.627,80	15,00	19,56	
Liquidadas	5.597.627,80			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	68.303.500,00	84.170.950,91	10.026.233,25	56.761.266,66	11.919.529,73	40.233.579,27	92,55	47,80
Ação Legislativa	2.300.000,00	2.300.000,00	343.766,82	1.569.281,50	491.690,28	1.340.941,88	3,08	58,30
Administração	2.300.000,00	2.300.000,00	343.766,82	1.569.281,50	491.690,28	1.340.941,88	3,08	58,30
Planejamento e Orçamento	6.740.700,00	6.590.700,00	784.208,67	4.418.138,75	898.531,73	3.762.417,44	8,65	57,09
Administração Geral	553.000,00	553.000,00	88.043,87	376.385,19	86.998,17	361.135,46	0,83	65,30
Administração Financeira	2.680.500,00	2.280.500,00	278.579,98	1.290.251,08	260.016,25	1.196.174,68	2,75	52,45
Controle Interno	3.412.200,00	3.662.200,00	407.630,48	2.707.481,04	540.932,97	2.162.660,86	4,97	59,05
Segurança Pública	95.000,00	95.000,00	9.954,34	44.021,44	10.584,34	42.446,44	0,10	44,68
Policimento	691.000,00	984.920,89	87.949,63	541.400,80	130.323,91	361.301,51	0,83	36,68
Defesa Civil	618.000,00	911.920,89	87.949,63	537.275,80	129.663,91	368.826,51	0,83	39,35
Assistência Social	73.000,00	73.000,00	0,00	4.125,00	660,00	2.475,00	0,01	3,39
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.684.000,00	3.679.223,12	327.780,05	1.416.740,91	361.704,63	1.039.181,17	2,39	28,24
Assistência Comunitária	317.000,00	453.710,48	37.292,08	258.590,87	60.365,51	190.918,40	0,44	42,08
Serviço da Dívida Interna	1.767.000,00	2.625.512,64	280.956,40	1.114.972,49	291.807,55	805.085,22	1,85	30,66
Previdência Social	600.000,00	600.000,00	9.531,57	43.177,55	9.531,57	43.177,55	0,10	7,20
Previdência do Regime Estatutário	5.535.000,00	5.535.000,00	1.028.103,68	3.984.244,89	1.028.103,68	3.984.244,89	9,16	71,98
Saúde	5.535.000,00	5.535.000,00	1.028.103,68	3.984.244,89	1.028.103,68	3.984.244,89	9,16	71,98
Atenção Básica	14.019.000,00	16.337.504,77	2.249.539,95	12.094.382,34	2.311.415,05	8.919.117,97	20,52	54,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.554.000,00	11.932.140,64	2.025.510,45	8.382.829,40	1.557.262,07	6.712.160,35	15,44	56,25
Vigilância Epidemiológica	1.910.000,00	2.469.311,01	143.650,77	2.293.518,52	387.057,15	1.313.633,53	3,02	53,20
Alimentação e Nutrição	125.000,00	323.099,64	59.745,57	69.100,42	55.753,48	60.327,61	0,14	18,67
Educação	1.430.000,00	1.612.953,48	20.633,16	1.348.934,00	311.342,35	832.996,48	1,92	51,64
Ensino Fundamental	19.855.500,00	21.433.985,74	3.642.573,02	13.053.411,48	3.144.574,54	9.956.585,82	22,90	46,45
Ensino Médio	11.332.500,00	12.513.921,74	2.111.536,84	7.629.560,38	1.832.612,71	5.349.893,98	12,31	42,75
Ensino Superior	238.000,00	168.000,00	8.417,34	113.753,20	22.436,94	76.984,00	0,18	45,82
Educação de Jovens e Adultos	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	8.110.000,00	8.577.064,00	1.522.618,84	5.266.097,90	1.279.524,89	4.494.707,84	10,34	52,40
	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	70.000,00	70.000,00	0,00	45.000,00	10.000,00	35.000,00	0,08	50,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	68.303.500,00	84.170.950,91	10.026.233,25	56.761.266,66	11.919.529,73	40.233.579,27	92,55	47,80
Difusão Cultural	730.000,00	730.000,00	40.143,70	246.481,58	54.091,98	233.216,86	0,54	31,95
Urbanismo	4.919.800,00	15.116.116,39	284.651,74	13.687.380,32	1.436.133,97	5.681.162,16	0,54	31,95
Serviços Urbanos	4.899.800,00	15.116.116,39	284.651,74	13.687.380,32	1.436.133,97	5.681.162,16	13,07	37,58
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,07	37,58
Habituação	438.000,00	273.000,00	560,08	26.385,00	2.278,12	16.163,40	0,00	0,00
Habituação Urbana	438.000,00	273.000,00	560,08	26.385,00	2.278,12	16.163,40	0,04	5,92
Saneamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	5,92
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	707.500,00	640.500,00	87.894,31	406.688,84	88.502,08	397.166,26	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	707.500,00	632.500,00	87.894,31	406.688,84	88.502,08	397.166,26	0,91	62,01
Controle Ambiental	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,91	62,79
Agricultura	1.775.000,00	3.082.000,00	562.278,60	2.351.386,81	1.328.619,81	2.059.763,13	0,00	0,00
Extensão Rural	1.775.000,00	3.082.000,00	562.278,60	2.351.386,81	1.328.619,81	2.059.763,13	4,74	66,83
Indústria	407.000,00	267.000,00	14.607,93	55.497,02	14.607,93	55.497,02	4,74	66,83
Promoção Industrial	407.000,00	267.000,00	14.607,93	55.497,02	14.607,93	55.497,02	0,13	20,79
Comércio e Serviços	430.000,00	130.000,00	0,00	12.059,40	1.544,45	5.217,77	0,13	20,79
Turismo	430.000,00	130.000,00	0,00	12.059,40	1.544,45	5.217,77	0,01	4,01
Energia	1.760.000,00	1.760.000,00	257.860,33	862.050,79	202.478,04	761.672,39	0,01	4,01
Energia Elétrica	1.760.000,00	1.760.000,00	257.860,33	862.050,79	202.478,04	761.672,39	1,75	43,28
Transporte	570.000,00	570.000,00	14.996,41	395.473,65	89.988,28	293.652,58	1,75	43,28
Transporte Aéreo	140.000,00	140.000,00	14.526,89	57.249,40	12.751,37	43.131,85	0,68	51,52
Transporte Rodoviário	430.000,00	430.000,00	469,52	338.224,25	77.236,91	250.520,73	0,10	30,81
Desporto e Lazer	1.260.000,00	1.260.000,00	118.583,62	877.130,44	154.206,54	603.144,88	0,58	58,26
Desporto Comunitário	1.095.000,00	1.095.000,00	118.583,62	819.869,86	154.206,54	597.280,22	1,39	47,87
Lazer	165.000,00	165.000,00	0,00	57.260,58	0,00	5.864,66	1,37	54,55
Encargos Especiais	1.621.000,00	1.621.000,00	180.734,71	763.132,14	180.734,71	763.132,14	0,01	3,55
Serviço da Dívida Interna	846.000,00	846.000,00	65.995,09	268.320,69	65.995,09	268.320,69	1,76	47,08
Outros Encargos Especiais	775.000,00	775.000,00	114.739,62	494.811,45	114.739,62	494.811,45	0,62	31,72

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.303.500,00	84.170.950,91	10.026.233,25	56.761.266,66	11.919.529,73	40.233.579,27	92,55	47,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850.000,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.153.000,00	598.579,67	3.740.039,88	848.579,67	3.240.039,88	7,45	62,88
Legislativa	90.000,00	90.000,00	12.137,52	51.338,84	12.137,52	51.338,84	0,12	57,04
Ação Legislativa	90.000,00	90.000,00	12.137,52	51.338,84	12.137,52	51.338,84	0,12	57,04
Administração	2.700.000,00	2.640.000,00	170.931,60	2.156.663,66	420.931,60	1.656.663,66	3,81	62,75
Administração Geral	2.700.000,00	2.640.000,00	170.931,60	2.156.663,66	420.931,60	1.656.663,66	3,81	62,75
Saúde	750.000,00	750.000,00	151.079,26	515.611,63	151.079,26	515.611,63	1,19	68,75
Atenção Básica	750.000,00	750.000,00	151.079,26	515.611,63	151.079,26	515.611,63	1,19	68,75
Educação	1.585.000,00	1.673.000,00	264.431,29	1.016.425,75	264.431,29	1.016.425,75	2,34	60,75
Ensino Fundamental	760.000,00	808.000,00	133.378,14	498.164,93	133.378,14	498.164,93	1,15	61,65
Educação Infantil	825.000,00	865.000,00	131.053,15	518.260,82	131.053,15	518.260,82	1,19	59,91
TOTAL (III) = (I + II)	73.428.500,00	89.323.950,91	10.624.812,92	60.501.306,54	12.768.109,40	43.473.619,15	100,00	48,67

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMALURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador
--	--	-------------------------------

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

REDO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	5.590.489,35	5.662.072,05	5.817.666,91	6.853.076,91	5.949.908,43	7.146.822,05	7.406.271,71	6.901.002,77	6.776.134,87	5.951.078,76	6.595.841,90	77.245.466,92	74.965.500,00
	IRPJ/L	616.187,01	525.672,47	475.027,78	572.704,53	395.345,42	996.757,58	2.394.246,97	852.634,79	671.834,09	935.599,85	601.070,63	9.445.090,92	10.147.000,00
	IRPJ.F	62.864,02	8.105,35	12.626,35	22.398,17	29,06	146.871,82	1.507.194,97	227.071,26	102.171,67	93.996,00	87.595,07	2.362.406,30	3.000.000,00
	IR.R.F.	84.693,27	83.200,54	89.300,85	154.365,29	68.890,68	88.390,63	96.023,44	89.200,49	109.364,73	92.390,25	97.746,52	1.169.886,79	1.020.000,00
	I.S.S.	214.608,11	211.642,89	226.676,18	216.870,45	242.766,74	230.917,84	217.315,43	242.588,66	253.170,51	237.382,74	244.634,31	2.786.725,06	3.000.000,00
	ITBI	163.894,43	154.776,08	85.361,63	128.723,83	51.169,92	100.546,47	89.958,91	160.216,11	113.494,95	98.291,93	86.026,80	1.456.989,80	1.200.000,00
	Outras Receitas Tributárias	90.127,18	67.947,61	60.070,57	50.534,79	31.468,02	430.057,82	473.754,22	133.326,27	93.642,23	63.001,37	82.097,93	1.666.072,97	1.927.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	241.167,64	239.847,32	239.769,94	354.598,70	167.389,04	361.632,54	330.267,87	283.193,93	257.078,11	259.163,88	276.312,55	3.277.094,44	3.480.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL	61.709,38	82.262,38	70.032,30	102.039,79	74.468,81	580.652,91	167.702,14	397.392,06	656.390,18	134.409,39	253.606,89	789.423,29	819.500,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.510.041,62	4.661.876,77	4.851.136,41	5.522.737,44	5.146.396,15	4.943.627,34	4.362.189,09	5.186.596,35	5.021.403,74	4.447.257,74	4.705.103,03	57.829.104,44	57.906.000,00
	Cota-Parte do FPM	1.058.034,86	1.058.051,12	1.471.727,62	2.220.274,19	1.794.494,11	1.935.576,68	1.130.379,87	1.290.138,31	1.719.267,93	1.289.339,96	1.345.278,17	17.379.944,71	18.000.000,00
	Cota-Parte do ICMS	1.016.075,83	987.988,21	1.089.230,32	1.085.552,09	1.070.744,97	1.015.103,48	1.024.493,20	1.002.484,20	1.021.939,61	1.030.335,32	1.004.596,06	12.327.136,40	14.000.000,00
	Cota-Parte do IRPJ	291.945,59	288.746,53	193.329,81	125.604,69	153.960,19	202.019,46	250.415,20	284.303,29	300.796,69	296.042,77	293.343,94	3.037.726,67	2.800.000,00
	Cota-Parte do ITR	24.089,20	174.305,84	18.933,12	5.490,62	12.799,78	2.943,22	50,62	13.767,71	2.809,03	1.446,30	292,17	256.910,55	120.000,00
Outras Transferências Correntes	939.436,45	1.004.314,54	776.151,23	789.104,82	784.057,13	511.543,12	746.795,60	1.379.094,47	638.118,70	570.685,07	898.592,32	9.841.922,20	8.166.000,00	
Transferências da LC 87/1989	14.252,45	15.235,97	16.900,65	18.063,17	16.794,61	14.216,72	13.893,32	15.119,83	16.445,30	15.693,28	16.091,06	189.264,69	200.000,00	
Transferências da LC 87/1996	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	53.465,12	120.000,00	
Transferências do FUNDEB	1.161.777,02	1.128.894,34	1.270.715,44	1.284.157,84	1.319.077,33	1.287.773,63	1.186.723,05	1.197.710,51	1.309.588,45	1.239.307,01	1.227.539,38	14.742.733,90	14.500.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	161.393,70	152.413,11	181.696,46	301.025,45	165.319,01	263.759,68	161.865,64	190.079,64	189.438,75	536.657,90	233.981,60	3.348.705,60	2.616.000,00	
DEDUÇÕES (II)	699.797,11	636.237,94	683.526,64	811.159,97	738.108,58	736.297,14	629.488,22	663.446,54	761.230,75	670.618,49	685.591,90	8.284.126,06	8.766.000,00	
	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	131.350,18	130.446,98	129.374,47	247.723,79	129.352,98	129.352,98	144.754,32	141.913,82	144.091,67	143.248,30	151.405,89	1.776.172,09	1.720.000,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	478.446,93	505.790,96	564.152,17	553.436,18	608.646,11	628.944,16	484.733,90	521.535,72	617.139,08	527.370,19	532.904,68	7.048.000,00	
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.890.692,24	5.025.834,11	5.124.140,27	6.051.916,94	5.210.799,85	6.388.525,91	6.776.783,49	6.237.553,23	6.014.904,12	5.280.460,27	5.899.889,20	66.961.340,86	66.200.500,00
FONTE		CURITIBANOS, 16/09/2014												
JOSE ANTONIO GUIO Prefeito Municipal		ANAUARY SILVA Secretário de Administração												

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		TOTAL (ULT. 12 MES.)												
		Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014			
RECEITAS CORRENTES (I)		5.590.489,35	5.662.072,05	5.817.666,91	6.053.076,91	5.946.908,43	7.146.822,05	7.406.271,71	6.901.002,77	6.776.134,87	5.951.078,76	6.595.841,10	77.245.466,92	74.966.500,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		616.187,01	525.672,47	475.027,78	572.704,53	395.345,42	996.757,58	2.394.246,97	852.634,79	671.834,09	933.599,85	601.070,63	9.445.090,92	10.147.000,00
I.P.T.U.		62.864,02	8.105,35	12.626,35	22.398,17	29,06	146.874,82	1.507.194,97	227.071,26	102.171,67	91.513,56	93.996,00	2.362.406,30	3.000.000,00
I.R.R.F.		84.693,27	83.200,54	89.390,85	154.395,29	68.890,68	88.390,63	96.023,44	89.200,49	103.364,73	92.390,25	97.746,52	1.169.886,79	1.020.000,00
I.S.S.		214.608,11	211.642,89	226.676,18	216.870,45	242.766,74	230.917,84	217.315,43	242.888,66	253.170,51	237.382,74	244.634,31	2.786.725,06	3.000.000,00
I.T.E.U.		163.894,43	154.776,08	85.361,63	126.723,83	51.169,92	100.546,47	89.958,91	160.816,11	113.494,95	96.291,93	220.136,54	1.456.989,90	1.200.000,00
Outras Receitas Tributárias		90.127,18	67.947,61	60.970,57	50.534,79	31.480,02	430.057,82	473.754,22	133.326,27	93.642,23	62.001,37	92.300,96	1.666.072,97	1.927.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		241.167,64	239.847,32	239.769,94	354.598,70	167.389,04	361.632,54	330.267,87	283.193,93	257.078,11	259.163,88	276.312,55	3.277.084,44	3.480.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		61.709,38	82.262,38	70.032,30	102.039,79	74.468,81	580.652,91	167.702,14	387.392,06	656.390,18	134.409,39	258.606,89	789.423,29	819.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.510.041,62	4.661.876,77	4.851.139,41	5.522.737,44	5.146.396,15	4.943.627,34	4.362.189,09	5.186.596,35	5.021.403,74	4.447.257,74	4.705.103,03	57.829.104,44	57.906.000,00
Cota-Parte do FPM		1.058.034,86	1.068.051,12	1.471.727,62	2.220.274,19	1.794.494,11	1.936.576,68	1.130.379,87	1.290.138,31	1.719.267,93	1.289.339,96	1.345.278,17	17.379.944,71	18.000.000,00
Cota-Parte do ICMS		1.016.075,93	987.988,21	1.099.230,32	1.095.552,09	1.070.744,97	1.015.108,48	1.024.493,20	1.002.484,20	1.021.939,61	1.030.335,32	1.004.596,06	12.327.136,40	14.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		291.945,59	288.746,53	193.329,81	125.604,69	153.960,19	202.019,46	250.415,20	284.303,29	300.796,69	296.042,77	337.316,51	293.343,94	2.800.000,00
Cota-Parte do ITR		24.089,20	174.305,84	18.933,12	5.490,62	12.799,78	2.943,22	50,62	13.767,71	2.809,03	1.446,30	292,17	256.910,55	120.000,00
Outras Transferências Correntes		939.436,45	1.004.314,54	776.151,23	789.104,82	794.057,13	511.543,12	749.795,60	1.379.094,47	626.118,70	570.685,07	898.592,32	9.841.922,20	8.166.000,00
Transferências da LC 87/1999		14.252,45	15.235,97	16.900,65	18.063,17	16.794,61	14.216,72	13.893,32	15.119,63	16.445,30	16.091,06	16.593,28	189.264,69	200.000,00
Transferências da LC 87/1996		4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	53.465,12	120.000,00
Transferências do FUNDEB		1.161.777,02	1.128.894,34	1.270.715,44	1.284.157,84	1.319.077,33	1.287.773,63	1.186.723,05	1.197.710,51	1.309.598,45	1.239.307,01	1.227.539,38	14.742.733,90	14.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		161.393,70	152.413,11	181.696,46	301.025,45	165.319,01	263.759,68	161.865,64	190.079,64	189.438,75	536.657,90	233.981,60	3.348.705,60	2.616.000,00
DEDUÇÕES (II)		695.797,11	636.237,94	683.526,64	801.159,97	738.108,58	736.297,14	629.498,22	663.449,54	761.230,75	670.618,49	685.591,90	8.284.126,06	8.766.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		131.350,18	130.446,98	129.374,47	247.723,79	129.352,98	144.754,32	141.915,82	143.248,30	144.091,67	143.248,30	151.405,89	1.776.172,09	1.720.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		478.446,93	505.790,96	584.152,17	553.436,18	608.646,11	628.944,16	484.733,90	521.535,72	617.139,08	527.370,19	532.904,68	6.507.963,97	7.048.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		4.890.692,24	5.025.834,11	5.124.140,27	6.051.916,94	5.210.799,85	6.388.525,91	6.776.783,49	6.237.553,23	6.014.904,12	5.280.460,27	5.899.889,20	66.961.340,86	66.200.500,00
FONTE														
CURITIBANOS, 16/09/2014														
JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal		FLAVIO LUIZ ZILIO Controlador												

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

REO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)														
RECEITA TRIBUTÁRIA														
IPTU		5.590.489,35	5.662.072,05	5.817.666,91	6.053.076,91	5.946.908,43	7.146.822,05	7.406.271,71	6.901.002,77	6.776.134,87	5.951.078,76	6.595.841,10	77.245.466,92	74.968.500,00
		616.187,01	525.672,47	475.027,78	572.704,53	395.345,42	99.757,58	2.394.246,97	852.634,79	671.834,09	935.599,95	601.070,63	9.445.090,92	10.147.000,00
IRPJ		62.864,02	8.105,35	12.626,35	22.398,17	29,06	146.871,82	1.507.194,97	227.071,26	102.171,67	91.599,00	87.595,07	2.362.406,30	3.000.000,00
IRRF		64.693,27	83.200,54	83.900,85	154.365,29	69.890,68	89.390,63	96.023,44	89.200,49	109.364,73	92.390,25	97.746,52	1.169.886,79	1.020.000,00
I.S.S.		214.608,11	211.642,89	226.676,18	216.870,45	242.766,74	230.917,84	217.315,43	242.388,66	253.170,51	237.382,74	246.151,20	2.786.725,06	3.000.000,00
ITEL		163.894,43	154.776,08	85.351,83	128.723,83	51.169,92	100.546,47	89.958,91	160.616,11	113.494,95	99.291,93	92.300,96	1.456.989,90	1.200.000,00
Outras Receitas Tributárias		90.127,18	67.947,61	60.070,57	50.334,79	31.468,02	430.057,82	473.754,22	133.326,27	93.642,23	62.091,37	82.097,93	1.666.072,97	1.927.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES														
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		241.167,64	239.847,32	239.769,94	354.598,70	167.399,04	361.632,54	330.267,87	283.193,93	257.078,11	293.163,88	276.312,55	3.277.094,44	3.480.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		61.709,38	82.262,38	70.032,30	102.039,79	74.468,81	580.652,91	167.702,14	397.392,06	656.390,18	134.409,39	253.606,89	789.423,29	819.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES														
Cota-Parte do FPM		4.510.041,62	4.661.876,77	4.851.136,41	5.522.737,44	5.146.396,15	4.943.627,34	4.362.189,09	5.186.596,35	5.021.403,74	4.447.257,74	4.705.109,03	57.829.104,44	57.906.000,00
Cota-Parte do ICMS		1.098.034,86	1.098.051,12	1.471.727,62	2.220.274,19	1.794.494,11	1.905.576,68	1.130.379,87	1.290.138,31	1.719.267,93	1.289.339,96	1.345.278,17	17.379.944,71	18.000.000,00
Cota-Parte do IRPJ		1.016.075,93	967.988,21	1.099.230,32	1.095.552,09	1.070.744,97	1.015.103,48	1.024.493,20	1.002.484,20	1.021.939,61	1.030.335,32	1.004.596,06	12.327.136,40	14.000.000,00
Cota-Parte do IRPJ		291.946,59	288.746,53	193.329,81	125.604,69	153.960,19	202.019,46	250.415,20	284.303,29	300.796,69	296.042,77	337.316,51	293.343,94	2.800.000,00
Cota-Parte do ITR		24.089,20	174.305,84	18.953,12	5.490,62	12.799,78	2.943,22	50,62	13.767,71	2.809,03	1.446,30	292,17	256.910,55	120.000,00
Outras Transferências Correntes		939.436,45	1.004.314,54	776.151,23	789.104,82	784.057,13	511.543,12	746.795,60	1.379.094,47	638.118,70	570.685,07	898.592,32	9.841.922,20	8.166.000,00
Transferências da LC 87/1996		14.252,45	15.235,97	16.900,65	18.063,17	16.794,61	14.216,72	13.893,32	15.119,63	16.445,30	15.693,28	16.091,06	189.264,69	200.000,00
Transferências da LC 87/1996		4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	53.465,12	120.000,00
Transferências do FUNDEB		1.161.777,02	1.126.894,34	1.270.715,44	1.284.157,84	1.319.077,33	1.287.773,63	1.186.723,05	1.197.710,51	1.309.588,45	1.239.307,01	1.227.539,38	14.742.733,90	14.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		161.393,70	152.413,11	181.696,46	301.025,45	165.319,01	263.759,68	161.865,64	190.079,64	169.435,75	536.657,90	233.901,60	3.348.705,60	2.616.000,00
DEDUÇÕES (II)														
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		699.797,11	636.237,94	683.526,64	801.159,97	738.108,58	736.297,14	629.498,22	663.449,54	761.230,75	670.618,49	685.591,90	8.284.126,06	8.766.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		131.350,18	130.446,98	129.374,47	247.723,79	129.352,98	129.352,98	144.754,32	141.913,82	144.091,67	143.248,30	151.405,89	1.776.172,09	1.720.000,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		478.446,98	505.790,96	584.152,17	553.436,18	608.946,11	628.944,16	628.944,16	521.552,72	617.139,08	527.370,19	537.963,97	7.048.000,00	7.048.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		4.980.892,24	5.025.834,11	5.124.140,27	6.051.916,94	5.210.799,85	6.388.525,91	6.776.783,49	6.237.553,23	6.014.904,12	5.280.460,27	5.899.889,20	66.961.340,86	66.200.500,00

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIZ
Prefeito Municipal

ANAUARY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.198.000,00	2.198.000,00	1.201.196,54	3.829.776,41	1.593.846,87
RECEITAS CORRENTES	2.198.000,00	2.198.000,00	1.201.196,54	3.829.776,41	1.593.846,87
Recarga de Contribuições dos Segurados	1.720.000,00	1.720.000,00	304.453,11	1.137.276,67	974.108,68
Pessoal Civil	1.720.000,00	1.720.000,00	304.453,11	1.137.276,67	974.108,68
Ativo	1.700.000,00	1.700.000,00	300.786,57	1.122.624,26	962.002,62
Inativo	10.000,00	10.000,00	2.204,64	8.918,57	6.723,38
Pensionista	10.000,00	10.000,00	1.461,90	5.733,84	5.382,68
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	448.000,00	448.000,00	813.748,30	2.325.539,75	191.715,94
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	448.000,00	448.000,00	813.748,30	2.325.539,75	191.715,94
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	30.000,00	30.000,00	82.995,13	366.959,99	428.022,25
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	30.000,00	30.000,00	82.995,13	366.959,99	428.022,25
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	851.567,52	3.245.224,78	2.962.744,66
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	7.323.000,00	7.323.000,00	2.052.764,06	7.075.001,19	4.556.591,53
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	5.873.000,00	5.873.000,00	1.064.164,54	4.142.049,15	3.408.734,54
ADMINISTRAÇÃO	338.000,00	338.000,00	36.060,86	144.820,14	116.300,47
Despesas Correntes	320.000,00	320.000,00	36.060,86	140.242,14	116.300,47
Despesas de Capital	18.000,00	18.000,00	0,00	4.578,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.535.000,00	5.535.000,00	1.028.103,68	3.997.229,01	3.292.434,07
					Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de CURITIBANOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.028,103,68	3.997,018,77	3.292.434,07
Aposentadorias	0,00	0,00	806,014,94	3.135.588,82	2.569.877,46
Pensões	0,00	0,00	221,855,14	860,729,15	732.556,61
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	233,60	700,80	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.535,000,00	5.535,000,00	0,00	210,24	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.535,000,00	5.535,000,00	0,00	210,24	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	5.573.000,00	5.573.000,00	1.064.164,54	4.142.049,15	3.408.734,54
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	1.450.000,00	1.450.000,00	988.599,52	2.932.952,04	1.147.856,99
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR			RECEITAS REALIZADAS		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	102.468,81	398.018,71	367.350,90
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	102.468,81	398.018,71	367.350,90
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	102.468,81	398.018,71	367.350,90
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			1.450.000,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA		
Caixa	Bancos Conta Movimento	Investimentos	JULHO	2014	2013
				0,00	0,00
				368.936,97	545.033,02
				15.866.512,30	13.573.578,06

Continua 2/4

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VII)	5.125.000,00	5.125.000,00	851.567,52	3.245.224,78
Recita de Contribuições Patronais	5.125.000,00	5.125.000,00	851.567,52	3.245.224,78
Pessoal Civil	3.625.000,00	3.625.000,00	601.567,52	2.245.224,78
Ativo	3.625.000,00	3.625.000,00	601.567,52	2.245.224,78
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	1.000.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VII + IX - X)	5.125.000,00	5.125.000,00	851.567,52	3.245.224,78
				2.962.744,66
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)				
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador
--	---	-------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.722.766,42	3.314.968,17	3.248.973,08
DEDUÇÕES (II)	11.854.897,68	19.434.878,77	18.098.187,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.940.797,19	19.438.533,97	18.101.455,89
Demais Haveres Financeiros	-464,70	-464,70	-405,04
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.085.434,81	3.190,50	2.863,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.132.131,26	-16.119.910,60	-14.849.213,94
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	398.189,88	387.002,31	383.146,73
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-8.530.321,14	-16.506.912,91	-15.232.360,67

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	1.274.552,24	-6.702.039,53

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	200.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
Passivo Atuarial	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
DEDUÇÕES (VIII)	13.271.454,59	15.223.043,85	16.314.112,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	388.010,38	420.279,85	447.599,88
Investimentos	12.883.444,21	14.802.764,00	15.866.512,30
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	39.970.956,00	38.019.366,74	36.928.298,41
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	39.970.956,00	38.019.366,74	36.928.298,41

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.722.766,42	3.314.968,17	3.248.973,08
DEDUÇÕES (II)	11.854.897,68	19.434.878,77	18.098.187,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.940.797,19	19.438.533,97	18.101.455,89
Demais Haveres Financeiros	-464,70	-464,70	-405,04
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.085.434,81	3.190,50	2.863,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.132.131,26	-16.119.910,60	-14.849.213,94
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	398.189,88	387.002,31	383.146,73
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-8.530.321,14	-16.506.912,91	-15.232.360,67

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	1.274.552,24	-6.702.039,53

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	200.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
Passivo Atuarial	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
DEDUÇÕES (VIII)	13.271.454,59	15.223.043,85	16.314.112,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	388.010,38	420.279,85	447.599,88
Investimentos	12.883.444,21	14.802.764,00	15.866.512,30
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	39.970.956,00	38.019.366,74	36.928.298,41
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	39.970.956,00	38.019.366,74	36.928.298,41

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.722.766,42	3.314.968,17	3.248.973,08
DEDUÇÕES (II)	11.854.897,68	19.434.878,77	18.098.187,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.940.797,19	19.438.533,97	18.101.455,89
Demais Haveres Financeiros	-464,70	-464,70	-405,04
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.085.434,81	3.190,50	2.863,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.132.131,26	-16.119.910,60	-14.849.213,94
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	398.189,88	387.002,31	383.146,73
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-8.530.321,14	-16.506.912,91	-15.232.360,67

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	1.274.552,24	-6.702.039,53

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	200.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
Passivo Atuarial	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
DEDUÇÕES (VIII)	13.271.454,59	15.223.043,85	16.314.112,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	388.010,38	420.279,85	447.599,88
Investimentos	12.883.444,21	14.802.764,00	15.866.512,30
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	39.970.956,00	38.019.366,74	36.928.298,41
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	39.970.956,00	38.019.366,74	36.928.298,41

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	72.226.000,00	11.997.518,88	49.131.801,08	44.676.701,11
Receita Tributária	10.147.000,00	1.370.910,43	7.255.499,13	6.467.981,36
I.P.T.U.	3.000.000,00	181.564,07	2.256.419,41	2.029.792,67
I.S.S.	3.000.000,00	492.785,51	1.916.927,43	1.820.743,15
I.T.B.I.	1.200.000,00	309.163,34	924.233,63	736.186,52
I.R.R.F.	1.020.000,00	212.995,62	758.245,84	624.098,14
Outras Receitas Tributárias	1.927.000,00	174.401,89	1.399.672,82	1.257.160,88
Receita de Contribuição	7.105.000,00	1.144.385,99	4.446.934,62	3.932.509,61
Receitas Previdenciárias	5.345.000,00	906.020,63	3.382.501,45	2.936.853,34
Outras Contribuições	1.760.000,00	238.365,36	1.064.433,17	995.656,27
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	819.500,00	1.028.232,18	3.029.457,67	460.081,31
(-) Aplicações Financeiras	819.500,00	1.028.232,18	3.029.457,67	460.081,31
Transferências Correntes	50.858.000,00	8.157.757,22	33.877.182,47	30.545.596,46
F.P.M.	14.400.000,00	1.962.126,51	9.257.485,74	8.574.934,54
I.C.M.S.	11.200.000,00	1.570.645,13	6.502.728,65	6.033.349,08
Convênios	311.000,00	0,00	0,00	130.086,00
Outras Transferências Correntes	24.947.000,00	4.624.985,58	18.116.968,08	15.807.226,84
Demais Receitas Correntes	4.116.000,00	1.324.465,24	3.552.184,86	3.730.613,68
Dívida Ativa	1.045.000,00	181.388,83	625.419,95	674.112,63
Diversas Receitas Correntes	3.071.000,00	1.143.076,41	2.926.764,91	3.056.501,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	383.000,00	57.459,60	3.104.122,07	2.761.490,21
Operações de Crédito (III)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.000,00	5.272,50	141.687,50	250.100,00
Transferências de Capital	351.000,00	52.187,10	2.962.434,57	2.511.390,21
Convênios	350.000,00	52.187,10	2.962.434,57	2.468.262,21
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	0,00	43.128,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	351.000,00	52.187,10	2.962.434,57	2.511.390,21
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	72.577.000,00	12.049.705,98	52.094.235,65	47.188.091,32

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	68.137.558,72	10.872.867,76	38.563.944,65	34.185.176,22
Pessoal e Encargos Sociais	40.164.848,51	6.301.939,33	24.732.157,63	21.965.853,51
Juros e Encargos da Dívida (IX)	600.000,00	9.531,57	43.177,55	366.338,85
Outras Despesas Correntes	27.372.710,21	4.561.396,86	13.788.609,47	11.852.983,86
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	67.537.558,72	10.863.336,19	38.520.767,10	33.818.837,37
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.336.392,19	1.895.241,64	4.909.674,50	4.092.077,06
Investimentos	18.736.392,19	1.829.246,55	4.641.353,81	3.598.113,74
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	600.000,00	65.995,09	268.320,69	493.963,32
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.736.392,19	1.829.246,55	4.641.353,81	3.598.113,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	400.000,00	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.450.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	88.123.950,91	12.692.582,74	43.162.120,91	37.416.951,11
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-15.546.950,91	-642.876,76	8.932.114,74	9.771.140,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.071.109,28	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.071.109,28	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				348.500,00

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

 JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

 AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

 FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	72.226.000,00	11.997.518,88	49.131.801,08	44.676.701,11
Receita Tributária	10.147.000,00	1.370.910,43	7.255.499,13	6.467.981,36
I.P.T.U.	3.000.000,00	181.564,07	2.256.419,41	2.029.792,67
I.S.S.	3.000.000,00	492.785,51	1.916.927,43	1.820.743,15
I.T.B.I.	1.200.000,00	309.163,34	924.233,63	736.186,52
I.R.R.F.	1.020.000,00	212.995,62	758.245,84	624.098,14
Outras Receitas Tributárias	1.927.000,00	174.401,89	1.399.672,82	1.257.160,88
Receita de Contribuição	7.105.000,00	1.144.385,99	4.446.934,62	3.932.509,61
Receitas Previdenciárias	5.345.000,00	906.020,63	3.382.501,45	2.936.853,34
Outras Contribuições	1.760.000,00	238.365,36	1.064.433,17	995.656,27
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	819.500,00	1.028.232,18	3.029.457,67	460.081,31
(-) Aplicações Financeiras	819.500,00	1.028.232,18	3.029.457,67	460.081,31
Transferências Correntes	50.858.000,00	8.157.757,22	33.877.182,47	30.545.596,46
F.P.M.	14.400.000,00	1.962.126,51	9.257.485,74	8.574.934,54
I.C.M.S.	11.200.000,00	1.570.645,13	6.502.728,65	6.033.349,08
Convênios	311.000,00	0,00	0,00	130.086,00
Outras Transferências Correntes	24.947.000,00	4.624.985,58	18.116.968,08	15.807.226,84
Demais Receitas Correntes	4.116.000,00	1.324.465,24	3.552.184,86	3.730.613,68
Dívida Ativa	1.045.000,00	181.388,83	625.419,95	674.112,63
Diversas Receitas Correntes	3.071.000,00	1.143.076,41	2.926.764,91	3.056.501,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	383.000,00	57.459,60	3.104.122,07	2.761.490,21
Operações de Crédito (III)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.000,00	5.272,50	141.687,50	250.100,00
Transferências de Capital	351.000,00	52.187,10	2.962.434,57	2.511.390,21
Convênios	350.000,00	52.187,10	2.962.434,57	2.468.262,21
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	0,00	43.128,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	351.000,00	52.187,10	2.962.434,57	2.511.390,21
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	72.577.000,00	12.049.705,98	52.094.235,65	47.188.091,32

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	68.137.558,72	10.872.867,76	38.563.944,65	34.185.176,22
Pessoal e Encargos Sociais	40.164.848,51	6.301.939,33	24.732.157,63	21.965.853,51
Juros e Encargos da Dívida (IX)	600.000,00	9.531,57	43.177,55	366.338,85
Outras Despesas Correntes	27.372.710,21	4.561.396,86	13.788.609,47	11.852.983,86
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	67.537.558,72	10.863.336,19	38.520.767,10	33.818.837,37
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.336.392,19	1.895.241,64	4.909.674,50	4.092.077,06
Investimentos	18.736.392,19	1.829.246,55	4.641.353,81	3.598.113,74
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	600.000,00	65.995,09	268.320,69	493.963,32
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.736.392,19	1.829.246,55	4.641.353,81	3.598.113,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	400.000,00	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.450.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	88.123.950,91	12.692.582,74	43.162.120,91	37.416.951,11
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-15.546.950,91	-642.876,76	8.932.114,74	9.771.140,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.071.109,28	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.071.109,28	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				348.500,00

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	72.226.000,00	11.997.518,88	49.131.801,08	44.676.701,11
Receita Tributária	10.147.000,00	1.370.910,43	7.255.499,13	6.467.981,36
I.P.T.U.	3.000.000,00	181.564,07	2.256.419,41	2.029.792,67
I.S.S.	3.000.000,00	492.785,51	1.916.927,43	1.820.743,15
I.T.B.I.	1.200.000,00	309.163,34	924.233,63	736.186,52
I.R.R.F.	1.020.000,00	212.995,62	758.245,84	624.098,14
Outras Receitas Tributárias	1.927.000,00	174.401,89	1.399.672,82	1.257.160,88
Receita de Contribuição	7.105.000,00	1.144.385,99	4.446.934,62	3.932.509,61
Receitas Previdenciárias	5.345.000,00	906.020,63	3.382.501,45	2.936.853,34
Outras Contribuições	1.760.000,00	238.365,36	1.064.433,17	995.656,27
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	819.500,00	1.028.232,18	3.029.457,67	460.081,31
(-) Aplicações Financeiras	819.500,00	1.028.232,18	3.029.457,67	460.081,31
Transferências Correntes	50.858.000,00	8.157.757,22	33.877.182,47	30.545.596,46
F.P.M.	14.400.000,00	1.962.126,51	9.257.485,74	8.574.934,54
I.C.M.S.	11.200.000,00	1.570.645,13	6.502.728,65	6.033.349,08
Convênios	311.000,00	0,00	0,00	130.086,00
Outras Transferências Correntes	24.947.000,00	4.624.985,58	18.116.968,08	15.807.226,84
Demais Receitas Correntes	4.116.000,00	1.324.465,24	3.552.184,86	3.730.613,68
Dívida Ativa	1.045.000,00	181.388,83	625.419,95	674.112,63
Diversas Receitas Correntes	3.071.000,00	1.143.076,41	2.926.764,91	3.056.501,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	383.000,00	57.459,60	3.104.122,07	2.761.490,21
Operações de Crédito (III)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.000,00	5.272,50	141.687,50	250.100,00
Transferências de Capital	351.000,00	52.187,10	2.962.434,57	2.511.390,21
Convênios	350.000,00	52.187,10	2.962.434,57	2.468.262,21
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	0,00	43.128,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	351.000,00	52.187,10	2.962.434,57	2.511.390,21
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	72.577.000,00	12.049.705,98	52.094.235,65	47.188.091,32

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	68.137.558,72	10.872.867,76	38.563.944,65	34.185.176,22
Pessoal e Encargos Sociais	40.164.848,51	6.301.939,33	24.732.157,63	21.965.853,51
Juros e Encargos da Dívida (IX)	600.000,00	9.531,57	43.177,55	366.338,85
Outras Despesas Correntes	27.372.710,21	4.561.396,86	13.788.609,47	11.852.983,86
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	67.537.558,72	10.863.336,19	38.520.767,10	33.818.837,37
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.336.392,19	1.895.241,64	4.909.674,50	4.092.077,06
Investimentos	18.736.392,19	1.829.246,55	4.641.353,81	3.598.113,74
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	600.000,00	65.995,09	268.320,69	493.963,32
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.736.392,19	1.829.246,55	4.641.353,81	3.598.113,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	400.000,00	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.450.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	88.123.950,91	12.692.582,74	43.162.120,91	37.416.951,11
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-15.546.950,91	-642.876,76	8.932.114,74	9.771.140,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.071.109,28	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.071.109,28	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				348.500,00

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGAO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Inscritos	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)								
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				2.590,50	386.786,50	4.076.988,42	3.605.370,39	3.605.097,06
CHEFIAO EXECUTIVO	0,00	2.085.434,81	0,00	2.590,50	356.786,50	3.840.646,92	3.399.028,89	3.368.755,56
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	1.925.363,40	0,00	2.590,50	330.286,76	631.801,98	675.156,55	675.156,55
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.743,30	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	33.467,59	0,00	0,00	0,00	92.084,17	79.309,61	79.309,61
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	117.276,26	0,00	0,00	36.519,74	2.969.696,42	2.524.199,61	2.523.926,28
FUNREBOM	0,00	7.554,26	0,00	0,00	0,00	94.396,99	80.189,02	80.189,02
IFESMUC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.177,36	8.674,10	8.674,10
INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841,50	841,50	841,50
LEGISLATIVO								
PODER LEGISLATIVO				0,00	0,00	235.500,00	235.500,00	235.500,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)				0,00	0,00	235.500,00	235.500,00	235.500,00
TOTAL (III) = (I) + (II):	0,00	2.085.434,81	-	2.590,50	386.786,50	4.076.988,42	3.605.370,39	3.605.097,06

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILLO Contador
--	---	-------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGAO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Inscritos	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)								
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
CHEFIAO EXECUTIVO	0,00	2.085.434,81	0,00	2.590,50	386.786,50	4.076.988,42	3.605.370,39	3.605.097,06
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	2.085.434,81	0,00	2.590,50	356.786,50	3.640.646,92	3.389.028,89	3.368.755,56
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.925.363,40	0,00	2.590,50	330.286,76	631.801,98	675.156,55	675.156,55
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	1.743,30	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	33.467,59	0,00	0,00	0,00	92.084,17	79.309,61	79.309,61
FUNREBOM	0,00	117.276,26	0,00	0,00	36.519,74	2.969.696,42	2.524.199,61	2.523.926,28
IFESMUC	0,00	7.554,26	0,00	0,00	0,00	94.396,99	80.189,02	80.189,02
INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.177,36	8.674,10	8.674,10
LEGISLATIVO								
PODER LEGISLATIVO								
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.500,00	235.500,00	235.500,00
TOTAL (III) = (I) + (II):	0,00	2.085.434,81	-	2.590,50	386.786,50	4.076.988,42	3.605.370,39	3.605.097,06

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador
--	---	-------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGAO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	2.085.434,81	2.082.844,31	-	2.590,50	356.786,50	4.076.988,42	3.605.370,39	3.605.097,06	87.545,83	741.135,03
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	2.085.434,81	2.082.844,31	0,00	2.590,50	356.786,50	3.840.646,92	3.399.028,89	3.398.755,56	87.545,83	741.135,03
CHEFIAO EXECUTIVO	0,00	1.925.363,40	1.922.772,90	0,00	2.590,50	330.289,76	631.801,98	675.156,55	675.156,55	26.094,54	250.820,65
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCEN	0,00	1.743,30	1.743,30	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	33.487,59	33.487,59	0,00	0,00	0,00	92.084,17	79.309,61	79.309,61	9.174,56	3.600,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	117.276,26	117.276,26	0,00	0,00	36.519,74	2.969.696,42	2.524.199,61	2.523.926,28	387.730,82	472.559,06
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	7.554,26	7.554,26	0,00	0,00	0,00	94.396,99	80.189,02	80.189,02	486,71	13.711,26
FUNREBOM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.177,36	8.674,10	8.674,10	12.059,20	444,06
IPESMUC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841,50	841,50	841,50	0,00	0,00
INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841,50	841,50	841,50	0,00	0,00
LEGISLATIVO											
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.500,00	235.500,00	235.500,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	2.085.434,81	2.082.844,31	0,00	2.590,50	356.786,50	4.076.988,42	3.605.370,39	3.605.097,06	87.545,83	741.135,03

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILLO Contador
--	---	-------------------------------

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.276.000,00	9.276.000,00	1.554.176,25	6.589.609,55	71,04
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.865.000,00	3.865.000,00	520.186,63	2.902.987,49	75,11
1.1.1- IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	181.651,72	2.258.160,12	75,27
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	1.811,81	3.225,85	21,51
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	100.630,08	290.225,83	58,05
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	236.180,67	353.116,40	100,89
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(87,65)	(1.740,71)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.000,00	1.201.000,00	309.285,22	924.569,34	76,98
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	309.163,34	932.305,83	77,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	121,88	335,71	33,57
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	(8.072,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.190.000,00	3.190.000,00	511.708,78	2.003.806,88	62,82
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	492.785,51	1.916.942,73	63,90
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	2.987,88	13.805,12	46,02
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	10.076,63	50.567,41	42,14
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	5.858,76	22.491,62	56,23
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	212.995,62	758.245,84	74,34
1.4.1- IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	212.995,62	758.245,84	74,34
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.240.000,00	35.240.000,00	5.088.796,24	22.033.115,58	62,52
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	2.452.658,06	11.571.856,92	64,29
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	2.452.658,06	11.571.856,92	64,29
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	1.963.306,17	8.128.409,95	58,06
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	120.000,00	120.000,00	8.876,06	35.504,24	29,59
2.4- Cota-Parte IP-E-Exportação	200.000,00	200.000,00	32.677,39	124.812,65	62,41
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	615,11	34.431,77	28,69
2.6- Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	630.662,45	2.138.100,05	76,36
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	44.516.000,00	44.516.000,00	6.642.971,49	28.622.725,13	64,30
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.786.500,00	1.786.500,00	373.854,25	1.407.796,27	78,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	234.580,73	997.977,42	83,16
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	270.000,00	270.000,00	67.604,00	202.812,00	75,12
5.4- Transferências Diretas - PNATE	130.000,00	130.000,00	15.341,34	38.353,35	29,50
5.5- Outras Transferências do FNDE	165.000,00	165.000,00	36.480,00	109.440,00	66,33
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	16.500,00	16.500,00	19.848,18	59.213,50	358,87
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	385.000,00	385.000,00	8.525,98	398.031,61	103,38
6.1- Transferências de Convênios	380.000,00	380.000,00	0,00	371.250,52	97,70
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	8.525,98	26.781,09	535,62
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	50.260,00	125.851,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.171.500,00	2.171.500,00	432.640,23	1.931.478,88	88,95
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.048.000,00	7.048.000,00	1.017.758,57	4.406.127,73	62,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	490.531,55	2.314.371,18	64,29
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	392.661,04	1.625.681,30	58,06
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00	1.775,20	7.100,80	29,59
10.4- Cota-Parte IP-E-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	6.535,47	24.962,50	62,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	123,00	6.886,25	28,69
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	126.132,31	427.125,70	76,27
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.555.000,00	14.555.000,00	2.409.811,78	10.039.877,77	68,98
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.500.000,00	14.500.000,00	2.375.099,28	9.917.279,25	68,40
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.000,00	55.000,00	34.712,50	122.598,51	222,91
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.452.000,00	7.452.000,00	1.357.340,71	5.511.151,53	73,96
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.916.250,00	11.425.560,99	1.887.552,32	6.811.293,96	59,61
13.1- Com Educação Infantil	5.930.000,00	6.245.000,00	1.012.855,55	3.787.762,16	60,65
13.2- Com Ensino Fundamental	4.986.250,00	5.180.560,99	874.696,77	3.023.531,80	58,36
14- OUTRAS DESPESAS	3.638.750,00	3.913.750,00	413.036,91	954.082,06	24,38
14.1- Com Educação Infantil	1.035.000,00	1.101.000,00	22.871,89	142.526,63	12,95
14.2- Com Ensino Fundamental	2.603.750,00	2.812.750,00	390.165,02	811.555,43	28,85
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	14.555.000,00	15.339.310,99	2.300.589,23	7.765.376,02	50,62
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
17.1 - FUNDEB 60%					394.310,99
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					394.310,99
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					7.371.065,03
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					63,91
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					9,50
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					26,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					394.310,99
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					394.310,99
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	11.129.000,00	11.129.000,00	1.660.742,87	7.155.681,28	64,30
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.555.000,00	8.998.000,00	1.324.920,19	4.882.279,56	54,26
23.1- Creche	4.277.500,00	4.499.000,00	662.460,10	2.441.139,79	54,26
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	517.863,72	1.965.144,40	53,50
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	144.596,38	475.995,39	57,63
23.2- Pré-escola	4.277.500,00	4.499.000,00	662.460,09	2.441.139,77	54,26
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	517.863,72	1.965.144,39	53,50
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	144.596,37	475.995,38	57,63
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.690.000,00	11.101.310,99	1.731.419,46	5.460.100,88	49,18
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.590.000,00	7.993.310,99	1.264.861,79	3.835.087,23	47,98
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.100.000,00	3.108.000,00	466.557,67	1.625.013,65	52,28
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.245.000,00	20.099.310,99	3.056.339,65	10.342.380,44	51,46
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					5.511.151,53
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					122.598,51
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					4.720,12
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					6.032.781,15
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					4.309.599,29
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					15,06

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.210.000,00	1.360.000,00	215.831,56	334.689,31	24,61
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.012.500,00	1.927.628,23	218.173,55	495.844,24	25,72
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.222.500,00	3.287.628,23	434.005,11	830.513,55	25,26
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	21.467.500,00	23.386.939,22	3.490.344,76	11.172.893,99	47,77

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	9.680,78	4.720,12	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	9.680,78	4.720,12	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEF (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.180.568,91	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		9.917.279,26	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		9.378.642,68	0,00
49.1 Pagamento do Exercício		7.701.900,33	0,00
49.2 Restos a Pagar		1.676.742,35	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		122.588,51	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		2.841.804,00	0,00

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI	AMÁURY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEF foi de R\$ 394.310,99, e da complementação do FUNDEF foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.276.000,00	9.276.000,00	1.554.176,25	6.589.609,55	71,04
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.865.000,00	3.865.000,00	520.186,63	2.902.987,49	75,11
1.1.1- IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	181.651,72	2.258.160,12	75,27
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	1.811,81	3.225,85	21,51
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	100.630,08	290.225,83	58,05
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	236.180,67	353.116,40	100,89
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(87,65)	(1.740,71)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.000,00	1.201.000,00	309.285,22	924.569,34	76,98
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	309.163,34	932.305,83	77,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	121,88	335,71	33,57
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	(8.072,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.190.000,00	3.190.000,00	511.708,78	2.003.806,88	62,82
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	492.785,51	1.916.942,73	63,90
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	2.987,88	13.805,12	46,02
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	10.076,63	50.567,41	42,14
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	5.858,76	22.491,62	56,23
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	212.995,62	758.245,84	74,34
1.4.1- IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	212.995,62	758.245,84	74,34
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.240.000,00	35.240.000,00	5.088.796,24	22.033.115,58	62,52
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	2.452.658,06	11.571.856,92	64,29
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	2.452.658,06	11.571.856,92	64,29
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	1.963.306,17	8.128.409,95	58,06
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	120.000,00	120.000,00	8.876,06	35.504,24	29,59
2.4- Cota-Parte IP-EExportação	200.000,00	200.000,00	32.677,39	124.812,65	62,41
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	615,11	34.431,77	28,69
2.6- Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	630.662,45	2.138.100,05	76,36
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	44.516.000,00	44.516.000,00	6.642.971,49	28.622.725,13	64,30
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.786.500,00	1.786.500,00	373.854,25	1.407.796,27	78,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	234.580,73	997.977,42	83,16
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	270.000,00	270.000,00	67.604,00	202.812,00	75,12
5.4- Transferências Diretas - PNATE	130.000,00	130.000,00	15.341,34	38.353,35	29,50
5.5- Outras Transferências do FNDE	165.000,00	165.000,00	36.480,00	109.440,00	66,33
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	16.500,00	16.500,00	19.848,18	59.213,50	358,87
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	385.000,00	385.000,00	8.525,98	398.031,61	103,38
6.1- Transferências de Convênios	380.000,00	380.000,00	0,00	371.250,52	97,70
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	8.525,98	26.781,09	535,62
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	50.260,00	125.851,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.171.500,00	2.171.500,00	432.640,23	1.931.478,88	88,95
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.048.000,00	7.048.000,00	1.017.758,57	4.406.127,73	62,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	490.531,55	2.314.371,18	64,29
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	392.661,04	1.625.681,30	58,06
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00	1.775,20	7.100,80	29,59
10.4- Cota-Parte IP-EExportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	6.535,47	24.962,50	62,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	123,00	6.886,25	28,69
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	126.132,31	427.125,70	76,27
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.555.000,00	14.555.000,00	2.409.811,78	10.039.877,77	68,98
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.500.000,00	14.500.000,00	2.375.099,28	9.917.279,25	68,40
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.000,00	55.000,00	34.712,50	122.598,51	222,91
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.452.000,00	7.452.000,00	1.357.340,71	5.511.151,53	73,96
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.916.250,00	11.425.560,99	1.887.552,32	6.811.293,96	59,61
13.1- Com Educação Infantil	5.930.000,00	6.245.000,00	1.012.855,55	3.787.762,16	60,65
13.2- Com Ensino Fundamental	4.986.250,00	5.180.560,99	874.696,77	3.023.531,80	58,36
14- OUTRAS DESPESAS	3.638.750,00	3.913.750,00	413.036,91	954.082,06	24,38
14.1- Com Educação Infantil	1.035.000,00	1.101.000,00	22.871,89	142.526,63	12,95
14.2- Com Ensino Fundamental	2.603.750,00	2.812.750,00	390.165,02	811.555,43	28,85
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	14.555.000,00	15.339.310,99	2.300.589,23	7.765.376,02	50,62
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
17.1 - FUNDEB 60%					394.310,99
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					394.310,99
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					7.371.065,03
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %					63,91
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %					9,50
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					26,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					394.310,99
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					394.310,99
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	11.129.000,00	11.129.000,00	1.660.742,87	7.155.681,28	64,30
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.555.000,00	8.998.000,00	1.324.920,19	4.882.279,56	54,26
23.1- Creche	4.277.500,00	4.499.000,00	662.460,10	2.441.139,79	54,26
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	517.863,72	1.965.144,40	53,50
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	144.596,38	475.995,39	57,63
23.2- Pré-escola	4.277.500,00	4.499.000,00	662.460,09	2.441.139,77	54,26
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	517.863,72	1.965.144,39	53,50
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	144.596,37	475.995,38	57,63
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.690.000,00	11.101.310,99	1.731.419,46	5.460.100,88	49,18
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.590.000,00	7.993.310,99	1.264.861,79	3.835.087,23	47,98
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.100.000,00	3.108.000,00	466.557,67	1.625.013,65	52,28
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.245.000,00	20.099.310,99	3.056.339,65	10.342.380,44	51,46
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					5.511.151,53
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					122.588,51
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					4.720,12
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					6.032.781,15
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					4.309.599,29
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					15,06

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.210.000,00	1.360.000,00	215.831,56	334.669,31	24,61
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.012.500,00	1.927.628,23	218.173,55	495.844,24	25,72
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.222.500,00	3.287.628,23	434.005,11	830.513,55	25,26
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	21.467.500,00	23.386.939,22	3.490.344,76	11.172.893,99	47,77

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	9.680,78	4.720,12	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	9.680,78	4.720,12	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEF (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.180.568,91	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		9.917.279,26	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		9.378.642,68	0,00
49.1 Pagamento do Exercício		7.701.900,33	0,00
49.2 Restos a Pagar		1.676.742,35	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		122.588,51	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		2.841.804,00	0,00

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI	AMÁURY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEF foi de R\$ 394.310,99, e da complementação do FUNDEF foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.276.000,00	9.276.000,00	1.554.176,25	6.589.609,55	71,04
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.865.000,00	3.865.000,00	520.186,63	2.902.987,49	75,11
1.1.1- IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	181.651,72	2.258.160,12	75,27
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	1.811,81	3.225,85	21,51
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	100.630,08	290.225,83	58,05
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	236.180,67	353.116,40	100,89
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(87,65)	(1.740,71)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.000,00	1.201.000,00	309.285,22	924.569,34	76,98
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	309.163,34	932.305,83	77,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	121,88	335,71	33,57
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	(8.072,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.190.000,00	3.190.000,00	511.708,78	2.003.806,88	62,82
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	492.785,51	1.916.942,73	63,90
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	2.987,88	13.805,12	46,02
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	10.076,63	50.567,41	42,14
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	5.858,76	22.491,62	56,23
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	212.995,62	758.245,84	74,34
1.4.1- IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	212.995,62	758.245,84	74,34
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.240.000,00	35.240.000,00	5.088.796,24	22.033.115,58	62,52
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	2.452.658,06	11.571.856,92	64,29
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	2.452.658,06	11.571.856,92	64,29
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	1.963.306,17	8.128.409,95	58,06
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	120.000,00	120.000,00	8.876,06	35.504,24	29,59
2.4- Cota-Parte IP-E-Exportação	200.000,00	200.000,00	32.677,39	124.812,65	62,41
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	615,11	34.431,77	28,69
2.6- Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	630.662,45	2.138.100,05	76,36
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	44.516.000,00	44.516.000,00	6.642.971,49	28.622.725,13	64,30
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.786.500,00	1.786.500,00	373.854,25	1.407.796,27	78,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	234.580,73	997.977,42	83,16
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	270.000,00	270.000,00	67.604,00	202.812,00	75,12
5.4- Transferências Diretas - PNATE	130.000,00	130.000,00	15.341,34	38.353,35	29,50
5.5- Outras Transferências do FNDE	165.000,00	165.000,00	36.480,00	109.440,00	66,33
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	16.500,00	16.500,00	19.848,18	59.213,50	358,87
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	385.000,00	385.000,00	8.525,98	398.031,61	103,38
6.1- Transferências de Convênios	380.000,00	380.000,00	0,00	371.250,52	97,70
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	8.525,98	26.781,09	535,62
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	50.260,00	125.851,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.171.500,00	2.171.500,00	432.640,23	1.931.478,88	88,95
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.048.000,00	7.048.000,00	1.017.758,57	4.406.127,73	62,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	490.531,55	2.314.371,18	64,29
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	392.661,04	1.625.681,30	58,06
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00	1.775,20	7.100,80	29,59
10.4- Cota-Parte IP-E-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	6.535,47	24.962,50	62,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	123,00	6.886,25	28,69
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	126.132,31	427.125,70	76,27
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.555.000,00	14.555.000,00	2.409.811,78	10.039.877,77	68,98
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.500.000,00	14.500.000,00	2.375.099,28	9.917.279,25	68,40
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.000,00	55.000,00	34.712,50	122.598,51	222,91
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.452.000,00	7.452.000,00	1.357.340,71	5.511.151,53	73,96
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.916.250,00	11.425.560,99	1.887.552,32	6.811.293,96	59,61
13.1- Com Educação Infantil	5.930.000,00	6.245.000,00	1.012.855,55	3.787.762,16	60,65
13.2- Com Ensino Fundamental	4.986.250,00	5.180.560,99	874.696,77	3.023.531,80	58,36
14- OUTRAS DESPESAS	3.638.750,00	3.913.750,00	413.036,91	954.082,06	24,38
14.1- Com Educação Infantil	1.035.000,00	1.101.000,00	22.871,89	142.526,63	12,95
14.2- Com Ensino Fundamental	2.603.750,00	2.812.750,00	390.165,02	811.555,43	28,85
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	14.555.000,00	15.339.310,99	2.300.589,23	7.765.376,02	50,62
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
17.1 - FUNDEB 80%					394.310,99
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					394.310,99
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					7.371.065,03
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					63,91
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					9,50
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					26,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					394.310,99
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					394.310,99
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	11.129.000,00	11.129.000,00	1.660.742,87	7.155.681,28	64,30
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.555.000,00	8.998.000,00	1.324.920,19	4.882.279,56	54,26
23.1- Creche	4.277.500,00	4.499.000,00	662.460,10	2.441.139,79	54,26
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	517.863,72	1.965.144,40	53,50
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	144.596,38	475.995,39	57,63
23.2- Pré-escola	4.277.500,00	4.499.000,00	662.460,09	2.441.139,77	54,26
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	517.863,72	1.965.144,39	53,50
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	144.596,37	475.995,38	57,63
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.690.000,00	11.101.310,99	1.731.419,46	5.460.100,88	49,18
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.590.000,00	7.993.310,99	1.264.861,79	3.835.087,23	47,98
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.100.000,00	3.108.000,00	466.557,67	1.625.013,65	52,28
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.245.000,00	20.099.310,99	3.056.339,65	10.342.380,44	51,46
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					5.511.151,53
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					122.588,51
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					4.720,12
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					6.032.781,15
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					4.309.599,29
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					15,06

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.210.000,00	1.360.000,00	215.831,56	334.689,31	24,61
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.012.500,00	1.927.628,23	218.173,55	495.844,24	25,72
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.222.500,00	3.287.628,23	434.005,11	830.533,55	25,26
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	21.467.500,00	23.386.939,22	3.490.344,76	11.172.893,99	47,77

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	9.680,78	4.720,12
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	9.680,78	4.720,12
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEF (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.180.568,91	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.917.279,26	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	9.378.642,68	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	7.701.900,33	0,00
49.2 Restos a Pagar	1.676.742,35	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	122.588,51	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.841.804,00	0,00

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI	AMÁURY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEF foi de R\$ 394.310,99, e da complementação do FUNDEF foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	20.000,00	0,00		20.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	19.336.392,19	4.909.674,50	0,00	14.426.717,69
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	19.336.392,19	4.909.674,50	0,00	14.426.717,69
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-19.316.392,19	-4.909.674,50		-14.406.717,69

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	20.000,00	0,00		20.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	19.336.392,19	4.909.674,50	0,00	14.426.717,69
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	19.336.392,19	4.909.674,50	0,00	14.426.717,69
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-19.316.392,19	-4.909.674,50		-14.406.717,69

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	20.000,00	0,00		20.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	19.336.392,19	4.909.674,50	0,00	14.426.717,69
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	19.336.392,19	4.909.674,50	0,00	14.426.717,69
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-19.316.392,19	-4.909.674,50		-14.406.717,69

FONTE:

CURITIBANOS, 16/09/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Contratos 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 085/2014.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira
Contratado: Gaia Rodovias Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para realização de obra de Pavimentação asfáltica drenagem pluvial e sinalização em ruas do Distrito de São Pedro Tobias convenio 790014/2014 Contrato de Repasse nº 1.008.054-72/2013 Ministério das Cidades/Caixa.

Valor R\$ 345.051,45 - origem: TP 099/2014 PMDC vigência: 17/09/14 à 31/03/2015. Dionísio Cerqueira 17/09/2014

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 086/2014.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira
Contratado: Construtora e Incorporadora KR Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para realização de obra de construção de calçadas em Paver em ruas do Distrito de São Pedro Tobias convenio 790014/2014 Contrato de Repasse nº 1.008.054-72/2013 Ministério das Cidades/Caixa -.Valor R\$ 56.850,68 - origem: TP 099/2014 PMDC vigência: 17/09/14 à 31/03/2015.

Dionísio Cerqueira 17/09/2014

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Resultados de Licitações 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A prefeitura municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação TP nº 099/2014, Objeto: Contratação de empresa para realização de obra de Pavimentação asfáltica drenagem pluvial e sinalização e construção de calçadas em paver em ruas do Distrito de São Pedro Tobias convenio 790014/2014 Contrato de Repasse nº 1.008.054-72/2013 Ministério das Cidades/Caixa. Vencedores: Gaia Rodovias Ltda - Valor R\$ 345.051,45 - Construtora e Incorporadora KR Ltda. Valor R\$ 56.850,68.

Dionísio Cerqueira 17/09/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Licitações 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Município de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta o Pregão Presencial n. 019/2014. Objeto: Aquisição de gêneros Alimentícios para uso no Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 30/09/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 17/02/2014.

Deliziane L. dos Santos

Gestora do HMDC

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato Nº 9912286213

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS; OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Originário. TERMO ADITIVO: 3º (Terceiro). CONTRATO ORIGINAL Nº: 9912286213; VIGÊNCIA: de 07/11/2014 à 06/11/2015.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Edital de Pregão Presencial Nº 040/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 40/2014.

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço", objetivando Aquisição DE um tanque elíptico NOVO para transporte de água de 10.000 lts, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 02/10/2014, Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 10/02/2014, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 17 de Setembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Forquilha

PREFEITURA

Audiência Pública

CONVITE

A Administração Municipal de Forquilha convida os munícipes para Audiência Pública

Data: 25 de setembro de 2014 (quinta-feira)

Horário: 16:00 horas

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Assunto: Demonstrativos Contábeis do 2º Quadrimestre de 2014.
Elaboração LOA 2015

JOSE RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

Ata de Registro de Preços Nº. 28/PMF/2014- Referente Pregão Presencial Nº. 168/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/PMF/2014
(Referente Pregão Presencial nº. 168/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, neste ato representada pelo Sr. Vaguinho Rosseti, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.740.828-0 e inscrito no CPF sob o nº 016.099.089-02;

2. RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME., CNPJ/MF nº 18.619.082/0001-12, estabelecida na Rua Imigrante João Cechinelli, em Criciúma, neste ato representada pelo Sr. Reginaldo Itamar Felisberto representante legal, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02159516899 e inscrito no CPF sob o nº 780.207.009-00;

3. TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME, CNPJ/MF nº 07.865.917/0001-06, estabelecida na Rua João Wessler, em São Ludgero, neste ato representada pela Sra. Tatiana Machado Schlickmann, CI 3.170.827, CPF 987.546.029-04;

4. PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA, CNPJ/MF nº 03.790.887/0001-57, estabelecida na Rua VX de Novembro, Cidade de Orleans/SC, neste ato representado pela Sra. Carina Ascari Alberton Gesser, brasileiro, CI 4.533.184-7, CPF 043.898.549-41;

5. ATEKY INFORMÁTICA LTDA EPP, CNPJ/MF nº 03.925.659/0001-47, estabelecida na Rua Padre Auling, em São Ludgero, neste ato representada pelo Sr. Tito Hobold, CI 770.946, CPF 343.431.139-49;

6. DIAL DEPARTAMENTOS LTDA EPP, CNPJ/MF nº 09.008.570/0001-00, estabelecida Rua Irmgard Carl, nº 225, em Blumenau, neste ato representada pelo Sr. Diego Alessandro Carl, CI 4.514.517-2, CPF 048.425.629-78;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 176/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material escolar para utilização nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de

responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por

infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 176/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 29 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Vaguinho Rosseti
CPF: 016.099.089-02;

RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME.,
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Reginaldo Itamar Felisberto
CPF: 780.207.009-00;

TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Tatiana Machado Schlickmann
CPF: 987.546.029-04;

PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Carina Ascari Alberton Gesser
CPF: 043.898.549-41;

ATEKY INFORMÁTICA LTDA EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Tito Hobold
CPF: 343.431.139-49;

DIAL DEPARTAMENTOS LTDA EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Diego Alessandro Carl
CPF: 048.425.629-78.

Fraiburgo

PREFEITURA

Resolução Cms 013

DELIBERAÇÃO 013/CMS/14

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 16 de setembro de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU a Relação Municipal de Medicamentos - REMUME, revisada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica, conforme ATA Nº 010/2014.

Fraiburgo (SC), 16 de setembro de 2014.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Cms 014

DELIBERAÇÃO 014/CMS/14

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 16 de setembro de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU o Plano de Ação Municipal da Rede Cegonha para os anos 2014 e 2015, conforme ATA Nº 010/2014.

Fraiburgo (SC), 16 de setembro de 2014.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Lei Nº 2250/2014

LEI Nº 2250, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

ALTERA A LEI Nº 2020/2009 QUE REGULAMENTA O SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 2020/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ficam definidas as vias projetadas:

I - classificadas como vias coletoras marginais:

- a) Rodovia SC-355 (Rodovia da Maçã), nos trechos entre o lote 0014-000 da quadra 257 até o lote 0001 da quadra 289, e, nos trechos entre a Avenida Presidente Afonso Pena até o lote nº 0001 da quadra 288;
- b) Rodovia SC-355 (Rodovia da Maçã), nos trechos entre o lote 0025-000 da quadra 062 até o final do lote 0003 da quadra 282, e, nos trechos entre o lote 0021 da quadra 061 até o final do lote nº 0001 da quadra 277;
- c) Rodovia SC-452, do entroncamento da Rodovia SC-355 até o lote 0001 da quadra 501, em ambas as laterais.

II - classificadas como vias coletoras:

- a) Rua 21 de abril;
- b) Rua Equador;

c) Rua Panamá.

III - classificadas como vias arteriais:

- a) Avenida Miguel Novicki, com início na Avenida Adalberto Schmidt Burda até na Rodovia SC-355 (Rodovia da Maçã), obedecendo ao rumo inicial;
- b) Avenida Presidente Afonso Pena, com início na Avenida René Frey, obedecendo ao rumo final;
- c) Avenida Carlos Maister até o rumo final;
- d) Avenida Idamir Bogoni até o rumo final;
- e) Avenida Irmãos de Carli até o rumo final;
- f) Avenida Edson Luiz Chelli até o rumo final;
- g) Avenida Guilherme Pinz até o rumo final, nos dois sentidos;
- h) Avenida Michele Simonetti até o rumo final, nos dois sentidos;
- i) Avenida João Batista Ribeiro de Andrade até o rumo final;
- j) Avenida Elizário Ribeiro até o rumo final;
- l) Avenida Líbero Dias de Andrade até o rumo final;
- m) Avenida Guerino Agostini até o rumo final;
- n) Avenida Macário Dias de Andrade até o rumo final, nos dois sentidos;
- o) Avenida Beira Lago até o rumo final;
- p) Uma Avenida paralela a 405,00m da Avenida Miguel Novicki, com início no entroncamento da Avenida Caçador com a Rua Equador, até a linha do perímetro urbano;
- q) Avenida Carl Fischer;
- r) Avenida Paraná;
- s) Avenida Brasil.

IV - classificada como via perimetral:

O Contorno Viário Sul com largura de 40,00m, conforme memoriais descritivos de levantamento topográfico - trechos I e II, que são partes integrantes desta Lei.

Parágrafo único. Todas as vias definidas respeitarão as larguras mínimas previstas na Lei Complementar nº 097/2008, estabelecendo largura mínima de 20,00m do eixo da Rodovia às vias coletoras marginais descritas no inciso I, do artigo 2º desta Lei.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO - SC., 17 DE SETEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2251/2014

LEI Nº 2251, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

DENOMINA RUA ALCIDES DEUCLIDES BALESTRIN A RUA “X” DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Rua “X” passa a ser denominada RUA ALCIDES DEUCLIDES BALESTRIN.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO - SC., 17 DE SETEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2252/2014

LEI Nº 2252, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014
DENOMINA RUA AGOSTINI PIT A RUA "L" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Rua "L" passa a ser denominada RUA AGOSTINI PIT.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO - SC., 17 DE SETEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2253/2014

LEI Nº 2253, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014
DENOMINA RUA MIGUEL LARA SOBRINHO A RUA "O-2" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Rua "O-2" passa a ser denominada RUA MIGUEL LARA SOBRINHO.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO - SC., 17 DE SETEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0118/2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0118/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de utensílios de copa e cozinha para uso nos Centros de Educação Infantil e Centros de Educação Municipal. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 06.10.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de setembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0117/2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0117/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de móveis sob medida para a nova sede da Secretaria de Educação na rua Arnaldo Frey, Escola de Ensino Fundamental Professor Juviliano Manoel Pedroso no Bairro Nossa Senhora Aparecida e Escola de Ensino Fundamental Bairro das Nações. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 06.10.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de setembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0245/2014

DECRETO Nº 0245, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), nas seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social		
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0021.2.047 - Manutenção do CRAS		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0514 (288)	R\$	1.200,00
Total	R\$	1.200,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

17213413 - Transferência de Recursos do FNAS - SSCFV	R\$	1.200,00
TOTAL	R\$	1.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 17 DE SETEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0031/2014

Aviso da Inexigibilidade de Licitação Nº 0031/2014 - PMF
Processo Administrativo Licitatório Nº 0182/2014
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: Serviços de revisão (com fornecimento de peças, óleos lubrificantes e mão de obra) das 2000 horas da carregadeira "NEW HOLLAND W130" frota nº 266, diretamente da concessionária autorizada para o Estado de Santa Catarina, SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, conforme Declaração emitida da empresa "CNH INDUSTRIAL LATIN AMÉRICA LTDA" Contratada: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 06.224.121/0010-94. Valor e pagamento: R\$ 5.003,92 (cinco mil e três reais e noventa e dois centavos) que será pago no dia 03/10/2014 após a prestação dos serviços e emissão da nota fiscal. Fundamento Legal: Art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 17 de setembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1829/2014

PORTARIA N.º 1.829, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.
Retifica e Ratifica a Portaria nº. 1.821/2014

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 1.821, de 15 de setembro de 2014 que exonerou DRIELI SCHONS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 083.017.749-32, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, alterando a data da exoneração para 20 de outubro de 2014.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 1.821, de 15 de setembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1830/2014

PORTARIA N.º 1.830, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato de ELONICE DONATI NOVICKI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 619.027.649-00, contratada em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1831/2014

PORTARIA N.º 1.831, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0144/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCIANE DE FATIMA FERNANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 938.487.579-15, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

Lei Municipal Nº. 802 /2014 - Abre Crédito Suplementar

LEI MUNICIPAL Nº. 802 /2014 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza a abertura crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 223.000,00 (Duzentos e Vinte e Três Mil Reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	2.005	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
13	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	003	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Proj./Ativ.	1.006	MANUTENÇÃO SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
28	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	006	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	2.074	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
129	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Unidade:	006	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	2.041	TRANSFERÊNCIAS À CONSÓRCIOS - COINCO	
108	3.3.71.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 23.000,00
	TOTAL		R\$ 223.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 223.000,00 (Duzentos e Vinte e Três Mil Reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	004	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	1.013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS P/ TRANSPORTE ESCOLAR E OUTROS	
32	4.4.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
Unidade:	004	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	1.046	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS COBERTURAS E GINÁSIOS DE ESPORTE.	
66	4.4.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
Unidade:	004	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	1.047	INFORMATIZAÇÃO NAS ESCOLAS	
58	4.4.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	004	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	1.048	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS, PRÉ ESCOLAS E CRECHE	
61	4.4.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 73.000,00
	TOTAL		R\$ 223.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 17 de setembro de 2014.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 657/2014 - Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº. 657/2014 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do município de Frei Rogério, Lei Municipal nº 713/2012 de 29/11/2012 e Lei Municipal nº 802/2014 de 17 de setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 223.000,00 (Duzentos e Vinte e Três Mil Reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	2.005	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
13	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	003	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Proj./Ativ.	1.006	MANUTENÇÃO SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
28	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	006	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	2.074	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
129	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Unidade:	006	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	2.041	TRANSFERÊNCIAS À CONSÓRCIOS - COINCO	
108	3.3.71.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 23.000,00
	TOTAL		R\$ 223.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 223.000,00 (Duzentos e Vinte e Três Mil Reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	004	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	1.013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS P/ TRANSPORTE ESCOLAR E OUTROS	
32	4.4.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
Unidade:	004	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	

Proj./Ativ.	1.046	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS COBERTURAS E GINÁSIOS DE ESPORTE.	
66	4.4.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
Unidade:	004	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	1.047	INFORMATIZAÇÃO NAS ESCOLAS	
58	4.4.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	004	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	1.048	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS, PRÉ ESCOLAS E CRECHE	
61	4.4.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 73.000,00
	TOTAL		R\$ 223.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 17 de setembro de 2014.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

Decreto Nº 655/2014

DECRETO Nº 655/2014, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e no art.13, Parágrafo 4º e art. 15 da lei nº 772/2013 de 09 de Dezembro 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.021.308,35 (Hum milhão e vinte e um mil e oitocentos e trinta e cinco centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	

Proj./Ativ	1.048	CONSTRUÇÃO. AMPLIAÇÃO E REFORMAS, PRÉ ESCOLAS E CRECHE	
62	4.4.90.00.00.00.00.0.194	Aplicações Diretas	R\$ 1.021.308,35
	TOTAL		R\$ 1.021.308,35

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o Termo de Compromisso PAR nº 32342/2014 no valor de R\$ 1.021.308,35 (Hum milhão e vinte e um mil e oitocentos e trinta e cinco centavos), celebrado com o Ministério da Educação, através o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Frei Rogério objetivando a construção de uma escola de acordo com o Plano de Ações Articuladas - PAR.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério (SC), 17 de setembro de 2014.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 656/2014

DECRETO Nº. 656/2014, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12º, inciso II, da lei nº 772/2013 de 09/12/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil Reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade:	02		
		TRANSFERENCIA AO CONSÓRCIO - CINCO	
Proj./Ativ.	2.116		
132	3.1.71.00.00.00.00.0.0110	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
	TOTAL		R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 5.000,00 (Cinco mil Reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade:	02		
		TRANSFERENCIA AO CONSÓRCIO - CINCO	
Proj./Ativ.	2.116		

133	3.3.71.00.00.00.00.0.0110	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade:	02		
		TRANSFERENCIA AO CONSÓRCIO - CINCO	
Proj./Ativ.	2.116		
134	4.4.71.00.00.00.00.0.0110	Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
	TOTAL		R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Frei Rogério (SC), 17 de setembro de 2014.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pe073/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição materiais de fisioterapia utilizados nos serviços de fisioterapia em grupo e domiciliar oferecidos pela Secretária de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 30/09/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 30/09/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 17 de setembro de 2014.
Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe074/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 074/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de dispositivo móvel tipo Tablets para agentes comunitárias de Saúde e equipe de estratégia de Saúde da Família, da Secretaria de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 15h00min do dia 30/09/2014. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 30/09/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 17 de setembro de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe075/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 075/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade, de pneus para atender os veículos que compõe a frota da Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras

eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 17h00min do dia 30/09/2014. A sessão pública será realizada a partir das 17h10min do dia 30/09/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 17 de setembro de 2014.

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Decreto N.º 136

DECRETO N.º 136, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 202.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais) no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social
2.000,00
3.1.91.0.1.29.000007 - Aplicações Diretas
2.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
200.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica
200.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas
200.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social
2.000,00
3.3.90.0.1.29.000007 - Aplicações Diretas
2.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
200.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica
200.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/09/2014, de

acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Decreto N.º 137

DECRETO N.º 137, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 626.100,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 626.100,00 (seiscentos e vinte seis mil e cem reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	3.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito	3.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	51.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	51.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	45.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	22.400,00
04122162.012 - Func. E Manut. Da Sec. De Orç. E Contabilidade	22.400,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.400,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	1.700,00
27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte	1.700,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.700,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	548.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	525.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	500.000,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	25.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	20.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	3.000,00
3.1.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 626.100,00 (seiscentos e vinte seis mil e cem reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Portaria N.º 812/2014.

PORTARIA N.º 812, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCESSO SINDICANTE INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 503/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Sindicante, Portaria n.º 503/2014;

Considerando a aplicação de penalidade administrativa de advertência escrita, extinguindo o objeto do Processo Sindicante;

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Sindicante instituído pela Portaria n.º 503/2014, nos seguintes termos:

I - DETERMINO nos termos do inciso I, art. 173, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, que se aplique a penalidade administrativa de advertência escrita.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 813/2014.

PORTARIA N.º 813, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCESSO SINDICANTE INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 378/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Sindicante, Portaria n.º 378/2013;

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Sindicante instituído pela Portaria n.º 378/2013, nos seguintes termos:

I - DETERMINAR nos termos do inciso I, art. 173, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, o arquivamento do processo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 819/2014.

PORTARIA N.º 819, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCESSO SINDICANTE INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 508/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Sindicante, Portaria n.º 508/2014;

CONSIDERANDO que houve atraso no cumprimento dos prazos de entrega referentes às autorizações de fornecimento de nº 1507 e 1508/2013;

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Sindicante instituído pela Portaria n.º 508/2014, nos seguintes termos:

I - DETERMINO a aplicação de multa contratual de mora de 1%(um por cento) ao dia, calculados sobre o valor da adjudicação do licitante, autorização de fornecimento nº. 1507 e 1508/2013, contados do dia 15/12/2013 a 27/12/2013, com a aplicação das medidas cabíveis para a sua cobrança.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 16 de 17 de Setembro de 2014

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

“APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, REFERENTE AO MÊS DE AGOSTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de agosto de 2014 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 17 de setembro de 2014.

Rogério Linhares Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezessete dias do mês de setembro de 2014.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn

Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Resolução Nº 17 de 17 de Setembro de 2014

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

“PRORROGA PRAZO CONSTANTE DA RESOLUÇÃO Nº 005/2014, QUE CRIA COMISSÃO ESPECIAL”.

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo para a Comissão Especial criada pela Resolução Nº 005 de 12 de março de 2014, para tratar assuntos relevantes ao Plano Diretor do município de Garopaba, com o objetivo de discutir e aprovar propostas elaboradas pela sociedade em geral por meio de audiências públicas e reuniões setoriais que o Poder Legislativo irá promover, por fim apresentar parecer conclusivo de seus trabalhos ao Plenário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 17 de setembro de 2014.

Rogério Linhares Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezessete dias do mês de setembro de 2012.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn

Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Garuva**PREFEITURA****Aviso de Licitação FMS Nº 013/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 013/2014
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de aquecedor, ar condicionado, autoclave horizontal, bebedouro, câmera fotográfica, conservadora de vacinas, escada em alumínio, fogão, máquina de lavar roupas, microcomputador, microondas, purificador de água, refrigerador e secadora de roupas, conforme planilha descritiva.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 01/10/2014 às 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 16 de setembro de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Lei Nº 3.603, de 12 de Setembro de 2014**

LEI Nº 3.603, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O orçamento do Município de Gaspar para o exercício de 2015 será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Municipal de acordo com o Plano Plurianual 2014/2017;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas nos Anexos I, II e III desta Lei (art. 4º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), desdobradas nas seguintes tabelas:

I - ANEXO I - Anexo de Metas Fiscais:

a) Demonstrativo das Metas Anuais;

b) Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;

c) Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

d) Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

e) Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e

f) Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

g) Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

II - ANEXO II - Anexo de Metas Físicas priorizadas para o exercício de 2015:

- a) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção do Legislativo;
- b) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Programa Vereador Mirim;
- c) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Aquisição da Sede Própria da Câmara Municipal;
- d) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Gestão do Gabinete e Políticas Públicas;
- e) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção da Diretoria de Comunicação;
- f) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Administração e Finanças;
- g) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Secretaria de Administração e Finanças;
- h) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Procuradoria do Município;
- i) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão Área da Cultura;
- j) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação Infantil;
- k) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação de Ensino Fundamental;
- l) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio;
- m) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Fundo Municipal de Saúde;
- n) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Gestão do Fundo Municipal de Saúde;
- o) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão na Área de Desenvolvimento Social;
- p) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Centro Educativo Maria Hendricks;
- q) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do Fundo Municipal de Assistência Social;
- r) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente;
- s) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente;
- t) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Apoio ao Desenvolvimento Agrícola;
- u) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Transportes e Obras;
- v) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Diretoria de Trânsito - DITRAN;

w) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar;

x) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Polícia Civil;

y) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar;

z) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Construção, Manutenção e Melhorias na Infra-Estrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;

aa) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Construção de unidades habitacionais;

bb) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu;

cc) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Fundação Municipal de Esportes;

dd) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Fundação Municipal de Esportes;

ee) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto; e

ff) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do SAMAE;

III - ANEXO III - Anexo de Riscos Fiscais:

a) Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 1º Os recursos estimados na lei orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos I, II e III desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, § 1º, da LRF).

§ 4º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento da saúde.

**CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO**

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundação e Autarquia, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da Administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata o inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as receitas e as despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Fundação e Autarquia, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria Interministerial nº. 163/2001 e a Portaria 633/2006 do Ministério da Fazenda e demais alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

II - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

III - resumo geral natureza da despesa (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IV - programa de trabalho (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V

da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

V - programa de trabalho de governo - demonstrativo de funções, subfunções e por projetos e atividades (Anexo VII da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VI - demonstrativo da despesa por funções e subfunções conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VII - demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VIII - demonstrativo da despesa até modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IX - demonstrativo da evolução da receita realizada dos três últimos exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projetada para dois exercícios seguintes conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X - demonstrativo da evolução da despesa realizada até modalidade de aplicação dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício de 2014 e para o exercício de 2015;

XI - demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2015 (art. 5º, III, da LRF);

XII - demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal para o exercício de 2015, art. 4º, §1º e art. 9º da LRF.

Parágrafo único. Os orçamentos dos Fundos, Fundação e Autarquia que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 6º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - quadro demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2011, 2012 e 2013, previsão para 2014 2015, 2016 e 2017, com justificativa da estimativa para 2015, acompanhado de metodologia e memória de cálculo (art. 12, da LRF);

II - quadro demonstrativo da evolução da despesa em nível de função e subfunção, dos exercícios de 2011, 2012 e 2013, fixadas para 2014 e 2015;

III - quadro demonstrativo da dívida fundada, saldo em 31/12/2013, desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2014, 2015, 2016 e 2017;

IV - justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2015;

V - demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

VI - demonstrativo do aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

VII - demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito se for o caso.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º O orçamento para o exercício de 2015 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundação e Autarquia (art. 1º, § 1º e art. 4º, I, "a", da LRF).

Art. 8º Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2015 deverão observar as alterações da legislação tributária, variação do índice de preços, incentivos fiscais autorizados, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios, e qualquer outro fator relevante.

Art. 9º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo (art. 9º da LRF):

I - eliminação de despesas com horas extras, observadas as situações previstas nesta Lei;

II - redução de investimentos programados, desde que não comprometidos;

II - redução de despesas com manutenção;

III - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Art. 10. A expansão das despesas obrigatórias, de caráter contínuo, não excederá no exercício de 2015, a 10% (dez por cento) da RCL (Receita Corrente Líquida) apurada no exercício de 2014.

Art. 11. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo III desta Lei (art. 4º, § 3º, da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência, do excesso de arrecadação, da redução de despesas discricionárias e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12. O orçamento para o exercício de 2015, de cada uma das Unidades Gestoras, poderá contemplar recursos para a reserva de contingência, limitados a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo III desta Lei (art. 5º, III, "d", da LRF).

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e à manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas, ou orçadas a menor.

Art. 13. Os investimentos com duração superior a doze meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º, da LRF).

Art. 14. O Executivo Municipal deverá elaborar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras (art. 8º da LRF).

Art. 15. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, entidades particulares ou públicas, visando o desenvolvimento do programa de governo, bem como obras e serviços de competência do Município ou não.

Art. 16. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa (art. 8º, § único, da LRF).

§ 1º Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos de Convênios, Operações de Crédito, Contratos de Repasse a Fundo Perdido, Emendas Parlamentares e Termos de Responsabilidade firmados com a União e o Estado não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, servirão como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar, através de Decreto do Executivo e abertura de crédito especial, através de lei.

Art. 17. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, são as constantes do Anexo I, Tabela 7, desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I, da LRF).

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, de saúde, assistencial, recreativo, esportivo e de cooperação técnica (art. 4º, I, "f" da LRF).

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo às contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas às quais o Município for associado.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Município deverão prestar contas dos valores recebidos no prazo de sessenta dias, contados da data do repasse, ficando impedidas de receberem novos recursos enquanto não atendido o disposto neste parágrafo.

Art. 19. Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de ação governamental nova cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda ao valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do artigo 24 da Lei 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º, da LRF).

Art. 20. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 21. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 22. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão avaliadas para o exercício de 2015 a preços estimados de dezembro de 2014.

Parágrafo único. Na fixação do orçamento para o exercício financeiro de 2015 será destinado ao Poder Legislativo o percentual de até 6% (seis por cento) da receita direta do orçamento da Prefeitura do Município de Gaspar, ou seja, do orçamento da

Administração Direta.

Art. 23. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada programa, projeto, atividade ou operação especial, poderá ser feita por decreto do Prefeito Municipal (art. 167, VI, da CF).

Parágrafo único. Sempre que expedido decreto para detalhamento de saldos de dotações de despesa, ou para seu remanejamento, dentro de cada programa, projeto ou atividade, cópia deverá ser enviada à Câmara de Vereadores.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo II desta Lei e alterações posteriores.

Art. 25. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 26. A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais será considerada por fonte de recurso.

CAPÍTULO V**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 27. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento, com exceção das operações afetas ao Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) e ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), que poderão destinar-se também ao financiamento de despesas correntes.

CAPÍTULO VI**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 28. O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens diretamente ou através de convênios e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, parágrafo 1º, II, da CF).

§ 1º A revisão geral e anual à remuneração dos servidores e subsídios será concedida pelo índice de inflação oficialmente divulgado e acumulado nos últimos doze meses à concessão da revisão.

§ 2º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 29. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo obedecerá aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação das despesas com horas extras;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Gaspar ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 33. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VII**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 34. O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei para reformulação da legislação tributária, podendo conceder benefícios fiscais, isenção e remissão tributária aos contribuintes, devendo, nesses casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estimativa do seu impacto, e atender ao disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14, § 3º, da LRF).

CAPÍTULO VIII**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 36. O Executivo Municipal enviará até o dia 30 de setembro de 2014 a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30 de novembro de 2014.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas, serão encaminhadas ao Executivo Municipal para processamento e envio dos relatórios respectivos ao Legislativo para propiciar a preparação da redação final.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender aos riscos fiscais previstos.

Art. 37. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 38. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 39. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 41. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 12 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Edital de Notificação 147 E 590

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1755/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHP3234	55590379D	6610/1	26/07/2014	230 * VII
AHP3234	55590380D	6599/2	26/07/2014	230 * V
AHP3234	55592192D	6408/0	26/07/2014	221
AHP3234	55592193D	6556/1	26/07/2014	230 * I
HWE9634	54536543E	5169/1	24/08/2014	165
HWE9634	54537282E	6599/2	24/08/2014	230 * V
JOL9491	54536683E	5053/1	07/07/2014	162 * VI
LZX4085	54536684E	5010/0	07/07/2014	162 * I
MFB3891	55592087D	6599/2	10/08/2014	230 * V
MFT2365	54536529E	6599/2	05/08/2014	230 * V
MHR8841	54537329E	5118/0	09/08/2014	164 c/c 162 * I
MHR8841	54537452E	6599/2	09/08/2014	230 * V
MHR8841	54537453E	5010/0	09/08/2014	162 * I
MHS5709	54537144E	6599/2	16/07/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1756/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHK1618	54830046E	5541/2	19/07/2014	181 * XVII
AHP3234	55590378D	5452/1	26/07/2014	181 * VIII
AIN1649	54829837E	5541/2	07/07/2014	181 * XVII
AKN6063	54830139E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
AMQ9693	8147005535	7455/0	25/07/2014	218 * I
ANM4526	54537280E	5541/1	16/08/2014	181 * XVII
AQU7219	54830290E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
AQU7219	54830300E	5541/2	02/08/2014	181 * XVII
AQW9799	54829865E	5541/2	09/07/2014	181 * XVII
ARF1445	54829878E	5541/2	09/07/2014	181 * XVII
ASD7839	54830294E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
ASP0811	54829848E	5541/2	08/07/2014	181 * XVII
ATO1023	54535787E	6033/0	08/08/2014	206 * V
CIA4105	54829928E	5541/2	11/07/2014	181 * XVII
DSA3827	54829809E	5541/2	07/07/2014	181 * XVII
GXY8804	54829849E	5541/2	15/07/2014	181 * XVII
IJT0676	54830015E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
ILQ0230	8147005627	7455/0	25/07/2014	218 * I
LXH4899	54829885E	5541/2	09/07/2014	181 * XVII
LXH4899	54830109E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
LYI1741	54537317E	5550/0	26/07/2014	181 * XVIII
LYM1646	8147005562	7455/0	25/07/2014	218 * I
MAN5224	54829869E	5541/2	09/07/2014	181 * XVII
MAX7301	8147005565	7455/0	25/07/2014	218 * I
MBG1954	8147005616	7455/0	25/07/2014	218 * I
MBI5472	8147005594	7455/0	25/07/2014	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBJ5674	54830010E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
MBN5506	8147005512	7455/0	25/07/2014	218 * I
MBP2772	8147005501	7455/0	25/07/2014	218 * I
MBX7192	8147005568	7455/0	25/07/2014	218 * I
MCA7716	54830036E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
MCL4377	8147005545	7455/0	25/07/2014	218 * I
MCL6461	54829933E	5541/2	10/07/2014	181 * XVII
MCQ7923	54829825E	5541/2	07/07/2014	181 * XVII
MDC6409	8147005570	7455/0	25/07/2014	218 * I
MDS9746	8147005770	7455/0	05/08/2014	218 * I
MDX5279	54829811E	5541/2	07/07/2014	181 * XVII
MDZ7594	8147005687	7455/0	30/07/2014	218 * I
MED9718	8147005523	7455/0	25/07/2014	218 * I
MEE4233	55591775D	5819/7	28/07/2014	193
MEG6173	54829832E	5541/2	08/07/2014	181 * XVII
MEI2786	54829920E	5541/2	10/07/2014	181 * XVII
MEI9714	54830076E	5541/2	19/07/2014	181 * XVII
MEK2751	8147005722	7463/0	30/07/2014	218 * II
MEX1777	8147005790	7455/0	05/08/2014	218 * I
MEY4906	54830031E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
MFC1073	8147005588	7455/0	25/07/2014	218 * I
MFD2649	54829947E	5541/2	11/07/2014	181 * XVII
MFU5823	54830022E	5541/2	16/07/2014	181 * XVII
MFV6597	8147005569	7455/0	25/07/2014	218 * I
MFY2972	54829862E	5541/2	09/07/2014	181 * XVII
MFY9522	8147005574	7455/0	25/07/2014	218 * I
MGC2640	8147005550	7455/0	25/07/2014	218 * I
MGD2769	54830000E	5541/2	15/07/2014	181 * XVII
MGD2769	54830052E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
MGH7544	8147005725	7455/0	30/07/2014	218 * I
MGI7514	8147005510	7463/0	25/07/2014	218 * II
MGI8273	8147005420	7463/0	21/07/2014	218 * II
MGJ7127	54829873E	5541/2	09/07/2014	181 * XVII
MGN4924	54830111E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MGX4525	54830003E	5541/2	16/07/2014	181 * XVII
MGX4525	54830007E	5541/2	16/07/2014	181 * XVII
MHB2589	54537262E	5878/0	17/07/2014	199

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHD1909	54830292E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MHD1909	54830309E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MHI1051	55592190D	5819/4	19/07/2014	193
MHI5671	8147005801	7455/0	05/08/2014	218 * I
MIG5302	54830328E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MII2319	55592196D	6041/2	30/07/2014	207
MIK4768	8147005485	7455/0	25/07/2014	218 * I
MIQ2046	8147005480	7455/0	25/07/2014	218 * I
MJT5194	54829840E	5541/2	07/07/2014	181 * XVII
MKF8623	8147005368	7455/0	21/07/2014	218 * I
MKK1852	54830099E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MKK7971	54829919E	5541/2	10/07/2014	181 * XVII
MKL2773	8147005451	7455/0	22/07/2014	218 * I
MKM6655	54830069E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
MKR1056	54830313E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MKS7148	54829842E	5541/2	07/07/2014	181 * XVII
MKT0739	8147005257	7455/0	17/07/2014	218 * I
MKY7424	55592419D	6041/2	11/08/2014	207
MLR4018	54829909E	5541/2	11/07/2014	181 * XVII
MUW8505	55592406D	5746/3	07/08/2014	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1757/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMU6926	55587590D	6637/1	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AMU6926	55587591D	6726/1	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
AMU6926	55587592D	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
BHN5343	54536806E	6920/0	24/04/2014	R\$ 127,69	233
CIB8998	55592102D	6700/0	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
CNP5230	54536990E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
JOD4940	55592003D	6599/2	05/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
JOD4940	55592004D	5010/0	05/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZL4978	54536803E	6920/0	25/04/2014	R\$ 127,69	233
MAD0582	55591834D	6610/1	30/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MAD1315	54537028E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233
MDG7740	54536821E	6920/0	28/04/2014	R\$ 127,69	233
MDL5657	55117493C	6599/2	24/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDL5657	55117494C	5045/0	24/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDL5657	55117495C	6637/2	24/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEC0984	54536809E	6920/0	24/04/2014	R\$ 127,69	233
MEO7398	54536160E	6912/0	03/06/2014	R\$ 53,20	232
MEO7398	54536161E	5010/0	03/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFO8445	54536992E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MFO8955	54829040E	6920/0	27/05/2014	R\$ 127,69	233
MGB5876	54536395E	5169/1	31/05/2014	R\$ 1.915,38	165
MGU5502	55592272D	6912/0	07/07/2014	R\$ 53,20	232
MIH3672	55587764D	6599/2	30/04/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1758/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHV1023	54829104E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALP6874	54829092E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
APO1300	55592101D	5460/0	13/06/2014	R\$ 85,12	181 * IX
AQW9799	54829067E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ARY1106	54829002E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CAR7029	54828939E	5541/2	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CKI3899	54828862E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CZG8277	54828790E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CZG8277	54828793E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DDM4096	54829538E	5541/2	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DQQ2006	54828729E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DQQ2006	54829201E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DTA8638	54829586E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
FBG5467	55591750D	5908/0	30/05/2014	R\$ 127,69	202 * I
HNZ8959	54828186E	5541/2	19/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HYW3040	54537183E	5550/0	02/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
IJF6736	54829083E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IKB9637	54536666E	7056/1	02/06/2014	R\$ 191,53	244 * III
IKB9637	54536667E	5835/0	02/06/2014	R\$ 127,69	195
IKB9637	54536668E	7030/2	02/06/2014	R\$ 191,53	244 * I
INZ1971	54829082E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IRM2124	54827546E	5541/2	20/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IRM2124	54827547E	5541/2	20/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ISI6212	54829461E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JUW2091	54828809E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KME0262	54828955E	5541/2	24/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KME0262	54828962E	5541/2	24/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXV8547	55591904D	5908/0	30/05/2014	R\$ 127,69	202 * I
LYD9946	54536928E	5819/1	23/05/2014	R\$ 574,61	193
LYG8683	54828849E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYI8136	54828799E	5541/2	17/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYI9068	54828834E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYK8801	54829019E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYN1276	54829014E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYQ6336	54829149E	5541/2	31/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZG7290	54829641E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZL0229	54828837E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBB0531	54829053E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD9044	54829192E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBS4271	54828931E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ4765	54828607E	5541/2	10/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD7525	54828959E	5541/2	24/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD7525	54828969E	5541/2	24/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG8377	54828776E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB7302	54829056E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ7548	54828009E	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ8545	54828115E	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC2973	54829412E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFO7394	54828117E	5541/2	15/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT2365	54537006E	5185/2	29/05/2014	R\$ 127,69	167
MGA3130	54828279E	5541/2	26/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGH2846	54537021E	5835/0	04/06/2014	R\$ 127,69	195
MGR5960	55592001D	5185/1	04/06/2014	R\$ 127,69	167
MGR5960	55592002D	7366/2	04/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGU5502	55592271D	7234/0	07/07/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MGU5502	55592273D	5185/1	07/07/2014	R\$ 127,69	167
MHI5671	54828090E	5541/2	11/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO1234	54829061E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY4249	54829079E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY8728	54829495E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MID6797	54828725E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG2325	55591744D	5908/0	30/05/2014	R\$ 127,69	202 * I
MIG2325	55591745D	5207/0	30/05/2014	R\$ 53,20	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIL1687	54828761E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL3693	54828882E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIO9722	55591077D	6084/1	16/04/2014	R\$ 127,69	211
MIW9868	54828087E	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN2542	54828629E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJT4437	54828214E	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKC8105	54828945E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL9226	54829003E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
NDC7933	54828951E	5541/2	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1759/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKS3118	55592225D	6912/0	25/07/2014	232
AKS3118	55592226D	6599/2	25/07/2014	230 * V
AKS3118	55592227D	6556/1	25/07/2014	230 * I
MBQ4301	55592320D	6599/2	03/08/2014	230 * V
MFJ0954	55591230D	5010/0	24/08/2014	162 * I
MFJ0954	55591232D	5061/0	24/08/2014	163 c/c 162 * I
MFJ0954	55591234D	6599/2	24/08/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1760/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGN0473	54830167E	5541/2	26/07/2014	181 * XVII
ALG8182	54830125E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
BRD3487	54830250E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
CAX7341	54830152E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
CPM2808	54829927E	5541/2	11/07/2014	181 * XVII
CPM2808	54829931E	5541/2	10/07/2014	181 * XVII
CPM2808	54829941E	5541/2	10/07/2014	181 * XVII
DKX4753	8147005778	7455/0	05/08/2014	218 * I
HCW3208	54829964E	5541/2	11/07/2014	181 * XVII
LCE0034	8147005784	7455/0	05/08/2014	218 * I
LXH4899	54830285E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
LXH6628	54830038E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
LXT5136	8147005654	7455/0	30/07/2014	218 * I
LYI1741	54830166E	5541/2	26/07/2014	181 * XVII
LYR3155	8147005774	7455/0	05/08/2014	218 * I
LZW6411	54830188E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MAC6407	54830220E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MAD1526	54830150E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MAP6720	54830013E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
MAP6720	54830026E	5541/2	16/07/2014	181 * XVII
MBC8717	54537412E	6041/2	30/07/2014	207
MCK3265	54830160E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MCK9921	54537404E	6041/2	30/07/2014	207
MCM9339	54830184E	5541/2	26/07/2014	181 * XVII
MDQ8345	54830005E	5541/2	16/07/2014	181 * XVII
MDU1277	54830389E	5541/2	09/08/2014	181 * XVII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDZ6097	54829993E	5541/2	16/07/2014	181 * XVII
MES5421	55592444D	6041/2	27/08/2014	207
MEU5289	54830133E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MFD1688	55590383D	6041/2	30/07/2014	207
MFG4372	54830406E	5541/2	09/08/2014	181 * XVII
MFL6339	54830124E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MFY1923	8147005827	7455/0	05/08/2014	218 * I
MGA1355	8147005802	7455/0	05/08/2014	218 * I
MGD2769	8147005836	7455/0	05/08/2014	218 * I
MGP7256	54830147E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MHB9417	8147005803	7455/0	05/08/2014	218 * I
MIA8597	8147005700	7455/0	30/07/2014	218 * I
MIG2559	54829932E	5541/2	10/07/2014	181 * XVII
MIL2474	54537414E	7366/2	05/08/2014	252 * VI
MIS3610	54830176E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MIX9949	54536542E	5568/0	22/08/2014	181 * XIX
MJM0106	54537270E	5541/6	25/07/2014	181 * XVII
MJR6094	8147005822	7455/0	05/08/2014	218 * I
MJS3819	8147005780	7455/0	05/08/2014	218 * I
MJS5563	8147005719	7455/0	30/07/2014	218 * I
MJS5815	54830185E	5541/2	26/07/2014	181 * XVII
MJT7678	54830032E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
MJX3408	54830165E	5541/2	26/07/2014	181 * XVII
MJX7468	8147005810	7455/0	05/08/2014	218 * I
MJZ1561	8147005608	7455/0	25/07/2014	218 * I
MKQ1708	54829945E	5541/2	11/07/2014	181 * XVII
MKW6217	55591925D	6041/2	27/08/2014	207
NFU5676	54829913E	5541/2	11/07/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1761/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADP0772	54536895E	5045/0	24/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
AJJ3743	55592051D	5010/0	16/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
AJJ3743	55592053D	6912/0	16/06/2014	R\$ 53,20	232
AJJ3743	55592056D	5061/0	17/06/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
BPE6541	54536518E	6912/0	28/06/2014	R\$ 53,20	232
CCV1551	55592058D	5010/0	19/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
CCV1551	55592059D	5061/0	19/06/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
EIR5780	54537055E	6920/0	16/06/2014	R\$ 127,69	233
GVT3739	55590263D	6599/2	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
GVT3739	55590264D	6637/2	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
GVT3739	55590265D	6726/1	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXB6270	54537204E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
LXF5193	55592034D	6599/2	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYE5722	54536896E	5045/0	24/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYE5722	54536897E	5142/0	24/06/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LYS4530	55590137D	6599/2	06/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYS4530	55590145D	5010/0	06/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYS4530	55590146D	6912/0	06/07/2014	R\$ 53,20	232
LYW5708	55591220D	5010/0	08/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYW5708	55591221D	5061/0	08/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LYW5708	55591222D	6599/2	08/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZC9441	55590130D	7340/0	20/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
LZU1012	55591495D	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZU1012	55591497D	6599/2	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCA2181	54535826E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDE5931	55590535D	5010/0	19/06/2014	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MER9913	55592163D	6548/0	28/06/2014	R\$ 85,12	229
MFY3128	54537007E	6599/2	30/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGN8734	55591919D	5274/1	24/06/2014	R\$ 191,53	175
MGN8734	55591997D	7340/0	24/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHH6403	54536008E	6920/0	27/06/2014	R\$ 127,69	233
MHS4731	54536892E	6408/0	24/06/2014	R\$ 85,12	221
MHU4237	54537083E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233
MJH8130	55591609D	6912/0	24/04/2014	R\$ 53,20	232
MKK9684	54537162E	6912/0	26/06/2014	R\$ 53,20	232
MLL9252	55591651D	6602/0	28/04/2014	R\$ 191,53	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1762/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADE6925	55591399D	5347/0	27/06/2014	R\$ 85,12	178
AKF7145	54829231E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKU3583	54828866E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKX6723	54829200E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AMJ5361	54829401E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ANG8635	54828322E	5541/2	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ASL3344	54828488E	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CBF9728	54536905E	5541/6	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CKG8224	54827985E	5541/2	08/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DEF1701	8147005434	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EGB6616	54829049E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
GUP6719	54828096E	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HCW3208	54828233E	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HMI9843	54828044E	5541/2	11/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IKA9287	54829258E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IQV3965	54828389E	5541/2	02/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JNK3689	55590128D	5185/1	20/06/2014	R\$ 127,69	167
JPP5150	8147005111	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
KKJ7866	54828995E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LUG0442	54827971E	5541/2	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LUZ3000	54829389E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWY5630	54829497E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXC6026	54537164E	5541/6	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXE7813	54829468E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXM5642	54829427E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXR6894	54829429E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAV7120	54829477E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBH4135	54828589E	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBJ4555	54537163E	7048/1	26/06/2014	R\$ 191,53	244 * II
MBO2824	54829336E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBS2134	54828895E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBU9925	54829430E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY5057	54828014E	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCN3334	54829356E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY7068	54829341E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDS6255	54829345E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDT5215	54537303E	5622/1	14/07/2014	R\$ 53,20	182 * VI
MDV3840	54537087E	5541/6	27/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV2036	55591397D	5738/0	22/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
MEW7582	54537045E	5185/1	10/06/2014	R\$ 127,69	167
MFA3113	8147005302	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFB0462	54829375E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ5544	54829463E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC6873	54829502E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF7993	55590368D	5819/6	30/06/2014	R\$ 574,61	193
MGM9720	55592174D	5185/1	02/07/2014	R\$ 127,69	167
MGN7204	54829365E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN8734	55591920D	7056/1	24/06/2014	R\$ 191,53	244 * III
MGN8734	55591995D	5207/0	24/06/2014	R\$ 53,20	169
MGN8734	55591996D	5835/0	24/06/2014	R\$ 127,69	195
MGO3569	54829022E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV3653	54829698E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ3230	54829344E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM3005	54829335E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM9647	54829424E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP2537	54828825E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW8869	54828720E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY8728	54829675E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA0445	54536319E	7366/2	30/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIC3230	55590366D	5185/1	29/06/2014	R\$ 127,69	167
MIC4705	8147005455	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII5707	8147005327	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIJ8463	8147005142	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIR3028	54829359E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC6906	54829435E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG0910	8147005265	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJY5926	54829431E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY5926	54829483E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKA6485	54829327E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKG2407	54827934E	5541/2	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKN1213	54829394E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKN6337	55591682D	7030/2	01/06/2014	R\$ 191,53	244 * I
MKN6337	55591683D	5835/0	01/06/2014	R\$ 127,69	195
MKW4452	55591813D	5835/0	22/05/2014	R\$ 127,69	195
MKW4452	55591814D	6076/0	22/05/2014	R\$ 191,53	210
MLM1467	54829189E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN2721	54537314E	7030/2	16/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MLT2431	54829305E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMB5974	55591382D	7366/2	29/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MYK2405	54829234E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 903/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACN5760	8590068914	7455/0	03/08/2014	218 * I
AIY9471	8590067956	7455/0	09/07/2014	218 * I
AMR7121	8590068016	7463/0	12/07/2014	218 * II
AMV6936	8590068765	7455/0	05/08/2014	218 * I
ATW0267	8590069300	7455/0	10/08/2014	218 * I
ATW0267	8590069303	7455/0	10/08/2014	218 * I
AUG3198	8590068373	7463/0	21/07/2014	218 * II
AVP4351	8590067701	7455/0	01/07/2014	218 * I
AXF8203	8590068446	7455/0	23/07/2014	218 * I
AZM1806	8590069006	7463/0	07/08/2014	218 * II
AZR7600	8590068963	7455/0	04/08/2014	218 * I
CAX7341	8590068460	7455/0	23/07/2014	218 * I
DCV3712	8590068985	7455/0	05/08/2014	218 * I
DDP1130	8590068840	7455/0	31/07/2014	218 * I
DGJ8998	8590068072	7455/0	13/07/2014	218 * I
DYB9628	8590067917	7455/0	08/07/2014	218 * I
FIQ7813	8590068794	7455/0	06/08/2014	218 * I
FMT1926	8590068910	7455/0	03/08/2014	218 * I
HMC8801	8590068200	7455/0	17/07/2014	218 * I
HSD6983	8590069063	7455/0	09/08/2014	218 * I
HTA1719	8590068809	7455/0	07/08/2014	218 * I
IAV3890	8590068073	7455/0	13/07/2014	218 * I
IFM6355	8590069069	7455/0	09/08/2014	218 * I
IJP7699	8590069038	7455/0	08/08/2014	218 * I
IJW3617	8590067737	7455/0	02/07/2014	218 * I
IMA2411	8590067833	7455/0	06/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IOJ1731	8590068916	7455/0	03/08/2014	218 * I
IPE4260	8590068833	7455/0	31/07/2014	218 * I
IVP3537	8590068283	7455/0	19/07/2014	218 * I
IZC1313	8590069002	7463/0	05/08/2014	218 * II
JKW8031	8590068873	7455/0	01/08/2014	218 * I
KHI7866	8590068977	7463/0	04/08/2014	218 * II
LLR7024	8590067696	7455/0	01/07/2014	218 * I
LXG3908	8590068793	7463/0	06/08/2014	218 * II
LXT5093	8590067954	7455/0	09/07/2014	218 * I
LXX5277	8590068344	7455/0	20/07/2014	218 * I
LYF6911	8590068139	7455/0	15/07/2014	218 * I
LYL6246	8590068100	7455/0	14/07/2014	218 * I
LYT7406	8590068961	7455/0	04/08/2014	218 * I
LZH2824	8590068030	7455/0	12/07/2014	218 * I
LZH3121	8590068841	7455/0	31/07/2014	218 * I
LZI5324	8590067793	7455/0	04/07/2014	218 * I
LZU0812	8590068741	7455/0	05/08/2014	218 * I
LZX4085	8590068109	7455/0	14/07/2014	218 * I
MAA8919	8590068050	7455/0	13/07/2014	218 * I
MAO7345	8590068468	7455/0	24/07/2014	218 * I
MAR3936	8590068450	7455/0	23/07/2014	218 * I
MAS1963	8590068264	7455/0	18/07/2014	218 * I
MAS6212	8590068488	7455/0	20/07/2014	218 * I
MAY4014	8590069065	7455/0	09/08/2014	218 * I
MBF3261	8590067916	7455/0	08/07/2014	218 * I
MBO5393	8590067983	7463/0	11/07/2014	218 * II
MBY0011	8590068115	7455/0	15/07/2014	218 * I
MBZ9854	8590068994	7455/0	05/08/2014	218 * I
MCD3919	8590068893	7455/0	02/08/2014	218 * I
MCO2938	8590067865	7455/0	06/07/2014	218 * I
MCO9534	8590068896	7455/0	02/08/2014	218 * I
MCT2811	8590068997	7455/0	05/08/2014	218 * I
MCT5265	8590067814	7455/0	05/07/2014	218 * I
MCV9138	8590067871	7455/0	06/07/2014	218 * I
MDB7574	8590069090	7455/0	09/08/2014	218 * I
MDH7688	8590068397	7463/0	21/07/2014	218 * II
MDI0616	8590068923	7471/0	03/08/2014	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO2678	8590069010	7463/0	07/08/2014	218 * II
MDT4708	8590068204	7455/0	17/07/2014	218 * I
MEG6229	8590068345	7455/0	20/07/2014	218 * I
MEL3135	8590069082	7455/0	09/08/2014	218 * I
MET5439	8590067987	7455/0	11/07/2014	218 * I
MEX7282	8590068001	7455/0	11/07/2014	218 * I
MFC6491	8590067838	7455/0	06/07/2014	218 * I
MFD5884	8590068173	7455/0	16/07/2014	218 * I
MFD9348	8590068946	7463/0	03/08/2014	218 * II
MFH5991	8590068940	7455/0	03/08/2014	218 * I
MFI6944	8590068055	7455/0	13/07/2014	218 * I
MFO3353	8590067994	7463/0	11/07/2014	218 * II
MFQ9889	8590069033	7463/0	08/08/2014	218 * II
MFS3873	8590068831	7455/0	31/07/2014	218 * I
MGO0210	8590068260	7455/0	18/07/2014	218 * I
MHB8900	8590068772	7455/0	05/08/2014	218 * I
MHD9307	8590068823	7455/0	31/07/2014	218 * I
MHG8758	8590067901	7455/0	07/07/2014	218 * I
MHP9902	8590068980	7455/0	04/08/2014	218 * I
MHZ4736	8590068938	7455/0	03/08/2014	218 * I
MIA2196	8590068343	7455/0	20/07/2014	218 * I
MIA3821	8590067903	7455/0	07/07/2014	218 * I
MIO9010	8590069040	7455/0	08/08/2014	218 * I
MIP9369	8590067866	7455/0	06/07/2014	218 * I
MIT8148	8590068248	7455/0	18/07/2014	218 * I
MJB0337	8590067850	7455/0	06/07/2014	218 * I
MJC9106	8590068094	7455/0	14/07/2014	218 * I
MJE0109	8590068214	7455/0	17/07/2014	218 * I
MJE4901	8590068127	7455/0	15/07/2014	218 * I
MJG9173	8590069031	7455/0	08/08/2014	218 * I
MJJ9636	8590067765	7455/0	03/07/2014	218 * I
MJQ5029	8590069008	7455/0	07/08/2014	218 * I
MKI0555	8590068052	7455/0	13/07/2014	218 * I
MKL7418	8590068909	7463/0	03/08/2014	218 * II
MKR6746	8590068797	7455/0	06/08/2014	218 * I
MKV8064	8590067948	7455/0	09/07/2014	218 * I
MKX5538	8590068920	7455/0	03/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLD7480	8590067922	7455/0	08/07/2014	218 * I
MLF4587	8590069017	7463/0	08/08/2014	218 * II
MLK0790	8590067951	7455/0	09/07/2014	218 * I
MLM4345	8590068011	7463/0	12/07/2014	218 * II
MLN2452	8590067930	7455/0	08/07/2014	218 * I
MLU7851	8590068152	7455/0	16/07/2014	218 * I
MLU7851	8590068167	7455/0	16/07/2014	218 * I
MLV1025	8590069066	7455/0	09/08/2014	218 * I
MLZ5451	8590068125	7455/0	15/07/2014	218 * I
MMK0219	8590068222	7463/0	18/07/2014	218 * II
MWT2022	8590069224	7455/0	14/08/2014	218 * I
MYB3679	8590068271	7455/0	19/07/2014	218 * I
NAF4610	8590068333	7455/0	20/07/2014	218 * I
QHB0284	8590068003	7455/0	12/07/2014	218 * I
QHB0284	8590068010	7471/0	12/07/2014	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 904/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFQ1234	8590066121	7455/0	17/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AGG5125	8590066196	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHO6813	8590066691	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJY0437	8590066305	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJY0437	8590066320	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJY9153	8590066229	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKF0543	8590065147	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
APQ2765	8590066299	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
APS3442	8590066154	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AZM1806	8590066558	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AZV1010	8590065233	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
CND5470	8590067107	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
EZT0055	8590066443	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
FFZ8304	8590066440	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
GGR5001	8590065460	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
HJU4566	8590064967	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
IKB9637	8590066404	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
IOT4175	8590066613	7463/0	30/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
IPE4260	8590066251	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ISV1805	8590066481	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
KFO4354	8590066690	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
KOH2039	8590066165	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
KRV0517	8590066323	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LOF6553	8590066975	7455/0	11/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWV2354	8590066004	7463/0	14/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LWY4330	8590066472	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXA4345	8590066139	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXE0085	8590066213	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXF4888	8590064956	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXY4381	8590066719	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYR6104	8590066500	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYS6262	8590066158	7463/0	18/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYW0285	8590065136	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYY7608	8590066301	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZO5444	8590066439	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZZ2404	8590067517	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAS7483	8590065237	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAU7506	8590066700	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAX5091	8590065710	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAY2030	8590065642	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBE7254	8590064997	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBJ0576	8590067515	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL2304	8590066687	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBN4623	8590065717	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBS2647	8590065309	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBW0622	8590066212	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBX3069	8590066135	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBX3069	8590066168	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCK2634	8590067508	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCR7839	8590066398	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCS5803	8590066178	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCV9426	8590065229	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDC9751	8590065217	7463/0	20/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDD0990	8590067170	7455/0	15/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDI8145	8590067513	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDN2322	8590066407	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ6524	8590066483	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE0240	8590066448	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEL1335	8590066710	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEL1996	8590066423	7463/0	25/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFB5300	8590066382	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFG2745	8590066607	7455/0	30/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFY9500	8590066225	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGD4966	8590067226	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGG7842	8590066494	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGI8545	8590066550	7463/0	29/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGT7146	8590066312	7463/0	22/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGY2603	8590066711	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHJ0018	8590066671	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHJ6055	8590064958	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHO7147	8590066408	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIH2395	8590066688	7463/0	01/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIH5617	8590065435	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT0076	8590066310	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT5083	8590066211	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA2221	8590066427	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJE1607	8590067500	7463/0	24/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJE7474	8590065609	7463/0	03/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJF7748	8590066256	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH7720	8590066201	7463/0	19/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJK4994	8590066331	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN2542	8590066015	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU8237	8590066506	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX8318	8590066692	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKB5659	8590066287	7463/0	22/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKC2931	8590065438	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKH6006	8590066556	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKK6594	8590065604	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKP3617	8590066316	7463/0	22/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLA5779	8590066387	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLI2490	8590067457	7463/0	22/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLM8082	8590066615	7455/0	30/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
NFU5121	8590066785	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
ODN1767	8590066294	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 905/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAF3783	8590069402	7455/0	17/08/2014	218 * I
ADL9486	8590069259	7455/0	10/08/2014	218 * I
AED1333	8590069169	7455/0	13/08/2014	218 * I
AFA0981	8590068655	7455/0	28/07/2014	218 * I
AGW5519	8590068480	7455/0	24/07/2014	218 * I
AGZ5640	8590069351	7455/0	16/08/2014	218 * I
AMK1069	8590068591	7463/0	27/07/2014	218 * II
BBS2448	8590069220	7455/0	14/08/2014	218 * I
BUU9530	8590069086	7455/0	09/08/2014	218 * I
COX0685	8590069132	7455/0	12/08/2014	218 * I
DHZ8627	8590068445	7455/0	23/07/2014	218 * I
DII0838	8590069235	7455/0	14/08/2014	218 * I
DMI3536	8590068274	7455/0	19/07/2014	218 * I
DMI3536	8590068315	7455/0	19/07/2014	218 * I
GVX0921	8590069339	7455/0	16/08/2014	218 * I
HTA1719	8590069064	7455/0	09/08/2014	218 * I
IOZ6529	8590069097	7455/0	11/08/2014	218 * I
IOZ6529	8590069140	7455/0	12/08/2014	218 * I
IOZ6529	8590069183	7455/0	13/08/2014	218 * I
JGL6038	8590068364	7455/0	20/07/2014	218 * I
JPD4198	8590069291	7463/0	10/08/2014	218 * II
JVN6058	8590069376	7455/0	17/08/2014	218 * I
KAU7773	8590068987	7455/0	05/08/2014	218 * I
LBK8158	8590069249	7463/0	10/08/2014	218 * II
LBU2373	8590069286	7455/0	10/08/2014	218 * I
LBU2373	8590069302	7455/0	10/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LBY3207	8590068662	7455/0	28/07/2014	218 * I
LYS7870	8590068416	7455/0	22/07/2014	218 * I
LYW1660	8590068621	7455/0	27/07/2014	218 * I
LYY0578	8590069221	7455/0	14/08/2014	218 * I
LZQ1260	8590068419	7455/0	22/07/2014	218 * I
MAF6338	8590068368	7455/0	21/07/2014	218 * I
MAG7490	8590069165	7463/0	13/08/2014	218 * II
MAJ1400	8590069285	7455/0	10/08/2014	218 * I
MBC2205	8590069411	7455/0	17/08/2014	218 * I
MCB8075	8590068269	7455/0	19/07/2014	218 * I
MCS3571	8590069222	7455/0	14/08/2014	218 * I
MCS3571	8590069231	7455/0	14/08/2014	218 * I
MCT9641	8590068461	7455/0	23/07/2014	218 * I
MDB8843	8590069141	7455/0	12/08/2014	218 * I
MDC9525	8590068352	7455/0	20/07/2014	218 * I
MDF0882	8590069265	7455/0	10/08/2014	218 * I
MDG4529	8590068347	7455/0	20/07/2014	218 * I
MDP2784	8590069214	7455/0	14/08/2014	218 * I
MDR9076	8590068623	7455/0	27/07/2014	218 * I
MDT5215	8590069354	7471/0	16/08/2014	218 * III
MDV9284	8590069250	7455/0	10/08/2014	218 * I
MED7683	8590068535	7455/0	25/07/2014	218 * I
MEE0240	8590069276	7455/0	10/08/2014	218 * I
MFL0986	8590068444	7455/0	23/07/2014	218 * I
MFS5575	8590068273	7455/0	19/07/2014	218 * I
MFW2272	8590068737	7455/0	30/07/2014	218 * I
MFZ9588	8590069423	7463/0	17/08/2014	218 * II
MGB4913	8590069148	7455/0	12/08/2014	218 * I
MGE7084	8590069196	7455/0	13/08/2014	218 * I
MGL2279	8590068122	7455/0	15/07/2014	218 * I
MGU0651	8590069410	7455/0	17/08/2014	218 * I
MGV8060	8590069047	7455/0	09/08/2014	218 * I
MGZ0364	8590068377	7455/0	21/07/2014	218 * I
MHA4056	8590069228	7455/0	14/08/2014	218 * I
MHK4078	8590069336	7455/0	16/08/2014	218 * I
MHN5288	8590069111	7455/0	11/08/2014	218 * I
MHW8869	8590068282	7463/0	19/07/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIB5797	8590068484	7455/0	20/07/2014	218 * I
MIE2616	8590068487	7455/0	20/07/2014	218 * I
MIF0450	8590068456	7455/0	23/07/2014	218 * I
MIK1563	8590069093	7455/0	11/08/2014	218 * I
MIL1242	8590069427	7471/0	17/08/2014	218 * III
MIO9341	8590069246	7455/0	10/08/2014	218 * I
MIQ3093	8590068643	7455/0	28/07/2014	218 * I
MJF1484	8590069137	7455/0	12/08/2014	218 * I
MJN8849	8590069255	7455/0	10/08/2014	218 * I
MJQ2944	8590069134	7455/0	12/08/2014	218 * I
MKA2690	8590069247	7455/0	10/08/2014	218 * I
MKB6827	8590068563	7455/0	26/07/2014	218 * I
MKE2600	8590069123	7455/0	11/08/2014	218 * I
MKM3491	8590068601	7463/0	27/07/2014	218 * II
MKV8310	8590069215	7455/0	14/08/2014	218 * I
MKZ9576	8590069209	7455/0	14/08/2014	218 * I
MLD8176	8590068596	7455/0	27/07/2014	218 * I
MLI2490	8590069198	7455/0	13/08/2014	218 * I
MLN6706	8590069105	7455/0	11/08/2014	218 * I
MLN6706	8590069115	7455/0	11/08/2014	218 * I
MMB0301	8590069385	7455/0	17/08/2014	218 * I
MMC7933	8590069232	7455/0	14/08/2014	218 * I
MMD1536	8590069199	7455/0	13/08/2014	218 * I
MWT2022	8590069316	7455/0	15/08/2014	218 * I
NMP6001	8590068218	7455/0	17/07/2014	218 * I
OKE0104	8590068518	7455/0	25/07/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 906/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFE1077	8590066222	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AFO5301	8590067592	7463/0	29/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
AGN8784	8590066654	7471/0	01/06/2014	R\$ 574,61	218 * III
ALM3031	8590060514	7455/0	12/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASO4425	8590065951	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVY1829	8590066057	7455/0	16/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
BXS5793	8590067305	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
CHE2740	8590066904	7463/0	07/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
CMJ6762	8590066996	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DLP1969	8590067563	7455/0	27/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DPR8322	8590067635	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
EEM8687	8590066661	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
ENM4268	8590066167	7463/0	18/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
ENT4073	8590067406	7463/0	21/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
EPT1295	8590066639	7455/0	31/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
FVL4000	8590067651	7463/0	30/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
HAN0413	8590066749	7455/0	02/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
IBV5935	8590066969	7455/0	09/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
IIQ5348	8590066205	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LOD0216	8590066526	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWT9481	8590066579	7455/0	30/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYZ8738	8590065182	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYZ8738	8590065208	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZR1832	8590065004	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZZ7466	8590067146	7455/0	15/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAU9500	8590066957	7455/0	09/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBI0351	8590065173	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBI0351	8590065174	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBJ0123	8590065770	7463/0	07/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBL2945	8590065096	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT6396	8590067204	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB7730	8590065071	7455/0	16/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB7730	8590065079	7463/0	16/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCT5265	8590066555	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCT7454	8590066754	7455/0	02/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCZ6796	8590066917	7455/0	08/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDE9998	8590066993	7463/0	12/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDM0642	8590066827	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDM0642	8590067039	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MED2877	8590067590	7463/0	29/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MED9809	8590066860	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEJ0333	8590067026	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER9913	8590067055	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFK0001	8590067081	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFT2013	8590067331	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFZ2211	8590066915	7455/0	08/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGE3939	8590067297	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGI8126	8590064961	7463/0	13/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGN5702	8590067549	7455/0	26/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGW4989	8590067719	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGY2062	8590067141	7455/0	15/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGZ9010	8590066964	7455/0	09/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE3101	8590066722	7463/0	01/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHG6888	8590066789	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHQ7095	8590065344	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL7442	8590066935	7463/0	10/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIP0285	8590067620	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT2724	8590067357	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT6734	8590060083	7455/0	05/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ8766	8590067009	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ7127	8590065250	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJR7613	8590066590	7455/0	30/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW8866	8590066714	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKJ6002	8590066623	7455/0	31/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKK5401	8590066702	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKK8160	8590066773	7455/0	02/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO2561	8590066531	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKQ5872	8590066910	7455/0	08/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKQ6088	8590065961	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT2875	8590065380	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKZ3501	8590064855	7455/0	10/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB6021	8590064860	7455/0	10/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD3030	8590066954	7455/0	09/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MWT2022	8590066897	7455/0	07/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
OLK3570	8590065732	7463/0	04/05/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 17 DE SETEMBRO DE 2014

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO

Guaramirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 384/2014

PORTARIA Nº 384/2014

CONCEDE LICENÇA SAÚDE a Doraci Maria Mengarda.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde a Doraci Maria Mengarda, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 25 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

Portaria Nº. 385/2014

PORTARIA Nº 385/2014

RETORNA DE LICENÇA SAÚDE Geovani Zarpelon.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Geovani Zarpelon, na função de Psicólogo, vinculado a Secretaria de Saúde, a partir de 11 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 386/2014

PORTARIA Nº 386/2014

NOMEIA Comissão Organizadora de Concurso Público nº. 001/2014 e Processo Seletivo nº. 002/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear membros para Comissão Organizadora de Concurso Público nº. 001/2014 e Processo Seletivo nº. 002/2014, para contratação de emprego público:

- Elisangela Fenrich - Presidente;
- Marcelo Amadeu Deretti - membro;

- Jonas Verbinen - membro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28 de julho de 2014.

Guaramirim/SC, 11 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 387/2014

PORTARIA Nº 387/2014

ALTERA a Portaria nº. 366/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a Portaria nº. 366/2014, substituindo a servidora Giane Seemann Nass, como membro suplente da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, pela servidora Eliani Gomes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

Portaria Nº. 388/2014

PORTARIA Nº 388/2014

CONCEDE LICENÇA à Josiane Petry.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o artigo 7º, § 3º da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde de familiar à Josiane Petry, na função de Auxiliar de Creche, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 10 de setembro de 2014, pelo período de 10 (dez) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

Portaria Nº. 389/2014

PORTARIA Nº 389/2014

CONCEDE LICENÇA SAÚDE à Ana Carolina Jeronimo Oliveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde à Ana Carolina Jeronimo Oliveira, na função de Agente Administrativo I, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 29 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp

Secretário de Gestão Estratégica

Herval d'Oeste**PREFEITURA****Ata de Registro de Preços Nº 015/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 03 de setembro de 2015, prorrogável, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos três dias do mês de setembro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de tubos de concreto, meio fio de concreto e blocos vazados de concreto simples para alvenaria, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Concretos Cruzeiro Industria e Comércio Ltda, inscrito no CNPJ nº 75.493.908/0001-83, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Tubo de concreto 200mm PS2*	C Cr\$	UND	500	18,47	9.235,00
2	Tubo de concreto 300mm PS2*	C Cr\$	UND	1.000	24,47	24.470,00
3	Tubo de concreto 400mm PS2*	C Cr\$	UND	1.500	28,70	43.050,00
4	Tubo de concreto 500mm PS2*	C Cr\$	UND	2.500	44,80	112.000,00
5	Tubo de concreto 600mm PS2*	C Cr\$	UND	1.700	64,90	110.330,00
6	Tubo de concreto 800mm ca1 A1**	C Cr\$	UND	600	184,00	110.400,00
7	Tubo de concreto 1000mm ca1 PA1**	C Cr\$	UND	50	263,00	13.150,00

8	Tubo de concreto 1200mm ca2 PA1**	C Cr\$	UND	30	425,00	12.750,00
9	Tubo de concreto 1500mm ca2 PA1**	C Cr\$	UND	30	730,00	21.900,00
10	Tubo de concreto 2000mm ca2 PA1**	C Cr\$	UND	30	1.350,00	40.500,00
11	Meio fio de concreto, peça com dimensão 0,65 x 0,30 x 0,10 mt.	C Cr\$	UND	500	17,00	17,00
12	Bloco de concreto 14x19x-39cm;	C Cr\$	UND	5.000	2,80	2,80

Valor Total da Ata R\$ 520.285,00 (Quinhentos e vinte mil, duzentos e oitenta e cinco reais), divididos nos itens conforme quatro acima.

Herval d'Oeste, 03 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Fernando Regensburger Sócio Administrador CPF: 196.410.609-53 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 054/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Assistência Social"
CNPJ/MF Nº 12.816.323/0001-37
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF 03.377.072/0001-40
Empresa: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.
Endereço: Av. Beira Rio, nº 333 - Centro
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 054/2014 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 12.816.323/0001-37 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA estabelecida na Rua Beira Rio, nº 333, Bairro Centro, Herval d'Oeste - SC, CNPJ nº 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Simar

José Rosa, brasileiro, casado portador do CPF nº 437.061.009-59, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 015/2014, que tem por objeto a reforma em Imóvel para abrigar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV- Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, em decorrência do Processo Licitatório n. 020/2014, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2014, do tipo menor preço global, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto o acréscimo de valores na planilha orçamentária contratual, devido à inclusão de serviços no orçamento inicial, devido à alteração nos projetos, a saber:

Parágrafo único - Na planilha orçamentária do projeto de reforma do Imóvel para abrigar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV são acrescidos os seguintes itens:

Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Valor Inicial Contrato R\$ 124.598,79				
1 Paredes				
Alvenaria de Vedação				
Demolição parede de Alvenaria sem reaproveitamento	m²	7,69	42,90	329,90
2 Pavimentação				
Camada regularizadora e=3cm	m²	11,22	14,79	165,94
Piso Cerâmico PEI IV - 30x30, assentado inclusive rejunte	m²	11,22	36,06	403,92
3 Pintura				
Aplicação de Textura Acrílica nas paredes externas	m²	306,95	18,98	5.825,91
4 Instalação Elétrica				
Luminária Completa de sobrepor tipo calha 2x 20w c/ reator lamp fluorescente	Und	1,00	66,65	66,65
Instalação ponto de luz equivalente a 2 varas eletroduto PVC rígido de ½" 12m de fio 2,5mm², caixas, conexões, tomada de embutir com placa; inclusive abertura e fechamento rasgo em alvenaria	Und	5,00	119,19	595,95
Pontos de Tomada				
Instalação ponto de tomada equivalente a 2 varas eletroduto PVC rígido de ½" 12m de fio 2,5mm², caixas, conexões, tomada de embutir com placa; inclusive abertura e fechamento rasgo em alvenaria	Und	3,00	93,88	281,64
Tomada para ar condicionado (caixa/eletrodutos, fios e tomada)	pt	1,00	151,95	151,95
5 Prevenção e Combate a Incêndio				
Extintor de incêndio tipo PQS com 4 kg	Und	1,00	93,68	93,68
Luminária de Emergência completa Led	Und	4,00	40,00	160,00
Sinalização de emergência	Und	1,00	35,00	35,00
Sinalização de Capacidade Máxima de Lotação e Abrigo de Gás	und	2,00	19,00	38,00
6 Louças e Metais				

	Bancada Passa Pratos em granito cinza; (1,17x0,30cm)	m²	0,35	295,00	103,25
7	Serviços Diversos				
	Execução de calçada em concreto 1:3:5 (Fck=12MPa) espessura 7 cm	m²	18,40	24,68	454,11
	Guarda Corpo com corrimão - Rampa de acesso	m	4,45	222,99	992,31
Total geral com BDI 20 % incluso			11.637,86		
Valor Contrato Atualizado R\$ 136.236,65					

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRÉSCIMO

O Acréscimo de serviços constante na Cláusula primeira corresponde a uma aumento do quantitativo do objeto na ordem de 9,34% do valor total inicial do Contrato, que era de R\$124.598,79 (Cento e vinte quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos), correspondendo a um aumento no valor de R\$11.637,86 (onze mil seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

Com os acréscimos, decorrentes deste Termo Aditivo, o valor do contrato original passará de R\$124.598,79 (Cento e vinte quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos), para R\$136.236,65 (cento e trinta e seis mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 65 inciso I, alínea "a," e parágrafo 1º do mesmo artigo, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 051/2013, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 12 de setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

Simar José Rosa
Sócio Administrador
CPF: 437.061.009-59
Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso Fabrin
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 055/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Assistência Social"

CNPJ/MF Nº 12.816.323/0001-37

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

CNPJ/MF 03.377.072/0001-40

Empresa: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

Endereço: Av. Beira Rio, nº 333 - Centro

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 055/2014 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 12.816.323/0001-37 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA estabelecida na Rua Beira Rio, nº 333, Bairro Centro, Herval d'Oeste - SC, CNPJ nº 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, casado portador do CPF nº 437.061.009-59, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 015/2014, que tem por objeto a reforma em Imóvel para abrigar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV- Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, em decorrência do Processo Licitatório n. 020/2014, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2014, do tipo menor preço global, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato em epígrafe até o dia 17/10/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, parágrafo 1º incisos II e IV da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar. justificativa apresentada pela CONTRATADA, parecer técnico e parecer jurídico.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 17 de setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

Simar José Rosa
Sócio Administrador
CPF: 437.061.009-59
Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso Fabrin
CPF: 052.051.949-36

Edital Nº 024/2014

EDITAL 024/2014

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

Diante da impossibilidade de Notificação, via correio, do débito tributário, através do presente edital notificam-se os contribuintes abaixo relacionados referente os lançamentos dos Tributos vencidos dos exercícios 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Tendo o prazo de 20 (vinte dias) para a quitação.

Os débitos não quitados serão, após este prazo cobrados através de Executivo Fiscal. (§ 2º do art.132 da lei 680/77).

A&D CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA

ADAIR ALVES

ADAIR BAHU

ADAIR JOSE DA SILVA

ADAIR PEREIRA

ADALBERTO FERREIRA - ME

ADÃO ADOLIR LINS

ADÃO DA SILVA

ADÃO MEDEIROS SOUTIER

ADÃO PADILHA DA SILVA - ME

ADÃO VIEIRA DE CAMARGO & CIA LTDA - ME

ADAUTO PEREIRA SILVA - ME

ADELAIDE DOMINGUES DA LUZ

ADELIO BORGES

ADELIR DOS SANTOS

ADEMAR COELHO DA SILVA

ADEMAR G. DA ROSA

ADEMAR SCHUASTZ

ADEMAR VALENCIO

ADEMIR MIRANDA

ADEMIR PORTE

ADENAR FERREIRA DA COSTA

ADENILSON CARVALHO DA SILVA

ADENILSON FERREIRA

ADENIR CHAVES

ADILSON FERNANDES

ADILSON PEREIRA DUARTE - ME

ADORICO AFONSO FABRIN (LOTEAMENTO)

ADRIANA BALESTRIN - ME

ADRIANA BREDÁ BITTENCOURT MARTINS

ADRIANE FERREIRA DOS SANTOS

ADRIANO ANTONIO RODAKIEVIS

ADRIANO CHANEICO

ADRIANO MASSOCO

AGENOR PADILHA DOS SANTOS

AGOSTINHO ROSELI CHAVES

AIRTON LISBOA

AIRTON INOCENTE

ALBA LORENCI

ALAIDE MARIA ZABLOSKI

ALBERTINA DA SILVA LAURENTINO

ALCIDES ANTUNES DA LUZ - ME

ALCIDES DA SILVA CARDOSO

ALCIDES DE OLIVEIRA

ALCIDES GOTARDO

ALECIO SOMENSI

ALEIR DE OLIVEIRA

ALESSANDRO PEREIRA

ALEXANDRE MUNIZ DE QUEIROZ

ALEXANDRINA SOARES DA ROSA

ALMIR PENTEADO

ALTAIR RIBEIRO DANHANHA

ALTAIR SILVEIRA DA CRUZ E OUTROS

ALZEMIRO PEREIRA DIAS

AMABELE SALETE MACULAN

AMADOR M. RODRIGUES & CIA LTDA

AMARILDO DAMIÃO PEREIRA

AMARILDO DE OLIVEIRA

AMARILDO JOSE DOS SANTOS

AMARILDO NASCIMENTO

AMARILDO SUTIL

AMILTON DA ROSA

AMILTON DA ROSA O EMPREITEIRO - ME

AMILTON DE ANDRADE

AMILTON LARROYD JUNIOR E OUTRO

ANA PAOLA ZULIAN

ANA PAULA MORAIS DA SILVA FARIA

ANACLETO GIRARDI

ANADIR CORREA PASSOS

ANAI R ZUCO TELLES

ANDRADINA DE BRITO

ANDRE ALVES DA SILVA

ANDREIA ANTUNES DANTAS

ANGELO CRUZ

ANILDO ANTUNES DE OLIVEIRA

ANILDO DA ROSA

ANITA DOS ANJOS

ANNA CAROLINE PIGATTO MIRANDA

ANTONIO MARIA DA SILVA

ANTONINHO ANGELO CORADI

ANTONINHO V. SARMENTO O EMPREITEIRO - ME

ANTONINHO ZACARON

ANTONIO ALVES

ANTONIO DALAPRIA

ANTONIO DE SOUZA

ANTONIO JARENTCHUK

ANTONIO JORGE DE OLIVEIRA

ANTONIO JOSE COELLI

ANTONIO LEMES GUERRA

ANTONIO LUIZ ZANELLA

ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS

ANTONIO VALDERI RODRIGUES DA SILVA

ANTONIO WALDEMAR MARTINAZZO

ARCANGELO MIGUEL COELHO

ARGEMIRO BORGES

ARI CELSO GOMES

ARI F. DE CAMARA

ARI JOSE FUGANTI

ARI VIEIRA

ARNOLDO CAMPOS - ME

ARTEMIO COELHO DA SILVA

ARTUR TELES CORDEIRO

ASSIS TERCIO DA SILVA

ASSOC. RADIO COMUNITARIA FM UNIDOS DO HERVAL SC

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ESTAÇÃO LUZERNA

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO RUPP

ATAYDE BAIA PEIXOTO

ATILIO PRESSI

ATILIO SCHNEIDER

AUGUSTO DA COSTA

AURELIO DO NASCIMENTO CONRADO TRANSPORTES - ME

AURELIO NASCIMENTO CONRADO

AURORA BUENO

AURORA RIGEL MORESCO

AZENIR RODRIGUES DA SILVA

B.M.S. COMERCIO E TRANSPORTES

B.R. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - ME

BAR E LANCHONETE GELATI LTDA

BAR E LANCHONETE VILA RICA - ME

BAR E MERCEARIA BEAL LTDA - ME

BARBARA E. DE OLIVEIRA POGORZELSKI & CIA LTDA

BARTELEY DE CARVALHO

BEATRIZ TEREZINHA MARTINELLI

BENDER & BENDER LTDA - ME

BERGMANN COORET. DE SEGUROS DE VIDA LTDA

BIOFLEX COM. DE APARELHOS TERAPEUTICOS LTDA
 BISSANI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
 BORRACHARIA ESTRELA LTDA - ME
 BRUNO VALDIR ZANIN
 C & F METALURGICA LTDA
 C.A. DE OLIVEIRA & CIA LTDA
 CACILDA PEREIRA
 CAMILA CONSTANTINI
 CAMILA ESTER FRANCO
 CAMPANHOLO COM DE GÁS LTDA
 CAPELA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DE RIO SAPATO
 CAPELA SANTO ANTONIO DE NOVA ESTRELA
 CARLOS ALBERTO DA LUZ
 CARLOS BRUNETTO
 CARLOS GONÇALVES
 CARLOS RICARDO NERES
 CARLOS ROBERTO DE JESUS
 CARLOS SCHEITEL DA SILVA
 CARMELINDA PEREIRA DOS SANTOS
 CARMEN SALETE DAROLD
 CASEMIRO DAUMAZENA
 CASSANDRE COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA
 CATARINA DA LUZ DE SOUZA
 CATARINA PEGORARO
 CEICAN - CENTRO DE ENSINO INTEGRADO CAMPOS NOVOS LTDA
 CELIA V. AKIJAMA
 CELSO DE LIMA
 CELSO PEREIRA
 CESAR PEREIRA DOS SANTOS
 CEZAR JANDIR GALDINO
 CHARLES PICCININ
 CLACI DE FATIMA MORAIS DA SILVA
 CLAILO COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME
 CLAUDEMIR FRANCISCO STANK
 CLAUDETE DE OLIVEIRA
 CLAUDIA CRISTINA TELES DE CARVALHO - ME
 CLAUDIO GOMES
 CLEIMARCOS GUARAGNI
 CLEITON DE OLIVEIRA
 CLEUSA MACEDO DE JESUS
 CLODOALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA
 CLODOALDO VARELA DOS SANTOS
 COM. DE UTILIDADES DOMESTICAS L.Z. LTDA
 COM. E REPR. SPONCHIADO LTDA
 COMERCIO E TRANSPORTES GIUSTTI LTDA - MATRIZ
 COMPANY FOTOGRAFIAS LTDA - ME
 CONDOMINIO EDIFICIO SANTA FILOMENA
 CONSTANTINA RIBEIRO DOS SANTOS
 CONSTANTINO RICARDO
 CONSTRUCORDIA CONSTRUÇÕES LTDA
 CONSTRUTORA CESAR LTDA
 CONSTRUTORA HERVALENSE LTDA
 CONSTRUTORA LITUS LTDA
 CONSTRUTORA VALE SUL LTDA - ME
 CONTABIL ARGENTON LTDA
 COSTA SERVIÇOS IND LTDA - ME
 CRISTIANE APARECIDA CARL
 CRISTINA WASSERBERG MARCON
 CRISTIANO ALVES DA SILVA
 D.G. SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA - ME
 D.M. LOCADORA DE VIDEOS LTDA - ME
 DALANORA E GHIGGI DIST. DE MAT DE CONSTRUÇÕES LTDA - ME
 DANIANE MABEL BLEICHUEVH
 DANIEL ARCANGELO MODESTO
 DARCI CABRAL
 DARCI MIGUEL DE JESUS
 DARCILINO FERREIRA
 DEBORA APARECIDA MOREIRA
 DELCIR CORSO

DENIDE RIBEIRO DOS SANTOS
 DEOLINDA MACIEL
 DERCILO DOS SANTOS
 DEUCLECIA APARECIDA DA SILVA
 DEULICIO PEDRINHO DA ROSA
 DEVAIR KRAUSE
 DEYSE ELAINE ROCHA
 DIEGO M. FRACARO
 DIMAS PEDROSO
 DIMAS TEREZINHA DE MATOS
 DIOMAR DOMINGOS FILIPINI
 DIONIZIO JOSE DALLAGLIO
 DIRCEU DANIELLI
 DISTRIBUIDORA RAMAR LTDA - ME
 DIVA MORAIS
 DOMINGOS ROSA
 DONOVAN CONRADO
 DORALINO SILVA DE SOUZA
 DORVALINO RIBEIRO DA CRUZ
 E.U. CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA
 EDAIR BRUNO GASPARETTO
 EDGAR ANDOLFATTO
 EDEVALDO MODESTO
 EDEVALDO SILVEIRA BRAGA
 EDEVINO ALBERTO WASEN
 EDIMARA TEREZINHA FAVETTI
 EDISON RODRIGUES PIMENTEL
 EDIVALDO FERREIRA
 EDSON CAMARGO
 EDSON LUIZ RATTI
 EDSON LUIZ STECHISNKI
 EDSON POPP
 EDUARDO QUEIROGA
 EFREM & FILHO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
 ELI SONETE ENGRACIA DE OLIVEIRA
 ELIANE APARECIDA DA ROSA
 ELISA T. DOS SANTOS
 ELISEO BORTOLLI
 ELISEU GEREMIAS CARNEIRO BORGES
 ELIZABETE FATIMA DA ROSA
 ELIZABETE PATRICIA KUDYNOW
 ELIZETE ALVES DOS REIS
 ELOIR ANTONIO DEL PIZZOL
 ELOIR LOPES LEAL
 ELSA T. BASTOS SIGNORIN
 ELVENEIR DE SOUZA
 ELVIRA DOS SANTOS
 EMILIO RODRIGUES DOMINGUES
 EMPR. ALVES LTDA - ME
 EMPR. DE MÃO DE OBRA GELSON LTDA
 EMPR. DE MÃO DE OBRA LUZIRA - ME
 EMPR. DE MÃO DE OBRA VISSOTO
 EMPR. MÃO DE OBRA IRMAOS GALDINO
 EMPR. MÃO DE OBRA MARCOS DOS SANTOS LTDA
 EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SÃO JORGE LTDA
 EPIFANIO ALVES DREHER
 ERALDO PAULO COELHO DA SILVA
 ERCIDIO JUNG
 ERMINDO FERREIRA DE ALMEIDA
 ERNIS VIEIRA SARMENTO
 ERVINO DE FREITAS
 ESMERALDA MARIA DA SILVA - ME
 ESPOLIO JOSE FERREIRA
 ESPORTE CLUBE MARACANA
 ESPORTE CLUBE PALMERINHA
 EUFRASIA COELHO RODRIGUES
 EUSTACIO PAGLIARIN
 EVA DA SILVA MARIA DOS SANTOS
 EVA DE FATIMA DO NASCIMENTO

EVA MARQUEZZI
 EVA REKSHAUSE
 EVALDIR BENDER
 EVANDRO MELCHIOR LOTTERMANN
 EVANIA MARA VICENTE
 EVANICE FERNANDES DE CANDIDEO
 EVERTON ALVES DE ARAUJO
 EVERTON THIAGO MEDEIROS
 EVILASIO VARELA DOS SANTOS
 IZALINA SILVA DOS ANJOS
 EZIO LUIS OLEINIK
 EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - EPP
 FABIANO COSTA
 FABIANO LUIZ TIEPPO
 FABIANO PEREIRA
 FABIO RODRIGUES DE SOUZA - ME
 FELIPE PARISENTI
 FELIZ ZANELLA
 FERNANDA DA SILVA
 FERNANDA PECINATO
 FERNANDES DA SILVA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME
 FERNANDES E ROQUE LTDA - ME
 FERNANDO ANTUNES
 FERNANDO MACHADO
 FLAVIA MARIA DE ANDRADE
 FLAVIO FELTRIN
 FLAVIO FRANCISCO PEDROSO
 FLORATA FLORES E ORNAMENTAÇÃO LTDA
 FLORENCIO VARELA DOS SANTOS
 FLORESMAR DUTRA DO AMARAL
 FRANCIELE ROMOALDO
 FRANCIELI PINTO
 FRANCIELLI PINTO - ME
 FRANCILO DOMINGOS LAZARIN
 FRANCISCO ALAOR MOREIRA
 FRANCISCO ASSIS BRANCO
 FRANCISCO CARLOS DA CRUZ
 FRANCISCO GONÇALVES
 FRANCISCO JOSE DE ANDRADE
 FRANCISCO LUIZ DE BARROS
 FRANCISCO STANQUE FILHO
 FREDOLINA FRANCISCA DA CRUZ
 GEIZIELI COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
 GELSA BORTOLI
 GELSO TERCENIO DA SILVA
 GEMA LUIZA BEDENDO
 GEMA ROSEGHINI
 GENI GERTRUDES NATALIA DE SOUZA
 GENI SOUZA DUTRA - ME
 GENTIL DA SILVA
 GENTIL JOAQUIM P. DE OLIVEIRA
 GENY AMANCIO DAMAZIO E OUTROS
 GERONALDO COELHO DA SILVA
 GERSON GARCIA DAS CHAGAS
 GERSON ROSA
 GERSON LUIZ BUCCO - ME
 GILBERTO V. LUIZ
 GILMAR ALVES BEC
 GILMAR BOLSI
 GILMAR JOSE MATANA
 GILMAR MACEDO
 GILSON SANTANA
 GISELE BARROS ROCHA - MEI
 GISELE, GILSON, GISLAINE D. SANTOS
 GUMERCINDO FRANCISCO DE OLIVEIRA
 HELENA RIBEIRO DA CRUZ
 HENRIQUE RIBEIRO DE CAMPOS
 HENRIQUETA PEREIRA
 HERCILIO MARTINS

HERCILIO RODRIGUES
 HERDEIROS DE MATHEUS GELATI
 HERVAL PAPELARIA E INFORMATICA LTDA
 HEULES MISTURA
 HONORATA NERIS DA SILVA
 HORACIO DA CRUZ MARTINS
 IDAUTE DE QUEIROZ ALVES
 IGREJA PRESBITERIANA DE HERVAL D OESTE
 ILDAMARA SOUZA
 ILINITA SCHLINDWEIN SAGGIN
 ILMA KLEIN REGINATO
 IMOBILIARIA BALNEARIO PIRATUBA LTDA
 IMOBILIARIA JACOMEL LTDA
 IND DE BALAS BOAVISTENSE LTDA
 INES FERREIRA
 IRAN FERREIRA DA TRINDADE
 IRILDO MAESTRE
 IRINEU DA COSTA
 IRINEU JOSE ARALDI
 IRINEU NADIR FRASSON
 IRIS RIBEIRO - MEI
 ISA TURISMO LTDA - ME
 ISAC DE OLIVEIRA - MEI
 ISAIR J. DE OLIVEIRA E CELIA GALDINO
 ITACIR PEREIRA
 IVA PALHARIN
 IVAN KUDYNOW
 IVANDIR DE SOUZA CORREIA
 IVANILDE TERESINHA DA CRUZ
 IVANILDO JOSE CARMINATTI
 IVETE DA SILVA
 IVO ARMANI
 IVO DE OLIVEIRA
 IVO MORAIS
 IVONE GONÇALVES
 IVONE LOPES
 IVONE ZARPELON
 IZABEL FERREIRA
 IZELIO GERALDO CARRARO
 IZIDORO SZEREMETA
 J M MONTAGENS E MANUTENÇÃO LTDA
 JACO DOMINICO
 JACO FERRARI
 JAKO JOÃO JACOMEL
 JAKS DOUGLAS SANTOS
 JAIME DA ROSA
 JAIR ANTONIO ZANCHET
 JAIR CARLOS COELHO DA SILVA
 JAIR MACEDA
 JAIR SUTIL VARELA
 JAIRO DO PRADO
 JAIRO FERREIRA
 JAMES BONAMIGO DE ARAUJO
 JAMIR ANTUNES DA LUZ
 JANDIRA PEREIRA DA SILVA
 JANE DE ANDRADE DUARTE - ME
 JANI MERCE PEREIRA DA SILVA
 JANINA DE FATIMA RIBEIRO
 JANINHA A. VARGAS DOS SANTOS
 JARDELINO JOSE DANIELLI
 JAYMANES SERVIÇO AUTOMOTIVO SOCORRO GERAIS LTDA
 JAYSON RODRIGO RODRIGUES
 JEFERSON ADÃO DA SILVA
 JEFERSON SUTIL
 JEL CONSTRUÇÕES LTDA - ME
 JERONIMO DE JESUS LIMA VILLELA
 JERRI ADRANI VARGAS
 JOAO AMANCIO DAMASIO
 JOAO ANGELI

JOAO ANTONIO GIRIOLI
JOAO BASSANI E OLIVIO ARGENTON
JOAO BATISTA COELHO DA SILVA
JOAO BATISTA ISLER
JOAO BOSCO ANTUNES
JOAO CARDOSO DE OLIVEIRA
JOAO CARLOS RIBEIRO DA CRUZ
JOAO CORDEIRO PINTO
JOAO CORSO NETO
JOAO DA SILVA
JOAO DE OLIVEIRA
JOAO DOS SANTOS
JOAO EUGENIO MEDEIROS
JOAO INACIO NETO
JOAO LUIZ MARTINS
JOAO MACOLAM NETO
JOAO MARIA BENTO
JOAO MARIA FERREIRA DO NASCIMENTO
JOAO MARIA PEDROSO
JOAO MARIA SCHWAIN
JOAO MODESTO FILHO
JOAO NIKOSEIT
JOAO PEDRO KUNZE
JOAO PEREIRA DA SILVA
JOAO PEREIRA DOS SANTOS
JOAO REIS
JOAO ROBERTO DUTRA DUARTE
JOAO VANDERLEI LOPES DA SILVA
JOAQUIM CONRADO - ME
JOCENEI DE FATIMA DA SILVA
JOECIR LUIZ DADALT
JOEL ARNALDO PAZ
JOEL VALENTIN WAGNER
JONAS CORREA LANCHES
JORGE BRUNO DA ROSA
JORGE VICENTE
JORGELI RIBEIRO DA ROSA
JORGITO SWISTAK
JOSE A. FERREIRA
JOSE ADENIR VARELA
JOSE ALCEU DA ROSA
JOSE ALTAIR DE VARGAS
JOSE ANTONIO DE SOUZA
JOSE AURIVAN RODRIGUES
JOSE BENINCA
JOSE BENTO
JOSE BORGES
JOSE CEZAR PINTO
JOSE CLAUDINEI KOLOSKE
JOSE DE LIMA
JOSE DE OLIVEIRA
JOSE DIVANIR DA ROCHA
JOSE ELEOVALDO DA SILVEIDA
JOSE FERNANDO DA SILVA CHAVES
JOSE ITACIR GONÇALVES
JOSE KLABUNDER
JOSE LUIZ BASSO
JOSE LUIZ CAMPAGNOLO
JOSE LUIZ PASSOS
JOSE LUIZ PAZINI
JOSE MARIA COELHO DA SILVA
JOSE NELSI DE SOUSA
JOSE OSMILDO LAUTERIO
JOSE OSNI ALVES MACIEL
JOSE RIBEIRO DE LARA
JOSE RICARDO WASSERBERG
JOSE ROBERTO ALVES DA CUNHA - MEI
JOSE VALDIR DOS SANTOS
JOSE VALDECIR TEIXEIRA - ME

JOSE VALDINEI VARELA
JOSEVALDO VIEIRA DO PRADO
JOSLAINE CRISTINA DE LIMA
JOVELINA CAETANO
JUCELIA CARDOSO DA SILVA & CIA LTDA
JUCELINA ALVES
JUCEMAR DE ASSIS
JULIANA DE PAULA
JULIO CESAR GONÇALVES
JULIO NELCI GOMES PALACIOS
JULIVA DE OLIVEIRA XAVIER
JUNIOR CESAR RIBEIRO LEITE
JUNIOR GILMAR CORREIA
JUNIOR ZARPELON TREVISOL
JURACI DEITOS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
JUSARA VARELA DOS SANTOS
JUSCELINO SILVA
KATIA MARIA DA SILVA
KELY APARECIDA DA SILVA
KARGIANA DA SILVA DE OLIVEIRA
KRUHS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
L.F. COMERCIO LTDA
LANCHONETE E MERCEARIA SANTOS LTDA
LARISSA BERTUCCI
LAUDEMIR RIBEIRO DOS SANTOS
LAURINDO DA SILVA
LAURINDO DOMINGOS BERGONSI
LAURINDO VARGAS RESENDE
LAURO CORREA
LAUVIR BENJAMIN
LAZARO CARDOZO DE OLIVEIRA
LEANDRO JOSE FERREIRA
LEANDRO RODRIGO FELL
LEILA MARIA COSTA
LEILA TREVISOL - MEI
LENIR TEREZINHA DE OLIVEIRA
LENORI ROSA DA SILVA
LEOCIR RAMELLA
LEODIR BOLSI
LEOMAR CARLOS SCHLINDWEIN - ME
LEOMAR DE ASSIS
LEONEL DA SILVA
LEONEL PANHO
LEONES COSTA
LEONI A. COBALCHINI
LEONILDO FERREIRA FRANÇA
LEONILDO IZIDORO DA SILVA
LEONIR A. PARIZOTO
LEONORA OLIVEIRA
LEOTILDE REIS
LINDOMAR ANTONIO GALL
LINDOMIR BORGES
LISON TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
LOCADORA DE MÃO DE OBRA ESTAÇÃO LUZERNA LTDA
LORECI DA SILVA
LORENA GEREMIAS AMAZONAS
LOURDES FATIMA DE OLIVEIRA
LOURDES FERREIRA RODRIGUES - ME
LUCIA R. DOS SANTOS
LUCIANE MARIA GASNHAR CORDEIRO
LUCIANO FALLGATTER
LUCIO KRINSHEL
LUIS CABRAL
LUIZ ALBERTO DEBORTOLI - ME
LUIZ ALMERINDO PEREIRA PINTO
LUIZ ALVES SALDANHA
LUIZ ANTONIO PEDROSO
LUIZ BORGES DOS SANTOS
LUIZ CARLOS BARETTA

LUIZ CARLOS LEITE MELLO
LUIZ CARLOS MECEDO
LUIZ CARLOS SCHENATO DE SOUZA CHOPERIA - ME
LUIZ CARLOS VIECELI
LUIZ FERNANDO BIZUNIN
LUIZ FERNANDO HALL
LUIZ JACINTO DIAS DA SILVA
LUIZ MARIANO DA SILVA
LUIZ VARELA
LURDINHA CORREA DE MATOS
M.L. PADILHA PRO VIDEO - ME
MACSANTOS EMPR MÃO OBRA E MAN
MAIKON SCHEMES
MAILON MENEGAZZI
MALDI BECKER
MANOEL AGOSTINHO DA SILVA
MANOEL DO NASCIMENTO
MANOEL JUCILIO TERLAN
MANOEL OSVALDO DOS SANTOS
MANUELA APARECIDA RODRIGUES
MARCELO ABATTI SALVADOR
MARCELO CORDEIRO
MARCELO MODESTO COELHO DA SILVA
MARCELO PELLEZ BRITO - MEI
MARCELO PIAZENTINI
MARCELO REBELATTO
MARCIA ALVES DOS SANTOS
MARCIA CAVISSINI
MARCIA DOS SANTOS - MERCEARIA
MARCIA PAGANINI PEREIRA
MARCIA TERESINHA DA SILVA
MARCIO BRUNO VALMORBIDA
MARCIO JOSE ALVES
MARCIO RODRIGO SCHALY
MARCIO VENICIO DADALT
MARCOS ANTONIO VARELA
MARCOS BARTSCH
MARCOS DOS SANTOS
MARELY AP. KUNTZA EBERT
MARI EUNICE SANTANNA PARIZOTTO
MARIA ANGELA PEDROSO
MARIA APARECIDA DA SILVA
MARIA APARECIDA RICARDO DOS REIS DE SOUZA
MARIA ARACI PINTO
MARIA ARMELINDA RODRIGUES
MARIA DA LUZ SOARES
MARIA DA LUZ VIEIRA MACIEL
MARIA DA SILVA
MARIA DE LOURDES RODRIGUES
MARIA EDILES DA SILVA - ME
MARIA ELEDIR GROSS
MARIA GENI MARTINS CORREA
MARIA HELENA DE OLIVEIRA
MARIA JOSE CHAVES
MARIA ISABEL LEITE
MARIA LOURDES DORE TRAIKZUK
MARIA LUIZA SCHUSTER
MARIA ODETE FERREIRA DE OLIVEIRA - ME
MARIA QUEIROZ
MARIA SALETE DE SOUZA
MARIA SELMA WASEN
MARIA SILVA DE SOUZA
MARIA TORRES
MARIA ZULMIRA ALVES
MARILEI RIBEIRO
MARILEIA FUSSINGER
MARILENA MACHADO
MARILENE DA SILVA
MARILENE DIAS - ME

MARILENE SCHALY
MARILENE SILVEIRA DE AVILA
MARILUZ SCHENATO DE SOUZA - ME
MARINA LIMA PEREIRA
MARINES DA SILVA
MARIO ALVES
MARIO DE LAZZARI
MARIO PANHO
MARIO VENDRAMINI
MARISA DE ALMEIDA WOLFF
MARISA DO ROSARIO DOS SANTOS MACHADO
MARISA DOS SANTOS DO NASCIMENTO
MARISA PIACENTINI
MARISTELA PEREIRA MACHADO
MARIZETE BADIA
MARIZETE OLIVEIRA DE JESUS
MARLENE CALGARO
MARLENE DA COSTA
MARLENE LURDES ROSSI
MASSAS ALIMENTICIAS DAMAMA LTDA
MARLENE NUNES DE LIMA
MARLENE PEREIRA MOREIRA
MARLENE SEHNEM
MARLENE T.F. VENDRAMINI
MARLI DA ROCHA BATISTA - MEI
MARLI FERREIRA DA SILVA - MEI
MARLI T. DA SILVA
MARQUESSERRAS COMERCIO DE MOTO-SERRAS LTDA - ME
MARTA DE SOUZA
MATILDE SALETE CASADO
MAURO ANTONIO DALL ORSOLETA
MAURO MARCIO DE MATTOS E CIA LTDA
MAURO PEDROSO DE CAMPOS
MAURO RODRIGO WASEN
MAURO SERGIO RODRIGUES DA SILVA
MAURO TERCENIO DA SILVA
MAX PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
MDV REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
MEGA ESTACAS E CONSTRUÇÕES LTDA
MELANIA APARECIDA MASSIGNANI
MELCI DOTTI
MERELES SEEGER REPRESENTAÇÃO LTDA
METALURGICA J.E. BILIBIO LTDA - ME
MINILO DOS SANTOS SOUZA
MOACIR DE SOUZA
MOACIR J. BORTOLOSO
MOACIR SANTOS LESNIESKI
MONICA REGINA DE MATTOS
MOPEL REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
MOVELARIA DOZZA IND E COM
MP FACIN MODAS LTDA - ME
NABOR GONÇALVES ROQUE
NADIR TERESINHA GARCIA DA SILVA
NAIR DOS SANTOS
NATALICIO DA SILVA
NATALICIO SESINO DE OLIVEIRA
NATU CENTER PRODUTOS NATARAIS LTDA
NEDIO PIOVESAN
NEIVA APARECIDA VARELA
NEIVA MACHADO DA SILVA DE LIMA
NEIVA SALETE PAGNO E OUTROS
NELI FERREIRA DA SILVA CAETANO
NELINHO SARTORI
NELSON BATISTA GOMES
NELSON DA SILVA
NELSON DE MELO
NELSON G. DOS SANTOS
NELSON NICOLAU FUSSINGER
NELSON ROCHA

NELSON RODRIGO ALVES - ME
 NELSON ZANELATO
 NERI VIDAL DE SOUZA
 NERI VIDAL DE SOUZA - ME
 NERI VIEIRA DOS SANTOS
 NERVESINDA DE JESUS MILLER
 NEUDIR VON SCHARTEN
 NEUSA DE LURDES SANTOS
 NEUSA MARIA DA SILVA
 NILCE DA ROSA NERES
 NELCE DECOL
 NILSON VARELA
 NILVA SEVERO DE OLIVEIRA
 NOELI PEREIRA
 ODAIR JOSE DA SILVA
 OLACIR CAVALLI
 OLDEMAR GUILHERME RHEINHEIMER
 OLDA LENI LOURENÇO DE ALMEIDA
 OLIDIO ANTONIO DA LUZ
 OLIVIO ALVES
 OLYMPIC INSTALAÇÕES LTDA - ME
 ONDINA ALVES DA SILVA
 ONELIO FERREIRA
 ORACILINA MACHADO
 ORALINO ALVES DE MORAIS
 ORESTES ANDRADE
 ORESTES FLORENCIO DA SILVA
 ORESTES LUIS PASQUALI
 ORIVAL FIDENCIO DA COSTA
 ORLANDA JUDITE FEDRIGO
 ORLANDINO TEIXEIRA
 ORLANDO DA SILVA PADILHA
 ORLANDO TEIXEIRA
 ORLI DE OLIVEIRA
 ORLI MORAES
 OSCAR ANTONIO MATE
 OSCAR DA SILVA CASADO
 OSMAR CESAR GEMELLI
 OSMAR DE PELEGRIN
 OSMAR LUIZ DA SILVA
 OSMARINA DINA COSTA FERREIRA
 OSNI DA SILVA
 OSVALDO PEREIRA CAETANO
 OSVINO MERLINI
 OTAVIO CERINO DA SILVA
 OTILIA MARQUES PESSINI
 OZIEL DE OLIVEIRA
 P P PRODUÇÕES E PUBLICIDADE LTDA
 P R COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
 P&G COM DE MAT E EQUIP. P/ESCRITORIO LTDA - ME
 PABLIANE BORLIN
 PADARIA E CONFEITARIA CASADO LTDA
 PANIFICADORA E CONFEITARIA MAIS SABOR LTDA
 PATRICIA APARECIDA CONRADO BOLDORI
 PATRICIA APARECIDA DA LUZ
 PATRICIA APARECIDA DA ROSA
 PATRICIA CARLA CAETANO
 PATRICK RODOLFO KLEBER PETERS - ME
 PAULA ROBERTA SILVEIRA MALAGA
 PAULO C. DA SILVA
 PAULO CESAR BARBOSA
 PAULO CRUZ GOULART
 PAULO DA ROSA
 PAULO DE CAMPOS
 PAULO NEY DE ALMEIDA
 PAULO NIQUELATTI - ME
 PAULO ROBERTO DA SILVA
 PAULO ROQUE TREVISAN
 PAULO TELES DE SOUZA

PEDRO DA ROSA
 PEDRO DE SOUZA
 PEDRO NEIVA ROSA
 PEDRO OSMARINO FERREIRA
 PEDRO RAMOS DO AMARAL - ME
 PEDRO RIBEIRO DA CRUZ
 PEDRO SEVERO GOMES - ME
 PEDRO SUTIL DE OLIVEIRA
 PEDRO TELES DE SOUSA
 PISA PONTO NATURAL LTDA
 POSTO DE PUERICULTURA
 PRESENTES E DECORAÇÕES HERVAL LTDA - ME
 PRESTAÇÃO DE SERV E COM DE MAT DE CONST MAC LTDA - ME
 PSM LAN HOUSE E SORVETERIA LTDA - ME
 RAFAEL EURICO FILIPIAKI
 RAUL DE FREITAS
 RC COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME
 RCS REPRESENTAÇÕES LTDA
 RD AUTOMOVEIS LTDA
 REDENTA TEREZINHA SUTIL
 REGINALDO JUNGES
 REINALDO FIDENCIO DA COSTA
 REJANE PEDROSO
 REMI DE BRITO
 REMI JOSE COMUNELLO
 REMIR VALMOR DAHMER
 RENALDO BUENO DE OLIVEIRA
 RENATO DOS SANTOS
 RENATO LUIZ PRATES
 REPRES. H. A. LTDA
 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS JUSSARA LTDA - ME
 REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS STREME LTDA
 REPRESENTAÇÕES PADIO LTDA
 RFFSA
 RICARDO ALBERTO WASEN
 RICARDO ALOIS DOS SANTOS
 RIVALDINO FERREIRA DE ALMEIDA
 RN - SCHUCK COM REPRESENTAÇÕES LTDA - ME
 ROBSON LEAL
 ROBSON LUIZ PARIZE
 RODOLFO TERTULIANO BAHU BACKES
 RODRIGO ANGELI - ME
 RODRIGO BECHI CANUTO
 ROGERIO CAMARGO DA SILVA ANTUNES
 ROGERIO DOS SANTOS
 ROGERIO R. DOS SANTOS
 ROMILDA PALUDO
 ROMILDO DOMINGOS ROSSI
 ROMOALDO BARCELLA
 ROMOALDO SAIMTS
 ROMUALDO KRAUSSE
 RONALDO AMDREONI
 RONI LUIZ ALVES
 ROQUE E FELIPE REPRESENTAÇÕES LTDA
 ROSA MERIS FIORESE
 ROSALINA DA SILVA
 ROSALINA DE PAULA
 ROSALINO DE SOUZA
 ROSANA SANTOS DE SOUZA
 ROSANA SCHWINDEN - ME
 ROSANE WILLMSSEN - ME
 ROSELI LIBERA MACIEL
 ROSENILDA PEREIRA
 ROSILEI COLHS
 ROSIMAR DE OLIVEIRA
 ROTARY CLUBE DE HERVAL D OESTE
 ROZANI SILVA
 RP MEIER COM REPRES LTDA - ME
 S G REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

S.N.T. REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
 SADIR SCHARADER
 SALETE BORGES DOS SANTOS
 SALETE C. MARTINI DE OLIVEIRA
 SALETE PADILHA MORAIS - ME
 SALETE TEREZINHA FERREIRA
 SANDRA DE SOUZA
 SANDRO HERMANN
 SANTINA DA ROSA
 SANTO DALLA VECHIA
 SANVINI COM E REPRES. LTDA - ME
 SATURNINO ANTONIO DE SOUZA
 SCUR MODAS LTDA - ME
 SEBASTIAO ABEL PEDROSO
 SEBASTIAO DE OLIVEIRA
 SEBASTIAO FERREIRA KEMER
 SEBASTIAO TELES CORDEIRO
 SEBRAP SISTEMA EDUC. BRASILEIRO PROFISSIONALIZANTE
 LTDA - ME
 SELVINO BEHREND
 SERAFIM ANTONIO VERONEZ
 SERGIO SANGALLI
 SERGIO BORTOLINI
 SERGIO DE JESUS PEREIRA
 SERGIO PEDROSO DOS SANTOS
 SHS COMERCIO DO VESTUARIO E TRANSP. LTDA - ME
 SIDNEI CALIARI
 SIDNEI RODRIGUES DA SILVA
 SILERIO DREY
 SILO ZAMBIAZZI
 SILVA E BARRETO LTDA - ME
 SILVANA FAVERO
 SILVIA JULIANA STREIT
 SILVANA DOS SANTOS ALVES
 SIRLEI RIBEIRO DE ASSIS
 SIRLEI TEREZINHA CHAGAS
 SOC BENEF HOSPITALAR SENHOS BOM JESUS
 SOLANGE JESUS RAMOS
 SONIA APARECIDA DE AVILA
 SONIA MARIA ALBERGUINI SEVALT
 SOVENA MASSAS ALIMENTÍCIAS LTDA
 SUZIE HELENA MIGNORI
 T.A. JORGE REPRESENTANTE - ME
 TATIANE RODRIGUES DA SILVA MACEDA - ME
 TAVARES SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO LTDA - ME
 TELOES & CIA LTDA - ME
 TELVI FRANCISCO SCHISSI
 TERESA SILVA
 TERESINHA DOS ANJOS
 TERESINHA VARELA DOS SANTOS
 TEREZINHA DOS SANTOS
 TEREZINHA LOPES
 TEREZINHA PEDROSO DOS SANTOS
 TEREZINHA VENTURA DA SILVA
 THARZON BARBIERI
 THEREZA RODRIGUES DOMINGUES
 TRANSCLAY COMERCIO E REPRES. LTDA
 TRANSP MATTOS & FILHOS LTDA
 TRANSPORTES ANA CLARA LTDA - ME
 TRANSPORTES GETULIO F. FAE LTDA
 TRANSPORTES MARGREITER LTDA
 TRANSPORTES MATTOS E FILHOS LTDA
 TUBOAR IND E COMERCIO LTDA
 UNIVERSINA DA SILVA
 VALCIR LEOZ
 VALDECIR CARVALHO DA SILVA
 VALDECIR FERREIRA
 VALDECIR RICHARD
 VALDEMAR A. DA SILVA

VALDEMAR CAPELETTI
 VALEMAR JUSTINO DE SOUZA
 VALDEMIRO TOMACHINSKI
 VALDEVINO RODRIGUES
 VALDIR INACIO DE MORAES
 VALDIR JOSE DELLA VECHIA
 VALDIR MORAIS
 VALDOMIRO VALERIO
 VALERIA DO PRADO
 VALMIR ALVES
 VALMIR PIRES DA SILVA
 VALMOR BORSOI
 VALNICE DELLA VECHIA
 VALTER V. RAMPAZZO
 VANDEL DE OLIVEIRA
 VANDERLEI ANTONIO DE SOUZA
 VANDERLEI DE SOUZA
 VANDERLEI KRAUSE
 VANDERLEI RONCEN
 VANDERLEI VIDAL DE SOUZA
 VANDERLEI ZARPELON - ME
 VANDERLEI,CRISTIANE,FRANCIELI DE MORAIS SCHLINDWEIN
 VANESSA CAMPAGNARO
 VANIA CRISTINA MACIEL
 VELOCINA ROSA OLIVEIRA DA SILVA
 VICTOR AUGUSTO OLIARI
 VILMAR PEREIRA
 VILMAR BARTH
 VILMAR PIACENTINI
 VILMAR RIBEIRO
 VILMOR SIMON
 VILSO VARELA
 WILSON BORGES
 VISUAL PINTURAS LTDA
 VITACIR FAVERO - ME
 VITALINA MARIA ZAGO
 VITOR MOACIR RODRIGUES
 VITOR MOACIR RODRIGUES - MEI
 VITORIA DE FATIMA DOS SANTOS
 VITORINO BALESTRO
 VITORINO LEOZIR GOMES
 VIVALDINO MACIEL
 VOLMAR ANTONIO ROMANI
 WANDAIR BRANDALISE
 WALTER JUVELINO KUNERT
 WANDERLEI JOSE OBUGALSKI
 WANDERLEI STREY E DIVA MORAES
 WILMAR MOREIRA
 WILMAR RAMOS
 WILSON ADEMIR LOPES
 WILSON EBERT

Herval d Oeste, 10 de setembro de 2014.
 Assinado no Original
 GILBERTO JOSE DURIGON
 Secretario Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 3.063/2014.

LEI Nº 3.063/2014.

"ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI 2992/2013, DE 09 DE JULHO DE 2013 QUE AUTORIZA PROCEDER A DOAÇÃO DE IMÓVEL À EMPRESA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º O artigo 1º da Lei 2992/2013, de 09 de julho de 2013 que "que autoriza proceder a doação de imóvel à empresa que especifica e dá outras providências" passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a doação à empresa MSD Montagens Industriais Ltda, inscrita no CNPJ sob o nr. 06.098.416/0001-70, com sede na Rua Vitória, 235, Centro, neste Município, de parte de um terreno urbano, localizado na Rua Vitória, Bairro Vila Militar, na cidade de Herval D'Oeste, com área de 986,66m² (novecentos e oitenta e seis vírgula sessenta e seis metros quadrados), integrante de uma área maior pertencente à matrícula nr. 23.717 do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba - SC".

Art. 2º Os demais artigos da Lei 2992/2013 permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 17 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Lei Nº 3.064/2014.

LEI Nº 3064 /2014

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO (S.V.O.) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - ESTADO DE SANTA CATARINA

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica criado o Serviço de Verificação de Óbito (S.V.O.) no Município de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina:

I - O serviço de Verificação de Óbito terá por finalidade esclarecer as causas de mortes naturais com ou sem assistência médica, sem elucidação diagnóstica.

Art. 2º A implantação desta atividade deverá ser realizada em etapa única, observado prazo máximo de 90 dias.

Parágrafo Único: O Poder Executivo regulamentará a presente lei, estabelecendo os requisitos necessários para sua implantação, norteado na Portaria n.º 1405 de 26 de Junho de 2006, do Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 17 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Convite Audiência Publica Quadrimestral**

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS E AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE.

PRIMEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2014

Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º

CONVITE

Convidamos todos os Ibianenses e a quem possa interessar para participar da audiência pública quadrimestral para avaliação das metas bimestrais de arrecadação e audiência pública quadrimestral da Saúde que serão realizadas:

DATA: 24/09/14

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

HORÁRIO: 13:15 HS

Desde já agradecemos pela sua presença.

Ibiam(SC), 15 de Setembro de 2014.

Clóvis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Ata 014/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 014/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 036/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 023/2014

SRP Nº 011/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos quinze dias do mês de Julho do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 023/2014, Processo Licitatório 036/2014, SRP 011/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) FRAYTURBO COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, CNPJ: 11.390.221/0001-30, com sede na Avenida Curitiba 390, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89580-000, neste ato representada pelo Sr. Eliezer Lopes, CPF: 588.409.749-20, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para possíveis aquisições futuras, com pedidos parcelados de, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR Por MÊS/UN	QUANT. ESTIMA- DAQFSDDF
1	CONTRATAÇÃO DE LINK FULL DUPLEX DEDICADO DE INTERNET DE 5 MB, COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, COM 3 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTE FUN- CIONALIDADES: 5120KBPS, UP E DOWN, GARANTIA DE 100% DE BANDA, MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS, QoS(PRIORIZAÇÃO DE PACOTES/QUALIDADE DE SERVIÇO ATRAVES DE MANGLE E QUEUE. COM RADIO DIGITAL DE NO MÍNIMO 5.8GHZ.	12 MESES	R\$ 664,83	1
2	CONTRATAÇÃO DE LINK FULL DUPLEX DEDICADO DE INTERNET DE 2 MB, COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, COM 3 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTE FUN- CIONALIDADES: 2048KBPS, UP E DOWN, GARANTIA DE 100% DE BANDA, MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS, QoS(PRIORIZAÇÃO DE PACOTES/QUALIDADE DE SERVIÇO ATRAVES DE MANGLE E QUEUE. COM RADIO DIGITAL DE NO MÍNIMO 5.8GHZ.	12 MESES	R\$ 265,93	2
3	CONTRATAÇÃO DE LINK BASICO DE INTERNET DE 1 MB, COM GARANTIA MÍNIMA DE 50% DE BANDA.	12 MESES	R\$ 59,90	2
4	CONTRATAÇÃO DE LINK BASICO DE INTERNET DE 2 MB, COM GARANTIA MÍNIMA DE 50% DE BANDA.	12 MESES	R\$ 69,90	3
5	CONTRATAÇÃO DE LINK BASICO DE INTERNET DE 3 MB, COM GARANTIA MÍNIMA DE 50% DE BANDA.	12 MESES	R\$ 79,90	2
6	CONTRATAÇÃO DE LINK BASICO DE INTERNET DE 5 MB, COM GARANTIA MÍNIMA DE 50% DE BANDA.	12 MESES	R\$ 109,90	2
7	TAXA DE INSTALAÇÃO	UN	R\$ 330,00	6

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretario de Administração de Ibiã, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Despesas	Elementos	Descricao	C. ementos
12	33900000000000	MANUT. DAS ATIV. ADMINIS-	
TRATIVAS			33903967000000

120 33900000000000
NO FUNDAMENTAL

MANUT. DAS ATIV. DO ENSI-
33903967000000

8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado por decreto municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório (para as copiadoras) de folhas impressas, assinado pelo secretário correspondente e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, mediante a emissão da Autorização de Fornecimento que será encaminhada no e-mail indicado pelo proponente e constante na ata da sessão, ou por fax, também conforme número indicado pelo proponente, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48 (Quarenta e oito) horas, para fornecer os itens que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, e a prestar serviços de assistência em virtude da falta de sinal de internet sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas, para o manutenção do Link este prazo é de no máximo 5 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento da mercadoria será cobrado multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 5 (cinco) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1 (do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades

conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para não cumprimento dos prazos ou contestações quanto aplicação de penalidades ou multas.

8.8. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 036/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 036/2014, Pregão Presencial 023/2014, SRP 011/2014 será exercida pelo Secretário de: Secretário de Educação e Secretário de Administração (conforme o Item) do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 036/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes

às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 023/2014

11.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital n. 023/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 036/2014; o Edital do Pregão n. 023/2014, SRP 011/2014 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao

Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 15 de Julho de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FRAYTURBO C. DE INF. E SER. DE MULT. LTDA ME

CNPJ: 11.390.221/0001-30

Administrador: Eliezer Lopes

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana T. Balen

Laelcio Gasaniga

CPF: 042.307.839-90

CPF: 807.451.729-30

Melzi Cavazzola

Advogado - OAB/SC 3.076

Aditivo 001/2014 C 22/2014

TERMO ADITIVO Nº 001/2014

CONTRATO Nº 022/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 021/2014

PREGÃO N. 014/2014

Termo aditivo ao Contrato nº 022/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa NELSON JOSE SOUTHER MEI, CNPJ: 17.468.255/0001-86, Estabelecida na Estrada Linha São Pascoal, S/N, Interior, Ibiam/SC, CEP: 89.652-000, representada neste ato por seu sócio administrador o Sr. Nelson J. Southier, CPF: 703.074.829-87, CI 11/R 2.630.264, celebram o presente termo aditivo de revisão de valores, com amparo no Art. 65 da Lei 8666/93 e Conforme Cláusula Quinta do contrato original. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: A partir desta data o contratado tem os valores inicialmente pactuados majorados, procedendo-se a revisão em mais 2%(dois por cento) em decorrência do aumento do combustível ocorridos, conforme documentação fiscal apresentada pelo contratado. Conforme segue:

Item	Objeto	Valor inicial do contrato	Revisão de 2%, somente sobre os 40% correspondentes ao combustível, conforme informado na proposta vencedora
1	TRANSPORTE ESCOLAR DA LINHA CERRO AZUL/IBIAM, E VICE VERSA, PERÍODO TARDE, PARA APROXIMADAMENTE 170 DIAS LETIVOS. VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 25 PASSAGEIROS, VEÍCULO DEVE ESTAR EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVAÇÃO. QUILOMETRAGEM DIÁRIA DE 74 KM. TIPO DE VEÍCULO: ÔNIBUS/ Micro-ônibus	R\$ 2,70	R\$ 2,72

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 31/12/2014.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 022/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 20 de Agosto de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

NELSON JOSE SOUTHER MEI

CNPJ: 17.468.255/0001-86

Adm: Nelson José Southier

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Catarina Borsoi

Luciana T. Balen

CPF: 572.246.259-49

CPF: 042.307.839-90

Melzi Cavazzola

Advogado - OAB/SC 3.076

Ata 15 2014

Prefeitura Municipal de Ibiam

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório Nº 041/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2014 - SRP Nº 015/2014

Extrato de ATA de SRP nº 015/2014

Município - Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

Fornecedor - Nedio Radomski ME

CNPJ: 12.580.988/0001-94

OBJETO - Registrar preços visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de horas de 400 horas Escavadeira Hidráulica

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES: R\$ 64.800,00(Sessenta e quatro mil, e oitocentos reais).

DATA ASSINATURA - 12/08/2014

VIGENCIA: 30/12/2014.

Ata 04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 004/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 040/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 027/2014

SRP Nº 014/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos Vinte e dois dias do mês de Julho do ano de dois mil e quatorze, o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 11.250.761/0001-18, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 027/2014, Processo Licitatório 040/2014, SRP 014/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), CLÍNICA BIOFISIO S/C LTDA, CNPJ: 05.648.315/0001-63, sediada na Rua Expedicionário, 630, Sala 02, Centro, Campos Novos/SC, CEP: 89.620-000, representada neste ato por sua Administradora a Sra. Patricia dos Anjos Rissardi, brasileira, Fisioterapeuta com registro no CREFITO sob nº 10-3942LTT/F, CPF: 063.544.279-50, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para possíveis futuras contratações, com pedidos parcelados de seções de fisioterapia, conforme segue:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor por Seção
1	2000	Seções	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços profissionais de Fisioterapeuta, para atendimento de munícipes mediante prescrição médica e devidamente autorizado pelo Secretário de Saúde do Município de Ibiam. A empresa vencedora deve prestar o atendimento em estabelecimento próprio, situado no Município de Ibiam e com aparelhagem adequados e próprios do contratado. As seções devem ter duração mínima de 40(quarenta minutos) cada, e devem ser individualizadas, ou seja um paciente por vez. O proponente vencedor deste certame deverá também prestar atendimento a pacientes acamados nas residências dos mesmos, mediante prescrição medica e com autorização do secretário de saúde no Município de Ibiam, sem custos adicionais para o Município.	R\$ 29,00

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiam reserva-se o direito de solicitar apenas a quantia necessária para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Ibiam. Após decorridos os doze meses os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização. Conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, e proposta vencedora que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

b) A licitante vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões de 25% (vinte cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Secretaria de Saúde do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O valor total estimado para a presente ata é de R\$ 58.000,00(Cinquenta e oito mil reais).Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no item 1 desta ata, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização

de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduz.	Detalhamento	Atividade	Compl. Detalha- mento	Nome_da entidade
		MANUTENÇÃO DAS ATIVI- DADES DA		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE
9	33900000000000	SAÚDE	33903950000000	IBIAM

8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica impressa e devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento, Junto com a nota fiscal o proponente deve encaminhar obrigatoriamente o relatório contendo o nome do paciente atendidos a data e o horário do atendimento, acompanhado das respectivas requisições médicas e autorizações do Secretário de Saúde de Ibiã.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento-AF no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 3(três) dias, para início das atividades, conforme solicitado na AF. Para cada dia de atraso no fornecimento do item, poderá o Município cobrar multa de R\$ 400,00(Quatrocentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constata que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 040/2014, Pregão Presencial 027/2014, SRP 014/2014 será exercida pelo Secretário de: Saúde do Município de Ibiã, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 027/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 027/2014

11.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital n. 027/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 3% (três por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 6% (seis por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e

justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 040/2014; o Edital do Pregão n. 027/2014, SRP 014/2014 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 22, de Julho de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CLÍNICA BIOFISIO S/C LTDA

CNPJ: 05.648.315/0001-63

Adm: Patricia dos Anjos Rissardi

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga

Gelson Trevisol

CPF: 807.451.729-30

CPF: 674.951.179-15

Melzi Cavazzola

Advogado - OAB/SC 3.076

Ata 003 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 003 /2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 037/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 024/2014

SRP Nº 012/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos quinze dias do mês de Julho do ano de dois mil e quatorze, o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 11.250.761/0001-18, situado na Avenida 20 de Julho, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 024/2014,

Processo Licitatório 037/2014, SRP 012/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), FRAYTURBO COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, CNPJ: 11.390.221/0001-30, com sede na Avenida Curitibaanos 390, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89580-000, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para possíveis aquisições futuras, com pedidos parcelados de, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR Por MÊS/UN	QUANT. ESTIMADA- QFSDFF
1	CONTRATAÇÃO DE LINK FULL DUPLEX DEDICADO DE INTERNET DE 2 MB, COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, COM 3 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTE FUNCIONALIDADES: 2048KBPS, UP E DOWN, GARANTIA DE 100% DE BANDA, MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS, QoS(PRIORIZAÇÃO DE PACOTES/QUALIDADE DE SERVIÇO ATRAVES DE MANGLE E QUEUE. COM RADIO DIGITAL DE NO MÍNIMO 5.8GHZ.	12 ME- SES	R\$ 265,93	1
2	CONTRATAÇÃO DE LINK BASICO DE INTERNET DE 2 MB, COM GARANTIA MÍNIMA DE 50% DE BANDA.	12 ME- SES	R\$ 69,90	1
3	CONTRATAÇÃO DE LINK BASICO DE INTERNET DE 3 MB, COM GARANTIA MÍNIMA DE 50% DE BANDA.	12 ME- SES	R\$ 79,90	1
4	CONTRATAÇÃO DE LINK BASICO DE INTERNET DE 5 MB, COM GARANTIA MÍNIMA DE 50% DE BANDA.	12 ME- SES	R\$ 109,90	1
5	TAXA DE INSTALAÇÃO	UN	R\$ 330,00	3

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Secretaria de Saúde de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados

compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Despesas	Elementos	Descricao	C. ementos
9	33900000000000	MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE	33903967000000

8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva

Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado por decreto municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório (para as copiadoras) de folhas impressas, assinado pelo secretário correspondente e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, mediante a emissão da Autorização de Fornecimento que será encaminhada no e-mail indicado pelo proponente e constante na ata da sessão, ou por fax, também conforme numero indicado pelo proponente, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(Quarenta e oito) horas, para fornecer os itens que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, e a prestar serviços de assistência em virtude da falta de sinal de internet sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas, para o manutenção do Link este prazo é de no máximo 5 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento da mercadoria será cobrado multa de R\$ 250,00(duzentos e cinquenta reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 5(cinco) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para não cumprimento dos prazos ou contestações quanto aplicação de penalidades ou multas.

8.8. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 024/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 037/2014, Pregão Presencial 024/2014, SRP 012/2014 será exercida pelo Secretário de: Secretário Saúde (conforme o Item) do Município de Ibiá, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigará-se a:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 037/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes

às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 024/2014

11.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital n. 024/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do

art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 037/2014; o Edital do Pregão n. 024/2014, SRP 012/2014 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 15 de Julho de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FRAYTURBO C. DE INF. E SER. DE MULT. LTDA ME

CNPJ: 11.390.221/0001-30

Administrador: Eliezer Lopes

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana T. Balen

CPF: 042.307.839-90

Laelcio Gasaniga

CPF: 807.451.729-30

Melzi Cavazzola

Advogado - OAB/SC 3.076

Ata 02 FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 002/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 038/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 025/2014

SRP Nº 013/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos quinze dias do mês de Julho do ano de dois mil e quatorze, o Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 14.760.897/0001-66, situado na Avenida 20 de Julho, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 025/2014, Processo Licitatorio 038/2014, SRP 013/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), FRAYTURBO COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, CNPJ: 11.390.221/0001-30, com sede na Avenida Curitiba 390, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89580-000, neste ato representada pelo Sr. Eliezer Lopes, CPF: 588.409.749-20, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para possíveis aquisições futuras, com pedidos parcelados de, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR Por MÊS/UN	QUANT. ESTIMA- DAQFSDF
1	CONTRATAÇÃO DE LINK BÁSICO DE INTERNET DE 1 MB, COM GARANTIA MÍNIMA DE 50% DE BANDA.	12 MESES	R\$ 59,90	1
2	CONTRATAÇÃO DE LINK BÁSICO DE INTERNET DE 2 MB, COM GARANTIA MÍNIMA DE 50% DE BANDA.	12 MESES	R\$ 69,90	1
3	CONTRATAÇÃO DE LINK BÁSICO DE INTERNET DE 5 MB, COM GARANTIA MÍNIMA DE 50% DE BANDA.	12 MESES	R\$ 109,90	1
4	TAXA DE INSTALAÇÃO	UN	R\$ 330,00	3

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Secretaria de Saúde de Ibiã, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de

Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

despesas	Elementos	Descricao	C. elementos
2	33900000000000	MANUT. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	33903967000000

8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado por decreto municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório(para as copadoras) de folhas impressas, assinado pelo secretário correspondente e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiã.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiã, mediante a emissão da Autorização de Fornecimento que será encaminhada no e-mail indicado pelo proponente e constante na ata da sessão, ou por fax, também conforme número indicado pelo proponente, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48 (Quarenta e oito) horas, para fornecer os itens que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, e a prestar serviços de assistência em virtude da falta de sinal de internet sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas, para o manutenção do Link este prazo é de no máximo 5 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento da mercadoria será cobrada multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 5 (cinco) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1 (do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para não cumprimento dos prazos ou contestações quanto aplicação de penalidades ou multas.

8.8. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 025/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 038/2014, Pregão Presencial 025/2014, SRP 013/2014 será exercida pelo Secretário de: Secretário Saúde (conforme o Item) do Município de Ibiã, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigará-se a:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 038/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 025/2014

11.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital n. 025/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.
d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.
g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato

novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 038/2014; o Edital do Pregão n. 025/2014, SRP 013/2014 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 15 de Julho de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FRAYTURBO C. DE INF. E SER. DE MULT. LTDA ME

CNPJ: 11.390.221/0001-30

Administrador: Eliezer Lopes

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana T. Balen

CPF: 042.307.839-90

Laelcio Gasaniga

CPF: 807.451.729-30

Melzi Cavazzola

Advogado - OAB/SC 3.076

Ilhota

PREFEITURA

Errata Chamada Publica 001 - 2014 FME

ERRATA CHAMADA PUBLICA 001/2014
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ilhota torna Publica ERRATA da CHAMADA PUBLICA 001/2014, Em conformidade com a RESOLUÇÃO/CD/FNDE 38, de 16 de julho de 2009 art 24, onde passam o objeto do aviso publicado dia 11/09/2014 (DOM), o item 8.2 do edital e o ANEXO I item 8 (erro formal) a terem a seguinte redação:

Onde se lê:

OBJETO	O objeto do presente Chamamento Público consiste no cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP, por ano civil, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.
--------	--

Item:

8.2 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural deve respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)/ano.

Anexo I

8	Repolho	Unidade	800	1,42	1141,50
				R\$	23.072,50

Leia-se:

OBJETO	O objeto do presente Chamamento Público consiste no cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP, por ano civil, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.
--------	--

Item:

8.2 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural deve respeitar o valor máximo de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)/ano.

Anexo I

8	Repolho	Unidade	800	1,42	1136,00
				R\$	23.067,00

Em consequência fica PRORROGADA a data de abertura do presente edital prevista para o dia 29.09.2014, para o dia 06.10.2014 às 10:00h.

Ilhota/SC 18 de setembro de 2014
VALMOR BERTELLI JÚNIOR
PRESIDENTE DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Errata Prg 010 - 2014 FME

ERRATA PRG 010/2014 FME

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ilhota torna Publica ERRATA do PRG 010/2014, para correção na sequência numérica dos itens (Erro formal) do ANEXO I que passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

Item	Descrição e tamanho	Qtde.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	AGASALHO, em microfibr. Jaqueta 100% poliéster com forro 100% poliéster, azul marinho com detalhe laranja com bordado do brasão da cidade no peito e bordado com o escrito professor na parte de trás. Calça 100% poliéster com forro 100% poliéster, azul marinho com filete lateral laranja.	16		1.903,96
1	Tamanho P	2	R\$ 117,33	234,66
2	Tamanho M	10	R\$ 117,33	1.173,30
3	Tamanho G	4	R\$ 124,00	496,00
	AGASALHO, em microfibr. Jaqueta 100% poliéster com forro 100% poliéster, azul marinho com detalhe laranja com dois bordados na parte da frente, um no peito esquerdo e outro no peito direito, e outros dois bordados na parte de trás, um bordado na parte superior e outro na parte inferior. Calça 100% poliéster com forro 100% poliéster azul marinho com filete lateral laranja.	24		3.296,04
4	Tamanho P	2	R\$ 134,00	268,00
5	Tamanho M	10	R\$ 134,00	1.340,00
6	Tamanho G	10	R\$ 140,67	1.406,70
7	Tamanho XGG	2	R\$ 140,67	281,34
	CAMISETA, branca 100% algodão fio penteado 30 por 1, com estampa no peito com brasão da cidade.	80		1.741,48
8	Tamanho P	8	R\$ 21,17	169,36
9	Tamanho M	36	R\$ 21,17	762,12
10	Tamanho G	32	R\$ 22,50	720,00
11	Tamanho GG	4	R\$ 22,50	90,00
	BERMUDA em microfibr 100% poliéster azul marinho com filete lateral laranja. Sem bordado.	40		1.048,08
12	Tamanho P	2	R\$ 25,67	51,34
13	Tamanho M	22	R\$ 25,67	564,74
14	Tamanho G	14	R\$ 27,00	378,00
15	Tamanho GG	2	R\$ 27,00	54,00
TOTAL PROFESSORES				7.989,56

Leia-se:

Item	Descrição e tamanho	Qtde.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	AGASALHO, em microfibr. Jaqueta 100% poliéster com forro 100% poliéster, azul marinho com detalhe laranja com bordado do brasão da cidade no peito e bordado com o escrito professor na parte de trás. Calça 100% poliéster com forro 100% poliéster, azul marinho com filete lateral laranja.	16		1.903,96

45	Tamanho P	2	R\$ 117,33	234,66
46	Tamanho M	10	R\$ 117,33	1.173,30
47	Tamanho G	4	R\$ 124,00	496,00
AGASALHO, em microfibra. Jaqueta 100% poliéster com forro 100% poliéster, azul marinho com detalhe laranja com dois bordados na parte da frente, um no peito esquerdo e outro no peito direito, e outros dois bordados na parte de trás, um bordado na parte superior e outro na parte inferior. Calça 100% poliéster com forro 100% poliéster azul marinho com filete lateral laranja.		24		3.296,04
48	Tamanho P	2	R\$ 134,00	268,00
49	Tamanho M	10	R\$ 134,00	1.340,00
50	Tamanho G	10	R\$ 140,67	1.406,70
51	Tamanho XGG	2	R\$ 140,67	281,34
CAMISETA, branca 100% algodão fio penteado 30 por 1, com estampa no peito com brasão da cidade.		80		1.741,48
52	Tamanho P	8	R\$ 21,17	169,36
53	Tamanho M	36	R\$ 21,17	762,12
54	Tamanho G	32	R\$ 22,50	720,00
55	Tamanho GG	4	R\$ 22,50	90,00
BERMUDA em microfibra 100% poliéster azul marinho com filete lateral laranja. Sem bordado.		40		1.048,08
56	Tamanho P	2	R\$ 25,67	51,34
57	Tamanho M	22	R\$ 25,67	564,74
58	Tamanho G	14	R\$ 27,00	378,00
59	Tamanho GG	2	R\$ 27,00	54,00
TOTAL PROFESSORES				7.989,56

Ilhota/SC 18 de setembro de 2014

Alex Miranda

Pregoeiro

Imarui

PREFEITURA

Extrato de Registro de Preço N. 010/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI/SC

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO N. 010/2014

Extrato da Ata de Registro de Preço PMI N. 010/2014, originária do Pregão Eletrônico PMI N. 010/2014, para Aquisição de Material Didático e de Expediente.

Fornecedor: Infotriz Comercial Ltda, CNPJ 04.586.694/0001-41. Signatário, o Senhor Salmir Elmo Besen.

Item	Descrição	Unid.	Qtidade	Preço Unitário	Total do Item
1	CLIPS METALICO Nº 2/0 (500GR) - Marca: NEW	CX	110,00	5,30	583,00
2	CLIPS METALICO Nº 8/00 (500GR) - Marca: NEW	CX	10,00	5,30	53,00
4	PAPEL CREPOM 48 CM X 2 M - Marca: VMP	UN	2.000,00	0,45	900,00
5	PAPEL CAMURÇA 40 X 60 CM - Marca: VMP	UN	500,00	0,37	185,00
8	Pincel Marcador Permanente. Ponta 4,5mm. Com ponta de feltro redonda. Cores: Azul, Preto, Vermelho e Verde. - Marca: JAPAN	UN	250,00	0,75	187,50
9	CANETA HIDROCOR GRANDE - Marca: COMPACTOR	DZ	50,00	5,00	250,00
11	Fita adesiva empacotamento 45mm x 50m - Marca: FLAX	UN	830,00	1,38	1.145,40
12	Fita adesiva 12mmx40m - Marca: FLAX	UN	540,00	0,52	280,80
13	Papel pardo tipo Kraft acetinado. 120 cm alt. e peso aproximado de 15Kg por rolo. - Marca: SAMPA	KG	380,00	3,80	1.444,00
14	PAPEL VERGE (CX. 50 UNIDADES) - Marca: OFF PAPER	CX	255,00	6,90	1.759,50
17	Corretivo líquido à base de água 18ml - Marca: ARTMAX	UN	340,00	0,90	306,00
19	PERCEVEJO LATONADO (COM ARAME E CHAPA DE AÇO COM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE ANTI-FERRUGEM) COM 100 UNIDADES - Marca: JOCAR	CX	300,00	0,98	294,00
20	Pasta papelão sem aba, sem elástico, com ferragem, confeccionado em papel cartão duplo, plastificado. Cores variadas. - Marca: ICL	UN	100,00	0,69	69,00

21	Pasta de plástico com aba e elástico, tamanho ofício. Transparente e Fumê - Marca: ALAPLAST	UN	480,00	1,00	480,00
22	Pasta de plástico com aba e elástico 30mm de altura. Transparente e Fumê - Marca: ALAPLAST	UN	500,00	1,70	850,00
26	CADERNO UNIVERSITARIO COM 200 FOLHAS_1 - Marca: PANAMERICANA	UN	500,00	4,15	2.075,00
27	CADERNO DE DESENHO ESPIRAL GRANDE 48 FOLHAS - Marca: PANAMERICANA	UN	2.000,00	1,29	2.580,00
28	CADERNO CALIGRAFIA BROCHURA CAPA SIMPLES 40 FLS - Marca: JANDAIA	UN	150,00	0,60	90,00
30	Lápis de cor grande (12 unidades) - Marca: LABRA	CX	2.500,00	2,45	6.125,00
31	CARTOLINA BRANCA 50CM X 66CM - Marca: JANDAIA	UN	5.000,00	0,24	1.200,00
32	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 (5000 GRAMPOS) GALVANIZADO - Marca: JOCAR	CX	285,00	1,95	555,75
34	Grampeador 26/6 para 100 folhas - Marca: JOCAR	UN	30,00	30,00	900,00
35	COLA BRANCA NAO TOXICA LAVAVEL USO ESCOLAR 90 G - Marca: PIRATININGA	UN	3.020,00	0,60	1.812,00
37	CD - RW VIRGEM 700 MB - Marca: ELGIN	UN	1.150,00	2,28	2.622,00
38	Barbante nº6 (cone) 250gr. Barbante ecológico para artesanato. Cor crua - Marca: CORBATEX	UN	30,00	3,50	105,00
40	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO - Marca: RADEX	UN	200,00	3,30	660,00
41	Bastão de cola silicone, com espessura fina de 7,4mm, medindo 30cm de comprimento, acondicionado em pacote plástico. O produto deverá ser utilizado somente em pistola, constar na embalagem: medidas, validade, peso e dados de identificação do fabricante. - Marca: LEONORA	KG	120,00	16,95	2.034,00
42	Bastão de cola silicone, com espessura fina de 11,2mm, medindo 30cm de comprimento, acondicionado em pacote plástico. O produto deverá ser utilizado somente em pistola, constar na embalagem: medidas, validade, peso e dados de identificação do fabricante. - Marca: LEONORA	KG	20,00	16,95	339,00

44	Pistola para cola quente, bi-volt, 40 watts, corpo medindo 14 cm de comprimento, ponta com isolante térmico medindo 2 cm, gatilho de acionamento com aproximadamente 3,5cm, apoio em metal de 4cm x 4cm, reabastecedor com visor para bastões de 11,2 cm, fio e tomada certificadas pelo inmetro medindo 2mm x 0,75mm, acondicionado individualmente em blister plástico. O produto deverá possuir secagem rápida em 60 segundos, indicado para projetos artísticos, flores artificiais, móveis, artigos de madeira, selagem de caixa de papelão, papéis, plásticos, cerâmicas e alguns metais, constar na embalagem: instruções de uso, validade e dados de identificação do fabricante. - Marca: CIS	UN	20,00	14,00	280,00
45	Lápis 6B sextavado madeira macia que garante excelente apontabilidade. Ideal para desenho artístico ou técnico, esboços e escrita em geral. Caixa com 12 unidades. - Marca: CIS	CX	10,00	8,90	89,00
46	PINCEL Nº 16 COMPOSIÇÃO: MADEIRA, ALUMINIO E SINTETICO. CHATO, CABO LONGO E CERDA LONGA. - Marca: GOLLER	UN	200,00	2,30	460,00
47	PINCEL Nº 18 COMPOSIÇÃO: MADEIRA, ALUMINIO E SINTETICO. CHATO, CABO LONGO E CERDA LONGA - Marca: GOLLER	UN	200,00	3,00	600,00
48	PINCEL Nº 20 COMPOSIÇÃO: MADEIRA, ALUMINIO E SINTETICO. CHATO, CABO LONGO E CERDA LONGA. - Marca: GOLLER	UN	200,00	4,00	800,00
49	PINCEL Nº 12 COMPOSIÇÃO: MADEIRA, ALUMINIO E SINTETICO. CHATO, CABO LONGO E CERDA LONGA. - Marca: TIGRE	UN	1.500,00	1,45	2.175,00
50	ETIQUETA A4 LASER (100 FOLHAS) - Marca: INFORMS	CX	10,00	15,00	150,00
52	CANETA MARCA TEXTO - Marca: JOCAR	UN	350,00	0,52	182,00
53	TESOURA PEQUENA SEM PONTAS INOX - Marca: JOCAR	UN	1.850,00	0,98	1.813,00

55	Tinta guache; o produto deve vir acondicionado em pote plástico contendo 250 ml. o produto deverá ser não tóxico e ser indicado para pintura com pincel sobre papel, cartolina e papel cartão, não podendo ser utilizado para pintar o rosto. Composição: resina, água, pigmentos, carga e conservante tipo benzotiazol. Constar na embalagem: composição, marca e dados do fabricante; cores variadas. - Marca: PIRATININGA	UN	800,00	1,65	1.320,00
56	TNT Tecido Não Tecido L140- Composição: 100% POLIPROPILENO Atóxicas e semipermeáveis. Cores variadas. - Marca: SUL BRASIL	MT	7.500,00	0,71	5.325,00
57	CANETA RETROPROJETOR 2 PONTAS - Marca: JOCAR	UN	70,00	1,39	97,30
59	Adesivo instantâneo a base de cianoacrilato nº 2 - 20g para uso geral. Viscosidade média, que adere a diversos tipos de substratos incluindo os porosos. Caixa com 10 unidades. - Marca: FERNANDES BOND	CX	30,00	58,00	1.740,00
62	Papel seda 48x60cm liso. - Marca: VMP	UN	100,00	0,12	12,00
65	RÉGUA DE MADEIRA 1 METRO - Marca: SOUZA	UN	10,00	7,07	70,70
66	RÉGUA EM ALUMINIO 30 CM - Marca: MASTER	UN	40,00	1,49	59,60
67	LEMBRETE AUTOCOLANTE (BLOCO ÚNICO GRANDE) - Marca: INFORMS	UN	580,00	1,88	1.090,40
68	Balões de látex nº 7, alta qualidade, pacote com 50 unidades. - Marca: RIBERBAL	PCT	1.000,00	5,79	5.790,00
70	Giz de cera, grosso e curto com 12 cores em cada caixa em formato anatômico, não tóxico e não perecível. - Marca: PIRATININGA	CX	700,00	1,45	1.015,00
71	ESTILETE COM LAMINA DE METAL 18 MM - Marca: MASTER	UN	50,00	0,65	32,50
72	PASTA CANALETA A4 AZUL - Marca: ALAPLAST	UN	250,00	1,09	272,50
74	Envelope de papel branco 24x34cm. - Marca: ROMITEC	UN	900,00	0,19	171,00
75	Envelope de papel branco 23x11cm. - Marca: ROMITEC	UN	200,00	0,06	12,00
76	Envelope de papel branco ofício. - Marca: ROMITEC	UN	2.400,00	0,06	144,00

77	Envelope de papel branco 31x41cm. - Marca: ROMITEC	UN	300,00	0,25	75,00
78	PAPEL BRANCO MONOLÚCIDO - Marca: TRENTON	KG	500,00	8,10	4.050,00
79	DVD-RW VIRGEM 4,7 GB - Marca: MAX PRINT	UN	1.300,00	4,26	5.538,00
82	Caneta para uso em tecido. Com ponta de poliéster para pintar e marcar tecidos. Excelente fixação. Resistente a lavagens. Não tóxica. Cores variadas. - Marca: ACRILEX	UN	250,00	1,70	425,00
83	Tinta para tecido 37 ml. Não tóxica. Resistente a lavagens. Pode ser aplicada com pincel, esponja ou carimbo, em tecidos de algodão sem goma, não sintéticos. Core variadas. - Marca: ACRILEX	UN	300,00	1,39	417,00
84	Arquivo morto. Caixa de papelão com identificação na lateral por mês/ano, seção, código e espaço para discriminação do conteúdo para folhas tamanho A4 e ofício. - Marca: SC	UN	50,00	1,29	64,50
85	Papel CONTACT, com 45cm de altura, laminado de PVC, autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado, com selo do INMETRO. Liso com cores variadas. - Marca: INFORMS	MT	170,00	3,34	567,80
86	Calculadora eletrônica de mesa, 12 dígitos, visor grande, alimentação a pilha solar, pilha tipo bastão com desligamento automático. - Marca: MP	UN	50,00	13,99	699,50
88	Perfurador de papel com alavanca e estrutura metálica, manual, para dois furos simultâneos. Capacidade para 15 folhas. - Marca: JOCAR	UN	45,00	10,40	468,00
89	Prancheta para papel. Prancheta em acrílico, tamanho ofício com prendedor. Cor fumê. - Marca: DELFETEC	UN	20,00	6,98	139,60
90	Lembrete autocolante 100 folhas (c/ 4 blocos de 50 mm x 38 mm) - Marca: INFORMS	PCT	100,00	3,95	395,00
91	Bloco para rascunho com picote 60 mm x 235 mm - Marca: SD	UN	200,00	1,99	398,00
92	Bobina térmica de papel, 01 via, com largura de 80 mm, para impressora de cupom - Marca: MAX PRINT	UN	400,00	1,98	792,00
93	Caderno universitário de uma matéria com espiral - Marca: PANAMERICANA	UN	100,00	2,39	239,00
94	Caixa em arquivo morto em plástico tamanho ofício - Marca: ALAPLAST	UN	350,00	1,98	693,00

95	Caixa de alfinetes com cabeça nº 29 c/ 50 unidades - Marca: BACCHI	UN	30,00	3,59	107,70
96	Caixa de Grafite nº 0,5 mm c/ 12 unidades - Marca: GOLLER	UN	70,00	0,62	43,40
97	Caixa de Grafite nº 0,7 mm c/ 12 unidades - Marca: GOLLER	UN	70,00	0,93	65,10
100	Pincel Atômico nas cores azul e preta - Marca: JAPAN	UN	140,00	1,90	266,00
101	CAPA PARA CD/DVD - Marca: MIDIA TECH	UN	1.850,00	1,09	2.016,50
104	Clips niquelado nº 3/0 - caixa com 500 unidades - Marca: RAFA	CX	200,00	7,10	1.420,00
105	Clips niquelado nº 4/0 - caixa com 500 unidades - Marca: RAFA	CX	200,00	6,49	1.298,00
106	Cola bastão branca 10 gr não toxica - Marca: LEO E LEO	UN	120,00	0,39	46,80
107	ELASTICO DE BORRCHA COM 100 UNIDADES - Marca: MAMUTH	PCT	113,00	1,50	169,50
108	Envelope carta 25 x 18 cm - Marca: ROMITEC	UN	1.000,00	0,18	180,00
109	Estilete com lâmina de metal 18mm - Marca: MASTER	UN	70,00	0,74	51,80
110	EXTRATOR DE GRAMPO - Marca: BRW	UN	56,00	1,69	94,64
111	FITA ADESIVA FINA - Marca: EUROCELL	UN	250,00	0,49	122,50
112	Fita autoadesiva, crepe larga 5 x 50 mm - Marca: eurocell	UN	50,00	5,90	295,00
114	Lapiseira de grafite nº 0,05 mm - Marca: JOCAR	UN	30,00	1,94	58,20
115	LAPISEIRA 0.7 - Marca: JOCAR	UN	30,00	1,94	58,20
116	Papel carbono filme azul - caixa com 100 folhas - Marca: HELIOS	CX	30,00	34,99	1.049,70
117	Papel térmico para fax 215 mm x 30 mm - Marca: MAX PRINT	UN	40,00	4,98	199,20
120	Pilhas alcalinas AA pacote com 4 unidades - Marca: ELGIN	PCT	150,00	5,63	844,50
121	Pilhas alcalinas AAA pacote com 4 unidades - Marca: ELGIN	PCT	150,00	6,20	930,00
122	Pilhas alcalinas grandes pacote com 4 unidades - Marca: ELGIN	PCT	150,00	21,30	3.195,00
123	Prancheta de madeira para anotações tamanho ofício com prendedor de papeis - Marca: SOUZA	UN	50,00	2,02	101,00

124	Livro de protocolo 104 folhas formato: 154 mm x 216 mm - Marca: SD	UN	65,00	4,40	286,00
125	Pasta catálogo - Marca: DAC	UN	300,00	3,19	957,00
126	Pasta AZ pequena - Marca: CHIES	UN	210,00	5,93	1.245,30
128	MOLHADOR DE DEDO - Marca: JAPAN	UN	40,00	1,80	72,00
129	Pasta arquivo com elástico 235 X 350 mm - Marca: ALAPLAST	UN	270,00	0,86	232,20
132	PAPEL LAB 4 COM BLOQUEIO C/ 1500 JOGOS DE 3 VIAS - Marca: INFORMS	CX	12,00	285,00	3.420,00
135	COLA BASTAO 40 g - Marca: LEO E LEO	UN	30,00	2,15	64,50
136	Cartucho impressora laser jet HP M1132MFP - Marca: MP	UN	30,00	29,98	899,40
137	Cartucho impressora colorido HP F4200 - Marca: MP	UN	15,00	55,50	832,50
138	Cartucho impressora preto F200 - Marca: HP	UN	15,00	69,00	1.035,00
139	Caderno Universitário de uma matéria com espiral.. - Marca: PANAMERICANA	UN	25,00	2,39	59,75
140	Porta caneta - Marca: DEL-FETEC	UN	10,00	4,50	45,00
141	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO PRETA - Marca: USA	UN	350,00	0,20	70,00
142	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO TRANSPARENTE - Marca: USA	UN	300,00	0,20	60,00
143	Espiraís pequenas para encadernação de 50 folhas - Marca: USA	UN	100,00	0,61	61,00
144	ESPIRAIS MÉDIAS P/ ENCADERNAÇÃO 100 FOLHAS - Marca: USA	UN	120,00	0,78	93,60
145	ESPIRAIS GRANDES P/ ENCADERNAÇÃO 500 FOLHAS - Marca: USA	UN	150,00	1,56	234,00
146	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/13 - Marca: BACCHI	CX	3,00	7,40	22,20
147	Clips metálico n º 6/0 (500g). Clips para papéis, número 6/0 em arame galvanizado, acondicionado em saco plástico transparente e em caixa de Papelão resistente, contendo 500 gramas, fabricado em arame de aço revestido. Constar na embalagem: prazo de validade, marca, quantidade e dados de identificação do fabricante. - Marca: NEW	CX	40,00	5,57	222,80

148	Bobina para fax 215 mm x 30 m - Marca: MAX PRINT	UN	10,00	6,60	66,00
149	Clips metálico nº 4/0 (500g). Clips para papéis, número 4/0 em arame galvanizado, acondicionado em saco plástico transparente e em caixa de Papelão resistente, contendo 500 gramas, fabricado em arame de aço revestido. Constar na embalagem: prazo de validade, marca, quantidade e dados de identificação do fabricante. - Marca: NEW	CX	60,00	7,00	420,00
150	Envelope de papel 17x25 cm - Marca: ROMITEC	UN	80,00	0,07	5,60
151	Envelope de papel 23x32cm - Marca: ROMITEC	UN	100,00	0,11	11,00

Fornecedor: Multisul Comércio e Distribuição Ltda, CNPJ 12.811.487/0001-71. Signatário, a Senhora Franciele Rover Bianchi.

Item	Descrição	Unid.	Qtidade	Preço Unitário	Total do Item
18	Lápis preto HB nº 02, na cor preto envernizado; corpo sextavado de madeira, matéria da carga mina grafite na cor preto, número 2 = B; medindo no mínimo 170mm; nome do fabricante impresso na embalagem e no produto, com identificação do fornecedor na embalagem, acessório adicional: apontado. - Marca: LEO E LEO	UN	8.860,00	0,20	1.772,00
33	Grampeador 26/6 para 20 folhas de mesa - Marca: JOCAR	UN	120,00	6,57	788,40
51	PRENDEDOR DE ROUPA EM MADEIRA (12UN) - Marca: GA-BORDI	DZ	200,00	2,22	444,00
102	Clips niquelado nº 0 - caixa com 500 unidades - Marca: RAFA	CX	80,00	6,75	540,00
103	Clips niquelado nº 1/0 - caixa com 500 unidades - Marca: RAFA	CX	200,00	6,75	1.350,00
118	Pasta AZ papelão prensado, lombro estreito de 50 mm, cor preta 280 X 35 mm - Marca: ECONOMICUN	UN	100,00	5,18	518,00

Fornecedor: Publiciti Distribuidora de Livros Ltda, CNPJ 01.098.455/0001-54. Signatário, a Senhora Haydee Dittert Nunes Cabral.

Item	Descrição	Unid.	Qtidade	Preço Unitário	Total do Item
3	PAPEL DUPLEX (DUPLA FACE) 48 CM X 66 CM - Marca: VMP	UN	10.000,00	0,32	3.200,00
6	Papel cartão cartaz 0.48x0.60cm - Marca: VMP	UN	10.150,00	0,40	4.060,00
10	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO - Marca: JOCAR	CX	583,00	8,99	5.241,17

15	Caneta esferográfica tubo transparente, cor Azul - Marca: JOCAR	UN	14.420,00	0,25	3.605,00
16	Borracha 40 de apagar branca - Marca: LEO&LEO	UN	3.320,00	0,10	332,00
23	REGUA PLASTICA TRANSPARENTE 30 CM - Marca: WALEU	UN	1.700,00	0,27	459,00
24	Caderno brochura pequeno capa simples 60folhas - Marca: FORONI	UN	4.000,00	0,53	2.120,00
25	Caderno brochura pequeno capa simples 48folhas - Marca: FORONI	UN	7.000,00	0,38	2.660,00
29	Apontador para lápis; de plástico rígido; simples/sem depósito, lâmina em aço fixada por parafuso. - Marca: LEO&LEO	UN	1.730,00	0,07	121,10
36	PAPEL OFICIO 2 - Marca: PAPERTECH	UN	5.010,00	44,89	224.898,90
39	CANETA ESFEROGRAFICA TUBO TRANSPARENTE, COR PRETA - Marca: JOCAR	UN	9.060,00	0,29	2.627,40
54	MASSA PARA MODELAR (COM 6 UNIDADES) - Marca: LEO&LEO	CX	2.500,00	0,72	1.800,00
60	Cola adesivo PVA 1kg. Dispersão à base de poliacetato de vinila; indicado para colagens de alto desempenho em madeiras de média e baixa densidade, papel, laminados decorativos e materiais porosos. - Marca: LEO&LEO	UN	100,00	8,95	895,00
63	LIVRO ATA 100 FOLHAS - Marca: MEGALIFE	UN	250,00	5,17	1.292,50
64	LIVRO PONTO 100 FOLHAS - Marca: SÃO DOMINGOS	UN	85,00	8,80	748,00
73	TESOURA MULTIUSO 21 CM - Marca: JOCAR	UN	150,00	2,34	351,00
99	Caneta esferográfica; corpo em resina termoplástica transparente; formato sextavado, tampa com furo de segurança anti sufocante, ponta de latão; esfera de tungstênio, com ponta média nas cores: vermelha - Marca: JOCAR	CX	2.600,00	0,25	650,00
119	Pasta suspensa marmorizada com ferragem haste preta, etiqueta, visor transparente - Marca: FRAMA	UN	1.470,00	0,72	1.058,40
131	Pasta AZ ofício. Descrição do produto: Produzido em cartão - Marca: JOCAR	UN	1.050,00	4,45	4.672,50

Signatário pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa. A presente ata terá vigência de 12 meses a partir de sua assinatura. Assinatura: 26/05/2014.

Decreto Nº 082, de 11 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 082, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono o seguinte,

DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO - 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE - 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. - 2.013	MANUTENÇÃO DE ENCARGOS GERAIS			
	Cód. resu- mido	Re- curso	Descrição	Valor
Dotação-Elemento				
3.1.90.91.00.00.00.00	149	1.000	Sentenças Judiciais	R\$ 50.000,00
Total Suplementação				R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito especial disposta no art. 1º deste decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO - 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE - 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. - 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
	Cód.re- sumido	Recurso	Descrição	Valor
Dotação-Elemento				
3.3.90.05.00.00.00.00	136	1.000	Outros Benefícios Previdenciários	R\$ 10.000,00
ÓRGÃO - 07	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE - 07.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. - 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
	Cód.re- sumido	Recurso	Descrição	Valor
Dotação-Elemento				
3.1.90.11.00.00.00.00	157	1.000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 40.000,00
Total Suplementação				R\$ 50.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 11 de setembro de 2014

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba**PREFEITURA****Extrato: Seash 2014/16 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/16 A00

Contratada: ANDRE JUNQUEIRA XAVIER

C.N.P.J: 667.543.307-59

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA MINISTRAR O TEMA ENVELHECIMENTO BEM SUCESSIDO, TENDO COMO PÚBLICO ALVO OS IDOSOS, A ACONTECER NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Valor: R\$ 800,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 12/2014 Dispensa 02/2014

Imbituba, 16 de setembro de 2014.

Selma Elias Westphal

Secretária Municipal da Seash

Contratante

Andre Junqueira Xavier

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Sefaz 2014/224 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEFAZ 2014/224 A00

Contratada: GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA

C.N.P.J: 09.391.371/0001-16

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AERFOTOGRAFIA, PERFILAMENTO A LASER, ESTRUTURAÇÃO DA BASE CADASTRAL PARA GEOPROCESSAMENTO, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, FORNECIMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS(SIG), TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO.

Valor: R\$ 1.349.000,00 Prazo: 22 meses

Fundamento: Processo nº. 102/2014 Tomada de Preço 02/2014

Imbituba, 10 de setembro de 2014.

Ivan Vitório

Secretária Municipal da Fazenda

Contratante

Geomais Geotecnologia Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2014/112 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/112 A01

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE

C.N.P.J: 10.981.399/0001-92

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 20/09/2014.

Fundamento: Processo nº. 93/2014 Carta Convite 06/2014

Imbituba, 21 de agosto de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretária Municipal da Seinfra

Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande
Representante Legal
Contratada

Portaria PMI/DGP Nº 426/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 426, de 08 de setembro de 2014.
Dispõe sobre a Exoneração de Assessor III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, HUDSON PIRES TEIXEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 062.191.059-74, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP Nº 190, de 05 de abril de 2013, para exercer o cargo de Assessor III junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional Oeste.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 30 de setembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de setembro de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 427/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 427, de 08 de setembro de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora MARILÉIA DA SILVA QUERINO ALVES, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 521.049.749-68, admitida em 26 de março de 1984, contrato nº 782, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2004 a 2009	17/10/2014 a 14/01/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de setembro de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 428/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 428, de 08 de setembro de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora JOVITA VIEIRA IGNÁCIO, Auxiliar de Enfermagem - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 725.622.349-87, admitida em 01 de agosto de 1994, contrato nº 252, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	05/01/2015 a 04/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de setembro de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Ipumirim**PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 62/2014, Dispensa de Licitação Nº 14/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de peças e serviço conserto do Caminhão Ford cargo 2628, placa MDI- 1693, ano 2006, motor cummins eletrônico ISB-6 cilindros, destinado as atividades da Secretaria do DMER. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 17/09/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis**PREFEITURA****Portaria N º 441/2014**

PORTARIA N º. 441/2014.

REVOGA A PORTARIA Nº 112/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n º 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a pedido da servidora, o inteiro teor da Portaria nº 112/2014, de 26/02/2014, que designou Marcia Edila Prust para o desempenho da função de gestão de Diretora do Grupo Escolar Zélia Milles.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 12/09/2014.

Irineópolis (SC), 15 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 442/2014

PORTARIA N º. 442/2014.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a CASSIANA LAIS BRAND, servidora admitida em caráter efetivo para o cargo de Agente Administrativa, portadora da CNH Registro nº 05617557955 categoria B, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade da Prefeitura Municipal de Irineópolis, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 443/2014

PORTARIA N º 443/2014.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX,

do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REDUZIR a pedido, a carga horária do contrato de trabalho do Professor de Música efetivo BRUNO MUSSOLINI FERNANDES, nascido em 17/01/1989, portador do CPF n.º 060.137.719-28, RG. n.º 4.967.022, SESP/SC, reduzindo-se 10 h/sem, em caráter irrevogável, passando assim, de 40 h/sem para 30 h/sem, a contar de 01/09/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/09/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N.º 444/2014

PORTARIA N.º 444/2014.

“DISPENSA A PEDIDO SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - Dispensar a pedido, a contar da data de 15/09/2014, à servidora MICHELI APARECIDA FERNANDES das atividades de Auxiliar de Serviços Gerais, para as quais foi contratada em data de 22/07/2014, através da Portaria n.º 322/2014.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/09/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Portaria N.º 445/2014

PORTARIA N.º. 445/2014.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, em data de 16/09/2014, o servidor Gilberto de Oliveira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, no qual foi admitido em 18/02/2002, através da Portaria nº 039/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a 16/09/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Edital de Convocação 009/2014

Edital de Convocação N.º 009/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2014

No uso de suas atribuições o senhor JULIANO POZZI PERREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis - SC, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados, APROVADOS (as) no Concurso Público Municipal nº 001/2014 a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Paraná, n.º 200, Centro, Irineópolis- SC, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 15h00min, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos do Item 21 do edital 001/2014, para investidura em cargo público.

Nome	Cargo
Ironi Bittencourt Martins	Médico ESF

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 21.1.7, do Edital 001/2014, os (as) candidatos (as) deverão iniciar o seu processo somente após a entrega, junto ao Departamento de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues no Departamento de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo estipulado no item 21.4, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

Irineópolis- SC, 16 de setembro de 2014
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Lei Complementar Municipal Nº 093/2014**LEI COMPLEMENTAR N.º 093/2014.**

“Dispõe sobre a ampliação de vagas em cargos do quadro de pessoal efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis e dá outras providências”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar o número de vagas em cargos do quadro de servidores efetivos do Magistério Público Municipal, instituído através da Lei Complementar n.º 056/2012 de 08/02/2012, e posteriores alterações, conforme estabelecido nas disposições desta Lei.

Art. 2.º Ficam autorizadas a abertura de mais **03 (três vagas) no cargo de Professor Auxiliar em Educação Inclusiva**, e mais **01 (uma) vaga no cargo de Monitor de Creche**, as quais ficam incorporados ao Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal conforme especificado no quadro abaixo:

Ampliação:

Cargo	Nº vagas a acrescentar	Carga Horária	Salário Inicial R\$	Habilitação
Professor Auxiliar em Educação Inclusiva	03	40h/sem	1805,54	Conclusão de curso superior em Pedagogia, com complementação em Educação Inclusiva e/ou Educação Especial.
Monitor de Creche	01	44h/sem	1.070,71	Conclusão de curso de Magistério e/ou conclusão de curso superior em Licenciatura Plena em Pedagogia.

§ 1º O Anexo III - **Quadro e Vagas e de Funções de Gestão do Magistério Público Municipal** da LC n.º 056/2012, passa a vigorar com a composição constante do **ANEXO ÚNICO**, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar n.º 056/2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis – SC, em 12 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO –LEI COMPLEMENTAR Nº 093/2014
--

LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2012**ANEXO III****QUADRO DE VAGAS E DE FUNÇÕES DE GESTÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL****I – Professores**

Escolaridade: Formação nível superior, com habilitação na área pedagógica acrescido ainda do Ensino Médio na Modalidade Magistério, ou ainda, Habilitação em Pedagogia para atuar na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Licenciatura Plena na Educação e Licenciatura Plena na área do conhecimento específico do currículo, para atuar nas Séries Finais do Ensino Fundamental.

Carga Horária: 20 ou 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas		
		Q	P	V
Professor Assistente	40h	02	02	-
Professor de Artes	20h	04	02	02

Professor de Ciências	20h	02	02	-
Professor de Educação Física	20h	07	06	01
Professor de Educação Infantil	20h	10	05	05
Professor de Geografia	20h	02	02	-
Professor de História	20h	02	02	-
Professor de Inglês	20h	06	04	02
Professor de Matemática	20h	03	02	01
Professor de Português	20h	03	02	01
Professor Ensino Fundamental (1º a 4º série)	20h	77	44	33
Professor Especialista em Educação Inclusiva	40h	07	03	04
Professor Auxiliar em Educação Inclusiva	40h	07	04	03
Professor de Música	40h	01	-	01
Professor de Tecnologia Educacional	40h	03	01	02

II B – Profissionais de Apoio Educacional

Escolaridade: Formação em nível de Magistério e/ou superior em Pedagogia.

Carga Horária: 44 horas semanais.

Cargo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas		
		Q	P	V
Monitor de Creche	44h	11	09	02

Itapiranga

PREFEITURA

Portaria Nº 224/2014

Portaria nº 224 de 15 de setembro de 2014.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Anita Vogel Berghahn, matrícula nº 10296/02 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 15/9/2014 até 14/12/2014, referente o período aquisitivo de 1º/2/1995 até 31/1/2000.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 15 de setembro 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 225/2014

Portaria nº 225 de 17 de setembro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor municipal Ariel Welter matrícula nº 12509/02, a partir de 17/9/2014, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 17 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 226/2014

Portaria nº 226 de 17 de setembro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Ana Paula Matusalém matrícula nº 14631/01, a partir de 17/9/2014, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 17 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 227/2014

Portaria nº 227 de 17 de setembro de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a partir do dia 17 de setembro de 2014, o servidor municipal Sírio José Ruschel, matrícula nº 14779/01 da Secretaria Municipal de Transportes e Obras para a Secretaria Municipal de Administração (Setor de Urbanismo).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 17 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 228/2014

Portaria nº 228 de 17 de setembro de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a partir do dia 17 de setembro de 2014, a servidora municipal Aline Weis, matrícula nº 14984/01 da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde (NASF).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 17 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Decreto Nº 165/2014

HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. Milton Simon, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 39/2011, e Lei nº 2.153/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologado o resultado da Prova de Títulos dos candidatos inscritos para o Concurso Público nº 01/2014, abaixo relacionados da Prefeitura Municipal de Itapiranga - SC.

PROFESSOR DE ARTES		
Nº INSC	CANDIDATO(A)	Pontuação dos Títulos
6088	CELSI KESSLER	0,75
6661	BRUNA R. RECKZIEGEL	0,75
7747	MARLI SCHMITZ SCHOFFEN	0,75

PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA (Inglês)		
Nº INSC	CANDIDATO	Pontuação dos Títulos
6653	ANE ROSE GASSEN	0,75
6663	MARCIA ROTHER HECK	0,75
7299	IVANICE TERESA RAMBO	0,75
7479	TEODÓSIA SCHAEFFER	0,75
7519	JENIFER ROYER THIEL	0,75

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA - SC, 17 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Decreto Nº 163/2014

DECRETO 163 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos aptos a prestarem as provas do Concurso Público Nº 01/2014 do Município de Itapiranga /SC, por apresentarem os documentos exigidos no ato da inscrição, para provimento das funções conforme abaixo relacionado:

Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 06) Abrangência: Parte da Rua do Comércio e Parte da Avenida Uruguai.

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
6723	ALESSANDRA REGINA DETERS	HOMOLOGADA
7878	BIANCA FERREIRA BRUM	HOMOLOGADA
6761	CARLA CRISTINA LINK	HOMOLOGADA
6775	CARMELICE GABRIEL BOUFLEUR	HOMOLOGADA
7070	CLAUDIA MARTH	HOMOLOGADA

7763	CLECIANE KRAEMER	HOMOLOGADA
7835	ELIANA TOLFO CONSATTI	HOMOLOGADA
8009	HELENA MARIA KAUPPAUN	HOMOLOGADA
6665	IRANI DE FATIMA SILVA	HOMOLOGADA
7827	JOICE APARECIDA LENZ	HOMOLOGADA
7656	JUSSARA KARAL	HOMOLOGADA
7902	MARIA SALETE WELTER URNAU	HOMOLOGADA
6166	ORLANDO ANSELMO GUARIENTI	HOMOLOGADA
7992	TAIS CRISTINE MEURER VOGEL	HOMOLOGADA
7897	TATIANE MEURER CARPES	HOMOLOGADA
6841	VALACIR TERESINHA FRANTZ	HOMOLOGADA

Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 09) Abrangência: Bairro Floresta e parte do Bairro Rainha da Paz.

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
6224	ANA DELI SANTOS FERREIRA HEINEN	HOMOLOGADA
6997	ANDREIA REGINA WELFER	HOMOLOGADA
6637	ANISETE LÚCIA FRIEDRICH FERREIRA	HOMOLOGADA
6636	BERNARDINA HICKMANN PRADELLA	HOMOLOGADA
6387	CAMILA FERNANDES PLUTA	HOMOLOGADA
6770	CARLISE HELFER	HOMOLOGADA
6177	CÁTIA INÊS HEFFEL	HOMOLOGADA
6263	CLAIRE ASSUNTA BIANCHI PEREGRINA	HOMOLOGADA
7356	CLAUDIA LAZAROTTO	HOMOLOGADA
6478	CLAUDIANE ROHR CASPERS	HOMOLOGADA
7361	CLAUDISMAR HERMES SANTANA	HOMOLOGADA
6996	DELICI REICHERT FEITEN	HOMOLOGADA
8002	EVANDRO WAGNER	HOMOLOGADA
6138	FABIANO HOFSTETTER DE LIMA	HOMOLOGADA
7862	GLICERIA IMELDA WALKER	HOMOLOGADA
7743	IRIA CELIA KLUNK	HOMOLOGADA
6358	IVANA RUPPENTHAL VIEIRA	HOMOLOGADA
7306	LUCAS PETRÓLI	HOMOLOGADA
7252	MARCEANE ROHR	HOMOLOGADA
7886	MARCIA BILDHAUER	HOMOLOGADA
6494	RAQUEL KLEIN	HOMOLOGADA
7964	ROSELEI HAHN	HOMOLOGADA

Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 15) Abrangência: Linha Santa Cruz e Linha Cordilheira.

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
6236	ALINI FABIANI DRESCH	HOMOLOGADA
7904	JANAINA KUMMER	HOMOLOGADA
6385	MARLI TERESINHA GOUVÊA	HOMOLOGADA
6110	RITA OTILIA SCHWERTNER	HOMOLOGADA
6569	ROSELEI BATISTA	HOMOLOGADA

6889	VANIZE COSTA	HOMOLOGADA
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 22) Abrangência: Linha Baú e parte da Linha Laranjeira		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
7085	ALICE STEIN CHAVES	HOMOLOGADA
7362	ALINE KONRAD NUNES	HOMOLOGADA
7872	ANGELITA BUSS VOGEL	HOMOLOGADA
7303	CRISTIANE SIDEGUM	HOMOLOGADA
6896	CRISTIELE KLEMENT	HOMOLOGADA
7570	ELISANDRA WAGNER WINK	HOMOLOGADA
7049	EUDIVAN RAFAEL TRAVESSINI	HOMOLOGADA
7860	MARCIA MEURER VOGEL	HOMOLOGADA
7756	VANIA FERNANDA KOCH	HOMOLOGADA

Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 40) Abrangência: Bairro Morada Feliz e parte da Linha Santa Fé Alta.

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
6420	ADELAIDE BORN	HOMOLOGADA
6137	ANGELA JUDITE DA ROCHA PINHEIRO	HOMOLOGADA
6970	BEATRIZ ORTH KLEIN	HOMOLOGADA
6650	BERNADETE WIRTH	HOMOLOGADA
6877	CLEIDE SILENE PADILHA	HOMOLOGADA
6487	CRISTIANE BIRK	HOMOLOGADA
6547	CRISTINA ROTHER	HOMOLOGADA
7840	DAIANE AMES KEHL	HOMOLOGADA
7900	DANIELA LUIZA DETERS	HOMOLOGADA
6065	ELIANE NATALINA MOTTA	HOMOLOGADA
6942	ELISANDRA CARDOZO	HOMOLOGADA
6264	ELISANGELA OLIVEIRA SOUZA AMARAL	HOMOLOGADA
6466	ELONICE GRINGS	HOMOLOGADA
6780	HILDEGARD LUFT RIPPLINGER	HOMOLOGADA
7292	IRENE EIDT	HOMOLOGADA
6614	JAQUELINE TESSING PAULI	HOMOLOGADA
6679	LARISSA TAÍS DILL	HOMOLOGADA
6692	MARLISSA ELISA BLOMER	HOMOLOGADA
6967	MAURI KLEIN	HOMOLOGADA
6688	SIMONE APARECIDA LACHESKI	HOMOLOGADA
7427	TATIANE FINGER WOHLFART	HOMOLOGADA
Enfermeiro		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
7694	ADRIANE KARAL	HOMOLOGADA
7889	ALINE FRANCIELI MARTINS DA SILVA	HOMOLOGADA

7597	ANDRESSA HENN	HOMOLOGADA
6273	ANELISE GAZOLA VARGAS	HOMOLOGADA
6098	BÁRBARA BRUNETTO MÜLLER	HOMOLOGADA
7242	BRUNA ANZOLIN	HOMOLOGADA
6240	BRUNA LESKE	HOMOLOGADA
7771	BRUNA ZANON	HOMOLOGADA
6527	CINTIA MALDANER	HOMOLOGADA
7810	CLAIDES WILBERT BERWANGER	HOMOLOGADA
7685	DANIELE SCHOENINGER	HOMOLOGADA
7582	DAYANE BATTAGLIN EIDT	HOMOLOGADA
6911	DÉBORA ELIANA TEICHMANN KROLI-KOWSKI	HOMOLOGADA
6096	DEISI FLACH FOLLMANN	HOMOLOGADA
7913	ELIAS BEVILAQUA	HOMOLOGADA
7302	EZEQUEILE MULLER	HOMOLOGADA
7817	FERNANDA LUISA PETRY	HOMOLOGADA
7804	JOSIANE MARIANI	HOMOLOGADA
7899	JULIANA MARTA CAUDURO	HOMOLOGADA
6545	JUSSARA FATIMA RECH	HOMOLOGADA
6516	KARINE THEOBALD	HOMOLOGADA
7331	KELLEN REGINA SCHAURICH	HOMOLOGADA
7909	LARISSA DAYANE FURLANETTO	HOMOLOGADA
6417	LETICIA APARECIDA TURATTI	HOMOLOGADA
6563	LETICIA FATIMA ZANGALLI	HOMOLOGADA
6227	LIANE PREUSS	HOMOLOGADA
7392	LIANE TERESINHA SCHROEDER	HOMOLOGADA
6143	MARIELE BECKENKAMP	HOMOLOGADA
8016	MARLI LAZAROTTO	HOMOLOGADA
7192	MOÍSE RUTH ANGNES	HOMOLOGADA
7600	RUDIMAR PUTTON	HOMOLOGADA
7702	SANDRA LETICIA RIGHI FURINI	HOMOLOGADA
7658	SIMONE WIGGERS BRAND	HOMOLOGADA
6719	TAISSANA DEZANETTI	HOMOLOGADA
7824	ZANA ANDREIA DA SILVA	HOMOLOGADA
Fiscal de Obras e Posturas		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
6150	ADALTO ANTONIO WEIS	HOMOLOGADA
6375	ADELVĂ LUIZ BRANCALIONE	HOMOLOGADA
6888	ADEMIR DA LUZ	HOMOLOGADA
6115	ADEMIR PEREIRA	HOMOLOGADA
7660	ADRIANA MARIA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
6309	ADRIANE DA SILVA BORGES	HOMOLOGADA
6083	ADRIANE GABRIELE KUFFEL	HOMOLOGADA
7895	ADRIANI LUIZA LINN	HOMOLOGADA
7833	ALBERTO KOLLING	HOMOLOGADA

7096	ALESANDRO LAZARETTI	HOMOLOGADA
7896	ALESSANDRO FERNANDO BRESSLER	HOMOLOGADA
6107	ALEXANDRE GRINGS	HOMOLOGADA
6699	ALEXANDRE SEGER	HOMOLOGADA
6515	ALISSON JUNIOR MAYER	HOMOLOGADA
8007	ALOIR CARNEIRO	HOMOLOGADA
7821	ANDERSON VON MÜHLEN DE LIMA	HOMOLOGADA
7588	ANDRE BATISTA SCHRIFFE	HOMOLOGADA
6989	ANDRE TOLEDO DA SILVA	HOMOLOGADA
6537	ANDREI ALENCAR EGERTH	HOMOLOGADA
7830	ANDRESSA FLACH FÜHR	HOMOLOGADA
7962	ANGÉLICA DE SOUZA	HOMOLOGADA
7336	ARIELE SCHNEIDER	HOMOLOGADA
7816	ASTOR ILOR PAULITSCH	HOMOLOGADA
7903	BATISTA REINEHR	HOMOLOGADA
6713	CALIXTO HABACUC WOLFART	HOMOLOGADA
7591	CARINE PREIS	HOMOLOGADA
7953	CATIANO BRIZZOLLA	HOMOLOGADA
7935	CELANGE DANIELE ARNOLD	HOMOLOGADA
7867	CELSON CARLOS DOS SANTOS	HOMOLOGADA
6499	CHRISTIAN NEISS	HOMOLOGADA
7016	CLADIR BECKER	HOMOLOGADA
6037	CLAITON COSTA EIDT	HOMOLOGADA
6875	CLAUDETE REICHERT	HOMOLOGADA
6419	CLAUDINO SAUSEN	HOMOLOGADA
7938	CLECI FERNANDES	HOMOLOGADA
7757	CLERIO JOSE BOESING	HOMOLOGADA
7693	CLOVES JOSE KLEIN	HOMOLOGADA
7156	CRISTIAN TERNUS	HOMOLOGADA
6121	CRISTIANE FINGER GRAVE	HOMOLOGADA
7594	CRISTINA FEIL CASTANHEDE	HOMOLOGADA
6457	DAIANA DE LIMA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
7018	DANIELA VOGEL	HOMOLOGADA
6684	DARLENE LUIZA SCHNEIDER	HOMOLOGADA
7353	DAYANA BEATRIZ PAULI	HOMOLOGADA
6686	DÉLCIO MUELLER	HOMOLOGADA
6232	DIANE REGINA SEGER	HOMOLOGADA
6080	DIELE HENSEL	HOMOLOGADA
7509	DIENIFER STRACK	HOMOLOGADA
7761	DOUGLAS ANTONIO THIEL	HOMOLOGADA
6104	DOUGLAS FRIEDERICH	HOMOLOGADA
6430	DOUGLAS LUIZ GRANDO	HOMOLOGADA
6608	EDELVAN NIEHUES FANEZ	HOMOLOGADA
6214	EDERSON LUIZ PUHL	HOMOLOGADA
7590	EDIANE RIPLINGER	HOMOLOGADA
6114	EDILEIDE MARTINS	HOMOLOGADA

6638	EDSON JOSE DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
7377	EDUARDO WILLERS	HOMOLOGADA
7701	ELBIO JUCEMIR WALKER	HOMOLOGADA
7949	ELISANDRO DE ALMEIDA	HOMOLOGADA
6141	FABIANA LUISA HUNEMEIER	HOMOLOGADA
6060	FABIOLA SPOHR	HOMOLOGADA
7762	FÁBIO KLEIN	HOMOLOGADA
7020	FELIPE GASPAROTTO	HOMOLOGADA
7738	FRANCIELE WELCHEN	HOMOLOGADA
6749	GABRIEL CARPES DE CHAVES	HOMOLOGADA
6152	GELSON ANTÔNIO FERNANDES	HOMOLOGADA
7573	GERSON BERNARDO FRÜHLING	HOMOLOGADA
6945	GILMAR KESSLER	HOMOLOGADA
7996	GIVANILDO PRESNISKÁ DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
7739	GUSTAVO FREDERICO SCHOLZ	HOMOLOGADA
7905	HAIDE RODEN BAGESTÃO	HOMOLOGADA
7882	HAIKE LENITA PETTER VON BORSTEL	HOMOLOGADA
7829	IVAN EIDT BASTO	HOMOLOGADA
7012	IVANETE WESCHENFELDER ANSCHAU	HOMOLOGADA
6197	JAÍNE KESSLER RAMOS	HOMOLOGADA
6079	JACSON LUIS BRAND	HOMOLOGADA
7621	JACSON OSWALD	HOMOLOGADA
7650	JAQUELINE RIGO KOLLING	HOMOLOGADA
7125	JÉSSICA TELLES ROQUE	HOMOLOGADA
7887	JONAS REIS DORNELLES	HOMOLOGADA
7794	JOSÉ AUGUSTO BORDIN HILBIG	HOMOLOGADA
7288	JUCILEI RITTER	HOMOLOGADA
7128	KARINE LUANA WEIGNER WINK	HOMOLOGADA
7536	KATIA MARGARETH BECKER DILKIN	HOMOLOGADA
6553	KATIA NATHANA WEIGNER	HOMOLOGADA
7740	KELLY ENGEL	HOMOLOGADA
6136	LEILA VERA HAHN	HOMOLOGADA
6678	LIARA STEIN	HOMOLOGADA
7551	LIEGE MICHELI TRESCHER	HOMOLOGADA
6512	LINE ROTHER	HOMOLOGADA
7994	LORECI BRANDÃO	HOMOLOGADA
7888	LUÍS KESSLER	HOMOLOGADA
7928	LUCAS CAROLLO	HOMOLOGADA
7869	LUCIANA GUEDES FRAGOSO VOGT	HOMOLOGADA
7813	LUCIELE ELIZA KIPPER	HOMOLOGADA
6801	MAIKELI LEANA PINHEIRO DA SILVA CAVALHEIRO	HOMOLOGADA
7995	MARCIEL MUELLER	HOMOLOGADA
7644	MARCIELI WENDLING KLEIN	HOMOLOGADA
7952	MARCIO EIDT	HOMOLOGADA
7180	MARCO MEURER	HOMOLOGADA
7890	MAURICIO LUIS LAUER	HOMOLOGADA

7575	MAURILIA DENES	HOMOLOGADA
6715	MILTON PHILIPPSEN	HOMOLOGADA
7855	NEIMAR ROHDEN	HOMOLOGADA
7613	NILSON LUFT	HOMOLOGADA
7879	NILTON PASINATO	HOMOLOGADA
6176	ODIR ROGÉRIO SCHWERTNER	HOMOLOGADA
7710	OFRASIO VICENTE TAVARES	HOMOLOGADA
7015	ORLI CÉSAR DA CRUZ	HOMOLOGADA
6433	PAULA HICKMANN JAEHN	HOMOLOGADA
6238	PAULO ANTÔNIO VOLLMER	HOMOLOGADA
7939	PAULO ROBERTO DORNELES	HOMOLOGADA
7940	PAULO ROBERTO SCHENKEL	HOMOLOGADA
7852	PEDRO CRISTIANO DOS SANTOS	HOMOLOGADA
7201	PEDRO REINOLDO CAGLIARI	HOMOLOGADA
7877	RAQUELY KAUFMANN RECH	HOMOLOGADA
7572	SANDRO MARCOS KARAS	HOMOLOGADA
7569	SIMONE CRISTINA EIDT	HOMOLOGADA
7512	SIMONE DA LUZ REICHERT	HOMOLOGADA
7587	SIMONE INES BRAUN	HOMOLOGADA
6127	SIMONE RAMBO GIEHL	HOMOLOGADA
6879	SIMONE ROCKENBACH	HOMOLOGADA
7801	TAILOR SEHNEM	HOMOLOGADA
6520	TATIANE PENZ	HOMOLOGADA
7369	THIAGO JUNIOR SIMON	HOMOLOGADA
6153	THIAGO ROHDEN	HOMOLOGADA
7557	TONI EDUARDO GEHM JUNG	HOMOLOGADA
7884	VANDERLEI ROSSA	HOMOLOGADA
7689	VANDOIR PREUSS	HOMOLOGADA
7947	VANTUIR CARNEIRO	HOMOLOGADA
7546	VILSON IRINEU CARDOSO	HOMOLOGADA
6032	VIVIANE TERESINHA BROCC	HOMOLOGADA
6074	VOLNEI HENRIQUE KIRCH	HOMOLOGADA
Médico		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
7388	ANA PAULA SCHMIDT WALDRICH	HOMOLOGADA
7922	ANDRÉ GUSTAVO MANOEL	HOMOLOGADA
7129	GUSTAVO BUTZGE RUBENICH	HOMOLOGADA
7914	MÁRCIO SOARES FILHO	HOMOLOGADA
7961	RODRIGO WERLANG	HOMOLOGADA
Odontólogo		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
6082	ADRIANA NAUE STUELP	HOMOLOGADA
7627	BIANCA MONIQUE ROYER	HOMOLOGADA
7244	CAMILA MIOLA	HOMOLOGADA

6130	CARLINE MUELLER SOEHN	HOMOLOGADA
6255	CARLOS ALBERTO GARCIA JUNIOR	HOMOLOGADA
7822	CHARLES THIAGO MACHADO PILZ	HOMOLOGADA
6821	EDUARDO DEON FORTUNATO	HOMOLOGADA
7317	FRANCIELLY SOETHE JUNG	HOMOLOGADA
6231	MAIRE CHRISTINE RAMBO	HOMOLOGADA
7836	MARA LUIZA PILZ	HOMOLOGADA
7901	MATHEUS VINICIUS SODER	HOMOLOGADA
6830	RODRIGO ZOTTIS HUMMELGEN	HOMOLOGADA
6268	STEPHANIE DALTOE	HOMOLOGADA
6964	TAIMARA MICHELI BARRO	HOMOLOGADA
7630	TAMARA CIMA	HOMOLOGADA
7982	VANESSA GIACOMELLI	HOMOLOGADA
6903	WILLIAM PIERRY SCHWENGBER	HOMOLOGADA
Operador de Máquinas		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
6220	ADAEL MAURICIO GIEHL	HOMOLOGADA
6368	ADILSON FERREIRA	HOMOLOGADA
6140	ALAN CARLOS MAHL	HOMOLOGADA
6393	ALEXANDRE THOMÉ	HOMOLOGADA
7008	CARLITO EIDT	HOMOLOGADA
7820	CARLOS ALBERTO FEISTEL	HOMOLOGADA
6676	CELSO LUÍS DIEDRICH	HOMOLOGADA
6934	CLAUDIR STAUB	HOMOLOGADA
7583	CLEITON FAGUNDES	HOMOLOGADA
7764	CLEOCIR LOTTERMANN	HOMOLOGADA
7844	CLEOMAR ANTÔNIO PINTO SALDANHA	HOMOLOGADA
6968	CLEONIR JOSE STULP	HOMOLOGADA
7715	DALVAN AVRELLA	HOMOLOGADA
7760	DANIEL BECKENKAMP	HOMOLOGADA
6297	DANIEL HENDGES	HOMOLOGADA
8017	DANIEL LENZ	HOMOLOGADA
7493	DIONELSER SEIDENFUS	HOMOLOGADA
6426	DIRCEU HECK	HOMOLOGADA
6632	EDERSON LUÍS KUHN SOEHN	HOMOLOGADA
6803	EDSON RICARDO BRIETKE	HOMOLOGADA
6587	ELISANDRO DE SOUZA	HOMOLOGADA
6216	FABIANO DETERS	HOMOLOGADA
7523	FERNANDO MELZ	HOMOLOGADA
6112	GELSON BECKER PAUL	HOMOLOGADA
7589	GILMAR KERN	HOMOLOGADA
7003	GIOVANE RODRIGUES DA SILVA	HOMOLOGADA
6388	GUILHERME STAUB	HOMOLOGADA
6062	HELIO BRUNO WINK	HOMOLOGADA
6303	HENRIQUE SCHNEIDER	HOMOLOGADA

7531	IBER FOLLMANN	HOMOLOGADA
7337	IVANO DOS SANTOS MALDONADO	HOMOLOGADA
7858	IVO VOGEL	HOMOLOGADA
7773	JAIME FÜHR	HOMOLOGADA
6061	JAIME ROTHER	HOMOLOGADA
6099	JAIR SCHMIDT	HOMOLOGADA
6234	JAMIR MOESCH	HOMOLOGADA
7287	JEAN CARLOS WINK KAUPPAUN	HOMOLOGADA
6552	JUNIOR AFONSO ERHART	HOMOLOGADA
6301	KLAUS SCHNEIDER	HOMOLOGADA
7574	LAERCIO FÜHR	HOMOLOGADA
7478	LAERTE LUIS GIEHL	HOMOLOGADA
7954	LAIR PREIS	HOMOLOGADA
7967	LEO VOGEL	HOMOLOGADA
7997	LEONIR DILL	HOMOLOGADA
6139	LUCAS SANGALETTI	HOMOLOGADA
6328	MARCELINO SCHMITZ	HOMOLOGADA
6574	MARCELO SGARABOTTO	HOMOLOGADA
6789	MARCELO FREESE	HOMOLOGADA
6428	MARCO ANTÔNIO SOARES PERNAM- BUCO	HOMOLOGADA
6624	MARCOS NESQUE	HOMOLOGADA
7795	MARINO KESSLER	HOMOLOGADA
6517	MAURICIO PAULI	HOMOLOGADA
7618	NADIR DETERS	HOMOLOGADA
7941	NELSON DE LIMA	HOMOLOGADA
6198	PAULO ALBERTO SCHROEDER	HOMOLOGADA
7876	PEDRO INÁCIO FOLLMANN	HOMOLOGADA
6735	RAFAEL HELFER	HOMOLOGADA
6404	RICARDO ELISEU BUCHNER	HOMOLOGADA
7874	ROBERTO BRUXEL	HOMOLOGADA
6392	SÍRIO RUSCHEL	HOMOLOGADA
6543	TIAGO JOSÉ SCHROEDER	HOMOLOGADA
6581	VALDENIR MATHIAS	HOMOLOGADA
7842	VENDELINO FRANCESCON	HOMOLOGADA
6486	VIANEI SOETHE	HOMOLOGADA
7912	VOLMIR JOSÉ CARPES	HOMOLOGADA

Professor de Artes**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
6661	BRUNA REGINA RECKZIEGEL	HOMOLOGADA
6575	CARINE KAUFMANN	HOMOLOGADA
6088	CELSI KESSLER	HOMOLOGADA
6026	DIANGELA STRACK	HOMOLOGADA
6503	ELIEZER PANDOLFO DA SILVA	HOMOLOGADA
6932	ESTER SCHOENWALD DA SILVA	HOMOLOGADA
7700	GILSON MARCOS ARENS	HOMOLOGADA

6239	JAQUELINE HENTGES THEISEN	HOMOLOGADA
7787	KARIN SCHOLZ	HOMOLOGADA
7747	MARLI SCHMITZ SCHOFFEN	HOMOLOGADA
6210	MIRNA MUNIZ NAVROSKI	HOMOLOGADA
Professor de Língua Estrangeira (Inglês)**		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
7299	IVANICE TERESA RAMBO	HOMOLOGADA
6663	MÁRCIA ROTHER HECK	HOMOLOGADA
6225	PATRÍCIA CRESPIAN MANTELLI	HOMOLOGADA
7479	TEODÓSIA SCHAEFER	HOMOLOGADA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA - SC, 16 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 87/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratada: IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com sede á Rua Santo Antônio, nº 683, Jardim Hanstchel, CEP: 89.295-000, na cidade de Rio Negrinho/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.874.834/0001-01, e Inscrição Estadual: 256.767.700.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2014 - PROCESSO Nº 110/2014;
Objeto: Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde de Itapoá, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.
Valor total: R\$ 19.700,00 (dezenove mil e setecentos reais).
Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Saúde	86	14	01	2113	26403	44905242

Data da assinatura: 23/04/2014;
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2014. O objeto deverá ser entregue conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Saúde, em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a solicitação e ordem de entrega.

Itapoá, 12 de setembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Secretaria de Obras E Serviços Públicos: Resultado Final Processo Seletivo 028/2014

Itapoá, 17 de setembro de 2014.

Resultado Final do Processo Seletivo nº 028/2014 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Itapoá - SC

MOTORISTA DE CAMINHÕES:

- 1 - Eliandro Vaciele de Oliveira Castilho
- 2 - Claudio Correa Gomes
- 3 - Odnilson de Oliveira
- 4 - David Otavio Buss
- 5 - Wagner Henrique da Cunha
- 6 - Emerson Biscaia de Brito
- 7 - Edson Moreira Paifer

MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS:

- 1 - Adelmo Kuboski
- 2 - Francisco Nery dos Santos

OPERADOR DE MÁQUINAS:

- 1 - Antenor José Alves
- 2 - José Amilton Sant Ana

- 3 - Vanildo Bayer
- 4 - Oscar Eduardo Pedroso

Jeferson Rubens Garcia
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Secretaria de Saúde: Inscrições Deferidas E Indeferidas Edital Nº 030/2014 - Itapema do Norte

Itapoá, 16 de Setembro de 2014.

COMUNICADO EDITAL 030/2014 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DO ITAPEMA DO NORTE

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

Protocolo	CANDIDATO
4146/2014	Terezinha Druczkoski
4149/2014	Marina Saibert de Almeida
4150/2014	Marcia Maria de Lacerda
4154/2014	Samantha Cristina Souza Silva
4161/2014	Graziane Izadora Pereira Damiani
4167/2014	Priscila Cristina Amorim
4171/2014	Luzele Cristina Vieira
4177/2014	Claudia Soares
4181/2014	Raquel Almada Fernandes
4183/2014	Dalvanir Catarina de Almeida
4192/2014	Juliana da Silva Leandro Mattos
4211/2014	Barbara Maria Santos da Silva
4213/2014	Sirlei da Silva
4214/2014	Silvia Cristina Grigorini
4215/2014	Sheila Aparecida Claudino
4216/2014	Janaina Martins
	Claudelina Lima de Godoi
	Edima Ester da Silva
	Isis da Rosa Bolino
	Keila Fernandes da Silva
	Leda Bertoli Alexandrino
	Maria Bogulawski

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS, conforme itens 3.3 e 3.4 do referido Edital:

Protocolo	CANDIDATO	MOTIVO
4143/2014	Elisângela Silva	Faltou comprovante de residência nominal. Faltou cópia da identidade.
4164/2014	Adriani Licheski Delponte Ferreira	Faltou comprovante de residência nominal.
4175/2014	Mara do Rocio Camargo	Faltou comprovante de residência nominal. Faltou certificado de conclusão de ensino fundamental. Faltou comprovante da última eleição.
4178/2014	Leticia Soares Schwartz	Faltou comprovante de residência nominal.
4180/2014	Angela Sabrina Oliveira da Silva	Faltou comprovante de residência nominal.
4187/2014	Adriele da Graça Souza Silva	Faltou comprovante de residência nominal.
4193/2014	Pamela Pfleger	Faltou comprovante de residência nominal.

4195/2014	Janice Lima	Faltou comprovante de residência nominal.
4197/2014	Karina Vechani	Faltou comprovante de residência nominal.
4218/2014	Hillary Olkoski de Mello	Faltou comprovante de residência nominal.
4220/2014	Suzane Venâncio da Silva	Faltou comprovante de residência nominal.
	Bruna Weiss do Rosário	Faltou comprovante de residência nominal. Faltou comprovante da última eleição.
	Graziele Gisele Batista Lopes	Faltou comprovante de residência nominal.
	Maria Eliza Ramos da Silva	Faltou comprovante de residência nominal.
	Santinha de Andrade	Faltou cópia do título eleitoral
	Telma Weiss	Faltou comprovante de residência nominal.
	Viviane Kowalczyk	Faltou comprovante de residência nominal.

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde

Edital Convite Nº26/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 30/09/2014 às 09h30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09h:00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epígrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 26/2014 - PROCESSO Nº 122/2014, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de pintura externa e interna no Prédio sede da Prefeitura de Itapoá, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br. Para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h: 00m às 14h: 00m.

Itapoá, 11 de setembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 76/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 76/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: A.A. DA SILVA CARTUCHOS, com sede à Rua 24 de maio, nº 579, Centro - Curitiba/PR, CEP: 80.230-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.058.231/0001-68, e Inscrição Estadual nº 90374217-80, representada neste ato por administrador, o Sr. ALEXANDRE AUGUSTO DA SILVA, portador do CNPF/MF nº 008.087.329-43, e do CI.RG nº 7.892.257-5 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2014-PROCESSO Nº 114/2014.

Objeto: Aquisição de cartuchos e tonners originais para a demanda de impressões da Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, conforme Anexo V do edital.

VALOR R\$: 9.288,80 (Nove mil duzentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 16 de setembro de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 77/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 77/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI, com sede à Rua Ataúfo Alves, nº 186, Roçado - São José/SC, CEP: 88.108-220, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.748.569/0001-30, e Inscrição Estadual nº 252.844.904, representada neste ato por administrador, o Sr. ROBSON CARDOSO, portador do CNPF/MF nº 710.996.389-68, e do CI.RG nº 2.410.309 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2014-PROCESSO Nº 114/2014.

Objeto: Aquisição de cartuchos e tonners originais para a demanda de impressões da Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, conforme Anexo V do edital.

VALOR R\$: 1.931,16 (Mil novecentos e trinta e um reais e dezesseis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 16 de setembro de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 78/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 78/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA - ME, com sede á Rua Dona Francisca, nº 4349, Santo Antonio - Joinville/SC, CEP: 89.218-111, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.854.994/0001-76, e Inscrição Estadual nº 254.574.912, representada neste ato por administrador, o Sr. CLAUDENIR ZANGHELI-NI VIEIRA, portador do CNPF/MF nº 623.759.629-15, e do CI.RG nº 8/R 1.434.908 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2014-PROCESSO Nº 114/2014.

Objeto: Aquisição de cartuchos e tonners originais para a demanda de impressões da Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, conforme Anexo V do edital.

VALOR R\$: 42.740,00 (Quarenta e dois mil setecentos e quarenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 16 de setembro de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preço Nº 79/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: AGIL NEWS INFORMÁTICA LTDA, com sede á Rua Nunes Machado, nº 1146, Centro - Curitiba/PR, CEP: 80.250-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.479.688/0001-98, e Inscrição Estadual nº 905.04204-15, representada neste ato por administrador, o Sr. FERNANDO AUGUSTO DE BRAGA LIMA, portador do CNPF/MF nº 035.871.969-07, e do CI.RG nº 7.743.880-7 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2014-PROCESSO Nº 114/2014.

Objeto: Aquisição de cartuchos e tonners originais para a demanda de impressões da Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, conforme Anexo V do edital.

VALOR R\$: 21.799,98 (Vinte e um mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 16 de setembro de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº88/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: SUELEN CRISTINA PROVENSÍ ME, com sede á Rua Estanislau Szarek nº108, Bairro: Cidade Industrial , na cidade de Curitiba-PR, CEP: 81.315-380 , inscrita no CNPJ/MF sob o nº.16.682.900/0001-04, e Inscrição Estadual n.º 90604448-00, representada neste ato pela sócia a Sra. SUELEN CRISTINA PROVENSÍ portador do CPF nº 050.719.089-05 e do CI.RG nº6.866.527-2 SESP/PR.

Licitação: PREGÃO Nº 62/2014 - PROCESSO Nº 115/2014;

Objeto: Aquisição de impressoras multifuncionais laser monocromáticas e coloridas para a Secretaria de Administração e Finanças, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 14.718,00 (quatorze mil setecentos e dezoito reais).

Data da assinatura: 16/09/2014;

Data vigência contratual :O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2014.

Itapoá, 16 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

Joaçaba

PREFEITURA

131/2013 PMJ Recisão

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO 131/2013

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado simplesmente PERMITENTE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao contrato nº 131/2013/TERMO DE PERMISSÃO DE USO, firmado com o Sr. MARCOS PAULO CAMARGO, pessoa física, inscrita no CPF/MF sob o nº 016.562.239-37 e C.I. nº 14/C 3.187.379, domiciliado na cidade de Joaçaba, doravante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIO, conforme cláusulas a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido, em conformidade com o disposto no art. 79, II, da Lei 8.666/93 e com fundamento na alínea "e" da cláusula quinta do mesmo, o contrato nº 131/2013/TERMO DE PERMISSÃO DE USO, celebrado com o PERMISSIONÁRIO na data de 06 de dezembro de 2013, proveniente do Processo de Licitação nº 106/2013/PMJ - Edital de Concorrência nº 7/2013/PMJ, homologado em 06 de dezembro de 2013, cujo objeto era a Permissão de Uso do Ponto correspondente ao item 02 do Anexo I do Edital de Concorrência nº 7/2013/PMJ, localizado na Avenida Barão do Rio Branco - em frente ao nº 149, visando a exploração de comércio ambulante contínuo de alimentos, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos, no Decreto nº 3.103/2007, na Resolução nº 03/2008 e Resolução nº 01/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

CLAUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

Joaçaba (SC), 17 de setembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Rafael Laske - Prefeito

Portaria N.º 3170

PORTARIA Nº 3.170 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ANGELA BRUNA LUCHESE SARI, para exercer o cargo de Enfermeiro Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

- Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial pela mudança do prazo do programa aprovado através da Lei Complementar n.º 274/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3171

PORTARIA Nº 3.171 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) BARBARA BROLLO PICULI, para exercer o cargo de Enfermeiro Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 12 (doze) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial pela mudança do prazo do programa aprovado através da Lei Complementar n.º 274/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3172

PORTARIA Nº 3.172 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) EDUARDO JANIR DE SOUZA, para exercer o cargo de Enfermeiro Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

- Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial pela mudança do prazo do programa aprovado através da Lei Complementar n.º 274/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3173

PORTARIA Nº 3.173 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) FERNANDA TROMBETTA, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 12 (doze) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial pela mudança do prazo do programa aprovado através da Lei Complementar n.º 274/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3174

PORTARIA Nº 3.174 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) GUILHERME RAMOS SENS, para exercer o cargo de Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto

Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial pela mudança do prazo do programa aprovado através da Lei Complementar n.º 274/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3175

PORTARIA Nº 3.175 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) GUSTAVO HOHMANN CAMINA, Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 12 (doze) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial pela mudança do prazo do programa aprovado através da Lei Complementar n.º 274/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3176

PORTARIA Nº 3.176 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) JESSICA APARECIDA BOFF, para exercer o cargo de Enfermeiro Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde

- Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial pela mudança do prazo do programa aprovado através da Lei Complementar nº 274/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3177

PORTARIA Nº 3.177 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) NEIDE MARIA BIANCHINI, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 12 (doze) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial pela mudança do prazo do programa aprovado através da Lei Complementar nº 274/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3178

PORTARIA Nº 3.178 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) MAIELI DA SILVA AMORA, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital

n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CE Frei Bruno tendo em vista a municipalização da referida escola, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais a partir do dia 15 de setembro de 2014, para atuar no projeto de embelezamento da parte interna e externa do CE Frei Bruno.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3179

PORTARIA Nº 3.179 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) TALYSSA ROCKENBACH, do cargo de Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3180

PORTARIA Nº 3.180 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de março de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) LUIZ FERNANDO FRAGOSO, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS),

sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005, em especial pela mudança do prazo do programa aprovado através da Lei Complementar nº 274/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3181

PORTARIA Nº 3.181 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o (a) Sr. (a) MARCOS WEISS, Secretário Municipal de Saúde, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 12 de setembro de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3182

PORTARIA Nº 3.182 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) GIANA BORTOLI, Odontóloga, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar nº 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3183

PORTARIA Nº 3.183 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) PAULA GIOVANA KLEBER, Diretor de Saúde, nível CC-2, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer cumulativamente o cargo de Secretário Municipal de Saúde, nível CC-1, no período de 10 de setembro de 2014 a 24 de setembro de 2014 (recebendo a remuneração de Secretário neste período), sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de setembro de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 12 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3184

PORTARIA Nº 3.184 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte da servidora Sra. Talyssa Rockenbach, diante do memorando encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como, parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a

Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3185

PORTARIA Nº 3.186 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014
"REVOGAR A PORTARIA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. REVOGAR A PORTARIA Nº 3.145 de 05 de setembro de 2014 que CONCEDEU a(o) Servidor(a) IVANIR JANETE PALHANO, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal Assistência Social, referente ao período de 07 de março de 2013 a 06 de março de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, em função do memorando n.º 43/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social, no qual a mesma manifestou desistência do pedido.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de setembro de 2014, obedecendo ao disposto no artigo nº 3 parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3186

PORTARIA Nº 3.186 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) JOÃO SALVADOR DA ROSA, Vigia - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) no Terminal Rodoviário Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de

2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3187

PORTARIA Nº 3.187 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) JAIR JOSE CARPEGIANI, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2014, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3188

PORTARIA Nº 3.188 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) NELSON BOTTCHER, para exercer o cargo de MECÂNICO AJUSTAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2014, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da

publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3189

PORTARIA Nº 3.189 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) TEREZINHA APARECIDA DORNELES, Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Chamada Pública n.º 01/2013/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de setembro de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 3190

PORTARIA Nº 3.190 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) JESSICA DIAS DE AMARAL RINALDI, para exercer o cargo de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2014,

fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Aviso de Intenção de Realização de Procedimento de Registro de Preços

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde, de acordo com o Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP, bem como o Decreto Municipal nº 4.388/2013, manifesta o interesse em realizar Registro de Preços visando eventuais aquisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.

Orçamentos e quantitativos estão estimados pelo Fundo Municipal de Saúde, sendo esse o órgão gerenciador do processo licitatório. Caso outros órgãos da Administração Municipal tenham intenção em participar deste procedimento licitatório, procedam a sua manifestação e repassem os quantitativos pretendidos a Secretaria Municipal de Saúde, através do telefone (49) 3521-1555 - ramal 236, situada à Avenida XV de Novembro, 223 - Centro - Joaçaba, em até 48 horas desta publicação, para possíveis adequações.

Joaçaba, 17 de setembro de 2014.

MARCOS WEISS

Secretário Municipal de Saúde

SIMAE

Ata Registro de Preços - Produtos Químicos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2013

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0047/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Produtos

Químicos para utilização no tratamento da água distribuída pelo SIMAE à população dos município de Joaçaba, Herval do oeste e Luzerna, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0047/2013.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Cloro Gás Acondicionado em Cilindros de aço 50 a 68kg, Quantidade - 8.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA, no valor de R\$ 6,35 o Kg;

Item 02 - Coagulante Inorgânico Catiônico Pré Polimerizado, Quantidade - 150.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 1,14 o Kg;

Item 03 - Ácido Fluossilícico Líquido, Quantidade - 30.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 0,70 o Kg;

Item 04 - Cal Hidratada Especial para tratamento de água, Quantidade - 36.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 0,84 o Kg;

Item 05 - Hipoclorito de Sódio Líquido, Quantidade - 7.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - Buschle & Lepper S/A, no valor de R\$ 1,25 o Kg;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0047/2013 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes;
- Planilha de lances do pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após

a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os Produtos Químicos deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de envio da Autorização de Fornecimento-AF ou Nota de Empenho-NE.

4.2 Após o recebimento da AF ou NE, por parte do fornecedor, o produto deverá ser entregue, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, em um prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da solicitação devidamente autorizada pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio - SMTP do SIMAE, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais;

4.3 Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Estação de Tratamento de Água, localizado na AV Caetano Natal Branco, 1845, Frei Bruno, Joaçaba, SC, em dias de expediente, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

4.4 Os produtos fornecidos deverão ser produzidos e entregues seguindo o disposto na norma ABNT NBR 15784:2009 - Produtos Químicos utilizados no tratamento de água, destaca-se especialmente as concentrações de impurezas estabelecidas nos Anexos A e B da referida norma.

4.5 Conforme estabelecido no art.13 da Portaria 2.914/11 deverão ser apresentados:

a) Laudo de atendimento dos requisitos de saúde estabelecidos em norma técnica da ABNT para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e;

b) Laudo de inocuidade dos materiais utilizados na produção e distribuição que tenham contato com a água.

4.6 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

4.7 Por ocasião do recebimento dos materiais, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando a empresa contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

4.8 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, no caso de eventual problema que venham a ser detectados com o lote entregue de qualquer um dos produtos, após o seu recebimento, a empresa contratada será responsável pelo recolhimento do mesmo, devendo também dar a destinação adequada ao produto com problema ou resíduos gerados, como é o caso de acúmulo indevido de resíduos no fundo dos tanques de armazenamento de ácido Fluossilícico e Policloreto de alumínio.

4.9 O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.10 Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.11 Na eventual necessidade de se realizar manutenção nos tanques de armazenamento de ácido Fluossilícico e policloreto de alumínio, localizados nas dependências do SIMAE, deverá a contratada fornecer suporte para a manutenção, incluindo containers para armazenamento temporário dos produtos e demais equipamentos

que se fizerem necessários ao processo, como bombas, conexões, etc.

4.12 A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

4.13 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.14 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil subsequente da entrega.

4.15 O Material que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.16 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos produtos correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.11

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução

desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- Efetuar a entrega dos Produtos Químicos pós solicitação em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF ou Nota de Empenho- NE, em horário comercial;
- providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- Fornecer junto com os produtos Laudos de atendimento de requisitos de saúde e inopacidade;
- Responsabilizar-se pelo frete e envio dos produtos.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução do contrato;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;
- Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;
- Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

9.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10 PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em aprego.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 18 de Dezembro de 2013.

Ana Paula Pereira

Pregoeira

Equipe de Apoio

Eliane Aparecida Ceron Vier

Ligia Adriane Darold da Silva

EMPRESAS

Rodrigo Tavares

BUSCHLE & LEPPER S/A

José Roberto Hernandez

AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Daniele Sarabando

HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA

Termo de Recebimento Definitivo de Obra Estudo Rio do Tigre SIMAE**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA**

Os abaixo-assinados, membros nomeados pela Portaria nº JHL 0120/2014 de 28/07/2014 da Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE, para procederem ao Recebimento Definitivo da Obra referente a Tomada de Preços JHL nº 0009/2013, Edital de Licitação 0058/2013 decorrente do Contrato JHL nº 0112/2013 de 29 de Novembro de 2013 e aditivos e Ordem de Serviço JHL 0001/2014 de 13 de Janeiro de 2014, bem como os Senhores Jean Carlos Piovesan, Sócio Administrador e Edson Fernando Spier - CRBio 63.486, Responsáveis pela obra, ambos

da empresa ECOATIVA CONSULTORIA AMBIENTAL - ME, após o recebimento Provisório do Estudo Técnico e Ambiental para implantação de Rede Coletora de Esgoto no Leito do Rio do Tigre em Joaçaba, neste Estado, conforme Termo Provisório assinado em 13 de Julho de 2014, declaram e atestam o que segue:

1. Que a contratada, durante o período do Estudo Técnico e Ambiental para implantação de Rede Coletora de Esgoto no Leito do Rio do Tigre em Joaçaba, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar o objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

2. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Joaçaba SC, 13 de Setembro de 2014.

Membro da Comissão: Engº João Carlos Ungericht

Membro da Comissão: Willian Sartor Sganzerla

Membro da Comissão: Aluir Flemming

Representante da Contratada: Jean Carlos Piovesan

Engenheiro da Contratada: Edson Fernando Spier

Visto da Direção do SIMAE: Elisabet Maria Zanela Sartori Ata Registro de Preços 0002/2014 - Produtos Biológicos E Larvicidas - SIMAE

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0002/2014

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0008/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/03/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Produtos Biológicos e Larvicidas para utilização na elevação da eficiência da estação de tratamento de esgoto, neutralizando os odores provocados pelo tratamento de efluente doméstico e para prevenção de proliferação de mosquitos no entorno das ETs, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0008/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - PRODUTO BIOLÓGICO LÍQUIDO PARA TRATAMENTO DE EFLUENTES DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO A BASE DE MICROORGANISMOS PARA AUMENTO DA

DEGRADAÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA PROMOVEDO A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE DBO, DQO, ÓLEOS E GRAXAS E SÓLIDO TOTAIS ELEVANDO ASSIM A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE TRATAMENTO.

Quantidade - 2.300 litros

1º. Colocado - Empresa Agrosix Distribuidora de Produtos Agropecuários, no valor unitário de R\$ 27,50 (Vinte e sete reais e cinquenta centavos).

2º. Colocado - Empresa Projetando Soluções P.D. Indústria e Comercio Ltda, no valor unitário de R\$ 29,00 (vinte e nove reais).

Item 02 - PRODUTO LÍQUIDO, 100% SOLÚVEL EM ÁGUA, PARA NEUTRALIZAÇÃO DE ODORES EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PROVOCADOS POR MERCAPTANAS E H₂S, CONTENDO EM SUA FORMULAÇÃO COMPOSTOS CAPAZES DE REDUZIR A TENSÃO SUPERFICIAL DE ÁGUA DEVENDO SER APLICADO DIRETAMENTE NO EFLUENTE DE ENTRADA.

Quantidade - 1.500 litros

1º. Colocado - Empresa Projetando Soluções P.D. Indústria e Comercio Ltda, no valor unitário de R\$ 33,00 (trinta e três reais).

Item 03 - LARVICIDA/INSETICIDA BIOLÓGICO PARA COMBATE DE LARVAS DE MOSQUITOS E BORRACHUDOS A BASE DE CRISTAIS PROTEICOS PRODUZIDOS A PARTIR DE BTI (BACILLUS THURINGIENSIS ISRAESENSIS) CONTENDO UMA CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 1,2% DE BTI.

Quantidade - 20 litros

1º. Colocado - MM Comércio e Representações Ltda, no valor unitário de R\$ 79,00 (setenta e nove reais).

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Produtos Biológicos e Larvicidas, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0008/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os Produtos Biológicos e Larvicidas deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Nota de Empenho - NE.

4.2 Após o recebimento da NE - Nota de Empenho, por parte do fornecedor, o produto deverá ser entregue, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, em um prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da solicitação devidamente autorizada pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio - SMTP do SIMAE, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais;

4.3 Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Estação de Tratamento de Água, localizado na AV Caetano Natal Branco, 1845, Frei Bruno, Joaçaba, SC, em dias de expediente, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

4.4 Os produtos fornecidos deverão possuir registro na ANVISA ou IBAMA, conforme detalhado no Anexo I, bem como, ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens, sendo que a data de fabricação deverá ser no máximo de 06(seis) meses anterior a data de entrega.

4.5 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

4.6 Por ocasião do recebimento dos materiais, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a empresa contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

4.7 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

4.8 O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.9 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.10 A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

4.11 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica-NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.12 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil subsequente da entrega.

4.13 O Material que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.14 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos produtos correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.11

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar a entrega dos Produtos Biológicos e Larvicidas após solicitação em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Solicitação de Entrega, em horário comercial;

b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

e) Fornecer junto com os produtos comprovação de registro na

ANMVISA ou IBAMA, conforme o produto;

f) Responsabilizar-se pelo frete e envio dos produtos.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução do contrato;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;

c) Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;

d) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

e) Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

9.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10 PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 18 de março de 2014.
Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeiro

Equipe de Apoio

Graciela Pratto Bordin da Rosa
Monica Saraiva Romani

Leori Hermann
AGROSIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
LTDA

Fernando Luiz Carvalho
PROJETANDO SOLUÇÕES - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Crusvaldino Bellorini Mesalira
MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA

Ata Registro de Preços 0003/2014 -Massa Asfáltica - SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0012/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/03/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Massa Asfáltica embaladas em sacos de até 25kg, para utilização na reposição de pavimento de via pública danificado pelo SIMAE quando efetuar reparos de tubulações sob sua responsabilidade, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0012/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Massa asfáltica usinada a quente (CBUQ), preparada com agregados pétreos, dosado com cap 50/70, não emulsionado, aditivado com composto químico exclusivo de retardador de "cura" para aplicação a frio em manutenção de pavimentos, tapa buracos, podendo o produto ter uma estocagem de até 12 meses, capaz de ser aplicada mesmo em buraco com água ou em períodos de chuva, sem perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação, embalados em sacos de 25kg, granulometria não inferior a 96% na peneira 3/8", teor de betume não inferior a 5,6, densidade aparente da massa entre 1,90 a 2,35t/m³.

Quantidade - 5000. Unidade de medida - saco.

1º. Colocado - Empresa Compact Pav - Tecnologia em Asfalto Ltda, no valor de R\$ 13,00 (Treze reais)a embalagem;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Massa Asfáltica embaladas em sacos de até 25Kg, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste

instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0012/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O Produto Massa Asfáltica deverá ser entregue conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Nota de Empenho - NE.

4.2 Após o recebimento da NE - Nota de Empenho, por parte do fornecedor, o produto deverá ser entregue, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, em um prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da solicitação devidamente autorizada pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio - SMTP do SIMAE, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais;

4.3 Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Estação de Tratamento de Esgoto-E TE, localizado na Rua Francisco Sartori, snº, em Herval do Oeste, SC, em dias de expediente, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

4.4 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

4.5 Por ocasião do recebimento dos materiais, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a empresa contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

4.6 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

4.7 O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.8 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a

depende do evento.

4.9 A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

4.10 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica-NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.11 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil subsequente da entrega.

4.12 O Produto que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.13 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos produtos correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.51

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- Efetuar a entrega do Produto Massas Asfáltica pós solicitação em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em horário comercial;
- providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- Responsabilizar-se pelo frete e envio dos produtos.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução do contrato;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;
- Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;
- Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

9.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10 PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa:
 - De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
 - De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;
- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos

consecutivos.

10.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 25 de março de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeiro

Equipe de Apoio

Graciela Pratto Bordin da Rosa
Mônica Saraiva Romani

Gloraci José Bassani
COMPACT PAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA

Ata Registro de Preços 0008/2013- Análises Laboratoriais

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2013

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE no município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0056/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 20/12/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Serviços de Análises Laboratoriais para controle de Qualidade de Água e Esgoto para atender legislação vigente e órgão fiscalizadores, conforme especificações constantes no Anexo IV do Edital Pregão Presencial nº 0056/2013.

1.2 A licitante registrada para os serviços cotados é a seguinte:

Item 01 - ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS DESCRITOS NOS ANEXOS: ANEXO I, ANEXO VII, ANEXO VIII, ANEXO IX E ANEXO X DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 12, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP, no valor de R\$ 1.577,4642;

Item 02 - ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS "DESINFETANTES E PRODUTOS SECUNDÁRIOS DE DESINFECÇÃO" DESCRITOS NO ANEXO VII DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 02, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP, no valor de R\$ 298,5915;

Item 03 - ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, INCLUINDO TODOS OS

PARÂMETROS NECESSÁRIOS À CLASSIFICAÇÃO/MONITORAMENTO DE UM CORPO HÍDRICO CLASSE 2 CONFORME ART. 15 DA RESOLUÇÃO CONAMA 357/05, INCLUINDO AÍ TAMBÉM TODOS OS PARÂMETROS DA TABELA 1 - CLASSE 1 - ÁGUAS DOCES. Quantidade - 02, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP, no valor de R\$ 1.154,9296;

Item 04 - ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DE CIANOBACTÉRIAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. Quantidade - 12, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP, no valor de R\$ 129,5775;

Item 05 - ANÁLISE CISTOS DE GIÁRDIA SSP. E OOCISTOS DE CRYPTOSPORIDIUM SSP. EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. Quantidade - 12, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP, no valor de R\$ 416,9014;

Item 06 - ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUBTERRÂNEO IN NATURA, COMPREENDENDO TODOS OS PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS CONSTANTES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13 (VERSÃO MARÇO/2012) DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA COMO CONDICIONANTES PARA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 12, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP, no valor de R\$ 366,1972;

Item 07 - ANÁLISES EM AMOSTRAS DE ESGOTO SANITÁRIO IN NATURA E DAS DIVERSAS ETAPAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: COLIFORMES TOTAIS, COLIFORMES TERMOTOLERANTES, PH, OXIGÊNIO DISSOLVIDO (OD), TURBIDEZ, DEMANDA QUÍMICA DE OXIGÊNIO (DQO), DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO (DBO5), NITROGÊNIO TOTAL, FÓSFORO TOTAL E SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 40, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP, no valor de R\$ 180,2817;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a Contratação de Serviços de Análises Laboratoriais, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0056/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Licitante.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 As coletas deverão ser contínuas e fracionadas de acordo com cronograma estabelecido pelo SIMAE, sendo que algumas análises poderão ser executadas apenas a partir do surgimento da demanda.

4.2 A Contratada será responsável pela coleta e transporte das amostras, podendo a Contratante realizar as mesmas desde que sejam fornecidos todos os equipamentos necessários à coleta, bem como os recipientes adequados para conservação e transporte das amostras, devendo a Contratada arcar com todos os custos do transporte de recipientes e amostras.

4.3 A Contratada será responsável pela disponibilização dos frascos adequados para realização das coletas, bem como fornecimento de recipiente adequado para transporte e conservação das amostras.

4.4 A Contratada terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do relatório com os resultados referente às análises realizadas, a contar da data da coleta das amostras.

4.5 Todos os resultados devem ser de ordem quantitativa, inclusive para coliformes, exceção para cianobactérias (item 04), cujos resultados devem ser quantitativos e qualitativos.

4.6 Todas as análises em amostras de água deverão seguir as metodologias indicadas no art.22 da Portaria MS 2.914/11.

4.7 O limite de quantificação para cada análise deverá ser inferior ao estabelecido como limite máximo, ou valor máximo permitido pelas legislações específicas de acordo com a natureza da amostra (Portaria MS 2.914/11 e Resolução CONAMA nº 357/05 para amostras de água e Resoluções Conama para amostras de efluentes).

4.8 Fica aqui estabelecido que os Laudos das análises serão recebidas:

a) provisoriamente, para verificação dos Laudos das Análises que poderão previamente ser enviadas por e-mail para paulo@simae.com.br ou disponibilizadas para acesso online no site da Contratada.

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade das análises com a especificação e a consequente aceitação, liberando o envio dos Laudos assinados com a devida emissão da nota fiscal.

4.9. Os laudos das análises que forem recusadas (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser refeitas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

11.6.1 Caso seja comprovado que os Laudos das análises entregues não estão de acordo com as especificações do Edital e legislação vigente, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com a Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

4.10. Se a substituição dos laudos das análises recusadas, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a

fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

4.11 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme §1º art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.12 Para o caso de Terceirização de parte dos ensaios analíticos contratados, o laboratório subcontratado deverá apresentar obrigatoriamente Certificado de Acreditação emitido pelo Inmetro para a norma ABNT NBR ISSO/IEC 17025:2005, compreendendo parâmetros para a matriz "água tratada" constantes da Portaria MS 2.914/01.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora no Pregão, observado o que consta no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.2 - O pagamento será efetivado em até 05(cinco) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços pelo Gestor do Contrato, mediante apresentação de nota fiscal.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.5 O SIMAE, exigirá do proponente vencedor, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

5.6 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

5.7 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do Material, constituindo-se na única remuneração devida.

5.8 O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

5.9 Em caso de eventual atraso no pagamento da parcela mensal, o SIMAE procederá a atualização do valor mediante correção monetária do período medida pelo índice INPC/IBGE.

5.10 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

Código Dotação 14.01.2.061.3.3.90.39.51

14.01.2.062.3.3.90.39.51

4 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos Serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- b) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os Laudos das análises em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- c) Comprovar Certificação de Acreditação emitido pelo Inmetro antes de assinar o Contrato de Prestação de Serviços para Análises Laboratoriais.

7.2 Observado qualquer tipo de não atendimento das amostras recolhidas, das quais acarretará em não conformidade, a fornecedora deverá refazê-las no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o SIMAE.

7.2.1 A não substituição das amostras no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:
 - b.1) 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, em caso de não atendimento ao Edital e Contrato em vigor;
 - b.2) 5% no caso da Contratada não realizar os serviços de análise laboratoriais ou pedir a rescisão do Contrato de fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;
- c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apelo.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba-(SC), 20 de Dezembro de 2013.

Ana Paula Pereira
Pregoeira

Equipe de Apoio

Eliane Aparecida Ceron Vier
Ligia Adriane Darold da Silva

EMPRESA

Macon Correia
FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP

Ata Registro de Preços 0009/2013 SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0009/2013

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0047/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Produtos Químicos para utilização no tratamento da água distribuída pelo SIMAE à população dos município de Joaçaba, Herval do oeste e Luzerna, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0047/2013.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Cloro Gás Acondicionado em Cilindros de aço 50 a 68kg, Quantidade - 8.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA, no valor de R\$ 6,35 o Kg;

Item 02 - Coagulante Inorgânico Catiônico Pré Polimerizado, Quantidade - 150.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 1,14 o Kg;

Item 03 - Ácido Fluossilícico Líquido, Quantidade - 30.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 0,70 o Kg;

Item 04 - Cal Hidratada Especial para tratamento de água, Quantidade - 36.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - AVANEX IND. E COM. LTDA, no valor de R\$ 0,84 o Kg;

Item 05 - Hipoclorito de Sódio Líquido, Quantidade - 7.000, Unidade de medida - Kg.

1º. Colocado - Buschle & Lepper S/A, no valor de R\$ 1,25 o Kg;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0047/2013 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes;
- c) Planilha de lances do pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os Produtos Químicos deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de envio da Autorização de Fornecimento-AF ou Nota de Empenho-NE.

4.2 Após o recebimento da AF ou NE, por parte do fornecedor, o produto deverá ser entregue, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, em um prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da solicitação devidamente autorizada pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio - SMTP do SIMAE, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais;

4.3 Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Estação de Tratamento de Água, localizado na AV Caetano Natal Branco, 1845, Frei Bruno, Joaçaba, SC, em dias de expediente, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

4.4 Os produtos fornecidos deverão ser produzidos e entregues seguindo o disposto na norma ABNT NBR 15784:2009 - Produtos Químicos utilizados no tratamento de água, destaca-se especialmente as concentrações de impurezas estabelecidas nos Anexos A e B da referida norma.

4.5 Conforme estabelecido no art.13 da Portaria 2.914/11 deverão ser apresentados:

- a) Laudo de atendimento dos requisitos de saúde estabelecidos em norma técnica da ABNT para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e;
- b) Laudo de inocuidade dos materiais utilizados na produção e

distribuição que tenham contato com a água.

4.6 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

4.7 Por ocasião do recebimento dos materiais, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando a empresa contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

4.8 A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, no caso de eventual problema que venham a ser detectados com o lote entregue de qualquer um dos produtos, após o seu recebimento, a empresa contratada será responsável pelo recolhimento do mesmo, devendo também dar a destinação adequada ao produto com problema ou resíduos gerados, como é o caso de acúmulo indevido de resíduos no fundo dos tanques de armazenamento de ácido Fluossilícico e Policloreto de alumínio.

4.9 O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.10 Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.11 Na eventual necessidade de se realizar manutenção nos tanques de armazenamento de ácido Fluossilícico e policloreto de alumínio, localizados nas dependências do SIMAE, deverá a contratada fornecer suporte para a manutenção, incluindo containers para armazenamento temporário dos produtos e demais equipamentos que se fizerem necessários ao processo, como bombas, conexões, etc.

4.12 A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

4.13 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.14 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil subsequente da entrega.

4.15 O Material que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.16 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta

licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos produtos correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.11

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar a entrega dos Produtos Químicos pós solicitação em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF ou Nota de Empenho- NE, em horário comercial;

b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

e) Fornecer junto com os produtos Laudos de atendimento de requisitos de saúde e inopacidade;

f) Responsabilizar-se pelo frete e envio dos produtos.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução do contrato;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;

c) Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;

d) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

e) Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

9.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10 PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 18 de Dezembro de 2013.
Ana Paula Pereira
Pregoeira

Equipe de Apoio

Eliane Aparecida Ceron Vier
Ligia Adriane Darold da Silva

EMPRESAS

Rodrigo Tavares
BUSCHLE & LEPPER S/A

José Roberto Hernandez
AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Daniele Sarabando
HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA

Resumo Contrato JHL 0071/2014 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO JHL0071/2014
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0029/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2014
PROTOCOLO Nº 1853/2014

Data: 17/09/2014

Objeto: Aquisição de uniformes para área administrativa e técnica do SIMAE no exercício de 2014.

Contratado: ANILDO ANTUNES - ME.

Valor : R\$17.638,00 (Dezessete mil, seiscentos e trinta e oito reais).

PROGRAMA: 14.01.2060 Administrativo 14.01.2061 Técnica água 14.01.2062 Técnica esgoto

ELEMENTO: 3.3.90.30.23.00.00.00

Prazo de vigência: 17/09/2014 a 16/11/2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0072/2014 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO JHL0072/2014
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0029/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2014
PROTOCOLO Nº 1853/2014

Data: 17/09/2014

Objeto: Aquisição de uniformes para área administrativa e técnica do SIMAE no exercício de 2014.

Contratado: SAMOURA CONFECÇÕES LTDA.

Valor : R\$ 6.387,50 (Seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

PROGRAMA: 14.01.2060 Administrativo 14.01.2061 Técnica água 14.01.2062 Técnica esgoto

ELEMENTO: 3.3.90.30.23.00.00.00

Prazo de vigência: 17/09/2014 a 16/11/2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

Alienação JHL 0001/2014 - SIMAE

EDITAL DE ALIENAÇÃO NA MODALIDADE DE LEILÃO JHL Nº 0001/2014 PROTOCOLO 1331/2014

LEILÃO PARA VENDA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO SIMAE AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL DO OESTE E LUZERNA.

O SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Tiradentes, 123, inscrita no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, torna público que fará alienação na modalidade Leilão do tipo Maior Preço Por Lote, objetivando a alienação de Estabilizadores, Nobreaks, Veículos Misto, Motocicletas e Caminhão, conchas e sapatas de retroescavadeira considerados Inservíveis à Administração e pertencentes ao Patrimônio desta Autarquia, de acordo com a Lei 8666/93, conforme autorização prévia da Lei 4.518 de 08 de Agosto de 2014.

Faz Saber,

Aos interessados que tomarem conhecimento deste Edital, que fará LICITAÇÃO, na modalidade Leilão, tipo Maior Lance, tendo por objeto a alienação de bens móveis considerados inservíveis, o mesmo será realizado junto a Sede Administrativa do SIMAE, na Rua Tiradentes, 123 Centro em Joaçaba, no Auditório localizado no último andar do prédio, às 14:00hrs do dia 08 de Outubro de 2014. A presente licitação se processará nos termos deste edital, em conformidade com os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

A presente licitação visa transferir ao(s) licitante(s) vencedor (es) o domínio e a posse dos bens do seu objeto, livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais, no estado de conservação em que se encontram, não cabendo ao SIMAE qualquer responsabilidade quanto a conservação ou reparos dos mesmos.

A presente alienação foi precedida de avaliação e devidamente autorizada pela Lei 4.518 de 08 de agosto de 2014 do Municipal de Joaçaba.

Os interessados poderão ter acesso ao Edital de Leilão no SIMAE Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba, no Setor de Compras ou no site do SIMAE www.simae.sc.gov.br e outras informações pelo fone 049-3551-8200.

1. OBJETO

1.1 O presente Leilão Público tem por finalidade obter propostas para a venda de veículos, caminhão, motocicletas, materiais de informática e móveis de propriedade do SIMAE considerados inservíveis, conforme relação dos lotes discriminados no Anexo I.

2. DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS

2.1 Os bens serão adjudicados a quem OFERECER o Maior Lance Por Lote, igual ou superior ao preço mínimo de avaliação.

3. - DA PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Podem participar do presente LEILÃO, qualquer pessoa Física ou Jurídica no pleno gozo de seus direitos civis, desde que devidamente inscritas no CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas). O arrematante terá que, obrigatoriamente, apresentar a seguinte documentação no ato da arrematação:

a) Pessoa Física:

- Identidade,
- CPF (cadastro de pessoa física).

b) Pessoa Jurídica de direito privado:
- Cartão CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- Carteira de Identidade do procurador ou preposto representante.

c) Pessoa Jurídica de Direito Público
- Cartão CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- Carteira de Identidade do procurador ou preposto representante;
- Procuração ou credencial de preposto, assinada pelo representante legal.

3.2 Não poderão participar deste leilão:

3.2.1 Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento das práticas de seus atos.

3.2.2 Menores de idade.

3.2.3 Servidores públicos do município, conforme art. 7 da Lei 9.444 de 25/11/1987.

4. - DATA DO LEILÃO

4.1 - Os bens relacionados no Anexo I deste Edital, serão leiloados no estado em que se encontram no dia 08 de Outubro de 2014, à Rua Tiradentes, 123 Auditório do SIMAE - Bairro Centro, nesta cidade de Joaçaba, com início marcado para as 14:00 horas.

5. - VISITAÇÃO

5.1 - A visitação dos bens poderá ser feita no período de 18 de setembro a 08 de outubro de 2014, no horário de 08hr00 às 11hr00 horas e de 14hr00 às 17hr00 horas, na Sede Administrativa do SIMAE, localizada na Rua Tiradentes, 123, centro Joaçaba, onde estará disponível os equipamentos de informática e móveis, e na Estação de Tratamento de Água - ETA localizada na AV Caetano Natal branco, 1849 em Joaçaba, onde estarão os veículos e peças de retroescavadeira.

5.2 - Os arrematantes poderão, nos dias determinados para visitação, vistoriar, examinar, levantar condição de documentos, etc., inerentes aos bens destinados a leilão, sendo de sua inteira responsabilidade fazer as averiguações quanto ao modelo, cor, ano de fabricação, potência, problemas mecânicos, número do motor e chassi, e estar ciente que caso este número não esteja legível e que por ventura não sejam originais de fábrica, terão que trocar a peça e remarcar-la, para posterior regularização junto aos órgãos competentes.

6- DA PROPOSTA

6.1 - O Leilão será realizado por lotes, conforme discriminado no Anexo I do edital, e os valores mínimos aprovados como base para lance mínimo.

6.2 O SIMAE, conforme previsão legal contida no artigo 22, § 5º da Lei 8.666/93, não alienará os bens dos lotes, cujos lances ou ofertas não sejam iguais ou maiores do que o valor expresso no anexo I do edital.

6.3 O licitante deverá fazer entrega da Proposta de Compra, à Comissão de Licitação, até o dia, hora e local indicados neste Edital, em folha de papel onde deverão constar os seguintes dados do proponente: nome, endereço, número do CPF, número Carteira de Identidade sem rasuras ou entrelinhas, datadas, assinadas e rubricadas em todas as folhas, contidas em envelope fechado e identificado, na parte frontal, com o nome e número da Alienação.

6.4 A Oferta de compra deverá ser apresentada a preço nunca inferior a avaliação mínima especificada neste Edital, utilizando-se como padronização, o termo 'PELO LOTE'.

6.5 A participação do Leilão implica no conhecimento e aceitação,

por parte dos concorrentes das exigências e condições estabelecidas no presente edital.

6.6 Não se dará nenhum tipo de garantia ao adquirente.

6.7 O adquirente é responsável pela utilização e destino final dos bens arrematados e responderá, civil e criminalmente, pelo seu uso e destinação em desacordo com as restrições estabelecidas neste edital e na legislação em vigor.

7. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

7.1.- Os envelopes apresentados serão abertos em 08/10/2014 às 14h00min na presença dos participantes e as respectivas propostas lidas em voz alta por um membro da comissão.

7.2.- Os integrantes da comissão rubricarão todas as folhas das propostas abertas, na presença dos licitantes.

7.3.- Serão sumariamente rejeitadas as propostas que apresentarem:

7.3.1. Cotação inferior à importância fixada na avaliação do Edital;

7.3.2. Oferta para compra do material licitado a crédito ou a prazo;

7.3.3. Condições de oferta de preço vinculada à maior oferta licitada.

8. DO JULGAMENTO E PAGAMENTO

8.1.- O julgamento das propostas será efetuado pela comissão levando-se em conta, no interesse do serviço público, o MAIOR LANCE OFERTADO, tomando-se por base o preço mínimo de alienação estimado por LOTE.

8.2.- As propostas serão classificadas por ordem numérica crescente no Mapa Comparativo de Apuração, a partir da mais vantajosa para o SIMAE.

8.3.- Verificada absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas o desempate proceder-se-á através de:

8.3.1. Apresentação de novas propostas somente para estes licitantes:

8.3.2. Persistindo o empate proceder-se-á ao sorteio na presença dos licitantes, fato que será consignado em Ata.

8.4.- A Comissão lavrará relatório dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal dos licitantes e quando for o caso, indicando as razões pelas quais a proposta de maior preço de compra não obteve o primeiro lugar.

8.5.- A Comissão submeterá o julgamento proferido à homologação da Senhora Diretora Presidente do SIMAE.

8.6.- Homologado o julgamento, o licitante vencedor será notificado PARA QUE NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS (48 horas), realize as seguintes providências:

8.6.1. Recolhimento na Caixa Econômica Federal Agência 0418-9 operação 006 através da conta corrente 349-4 em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, no valor integral do lote adjudicado.

8.6.1.1. O adjudicatário que deixar de atender o disposto no subitem anterior, será excluído do processo adjudicatório, convocando-se os demais licitantes.

8.6.1.2. Os lotes arrematados, terão que ser retirados até o prazo máximo de 10(dez) dias úteis após o seu pagamento, impreterivelmente, findo este prazo, incorrerá uma taxa de armazenamento de 1%(um por cento) ao dia, do valor da arrematação até o limite de 20 (vinte) dias, caso em que não havendo o arrematante providenciado ainda a retirada do(s) lote(s), perderá todo o direito sobre o respectivo bem, como também ao pagamento efetuado pela sua arrematação.

8.6.1.3. Os bens arrematados só serão liberados após a quitação completa do(s) mesmo(s), mediante comprovante de depósito.

8.6.1.4 Os pagamentos são irretratáveis, não haverá a devolução dos valores pagos em razão de desistência da compra, descumprimento do edital ou outros.

8.6.1.5. Se o arrematante não efetuar o pagamento conforme determina o presente edital, perderá o direito do bem, que retornará para novos lances, e perderá o direito de participar de leilões públicos realizados pelo município de Joaçaba e, ainda, declarado inidôneo, nos termos do disposto no artigo 87, inciso III e IV da Lei federal nº 8666/93 e suas alterações legais;

8.6.1.6. Uma vez integralizado o pagamento, o SIMAE, exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avaria que venha a ocorrer no bem público arrematado e não retirado dentro do prazo estipulado.

8.6.2. Todas e quaisquer despesas referentes à entrega do material correrão por conta e risco do adjudicatário.

9. DA RETIRADA DO BEM

9.1 O arrematante retirará o bem público a ele adjudicado obrigatória e concomitantemente com a integralização do pagamento.

9.2 Não serão aceitas reclamações posteriores à arrematação, nem devoluções, pedidos de restituição de quantias ou abatimento de preços, quaisquer que sejam os motivos alegados;

9.3 No ato do carregamento, o comprador deverá trazer todos os equipamentos de proteção e segurança necessários, não sendo permitida a transformação dos bens arrematados dentro da área do depósito. O transporte do bem arrematado, assim como as despesas com retirada, carregamento, frete, seguro, etc., correrão por ordem, risco e conta do comprador.

9.4 A entrega do bem leiloado será feita somente ao arrematante ou a empresa por ele representada. Em nenhuma hipótese serão emitidos comprovantes em nome de terceiros, que não se qualifiquem como arrematantes dos bens licitados;

9.5 A remoção dos bens arrematados será por conta e risco exclusivo do arrematante. O veículo e moto somente serão liberados após preenchimento do DUT - Documento Único de Transferência, com os dados do arrematante, bem como a assinatura e reconhecimento de Firma da Diretora Presidente do SIMAE.

9.5.1 Fica vedada a indicação de qualquer outro nome para o preenchimento do DUT, que não o arrematante cadastrado.

10. DAS PROIBIÇÕES

10.1 É proibido ao arrematante do lance vencedor, ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar o bem arrematado antes do pagamento, transferência e retirada dos veículos, máquinas ou demais equipamentos das dependências do SIMAE;

10.2 É vedada a participação, direta ou indireta, de servidores do Município de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna.

11. DAS DESPESAS

11.1 Das Despesas de transferência dos veículos e máquinas junto ao DETRAN ou órgão competente correrão as contas exclusivamente dos arrematantes. Os Documentos necessários à transferência de propriedade serão entregues diretamente ao arrematante após pagamento do bem arrematado;

11.2 Eventuais encargos tributários incidentes sobre os bens arrematados, assim como obrigações fiscais acessórias, são de responsabilidade exclusiva do arrematante;

11.3 As receitas decorrentes do objeto deste leilão correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do ano 2014, conforme fonte de recurso abaixo especificada:

4.2.2.1.5 - Alienação de Veículos

4.2.2.1.6 - Alienação de Móveis e Utensílios

12. DAS ADVERTÊNCIAS

12.1 Em razão de conveniência administrativa, o SIMAE até a data do leilão, poderá adiar ou revogar o presente Edital, no todo ou em parte, modificar as condições nele estabelecidas ou mesmo retirar qualquer lote, sem que assista aos interessados qualquer direito à indenização ou reclamação.

12.2 Todos aqueles que impedirem, perturbarem, afastarem ou procurarem afastar licitantes por meio ilícito, estarão incursos nas penas de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, conforme dispõe o artigo 335, do Código Penal brasileiro e artigos 90, 93 e 108 da lei nº 8.666/93, com as agravantes dos crimes praticados contra a Administração Pública.

13. DA ATA

13.1 Encerrado o Leilão, será lavrada ata circunstanciada, na qual figurarão os lotes vencidos, bem como a correspondente identificação dos arrematantes e os trabalhos de desenvolvimento da licitação, em especial os fatos relevantes.

13.2 A ata será assinada ao seu final pelos membros da Comissão de Licitações e demais credenciados que desejarem.

14. DO DIREITO DE PETIÇÃO

14.1 Qualquer licitante poderá apresentar recurso ao Presidente da Comissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos previstos nas alíneas do inciso I, do artigo 109 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Interposto, o recurso será comunicado por publicação no Diário Oficial do Município às demais licitantes, que poderão impugná-lo em igual prazo. Findo esse período, impugnado ou não o recurso, o Presidente poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, ao setor responsável;

14.3 Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante, que pretender reconsideração total ou parcial das decisões da Comissão, deverão ser apresentados por escrito.

15. DA REVOGAÇÃO

15.1 Antes da retirada do produto, o SIMAE poderá, no interesse público, revogar este leilão, parcial ou totalmente, devendo, no caso de ilegalidade, anulá-lo, no todo ou em parte, em despacho fundamentado, quer de ofício, quer mediante provocação de terceiros.

15.2 Na hipótese de anulação, não terá o arrematante direito à restituição do valor pago, se houver, de qualquer forma, concorrido para a prática de ilegalidade.

15.3 Ao SIMAE cabe o direito de transferir, anular e revogar a presente Alienação não cabendo por isso, aos licitantes, qualquer direito de reclamação ou indenização.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Uma vez iniciada a abertura das propostas não serão admitidas quaisquer reclamações que possam influir no resultado da Licitação e nem será dada participação aos proponentes retardatários.

16.2 Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação deste Edital, bem como, quanto ao pagamento, serão atendidos pela Comissão à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no horário entre 7:30 às 11:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo telefone (49) 3551-8200 e 3551-8217.

16.3 Os recursos das decisões tomadas nos procedimentos desta licitação sujeitam-se ao disposto do artigo 109 da Lei 8.666/93.

16.4 São consideradas válidas e feitas no mesmo dia, todas as comunicações efetuadas pelo SIMAE via fac-símile ou por correio eletrônico, via e-mail.

16.5 Faz parte integrante deste edital o Anexo I contendo a relação dos bens a serem leiloados.

16.6 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Joaçaba-SC, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que venha se tornar.

Joaçaba-SC, _____
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

ANEXO I PROTOCOLO 1331/2014 EDITAL DE ALIENAÇÃO 0001/2014

Nº DO BEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR DE AVALIAÇÃO R\$
	LOTE Nº 01 Caminhão Volkswagen, ano fabricação 1996, modelo 1996, chassi 9bwxmtdb51405, cor branca, 02 portas, capacidade 23 toneladas, modelo 12.140h, renavam 650813774, movido diesel, placa lxx-6273, potência 132 CV	
	TOTAL DO LOTE R\$	
	LOTE Nº 02 Motocicleta, cg 125 Titan ES, ano 2000, movido a gasolina, potência 12,5hp, 122cc, PLACA MAY-8311.	35.000,00
1138	TOTAL DO LOTE R\$	R\$ 1.800,00
632		

Nº DO BEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR DE AVALIAÇÃO R\$
	LOTE Nº 03 Veículo Misto, Ano 1998, motor Diesel, Ranger, Motor 2,5l, 8V115H, Cambio 5Marcha, 1 RE, Direção Hidráulica, PLACA LZW-4084	
	TOTAL DO LOTE R\$	
	LOTE Nº 04 Veículo Misto, (Toyota), ano 2000, Cabine Dupla, 4x4, Motor a Diesel, Capacidade 05 passageiros, Cor Branca, C/Protetor de câmbio e capota de Fibr c/Janelas de Vidro Deslizante, PLACA MBC_1206	R\$ 13.000,00
594	TOTAL DO LOTE R\$	_____ R\$
656		31.000,00

Continua

Nº DO BEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR DE AVALIAÇÃO R\$
	LOTE Nº 05 Motocicleta, XR 200R, Ano 2000, Potência 17,2HP, 196,9CC, Movido a Gasolina, PLACA MAY-8121	
	TOTAL DO LOTE R\$	
	LOTE Nº 06 Moto Honda, Motor 4 Tempos, Modelo NXR 150 BROS, na Cor Preta, ano de fabricação 2005, placa MDV-5038.	R\$ 3.000,00
634		
1067	TOTAL DO LOTE R\$	R\$3.500,00

Continua

Nº DO BEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR DE AVALIAÇÃO R\$
	LOTE Nº 07 No Break 1000w, Estabilizado, C/Entrada E Saida 220/110w, Onda PWM, Autonomia Ate 30 Minutos - BST	
	TOTAL DO LOTE R\$	
	LOTE Nº 08 No Break Estabilizado 1,00 Kva, C/Bateria Interna selada, Marca Nhs	
	TOTAL DO LOTE R\$	
	LOTE Nº 09 No Break Estabilizado 1,00 Kva, C/Bateria Interna selada, Marca Nhs	
	TOTAL DO LOTE R\$	
	LOTE Nº 10 No Break Estabilizado 0,5 Kva, C/Bateria Interna selada, Marca Nhs	
	TOTAL DO LOTE R\$	
	LOTE Nº 11 No Break Estabilizado 0,5 Kva, C/Bateria Interna selada, Marca Nhs	
	TOTAL DO LOTE R\$	
	LOTE Nº 12 No Break Estabilizado 2 Kva, C/Bateria Interna selada, Marca POWER	R\$ 20,00
469	TOTAL DO LOTE R\$	
527		R\$ 50,00
	LOTE Nº 13 No Break C/ Entrada de Tensão 220V e Saida 110V, Potência 3KVA, estabil.De Tensão Integrado	R\$ 50,00
528		
529	ao Nobreak, Display	R\$ 20,00
	TOTAL DO LOTE R\$	
530		R\$ 20,00
	LOTE Nº 14 Estabilizador com potência 1,5 KVA, c/proteção na entrada p/surtos de tensão(Deslig.automático) 4 Estg.Regulação, Entrada 220v, saída Bivolt(110V/220V), através de Chave.	R\$ 20,00
531		
611		R\$ 50,00
658	TOTAL DO LOTE R\$	R\$ 50,00

Continua

Nº DO BEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR DE AVA-LIAÇÃO R\$
	<p>LOTE Nº 15</p> <p>Estabilizador com potência interno 4 Estágios de .Regulação, Modelo Bivolt, Autonomia P/ 20 minutos recarga, automática baterias, LEDS indicativas das condições, Nobreack, Mini NHS.</p> <p>TOTAL DO LOTE R\$</p> <p>LOTE Nº 16</p> <p>Estabilizador (Nobreack) com potência 1,5 KVA, c/proteção na entrada p/surtos de tensão(Deslig. automático) 4 Estg.Regulação, Entrada 220v, saída Bivolt(110V/220V), através de Chave.</p> <p>Suporte Para CPU Branco, em Formica e pés de Ferro preto</p> <p>TOTAL DO LOTE R\$</p> <p>LOTE Nº 17</p> <p>Nobreack Nhs Line Interactive Interna Com 4 Estágios De Regulação, Tensão De Entrada Bivolt E Saída Em 115v, Bateria Interna Para 20 Minutos Potencia 600 V A.</p> <p>TOTAL DO LOTE R\$</p> <p>LOTE Nº 18</p> <p>Nobreack Nhs Line Interactive Interna Com 4 Estágios De Regulação, Tensão De Entrada Bivolt E Saída Em 115v, Bateria Interna Para 20 Minutos Potencia 600 V A.</p> <p>TOTAL DO LOTE R\$</p> <p>LOTE Nº 19</p> <p>Estabilizador Interno(Nobreack)600 Va, Com 04 Estágios De Regulação, Modelo Desktop (Sob Monitor) Bivolt (Entrada 220 V E Saída Em 115v0 Filtro De Linha Interno, Recarga Autom. De Bat. Marca Nhs</p> <p>TOTAL DO LOTE R\$</p> <p>LOTE Nº 20</p> <p>Estabilizador Interno(Nobreack)600 Va, Com 04 Estágios De Regulação, Modelo Desktop (Sob Monitor) Bivolt (Entrada 220 V E Saída Em 115v0 Filtro De Linha Interno, Recarga Autom. De Bat. Marca Nhs</p> <p>TOTAL DO LOTE R\$</p> <p>LOTE Nº 21</p> <p>Estabilizador Interno(Nobreack)600 Va, Com 04 Estágios De Regulação, Modelo Desktop (Sob Monitor) Bivolt (Entrada 220 V E Saída Em 115V, Filtro De Linha Interno, Recarga Automática, De Baterias. Marca Nhs Mini 600</p> <p>Estabilizador Interno(Nobreack)600 Va, Com 04 Estágios De Regulação, Modelo Desktop (Sob Monitor) Bivolt (Entrada 220 V E Saída Em 115V, Filtro De Linha Interno, Recarga Automática, De Baterias. Marca Nhs Mini 600</p> <p>TOTAL DO LOTE R\$</p>	<p>R\$ 30,00</p> <p>R\$ 40,00</p> <p>R\$ 50,00</p> <p>R\$ 50,00</p> <p>R\$ 50,00</p> <p>R\$ 50,00</p> <p>R\$ 50,00</p> <p>R\$ 60,00</p>

Continua

Nº DO BEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR DE AVA-LIAÇÃO R\$
	<p>LOTE Nº 22</p> <p>Estabilizador Interno(Nobreack)600 Va, Com 04 Estágios De Regulação, Modelo Desktop (Sob Monitor) Bivolt (Entrada 220 V E Saída Em 115V, Filtro De Linha Interno, Recarga Automática, De Baterias. Marca Nhs Mini 600 Nobreack Marca BET3+ 700V FX 115, com módulo de baterias automotivas Externas</p> <p>TOTAL DO LOTE R\$</p> <p>.....</p> <p>LOTE Nº 23</p> <p>Nobreack Maneger III 700va Usb Biv. In True Rms,Self Test,Proteção Contra Sobrecarga,Curto-Circuito Bivolt Automático Entrada 115-127/220v Saída Fixa 115v, Saída Usb,Bateria Interna 12v 7ah,4 Tomadas Suporte para CPU móvel em madeira aglomerado melaminico 18mm medindo 0,29x0,40x0,50</p> <p>TOTAL DO LOTE R\$</p> <p>.....</p> <p>LOTE Nº 24</p> <p>Nobreack com módulo externo para alimentação com duas baterias automotivas, com quatro tomadas padrão nema 5/15, bateria interna 12V 7AH, marca SMS MANGER III SENOIDAL</p> <p>TOTAL DO LOTE R\$</p> <p>.....</p>	<p>R\$ 80,00</p> <p>R\$ 60,00</p> <p>R\$ 50,00</p> <p>R\$ 500,00</p>

Homologação Pp29/2014 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2014 - PR Processo Administrativo: 40/2014 Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 08/07/2014
--	--

Folha: 1/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 40/2014
b) Licitação Nr.: 29/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 17/09/2014
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação UNIFORMES PARA SERVIDORES DO SIMAE PARA EXERCICIO 2014

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

ANILDO ANTUNES - ME (8031)

- | | | | | | | |
|---|--|----|------|--------|-------|--------|
| 1 | COLETE FEMININO, ABERTURA FRONTAL, SEM MANGAS, DECOTE EM "V";
BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, BOTÃO 20MM DE DIÂMETRO;
FRENTE COM PINCHAS E FIANCOS, COSTAS REPARTIDA SEM ABERTURA FINAL;
TECIDO (TWO WAY - BI-ELASTIC), NA COR AZUL MARINHO;
COSTURAS EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÕES E PESPONTOS;
OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO;
CASEADO RETO DE 24MM PARA A FRENTE;
TERMOCOLAGEM DAS ENTRETRELAS EM MAQUINARIO APROPRIADO;
PASSADORIA ESPECÍFICA PARA O PRODUTO;
PONTOS POR CM.= 3.5 A 4.0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK;
LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO, EM BRANCO, NA LATERAL FRONTAL ESQUERDA. - Marca: GG UNIFORMES | PÇ | 2,00 | 0,0000 | 77,00 | 154,00 |
| 2 | BLUSA TIPO CAMISETA FRENTE ABERTA, FEMININA, MANGA CURTA;
TECIDO POPLIN, NA COR BRANCA;
BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE;
BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM;
GOLA COM PÉ DE GOLA PESPOINTADA NO CONTO RNO A 1 MM DA BORDA;
FRENTE E COSTAS COM PENCES;
BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA;
LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES;
LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK;
BOTÃO BRANCO COM QUATRO FUROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO;
ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO. PESO 100G/M²
ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA;
EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS;
EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA;
APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO;
PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. - Marca: GG UNIFORMES | PÇ | 2,00 | 0,0000 | 64,00 | 128,00 |

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2014 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 40/2014 Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 08/07/2014
	Folha: 2/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ANILDO ANTUNES - ME (8031)

3 BLUSA TIPO CAMISETA FRENTE ABERTA, FEMININA, MANGA LONGA; TECIDO POPLIN, NA COR BRANCA; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTO RNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; BOTÃO BRANCO COM QUATRO FUIOS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO. PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	4,00	0,0000	67,00	268,00
4 CALÇA SOCIAL FEMININA, LISA, SEM BOLSOS; TECIDO TWO WAY - BI-ELASTIC, NA COR AZUL MARINHO; CÔS POSTIÇO COM 4,5CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO; VISTA EMBUTIDA COM ZIPER DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA EM NYLON; TRASEIRO COM PENCES; LINHA 80 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTOS, PESPONTOS, CASEADOS E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; BOTÃO 4 FUIOS DE 14MM DE DIÂMETRO DA COR DO TECIDO; COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÔS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS, ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÔS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS); COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZIPER, VISTA E PESPONTOS; TRAVETES , NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA E JUNCÃO DOS GANCHOS PONTOS POR CM.= 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	4,00	0,0000	73,00	292,00
6 CALÇA SOCIAL FEMININA, LISA, TIPO MARIA JOÃO, COMPRIMENTO = JOELHO, BARRA SIMPLES A MÁQUINA, COM ABERTURA NA LATERAL EXTERNA; TECIDO TWO WAY - BI-ELASTIC, NA COR AZUL MARINHO; CÔS POSTIÇO COM 4,5 CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA, TRANSPASSADO A 10 CM, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 02 BOTÕES FORRADOS NA MESMA COR DO TECIDO, SEM PASSADORES; VISTA EMBUTIDA COM ZIPER DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA EM NYLON E DOIS BOTÕES INTERNOS NO CÔS TRANSPASSADO; TRASEIRO COM PENCES; 02 FINGE BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS COM ABERTURA OBLÍQUA TIPO FACA E 02 FINGE BOLSOS EMBUTIDOS COM VIVOS TRASEIROS; LINHA 80 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, PESPONTOS, CASEADOS E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÔS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10 MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS, ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3 CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÔS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS); COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZIPER, VISTA E PESPONTOS; TRAVETES, NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA E JUNCÃO DOS GANCHOS; PONTOS POR CM = 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	4,00	0,0000	63,00	252,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2014 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 40/2014 Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 08/07/2014
	Folha: 3/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ANILDO ANTUNES - ME (8031)

9 JAQUETA FEMININA LEVE, CURTA, NA COR AZUL MARINHO, EM TECIDO SEYCHELLES; COM ZIPER ATE A GOLA; 02 BOLSOS FRONTAIS TRANSVERSAIS; CAMADA DE FIBRA 60 GRAMAS E FORRO; GOLA BICUDA; BORDADO, NA COR BRANCA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE EM TAMANHO PEQUENO, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	1,00	0,0000	134,00	134,00
10 BLAZER SOCIAL FEMININO, FORRADO, COM GOLA TIPO PALETÓ, LEVEMENTE ACINTURADO, TECIDO (TWO WAY - BI-ELASTIC), NA COR AZUL MARINHO, ABERTURA FRONTAL COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE 3 BOTÕES E 3 CASEADOS NO SENTIDO HORIZONTAL, 02 BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS INFERIORES COM PORTINHOLAS INSERIDAS NA ABERTURA DO BOLSO, FRENTE COM PINCHAS E FIANCOS, COSTAS REPARTIDA SEM ABERTURA FINAL, DEVERÁ TER OMBREIRAS PEQUENAS EMBUTIDAS DE FELTRO, DEVERÁ SER TOTALMENTE FORRADO COM TECIDO 100 % POLIESTER, TIPO "FAILETTE", TODA A FRENTE DEVERÁ SER ENTRETRELADA COM ENTRETELA DE TECIDO, MICROPONTOS, PRÓPRIA PARA BLAZERS, COSTURAS EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÕES E PESPONTOS, OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO, CASEADO RETO DE 24MM PARA A FRENTE, TERMOCOLAGEM DAS ENTRETELAS EM MAQUINARIO APROPRIADO, PASSADORIA ESPECÍFICA PARA O PRODUTO, PONTOS POR CM.= 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK, BOTÃO 20MM DE DIÂMETRO PARA A FRENTE, COMPRIMENTO = QUADRIL, LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO, EM BRANCO, NA LATERAL FRONTAL ESQUERDA. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	1,00	0,0000	158,00	158,00
11 CASACO LONGO FEMININO EM NYLON SEYCHLS COM RECORTES, COR AZUL MARINHO, CAMADA DE FIBRA 100 GRAMAS E FORRO, COM ZIPER, BOLSOS LATERAIS, BORDADO DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO, CONFORME FOTO EM ANEXO. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	1,00	0,0000	175,00	175,00
12 BLUSA TIPO CAMISETA FRENTE ABERTA, FEMININA, SEM MANGA, TECIDO POPLIN, NA COR BRANCA, BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE, BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA, FRENTE E COSTAS COM PENCES, BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA, LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK, BOTÃO BRANCO COM QUATRO Furos DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO, ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA, EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA, APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO, PONTOS POR CM= 4.0 A 4.5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	4,00	0,0000	64,00	256,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2014 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 40/2014 Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 08/07/2014
	Folha: 4/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ANILDO ANTUNES - ME (8031)

13 CAMISA MASCULINA, MANGA CURTA COM BAINHA FIXA, EM TECIDO CEDROFIL BRANCO; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO, FRETE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS (NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL); VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SIMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA, LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTO, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	20,00	0,0000	57,00	1.140,00
14 CAMISA MASCULINA, MANGA CURTA COM BAINHA FIXA, EM TECIDO CEDROFIL 5322, AZUL CLARO, GRAMATURA 142 G/M2(+/- 5%); COMPOSIÇÃO: 67% ALGODÃO E 33% POLIÉSTER; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO, FRETE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS (NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SIMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA, LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTO, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	14,00	0,0000	57,00	798,00
15 CAMISA MASCULINA, MANGA LONGA, EM TECIDO CEDROFIL 5322, AZUL CLARO, GRAMATURA 142 G/M2(+/- 5%); COMPOSIÇÃO: 67% ALGODÃO E 33% POLIÉSTER, COM PUNHOS FECHADOS POR CASEADO E BOTÃO CARCELA COM BOTÃO E CASEADO; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO, FRETE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SIMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA, LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTOS, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 01 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	14,00	0,0000	62,00	868,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2014 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 40/2014 Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 08/07/2014
	Folha: 5/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ANILDO ANTUNES - ME (8031)

16 CAMISA MASCULINA, MANGA LONGA, EM TECIDO CEDROFIL BRANCO, COM PUNHOS FECHADOS POR CASEADO E BOTÃO CARCELA COM BOTÃO E CASEADO, COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO, FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS (NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL); VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SIMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA. LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPOINTOS, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 01 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	10,00	0,0000	62,00	620,00
17 CALÇA SOCIAL MASCULINA, TECIDO BI-LASTIC (TOWAY), NA COR AZUL MARINHO; COM 02 PREGAS EM CADA DIANTEIRA TOMBADAS PARA AS LATERAIS, TRASEIRO COM PENCES; CÔS POSTIÇO ENTRETELADO E FORRADO COM 3,5 CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA; 08 PASSANTES INSERIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÔS; VISTA EMBUTIDA COM ZIPER, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO NA COR AZUL MARINHO; 02 BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS COM ABERTURA OBLÍQUA TIPO FACA E 02 BOLSOS EMBUTIDOS COM VIVOS FECHADOS POR BOTÕES E CASEADOS, FORRO EM TECIDO 75% ALGODÃO E 25% POLIÉSTER; ZIPER DE NYLON COM CADARÇO DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA; TRAVETES NAS EXTREMIDADES DOS BOLSOS, VIVOS E NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA; CASEADO RETO DE 18 MM; COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÔS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10 MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3 CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÔS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS); COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZIPER, VISTA E PESPOINTOS; INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DO FORRO DOS BOLSOS. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	10,00	0,0000	76,00	760,00
19 BERMUDA EM TERBRIM AZUL MARINHO (67% POLIÉSTER E 33% ALGODÃO, ARMAÇÃO EM SARJA 2/1, GRAMATURA MÉDIA DE 226 G/M2 PRÉ-ENCOLHIDO, COM TINGIMENTO), APRESENTANDO QUALIDADE ESPECÍFICA DE NÃO AMARROTAMENTO, ESTABILIDADE E RESISTÊNCIA; - MODELO MASCULINO; - 02 BOLSOS INTERNOS NA FRENTE, MODELO CALÇA JEANS TRADICIONAL, FORRO DO MESMO TECIDO DA BERMUDA; - 02 BOLSOS EXTERNOS TRASEIROS CHAPADOS, CHANFRADOS NAS EXTREMIDADES, SENDO QUE NO BOLSO ESQUERDO NA PARTE DE TRÁS DEVERÁ SER ESTAMPADO EM SERIGRAFIA, O EMBLEMA DO SIMAE, EM TAMANHO 8,5 X 8,5 CM, NA COR BRANCA; - 02 BOLSOS SANFONAS NAS LATERAIS COM PORTINHOLA PARA ABOTOAR, FECHAMENTO COM BOTÕES; - CÔS POSTIÇO NO MESMO TECIDO DA BERMUDA, COM 4,5 CM DE LARGURA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 01 BOTÃO; - 07 PASSANTES INSERIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÔS; 03 NA PARTE POSTERIOR, 01 EM CADA LATERAL E 02 NA PARTE DIANTEIRA; - VISTA EMBUTIDA (BRAGUILHA) COM 03 BOTÕES; - TRASEIRO COM PENCES; - BAINHA DE 2,0 CM; - BOTÕES NÃO METÁLICOS, TAMANHO 26, COM 2 FUROS PARA ABOTOAR PORTINHOLAS DOS BOLSOS LATERAIS; - BOTÕES NÃO METÁLICOS, TAMANHO 24, COM 2 FUROS PARA ABOTOAR NA FRENTE; - LINHA, BOTÕES NA MESMA COR DO TECIDO; - TRAVETES PARA REFORÇAR OS CANTOS DOS BOLSOS, PORTINHOLAS E O ACABAMENTO FINAL DA VISTA; - COSTURAS DUPLAS NOS ACABAMENTOS DOS BOLSOS, BRAGUILHA, ZIPER E GANCHO; - OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO.; - CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	10,00	0,0000	43,50	435,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2014 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 40/2014 Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 08/07/2014
	Folha: 6/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ANILDO ANTUNES - ME (8031)

20 CALÇA EM BRIM AZUL ROYAL (BRIM EM TECIDO 100% ALGODÃO, ARMAÇÃO EM SARJA 3/1, PESO 260G/M² COM URDAME DE 40 FIOS, TRAMA DE 17,70 FIOS CM, PRÉ-ENCOLHIDO, COM TINGIMENTO; - MODELO MASCULINO INDUSTRIAL SOL A SOL; 2 BOLSOS INTERNOS NA FRENTE, MODELO CALÇA JEANS TRADICIONAL, FORRO DO MESMO TECIDO DA CALÇA; 02 BOLSOS EXTERNOS TRASEIROS CHAPADOS, CHANFRADOS NAS EXTREMIDADES; - CÔS POSTIÇO NO MESMO TECIDO DA CALÇA, COM 4,5 CM DE LARGURA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 01 BOTÃO; - 07 PASSANTES INSERIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÔS; 03 NA PARTE POSTERIOR, 01 EM CADA LATERAL E 02 NA PARTE DIANTEIRA; - VISTA EMBUTIDA (BRAGUILHA) COM 03 BOTÕES; - TRASEIRO COM PENCES; - BAINHA DE 2,0 CM; - BOTÕES NÃO METÁLICOS, TAMANHO 24, COM 2 FUROS PARA ABOTOAR NA FRENTE; - LINHA E BOTÕES NA MESMA COR DO TECIDO; - TRAVETES PARA REFORÇAR OS CANTOS DOS BOLSOS E O ACABAMENTO FINAL DA VISTA; - COSTURAS DUPLAS NOS ACABAMENTOS DOS BOLSOS, BRAGUILHA, ZIPER E GANCHO; - OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO; - ESTAMPA EM SERIGRAFIA "SIMAE", NA COXA DIREITA, PRÓXIMO À COSTURA DA DIREITA (COSTURA DE FORA), APROXIMADAMENTE 14 CM ABAIXO DO BOLSO, TAMANHO DA SERIGRAFIA 22 X 05 CM, NA COR BRANCA; - CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	140,00	0,0000	51,40	7.196,00
21 CALÇA EM BRIM AZUL ROYAL (BRIM EM TECIDO 100% ALGODÃO, ARMAÇÃO EM SARJA 3/1, PESO 260G/M² COM URDAME DE 40 FIOS, TRAMA DE 17,70 FIOS CM, PRÉ-ENCOLHIDO, COM TINGIMENTO; - MODELO MASCULINO INDUSTRIAL SOL A SOL; - COM REFORÇO INTERNO, NA PARTE DA FRENTE DA COXA, DO MESMO TECIDO DA CALÇA, COM INÍCIO NA ALTURA DO GANCHO ATÉ 03 CM ABAIXO DO JOELHO, EM MATELASSÉ 5,0 CM X 5,0 CM APROXIMADAMENTE, COM COSTURA DUPLA NO INÍCIO E FINAL DO REFORÇO; 2 BOLSOS INTERNOS NA FRENTE, MODELO CALÇA JEANS TRADICIONAL, FORRO DO MESMO TECIDO DA CALÇA; 02 BOLSOS EXTERNOS TRASEIROS CHAPADOS, CHANFRADOS NAS EXTREMIDADES; - CÔS POSTIÇO NO MESMO TECIDO DA CALÇA, COM 4,5 CM DE LARGURA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 01 BOTÃO; - 07 PASSANTES INSERIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÔS; 03 NA PARTE POSTERIOR, 01 EM CADA LATERAL E 02 NA PARTE DIANTEIRA; - VISTA EMBUTIDA (BRAGUILHA) COM 03 BOTÕES; - TRASEIRO COM PENCES; - BAINHA DE 2,0 CM; - BOTÕES NÃO METÁLICOS, TAMANHO 24, COM 2 FUROS PARA ABOTOAR NA FRENTE; - LINHA E BOTÕES NA MESMA COR DO TECIDO; - TRAVETES PARA REFORÇAR OS CANTOS DOS BOLSOS E O ACABAMENTO FINAL DA VISTA; - COSTURAS DUPLAS NOS ACABAMENTOS DOS BOLSOS, BRAGUILHA, ZIPER E GANCHO; - OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO; - ESTAMPA EM SERIGRAFIA "SIMAE", NA COXA DIREITA, PRÓXIMO À COSTURA DA DIREITA (COSTURA DE FORA), APROXIMADAMENTE 14 CM ABAIXO DO BOLSO, TAMANHO DA SERIGRAFIA 22 X 05 CM, NA COR BRANCA; - CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	30,00	0,0000	58,40	1.752,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2014 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 40/2014 Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 08/07/2014
	Folha: 7/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ANILDO ANTUNES - ME (8031)

26 CALÇA EM BRIM AZUL ROYAL (BRIM EM TECIDO 100% ALGODÃO, ARMAÇÃO EM SARJA 3/1, PESO 260G/M² COM URDAME DE 40 FIOS, TRAMA DE 17,70 FIOS CM, PRÉ-ENCOLHIDO, COM TINGIMENTO; - MODELO FEMININO INDUSTRIAL SOL A SOL; - 02 BOLSOS INTERNOS NA FRENTE, MODELO CALÇA JEANS TRADICIONAL, FORRO DO MESMO TECIDO DA CALÇA; - 02 BOLSOS EXTERNOS TRASEIROS CHAPADOS, CHANFRADOS NAS EXTREMIDADES, COM PREGA FÊMEA E PORTINHOLA PARA ABOTOAR; - CÔS POSTIÇO DO MESMO TECIDO DA CALÇA, COM 3,5CM DE LARGURA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 01 BOTÃO; CINTURA BAIXA, GANCHO FEMININO - 07 PASSANTES INSERIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÔS: 03 NA PARTE POSTERIOR, 01 EM CADA LATERAL E 02 NA PARTE DIANTEIRA; VISTA EMBUTIDA(BRAGUILHA), FECHAMENTO COM ZIPER; - TRASEIRO E FRENTE COM PENCES; - BAINHA DE 2,0 CM; - BOTÕES NÃO METÁLICOS, TAMANHO 24, COM 2 FUROS PARA ABOTOAR NA FRENTE; - LINHA, BOTÕES NA MESMA COR DO TECIDO; - TRAVETES PARA REFORÇAR OS CANTOS DOS BOLSOS E O ACABAMENTO FINAL DA VISTA; - COSTURAS DUPLAS NOS ACABAMENTOS DOS BOLSOS, BRAGUILHA, ZIPER E GANCHO; - OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO; CONFEÇÃO SOB MEDIDA; - ESTAMPA EM SERIGRAFIA "SIMAE", NA COXA DIREITA, PRÓXIMO À COSTURA DA DIREITA(COSTURA DE FORA), APROXIMADAMENTE 14 CM ABAIXO DO BOLSO, TAMANHO DA SERIGRAFIA 22 X 05 CMS, NA COR BRANCA; - CONFEÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	4,00	0,0000	51,00	204,00
27 MACACÃO EM BRIM AZUL ROYAL (BRIM EM TECIDO 100% ALGODÃO, ARMAÇÃO EM SARJA 3/1, PESO 260G/M² COM URDAME DE 40 FIOS, TRAMA DE 17,70 FIOS CM, PRÉ-ENCOLHIDO, COM TINGIMENTO); - MODELO INDUSTRIAL SOL A SOL; - COM REFORÇO INTERNO, NA PARTE DA FRENTE DA COXA, DO MESMO TECIDO DA CALÇA, COM INÍCIO NA ALTURA DO GANCHO ATÉ 03 CM ABAIXO DO JOELHO, EM MATELASSE 5,0 CM X 5,0 CM APROXIMADAMENTE, COM COSTURA DUPLA NO INÍCIO E FINAL DO REFORÇO; - 2 BOLSOS FRONTAIS CHAPADOS (INTEIROS), MODELO AMERICANO, CHANFRADOS NAS EXTREMIDADES COM ALTURA TIPO AMERICANO, FORRO DO MESMO TECIDO DA CALÇA; - 02 BOLSOS EXTERNOS TRASEIROS CHAPADOS, CHANFRADOS NAS EXTREMIDADES; - TRASEIRO COM ELÁSTICO, 3 CM DE LARGURA, NA CINTURA; - BAINHA E BARRA DAS MANGAS DE 2,0 CM; - BOTÕES NÃO METÁLICOS, TAMANHO 24, COM 2 FUROS PARA ABOTOAR NA FRENTE; - LINHA, BOTÕES NA MESMA COR DO TECIDO; - TRAVETES PARA REFORÇAR OS CANTOS DOS BOLSOS E O ACABAMENTO FINAL DA VISTA; - COSTURAS DUPLAS NOS ACABAMENTOS DOS BOLSOS, E GANCHO; - OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO; - ESTAMPA EM SERIGRAFIA "SIMAE", NA COXA DIREITA, PRÓXIMO À COSTURA DA DIREITA(COSTURA DE FORA), APROXIMADAMENTE 14 CM ABAIXO DO BOLSO, TAMANHO DA SERIGRAFIA 22 X 05 CMS, NA COR BRANCA; ABERTURA FRONTAL, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 06 BOTÕES E 05 CASEADOS NO SENTIDO HORIZONTAL, COM VISTA DE COBERTURA; 01 BOLSO CHAPADO NA PARTE SUPERIOR, NO MESMO TECIDO DO MACACÃO, NO LADO ESQUERDO, COM LOGOTIPO DO SIMAE SOBRE O BOLSO, EM SERIGRAFIA, TAMANHO 8,5 X 8,5 CMS, NA COR BRANCA; - GOLA PESPONTADA COM ENTRETELA DE TECIDO COLANTE; - ESTAMPA SERIGRAFADA "SIMAE" NAS COSTAS, A 15 CM DA GOLA, TAMANHO 22 X 05 CMS, NA COR BRANCA; - MANGAS COMPRIDAS COM PUNHOS DE APROXIMADAMENTE 4,0 CM COM BOTÃO PARA ABOTOAR; - BOTÕES PARA FECHAMENTO DO MACACÃO, TAMANHO 28 E PUNHOS, TAMANHO 26; - AS CORES DAS LINHAS E BOTÕES, DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A TONALIDADE DO TECIDO; - OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO, LINHA PESPONTO ALGODÃO Nº 120; - PARA CASEAR E PREGAR BOTÕES LINHA PESPONTO ALGODÃO Nº 80; - CONFEÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	2,00	0,0000	80,00	160,00

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2014 - PR	
	Processo Administrativo: 40/2014 Processo de Licitação: 40/2014 Data do Processo: 08/07/2014	Folha: 8/9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ANILDO ANTUNES - ME (8031)

28 JAQUETA MASCULINA EM NYLON PARAQUEDAS, COR AZUL MARINHO; CAMADA DE FIBRA 100 GRAMAS E FORRO; COM GOLA, ZÍPER INTEIRO DA CINTURA ATÉ O FINAL DA GOLA E BOLSOS LATERAIS; BORDADO, NA COR BRANCA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE EM TAMANHO PEQUENO 5 X 4 CM, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO; BORDADO "SIMAE" BRANCO, NAS COSTAS, ABAIXO DOS OMBROS; ALTURA DAS LETRAS 6 CM, COMPRIMENTO DO BORDADO 19 CM, ESPESSURA DAS LETRAS 1 CM. - Marca: GG UNIFORMES	PÇ	10,00	0,0000	145,00	1.450,00
30 GUARDA PÓ DE TERGAL MANGA LONGA PARA USO EM LABORATORIO DE ANALISES QUIMICAS, BRANCO, 2 BOLSOS NA PARTE DE BAIXO DO CORPO E 1 BOLSO À ESQUERDA COM LOGOMARCA DO SIMAE PEQUENO 5 X 4 CM ,LADO ESQUERDO - Marca: GG UNIFORMES	UN	6,00	0,0000	73,00	438,00
Total do Fornecedor:					17.638,00

SAMOURA CONFECÇÕES LTDA (8242)

22 CAMISETA EM MALHA ECOLÓGICA 24X1, COR BRANCA, (50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER); -GOLA TIPO PÓLO, COM ENTRETELA DE TECIDO COLANTE, COM 03 BOTOES DE PRESSÃO NA MESMA COR DO TECIDO PARA FECHAMENTO; - MANGA LONGA COM PUNHO EM RIBANA, COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO MAIS ELASTANO, COM TRAMA ESPECÍFICA PARA RIBANAS, NA MESMA TONALIDADE DO TECIDO DA CAMISETA; BOLSO FRONTAL CHAPADO, NO LADO ESQUERDO, ESTAMPA EM SERIGRAFIA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA COR BRANCA, TAMANHO 8,5 X 8,5 CM SOBRE O BOLSO; - ESTAMPA SERIGRAFADA "SIMAE" NAS COSTAS, A 15 CM DA GOLA, TAMANHO 22 X 05 CM, NA COR AZUL; - LINHA PARA OVERLOCK 100% POLIÉSTER TEXTURIZADO, COSTURA RETA 100% POLIÉSTER, LINHA NA COR DO TECIDO; - CONFEÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE; - FECHAMENTO LATERAL E COLOCAÇÃO DAS MANGAS EM OVERLOCK, BAINHA INFERIOR EM GALONEIRA, COLOCAÇÃO DA RIBANA COM COSTURA DIRETA NA CAMISETA.	PÇ	15,00	0,0000	32,50	487,50
23 CAMISETA EM MALHA ECOLÓGICA 24X1, COR BRANCA, (50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER); - GOLA TIPO PÓLO, COM ENTRETELA DE TECIDO COLANTE, COM 03 BOTOES DE PRESSÃO NA MESMA COR DO TECIDO PARA FECHAMENTO; - MANGA CURTA SEM PUNHO; - BOLSO FRONTAL CHAPADO, NO LADO ESQUERDO, ESTAMPA EM SERIGRAFIA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA COR BRANCA, TAMANHO 8,5 X 8,5 CM SOBRE O BOLSO; - ESTAMPA SERIGRAFADA "SIMAE" NAS COSTAS, A 15 CM DA GOLA, TAMANHO 22 X 05 CMS, NA COR AZUL; - LINHA PARA OVERLOCK 100% POLIÉSTER TEXTURIZADO, COSTURA RETA 100% POLIÉSTER, LINHA NA COR DO TECIDO; - CONFEÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE; - FECHAMENTO LATERAL E COLOCAÇÃO DAS MANGAS EM OVERLOCK, BAINHA INFERIOR E DAS MANGAS EM GALONEIRA.	PÇ	10,00	0,0000	28,50	285,00
24 CAMISETA EM MALHA ECOLÓGICA, CINZA CLARO MESCLADO, (50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER); - GOLA TIPO PÓLO, COM ENTRETELA DE TECIDO COLANTE, COM 03 BOTOES DE PRESSÃO NA MESMA COR DO TECIDO PARA FECHAMENTO; - MANGA CURTA SEM PUNHO; - BOLSO FRONTAL CHAPADO, NO LADO ESQUERDO, ESTAMPA EM SERIGRAFIA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA COR BRANCA, TAMANHO 8,5 X 8,5 CMS SOBRE O BOLSO; - ESTAMPA SERIGRAFADA "SIMAE" NAS COSTAS, A 15 CM DA GOLA, TAMANHO 22 X 05 CMS, NA COR BRANCA; - LINHA PARA OVERLOCK 100% POLIÉSTER TEXTURIZADO, COSTURA RETA 100% POLIÉSTER, LINHA NA COR DO TECIDO; - CONFEÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE; - FECHAMENTO LATERAL E COLOCAÇÃO DAS MANGAS EM OVERLOCK, BAINHA INFERIOR E DAS MANGAS EM GALONEIRA.	PÇ	140,00	0,0000	28,50	3.990,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2014 - PR	
	Processo Administrativo:	40/2014
	Processo de Licitação:	40/2014
	Data do Processo:	08/07/2014
Folha: 9/9		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**SAMOURA CONFECÇÕES LTDA (8242)**

25	CAMISETA EM MALHA ECOLÓGICA 24X1, COR CINZA CLARO MESCLADO, (50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER); - GOLA TIPO PÓLO, COM ENTRETELA DE TECIDO COLANTE, COM 03 BOTOES DE PRESSÃO NA MESMA COR DO TECIDO PARA FECHAMENTO; - MANGA LONGA COM PUNHO EM RIBANA, COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO MAIS ELASTANO, COM TRAMA ESPECÍFICA PARA RIBANAS, NA MESMA TONALIDADE DO TECIDO DA CAMISETA; - BOLSO FRONTAL CHAPADO, NO LADO ESQUERDO, ESTAMPA EM SERIGRAFIA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA COR BRANCA, TAMANHO 8,5 X 8,5 CM SOBRE O BOLSO; - ESTAMPA SERIGRAFADA "SIMAE" NAS COSTAS, A 15 CM DA GOLA, TAMANHO 22 X 05 CM, NA COR BRANCA; - LINHA PARA OVERLOCK 100% POLIÉSTER TEXTURIZADO, COSTURA RETA 100% POLIÉSTER, LINHA NA COR DO TECIDO; - CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE; - FECHAMENTO LATERAL E COLOCAÇÃO DAS MANGAS EM OVERLOCK, BAINHA INFERIOR EM GALONEIRA, COLOCAÇÃO DA RIBANA COM COSTURA DIRETA NA CAMISETA.	PÇ	50,00	0,0000	32,50	1.625,00
----	--	----	-------	--------	-------	----------

Total do Fornecedor: 6.387,50

Total Geral: 24.025,50

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (18), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (22)

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages**PREFEITURA****PP 44-2014 FMAS Rerratificado****AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 44-2014 FMAS - RERRATIFICADO

Objeto: Prestação de Serviços de Desinsetização, Desratização e limpeza de Caixa D'água,

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 01/10/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 5.133,33

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 17 de setembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****Decreto Nº 117/2014**

DECRETO Nº 117/2014.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, FABRÍCIO KUSMIN ALVES no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo nº 003/2014, integrada pelas Senhoras:

ROSIMERI CANDIDO

PRESIDENTE

PRISCILA PIRES FOLCHINI

SECRETÁRIA

ELAINE CRISTINA RAMOS

MEMBRO

GYSLENY GYLCEYA GARCIA

MEMBRO

LILIANE ANTUNES

MEMBRO

Art. 2º - A Comissão deverá preparar, executar e julgar o Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal, bem como elaborar o Edital, submetendo-o à homologação do Prefeito Municipal.

Art. 3º - O Prefeito Municipal poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura para elaboração e execução do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 118/2014

DECRETO Nº 118/2014.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, FABRÍCIO KUSMIN ALVES no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo nº 004/2014, integrada pelas Senhoras:

RENATA ELIAS
PRESIDENTE

ADRIANA ANTUNES RITA
SECRETÁRIA

DENISE MADEIRA LUCIANO
MEMBRO

GABRIELA FERNANDES MARTIGNAGO
MEMBRO

ZONETE MENDES RIBEIRO
MEMBRO

Art. 2º - A Comissão deverá preparar, executar e julgar o Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal do Hospital Municipal Henrique Lage, bem como elaborar o Edital, submetendo-o à homologação do Prefeito Municipal.

Art. 3º - O Prefeito Municipal poderá contratar pessoa ou órgão estranho ao Hospital para elaboração e execução do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE SETEMBRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Resolução CMAS Nº 04/2014

RESOLUÇÃO CMAS Nº04/2014

Dispõe sobre o Programa HIV/AIDS, no que diz respeito à concessão de cestas básicas, realizadas pela Secretaria de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de agosto de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 965, de 26 de março de 1996 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lauro Müller- CMAS, e

Considerando a lei nº 12.435, denominada Lei Orgânica de Assistência Social, que define critérios para concessão de benefícios eventuais na Assistência Social;

Considerando a Resolução CNAS nº 39, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.307/2007 que dispõe sobre os benefícios eventuais e que define em seu artigo 9º que as "provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social".

RESOLVE

Art. 1º - Cessar a concessão de cestas básicas aos indivíduos, participantes do Programa DST/AIDS, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme preconiza o Programa DST/AIDS da Secretária de Saúde;

Art. 2º - Informar ao Fundo da Saúde a responsabilidade na concessão da cesta básica, pois os benefícios eventuais do qual a cesta básica, é parte integrante na Secretária de Assistência Social, destina-se aos cidadãos e às famílias, com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e sobrevivência de seus membros;

Parágrafo único - As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 3º Firmar que, as cestas básicas não serão mais concedidas às pessoas participantes do Programa DST/AIDS a partir de outubro de 2014.

Essa resolução Nº04/2014 entra em vigor assim que publicada no Diário Oficial do Município.

Lauro Muller, 09 de setembro de 2014.
Heloisa Spindola Leal
Presidente do CMAS

CMDCA - Plano de Ação E Aplicação 2015

PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO 2015

Metas	Ações	Prazo	Responsável	Custo (R\$)
Fortalecer as competências familiares em relação à proteção integral e educação em direitos humanos de crianças e adolescentes no espaço de convivência familiar e Comunitária. (Diretriz I*)	- Incentivar a realização do Projeto "CRAS na comunidade"; - Capacitação e formação dos técnicos responsáveis pelo PAIF E PAEFI; - Articular junto ao CMAS, para garantir a efetivação da política de Assistência Social.	2015	CMDCA CMAS Secretaria de Assistência Social	R\$ 5.000,00 (Recurso para capacitação e formação)

Promover ações educativas de prevenção de violências e acidentes com crianças e adolescentes nas famílias e nas instituições de atendimento. (Diretriz I*)	- Seminário de prevenção de violação de direitos; - Seminário de Prevenção de Acidentes (articular com pediatria e enfermagem, rede sociassistencial); - Lançar material informativo de apoio ao seminário.	2015	CMDCA Sec.de Saúde Sec. de Assistência	R\$ 7.000,00 (seminários) R\$ 1,000 (Material informativo)
Ampliar o acesso de crianças e adolescentes e suas famílias aos serviços de proteção social básica e especial por meio da expansão e qualificação da política de assistência social. (Diretriz II*)	- Acompanhar e apoiar a ampliação do SCFV. - Capacitação para o técnico de referência do SCFV, e orientadores sociais (trabalhos socioeducativos); - Incentivar a articulação em rede, principalmente com Agentes comunitários de saúde para identificação de famílias em vulnerabilidade social, sistema de referência contra referência.	1º semestre 2015	CMDCA Sec.de Saúde Sec. de Assistência	R\$ 3.000,00 (Recurso para capacitação)
Universalizar o acesso e assegurar a permanência e o sucesso de crianças e adolescentes na educação básica, expandindo progressivamente a oferta de educação integral, com a ampliação da jornada escolar, dos espaços e das oportunidades educacionais. (seg. professor, SAED inclusão do deficiente na educação). (Diretriz II*)	- Mobilizar e acompanhar o BPC na Escola; - Articular junto ao conselho de Educação, a realização de reuniões em conjunto para conhecer plano de ação de educação integral; - Fomentar a busca pelo fortalecimento ou adesão de programas para Educação Integral.	1º semestre 2015	CMDCA Conselho de Educação Secretaria de Educação	R\$ 2.000,00 (Mobilização e capacitação)

Ampliar o acesso de adolescentes a partir de 14 anos a programas de aprendizagem profissional de acordo com a Lei nº 10.097/00. (Diretriz II*)	- Parceira com CIEE-Programa Aprendiz; - Fomentar debate acerca da criação de leis ou projetos que garantam o acesso de adolescentes a programas de aprendizagem profissional no município.	2015	CMDCA Poder Executivo Poder Legislativo	
Universalizar o acesso de crianças e adolescentes a políticas e programas de esporte e lazer, de acordo com sua condição peculiar de desenvolvimento, assegurada a participação e a acessibilidade de pessoas com deficiências. (Diretriz II*)	- Apoiar ações descentralizadas para oficinas de lazer em pontos estratégicos do município (oficinas de futebol, capoeira, artesanato, escola de Karate, dentre outras); - Articular junto a CME/ Secretaria de Assistência Social a mobilização por voluntários para fazer o uso de espaços ociosos, aos finais de semana; - Monitorar capacitação para voluntários envolvidos nestes trabalhos.	2015	CMDCA CME Sec. de Assistência Social	R\$ 12.000,00 (apoiar a realização das oficinas) R\$ 4.000,00 (capacitação)
Fortalecimento do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente	- Formação continuada para conselheiros.	Contínuo	CMDCA	R\$ 7.000,00
Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para a promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, com base na revisão e implementação do Plano nacional temático. (Diretriz III*)	- Propor de forma integrada, articulado a rede sociassistencial, várias ações que dêem ênfase a convivência familiar e comunitária com ações pontuais, como: (Dia da família, dia do amigo, dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, festival de inverno); - Apoiar a organização e efetivação do Projeto "Escola de pais", para assim fortalecer os pais no desempenho de seu papel.	2015	CMDCA Sec. de Assistência Social Sec. de Saúde Sec. de Educação CME Sec. de Cultura Escolas Estaduais	R\$ 6.000,00 (investimento nos eventos pontuais)

Definir diretrizes para as atividades de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes conforme a Lei 11.343/06, bem como ampliar, articular e qualificar as políticas sociais para prevenção e atenção a crianças e adolescentes usuários e dependente de álcool e drogas. (Diretriz III*)	- Apoiar a efetivação do COMAD; - Apoiar e acompanhar o PSE (Programa Saúde na Escola); - Propor articulações em rede, apoiando o desenvolvimento de projetos na prevenção de drogas (ex. Rio Fortuna).	2015	CMDCA COMAD Sec. de Saúde Sec. de Educação Sec. de As. Social	R\$ 10.000,00 (Capacitações, materiais para prevenção de drogas)
Formular diretrizes e parâmetros para estruturação de redes integradas de atenção a crianças e adolescentes em situação de violência, com base nos princípios de celeridade, humanização e continuidade no atendimento. (Diretriz III*)	- Mobilizar e sensibilizar as equipes para a importância da garantia de direitos para crianças e adolescentes favorecendo a discussão de definições para tratar esta demanda (reuniões de equipes de saúde, Educação com a participação de conselheiros, ou técnicos da área especializada na proteção especial); - Fomentar a construção de protocolo de encaminhamento.	2015	CMDCA Sec. de As. Social Sec. de Educação Sec. de Saúde	R\$ 1.000,00 (folder informativo)

Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para atendimento a adolescentes autores de ato infracional, a partir da revisão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, observadas as responsabilidades do executivo e do sistema de justiça. (Diretriz III*)	- Apoiar a formação continuada dos técnicos que prestam atendimento ao adolescente em cumprimento das medidas socioeducativas de PSC/LA, garantindo a especificidade do atendimento e a unidade metodológica na execução dos serviços; - Garantir ao adolescente que cumpre medida, a oportunidade de acompanhamento adequado, prezando por rede de inserção social fortalecida, apta e consciente de seu papel; - Fomentar discussão de Lei para Programa de Aprendizagem Profissional, no setor público, absolvendo egressos da medida socioeducativa.	2015	CMDCA Sec. de Assistência Poder Executivo Poder Legislativo	R\$ 2.500,00 (Recurso para capacitação)
Implantar e aprimorar o funcionamento de conselhos tutelares em todos os municípios, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo CONANDA. (Diretriz IV*)	- Articular e supervisionar as condições de atendimento do Conselho Tutelar e sua adequação conforme preconiza o CONANDA; - Formação continuada aos conselheiros tutelares; - Acompanhar e organizar o processo eleitoral para novos Conselheiros Tutelares.	2015	CMDCA	R\$ 7.000,00 (Capacitação) R\$ 1.000,00 (processo eleitoral)

Formular e Implementar uma política de formação continuada, segundo diretrizes estabelecidas pelo Conanda, para atuação dos operadores do sistema de garantias de direitos, que leve em conta a diversidade regional, cultural e étnico-racial. (Diretriz X*)	Buscar assessoria para diagnóstico da realidade da criança e adolescente no município; Fomentar a criação de rede intersetorial para discussão de casos, e encaminhamentos, de forma mais integral as necessidades das crianças, adolescentes e suas famílias.	2015	CMDCA	R\$ 15.000,00 (diagnóstico)
TOTAL				R\$ 83.500,00

Comunicado Audiencia

COMUNICADO

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, Prefeito Municipal de Lauro Müller/SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante Lei Municipal, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 16h00min do dia 30 de Setembro de 2014, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para avaliação do cumprimento do 2º QUADRIMESTRE DAS METAS FÍSICAS E FISCAIS DO EXERCÍCIO DE 2014, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, do Fundo Municipal de Saúde e do Hospital Municipal Henrique Lage.

Lauro Müller/SC, 16 de Setembro de 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal Lindóia do Sul

PREFEITURA

Inexigibilidade 04/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2014

O Município de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, para regularização de ocupação de um Barracão com 85,97 m², sobre o terreno identificado como Lote n. 09, com área de 1.346,12 m², localizado na Área Industrial, Rodovia SC 465, KM 25, Município de Lindóia do Sul, SC, dentro de área maior registrada sob a matrícula n. 24.866, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, SC e outorga de incentivos econômicos.

Beneficiada; JUCEMAR CASON ME

Vigência: 15 anos.

Lindóia do Sul, SC, 17 de setembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Contrato PML Nº 147

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 147/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 109/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 066/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - CASA DOS TROFÉUS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Jerônimo Coelho, nº 345, 1º andar, sala 104, Centro, no Município de Florianópolis/SC, CEP 88.010-030, inscrita no CNPJ sob o nº 02.593.018/0001-70, neste ato representado por seu sócio proprietário SERGIO LEANDRO MAES, brasileiro, maior, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade nº 3.307.550 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 028.877.779-47, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 109/2014, Pregão Presencial nº 066/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual aquisição, de forma parcelada, de medalhas e troféus destinados para os eventos esportivos e culturais desenvolvidos pela Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
11	100,00	UN	Troféu Com 79,10 Cm De Altura, Base Redonda Com 21 Cm De Largura Em Polímero Na Cor Preta. Sobre Esta Base Um Suporte Metalizado Na Cor Dourada E Um Anel Metalizado Na Cor Prata. Taça Com 33 Cm De Largura A Partir Das Alças Metalizada Na Cor Dourada. Tampa Metalizada Na Cor Dourada. Estatueta Intercambiável. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento, Data, Colocação E Personalização Com Logomarca.	193,00	19.300,00

12	100,00	UN	Troféu Com 75,50 Cm De Altura, Base Redonda Com 21 Cm De Largura Em Polímero Na Cor Preta. Sobre Esta Base Um Suporte Metalizado Na Cor Dourada E Um Anel Metalizado Na Cor Prata. Taça Com 33 Cm De Largura A Partir Das Alças Metalizada Na Cor Dourada. Tampa Metalizada Na Cor Dourada. Estatueta Intercambiável. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento, Data, Colocação E Personalização Com Logomarca.	162,00	16.200,00
----	--------	----	---	--------	-----------

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.6. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.7. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos;

1.8. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.9. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.12. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues;

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele

decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1.Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

4.1.2.Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à

Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundos do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de

3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do

fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes
Atividade- 0201.04.122.0004.2002 -Funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 -Manutenção da educação básica infantil

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 -Manutenção da educação básica fundamental

Atividade- 0802.13.392.0046.2038 -Apoio para difusão cultural

Atividade- 0803.27.812.0049.2040 -Funcionamento e manutenção do setor de esportes

Atividade- 0901.20.606.0052.2042 -Manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes
Atividade- 1301.10.301.0016.2017 -Manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde

Atividade- 1301.10.304.0016.2018 -Manutenção dos serviços de vigilância sanitária

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes
Atividade- 1201.08.244.0025.2026 -Manutenção da assistência social geral

Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -Manutenção do CRAS.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

SERGIO LEANDRO MAES
CASA DOS TROFÉUS LTDA EPP
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Contrato PML Nº 148.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 148/2014
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 109/2014
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 066/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Elzira Bley Maia, nº 70, Centro, no Município de Mafra/SC, CEP 89.300-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.034.833/0001-88, neste ato representado por SERGIO LUIS KONDLOTSCH, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 2.018.325 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 780.406.049-15, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 109/2014, Pregão Presencial nº 066/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual aquisição, de forma parcelada, de medalhas e troféus destinados para os eventos esportivos e culturais desenvolvidos pela Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos

Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
10	100,00	UN	Troféu Com 84,10 Cm De Altura, Base Redonda Com 21 Cm De Largura Em Polímero Na Cor Preta. Sobre Esta Base Um Suporte Metalizado Na Cor Dourada E Um Anel Metalizado Na Cor Prata. Taça Com 33 Cm De Largura A Partir Das Alças Metalizada Na Cor Dourada. Tampa Metalizada Na Cor Dourada. Estatueta Intercambiável. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento, Data, Colocação E Personalização Com Logomarca.	186,00	18.600,00

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.6. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.7. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos;

1.8. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.9. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.12. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues;

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da

solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras

(Fone/Fax: 049 3551 4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1.Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

4.1.2.Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundos do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços

ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes
Atividade- 0201.04.122.0004.2002 -Funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 -Manutenção da educação básica infantil

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 -Manutenção da educação básica fundamental

Atividade- 0802.13.392.0046.2038 -Apoio para difusão cultural

Atividade- 0803.27.812.0049.2040 -Funcionamento e manutenção do setor de esportes

Atividade- 0901.20.606.0052.2042 -Manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade- 1301.10.301.0016.2017 -Manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde

Atividade- 1301.10.304.0016.2018 -Manutenção dos serviços de vigilância sanitária

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade- 1201.08.244.0025.2026 -Manutenção da assistência social geral

Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -Manutenção do CRAS.

**CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA**

9.1. A presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

SERGIO LUIS KONDLATSCH
GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Contrato PML Nº 149.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 149/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 109/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 066/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua 14 de Agosto, nº 560 E, Bairro Maria Goretti, no Município de Chapecó/SC, CEP 89.801-250, inscrita no CNPJ sob o nº , neste ato representado por AMBERSON GUSTAVO PICCOLLI, brasileiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.945.005 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.188.309-70, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 109/2014, Pregão Presencial nº 066/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual aquisição, de forma parcelada, de medalhas e troféus destinados para os eventos esportivos e culturais desenvolvidos pela Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
9	100,00	UN	Troféu Com Altura De 44 Cm, Base Quadrada Com 7,6 Cm De Largura Em Polímero Na Cor Preta. Suporte Metalizado Na Cor Dourada E Cone Metalizado Na Cor Dourada. Taça Metalizada Na Cor Dourada Com 15,30 Cm A Partir Das Alças. Estatueta Intercambiável. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento, Data, Colocação E Personalização Com Logomarca.	57,25	5.725,00

13	1.000,00	UN	Medalha Redonda, Fundida Em Liga Metálica E Zamak Com Tamanho De 65mm De Diâmetro E Centro Liso Com 35 Mm De Diâmetro, Personalizado Em Resina A Bandeira Do Município Na Frente E Gravação Do Evento - Da Modalidade- Colocação - Data - No Verso. Com Quatro Arcos Vazados E Polidos Que Suportam O Centro Liso E Textura Na Borda Da Medalha. Espessura De 3mm. Podendo Ser Metalizada Na Cor Dourada - Na Cor Bronze - Na Cor Prata. Suporte Para Fita Com 2,5 Cm De Largura. A Medalha Pode Vir Acompanhada De Fita De Cetim Nas Cores Azul, Vermelha, Branca Ou Verde Com 2,5 Cm De Largura Ou Fita De Gorgorão Nas Cores Azul-Branco-Vermelho Ou Verde-Amarela Com 2,5 Cm De Largura.	6,07	6.070,00
14	500,00	UN	Medalha Redonda Fundida Em Liga Metálica De Zamak, Com O Tamanho De 50 Mm De Diâmetro E Centro Liso Com 35 Mm De Diâmetro Personalizado A Logo Em Resina, Podendo Ser Na Cor Dourada Ou Prateada Ou Na Cor Bronze, Com Fita 22 Mm Largura, Com Personalização Em Resina Na Frente E Gravação No Verso.	5,08	2.540,00
15	500,00	UN	Medalha Redonda Estampada Em Metal Com O Tamanho De 42 Mm De Diâmetro E Centro Liso Com 28 Mm De Diâmetro Personalizado A Logo Em Resina, Podendo Ser Na Cor Dourada Ou Prateada Ou Na Cor Bronze, Com Fita 22 Mm Largura, Com Personalização Em Resina Na Frente E Gravação No Verso.	3,16	1.580,00

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.6. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.7. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos;

1.8. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.9. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.12. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues;

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1.Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

4.1.2.Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundos do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de

descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto lícitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que

for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ao prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes
Atividade- 0201.04.122.0004.2002 -Funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 -Manutenção da educação básica infantil

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 -Manutenção da educação básica fundamental

Atividade- 0802.13.392.0046.2038 -Apoio para difusão cultural

Atividade- 0803.27.812.0049.2040 -Funcionamento e manutenção do setor de esportes

Atividade- 0901.20.606.0052.2042 -Manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade- 1301.10.301.0016.2017 -Manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde

Atividade- 1301.10.304.0016.2018 -Manutenção dos serviços de vigilância sanitária

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade- 1201.08.244.0025.2026 -Manutenção da assistência social geral

Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -Manutenção do CRAS.

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

AMBERSON GUSTAVO PICCOLLI
MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA
FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Contrato PML Nº 150.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 150/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 109/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 066/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

4 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Silvino Ciarini, nº 530 A, Bairro dos Industriários, na cidade de Concórdia/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83, neste ato representada por sua sócia-administradora, DAIANE ROSA, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da cédula de identidade nº 2.134.107 e inscrita no CPF/MF sob o nº 949.233.889-00, residente e domiciliada na Rua Maria Mafessoni Rosa, 196, Bairro dos Industriários, em Concórdia/SC, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 109/2014, Pregão Presencial nº 066/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual aquisição, de forma parcelada, de medalhas e troféus destinados para os eventos esportivos e culturais desenvolvidos pela Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	150,00	UN	Troféu Com 62 Cm De Altura, Com Base Octonal Com 12 Cm De Altura Em Polímero Na Cor Preta. Na Parte Superior Desta Base Uma Taça Fechada Com 16cm De Largura, Com Ramos Em Alto Relevo E Colagem De Resina Personalizada Do Município 50mm. Sobre Essa Taça Uma Copa Fechada Metalizada Na Cor Dourada. Estatueta Superior Intercambiável Conforme A Necessidade De Evento. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento - Modalidade - Colocação- Data- Bandeira Do Município. Demais Componentes Metalizados Na Cor Dourada.	118,40	17.760,00

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.6. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.7. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos;

1.8. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.9. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.12. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues;

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver

alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1.Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

4.1.2.Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundos do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60

(sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes
Atividade- 0201.04.122.0004.2002 -Funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 -Manutenção da educação básica infantil

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 -Manutenção da educação básica fundamental

Atividade- 0802.13.392.0046.2038 -Apoio para difusão cultural

Atividade- 0803.27.812.0049.2040 -Funcionamento e manutenção do setor de esportes

Atividade- 0901.20.606.0052.2042 -Manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade- 1301.10.301.0016.2017 -Manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde

Atividade- 1301.10.304.0016.2018 -Manutenção dos serviços de vigilância sanitária

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade- 1201.08.244.0025.2026 -Manutenção da assistência social geral

Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -Manutenção do CRAS.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento

em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de setembro de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

DAIANE ROSA

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 151.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 151/2014
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 109/2014
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 066/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

5 - SCHNEIDER E CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. XV de Novembro nº 606, Sala 01, Centro no Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.228.973/0001-00, neste ato representada por seu Sócio Administrador MARCO ANTONIO SCHNEIDER, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/R 2.418.972 e inscrito no CPF/MF sob o nº 757.762.359-87 residente e domiciliado na Rua Airton Senna da Silva, nº 400, Bairro Jardim Alvorada, na cidade de Joaçaba/SC, doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 109/2014, Pregão Presencial nº 066/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual aquisição, de forma parcelada, de medalhas e troféus destinados para os eventos esportivos e culturais desenvolvidos pela Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	150,00	UN	Troféu Com 53 Cm De Altura, Com Base Octonal Com 10 Cm De Altura Em Polímero Na Cor Preta. Na Parte Superior Desta Base Uma Taça Fechada Com 13cm De Largura, Com Ramos Em Alto Relevo E Colagem De Resina Personalizada Do Município 50mm. Sobre Essa Taça Uma Copa Fechada Metalizada Na Cor Dourada. Estatueta Superior Intercambiável Conforme A Necessidade De Evento. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento - Modalidade - Colocação- Data-Bandeira Do Município. Demais Componentes Metalizados Na Cor Dourada.	68,50	10.275,00
7	100,00	UN	Troféu Com Altura De 57 Cm, Base Quadrada Com 7,6 Cm De Largura Em Polímero Na Cor Preta. Suporte Metalizado Na Cor Dourada E Cone Metalizado Na Cor Dourada. Taça Metalizada Na Cor Dourada Com 15,30 Cm A Partir Das Alças. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento, Data, Colocação E Personalização Com Logomarca.	66,30	6.630,00
8	100,00	UN	Troféu Com Altura De 51 Cm, Base Quadrada Com 7,6 Cm De Largura Em Polímero Na Cor Preta. Suporte Metalizado Na Cor Dourada E Cone Metalizado Na Cor Dourada. Taça Metalizada Na Cor Dourada Com 15,30 Cm A Partir Das Alças. Estatueta Intercambiável. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento, Data, Colocação E Personalização Com Logomarca.	59,40	5.490,00

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.6. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.7. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos;

1.8. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.9. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do

deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.12. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues;

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já

existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1.Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

4.1.2.Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundos do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes
Atividade- 0201.04.122.0004.2002 -Funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 -Manutenção da educação básica infantil

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 -Manutenção da educação básica fundamental

Atividade- 0802.13.392.0046.2038 -Apoio para difusão cultural

Atividade- 0803.27.812.0049.2040 -Funcionamento e manutenção do setor de esportes

Atividade- 0901.20.606.0052.2042 -Manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade- 1301.10.301.0016.2017 -Manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde

Atividade- 1301.10.304.0016.2018 -Manutenção dos serviços de vigilância sanitária

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade- 1201.08.244.0025.2026 -Manutenção da assistência social geral

Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -Manutenção do CRAS.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MARCO ANTONIO SCHNEIDER
SCHNEIDER E CIA LTDA ME
FORNECEDOR 5

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 152.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 152/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 109/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 066/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

6 - TOTAL SPORTS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua XV de Novembro, nº 576, Centro, na cidade de Videira/SC, CEP 89560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.248.252/0001-86, neste ato representado por seu sócio administrador, ANDERSON CORDEIRO PIROLI, brasileiro, maior, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade nº 25/R 4.482.234 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 044.949.089-08, doravante denominado FORNECEDOR 6;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 109/2014, Pregão Presencial nº 066/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual aquisição, de forma parcelada, de medalhas e troféus destinados para os eventos esportivos e culturais desenvolvidos pela Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	150,00	UN	Troféu Com 74 Cm De Altura, Com Base Octonal Com 14 Cm De Altura Em Polímero Na Cor Preta. Na Parte Superior Desta Base Uma Taça Fechada Com 20 Cm De Largura, Com Ramos Em Alto Relevo E Colagem De Resina Personalizada Do Município 50mm. Sobre Essa Taça Uma Copa Fechada Metalizada Na Cor Dourada. Estatueta Superior Intercambiável Conforme A Necessidade De Evento. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento - Modalidade - Colocação- Data-Bandeira Do Município. Demais Componentes Metalizados Na Cor Dourada.	185,00	27.750,00

4	100,00	UN	Troféu Com Altura De 39 Cm, Base Quadrada Com 7,60 Cm De Largura Em Polímero Na Cor Preta. Cone Com Friso Metalizado Na Cor Dourada Com Coroa De Dezesseis Pontas Metalizada Na Cor Vermelha, Com 9 Cm De Largura. Estatueta Inter-cambiável. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento, Data, Colocação E Personalização Com Logomarca.	60,50	6.050,00
5	100,00	UN	Troféu Com Altura De 32 Cm, Base Quadrada Com 7,60 Cm De Largura Em Polímero Na Cor Preta. Cone Com Friso Metalizado Na Cor Dourada Com Coroa De Dezesseis Pontas Metalizada Na Cor Vermelha, Com 9 Cm De Largura. Estatueta Inter-cambiável. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento, Data, Colocação E Personalização Com Logomarca.	48,00	4.800,00
6	100,00	UN	Troféu Com Altura De 28 Cm, Base Com 7,60 Cm De Largura Em Polímero Na Cor Preta. Cone Com Friso Metalizado Na Cor Dourada Com Coroa De Dezesseis Pontas Metalizada Na Cor Vermelha, Com 9 Cm De Largura. Estatueta Inter-cambiável. Plaqueta Em Latão Com Gravação Do Evento, Data, Colocação E Personalização Com Logomarca.	46,98	4.698,00

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.6. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.7. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos;

1.8. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.9. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida

substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.12. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues;

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8.O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo

com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata de Registro de Preços;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundos do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o ser fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a

irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital

ou na ata de registro de preços;
b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes
Atividade- 0201.04.122.0004.2002 -Funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 -Manutenção da educação básica infantil

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 -Manutenção da educação básica fundamental

Atividade- 0802.13.392.0046.2038 -Apoio para difusão cultural

Atividade- 0803.27.812.0049.2040 -Funcionamento e manutenção do setor de esportes

Atividade- 0901.20.606.0052.2042 -Manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade- 1301.10.301.0016.2017 -Manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde

Atividade- 1301.10.304.0016.2018 -Manutenção dos serviços de vigilância sanitária

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade- 1201.08.244.0025.2026 -Manutenção da assistência social geral

Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -Manutenção do CRAS.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ANDERSON CORDEIRO PIROLI
TOTAL SPORTS LTDA ME
FORNECEDOR 6

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Portaria 121/14

PORTARIA Nº 121/14 de 15 de setembro de 2014.
"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o Senhor ADELAR PELICIELLI, para o cargo de provimento em comissão de Coordenador do Setor de Manutenção, Nível CC-4, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 16 de setembro de 2014.

Art.2º- DESIGNAR o Senhor ADELAR PELICIELLI, Coordenador do Setor de Manutenção, como responsável pelo abastecimento e lubrificação de máquinas e automóveis da Secretaria de Obras e Serviços, fazendo jus aos adicionais de insalubridade em 40% e periculosidade, previstos no arts. 192 e 193 da CLT.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de setembro de 2014.

Luzerna(SC), 15 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Portaria 120/14

PORTARIA Nº 120/14 de 1º de setembro de 2014.
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, CARMEM SALETE DAL SANTO GAIO, para exercer as funções de Professora Não Habilitada, 40 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 28 horas de trabalho com alunos e 12 horas de trabalho pedagógico, para reger classe e/ou ministrar aulas provenientes de cargos que ainda não tenham sido criados, com remuneração equivalente a 54,91163% (art.9º, §7º LC nº 033/03) do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe "A", do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso III do art.9º e art.12, inciso II, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 008/2013 de 29 de novembro de 2013, homologado em 03 de fevereiro de 2014, a partir de 1º de setembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2014.

Luzerna(SC), 1º de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Contrato PML Nº 145.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 145/2014
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 105/2014
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 064/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 105/2014, Pregão Presencial PML nº 064/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 - BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Frei João, 06 sala, centro, na cidade de Luzerna/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.743.603/0001-08, neste ato representada por seu sócio administrador EDUARDO BELEGANTE, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.883.734 e inscrito no CPF/MF sob o nº 590.402.629-34, residente e domiciliado na Rua Guilherme Zamoner, LD 77, Centro, na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominado FORNECEDOR 1;

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a eventual aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção destinada à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, destinados a Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, deste edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, em conformidade com as especificações no anexo, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
4	Abraçadeira rosca sem fim 1.1/4 x 1.3/4	UN	10,00	1,39	13,90
5	Abraçadeira rsf 13x16	UN	15,00	1,09	16,35
6	Abraçadeira tipo "u" 3/4	UN	40,00	0,19	7,60
7	Adaptador int. Polietileno 3/4	UN	10,00	1,08	10,80
8	Adaptador soldável 20 x 1/2	UN	20,00	0,48	9,60
9	Adaptador soldável 25 x 3/4	UN	20,00	0,41	8,20
18	Aquecedor de água elétrico, 220v, potência de 6000w, pressão de funcionamento: 2mca(água) min. 60mca (água) max., comando de temperaturas manual.	UN	20,00	99,00	1.980,00
24	Argamassa c/ 20 kg	SC	20,00	7,65	153,00

25	Argamassa colante ac ii	KG	25,00	17,75	443,75
26	Argamassa colante ac iii	KG	25,00	29,70	742,50
30	Bandeja p/ pintura, 2,7 lt	UN	10,00	5,00	50,00
31	Barra apoio p/ cadeirante	UN	6,00	49,00	294,00
32	Bloco de concreto 9 x 19 x 29	UN	30,00	2,34	70,20
33	Bloco de concreto 14 x 19 x 29	UN	30,00	2,50	75,00
34	Bocal e-40	UN	120,00	3,80	456,00
35	Bocal pendent c/ rabicho	UN	40,00	2,75	110,00
36	Boia	UN	1,00	6,90	6,90
37	Braçadeira de aperto	UN	10,00	1,55	15,50
38	Braçadeiras com buchas e parafusos	UN	600,00	0,45	270,00
39	Braçadeiras de 1/2 polegada	UN	10,00	1,35	13,50
40	Broca aço rápido ref. 2510 - 4,50	UN	15,00	4,80	72,00
41	Broca para concreto 6,00mm	UN	15,00	5,50	82,50
42	Bucha nº 06	UN	60,00	0,04	2,40
43	Bucha nº 10	UN	60,00	0,10	6,00
44	Bucha redução rosc. 3/4 x 1/2	UN	10,00	0,50	5,00
45	Bucha redução soldável curta 25x20 mm	UN	50,00	0,29	14,50
46	Buchas	UN	600,00	0,06	36,00
48	Cabo pp 0,6/1kv 2x1,5 mm	MT	250,00	1,86	465,00
49	Cabo pp 0,6/1kv 2x2,5 mm	MT	250,00	2,65	662,50
50	Cabo pp 2x4	UN	100,00	4,19	419,00
51	Cabo pp v 4 x 6,0 mm	MT	1.000,00	10,44	10.440,00
63	Cal para pintura com 8kg	UN	100,00	6,90	690,00
65	Canaleta 20x1022200 c/ divisória	UN	80,00	4,00	320,00
66	Canaleta com divisória sistema x	UN	80,00	3,75	300,00
67	Canaleta sem divisória sistema x 20mm x 2,00mt	UN	80,00	4,90	392,00
68	Cano 1' 1/2 (mangueira preta 1'1/2)	MT	300,00	7,50	2.250,00
69	Caps soldável 50mm	UN	5,00	2,85	14,25
70	Cavadeira com cabo	UN	1,00	16,80	16,80
71	Chapa de madeirite 10mm - 1,10x2,20 m	UN	20,00	28,00	560,00
72	Chapa de madeirite 12mm - 1,10x2,20 m	UN	20,00	35,00	700,00
73	Chapa de madeirite 14mm - 1,10x2,20 m	UN	30,00	38,00	1.140,00
74	Chapa de madeirite 15mm - 1,10x2,20 m	UN	20,00	42,00	840,00
75	Chapa de madeirite 5mm - 1,10x2,20 m	UN	20,00	24,00	480,00
78	Cimento saco com 50kg	SC	300,00	26,85	8.055,00
83	Corante líquido	UN	300,00	3,30	990,00
86	Curvas 1' 1/2	MT	20,00	3,40	68,00
98	Escada de alumínio cim 05 degraus	UN	5,00	218,00	1.090,00
99	Esmalte sintético 3,600	UN	20,00	49,90	998,00
111	Fio flexível 10mm	MT	250,00	4,30	1.075,00
112	Fio flexível 2,5mm	MT	600,00	0,89	534,00
113	Fio flexível 4,0 mm	MT	250,00	1,60	400,00
114	Fio flexível 6 mm	MT	800,00	2,07	1.656,00
115	Fio fone par (1 par)	MT	300,00	0,29	87,00
116	Fio paralelo 2 x 2,5 mm	MT	600,00	1,55	930,00
117	Fio paralelo 2 x 4 mm	MT	300,00	2,99	897,00

118	Fita dupla face 12mm x 2 m	UN	100,00	5,80	580,00
119	Fita isolante 10mt	UN	20,00	2,90	58,00
120	Fita isolante 19 x 20 mt	UN	70,00	4,49	314,30
121	Fita multi-uso asfáltica 10m	UN	100,00	4,85	485,00
122	Fita veda rosca 18x25mt	UN	50,00	3,80	190,00
123	Fita veda rosca 18x50mt	UN	50,00	6,79	339,50
124	Fita zebrada s/ adesivo 70mm com 100m	UN	30,00	8,50	255,00
125	Fitas isolantes de 20 m	UN	4,00	5,85	23,40
129	Garfo p/ rolo de lâ 23cm	UN	30,00	6,00	180,00
133	Isolamento roldana plástica 30x30m	UN	15,00	0,28	4,20
134	Joelho esgoto 100mm 90°	UN	30,00	2,84	85,20
135	Joelho esgoto 15 mm 90°	UN	20,00	17,49	349,80
137	Joelho esgoto 40mm 90°	UN	10,00	0,80	8,00
138	Joelho esgoto 50mm 90°	UN	20,00	1,39	27,80
140	Joelho lxr 2 25 x 1/2	UN	20,00	1,35	27,00
141	Joelho lxr 20 x 1/2	UN	20,00	1,30	26,00
143	Joelho soldável 20 mm 45°	UN	20,00	0,45	9,00
146	Joelho soldável 32 mm 90°	UN	10,00	0,89	8,90
148	Junção simples esgoto 100x75cm	UN	40,00	10,79	431,60
156	Lâmpada econômica 15w	UN	40,00	7,99	319,60
157	Lâmpada econômica 25w	UN	50,00	9,89	494,50
158	Lâmpada econômica 26w	UN	50,00	7,46	373,00
159	Lâmpada econômica espiral 15w	UN	50,00	8,89	444,50
160	Lâmpada econômica espiral 25w	UN	50,00	12,75	637,50
163	Lâmpada mista 250w	UN	50,00	22,90	1.145,00
165	Lixa 100	UN	20,00	2,50	50,00
167	Lixa 60	UN	20,00	2,50	50,00
169	Lixa de ferro 60	UN	300,00	2,50	750,00
174	Luva esgoto 150mm	UN	20,00	14,79	295,80
176	Luva esgoto 50 mm	UN	10,00	1,15	11,50
177	Luva látex	UN	50,00	4,90	245,00
186	Mangueira corrugada 3/4	MT	250,00	1,20	300,00
188	Mangueira p/ jardim 1/2	MT	200,00	1,76	352,00
192	Miolo de porta/ cilindro	UN	20,00	12,40	248,00
195	Parafuso para vaso sanitário	UN	50,00	2,50	125,00
197	Picaretta com cabo	UN	1,00	35,00	35,00
199	Pino adaptador 2p + t universal	UN	10,00	6,90	69,00
201	Piso cerâmica pei 3 30 x 30 cm	MT	50,00	12,50	625,00
203	Plugue 2 pino 10ª	UN	30,00	2,90	87,00
205	Plugue fêmea 2p 10ª.	UN	100,00	2,90	290,00
206	Plugue fêmea 2p+t	UN	100,00	3,90	390,00
208	Plugue roscável 3/4	UN	100,00	0,60	60,00
209	Porta lâmpada fluorescente	UN	50,00	1,69	84,50
210	Porta lâmpada fluorescente + porta start	UN	50,00	1,90	95,00
211	Prego 12 x 12	KG	9,17	9,95	91,24
213	Prego 17 x 27	KG	30,00	7,80	234,00
216	Prego 18x30 - duas cabeças.	KG	30,00	9,80	294,00
218	Prego 20x42.	KG	30,00	7,90	237,00
220	Prego 25 x 54	KG	30,00	8,87	266,10
223	Prego p/ caibro	KG	20,00	8,35	167,00
224	Prolongador p/ torneira 4mm	UN	20,00	4,95	99,00
226	Rastel pequeno com cabo	UN	1,00	8,00	8,00

227	Reator eletrônico 1x40w	UN	20,00	18,90	378,00
228	Reator eletrônico 2x20w	UN	20,00	21,50	430,00
229	Reator eletrônico 2x40w	UN	100,00	21,50	2.150,00
230	Recptáculo p/ lâmpada fluorescente c/ 01 kg	UN	50,00	1,90	95,00
238	Rele foto célula	UN	30,00	15,90	477,00
241	Rolo de lâ 23 cm	UN	50,00	12,90	645,00
243	Serra aço rápido	UN	50,00	3,90	195,00
244	Serrote	UN	1,00	12,00	12,00
245	Sifão	UN	5,00	6,99	34,95
246	Sifão p/ lavatório	UN	30,00	6,90	207,00
247	Silicone 280gr	UN	50,00	12,90	645,00
248	Silicone 50gr - incolor	UN	15,00	3,90	58,50
249	Solvente 5 litros	UN	50,00	47,90	2.395,00
250	Star fs4 - 40w	UN	150,00	1,00	150,00
252	Tee adaptador	UN	150,00	4,79	718,50
253	Tee esgoto 100x100mm	UN	150,00	6,79	1.018,50
254	Tee esgoto 150x100mm	UN	100,00	23,90	2.390,00
259	Telha ondulada 2,13x1,10x6mm	UN	20,00	35,00	700,00
260	Telha ondulada 2,44x0,50x4mm	UN	10,00	10,80	108,00
261	Telha ondulada 2,44x1,10x6mm	UN	50,00	42,00	2.100,00
262	Telha plástica 2,44x0,50	UN	10,00	19,90	199,00
263	Telha plástica 2,44x1,10	UN	10,00	48,80	488,00
264	Thinner 5 lt	UN	50,00	44,80	2.240,00
265	Thinner c/ 900 ml	UN	50,00	9,00	450,00
266	Tijolo 6 furos 14 x 9 x 24 cm	UN	3.000,00	0,59	1.770,00
268	Tinta acrílica 3,600 litros - cores diversas - premium	UN	50,00	58,40	2.920,00
269	Tinta esmalte 3,6 lt - cores diversas - premium	UN	50,00	58,90	2.945,00
270	Tinta esmalte 900 ml - cores diversas - premium	UN	50,00	16,90	845,00
273	Tinta xadrez pó c/500 gr	UN	300,00	11,80	3.540,00
277	Tomada de telefone universal	UN	50,00	6,08	304,00
279	Tomada rede rj45 8v c/p	UN	70,00	19,90	1.393,00
280	Torneira abre fecga 1/4 de volta metálica	UN	20,00	49,90	998,00
281	Torneira com encaixe para mangueira	UN	5,00	1,90	9,50
282	Torneira elétrica de bancada	UN	5,00	157,50	787,50
283	Torneira elétrica de parede	UN	10,00	119,00	1.190,00
285	Torneira plástica - preta	UN	30,00	2,50	75,00
287	Trincha 2 pincel	UN	5,00	3,90	19,50
289	Trincha 395 pincel	UN	5,00	5,90	29,50
291	Tubo de esgoto 100 mm	MT	300,00	6,69	2.007,00
292	Tubo de esgoto 150 mm	MT	300,00	18,20	5.460,00
293	Tubo de esgoto 200 mm contados por metros	MT	300,00	35,50	10.650,00
294	Tubo de esgoto 40 mm	MT	300,00	2,32	696,00
295	Tubo de esgoto 75 mm	MT	300,00	5,50	1.650,00
296	Tubo de soldável 20 mm	MT	800,00	1,49	1.192,00
297	Tubo esgoto 50 mm	MT	300,00	4,03	1.209,00
298	Tubo soldável 50 mm	MT	300,00	4,45	1.335,00
301	Vassoura de rua e cabo	UN	10,00	12,90	129,00
303	Veda rosca	UN	20,00	2,97	59,40

O FORNECEDOR 1 - BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA - EPP, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 113.575,84 (cento e treze mil quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos);

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 24 (quatro) horas antes da realização dos eventos;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.6. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.7. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.8. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna/SC, dentro do perímetro do município de Luzerna/SC.

1.9. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.10. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.11. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.12. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR .
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para ao FORNECEDOR.
- 3.5. Os preços não serão reajustados.
- 3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
 - 4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais

solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
 - 5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna/SC, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - manutenção do Departamento de administração

Atividade - 0601.06.181.0010.2011 - manutenção do convênio do corpo de bombeiros

Atividade - 0601.06.181.0010.2012 - manutenção do convenio FUNPOM

Atividade - 0601.06.181.0010.2013 - manutenção do convenio FUNPOC

Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - manutenção da educação básica infantil

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - manutenção da educação fundamental

Atividade - 0802.13.391.0046.2037 - resgate da memoria cultural

Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - apoio para difusão cultural

Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - funcionamento e manutenção do setor de esportes

Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente

Atividade - 1101.15.452.0061.2055 - manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - manutenção e conservação das estradas vicinais do município

Atividade - 1101.26.782.0061.2076 - manutenção das instalações do terminal rodoviário municipal

Atividade - 1001.22.661.0058.2051 - manutenção da incubadora tecnológica de luzerna

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde

Atividade - 1301.10.304.0016.2018 - manutenção dos serviços de vigilância sanitária

Atividade - 1201.08.244.0025.2024 - manutenção do centro de multiplouso

Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - manutenção da assistência social geral

Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - manutenção do CRAS

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

EDUARDO BELEGANTE
BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA - EPP
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 146.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 146/2014
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 105/2014
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 064/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições,

RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 105/2014, Pregão Presencial PML nº 064/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

2 - HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.238.271/0001-01, com endereço a Rua Dorival de Brito, nº 360, Centro em Herval D' Oeste/SC, CEP 89610-000, representada por seu procurador legal CLAUDIOMAR SARETTA, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.333.243 e inscrito no CPF/MF sob nº 828.405.479-53, doravante denominado FORNECEDOR 2.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a eventual aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção destinada à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, destinados a Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, deste edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, em conformidade com as especificações no anexo, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	"T" de 1/2 polegada	UN	4,00	1,50	6,00
2	Abraçadeira 16x19 (5/8x3/4)	UN	15,00	1,08	16,20
3	Abraçadeira 200x4,8	UN	10,00	10,75	107,50
11	Adesivo 17 gr	UN	10,00	1,80	18,00
12	Adesivo 75gr	UN	10,00	3,99	39,90
13	Adesivo cascola 730gr	UN	15,00	19,85	297,75
14	Adesivo cascorez extra c/ 1kg	UN	50,00	10,00	500,00
15	Alicate	UN	1,00	14,90	14,90
16	Apa e cabo	UN	12,00	22,60	271,20
17	Apa para lixo	UN	10,00	11,40	114,00
19	Arame 16	MT	100,00	8,49	849,00
20	Arame galvanizado nº 12	KG	30,00	9,70	291,00
21	Arame galvanizado nº 14	KG	30,00	9,75	292,50
22	Arame galvanizado nº 16	KG	30,00	8,80	264,00
23	Arame recozido nº 18	KG	30,00	6,80	204,00
27	Assento sanitário	UN	15,00	16,90	253,50
28	Azulejo para parede 30 x 30 cm	MT	50,00	10,70	535,00
29	Azulejo para parede 30 x 60 cm	MT	50,00	11,65	582,50
52	Cachimbo para torneiras	UN	5,00	1,17	5,85
53	Cadeado 30 mm	UN	15,00	9,50	142,50
54	Cadeado 35mm	UN	15,00	12,50	187,50
55	Cadeado 40mm	UN	15,00	14,50	217,50
56	Cadeado 45 mm	UN	15,00	17,90	268,50
57	Cadeado 50mm	UN	15,00	21,70	325,50
58	Caibra pinus 8cm x 15cm x 3m	UN	20,00	10,90	218,00

59	Caixa de descarga controlada 9lt	UN	30,00	18,70	561,00
60	Caixa distribuição 1 disjuntor sobrepor	UN	10,00	5,80	58,00
61	Caixas de passagem 4" x 2"	UN	35,00	1,69	59,15
62	Cal hidratado 20 kg	SC	50,00	8,90	445,00
64	Cal virgem 20 kg	SC	50,00	9,15	457,50
76	Chave de fenda media	UN	1,00	3,60	3,60
77	Chave liga/desliga com interruptor simples	UN	10,00	3,20	32,00
79	Cola plástica	UN	20,00	7,80	156,00
80	Conexão sistema x	UN	50,00	0,90	45,00
81	Conjunto fechadura e fechadura p/ banheiro	UN	30,00	18,90	567,00
82	Conjunto/parafuso/bucha p/ telha fibrocim.	UN	30,00	0,45	13,50
84	Curva eletroduto 180 mm 1	UN	10,00	3,10	31,00
85	Curva soldável 20 mm 90°	UN	100,00	1,19	119,00
87	Disjuntor monofásico 30 x15	UN	5,00	9,80	49,00
88	Disjuntor trifásico 60w	UN	5,00	57,90	289,50
89	Disjuntor umipolar 50ª	UN	10,00	14,80	148,00
90	Durepoxi 100gr	UN	15,00	4,75	71,25
91	Emendas 1/2 polegadas	UN	5,00	0,39	1,95
92	Enxada e cabo	UN	12,00	24,70	296,40
93	Engate flexível 30 cm	UN	100,00	4,38	438,00
94	Engate flexível 50 cm	UN	100,00	4,75	475,00
95	Engate flexível 50mm	UN	10,00	4,60	46,00
96	Engate rápido 1/2	UN	30,00	3,48	104,40
97	Enxada com cabo	UN	2,00	20,20	40,40
100	Espátula de aço 12cm	UN	10,00	7,40	74,00
101	Facão	UN	1,00	13,70	13,70
102	Ferro chato (5/16" x 1 1/2") 60 cm comprimento	BR	400,00	13,50	5.400,00
103	Ferro chato (5/16" x 1 1/2") 80 cm de comprimento	BR	80,00	13,90	1.112,00
104	Ferro de construção 1/2 (12mm)- 12 metros	BR	50,00	39,00	1.950,00
105	Ferro de construção 1/4 (6mm) - 12 metros	BR	150,00	9,90	1.485,00
106	Ferro de construção 3/8 (10mm) - 12 metros	BR	50,00	26,90	1.345,00
107	Ferro de construção 4.2 mm - 12 metros	BR	100,00	5,80	580,00
108	Ferro de construção 5/16 (8mm) - 12 metros	BR	100,00	16,90	1.690,00
109	Ferro de construção 5/8 - 12 metros	BR	20,00	64,90	1.298,00
110	Ferro de construção 5mm	BR	80,00	6,90	552,00
126	Foice com cabo	UN	2,00	24,50	49,00
127	Forro pvc 6 cm	MT	50,00	11,80	590,00
130	Globofix fixador p/ pintura em cal	UN	50,00	1,10	55,00
131	Grampo fixa fio c/ prego	KG	15,00	1,30	19,50
132	Interruptor simples com placa	UN	30,00	4,70	141,00
136	Joelho esgoto 200mm 90°	UN	20,00	53,80	1.076,00
139	Joelho esgoto 75mm 90°	UN	20,00	2,60	52,00
142	Joelho lxr 25 x 3/4	UN	5,00	1,89	9,45
144	Joelho soldável 20 mm 90°	UN	20,00	0,30	6,00
145	Joelho soldável 20 x 1/2	UN	5,00	0,90	4,50
147	Junção simples 50 x 50 mm	UN	10,00	2,40	24,00
149	Kit acionamento completo 1.1/2	UN	10,00	108,00	1.080,00

150	Lajota p/ passeio padrão 2 cores 45x45	UN	1.000,00	20,90	20.900,00
151	Lajota peiver concreto 20x10x04	UN	200,00	36,90	7.380,00
152	Lajota peiver concreto 20x10x06	UN	200,00	41,90	8.380,00
153	Lâmpada 100w	UN	20,00	7,60	152,00
154	Lâmpada 150w	UN	20,00	3,90	78,00
155	Lâmpada 60w	UN	20,00	1,80	36,00
161	Lâmpada fluorescente 20w / 220v	UN	150,00	4,85	727,50
162	Lâmpada fluorescente 40w / 220v	UN	400,00	4,85	1.940,00
164	Lima	UN	1,00	9,79	9,79
166	Lixa 120	UN	20,00	2,45	49,00
168	Lixa adesiva p/ escada de 1m	UN	10,00	4,85	48,50
170	Lona preta	M2	30,00	0,59	17,70
171	Luva de correr soldável 20mm	UN	50,00	4,75	237,50
172	Luva de correr soldável 50mm	UN	5,00	16,50	82,50
173	Luva esgoto 100mm	UN	20,00	3,20	64,00
175	Luva esgoto 40 mm	UN	20,00	0,69	13,80
178	Luva lxr 25 x 1/2	UN	10,00	1,49	14,90
179	Luva lxr 20 x 1/2"	UN	10,00	0,65	6,50
180	Luva simples esgoto 75mm	UN	10,00	2,60	26,00
181	Luva soldável 20mm	UN	100,00	0,29	29,00
182	Luva soldável 25mm	UN	10,00	0,39	3,90
183	Luva soldável 32mm	UN	5,00	0,99	4,95
184	Luva soldável 50mm	UN	30,00	2,29	68,70
185	Luvas 1' 1/2 União polietileno	UN	50,00	3,80	190,00
187	Mangueira flexível preta de 1/2 polegada	MT	300,00	1,37	411,00
189	Mareta de 05 kg com cabo	UN	1,00	78,00	78,00
190	Martelo	UN	1,00	19,70	19,70
191	Martelo 27mm	UN	10,00	22,80	228,00
193	Pa de corte com cabo	UN	2,00	21,70	43,40
194	Parafuso 3,2 x 30 madeira	UN	300,00	0,13	39,00
196	Parafusos pequenos	UN	600,00	0,09	54,00
198	Pino 2 x 20	UN	10,00	4,86	48,60
200	Pino de porcelana 3 x 30	UN	10,00	9,50	95,00
202	Piso cerâmica pei 3 40 x 40 cm	MT	50,00	12,45	622,50
204	Plugue engate rápido	UN	100,00	3,45	345,00
207	Plugue macho 10ª.	UN	100,00	2,89	289,00
212	Prego 16 x 24	KG	30,00	7,90	237,00
214	Prego 18 x 30	KG	30,00	7,78	233,40
217	Prego 19/39	KG	1,00	7,30	7,30
219	Prego 22x48.	KG	30,00	8,40	252,00
221	Prego 25 x 72	KG	30,00	8,85	265,50
222	Prego de aço 12x9 - pacote com 100 un.	PCT	100,00	3,50	350,00
225	Rastel e cabo	UN	12,00	16,90	202,80
231	Redução 50x40 mm	UN	5,00	1,10	5,50
232	Redução 100x75 mm	UN	100,00	5,45	545,00
233	Redução de 3/4 para meia	UN	2,00	0,69	1,38
234	Redução esgoto 150x100mm	UN	5,00	14,40	72,00
235	Redução esgoto 200 x 150mm	UN	5,00	28,50	142,50
236	Regador 10 litros	UN	10,00	11,70	117,00
237	Registro pressão 20mm PVC	UN	50,00	13,80	690,00

240	Ripa pinus 7cm x 5cm x 3m	UN	20,00	4,40	88,00
242	Saboneteira plástica auto-mática	UN	20,00	19,70	394,00
251	Tabua pinus 20 cm x 2,5 cm x 3 cm	UN	20,00	480,00	9.600,00
255	Tee esgoto 200x200mm	UN	30,00	51,50	1.545,00
256	Tee lxr 25 x3/4	UN	100,00	1,19	119,00
257	Tee soldável 20mm	UN	20,00	0,46	9,20
258	Tee soldável 50mm	UN	5,00	4,88	24,40
267	Tijolo maciço 10x6x22cm	UN	5.000,00	0,85	4.250,00
271	Tinta para demarcação viária amarela c/ 18 lt	UN	40,00	280,00	11.200,00
272	Tinta para demarcação viária branca c/ 18 lt	UN	20,00	109,00	2.180,00
274	Tomada de embutir 2p + t	UN	50,00	5,85	292,50
275	Tomada de porcelana 2x20	UN	10,00	6,20	62,00
276	Tomada de sobrepor 2p	UN	30,00	3,88	116,40
278	Tomada fone sobrepor	UN	15,00	5,15	77,25
284	Torneira p/ jardim	UN	30,00	2,45	73,50
286	Trincha 1 ½ pincel	UN	5,00	2,89	14,45
288	Trincha 2.1/2" pincel	UN	5,00	4,88	24,40
290	Troques	UN	1,00	18,90	18,90
299	União ½ polietileno	UN	10,00	0,59	5,90
300	Válvula p/ lavatório	UN	20,00	4,75	95,00
302	Veda calha alumínio 285 gr	UN	20,00	14,80	296,00
304	Vidro 4 m incolor m²	MT	2,00	22,30	44,60

O FORNECEDOR 2 - HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 105.521,42 (cento e cinco mil quinhentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos);

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, em até 24 (quatro) horas antes da realização dos eventos;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.6. Por ocasião da entrega, o FORNECEDOR deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.7. O FORNECEDOR será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.8. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna/SC, dentro do perímetro do município de Luzerna/SC.

1.9. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.10. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.11. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.12. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas

características originais.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR .

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para ao FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato

decorrente do registro de preços;
c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna/SC, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito
Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - manutenção do Departamento de administração
Atividade - 0601.06.181.0010.2011 - manutenção do convênio do corpo de bombeiros
Atividade - 0601.06.181.0010.2012 - manutenção do convenio FUNPOM
Atividade - 0601.06.181.0010.2013 - manutenção do convenio FUNPOC
Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - manutenção da educação básica infantil
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - manutenção da educação fundamental
Atividade - 0802.13.391.0046.2037 - resgate da memoria cultural
Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - apoio para difusão cultural
Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - funcionamento e manutenção do setor de esportes
Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente
Atividade - 1101.15.452.0061.2055 - manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal
Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - manutenção e conservação das estradas vicinais do município
Atividade - 1101.26.782.0061.2076 - manutenção das instalações do terminal rodoviário municipal
Atividade - 1001.22.661.0058.2051 - manutenção da incubadora tecnológica de luzerna
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde
Atividade - 1301.10.304.0016.2018 - manutenção dos serviços de vigilância sanitária
Atividade - 1201.08.244.0025.2024 - manutenção do centro de multiplosso
Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - manutenção da assistência social geral
Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - manutenção do CRAS

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CLAUDIOMAR SARETTA

HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Parecer Nº 013.2014 - Ass.Jur.Sen - Setor de Licitações - Recurso - PL PML 0111.14 - PP Rp PML 0067.14 - Serviços Terceirizados - Evandro Genero Me

Parecer nº 013/2014/ ASS.JUR.SEN.

Processo Licitatório FMS nº 0111/2014.

Pregão Presencial para Registro de Preço FMS nº 0067/2014

Interessado(a)(s): Evandro Genero ME - Recorrente;

Origem: Setor de Licitações.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Mariana de Azevedo Ramos.

RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA LICITANTE EVANDRO GENERO ME. PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 0111/2014. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO FMS Nº 0067/2014. CONTRATAÇÃO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS AMBIENTES DO ESF'S E DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC. IRRESIGNAÇÃO QUANTO A EXIGÊNCIA DO EDITAL DE INSCRIÇÃO DA LICITANTE NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. COM RAZÃO A RECORRENTE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS NESTE SENTIDO. NOVO ENTENDIMENTO PELA DESNECESSIDADE DA INSCRIÇÃO, EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE FIM DA EMPRESA NÃO SER A ADMINISTRAÇÃO EM SI. ENTENDIMENTO QUE COMEÇA A SE CONSOLIDAR. RECUSO QUE SE RECEBE, CONHECE E DEVE SE DAR PROVIMENTO.

1. RELATÓRIO:

Trata-se de pedido de Parecer Jurídico, oriundo do Setor de Licitações, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitações, Mariana de Azevedo Ramos, que tem por objeto recurso interposto pela empresa Evandro Genero ME, no Processo Licitatório FMS nº 0111/2014., Pregão Presencial para Registro de Preço FMS nº 0067/2014, que tem por escopo a "contratação, de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação dos ambientes do ESF'S e da Secretária Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC".

Irresignou-se a Recorrente quanto a determinada exigência constante do instrumento convocatório. Pugna, em síntese, pela supressão da exigência constante do item 6.3.1, alínea "e", do Edital, que arrola, dentre os documentos necessários para a habilitação

das licitantes, "Certidão de registro ou inscrição da empresa e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Administração - CRA, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços objeto da licitação", aduzindo a suposta ilegalidade de tal exigência e o suposto excesso da administração ao fazê-lo.

Vieram, então, os Autos para Parecer Jurídico.

Sendo a síntese do essencial, passa-se ao mérito.

2. DA ADMISSIBILIDADE:

Preliminarmente, cabe registrar que a peça interposta pela pessoa jurídica, tempestivamente, foi apresentada em original, com cópia dos documentos pessoais da pessoa física, no entanto, não traz reconhecimento de firma do signatário, que comprove sua vinculação à empresa ora Impugnante, portanto isto bastaria para não conhecer a matéria, por não possuir valor jurídico.

Contudo, em deferência à empresa e em homenagem ao princípio constitucional do contraditório, passamos à análise do pleito.

3. DO MÉRITO:

A douta Procuradoria-Geral de Justiça deste Estado, em parecer da lavra da doutora Gladys Afonso, nos autos de Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2004.009193, bem analisou a matéria e sugeriu equacionamento que se coaduna com os preceitos legais aplicáveis à espécie e que se harmoniza perfeitamente com o entendimento abalizado pela jurisprudência da augusta Casa de Justiça Catarinense. Por estas razões, como substrato de nossa opinião, adota-se a fundamentação e os argumentos consignados pela digníssima Procuradora:

"Há que se sopesar que a licitação é um procedimento previsto em lei, e, portanto, deve ser observado, como um instrumento eficiente, visando coibir os desmandos e protecionismos, advindos do administrador público.

"Importante lembrar a lição de Diógenes Gasparini, no sentido de que 'de pouca valia seria a licitação se os proponentes e os cidadãos não pudessem fiscalizar a Administração Pública licitante no que concerne à instauração e realização desses procedimentos e à contratação'.

"Do magistério de HELY LOPES MEIRELLES ressalta-se que 'licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos'.

"Por certo, a qualificação jurídica das empresas concorrentes para que participem de licitação para prestação de serviços à Administração deve levar em consideração a existência da exigência legal de registro da participante no órgão competente para o exercício da profissão.

"Dispõe o Decreto nº 61.934/67, o qual regulamentou a Lei nº 4.769/65, acerca do exercício técnico de administração:

Art. 15. Serão obrigatoriamente registrados nos C.R.T.A as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades do Técnico de Administração, enunciadas nos termos desta Lei.

"Na lição de Marçal Justen Filho, a primeira ponderação a fazer consiste na impossibilidade de impor limites a não ser em virtude de lei. Essa é uma garantia consagrada no art. 170, parágrafo único, da CF/88. Já o art. 5º, inc. XIII, assegura a liberdade de profissão, ressaltando apenas qualificações profissionais estabelecidas em lei. Portanto o inc. I do art. 30 apenas pode ser aplicado se e quando houver uma lei restringindo o livre exercício de atividades (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 8 ed. São Paulo: Dialética, 2002, p. 329).

"Desta forma, arriscado permitir que um requisito indispensável para a exploração da atividade a que se propõe o licitante seja

comprovado somente após o término do procedimento licitatório, porque um possível descumprimento desta exigência no momento da contratação, geraria transtornos para a definição de um novo vencedor, até mesmo com a necessidade de um novo certame.

"In casu, imperiosa se torna a conjugação da leitura do art. 15 da Lei nº 4.769/65 e do artigo 2º da mesma Lei, senão vejamos: Art. 2º A atividade profissional de Administrador (*) será exercida, como profissão liberal ou não, mediante:

a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;
b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esse desdobre ou aos quais sejam conexos.

"Por certo, a atividade de limpeza não está enquadrada entre aquelas que a referida lei prevê como atividades sob a regulamentação e fiscalização do Conselho Regional de Administração, em virtude de que esta especialidade profissional é utilizada apenas como meio de obtenção de seus objetivos primordiais.

"Ademais, as atividades desenvolvidas pelas empresas de limpeza são serviços comuns, que dispensam habilitação própria para a sua execução.

"Não discrepa o entendimento jurisprudencial acerca da matéria: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. REGISTRO NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA. ATIVIDADE FIM. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. DESNECESSIDADE. NULIDADE DO CERTAME INEXISTENTE.

1. As empresas de limpeza e conservação não estão sujeitas à inscrição nos conselhos de administração e engenharia, pois sua atividade básica não exige a presença de profissionais de administração e engenharia em sua atividade básica.

2. Com efeito, apresenta-se inútil a exigência editalícia de comprovação de inscrição ou habilitação de tais empresas em conselhos de fiscalização profissional, mais especificamente CRA e CREA, o que afasta a alegação de nulidade do certame por dispensa de tal documento (TRF - QUARTA REGIÃO AC - APELAÇÃO CÍVEL - 254806 Processo: 199804010878935 UF: RS Órgão Julgador: QUINTA TURMA Data da decisão: 22/09/2003. Relatora DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DE ALMEIDA).

"E ainda:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. INVALIDADE.

1. A inscrição de empresas nas atividades fiscalizadoras do exercício profissional relaciona-se à atividade-fim, a teor do disposto no artigo 1º da Lei 6.839/80, razão pela qual as empresas de segurança e vigilância não se sujeitam a registro no Conselho Regional de Administração.

2. É inválida disposição editalícia que condiciona a participação dessas empresas no certame à apresentação de certidão comprobatória de sua inscrição perante o Conselho Regional de Administração.

3. Remessa improvida (TRF - PRIMEIRA REGIÃO. REMESSA EX-OFFICIO - 39000049352. Processo: 200039000049352 UF: PA Órgão Julgador: QUINTA TURMA Data da decisão: 22/09/2003. Relatora DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA).

"No mesmo sentido:

A TURMA, POR UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL. ADMINISTRATIVO. EDITAL DE LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE REGISTRO DAS EMPRESAS LICITANTES NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. RESPONSÁVEL TÉCNICO E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

As atividades das empresas de prestação de serviço de limpeza e conservação e prestação de serviço de vigilância desarmada, não se inserem dentre as hipóteses da lei regulamentadora da profissão de Administrador. Remessa ex officio improvida (TRF

- QUARTA REGIÃO: REO - REMESSA EX OFFICIO - 12923. Processo: 200072000021782 UF: SC Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA Data da decisão: 06/11/2001 Relatora JUIZA MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRERÊRE).

"Os julgados, acima mencionados, são suficientes para demonstrar a desnecessidade do registro da apelante para fins de habilitação em licitação.

Nesse contexto, em revisão do próprio entendimento deste parecerista, tem-se que o provimento do recurso é medida que se impõe, eis que se vislumbra nos Autos que a razão está com a Recorrente.

Ademais, é preciso também reconhecer a falta de clareza das normas vigentes que estabelecem o rol de atividades subordinadas ao controle dos Conselhos Regionais de Administração.

O entendimento jurisprudencial é no sentido da impossibilidade de se exigir o registro a que alude o inciso I do artigo 30 da Lei de Licitações. De acordo com o julgados, que abaixo serão relacionados, pode-se constatar que as atividades indicadas pelo CRA (vigilância, limpeza, segurança) não constituem atividades típicas inseridas no campo do ADMINISTRADOR.

Anote-se, inicialmente, que o Conselho Federal de Administração, no Acórdão nº 01/97 - Plenário1, entendeu ser obrigatório o registro das empresas prestadoras de serviços terceirizados (limpeza e conservação, segurança e vigilância, copeiragem e outros), cuja execução requer o fornecimento de mão-de-obra, nos Conselhos Regionais de Administração, por ficarem caracterizadas atividades típicas do profissional Administrador, tais como: recrutamento, seleção, admissão, treinamento, desenvolvimento, movimentação e supervisão de recursos humanos".

Assim, havendo a deflagração de edital visando à terceirização de serviços, deveria ser exigida a prova de inscrição no CRA.

Nessa linha, o Tribunal de Contas da União manifestava-se no sentido de que a exigência da inscrição junto ao CRA competente nos casos de terceirização de serviços seria válida, e conforme se infere do Acórdão 2783/2003-Primeira Câmara.

Todavia, referido entendimento foi modificado. Mais recentemente, o TCU tem entendido que a exigência de inscrição no CRA é desnecessária na terceirização de serviços (de vigilância, de segurança e de limpeza, dentre outros), posto que a exigência prevista no artigo 30, inciso I da Lei de Licitações (inscrição entidade profissional) deve guardar estrita relação com a atividade-fim dos licitantes.

No relatório do Acórdão nº 1841/2011 - Plenário, vê-se que o TCU não concorda com a manifestação do CRA no sentido de que os serviços terceirizados demandam a realização de atividades típicas de administração, a obrigar que os órgãos licitantes passem a exigir a prova de inscrição no conselho ou entidade profissional.

Esse posicionamento mais recente do TCU, inclusive, encontra-se alinhado ao que vem sendo decidido pelo Poder Judiciário. Nesse sentido, recomendamos as seguintes leituras: AMS 200139000011593 - TRF 1ª Região - 5ª Turma; REO 200131000002295 - TRF 1ª Região - 5ª Turma e AMS - 39728 TRF 2ª Região - 2ª Turma.

O STJ - Superior Tribunal de Justiça, no REsp 932.978/SC, entende que a inscrição de pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Administração só terá caráter obrigatório quando ela for constituída com a finalidade de explorar a profissão de administrador, seja praticando atividade fim privativa/típica, seja prestando esses serviços profissionais a terceiros, excluindo-se desse conceito a simples "contratação e administração de pessoal", pois estas são atividades comuns ao funcionamento de toda e qualquer empresa que tenha empregados.

Como se pode perceber, a questão é extremamente polêmica e controvertida. De todo modo, inclina-se a entender que não é obrigatória a inscrição das empresas no Conselho Regional de Administração - CRA, cuja atividade-fim não está relacionada com aquelas atividades típicas de administração, previstas no art. 2º da Lei nº 4.769/65 e no art. 3º do Decreto nº 61.934/67.

Finalmente, o TCESP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo,

nos autos do TC nº 1014/013/08-Prefeitura de Araraquara, reconheceu a ilegalidade de se exigir em edital de licitação visando selecionar empresa para prestação de serviços de segurança, a prova de inscrição no Conselho Regional de Administração. No mesmo sentido, vide TC nº 4762/026/09-Prefeitura de Mogi das Cruzes (Análise de Instrumento Contratual), onde foi rechaçada a exigência de registro no CRA, porquanto o objeto licitado não guardava qualquer relação com a atividade típica do administrador.

Sendo assim, é possível concluir pela desnecessidade de se exigir nos editais de licitação que visem a terceirização de serviços (vigilância, limpeza, segurança), para os fins de qualificação técnica, a "prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente", vez que a atividade fim não se relaciona diretamente com ações de administração a demandar a inscrição no Conselho Regional de Administração.

4. CONCLUSÃO:

Ex positis, opina-se pelo conhecimento e provimento do Recurso Administrativo interposto, republicando-se o Instrumento Convocatório, com expressa anotação da supressão operada. S.m.j., é o parecer.

Luzerna/SC, quinta-feira, 18 de setembro de 2014.

LUAN FERNANDO DIAS
Assessor Jurídico Sênior
OAB/SC 32.118

Decisão - Rec. Adm. - Parecer Nº 013.2014 - Ass.Jur. Sen - Setor de Licitações - Recurso - PL PML 0111.14 - PP Rp PML 0067.14 - Serviços Terceirizados - Evandro Genero Me

Recurso Administrativo.

Processo Licitatório FMS nº 0111/2014.

Pregão Presencial para Registro de Preço FMS nº 0067/2014

Interessado(a)(s): Evandro Genero ME - Recorrente;

Origem: Setor de Licitações.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Mariana de Azevedo Ramos.

DECISÃO ADMINISTRATIVA CONCLUSIVA

RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA LICITANTE EVANDRO GENERO ME. PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 0111/2014. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO FMS Nº 0067/2014. CONTRATAÇÃO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS AMBIENTES DO ESF'S E DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC. IRRESIGNAÇÃO QUANTO A EXIGÊNCIA DO EDITAL DE INSCRIÇÃO DA LICITANTE NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. COM RAZÃO A RECORRENTE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS NESTE SENTIDO. NOVO ENTENDIMENTO PELA DESNECESSIDADE DA INSCRIÇÃO, EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE FIM DA EMPRESA NÃO SER A ADMINISTRAÇÃO EM SI. ENTENDIMENTO QUE COMEÇA A SE CONSOLIDAR. RECUSO QUE SE RECEBE, CONHECE E DEVE SE DAR PROVIMENTO.

Adotando-se como relatório, fundamentação e razão de decidir o Parecer Jurídico retro, *ipsis litteris*, que passa a fazer parte integrante desta Decisão, decide-se por conhecer do recurso interposto, para então dar-lhe provimento, pelas razões alhures expostas. Republique-se o Edital, abrindo-se novo prazo legal, com expressa anotação da supressão operada.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Nada mais.

Luzerna/SC, quarta-feira, 17 de setembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Município de Luzerna/SC

Prefeito

Aviso de Retificação- Processo Licitatório Nº 111/2014 - Pregão Presencial Nº 067/2014 - Prestação de Serviços de Higienização - FMS

AVISO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório nº 0111/2014

Pregão nº 0067/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Luzerna torna público a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial nº 0067/2014, cujo objeto é "a contratação, de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação dos ambientes do ESF'S e da Secretária Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC, conforme normas e especificações contidas neste Edital e em seus anexos."

1) Supressão do item 6.1.3 alínea 'e' e a inclusão do item 1.2.13;

2) Em virtude desta mudança a data e horário do credenciamento para o pregão do dia 18.09.2014, até as 08h fica alterado para o dia 30.09.2014, até às 8h; com abertura da sessão às 8h10min;

3) As demais disposições permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site www.luzerna.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Luzerna (SC), 17 de setembro de 2014.

WALMOR S. DRESCH STRÖHER

Gestor FMS

Extrato do Homologação - PL 106/2014 - CV 005/2014 - Projeto de Rede Elétrica - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0106/2014 - PML

Convite nº 0005/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0106/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de estudo; fornecimento de projeto técnico e documentos necessários à elaboração do projeto de ampliação e readequação da rede de instalação elétrica no prédio da Prefeitura Municipal de Luzerna e da Escola Municipal São Francisco conforme normas e especificações contidas nesta Carta Convite e em seus anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* PERFIO INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME

- Valor total: R\$ 9.900,00

Luzerna (SC), 17 de setembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Contrato PML Nº 153.14

CONTRATO PML Nº 153/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 106/2014

CARTA CONVITE Nº 005/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezesete) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - PERFIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Amadeu Bordim, nº 10, Térreo, Boa Vista, no Município de Joaçaba/SC, CEP 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.864.206/0001-13, neste ato representado por seu sócio administrador NOEMIR PERONDI, brasileiro, maior, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade nº 11/R 4.954.748 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 298.386.300-04, doravante denominado CONTRATADA;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº. 0013/2014, Carta Convite nº. 001/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 106/2014, Carta Convite nº 005/2014, a contratação de empresa especializada para execução de estudo; fornecimento de projeto técnico e documentos necessários à elaboração do projeto de ampliação e readequação da rede de instalação elétrica no prédio da Prefeitura Municipal de Luzerna e da Escola Municipal São Francisco conforme normas e especificações contidas nesta Carta Convite e em seus anexos, constituindo-se em:

Item	Qtid.	Unid.	Especificação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	1	Serv.	Execução dos serviços, estudos e fornecimento dos projetos e documentos necessários à elaboração de projetos para ampliação e readequação da rede de instalação elétrica no prédio da Prefeitura Municipal de Luzerna conforme normas e especificações contidas nesta Carta Convite e em seus anexos. O prazo de execução dos serviços e o fornecimento de projeto será de 02 meses.	6.500,00	6.500,00
2	1	Serv.	Execução dos serviços, estudos e fornecimento dos projetos e documentos necessários à elaboração de projetos para ampliação e readequação da rede de instalação elétrica no prédio da Escola Municipal São Francisco conforme normas e especificações contidas nesta Carta Convite e em seus anexos. O prazo de execução dos serviços e o fornecimento de projeto será de 02 meses.	3.400,00	3.400,00

1.2. O objeto da licitação deverá ser executado em conformidade com o disposto no Anexo I da Carta Convite;

1.3. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas na Carta Convite e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra;

1.4. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços a partir do recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar o serviço completamente executada, no prazo de 02 (dois) meses contados da mesma data;

1.5. Será necessária visita ao imóvel para verificar o estado geral das instalações e fazer o cadastramento dos quadros elétricos existentes;

1.6. O projeto elétrico deverá contemplar todas as adequações necessárias às instalações existentes para o perfeito funcionamento dos prédios, incluindo sistema de climatização, buscando o máximo de aproveitamento das mesmas.

1.7. O projeto deverá atender as Normas Técnicas da ABNT;

1.8. Elaboração do Memorial Descritivo contendo as especificações técnicas dos materiais e equipamentos.

1.9. Elaborar planilha orçamentária contendo quantitativos e custos dos materiais, equipamentos e mão-de-obra;

1.10. Indicar todas as intervenções físicas, necessárias para adaptar as instalações elétricas (furações, demolições, etc.) e que impactam em custos de obra civil;

1.11. Os projetos deverão ser elaborados por Responsáveis Técnicos devidamente regularizados junto ao CREA;

1.12. O custo dos Projetos deverá incluir:

1.13. Visitas ao imóvel, para realização dos levantamentos cadastrais pertinentes;

1.14. Reuniões técnicas para discussão e aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes;

1.15. Serão realizadas reuniões, tantas vezes quantas se fizerem necessárias, até a aprovação final dos projetos, objeto da Carta;

1.16. Aprovação do projeto das instalações elétricas junto à Celsc, inclusive taxas de aprovação;

1.17. Anotações de Responsabilidade Técnica - ART;

1.18. Entrega final dos Projetos gravados em CD e impressos em papel sulfite;

1.19. Reuniões Técnicas para esclarecimento de dúvidas do projeto, durante a execução da obra.

1.20. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.21. Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro;

1.22. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;

1.23. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a CONTRATADA a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais;

1.24. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por nova execução do serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido;

- 1.25. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas na Carta Convite, verificadas posteriormente;
- 1.26. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento;
- 1.27. Os quantitativos descritos em cada item constituem mera estimativa, podendo ocorrer acréscimos ou supressões a critério do Município, observada a limitação legal;
- 1.28. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na execução do objeto, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais);
- 2.2. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento do material, importando os valores conforme os registrados no Contrato, pelo item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;
- 2.2. Fica estabelecido que com a CONTRATADA será celebrado Contrato, conforme minuta, que deverá ser assinada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação para este fim ou recebimento do Contrato via Correios, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;
- 2.3. Caso a CONTRATADA, não queira ou não possa assinar o Contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação, sem prejuízo do disposto ao item 13.5 e seguintes;
- 2.4. O contrato decorrente da licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, artigo 65, inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "c" e "d", observado o que dispõe os parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;
- 2.5. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 2.6. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato oriundo do presente Muriel Krisch a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral da Carta Convite e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada;
- 2.7. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido à Prefeitura de Luzerna, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna - SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;
- 2.8. A CONTRATADA deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 e-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 2.9. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA;

- 2.10. Os preços não serão reajustados;
- 2.11. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora;
- 2.12. Os valores somente serão reajustados após o período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado no período de referência, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CONTRATADA;

CLÁUSULA TERCEIRA DAS DOTAÇÕES

- 3.1. As despesas provenientes da execução da Carta Convite correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.51.80
08. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.51.80

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Executar o objeto do Contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
- 4.2. Prestar os serviços nas condições e prazos estipulados na Carta Convite e seus anexos;
- 4.3. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto;
- 4.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao Município ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;
- 4.5. Assumir todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;
- 4.6. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.7. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.2.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na

legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.2.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA;

5.3. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.3.1.O Município observará a boa-fé da e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.3.2.Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.3.3..0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.3.4.até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa;

5.3.5.30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.3.6.Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

5.3.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.3.7.1.houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.

5.3.7.2.todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado a CONTRATADA;

5.5. Se o valor a ser pago a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

5.6. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

A presente Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letras "a" e "b" e inciso II, letras "b", "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. . O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao Contratante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado ao Contratante o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos oriundas do presente Procedimento Licitatório Muriel Kirsch a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

O contrato proveniente do processo licitatório terá vigência de 12 meses contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento inicial, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, art. 57, § 1º, incisos I, II, III, IV e VI; a contar de sua publicação, podendo ser prorrogado, se de interesse das partes, até no máximo de 60 (sessenta) meses, observado o disposto na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

NOEMIR PERONDI
PERFIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Extrato de Homologação - PL 0112/2014 - PP 0068/2014 - Serviços de Manutenção - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 0112/2014 - PML
Pregão Presencial nº 0068/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 00112/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para contratação de serviços diversos de reparos necessários à manutenção e conservação de bens imóveis e vias públicas do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais, conforme especificações constantes do Anexo.
- Proponente(s) Vencedora(s):
 - * MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME
 - * FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI
 - * ANDERSON DALCIN - MEI
- Valor total: R\$ 88.750,00

Luzerna (SC), 17 de setembro de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Homologação - PL 110/2014 - CV 006/2014 - Confecção de Uniformes - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 0111/2014 - PML
Convite nº 0006/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0111/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite
- Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de serviço de confecção de uniformes de trabalho para os servidores da Prefeitura Municipal de Luzerna/SC, de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas neste edital.
- Proponente(s) Vencedora(s):
 - * SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME
- Valor total: R\$ 7.600,00

Luzerna (SC), 17 de setembro de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Contrato PML Nº 154.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 154/14
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 112/2014
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 068/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezesete) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISES DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições,

RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 112/2014, Pregão Presencial nº 068/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 - ANDERSON DALCIN MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.859.206/0001-50 com endereço a Rua Nair Sousa, nº 71, Bairro Loteamento Suzana, no município de Luzerna/SC CEP 89609-000, representada por seu/sua cargo, ANDERSON DALCIN, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 4.373.856 e inscrito no CPF/MF sob nº 048.602.119-01, doravante denominado FORNECEDOR 1;

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para contratação de serviços diversos de reparos necessários à manutenção e conservação de bens imóveis e vias públicas do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais, conforme especificações constantes do Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Serviços de pequenas manutenções compreendendo, pequenos reparos e pequenas instalações.	HR	1.000	29,00	29.000,00

O FORNECEDOR 1 ANDERSON DALCIN MEI, responsável pelo fornecimento do item acima descrito, receberá o valor global total de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais);

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, sendo que os serviços deverão ser prestados, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura e dos Fundos Especiais, devendo a FORNECEDOR, iniciar a prestação dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas contados do momento da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os serviços deverão ser cotados e prestados em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.5. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho.

1.6. Os materiais necessários à prestação de serviço serão fornecidos pelo Município, após prévia solicitação ao Setor de Compras;

1.7. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, garantindo a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades do Município de Luzerna/SC e seus Fundos

Especiais.

1.8. Os prestadores de serviços devem ser educados, ter iniciativa e atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam.

1.9. O FORNECEDOR é responsável pelos equipamentos de proteção individual e coletivo, não será permitida a presença do funcionário sem que esteja devidamente trajado para a execução dos serviços.

1.10. O transporte do pessoal para a execução dos serviços será de responsabilidade do FORNECEDOR.

1.11. O controle de frequência deverá ser definido pelo Município, cabendo ao FORNECEDOR responsabilizar-se pelo seu acompanhamento.

1.12. Os profissionais quando solicitada deverão prestar os serviços para atender situações fortuitas; e festividades programadas e poderá ser estendida sempre que a necessidade do serviço o exigir.

1.13. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.14. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho quando da execução dos serviços, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.15. Por ocasião da execução dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela execução do serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega do serviços, à contar da data efetiva do pedido.

1.17. O aceite dos serviços executados não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.18. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão

gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços oriundos do processo licitatório;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar a seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações

contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente

para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade- 0201.04.122.0004.2002 -funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0401.04.122.0004.2004 -manutenção da assessoria jurídica

Atividade- 0501.04.122.0004.2005 -manutenção da assessoria de planejamento

Atividade- 0601.04.122.0007.2006 -manutenção do Departamento de administração

Atividade- 0601.06.181.0010.2011 -manutenção do convênio do corpo de bombeiros

Atividade- 0601.06.181.0010.2012 -manutenção do convenio FUNPOM

Atividade- 0601.06.181.0010.2013 -manutenção do convenio FUNPOC

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 -manutenção da educação básica infantil

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 -manutenção da educação fundamental

Atividade- 0801.12.363.0037.2034 -manutenção das atividades de ensino profissionalizante

Atividade- 0802.13.391.0046.2037 -resgate da memoria cultural

Atividade- 0803.27.812.0049.2040 -funcionamento e manutenção do setor de esportes

Atividade- 0901.20.606.0052.2042 -manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente

Atividade- 1101.15.452.0061.2055 -manutenção e conservação dos serviços urbanos

Atividade- 1101.15.452.0061.2055 -manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal

Atividade- 1101.26.782.0067.2060 -manutenção e conservação das estradas vicinais do município

Atividade- 1101.26.782.0061.2076 -manutenção das instalações do terminal rodoviário municipal

Atividade- 1001.22.661.0058.2051 -manutenção da incubadora tecnológica de luzerna

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 1301.10.301.0016.2017 -manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde

Atividade- 1301.10.304.0016.2018 -manutenção dos serviços de vigilância sanitária

Atividade- 1201.08.244.0025.2024 -manutenção do centro de multiplouso.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade- 1201.08.244.0025.2026 -manutenção da assistência social geral

Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -manutenção do CRAS.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ANDERSON DALCIN

ANDERSON DALCIN MEI

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 155.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 155/14

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 112/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 068/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezesete) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 112/2014, Pregão Presencial nº 068/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

2 - FERNANDO IGNACIO ROSSA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.359.085/0001-88, com endereço na Rua da Limeira, 438, Bairro Vila Alemanha, em Luzerna/SC, representada por seu sócio-proprietário, FERNANDO IGNÁCIO ROSSA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 4570251, inscrito no CPF/MF sob o nº 168.107.409-53, residente e domiciliado na Rua da Limeira, 438, Bairro Vila Alemanha, em Luzerna/SC, doravante denominado FORNECEDOR 2;

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para contratação de serviços diversos de reparos necessários à manutenção e conservação de bens imóveis e vias públicas do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais, conforme especificações constantes do Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
6	Serviços de eletrecista	HR	800	15,00	12.000,00

O FORNECEDOR 2 - FERNANDO IGNACIO ROSSA, responsável pelo fornecimento do item acima descrito, receberá o valor global total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, sendo que os serviços deverão ser prestados, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura e dos Fundos Especiais, devendo a FORNECEDOR, iniciar a prestação dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas contados do momento da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os serviços deverão ser cotados e prestados em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.5. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho.

1.6. Os materiais necessários à prestação de serviço serão fornecidos pelo Município, após prévia solicitação ao Setor de Compras;

1.7. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, garantindo a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais.

1.8. Os prestadores de serviços devem ser educados, ter iniciativa e atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam.

1.9. O FORNECEDOR é responsável pelos equipamentos de proteção individual e coletivo, não será permitida a presença do funcionário sem que esteja devidamente trajado para a execução dos serviços.

1.10. O transporte do pessoal para a execução dos serviços será de responsabilidade do FORNECEDOR.

1.11. O controle de frequência deverá ser definido pelo Município, cabendo ao FORNECEDOR responsabilizar-se pelo seu acompanhamento.

1.12. Os profissionais quando solicitada deverão prestar os serviços para atender situações fortuitas; e festividades programadas e poderá ser estendida sempre que a necessidade do serviço o exigir.

1.13. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.14. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho quando da execução dos serviços, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.15. Por ocasião da execução dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela execução do serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega do serviços, à contar da data efetiva do pedido.

1.17. O aceite dos serviços executados não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.18. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PAGAMENTOS**

- 3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. Os preços não serão reajustados.
- 3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
 - 4.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços oriundos do processo licitatório;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar a seu fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto lícitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
 - 5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega

dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não poder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação

das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade- 0201.04.122.0004.2002 -funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito
 Atividade- 0401.04.122.0004.2004 -manutenção da assessoria jurídica
 Atividade- 0501.04.122.0004.2005 -manutenção da assessoria de planejamento
 Atividade- 0601.04.122.0007.2006 -manutenção do Departamento de administração
 Atividade- 0601.06.181.0010.2011 -manutenção do convênio do corpo de bombeiros
 Atividade- 0601.06.181.0010.2012 -manutenção do convenio FUNPOM
 Atividade- 0601.06.181.0010.2013 -manutenção do convenio FUNPOC
 Atividade- 0801.12.365.0028.2028 -manutenção da educação básica infantil
 Atividade- 0801.12.361.0031.2030 -manutenção da educação fundamental
 Atividade- 0801.12.363.0037.2034 -manutenção das atividades de ensino profissionalizante
 Atividade- 0802.13.391.0046.2037 -resgate da memoria cultural
 Atividade- 0803.27.812.0049.2040 -funcionamento e manutenção do setor de esportes
 Atividade- 0901.20.606.0052.2042 -manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente
 Atividade- 1101.15.452.0061.2055 -manutenção e conservação dos serviços urbanos
 Atividade- 1101.15.452.0061.2055 -manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal
 Atividade- 1101.26.782.0067.2060 -manutenção e conservação das estradas vicinais do município
 Atividade- 1101.26.782.0061.2076 -manutenção das instalações do terminal rodoviário municipal
 Atividade- 1001.22.661.0058.2051 -manutenção da incubadora tecnológica de luzerna
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
 Atividade- 1301.10.301.0016.2017 -manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde
 Atividade- 1301.10.304.0016.2018 -manutenção dos serviços de vigilância sanitária
 Atividade- 1201.08.244.0025.2024 -manutenção do centro de multiplouso.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA
 Atividade- 1201.08.244.0025.2026 -manutenção da assistência social geral
 Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -manutenção do CRAS.

**CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

**CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração

a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FERNANDO IGNACIO ROSSA

FERNANDO IGNACIO ROSSA MEI

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 156.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 156/14

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 112/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 068/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 112/2014, Pregão Presencial nº 068/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

3 - MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.689.421/0001-25, com endereço na Rua São Pedro, 125, Bairro São Francisco, em Luzerna(SC), representada por sua proprietária MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade nº 1.709.093 e inscrita no CPF/MF sob nº 552.278.059-20, residente e domiciliada na Rua São Pedro, 125, Bairro São Francisco, em Luzerna/SC, doravante denominado FORNECEDOR 3;

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para contratação de serviços diversos de reparos necessários à manutenção e conservação de bens imóveis e vias públicas do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais, conforme especificações constantes do Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	Pequenas pinturas	HR	200	24,00	4.800,00
3	Serviços hidrossanitários compreendendo instalações (água, esgoto, caixas d' água e afins, incluindo substituição de peças e/ou matérias danificadas); desentupimento de tubulação de esgoto, ralos, pias e afins; outros serviços correlatos.	HR	800	22,00	17.600,00
4	Serviços de consertos de boca de lobos em ruas do município de luzerna.	HR	300	25,00	7.500,00
5	Serviços de fabricação de bocas de lobos em ruas do município de luzerna.	HR	150	29,00	4.350,00
10	Serviços de carpintaria (madeira) no município de luzerna.	HR	150	30,00	4.500,00
11	Serviços de carpintaria (alvenaria) no município de luzerna.	HR	300	30,00	9.000,00

O FORNECEDOR 4 - MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME, responsável pelo fornecimento do item acima descrito, receberá o valor global total de R\$ 47.750,00 (quarenta e sete mil e setecentos e cinquenta reais);

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, sendo que os serviços deverão ser prestados, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura e dos Fundos Especiais, devendo a FORNECEDOR, iniciar a prestação dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas contados do momento da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os serviços deverão ser cotados e prestados em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e

aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.5. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho.

1.6. Os materiais necessários à prestação de serviço serão fornecidos pelo Município, após prévia solicitação ao Setor de Compras;

1.7. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, garantindo a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais.

1.8. Os prestadores de serviços devem ser educados, ter iniciativa e atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam.

1.9. O FORNECEDOR é responsável pelos equipamentos de proteção individual e coletivo, não será permitida a presença do funcionário sem que esteja devidamente trajado para a execução dos serviços.

1.10. O transporte do pessoal para a execução dos serviços será de responsabilidade do FORNECEDOR.

1.11. O controle de frequência deverá ser definido pelo Município, cabendo ao FORNECEDOR responsabilizar-se pelo seu acompanhamento.

1.12. Os profissionais quando solicitada deverão prestar os serviços para atender situações fortuitas; e festividades programadas e poderá ser estendida sempre que a necessidade do serviço o exigir.

1.13. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.14. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho quando da execução dos serviços, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.15. Por ocasião da execução dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela execução do serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega do serviços, à contar da data efetiva do pedido.

1.17. O aceite dos serviços executados não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.18. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do

período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. Os preços não serão reajustados.
- 3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
 - 4.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços oriundos do processo licitatório;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos

tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar a seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral

da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do

fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade- 0201.04.122.0004.2002 -funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito
Atividade- 0401.04.122.0004.2004 -manutenção da assessoria jurídica
Atividade- 0501.04.122.0004.2005 -manutenção da assessoria de planejamento
Atividade- 0601.04.122.0007.2006 -manutenção do Departamento de administração
Atividade- 0601.06.181.0010.2011 -manutenção do convênio do corpo de bombeiros
Atividade- 0601.06.181.0010.2012 -manutenção do convenio FUNPOM
Atividade- 0601.06.181.0010.2013 -manutenção do convenio FUNPOC
Atividade- 0801.12.365.0028.2028 -manutenção da educação básica infantil
Atividade- 0801.12.361.0031.2030 -manutenção da educação fundamental
Atividade- 0801.12.363.0037.2034 -manutenção das atividades de ensino profissionalizante
Atividade- 0802.13.391.0046.2037 -resgate da memoria cultural
Atividade- 0803.27.812.0049.2040 -funcionamento e manutenção do setor de esportes
Atividade- 0901.20.606.0052.2042 -manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente
Atividade- 1101.15.452.0061.2055 -manutenção e conservação dos serviços urbanos
Atividade- 1101.15.452.0061.2055 -manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal
Atividade- 1101.26.782.0067.2060 -manutenção e conservação das estradas vicinais do município
Atividade- 1101.26.782.0061.2076 -manutenção das instalações do terminal rodoviário municipal
Atividade- 1001.22.661.0058.2051 -manutenção da incubadora tecnológica de luzerna
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade- 1301.10.301.0016.2017 -manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde
Atividade- 1301.10.304.0016.2018 -manutenção dos serviços de vigilância sanitária
Atividade- 1201.08.244.0025.2024 -manutenção do centro de multiplouso.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade- 1201.08.244.0025.2026 -manutenção da assistência social geral
Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -manutenção do CRAS.

**CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

**CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração

a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS

MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME

FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Mafra**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº 24/2014**

RESOLUÇÃO Nº 24/14

17 de setembro de 2014

CONSTITUI COMISSÃO PROCESSANTE EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 201/1967 E NA FORMA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO FEDERAL.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Processante, com a finalidade de instauração de procedimento administrativo para cassação de mandato (impeachment) do Senhor Prefeito Municipal Roberto Agenor Scholze, conforme denúncia apresentada pelo funcionário público municipal Helinton Reinaldo Ferreira, no dia 16 de setembro de 2014, pela prática "em tese" de crime de responsabilidade, afronta direta a Lei Orgânica Municipal e Lei Federal.

Art. 2º A Comissão ficou assim composta:
Presidente: Vereador João Acir Petters Padilha
Relatora : Vereadora Márcia Cristiane Nassif
Vogal : Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 17 de setembro de 2014

VER. EDER GIELGEN

Presidente em Exercício

Maravilha**PREFEITURA****Lei Nº 3.789/2014**

LEI Nº 3.789, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para os mutuários, imóveis de propriedade do Município de Maravilha, adquiridos e quitados através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º são os matriculados no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob as matrículas a seguir relacionadas, com os respectivos mutuários proprietários:

- JOÃO MARIA FARIAS

Lote urbano nº 08, da quadra nº 51-A, localizado no Loteamento Colina do Sol, situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 361,81 m², objeto da Matrícula nº 15.654.

- NAIR DA SILVA

Lote Urbano nº 09, da quadra nº 51-A, localizado no Loteamento Colina do Sol, situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 280,02 m², objeto da Matrícula nº 15.654.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor dos imóveis será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 19 de setembro de 2014.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado em data supra.

Prefeito em Exercício

ELIANE F. S. BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.790/2014

LEI Nº 3.790, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 2.794, de 27 de maio de 2003 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 2.794, de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica autorizada a instalação da empresa CEZAR LUIS RANZI ME, com o ramo de atividade de comércio e varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, em edificação

existente na Rua Duque de Caxias, Bairro Jardim, pertencente à Zona Residencial 1 - ZR1.

Parágrafo único. Que o Chefe do Poder Executivo, no momento de conferir o alvará de localização, faça cumprir o que determina o artigo 16, da Lei Orgânica Municipal e seus incisos."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 19 de setembro de 2014.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado em data supra.

Prefeito em Exercício

ELIANE F. S. BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Extr. Chamamento Público N. 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Chamada Pública para Credenciamento n. 003/2014.

Objeto: Exames de imagem - tomografia computadorizada - procedimentos cirúrgicos em urologia/cirurgias de pequeno porte - Procedimentos cirúrgicos em urologia/cirurgias de médio porte - Procedimentos cirúrgicos em urologia/cirurgias de grande porte - Cirurgias em urologia endoscópicas/com material descartável - Cirurgias otorrinolaringologia - Cirurgias vasculares - Procedimentos em dermatologia - Exames de ressonância nuclear magnética - Meio de contraste. A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que esta aberta a Chamada Pública para Credenciamento n. 003/2014, para credenciamento de empresas prestadoras de serviços de assistência a saúde. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a documentação, devendo estes ser entregues na Secretaria de Saúde e Saneamento do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 17 de julho de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

Co 48.2013 Ad48.2 - Pav. 1º Braço - Trecho 2 - Paviplan

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 48/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 48/2 - PRAZO

Processo Licitatório nº. 79/2013

Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº. 07/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização da estrada 1º Braço do Norte, trecho 2, em conformidade com o projeto, memorial descritivo e orçamento quantitativo. Motivos anexos ao contrato.

VIGENCIA: 11.09.2014 a 09.12.2014

Massaranduba, 05 de Setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 009/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 009/2014
Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.
Contratado: TORNEARIA NOLLA LTDA ME
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA REFORMA E RECUPERAÇÃO DO FILTRO DUPLO FLUXO MARCA FILSAN UTILIZADO NA ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, CARACTERIZANDO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÚBLICA, CONFORME ARTIGO 24 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93.
Valor: R\$ 15.800,00
Vigência: Início: 06/08/2014 Término: 05/09/2014.
Data da assinatura: 06 de agosto de 2014.

Extrato Contratual Nº 010/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 010/2014
Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.
Contratado: HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS DESTINADOS A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.
Valor: R\$ 3.600,00
Vigência: Início: 19/08/2014 Término: 31/12/2014.
Data da assinatura: 19 de agosto de 2014.

Extrato Contratual Nº 011/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 011/2014
Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.
Contratado: KEMHYDRA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS DESTINADOS A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.
Valor: R\$ 8.940,00
Vigência: Início: 19/08/2014 Término: 31/12/2014.
Data da assinatura: 19 de agosto de 2014.

Extrato Contratual Nº 032/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 032/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA NO EXERCÍCIO DE 2014, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO. Valor: R\$ 186.482,24
Vigência: Início: 13/08/2014 Término: 31/12/2014.
Data da assinatura: 13 de agosto de 2014.

Extrato Contratual Nº 033/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 033/2014
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO BÁSICOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO. Valor: R\$ 181.209,39
Vigência: Início: 13/08/2014 Término: 31/12/2014.
Data da assinatura: 13 de agosto de 2014.

Extrato Contratual Nº 109/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 109/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: NEWSYSTEM COMÉRCIO DE RELÓGIO PONTO LTDA
Objeto: prestar os serviços de manutenção e atualização do programa de Relógio Ponto Informatizado PONTO SYSTEM CB6 BIOMÉTRICO, mediante mão de obra e suprimento, visando o pleno funcionamento do programa e do equipamento instalado nas dependências do Contratante.
Valor: R\$ 750,00
Vigência: Início: 19/08/2014 Término: 18/08/2015.
Data da assinatura: 19 de agosto de 2014.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 101/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: INGÁ VEÍCULOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (um) CAMINHÃO NOVO 0 km CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.
Valor: R\$ 316.500,00
Vigência: Início: 02/07/2014 Término: 31/12/2014.
Data da assinatura: 02 de julho de 2014.

Extrato Contratual Nº 110/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 110/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: NEWSYSTEM COMÉRCIO DE RELÓGIO PONTO LTDA
Objeto: prestar os serviços de manutenção e atualização do programa de Relógio Ponto Informatizado PONTO SYSTEM, mediante mão de obra e suprimento, visando o pleno funcionamento do programa e do equipamento instalado nas dependências do Contratante.

Valor: R\$ 550,00

Vigência: Início: 19/08/2014 Término: 18/08/2015.

Data da assinatura: 19 de agosto de 2014.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 101/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: INGÁ VEÍCULOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (um) CAMINHÃO NOVO 0 km CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.

Valor: R\$ 316.500,00

Vigência: Início: 02/07/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 02 de julho de 2014.

Extrato Contratual Nº 112/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 112/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: TRANSPORTE MELEIRO LTDA ME
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS COM 44 LUGARES PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS PARA VIAGENS DE ESTUDO, FEIRAS CULTURAIS E EVENTOS ARTÍSTICOS FORA DA REGIÃO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.

Valor: R\$ 20.160,00

Vigência: Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 05 de setembro de 2014.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 101/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: INGÁ VEÍCULOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (um) CAMINHÃO NOVO 0 km CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.

Valor: R\$ 316.500,00

Vigência: Início: 02/07/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 02 de julho de 2014.

Extrato Contratual Nº 113/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 113/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: JONATHAN BOLDO DA SILVA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES, PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Valor: R\$ 12.583,50

Vigência: Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 16 de setembro de 2014.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 101/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: INGÁ VEÍCULOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (um) CAMINHÃO NOVO 0 km CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.

Valor: R\$ 316.500,00

Vigência: Início: 02/07/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 02 de julho de 2014.

Portaria Nº 346/2014

PORTARIA n.º 346/2014
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 345/2014.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

R E V O G A R

Artigo 1.º A Portaria nº 345/2014, de 15 de Setembro de 2014, que contrata o Auxiliar de Mecânico, ALEXANDRE DE ARAUJO MARTINS.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/09/2014.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 345/2014.

Meleiro, 17 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Pregão Presencial N.º 069/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 069/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 02/10/2014, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 069/2014, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS (Brinquedos - Playground e Cama Elástica) PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESCADINHA DO TEMPO. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) 3537-8400. O edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal.

Meleiro/SC, 15 de setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Notificação

NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Agosto de 2014 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
08.2014	Federal	Fundo Especial do Petróleo - PEP	7.435,56
08.2014	Federal	DNPM - CEFEM	1.700,96
08.2014	Federal	SE - Salário Educação	25.194,35
08.2014	Federal	PNATE - Transporte Escolar	7.134,41
08.2014	Federal	PNAE - Merenda Escolar	8.472,00
08.2014	Federal	CRAS - Centro Referência Assistência Social	6.000,00
08.2014	Federal	PADF - Programa Apoio Deficiências Físicas	608,00
08.2014	Federal	PAB - Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
08.2014	Federal	PSF - Programa Saúde da Família	18.260,00
08.2014	Federal	PACS - (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	18.252,00
08.2014	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	2.230,00
08.2014	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS - Média Alta Complexidade)	4.614,42

08.2014	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica)	6.003,56
08.2014	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
08.2014	Federal	PVS (Programa Vigilância Sanitária)	2.550,40
08.2014	Federal	DENGUE - (Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças)	3.179,54
08.2014	Federal	OT (Outras Transferências Fundo a Fundo - PMAQ)	11.200,00
08.2014	Federal	OT (Outras Transferências Fundo a Fundo - NASF)	12.000,00
08.2014	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	2.625,75
08.2014	Estadual	OT (Outras Transferências)	8.275,00
08.2014	Estadual	OT (Outras Transferências)	900,00
08.2014	Federal	Receita de Convênio FNDE/PAC I Quadra	101.985,84
		Total	276.887,46

Jonnei Zanette
Prefeito Municipal

Jairo Luiz Canela
Secretário de Administração e Finanças

Aviso

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 4º bimestre de 2014, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE
PREFEITO MUNICIPAL

Eleição Suplementar do Conselho Tutelar

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE DE MELEIRO/ SC
Edital Nº 003/2014 - CMDCA
ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Meleiro -SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) e a Lei Municipal nº 1.488/2011 e art. 10 da Resolução Nº139/10 do CONANDA juntamente com a Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar, através da Resolução nº 01/2014, torna público a lista dos conselheiros eleitos no dia 13/09/2014 no Auditório Pedro Paulo Mezzari na sede da Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Napoli, sito à rua Coronel Vidal Ramos nº 20, centro, no Município de Meleiro/SC.

A escolha dos membros foi feita através de votação pelos eleitores de Meleiro, compareceram ao local 235 eleitores.

Os 3 (três) primeiros colocados tomam posse no dia 01/10/2014, no gabinete do Prefeito Municipal de Meleiro.

Meleiro, 15 de Setembro de 2014.

LIVIA GONÇALVES ROCHA PASINI
Presidente do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE DE MELEIRO/ SC
Edital Nº 003/2014 - CMDCA
ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR

RELAÇÃO DOS CONSELHEIROS ELEITOS NA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR DE MELEIRO - SC NO DIA 13/09/2014.

Colocação	Nome	Quantidade de votos
01	LUCIANA FAUSTINO	78
02	MARIVALDA TEZZA MARTINS FOGAÇA	66
03	MARIA APARECIDA NATAL MATEUS	48
04	SIBIA MARA OLIVEIRA DE BARBARA	41
05	JERUSANI MARTINS	2

*Apenas os 3 primeiros colocados assumiram, os demais ficam como suplentes.

Meleiro, 15/09/2014

LIVIA GONÇALVES ROCHA PASINI
Presidente do CMDCA

Balanco Orçamentário

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RRFO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.615.000,00	24.615.000,00	4.189.615,28	17,02	14.598.688,39	59,31
RECEITAS CORRENTES	24.290.000,00	24.290.000,00	3.272.222,79	13,47	12.170.340,72	50,10
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.140.000,00	3.140.000,00	588.895,26	18,75	1.087.584,52	34,64
IMPOSTOS	1.960.000,00	1.960.000,00	445.974,71	22,75	798.697,64	40,75
TAXAS	1.120.000,00	1.120.000,00	142.061,09	12,68	254.534,20	22,73
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	60.000,00	60.000,00	859,46	1,43	34.352,68	57,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	170.000,00	170.000,00	47.651,40	28,03	123.229,51	72,49
CONTRIB.PCUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	170.000,00	170.000,00	47.651,40	28,03	123.229,51	72,49
RECEITA PATRIMONIAL	186.000,00	186.000,00	36.183,60	19,45	86.995,58	46,77
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	186.000,00	186.000,00	36.183,60	19,45	86.995,58	46,77
RECEITA AGROPECUÁRIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	755.500,00	755.500,00	109.600,98	14,51	425.046,59	56,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.143.000,00	19.143.000,00	2.450.784,50	12,80	10.225.568,73	53,42
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.810.000,00	18.810.000,00	2.375.525,28	12,63	9.986.121,89	53,09
Transf. de Instituições Privadas	6.500,00	6.500,00	52.225,22	803,46	52.225,22	803,46
Transf. de Pessoas	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	325.000,00	325.000,00	23.034,00	7,09	187.221,62	57,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	815.500,00	815.500,00	39.107,05	4,80	221.915,79	27,21
Multas e Juros de Mora	211.000,00	211.000,00	7.364,96	3,49	37.190,97	17,63
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	2.905,50	4,47
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	243.500,00	243.500,00	13.892,09	5,71	75.439,87	30,98
RECEITAS DIVERSAS	296.000,00	296.000,00	17.850,00	6,03	106.379,45	35,94
RECEITAS DE CAPITAL	325.000,00	325.000,00	917.392,49	282,27	2.428.347,67	747,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	66.400,00	147,56
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	66.400,00	166,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	230.000,00	230.000,00	917.392,49	398,87	2.361.947,67	1026,93
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	230.000,00	230.000,00	917.392,49	398,87	2.361.947,67	1026,93
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.615.000,00	24.615.000,00	4.189.615,28	17,02	14.598.688,39	59,31

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.615.000,00	24.615.000,00	4.189.615,28	17,02	14.598.688,39	59,31
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.615.000,00	24.615.000,00	4.189.615,28	17,02	14.598.688,39	59,31
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	988.447,97	—	—	748.641,62	—
Superávit Financeiro	—	988.447,97	—	—	748.641,62	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.615.000,00	9.006.643,27	33.621.643,27	2.741.324,57	23.134.431,16	3.715.682,51	14.097.388,03	41,93	19.524.255,24
DESPESAS CORRENTES	21.035.000,00	1.030.714,78	22.065.714,78	2.257.243,55	13.871.162,08	2.692.251,42	10.820.547,79	49,04	11.245.166,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.710.000,00	133.643,45	11.843.643,45	1.604.282,04	6.265.288,57	1.550.473,65	6.209.095,94	52,43	5.634.547,51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	225.000,00	0,00	225.000,00	0,00	182.000,00	22.568,88	113.811,78	50,58	111.188,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.100.000,00	897.071,33	9.997.071,33	652.961,51	7.423.873,51	1.119.208,89	4.497.640,07	44,99	5.499.431,26
DESPESAS DE CAPITAL	3.570.000,00	7.975.928,49	11.545.928,49	484.081,02	9.263.269,08	1.023.431,09	3.276.840,24	28,38	8.269.088,25
INVESTIMENTOS	2.680.000,00	8.014.820,03	10.694.820,03	484.081,02	8.461.083,28	891.267,39	2.724.208,07	25,47	7.970.611,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	890.000,00	-38.891,54	851.108,46	0,00	802.185,80	132.163,70	552.632,17	64,93	298.476,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.615.000,00	9.006.643,27	33.621.643,27	2.741.324,57	23.134.431,16	3.715.682,51	14.097.388,03	41,93	19.524.255,24

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	24.615.000,00	9.006.643,27	33.621.643,27	2.741.324,57	23.134.431,16	3.715.682,51	14.097.388,03	19.524.255,24
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	501.300,36	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	24.615.000,00	9.006.643,27	33.621.643,27	2.741.324,57	23.134.431,16	3.715.682,51	14.598.688,39	19.524.255,24

FONTE:
MELEIRO, 15/09/2014

JONEI ZANETTE	ADAIR PASINI	DIOGENES PAZINI MANFREDINI	JAIR LUIZ CANELA
Prefeito Municipal	Contador CRO/SC 022984/0-3	Agente Controle Interno	Secretário de Administração e Finanças

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24615.000,00	33.621.643,27	2.741.324,57	23.134.431,16	3.715.682,51	14.097.388,03	100,00	41,93	19.524.255,24	
Legislativa	885.000,00	885.000,00	96.659,53	434.953,47	106.735,62	413.247,57	2,93	46,69	471.752,43	
Ação Legislativa	885.000,00	885.000,00	96.659,53	434.953,47	106.735,62	413.247,57	2,93	46,69	471.752,43	
ADMINISTRACAO	2.360.000,00	2.360.000,00	258.803,51	1.646.038,79	342.256,13	1.388.271,85	9,85	58,83	971.728,15	
ADMINISTRACAO GERAL	2.360.000,00	2.360.000,00	258.803,51	1.646.038,79	342.256,13	1.388.271,85	9,85	58,83	971.728,15	
ASSISTENCIA SOCIAL	1.030.000,00	1.099.383,15	118.967,04	524.825,10	141.229,31	442.926,37	3,14	40,29	656.456,78	
Assistência ao Idoso	91.000,00	91.000,00	8.874,97	31.379,83	8.616,21	23.145,10	0,16	25,43	67.854,90	
Assistência ao Portador de Deficiência	21.000,00	21.000,00	0,00	7.296,00	1.216,00	4.864,00	0,03	23,16	16.136,00	
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	295.000,00	325.020,29	52.586,36	125.602,47	50.675,11	108.354,88	0,77	33,34	216.665,41	
Assistência Comunitária	623.000,00	662.362,86	57.505,71	360.546,80	80.721,99	306.562,39	2,17	46,28	355.800,47	
SAUDE	4.830.000,00	5.165.743,36	543.870,81	3.305.903,43	649.851,39	2.512.808,72	17,82	48,64	2.652.934,64	
ATENCAO BASICA	4.705.000,00	5.016.290,49	533.431,88	3.250.837,12	638.793,51	2.461.049,94	17,46	49,06	2.555.240,55	
Vigilância Sanitária	105.000,00	111.068,86	0,00	27.315,69	549,95	24.008,16	0,17	21,62	87.060,70	
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	38.384,01	10.438,93	27.750,62	10.507,93	27.750,62	0,20	72,30	10.633,39	
EDUCACAO	7.394.000,00	8.145.966,99	837.205,80	4.797.353,53	870.892,08	3.612.068,45	25,62	44,34	4.533.898,54	
ALIMENTACAO E NUTRICAO	531.000,00	536.848,11	148.744,36	384.771,09	44.445,66	204.698,44	1,45	38,13	332.149,67	
ENSINO FUNDAMENTAL	4.403.000,00	5.061.944,23	410.331,07	3.061.020,71	509.750,00	2.208.790,43	15,67	43,64	2.853.153,80	
ENSINO SUPERIOR	135.000,00	135.000,00	870,00	97.350,00	16.933,70	53.562,40	0,38	39,68	81.437,60	
EDUCACAO INFANTIL	2.225.000,00	2.312.174,65	277.260,37	1.216.211,73	292.162,72	1.118.417,18	7,93	48,37	1.193.757,47	
Educação de Jovens e Adultos	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	
Educação Especial	60.000,00	60.000,00	0,00	38.000,00	7.600,00	26.600,00	0,19	44,33	33.400,00	
CULTURA	410.000,00	954.999,98	25.747,43	519.414,10	55.892,38	445.765,06	3,16	46,68	509.234,92	
DIFUSAO CULTURAL	410.000,00	954.999,98	25.747,43	519.414,10	55.892,38	445.765,06	3,16	46,68	509.234,92	
URBANISMO	4.020.000,00	8.569.453,54	612.700,80	6.666.369,43	1.001.197,27	2.601.269,56	18,45	30,36	5.968.183,98	
INFRA-ESTRUTURA URBANA	641.000,00	4.844.648,55	385.234,23	4.334.712,88	659.254,79	1.097.162,21	7,78	22,65	3.747.486,34	
SERVICOS URBANOS	3.379.000,00	3.724.804,99	227.466,57	2.331.656,55	341.942,48	1.504.107,35	10,67	40,38	2.220.697,64	
HABITACAO	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
Habitacão Rural	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
HABITACAO URBANA	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00	
Saneamento	1.100.000,00	1.356.096,25	143.454,66	975.044,50	204.765,01	705.360,08	5,00	52,01	650.736,17	
Saneamento Básico Rural	37.500,00	37.500,00	0,00	4.230,00	0,00	4.230,00	0,03	11,28	33.270,00	
Saneamento Básico Urbano	1.062.500,00	1.318.596,25	143.454,66	970.814,50	204.765,01	701.130,08	4,97	53,17	617.466,17	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.615.000,00	33.621.643,27	2.741.324,57	23.134.431,16	3.715.682,51	14.097.388,03	100,00	41,93
AGRICULTURA	935.000,00	3.084.000,00	58.197,92	2.727.458,63	126.798,78	1.171.855,80	8,31	38,00
EXTENSÃO RURAL	935.000,00	3.084.000,00	58.197,92	2.727.458,63	126.798,78	1.171.855,80	8,31	38,00
INDÚSTRIA	65.000,00	65.000,00	0,00	3.630,00	0,00	2.830,00	0,02	4,35
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	65.000,00	65.000,00	0,00	3.630,00	0,00	2.830,00	0,02	4,35
Desporto e Lazer	376.000,00	726.000,00	46.717,07	543.362,84	58.249,67	148.473,17	1,05	20,45
DESPORTO COMUNITARIO	376.000,00	726.000,00	46.717,07	543.362,84	58.249,67	148.473,17	1,05	20,45
ENCARGOS ESPECIAIS	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	990.077,34	157.814,87	652.511,40	4,63	59,32
SERVICO DA DÍVIDA INTERNA	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	990.077,34	157.814,87	652.511,40	4,63	59,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	24.615.000,00	33.621.643,27	2.741.324,57	23.134.431,16	3.715.682,51	14.097.388,03	100,00	41,93

FONTE:

MELEIRO, 15/09/2014

ADAIR PASINI	JONNEI ZANETTE	DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Contador CRC/SC 022984/0-3	Prefeito Municipal	Agente Controle Interno
<hr/>		
JAIRO LUIZ CANELA	Secretário de Administração e Finanças	

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agv/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.718.913,37	1.489.086,53	1.718.489,06	2.002.453,19	1.655.588,53	1.781.460,98	1.572.336,87	1.670.358,98	1.780.577,55	1.718.919,63	1.652.763,76	2.000.826,45	20.752.545,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	61.089,99	72.172,96	109.202,36	68.431,38	28.118,38	158.464,48	68.707,87	69.257,88	107.590,99	68.193,16	115.880,42	473.014,94	1.388.461,71
IRPJ	5.408,38	2.208,49	647,87	1.501,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.940,96	269.316,77	288.770,99
IRPJ-F	14.073,64	14.111,92	13.993,08	24.486,18	16.892,99	23.345,69	23.598,00	16.354,82	18.068,43	17.285,07	17.113,59	17.197,67	216.641,08
ISS	23.263,09	34.309,77	81.821,09	31.159,44	9.779,12	50.033,41	25.375,04	30.811,01	39.726,57	35.090,82	49.786,68	47.958,81	458.914,65
ITBI	11.783,52	13.688,77	8.376,64	2.894,02	561,10	8.359,05	1.800,42	8.880,90	21.617,34	5.883,34	21.116,96	13.844,28	118.118,35
Outras Receitas Tributárias	6.541,28	7.874,01	8.340,81	905,17	76.728,32	18.604,41	18.604,41	13.210,95	28.588,35	7.591,13	18.220,24	124.700,31	316.016,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.966,85	11.454,24	11.630,30	22.301,75	1.979,28	12.134,70	11.783,96	13.350,59	14.313,80	22.016,18	24.278,74	23.377,66	179.582,65
RECEITA PATRIMONIAL	8.828,56	7.148,55	5.990,66	6.543,82	6.009,36	8.090,59	7.263,82	8.339,30	9.094,19	12.044,92	17.503,45	18.680,15	115.126,17
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	41.463,02	54.574,37	52.018,97	55.727,30	48.778,59	52.822,66	56.295,83	44.872,96	58.355,37	54.320,20	55.925,48	54.075,50	755.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.575.725,99	1.326.399,43	1.530.436,66	1.756.544,98	1.569.454,31	1.531.953,54	1.386.798,83	1.486.349,49	1.555.478,71	1.502.973,06	1.412.870,75	1.419.281,17	18.096.289,92
Cota-Parte do FPM	382.678,29	382.883,71	480.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	423.779,99	389.128,63	448.426,06	5.793.314,90
Cota-Parte do ICMS	478.390,01	485.080,11	510.726,66	508.590,95	480.318,81	486.154,47	488.576,34	461.118,66	488.723,63	475.531,53	441.904,28	463.606,14	5.718.681,59
Cota-Parte do IPVA	64.443,43	73.903,84	45.947,47	27.307,70	37.865,18	56.880,71	57.314,37	75.517,84	93.176,49	90.897,93	90.530,59	73.128,59	786.614,14
Cota-Parte do ITR	8.888,88	6.080,45	377,38	59,30	87,47	100,54	100,54	93,09	23,00	0,00	85,28	644,70	16.462,42
Outras Transferências Correntes	413.013,80	175.912,75	200.123,00	188.388,47	168.659,93	104.039,70	219.635,41	277.728,96	145.331,50	246.235,41	289.089,05	174.901,62	2.743.000,00
Transferências da LC 81/1989	6.709,92	7.172,86	7.956,68	8.503,98	7.833,21	6.631,79	6.480,12	7.654,82	7.673,27	7.308,40	7.508,02	7.739,09	88.572,28
Transferências da LC 87/1996	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.069,96	2.069,96	0,00	2.069,96	2.069,96	2.069,96	2.069,96	2.069,96	50.000,00
Transferências do FUNDEB	248.507,70	242.451,63	272.917,63	271.539,22	267.788,39	260.971,68	240.888,76	242.720,04	265.382,56	251.149,84	232.556,94	248.765,02	3.046.629,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.869,06	18.306,98	9.584,11	92.603,36	11.349,61	18.024,11	38.487,16	38.188,96	15.343,79	61.415,11	26.703,92	12.403,13	364.274,30
DEDUÇÕES (II)	182.640,67	181.406,81	211.479,41	210.507,72	226.600,92	233.386,21	185.987,43	195.179,85	228.590,92	201.117,38	182.244,72	196.122,70	2.438.626,74
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	182.640,67	181.406,81	211.479,41	210.507,72	226.600,92	233.386,21	185.987,43	195.179,85	228.590,92	201.117,38	182.244,72	196.122,70	2.438.626,74
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.537.272,70	1.307.649,72	1.507.009,65	1.791.645,47	1.428.988,61	1.548.074,87	1.386.349,44	1.475.179,13	1.531.626,63	1.517.802,25	1.470.518,04	1.801.703,75	18.313.918,26
FONTE													
MELEIRO, 15/09/2014													24.280.090,00

JOINEI ZANETTE
Prefeito MunicipalADIR PASINI
Controlador ORÇSC 022894-03DIOGENES PIZZINI MANFREDINI
Agente Controle InternoJAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 79/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 79/2014

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº 06/2014

OBJETO: Contratação de empresa para a AMPLIAÇÃO ESCOLA SONHO INFANTIL.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 08:30 horas do dia 03/outubro/2014; ABERTURA: às 09:00 horas do dia 03/outubro/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO GLOBAL.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 15 de setembro de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 80/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de VESTUÁRIOS.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 08:30 horas do dia 30/setembro/2014; ABERTURA: às 09:00 horas do dia 30/setembro/2014.

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM - JULGAMENTO POR LOTE.

INFORMAÇÕES:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 16 de setembro de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 81/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 81/2014

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº 07/2014

OBJETO: Contratação de empresa para a PAVIMENTAÇÃO DE PASEIO COM PAVER DE CONCRETO INTERTRAVADO.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 08:30 horas do dia 06/outubro/2014; ABERTURA: às 09:00 horas do dia 06/outubro/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO GLOBAL.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 15 de setembro de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 82/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 82/2014

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº 08/2014

OBJETO: Contratação de empresa para a COBERTURA QUADRA DE ESPORTES.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 08:30 horas do dia 07/outubro/2014; ABERTURA: às 09:00 horas do dia 07/outubro/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO GLOBAL.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 15 de setembro de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Lei Nº 1668/2014

LEI Nº 1668/2014

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES, POR TEMPO DETERMINADO, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DO ART. 110, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Câmara Municipal de Morro da Fumaça poderá contratar pessoal por tempo determinado, nas condições previstas nesta Lei.

Parágrafo único. A contratação a que se refere este artigo somente será possível se ficar comprovada a impossibilidade de suprir a necessidade temporária com o pessoal do próprio quadro, e desde que não reste candidato aprovado em concurso público aguardando nomeação.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para fins desta Lei, aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da Administração e que não possa ser satisfeita com a utilização dos recursos humanos que dispõe a Câmara Municipal de Morro da Fumaça, especialmente para a execução dos seguintes serviços:

- I - assistência a situações de emergência ou de calamidade pública;
- II - nos dois primeiros anos de implantação de programa decorrente de convênios ou acordos bilaterais com outros órgãos públicos;
- III - substituição de servidor ocupante de cargo efetivo afastado para o exercício de mandato eletivo;
- IV - suprimento de pessoal ocupante de cargo efetivo afastado do exercício em razão de licença (tratamento de saúde, gestação ou por motivos particulares) por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- V - suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos atinentes às atividades administrativas e legislativas.

Art. 3º O recrutamento de pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feito mediante processo seletivo, dispensado de concurso público, dentro de critérios estipulados pela entidade, através de competente edital, sujeito à ampla e prévia divulgação, inclusive através do Diário Oficial do Município, site oficial do órgão e imprensa local e regional.

Parágrafo único. A contratação para atender todas às necessidades definidas no art. 2º desta Lei, prescindirá de processo seletivo.

Art. 4º As contratações de que trata esta Lei serão realizadas pelo prazo máximo de doze meses.

Parágrafo único. Nos casos de extrema relevância e urgência, justificadas através de exposição de motivos aprovada pelo Chefe do Poder Legislativo e publicada no Diário Oficial do Município, site oficial do órgão e imprensa local e regional, os contratos poderão

ser prorrogados uma única vez, pelo mesmo prazo.

Art. 5º As contratações somente poderão ser realizadas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Presidente da Câmara Municipal, conforme estabelecido no edital atinente.

Art. 6º Fica proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, exceto a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas e, desde que haja compatibilidade de horários, na forma disposta na alínea “c”, inciso XVI, do art. 37, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 13 de dezembro de 2001.

Parágrafo único. Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

Art. 7º A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada de acordo com o valor do vencimento-base constante para o início da carreira relacionada nos planos de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 8º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

- I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 2º, desde que justificada a nova contratação por meio de exposição de motivos aprovada pelo Chefe do Poder Legislativo.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 9º As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias, assegurada à ampla defesa.

Art. 10. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei o disposto na Lei Federal nº 8.647, de 13 de abril de 1993, no que for pertinente.

Art. 11. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa da Administração Pública; e
- III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo Único - A extinção do contrato, em qualquer caso, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

Art. 12. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos legais.

Art. 13. O pessoal contratado nos termos desta Lei ficará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 14. Art. 12 - As relações trabalhistas serão redigidas pela legislação municipal aplicável à espécie, especialmente pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Morro da Fumaça.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no Orçamento Geral do Município de Morro da Fumaça.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 17 de Setembro de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Retificação - Ata Verificação de Amostras Pregão Presencial Nº 35/2014 FMS

RETIFICAÇÃO - ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 FMS | PEDIDOS DE CANCELAMENTOS | DECISÃO DE RECURSOS.

Referente o item 128 foi mencionado aprovado para a empresa Altermed, entretanto houve um equívoco pois a licitante que apresentou amostra válida para este item foi a licitante DIMACI desta forma:

Onde -se lê:

ALTERMED

itens aprovados:135, 148, 10, 182, 185, 110, 128, 74, 117, 4, 125, 130, 92.

Leia-se:

ALTERMED

itens aprovados:135, 148, 10, 182, 185, 110, 128, 74, 117, 4, 125, 130, 92.

Navegantes, 17 de setembro de 2014.

Ata de Julgamento de Recurso - Reconsideração - Olimed Pregão Presencial Nº 35/2014 FMS

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO - RECONSIDERAÇÃO - Olimed PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 FMS

Aos 17 dias de setembro de 2014, às 08:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 918 de 19/02/2014, com intuito de analisar e julgar recursos e pedidos ao Edital do Pregão Presencial nº 35/2014, cujo objeto OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE REFERENCIAS DO MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC.

PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, em um primeiro momento junto com os técnicos responsáveis pela análise das amostras ref. o pregão 35/2014 FMS, haviam indeferido o recurso da COINTER referente à amostra da empresa OLIMED e o item 44, pois os técnicos haviam verificado a amostra e aprovado a mesma, ENTRETANTO após uma segunda análise foi constatado que a amostra não atendia com as especificações do edital :

[...]EQUIPO MACRO GOTAS COM INJETOR LATERAL, COPO FLEXÍVEL, EQUIPO GOTAS, CRISTAL PARA INFUSÕES DE SOLUÇÕES PARENTERAIS, MEDINDO NO MÍNIMO 1,5CM COM CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL COM FILTRO DE PARTÍCULA DE 15 MICRA, INJETOR LATERAL NO TUBO COM SUPORTE PARA DEDOS CONFORME NBR 32[...]

Desta forma retifica-se a decisão anterior, desclassificando a empresa OLIMED quanto ao item 44 por não atender o descritivo do edital.

Chamando a empresa segunda colocada no item 44 para apresentar a amostra no prazo estabelecido em edital (empresa PLAS-MEDIC)

Técnicos:
GISELE ROCHA BRAGA

CHARLENE DEITOS

ANA LUCIA MOREIRA

HELENA DOS SANTOS SOARES

FABIANO COMARELLA DE SOUZA

JEFERSON BELOTTO

Publique-se

É a decisão. Navegantes,
16 de setembro de 2014.
DOUGLAS LEMOS
Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORREA
Pregoeira substituta

Equipe de apoio:
JOSEZITE DOS SANTOS

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93

Ratificando:

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Aviso de Licitação Pregão Presencial 190/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE PONTO (RELÓGIO PONTO BIOMÉTRICO), DEVIDAMENTE INSTALADO PARA SER UTILIZADO DIARIAMENTE NOS REGISTROS DE ENTRADAS E SAÍDAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME EXIGÊNCIA DA PORTARIA 1510/2009 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 30/09/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 30/09/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 17 de setembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Extrato Contratual Nº 233/2014.

Extrato Contratual PMN 233/2014

Contrato Nº.: 233/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimento Santa Terezinha Ltda.

Vigência : Início: 15/09/2014 Término: 15/11/2014

Licitação : Tomada de Preços nº 089/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : Primeiro Termo aditivo ao Contrato nº135/2014, referente à Obra de Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto e Drenagem Pluvial da Rua Raul Couto, localizada no Bairro Nossa Senhora das Graças, no Município de Navegantes/SC, através do Convênio com a SDR nº 4798/2013, conforme Tomada de Preço nº 89/2014.

Navegantes, 15 de setembro de 2014.

Resposta Impugnação CC Nº 13/2014 Fmv - Sintraroit.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 013/2014

IMPUGNANTE: SINTRAROIT - SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS...

A impugnante apresentou na data de 12/09/2014 impugnação ao edital nº 013/2014, acusa em suma que o presente edital adota uma postura criminosa por eliminar uma categoria de trabalhadores, que tenta acabar com direitos e garantias históricas, baseando sua acusação em virtude do novo modelo de Transporte Público a ser implantado no Município de Navegantes ser através de bilheteagem eletrônica e assim por consequência suprimir a necessidade de cobradores. Alega que possivelmente 30 (trinta) cobradores pertencentes a uma suposta empresa que presta serviço de transporte público no município poderão ficar desempregados em virtude do edital não prever a obrigação a nova concessionária de absorver os referidos postos e possível afronta a lei complementar 162/2012.

Continua ainda em suas alegações que o edital cometeu ato absurdo quanto a remuneração dos motoristas em desacordo com a convenção coletiva firmada. Sustenta que o edital foi elaborado sem a participação do Sindicato e que a questão dos cobradores não foi tratada nas audiências públicas realizadas em 2012 pelo Município e nem que houve convocação do Sindicato.

Em síntese, é o breve relato dos fatos, estando à íntegra da impugnação anexada aos autos do processo, com vistas franqueadas, conforme previsto no Edital, passando a CEL, em conformidade com o art. 41 da Lei 8.666/93, apreciar e julgar nos termos a seguir aduzidos.

I - PRELIMINARMENTE: REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, verificando se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal.

O impugnante protocolou a impugnação perante CEL através em 12/09/2014, em tempo hábil, portanto, merece ter seu mérito analisado, visto que respeitou o prazo estabelecido na norma sobre o assunto. A resposta estará disponível publicamente no site da Prefeitura Municipal de Navegantes.

II - DO MÉRITO

Passando à análise do mérito, quanto aos pontos impugnados pelo interessado, conforme posicionamento da área técnica do objeto e da comissão especial de licitações tem-se as seguintes considerações e entendimentos:

a) Dos Cobradores:

Inicialmente cabe a nós repudiar veementemente a acusação extremamente leviana da impugnante que o Município adotou ação criminosa da eliminação de uma categoria profissional, alegação

esta totalmente infundada e que ofende os princípios éticos e norteadores de toda a equipe técnica e comissão de licitação.

Antes de adentrar no mérito do porquê o Edital presente e os anteriores, não contempla a FUNÇÃO COBRADOR, não podemos deixar de comentar a leviana acusação do Sindicato que possíveis 30 (trinta) cobradores ficarão desempregados. O Sindicato deveria antes de acusar, se informar que a empresa que o mesmo alega prestar um serviço de transporte coletivo em Navegantes, apenas tem sua empresa situada no município, possui apenas concessão de transportes INTERMUNICIPAL, concessão esta que não esta em pleito e muito menos temos qualquer autonomia. Outro ponto que o Sindicato deveria saber que é que existia uma empresa que prestava serviço de transporte publico municipal, a titulo precário e que o seu contrato administrativo encerrou, perdeu a validade e terminou, em março de 2012. Assim sendo o Sindicato antes de sair acusando, deveria no mínimo buscar informações para evitar prejudicar uma população inteira carente de um transporte publico decente a anos.

Mas retornando a Função Cobrador, o projeto técnico quando de sua elaboração teve sempre focado em proporcionar um NOVO modelo de transporte publico a população de Navegantes, implementando novos conceitos e entre elas esta a bilhetagem eletrônica que nos moldes a serem implantados, tratar eficiência, agilidade, segurança a passageiros e motoristas, diminuindo drasticamente o risco de assaltos e outras agressões, e na busca de uma prestação de serviço de transportes publico digno, fará com que hoje a população descontente e a que não utiliza deste serviço venha a usufruir do mesmo, aumentar a necessidade de mais linhas, mais ônibus e mais colaboradores.

Também não é possível falar em afronta a lei 162/2012 em especial seu art. 72, porque como explanado anteriormente no MUNICIPIO NÃO TEM CONCESSIONARIA DE TRANSPORTE PUBLICO MUNICIPAL.

b) Dos Valores Salariais:

A ainda alegação que na planilha de composição de custos do edital 13/2014 na categoria Motorista prevê uma remuneração de R\$1600,00 e que a mesma esta em desacordo com a convenção coletiva.

Analizando o ponto levantado pelo Sindicato onde alega que pela convenção o valor deveria ser de R\$ 1.790,00 e analisando a convenção anexada a presente impugnação, um sentimento nos surge que a impugnante deseja apenas protelar a presente concorrência.

Quando da publicação do edital 13/2014 em 05/08/2014 no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DE SANTA CATARINA , a convenção realizada entre o Sindicato e o Coletivo Itajaí, que tem abrangência no município de navegantes, com a vigência de 2013/2014 devidamente registrada no M.T.E no nºsc 003157/2013 e que está em vigor porque a mesma tem validade até 31 de outubro de 2014, onde o valor do salario de motorista é de R\$ 1600,00, ou seja, exatamente a que o edital 13/2014 usou de parâmetros de despesas, não restando qualquer ilegalidade.

O sindicato acostou na impugnação uma nova Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2015 onde a remuneração do motorista é de R\$ 1691,00 e não como inveridicamente o sindicato afirma ser de R\$ 1790,00, outro detalhe importantíssimo é a data que esta convenção foi devidamente registrada no M.T.E que foi em 08/09/2014 ou seja 34 (trinta e quatro) dias após o Município publicar o edital. É obvio que o Município fiscalizará a futura empresa da aplicação da(s) Convenções coletivas quando da época de seu inicio de operação no território do Município de Navegantes.

c) Do Edital e Das Audiências Publicas:

Sustenta a Impugnante que o Município deveria ter convocado o Sindicato para elaboração do edital e para participação das audiências publicas. O ato de elaboração, estudos, clausula, formas, meios e etc, de qualquer edital é prerrogativa do Ente federativo e o mesmo detém o Poder discricionário sobre este ato, não cabendo a mais ninguém está função.

Mas a Lei faculta que através das audiências publicas , pessoas,

associações, empresas e demais interessados participam ativamente com questionamentos, sugestões, apontamentos e como mesmo a Impugnante afirma o Município realizou 2 (duas) audiências publicas sobre o Transporte Coletivo nas datas 04/06/2012 e 13/07/2012 respectivamente, onde TODOS que estiveram presentes puderam expressar suas vontades. Audiências essas que seguiram todos os ritos legais, agora se a Impugnante na época não teve o menor interesse de participar de qualquer uma delas, não é este o momento de invocar seu direito e muito menos acusar levemente da não participação do SINTRAROIT.

III - DA CONCLUSÃO

Pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Comissão Especial de Licitação recebe, mas no mérito decide-se por negar provimento à Impugnação apresentada por SINTRAROIT, mantendo-se o Edital nos seus devidos termos.

Comissão Especial de Licitação Transporte Publico

Navegantes, 17 de setembro de 2014

Jan Ullrich Presidente /Douglas Lemos / Nelson da Cunha/ Janice Freygang / Maria Benedita Corrêa /Fernanda Hassmann Constandcio /Roberto Miguel Celezinsk.

Resposta Impugnação CC Nº 13/2014 Fmv - Auto Viação Rainha Ltda.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 013/2014

IMPUGNANTE: AUTO VIAÇÃO RAINHA LTDA

A empresa impugnante apresentou na data de 12/09/2014 impugnação ao edital nº 013/2014, aduzindo em suma que o edital 16/2009 ainda estaria vigente, e consequentemente o contrato com a empresa Auto Viação Rainha em virtude da decisão judicial que anulou a decisão administrativa de rescisão do contrato firmado em 2002. Alega ainda que houve ausência de análise do processo administrativo instaurado no ano de 2009, que o edital 013/2014 traz um valor de tarifa inverídico, se insurge contra a quantificação do numero de usuários baseando-se em um estudo efetuado pela empresa Pegorin Engenharia, fala ainda da usurpação do direito a equilíbrio econômico financeiro e faz uma referencia a uso da TIR, requerendo ao final a anulação do referido edital. Em síntese, é o breve relato dos fatos, estando à íntegra da impugnação anexada aos autos do processo, com vistas franqueadas, conforme previsto no Edital, passando a CEL, em conformidade com o art. 41 da Lei 8.666/93, apreciar e julgar nos termos a seguir aduzidos.

I - PRELIMINARMENTE: REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, verificando se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal.

O impugnante protocolou a impugnação perante a CEL em 12/09/2014, em tempo hábil, portanto, merece ter seu mérito analisado, visto que respeitou o prazo estabelecido na norma sobre o assunto. A resposta estará disponível publicamente no site da Prefeitura Municipal de Navegantes.

II - DO MÉRITO

Passando à análise do mérito, quanto ao ponto impugnado pelo interessado, conforme posicionamento da área demandante/técnica do objeto e da comissão de licitações tem-se as seguintes considerações e entendimentos:

ITEM III - Do edital 16/2009 e a decisão judicial de anulação da decisão administrativa:

Este é um ponto que respondemos QUASE UMA ENÉSIMA VEZES para a mesma empresa, sabemos que independentemente de respondermos novamente a empresa continuara presa ao passado com este assunto e demais outros, mas analisando os argumentos da impugnante constata-se que a única intenção é protelar e tumultuar o prosseguimento do certame ao invocar o extinto edital 16/2009 e um suposto descumprimento de determinação judicial,

posto que é concededora dos tramites de anulação do Edital nº 16/2009 que à época foram devidamente publicados na imprensa oficial.

Na data de 08 de abril de 2010 o edital foi suspenso em razão da decisão judicial que anulou a decisão administrativa de rescisão unilateral do contrato com a empresa Auto Viação Rainha Ltda, e posteriormente, na data de 27 de julho de 2010 o edital 16/2009 foi anulado, conforme comprova copia do ato de anulação que fora devidamente publicado no Diário Oficial do Estado em 02/08/2010. Portanto, não cabe a alusão ao edital 16/2009 se este foi devidamente anulado ainda no ano de 2010, ao que consta, sequer houve análise da fase de habilitação ou propostas, razão pela qual não há nenhuma expectativa de direito para os licitantes que eventualmente tenham protocolado seus envelopes relativos ao edital 16/2009, envelopes este que nunca foram abertos e nem credenciados e qualquer direito só nasce para os proponentes após a adjudicação do objeto da licitação.

A decisão judicial mencionada apenas anulou a rescisão unilateral do contrato, e ainda que houvesse referência ao edital 16/2009, diante de sua anulação, perdeu-se o objeto da ação. Apenas para fins de esclarecimento, transcrevemos a decisão judicial exarada no processo judicial nº 135.10.001641-7:

Relação: 0072/2010 Teor do ato: Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial para tão-somente declarar a nulidade da rescisão do contrato de concessão do serviço de transporte público coletivo entabulado entre as partes, formalizada pela notificação de fls. 472/474, por ausência de processo administrativo prévio, mediante o exercício das garantias do contraditório e ampla defesa. Tendo em vista a sucumbência recíproca, condeno a requerida ao pagamento de 70% das custas e honorários advocatícios, estes que arbitro em R\$2.000,00, cabendo à autora os 30% restantes, face a complexidade da matéria e o tempo de tramitação da demanda, o que faço com fulcro no art. 20, 4, e art. 21, ambos do CPC. Findo o prazo de recurso voluntário, à segunda instância, para reexame necessário (art. 475, I, CPC). P. R. I. Advogados(s): Carolina Constante (OAB 019.651/SC)

É incontestável que a decisão APENAS declarou a nulidade da rescisão do contrato pela ausência de processo administrativo, sendo que o referido contrato extinguiu-se pelo decurso de prazo já no ano de 2012.

Apenas para efeito de esclarecimento, caso o impugnante desconheça as modalidades de extinção de um processo licitatório, existe a modalidade revogação, que ocorre por conveniência e oportunidade da administração, e há a anulação, que deve ocorrer sempre que houver vício que venha a macular o certame, sendo esta última opção utilizada pela Administração em razão de falhas nas informações técnicas e no próprio edital publicado no ano de 2009.

IV - Do processo administrativo:

Assim como a decisão judicial que anulou a decisão administrativa, o processo administrativo instaurado na época perdeu seu objeto ante à extinção do contrato pelo decurso de prazo, notadamente pela ilegalidade do mesmo que não decorreu de processo licitatório e tão pouco poderia ser prorrogado, razão pela qual o processo administrativo foi arquivado por perda de seu objeto. Da mesma forma, não havendo contrato vigente sequer pode a administração analisar o pedido de reequilíbrio protocolado pela empresa.

Recentemente em setembro deste ano a empresa teve negado preliminarmente através dos autos nº 0300590-53-2014-8-24-0135 análise do juízo sobre a questão em comento.

Mas analisando toda a fundamentação da presente impugnação onde a empresa alega significativos prejuízos e sabedores que o contrato administrativo, oriundo de nenhum processo licitatório, ou seja, foi realizado a título precário e que deu a autorização para a empresa para iniciar em 2002 a operação de transportes coletivo era segundo a empresa deficitário, fica a pergunta: Qual

empresa persiste com um contrato por dez anos que traz ano a ano prejuízo?

Se a prestação de serviços desde 2002 dava prejuízo, bastava a empresa enviar um ofício ao poder concedente informando de sua rescisão unilateral e consequentemente estancaria qualquer prejuízo. Ademais ainda hoje, sem ter mais nenhuma obrigação contratual e empresa ainda persiste em realizar serviços de transportes coletivos no Município, mas PORQUE, se isto traz diariamente prejuízo? Para finalizar este pedido de análise do processo administrativo de ressarcimento oriundo de outro contrato não tem nenhum nexo com o edital 13/2014 e muito menos qualquer vinculação com a presente Concessão

ITEM V- Ausência de veracidade na tarifa fixada no edital:

Certo é que o valor projetado de R\$ 2,85 está dentro das premissas de cálculo abordadas e considera todos os itens principais para a operação do sistema de transporte coletivo urbano, como todos os investimentos imobilizados, a renovação da frota para manter a idade média de 5 (anos), cálculos de depreciações, sistema de bilhetagem e etc, todos devidamente elencados na PLANILHA TARIFA ONIBUS JULHO 2014.

A concessão é uma modalidade que determina responsabilidade ao concedente e concessionário, todas previstas em lei. No entanto há um exagero em supor que as despesas serão cobertas pelo concedente sem antes saber se o concessionário exerceu com responsabilidade o negócio aos qual se propôs prestar. O serviço de transporte coletivo concedido não dá ao concessionário o papel de "RAINHA DA INGLATERRA", ficando sentado esperando que "as coisas aconteçam". Como e qualquer concessão e serviço, os clientes usuários deverão ser atendidos e atraídos pela boa execução de um contrato, este princípio que tem sido relevado a segundo plano nos contratos passados.

Todos sabemos que a matemática é uma ciência exata e para tanto explica todos os custos e planilhas compostas do edital, mas necessita ser compreendida para se ter um espectro bem mais amplo. A análise da impugnante observa apenas o seu lado, em que não está minimamente preocupada com qualidade ou com a execução de um contrato com a excelência que se pretende como já observamos nos questionamentos anteriores. Todos os elementos pensados para (frisado) um novo de transporte público coletivo urbano, não estão no escopo das argumentações. O pensamento matemático que está sendo considerado se lastreia em frota velha e imprópria, descompromisso com a segurança do usuário, fora a qualidade da prestação dos serviços, falta de investimento em tecnologia, e absoluta incapacidade de renovação. Portanto, coube ao administrador a tarefa de ousar para que o município tenha um serviço digno e apropriado e, para isto, vai a iniciativa privada propor uma parceria através de uma outorga para a prestação de serviços de transporte urbano. Não haverá como afirmar a impraticabilidade alegada, visto que o sistema operado no Município de Navegantes é completamente impróprio e, explica sua não aceitabilidade quando visto os números de usuários. Eis aí o grande desafio, mudar este triste panorama que impede aos cidadãos de usufruírem da cidade.

Voltamos a afirmar que se a futura concessionária tiver como princípios norteadores a forma de administração das empresas do passado, onde não se pautava em qualidade de prestação de serviços, onde o cliente nunca era importante, onde tanto fazia de que forma os clientes eram atendidos, onde a eficiência nunca foi um ponto crucial, fatalmente o Município terá que acionar judicialmente esta concessionária e rescindir o contrato.

Porque o modelo hoje proposto é a busca por uma nova forma de administração, onde o cliente é valorizado, tenha conforto, pontualidade em horários, disponibilidade de várias linhas, a busca por eficiência seja um ponto fundamental em sua gestão, porque isso fará que a cada dia mais e mais clientes sejam, no caso de ônibus, usuários no dia a dia, superando sem dúvida a estimativa de 187.500 passageiros.

A perda do equilíbrio econômico e financeiro não pode ser avaliada de forma simplista, imaginando que um concessionário apático e

que não invista no seu negócio venha no futuro a querer responsabilizar unicamente o poder concedente. É fundamental entender que, se o concessionário não honrar com as condicionantes previstas no contrato, especialmente quanto aos investimentos e correta execução do serviço, isto não venha a ser considerado, pois neste caso será o concessionário o alvo de penalidades graves. É o que se observou recentemente na concessão da BR 101/Trecho Norte em Santa Catarina.

É necessário compreender que a execução do serviço público e essencial do transporte urbano merece uma nova ordem, cujas externalidades determinam maior ou menor sucesso e, estas condições devem ser monitoradas e planejadas de forma a buscar constantes inovações e ofertas de serviços que venham a atrair os clientes-usuários. Não são as velhas praticas que devem contaminar nem mesmo fazer a Administração Pública ser refém da má gestão privada. O Município de Navegantes entra num novo ciclo econômico e com rapidez. Deve em pouco espaço de tempo ocupar destaque entre os mais importantes municípios de Santa Catarina no cenário econômico. Quem estiver próximo, estará dentro da oportunidade de viabilizar uma cidade com potencial e capacidade em atender as demandas inerentes as atividades que se destacam, onde o transporte coletivo urbano assumira papel estratégico.

ITEM VI- Estimativa numero de passageiros:

Aqui outro ponto respondido inúmeras vezes e o pior a empresa está presa ao passado, invocando continuamente um estudo ultrapassado feito por uma antiga empresa contratada pelo Município para o antigo edital 16/2009. Um momento em que o próprio Município vivia uma estagnação econômica de décadas.

As únicas pesquisas, cujos dados não podem ser confiáveis, foram extraídas de dentro do ônibus, por si só viciada, pois atesta apenas um serviço sem eficiência, relatado no trabalho da PEGORIM Engenharia e Projetos em 2009 onde afirma:

"A proposta do transporte coletivo de passageiros dentro do Município de Navegantes é limitado, pois pela sua configuração em geral, o deslocamento por outros meios, a pé e por bicicletas, desestimulando o uso do transporte coletivo que cumpre em parte a cobertura espacial atendendo uma boa parcela da população urbana e rural, porém com frequência baixa nos horários de atendimento"; e ainda: "Como se pode verificar os indicadores operacionais demonstram um baixo grau de desempenho, pois o serviço não tem como contrapartida demanda suficiente para operar com frota e atender os itinerários sem utilizar varias linhas com ônibus intermunicipais."

A realidade hoje identificada pela nova pesquisa muito mais ampla que a anterior é outra. E estimativa de passageiros foi objeto de uma pesquisa domiciliar que identificou as necessidades de deslocamentos bem como as origens e destinos desejados. Nunca uma pesquisa desta natureza foi realizada

Isto foi demonstrado na pesquisa domiciliar onde uma significativa parcela dos entrevistados afirmou que "não utiliza o transporte" porque os horários não atendem, porque o serviço é ruim ou porque simplesmente não existe atendimento na sua área de abrangência, a ponto de que acabam andando a pé até os seus pontos de destino. Sendo assim, há uma presunção de que o limite do transporte urbano de passageiros se dá pelo que hoje é operado e ainda, numa forma irregular quando a frota mistura-se com outro tipo de serviço que é concedido por outro ente público, fazendo supor que a depreciação, remuneração e custos operacionais venham a ser cobertos por dois sistemas de transporte distintos, mostrando que o modelo está equivocado e necessita ser remodelado urgentemente.

Um ponto que a empresa ataca constantemente é o numero de usuários estimados em 187.500 usuários e a definição do valor da tarifa, foi analisado pelo nosso Egrégio Tribunal de Contas de SC, quando de uma representação de um vereador no Município sob o numero ELC 13/00416103, onde por uma coincidência enorme,

o questionamento do vereador é praticamente igual ao questionamento postulado pela empresa, onde os técnicos após análise exararam o seguinte parecer constante na fls 71 e 72:

" O representante aduziu que os dados utilizados para a definição do valor da tarifa estariam inconsistentes e descolados da realidade. Não é o que parece a esta instrução. O total de usuários estimados é de 4.200, de modo que ao ser considerado os dias uteis no mês, a quantidade de viagens de cada usuário, o total de usuários com gratuidade e com desconto, chega se ao montante estimado e 187.680 passageiros equivalentes "

"O indicador passageiro equivalente representa a estimativa do total de pagamentos de passagens de ônibus do futuro transporte coletivo de Navegantes, o que, conforme amplo estudo realizado previamente ao lançamento da licitação encontra guarida técnica espelhando a realidade projetada do Sistema. Neste sentindo, entende-se por considerar improcedente esta alegação. (grifo nosso)

ITEM VII- usurpação do direito ao Equilíbrio Econômico-financeiro É totalmente inverídica a presente argumentação porque o edital 13/2014 disciplina o assunto em um capítulo inteiro Capítulo XX DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DA REVISÃO DO CONTRATO

Sem nos aprofundar na questão, mas visto que a impugnação mencionou um texto de uma Acórdão sobre TIR, sugiro que a empresa leia a Nota Explicativa que este edital 13/2014 trás, onde fundamentamos a taxa de atratividade utilizada nos cálculos matemáticos de viabilidade técnica.

III - DA CONCLUSÃO

Pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Comissão Especial de Licitação recebe, mas no mérito decide-se negar provimento à Impugnação apresentada por Auto Viação Rainha Ltda, mantendo-se o Edital nos seus devidos termos. Comissão Especial de Licitação Transporte Publico

Navegantes, 17 de setembro de 2014.

Jan Ullrich Presidente / Douglas Lemos / Nelson da Cunha /Janice Freygang/ Maria Benedita Corrêa / Fernanda Hassmann Constandio/ Roberto Miguel Celezinsk.

Extrato Contratual Nº 230/2014 - FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 230/2014.

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Contratada : JSG CONSTRUÇÕES E REVITALIZAÇÕES DE OBRAS LTDA.

Vigência : INÍCIO: 11/09/2014 TÉRMINO: 09/04/2015.

Licitação : CONCORRÊNCIA FMS Nº.: 01/2013

Recursos : Dotação: 1.065.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2013, REFERENTE À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS, PARTE I, LOCALIZADA NO BAIRRO GRVATÁ, MUNICÍPIO NAVEGANTES/SC, CONFORME CONCORRÊNCIA PÚBLICA FMS Nº 01/2013.

Navegantes, 11 de setembro de 2014.

Novo Horizonte

PREFEITURA

Resultado do PL Nº 058/14-Pregão Presencial Nº 027/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 027/2014, cujo objeto é aquisição de combustível e prestação de serviço de conserto e montagem de pneus e lubrificação para os veículos da municipalidade de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 17/09/2014 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante: FELIPE BOTTEGA ME, sendo vencedora dos itens 01 a 05, totalizando o valor de R\$ 9.793,00 (Nove mil, setecentos e noventa e três reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; o preço cotado está dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 027/2014.

Novo Horizonte/SC, em 19 de Setembro de 2014.
ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 058/2014-Pregão Presencial Nº 027/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 17/09/2014
CONTRATADO: FELIPE B. BOTTEGA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas para a aquisição de combustível e prestação de serviço de conserto e montagem de pneus e lubrificação para os veículos da municipalidade de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.793,00 (nove mil setecentos e noventa e três reais)
DATA: 17/09/14
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 077/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 077/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: FELIPE B. BOTTEGA ME
Valor : 9.793,00 (nove mil setecentos e noventa e três reais)
Vigência : Início: 17/09/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014
Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (39), 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93), 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (117)
Objeto : O presente contrato tem por objeto a aquisição de combustível e prestação de serviço de conserto e montagem de pneus e lubrificação para os veículos da municipalidade de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos, especificações e condições descritas no edital e seus anexos.

Novo Horizonte/SC, 17 de Setembro de 2014

Portaria Ipam Nº 001/2014, de 17/09/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE NOVO HORIZONTE - IPAM
Rua José Fabro, 01 - Centro - Novo Horizonte - SC
CEP: 89.998-000 - Fone: (49) 3362 0024

PORTARIA IPAM Nº 001, DE 17/09/2014.
CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 17 da Lei Orgânica Municipal e artigos 24 e 55 da Lei Municipal nº 405/2009, de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição para Servidora Pública Municipal Estatutária IZOLETE SANAGIOTTO OLIVEIRA DA SILVA, matrícula 217/01, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Telefonista, com carga horária de 30 hs/semanais, com base no art. 40, § 1º inciso III, alínea "a" da CF, combinado com o art. 3º da EC 47/2005 - formula 85/95, e ainda o art. 24 e 55 da Lei Municipal nº 405/2009, de 10/12/2009, que estabelece a integralidade dos proventos, a paridade remuneratória e a aposentadoria inicial pela última remuneração do cargo efetivo, correspondente a R\$ 1.367,99 (Um mil trezentos e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos)

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2014.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Novo Horizonte, em 17 de setembro de 2014.
LEANDRO MARTINS D'AVILA
Presidente-Diretor IPAM

Registre-se e
Publique-se

Orleans

PREFEITURA

Edital de Chamamento de Processo Seletivo Nº 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº009/2014, mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 009/2014, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº009/2014 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 009/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
Maria Conceição de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais Femininos	40h

Orleans, 09 de setembro de 2014.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Extrato de Contrato 64/14

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 64/2014		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS		
Contratada...: VIP COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA		
Valor : 106.800,00 (cento e seis mil oitocentos reais)		
Vigência : Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2014		
Recursos : Dotação:		
Objeto : AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICIPIO DE ORLEANS.		
Orleans, 16 de Setembro de 2014		

2.568 Refis

LEI N. 2.568 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

"INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS/ORLEANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme autoriza o Artigo 31 § 1º da Lei de Diretrizes Orçamentárias, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Orleans, nominado de REFIS/ORLEANS, destinado a promover a regularização dos créditos do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, com fatos geradores ocorridos até 30/06/2014, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive as dívidas ajuizadas, garantidos ou não por penhora, em andamento ou arquivados.

Art. 2º - O ingresso no REFIS/ORLEANS se dará por opção do sujeito passivo, o qual fará a opção ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º - Para o contribuinte ingressar no REFIS /ORLEANS deverão ser incluídos todos os débitos mencionados no art. 1º, de responsabilidade do optante.

§ 2º - A opção pelo programa deverá ser formalizada a partir da vigência desta lei, até 14 de novembro de 2014, mediante requerimento administrativo.

Art. 3º. O requerimento do interessado ou de ofício, e mediante prévio parecer jurídico, o Poder Executivo poderá reconhecer a prescrição ou a decadência das dívidas tributárias existentes, ajuizadas ou não.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a reduzir a multa e os juros dos créditos tributários, de acordo com os critérios abaixo apresentados:

I - Redução de 100% (cem por cento) da multa e dos juros, para pagamento à vista ou em cinco (05) parcelas iguais e fixas, com pagamento da primeira parcela em até cinco (05) dias após a formalização do acordo e as demais mensalmente, nas mesmas datas dos meses subsequentes ao pagamento da primeira parcela, desde que o valor da parcela não seja inferior ao valor equivalente a 1 UFM;

II - Redução de 50% (cinquenta por cento) da multa e dos juros, para pagamento em até

10 (dez) parcelas iguais e fixas, com pagamento da primeira parcela em até cinco (05) dias da formalização do acordo e as demais mensalmente, nas mesmas datas dos meses subsequentes ao pagamento da primeira parcela, desde que o valor da parcela não seja inferior ao valor equivalente a 1 UFM;

III - Redução de 25% (vinte e cinco por cento) da multa e dos juros, para pagamento em até 20 (vinte) parcelas iguais e fixas, com pagamento da primeira parcela em até cinco (05) dias da formalização do acordo e as demais mensalmente, nas mesmas datas dos meses subsequentes ao pagamento da primeira parcela, desde que o valor da parcela não seja inferior ao valor equivalente a 3 UFM;

IV - Isenção ou redução das custas judiciais, na forma que for determinada pelo Poder Judiciário em cada caso específico, as quais, se incidentes, deverão ser recolhidas juntamente com a primeira parcela.

V - A consolidação das dívidas se dará com a exclusão dos juros e multa conforme optado pelo contribuinte, atualizando-se o valor de origem da CDA - Certidão de Dívida Ativa, pelo índice do INPC.

§ 1º - Os benefícios desta lei somente incidirão sobre o saldo devedor da dívida na data da solicitação pelo contribuinte.

§ 2º - O contribuinte que já tiver efetuado parcelamento, mesmo não o tendo cumprido e vier a ser optante do REFIS/ORLEANS, excepcionalmente, não estará obrigado ao cumprimento da exigência prevista § 3º do Artigo 308 do Código Tributário Municipal.

§ 3º. A adesão ao REFIS/ORLEANS importará no reconhecimento da dívida, na legalidade plena da CDA - Certidão de Dívida Ativa que a originou, na renúncia ao direito de discussão do débito e renúncia e desistência de embargos ou outras formas de defesa processual ou administrativas que houverem sido interpostas.

§ 4º. Durante o período do parcelamento, o processo de execução fiscal ficará suspenso e caso não ocorra o adimplemento de qualquer uma das parcelas, as isenções de que trata esta Lei ficarão sem efeito, recalculando-se o valor da dívida conforme lançada na CDA, acrescida dos encargos incidentes, deduzindo-se o valor pago a ser corrigido monetariamente pelo INPC e prosseguindo-se na execução fiscal ou no seu ajuizamento pelo saldo remanescente.

§ 5º - A adesão de pessoa jurídica ao REFIS/ORLEANS exigirá que seu sócio-gerente assuma a responsabilidade solidária de todas as dívidas existentes com o município.

Art. 5º - A opção pelo REFIS/ORLEANS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O contribuinte optante pelo REFIS/ORLEANS que deixar de cumprir o parcelamento deferido com base nesta lei, não poderá mais aderir a novo programa de recuperação fiscal que eventualmente seja concedido em exercícios financeiros futuros.

Art. 6º - O contribuinte será excluído do REFIS/ORLEANS nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender a qualquer uma das exigências do programa;

II - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros, documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações;

III - inadimplemento do acordo ou de qualquer uma de suas parcelas.

§ 1º - A exclusão do programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte praticar quaisquer dos atos previstos neste artigo e implicará na aplicação do disposto no artigo 3º, § 4º.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo, nos termos da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, autorizado a estabelecer procedimentos administrativos de cobrança e protesto de créditos de natureza tributária e não tributária, da Fazenda Pública Municipal, vencidos e inscritos em Dívida Ativa, em nome dos contribuintes devedores.

§ 1º. Os efeitos do protesto dos créditos que trata o caput deste artigo alcançarão os responsáveis tributários, nos termos dos arts. 40 a 50 do Código Tributário Municipal, desde que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa.

§ 2º. A Certidão de Dívida Ativa do Município - CDA constitui título executivo sujeito a protesto, de acordo com a Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, alterada pela Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.

§ 3º. O procedimento de protesto das Certidões de Dívida Ativa junto aos Cartórios, dar-se-á sem ônus para o Município.

Art. 8º - O não pagamento da cobrança dos créditos tributários e não tributários, inclusive o representativo dos parcelamentos formalizados, implicará o protesto do crédito do respectivo título executivo em sua totalidade.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênio com os titulares dos Cartórios de Protestos de Títulos para definição dos procedimentos operacionais de encaminhamento das Certidões de Dívida Ativa de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O procedimento de protesto das Certidões de Dívida Ativa do Município dar-se-á de forma centralizada, por meio de arquivo eletrônico, assegurado o sigilo das informações pelo Cartório Protestante, nos termos do art. 29, da Lei Federal nº 9.492/1997.

Art. 10 - O Poder Executivo expedirá os atos necessários à regulamentação desta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 16 de setembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de administração, aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

Ouro**PREFEITURA****Lei Nº 2.391**

LEI Nº 2.391, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Cria Cargo em Comissão no Quadro de Pessoal da Administração Direta e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Cargo em Comissão, no Quadro de Pessoal da Administração Direta, instituído pela Lei nº 1.180, de 16 de dezembro de 1993, no Grupo Pessoal Comissionado do Município - PCM, Anexos I e II:

I - Diretor de Esportes, Código 142, Nível PCM-09, 1 (uma) vaga, vencimentos R\$ 2.349,50 (dois mil trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos);

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
16 de setembro de 2014.

Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Hermes Felis Pissolo
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

Palhoça**PREFEITURA****Resolução 053**

RESOLUÇÃO Nº. 053 / 2014

Dispõe sobre a proposta de convênio entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Instituto Ver Tu Livre.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011 e,

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que compete ao CMAS definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito Municipal;

Considerando que compete ao CMAS aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de convênio pactuada entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Instituto Ver Tu Livre, com sede localizada na Rua 24 de abril nº 3130, Centro, Palhoça;

Art. 2º O presente convênio será firmado com objetivo de manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelo Instituto Ver Tu Livre para a execução do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de Rua;

Art. 3º Será cofinanciado conforme resolução 001/2014/CMAS o valor de R\$: R\$: 1.166,00 (um mil cento e sessenta e seis reais) até 10 atendimentos;

Art. 4º O recurso proveniente deste cofinanciamento é recurso federal destinado a Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 054

RESOLUÇÃO Nº. 054/ 2014

Dispõe sobre a aprovação da alteração do plano de ação e aplicação do CREAS referente ao superávit estadual 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Ação e aplicação do CREAS referente ao superávit Estadual no quesito investimento no valor de R\$: 45.619,20 (quarenta e cinco mil seiscentos e dezenove reais e vinte centavos).

Art. 2º A aprovação se justifica através de boletim de ocorrência registrado nos dias 27 de junho de 2014 sob nº 00005-2014-07201 e 11 de agosto de 2014 sob nº 00005-2014-08920, na qual informa os itens furtados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 055

RESOLUÇÃO Nº. 055 / 2014

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de junho de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sem ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de junho de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PALHOÇA SC

Resolução 056

RESOLUÇÃO Nº. 056 / 2014

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de julho de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar sem ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de julho de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 057

RESOLUÇÃO Nº. 057 / 2014

Dispõe sobre o parecer da solicitação da inscrição do Conselho Comunitário Aririú da Formiga.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em plenária ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º do Decreto nº. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

RESOLVE:

Art. 1º Indeferir a inscrição do Conselho Comunitário Aririú da Formiga, devido inexecução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais devendo estes estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 058

RESOLUÇÃO Nº. 058 / 2014

Dispõe sobre o parecer das visitas as entidades privadas inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social com finalidade de manutenção de inscrição.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011 e,

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS efetuar, acompanhar e controlar as inscrições de entidades ou organizações de Assistência Social, mantendo cadastro atualizado, com o objetivo de intervir em defesa dos seus direitos;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o parecer da Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições referente às entidades privadas inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social;

Art. 2º Os pareceres acima mencionados são direcionados a manutenção da inscrição das entidades cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social;

Art. 3º Os pareceres referem-se às entidades:

- a) Associação Pró-Brejarú - APB
- b) Grupo Abelhas Operárias
- c) Fundação Projeto Pescar
- d) Associação Vida Nueva
- e) Conselho Comunitário Alto Aririú
- f) Ordem Assistencial e Social Evangélica de Palhoça - OASE
- g) Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC
- h) Fundação Fé e Alegria do Brasil
- i) Orionópolis Catarinense
- j) Associação João Paulo II - AJPII
- k) Ação Social Ponte do Imaruim
- l) Ação Social Paroquial Palhoça
- m) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE
- n) Conselho Comunitário Ponte do Imaruim - CCPI
- o) Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AEBAS

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução 059

RESOLUÇÃO Nº. 059/2014

Dispõe a Participação do Conselho Municipal de Assistência Social no Segundo Encontro Regional do Conselho Estadual de Assistência Social com os Conselhos Municipais de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2014, às 14 horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando o artigo 3º, que dispõe sobre a competência do Conselho Municipal de Assistência Social.

Considerando que as ações de capacitação dos/as conselheiros/as deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a se previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a participação da conselheira Rosi Meri da Silva representante do governo, a conselheira Mirian de Lourdes Fonseca representante da sociedade civil e Flávia Regina Gomes Theisen secretária executiva, no Segundo Encontro Regional do Conselho Estadual de Assistência Social com os Conselhos Municipais de Assistência Social;

Art. 2º O Encontro irá se realizar dia 23 de setembro de 2014 na Rua 2.450, entre a Avenida Brasil e a 3ª Avenida, Centro, Balneário Camboriú, com saída prevista para as 06:00h e retorno após as 18:00h.

Art. 3º O deslocamento e as despesas com alimentação estará a encargo da Secretaria de Assistência Social, conforme art. 4º, art. 5º e art. 6º do regimento interno do CMAS e art. 12 parágrafo único da Lei nº 3.521/2011.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resultado Pregão Presencial Nº153/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

153/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de alimentos para o Serviço de Acolhimento Institucional - Secretaria de Assistência Social, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 6 - TAF DISTRIBUIDORA LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 97.980,00 (noventa e sete mil e novecentos e oitenta reais).

LOTE 1, 4, 5 e 7 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 129.894,00 (cento e vinte nove mil oitocentos e noventa e quatro reais).

LOTE 9 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 2.795,00 (dois mil setecentos e noventa e cinco reais).

LOTE 8 - JAB DISTRIBUIDORA EIRELI ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 37.680,00 (trinta e sete mil seiscentos e oitenta reais).

LOTE 3 - MARIA CORREA MEDEIROS ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 6.180,00 (seis mil cento e oitenta reais).

LOTE 2 - DUDA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 60.736,00 (sessenta mil e setecentos e trinta e seis reais).

Palhoça, 17 de setembro de 2014.

Resultado Pregão Presencial Nº170/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

170/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de moto bomba submersível para Estação de Tratamento de Esgoto - ETE no Bairro Madri.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

ITENS 1 e 2 - SULZER PUMPS WASTEWATER BRASIL LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais).

Palhoça, 17 de setembro de 2014.

Auto de Infração Ambiental Nº 345

Prefeitura Municipal de Palhoça - Santa Catarina
Fundação Cambirela de Meio Ambiente

Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC CEP: 88130-600
 FONES / FAX: (48) 3279-1796 - CGC 06.139.152/0001-56
 www.fcamlsc.gov.br

JULGAMENTO EM 1º GRAU AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA)		DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 017	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	4019515-2012012	DATA:	31/08/2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	4021571-2012	DATA:	01/10/2012
QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO			
NOME:	Vansessa Brigido	CNPJ/CPF:	025.461.619-46
ENDEREÇO CORRESP.:	Rua Comandante Germano Rauert, 410 - São Vicente - Itajai/SC		
COMPLEMENTO:		CEP:	88.309-350
LOCALIZAÇÃO E DATA DA INFRAÇÃO AMBIENTAL			
LOCAL DA INFRAÇÃO:	Rua João Carlos Ferreira, s/n - Guarda do Cubatão - Palhoça/SC		
COMPLEMENTO:	Casa nº 199	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:	
DATA DA LAVRATURA DO AIA:	30/08/2012012	HORA DA LAVRATURA DO AIA:	15h:20
JULGAMENTO EM 1º GRAU			
<p>Vistos e analisados os autos do processo administrativo, verificou-se que o autuado cometeu infração ambiental GRAVE e foi enquadrado no(s) artigo(s) 43 e 66 do Decreto Federal nº 6.514/08.</p> <p>Houve dano ambiental, qual seja, <u>supressão de vegetação por meio de aterro e início de edificação</u>, e o responsável foi autuado pela fiscalização ambiental/ FCAM.</p> <p>Assim, conclui-se:</p> <p>Pela manutenção do auto de infração ambiental nº 000345, fixando o valor da multa simples em R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), a ser recolhido no prazo de 5 dias, a partir do recebimento desta notificação, sob pena de inscrição na dívida ativa do município, ou para apresentar recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/08, arts.127 a 130.</p> <p>Deverá o autuado executar a retirada de todo o aterro depositado e a demolição IMEDIATA das obras erigidas, além da recuperação da área com respectivo PRAD - Plano de Recuperação Ambiental, o qual deverá ser protocolizado junto FCAM para aprovação</p> <p>Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE, E CONFIRMO AS PENALIDADES APLICADAS.</p> <p>Expeça-se o competente Ofício, encaminhe-se ao infrator para tomar ciência das obrigações a ele aqui determinadas.</p> <p style="text-align: right;">Palhoça, 01 de agosto de 2014.</p>			
AUTORIDADE JULGADORA EM 1º GRAU			
<p>JOÃO BATISTA DOS SANTOS Presidente Fundação Cambirela de Meio Ambiente</p>			

Palmitos

PREFEITURA

Edital de Audiência Pública

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao estabelecido na Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, em seu artigo 36 "O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior... § 5º O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública, o Relatório de que trata o caput." A Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município de Palmitos, enquanto gestora local do SUS, apresentará relatório sobre o financiamento das ações de saúde e os demonstrativos da aplicação dos recursos, de acordo com a EC 29 e demais transferências a este Município, no próximo dia 30 de setembro, às 17h, no auditório da Prefeitura Municipal de Palmitos, sito na Rua Independência, 100, Centro, em Audiência Pública para prestação de contas dos recursos destinados a este Fundo Municipal, referente ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2014.

Município de Palmitos/SC, 08 de setembro de 2014.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

TÂNIA DE FÁTIMA HENCHEN

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

"Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública, para dar cumprimento consoante determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é dá outras providências."

NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Nº 101/2000);

CONSIDERANDO, que a cada quadrimestre, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica marcada para o dia 30 de setembro de 2014, audiência pública do 2º quadrimestre do ano de 2014.

§ 1º A audiência que trata o caput deste artigo será realizada às 16h, no auditório da Prefeitura Municipal de Palmitos, sito na Rua Independência, 100, Centro.

§ 2º Ficam convidados todas as autoridades deste município, bem como todos os munícipes, para dar ciência consoante determina o § 4º do Art. 9º da (LRF).

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 08 de setembro de 2014.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

"Audiência Pública para debate e apreciação das Propostas da Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício financeiro de 2015 é dá outras providências."

NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO, o cumprimento ao Parágrafo Único do art. 48, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), das Leis Municipais nºs. 2.605/2001 e 3.276/2009. RESOLVE:

Art. 1º Fica marcada para o dia 30 de setembro de 2014, audiência pública referente a Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício financeiro de 2015.

§ 1º A audiência que trata o caput deste artigo será realizada às 16h30min, no auditório da Prefeitura Municipal de Palmitos, sito na Rua Independência, 100, Centro.

§ 2º Ficam convidados todas as autoridades deste município, bem como todos os munícipes.

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 08 de setembro de 2014.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 107/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2014.

Objeto: Contratação de prestação de serviços através de empresa especializada para realização de teste seletivo. Tipo: Menor Preço Global e Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 01 de outubro de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 01/10/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 15 de setembro de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Errata - Extrato do Contrato Nº 020/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

ERRATA

Na publicação do dia 19 de março de 2013, edição nº 1200 do Diário Oficial dos Municípios (DOM), página 207, referente a publicação do extrato do contrato nº 020/2013, onde lê-se:.. Vigência: O contrato terá início a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2013. Papanduva/SC, 03 de janeiro de 2013, leia-se:... Vigência: O contrato terá início a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2013. Papanduva/SC, 01 de fevereiro de 2013.

Papanduva/SC, 17 de setembro de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2459, de 17.09.2014 - Rescinde Contrato Administrativo

DECRETO Nº 2459, DE 17.09.2014.
Rescinde contrato administrativo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VI XIII e XVII, do Art. 59 da Lei Orgânica; combinado com o item X, da cláusula décima quarta, do Contrato nº 042/2013; e, especialmente, considerando o falecimento do Sr. Ademar Gutz, titular da pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 17.462.906/0001-20, considerando a impossibilidade da continuidade da prestação de serviços contratados,

DECRETA

Art. 1º. Fica rescindido o contrato nº 042/2013 e respectivo termo aditivo de 20 de dezembro de 2013, assegurado os direitos

oriundos do contrato até o dia 10 de setembro do corrente ano.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, sem prejuízo do disposto no Art. 1º.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 17 de setembro de 2014.
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Decreto Nº 2458, de 17.09.2014 - Declara Caducidade de Ato Administrativo

DECRETO Nº 2458, DE 17.09.2014.
DECLARA CADUCIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas conferidas pelos incisos II, VI e XIII do Artigo 59, da Lei Orgânica Municipal; tudo combinado com o Art. 10, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; especialmente considerando que o Decreto nº 1979, de 18 de junho de 2009, não resultou na desapropriação dos imóveis nele descritos, dentro do prazo estabelecido; ainda, considerando razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada a caducidade do Decreto nº 1979, de 18 de junho de 2009, por decurso de prazo a contar de 19 de junho de 2009.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto neste artigo, o Decreto nº 1979, de 18 de junho de 2009, fica declarado sem efeito.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo do disposto no Art. 1º.
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 17 de setembro de 2014.
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Decreto Nº 2460, de 17.09.2014 - Antecipa Feriado

DECRETO Nº 2460, DE 17.09.2014.

DECLARA ANTECIPAÇÃO DO FERIADO QUE ESPECIFICA.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, conferidas pelos incisos VI e XXII do Artigo 59, da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando que, por força de lei, o dia 28 de outubro é consagrado ao servidor público;

Considerando que mencionado feriado, no corrente ano, recairá em uma terça-feira;

DECRETA

Art. 1º. Fica Declarada a antecipação para o dia 27 de outubro de 2014, segunda-feira, do feriado de 28 de outubro, consagrado ao servidor público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 17 de setembro de 2014.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

Paulo Lopes**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº 030/2014**

Extrato do contrato nº 030/2014 conforme Processo Licitatório nº 056/2014 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: JL CONSTRUTORA LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de rampa de acesso ao centro administrativo, no município de Paulo Lopes, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico e contrato de convênio nº 2014/2162 firmado entre o município e o estado de Santa Catarina. Valor do Contrato R\$ 44.990,30 (quarenta e quatro mil novecentos e noventa reais e trinta centavos). Vigência: 31/12/2014.

Extrato do Contrato Nº 031/2014

Extrato do contrato nº 031/2014 conforme Processo Licitatório nº 055/2014 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA. Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de veículo para uso da Secretaria da Educação do Município de Paulo Lopes, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 021/2014.. Valor do Contrato R\$ 140.000,00(Cento e quarenta mil reais).Vigência: 31/12/2014.

Extrato do Contrato Nº 032/2014

Extrato do contrato nº 032/2014 conforme Processo Licitatório nº 057/2014 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada para executar pavimentação com lajotas e drenagem da Rua Manoel Germano Vieira , no Bairro Nova Belém, município de Paulo Lopes. Valor do Contrato: 88.623,11 (oitenta e oito mil seiscentos e vinte e três reais e onze centavos). Vigência: 31/12/2014.

Extrato do Contrato Nº 033/2014

Extrato do contrato nº 033/2014 conforme Processo Licitatório nº 058/2014 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: JL CONSTRUTORA LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para executar pavimentação com lajotas da Rua Romeu José Davilla e suas Transversais nº 01 e 02 no Bairro Penha, conforme especificações contidas no anexo I. Valor do Contrato R\$ 107.840,72 (cento e sete mil oitocentos e quarenta reais e setenta e dois centavos).Vigência: 31/12/2014.

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 28/2014

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 28/2014

Ata nº 28/2014; Processo nº 55/2014; Objeto: Aquisição de Veículo para uso da Secretaria de Educação do Município de Paulo Lopes, conforme quantidade, especificações, marca e preço constantes na proposta comercial apresentada no Pregão Eletrônico nº 021/2014. Contratada: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, valor: R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais).Data da Assinatura: 01/09/2014.

Penha

PREFEITURA

Tp11/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2014 - PMP

TOMADA DE PREÇO Nº 11/2014 - PMP

Objeto: A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de obras e serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para a Reforma do Paço Municipal, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo. Recebimento dos Envelopes até: 06/10/2014 às 09:00horas.

Abertura do Processo: 06/10/2014 às 09:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos- Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 18 de setembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Tp12/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2014 - PMP

TOMADA DE PREÇO Nº 12/2014 - PMP

Objeto: A presente Licitação tem por objeto Prestação de serviço de engenharia elétrica, para execução de obras de ampliação de rede de energia elétrica e iluminação pública com fornecimento de material e mão de obra em diversos logradouros do município de Penha/SC, em estrita observância aos memoriais e projetos em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 06/10/2014 às 14:00horas.

Abertura do Processo: 06/10/2014 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos- Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 18 de setembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Resultado Final - Concurso Público Nº 01/2014 -FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - SC

EDITAL CONCURSO PÚBLICO - EMPREGO PÚBLICO Nº 01/2014

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Agente Comunitário de Saúde - Bairro São Cristóvão

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	CG	ESP	LP	MAT	Nota Final
001	0000073	Ney Mario Ferreira	23/02/1981	0,80	5,32	1,00	0,80	7,92
002	0000072	Marcolina Irene Dos Santos	17/05/1970	0,40	5,60	0,80	0,40	7,20
003	0000092	Nelci Custodio Maciel	21/12/1973	0,40	5,32	1,00	0,40	7,12
004	0000051	Fabiana Regina Pedrosa	18/07/1978	0,00	5,60	0,80	0,60	7,00
005	0000002	Edna Iglikoski Dos Santos	05/08/1985	0,60	4,76	0,80	0,60	6,76
006	0000130	Chimene Dias Nunes	30/06/1983	0,60	4,20	0,80	0,60	6,20
007	0000087	Ana Cristina Zucco Ferreira	17/03/1973	0,40	3,92	0,80	0,60	5,72
008	0000121	Tereza Jazinski	28/04/1964	0,40	3,64	1,00	0,40	5,44
009	0000048	Marina Andrade Neves	13/08/1975	0,20	3,92	0,80	0,40	5,32

Médico Clínico Geral

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	CG	ESP	LP	MAT	Nota Prova Escrita	Títulos	Nota Final
001	0000123	Wagner José Savaris	20/03/1952	1,00	5,60	0,20	0,80	7,60	6,00	7,12
002	0000027	Guilherme Oku Fernandes	05/12/1981	0,60	5,32	0,40	1,00	7,32	2,50	5,87
003	0000136	Ana Cristina Mendonça Garcia	13/08/1990	0,60	6,16	0,60	0,80	8,16	0,00	5,71
004	0000116	Lea Catarina Costa	18/11/1965	0,80	5,88	0,60	0,60	7,88	0,00	5,52
005	0000093	Fagner Jorge MichelattoNatt	21/03/1981	0,80	5,32	0,80	0,80	7,72	0,00	5,40
006	0000074	Caroline Cristina Guimaraes Trentin	27/06/1988	0,40	6,44	0,40	0,40	7,64	0,00	5,35
007	0000031	Juliano André Vargas Silveira	08/03/1984	0,60	5,32	0,80	0,80	7,52	0,00	5,26
008	0000096	Christian De Mello Ferreira	23/03/1977	0,60	4,76	0,00	1,00	6,36	2,25	5,13

009	0000141	Geraldo Galindo Filho	26/02/1980	0,60	5,320,40	1,00	7,32	0,00	5,12
010	0000135	Ariane De Almeida Savaris	10/12/1983	0,80	5,600,40	0,40	7,20	0,00	5,04
011	0000140	Rosange-la Bogo Galindo	26/02/1977	0,60	5,600,60	0,20	7,00	0,00	4,90
012	0000086	Giovana Muller Rossatto Da Fonseca	22/09/1985	0,40	4,760,20	0,20	5,56	0,25	3,97

Técnico em Enfermagem

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	CG	ESP	LP	MAT	Nota Final
001	0000109	Cristiane Mingotti	01/11/1977	0,60	5,04	0,60	0,40	6,64
002	0000003	Jesiani Maria Caldeira	15/08/1980	0,80	5,04	0,20	0,60	6,64
003	0000008	Renata Pereira	31/08/1985	0,80	3,92	0,20	0,80	5,72
004	0000122	Heronilde Luiza Antonio	26/02/1977	0,40	4,48	0,60	0,20	5,68
005	0000065	Gabriela Félix De Souza	06/12/1995	0,60	4,20	0,40	0,20	5,40
006	0000032	Celia Regina Caponi	25/10/1958	0,40	4,48	0,40	0,00	5,28
007	0000019	Cristiane Aparecida Alencar V.Brunne	06/08/1969	0,80	4,20	0,20	0,00	5,20
008	0000112	Elaine Cristina Goulart	22/08/1978	0,40	3,92	0,60	0,20	5,12
009	0000107	Simone Souza Gaya	13/10/1972	0,60	4,20	0,00	0,20	5,00

Penha, 17 de setembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Contrato Nº 157/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 157/2014 - PMP
LICITAÇÃO: Processo Licitatório 77/2014 PMP - Pregão Presencial 44/2014 PMP
CONTRATADA: ISABEL TEREZINHA ECCEL ORSI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESPECIALIZADO NO LEVANTAMENTO DE FONTES DE FINANCIAMENTOS DE OBRAS E SERVIÇOS JUNTO AO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL.
VALOR TOTAL: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).
VIGÊNCIA: até 17.09.2015

Penha, 17 de setembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
PELA PREFEITURA

Portaria Nº 219/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 219/2014

EXONERA: a pedido, CLAUDIA DA FONSECA SILVA, do cargo de servente/merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 17 de setembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Termo de Cooperação Técnica Nº 09/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 009/2014
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE PENHA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, estabelecida na Av. Nereu Ramos, nº 190, devidamente representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2719/2014, juntamente com o Decreto Municipal nº 2082/2014, e a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE PENHA - ACIPEN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.097.025/0001-55, entidade civil, sem fins lucrativos, estabelecida nesta cidade, na Av. Eugenio Krause nº 1414 Centro, neste município, devidamente representada pelo seu presidente, Sr. VALMOR HAUSSMANN, brasileiro, casado portador do CPF nº 380.211.969/04, resolvem celebrar o presente TERMO, e o fazem, mediante às cláusulas e condições estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O Presente Termo de Cooperação Técnica e Financeira tem por objeto o repasse financeiro destinados à instalação do Escritório Regional da Junta Comercial, para atendimento dos atos relativos ao registro mercantil.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Para atender o Termo de Cooperação Técnica e Financeira que trata o artigo supra, a PREFEITURA repassará a importância de R\$ 16.780,00 (Dezesseis mil, setecentos e oitenta reais), que será depositado na c/c nº 18.882-4, agência 0109 - Banco 085 - Credifoz, denominada ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE PENHA, CNPJ: 00.097.025/0001-55

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ACIPEN

São obrigações da ACIPEN:

- Manter seu cadastro atualizado junto à Prefeitura;
- Aplicar o recurso recebido em 40 (dias) dias contados da data do recebimento, e providenciar prestação de contas.
- A prestação de contas do recurso recebido deverá ser apresentado a PREFEITURA até 10 (dez) dias após o término do prazo de aplicação.
- Os recursos financeiros serão depositados em conta bancária específica e vinculada, movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.
- Não repassar os recursos recebidos para outras entidades.
- Devolver os recursos não utilizados para conta da Prefeitura

Municipal de Penha, no Banco do Brasil, Agência 5411-9, na conta corrente 095-7.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.034 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$: 16.780,00

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos repassados a entidade deverão conter:

- Processo de concessão dos recursos;
- Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- Parecer do Conselho Fiscal, quanto a correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas;
- Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
- Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas, com a devida justificativa;
- Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
- Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários a perfeita comprovação de execução.
- Manifestação do controle interno quanto a regular aplicação dos recursos no objeto do convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica e Financeira terá vigência até 31/12/2014.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe a Prefeitura Municipal de Penha decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder a fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente Termo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo suspensão de repasses de recursos financeiros pela PREFEITURA, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA NONA - DA MODIFICAÇÃO E RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser modificado de comum acordo entre as partes, mediante simples troca de correspondência, desde que não haja inclusão de recursos financeiros ou por Termo

Aditivo, ou rescindido por quaisquer das partes no caso de superveniência de norma que o torne ilegal ou formalmente impraticável, ou no caso de inadimplemento e/ou infringência às cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA- DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, depois de lido e achado conforme, na presença de duas testemunhas.

Penha/SC, 16 de setembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE PENHA

Presidente

Rafael Celestino

Secretário da Administração

Rafael Murilo Celestino

Controlador Interno

Processo Seletivo Nº 01/2014 - FMAS - Convocação EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 24/09/2014, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme cláusula 9 do Edital do Processo Seletivo nº 01/2014 - FMAS, conforme lista abaixo:

Cargo: SERVENTE-MERENDEIRA

Nº INSCRIÇÃO	NOME
20º - 0000296	LUZITANIA NICOLAU
21º - 0000119	LEILA RENATA NUNES DE OLIVEIRA
22º - 0000200	PRISCILA HELENA NORI DE SOUZA
23º - 0000112	CAMILA G. PEREIRA DOS SANTOS SARAIVA

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- i) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- j) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- k) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- l) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- m) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

- n) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- p) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- q) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- r) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- s) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de setembro de 2014.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

Peritiba

PREFEITURA

Extrato de Contrato 120/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 43/2014 modalidade Tomada de Preços nº 03/2014

Objeto: A contratação de empresas do ramo de engenharia e/ou construção civil para Execução de passeios públicos em vários endereços no perímetro urbano do Município de Peritiba, totalizando 1.238,55 m², a serem executadas de acordo com o memorial descritivo, orçamento, projeto básico e cronograma dispostos no edital de tomada de preços 03/2014 e proposta de preço apresentados pela empresa contratada.

Dados do Contrato: Contrato nº 120/2014

Contratado: OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA - ME

CNPJ: 10.857.396/0001-41

Data da assinatura: 16/09/2014

Data de Vigência: 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura.

Valor do Contrato: R\$ 80.449,25 (oitenta mil quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

Município de Peritiba - SC em 16 de Setembro de 2014.

VALMOR PEDRO BACCA

Prefeito Municipal em exercício

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Contrato Administrativo 256/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO 256/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto, Conserto de veículos deste FMS.

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 163DL2014

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEACAO E PINTURA CHICO - ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço total de R\$ 855,00.

DATA DO CONTRATO: 10 de Setembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 257/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 257/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto, Conserto veículos da Secretaria de Transportes e Obras desta Prefeitura Municipal.

LICITAÇÃO: Modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 164/2014

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEACAO E PINTURA CHICO - ME

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 6.192,30 .

DATA DO CONTRATO: 10 de Setembro de 2014..

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 258/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 258/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto, Conserto de veículos da Secretaria de Educação e Agricultura desta Prefeitura Municipal.

LICITAÇÃO: Modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 165/2014

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEACAO E PINTURA CHICO - ME

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 1.821,00 .

DATA DO CONTRATO: 10 de Setembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Pomerode

PREFEITURA

Extrato de Termo de Cooperac?A?O Te?Cnica

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE/SC

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

OBJETO: A implantação de um Projeto no município de Pomerode - SC em apoio a Secretaria de Administração, direcionado a execução de ações sociais na área da Educação Financeira, mediante um programa de Gestão Integrada de Recursos e Ações Sociais (GIRAS), com recursos humanos e tecnológicos, fazendo a gestão e o controle eficiente das margens dos empréstimos consignados dos servidores públicos municipais em folha de pagamento, promovendo, assistência educacional e financeira e diversidade de créditos e serviços, sem ônus para a Administração, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado pelo Instituto, que integra o presente Termo, independentemente de transcrição.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8666/93 e Decreto 6170/2007.

DATA DE ASSINATURA: 28/08/2013.

VALOR: Sem ônus para o município.

PARTES: Prefeitura Municipal de Pomerode e Instituto Brasil Cidade.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a partir da data de sua assinatura, de conformidade com o que trata o art. 57, da Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber.

SIGNATÁRIOS: Sr. Rolf Nicolodelli, Prefeito Municipal de Pomerode e Antonio Sérgio Baptista, Presidente do Instituto Brasil Cidade.

Dispensa de Licitação N.º 008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 008/2014

Processo Administrativo n.º 087/2014.

Comprador: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Vendedores: LIA KLANN e OSMAR KLANN.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PARTE DA ÁREA DE IMÓVEL, MEDIANTE COMPRA OU DESAPROPRIAÇÃO, PARA ATENDER O INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, COM A FINALIDADE DE INSTALAÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA ENTRE AS RUAS CARLOS BELZ E RUA VITÓRIA, NA LOCALIDADE DE TESTO REGA, POMERODE/SC, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 2.643 DE 02/07/2014 E DECRETO N.º 2.824 DE 31/01/2014.

Valor total imóvel adquirido: R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

Pomerode/SC, 17 de Setembro de 2014.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 005/2013
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 004/2013.

Pregão Presencial n.º 001/2013.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Contratado: CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA - ME.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS, OPERADOS ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO, COM FORNECIMENTO DOS CARTÕES PERSONALIZADOS, SENHA E LOGOTIPO EXCLUSIVO E COM CRÉDITOS, DESTINADOS ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.

Prorrogação 12 meses - Término 31/08/2015.

Valor Total contratado - Prorrogação - R\$125.100,00 (cento e vinte e cinco mil e cem reais).

Justificativa: Prorrogação diante da prestação de serviços contínuos, conforme o artigo 57, II da Lei Federal n.º 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 005/2013, mantendo inalterado o valor inicialmente contratado.

Pomerode/SC, 19 de Agosto de 2014.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada**PREFEITURA****Lei Nº 2220/2014**

LEI N.º 2.220/2014, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL E O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA VISANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE RECONSTRUÇÃO EM RAZÃO DE PERDAS E PREJUÍZOS DECORRENTES DE FENÔMENOS NATURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Ponte Serrada-SC., aprovou, e, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica deste Município, sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizada a realização de Termo de Cooperação entre o Município de Lindóia do Sul e o Município de Ponte Serrada visando a execução de ações de reconstrução em razão de perdas e prejuízos decorrentes de fenômenos naturais nos termos do Anexo Único desta Lei.

Art.2 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA - SC
EM 02 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI 035/2014**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

O Município de Lindóia do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré, 98, Centro, Lindóia do Sul, CEP 89.735-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Pedro Ari Parizotto, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº 14/C 518.634 e CPF nº 295.216.619-68, residente e domiciliado em Lindóia do Sul - SC e o Município de Ponte Serrada, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Rua Madre Maria Theodora, CEP 89683-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eduardo Coppini, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº 1787186 e CPF nº 561.060.509-10, residente e domiciliado em Ponte Serrada - SC, firmam o presente Termo de Cooperação Técnica mediante as seguintes condições:

Primeiro: Ambos os Municípios são limítrofes, contendo em suas extensões territoriais divisa Pelo Rio Irani.

Segundo: Nas Comunidades de Linha Gruta - município de Lindóia do Sul e Linha Costa do Irani - município de Ponte Serrada o acesso principal entre os dois municípios é feito por uma ponte e ainda moradores de ambos os municípios utilizam uma via secundária, cujo acesso é feito por pinguela.

Terceiro: As chuvas intensas que atingiram ambos os municípios na segunda quinzena do mês de junho do corrente anos levou o Município de Lindóia do Sul, por meio do Decreto Nº 2.585/2014, de 27 de junho de 2014 a e o Município de Ponte Serrada, por meio do Decreto 475/2014, de 28 de junho de 2014 a declarar Situação de Emergência, condição esta devidamente reconhecida e homologada Pela Secretaria Estadual de Defesa Civil e Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Quarto: A quantificação de perdas e prejuízos reconhecida aponta danos consideráveis em uma das cabeceiras da ponte e a remoção

total da pinguela.

Quinto: Em função do anteriormente exposto e de solicitação de recursos, a Comissão Municipal de Defesa Civil do Município de Lindóia do Sul receberá, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, através do Cartão e Pagamentos da Defesa Civil, recursos financeiros para a reconstrução da cabeceira da ponte e da pinguela e fará a gestão financeira dos mesmos, com a contratação e aquisição dos correspondentes materiais e serviços necessários para tanto.

Sexto: A Comissão Municipal de Defesa Civil do Município de Ponte Serrada destinará profissional da área da engenharia civil para o devido acompanhamento da execução e fiscalização das obras e emissão de parecer atestando a conclusão das mesmas.

Sétimo: Os Municípios na execução das obras deverão obedecer as normas estabelecidas Pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e a legislação vigente.

Oitavo: Caberá aos dois municípios o apoio técnico e logístico para a execução das obras.

Nono: A vigência do presente Termo de Cooperação será da data de sua assinatura a 31 de dezembro de 2.014, podendo ser prorrogado se houver necessidade.

Décimo: O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido por acordo ente as partes, ou por vontade unilateral, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias.

Décimo Primeiro: O presente Termo rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

Décimo Segundo: Fica eleito o Foro da Comarca de Ipumirim - SC, para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes da aplicação do presente Termo de Cooperação.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento de Cooperação em quatro vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Município de Lindóia do Sul
Pedro Ari Parizotto
Prefeito

Município de Ponte Serrada
Eduardo Coppini
Prefeito

Testemunhas

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 035/2014, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

Ilmo Senhor
VALDOMIRO ACUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
PONTE SERRADA - SC.

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência e a seus pares, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, JUSTIFICATIVA referente ao Projeto de Lei 035/2014, nos seguintes termos:
JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei obter autorização legislativa para celebrar Termo de Cooperação entre o Município de Ponte Serrada e o Município de Lindóia do Sul visando à execução de ações de reconstrução em razão das perdas e prejuízos decorrentes de fenômenos naturais.

Destaca-se que ambos os Municípios são limítrofes, contendo em suas extensões territoriais a divisa pelo Rio Irani, mais precisamente nas Comunidades de Linha Gruta - Município de Lindóia do Sul e Linha Costa do Irani - Município de Ponte Serrada, onde o

acesso principal entre os dois municípios é feito por uma ponte e ainda moradores de ambos os municípios utilizam uma via secundária, cujo acesso é feito por pinguela.

Contudo, diante das chuvas intensas que atingiram ambos os municípios na segunda quinzena do mês de junho do corrente ano levou o Município de Lindóia do Sul, por meio do Decreto Nº 2.585/2014, de 27 de junho de 2014, bem como o Município de Ponte Serrada, por meio do Decreto 475/2014, de 28 de junho de 2014 a declarar Situação de Emergência, condição esta devidamente reconhecida e homologada Pela Secretaria Estadual de Defesa Civil e Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Isso posto, requer-se a aprovação desta lei, em REGIME DE URGÊNCIA.

Ponte Serrada, 18 de agosto de 2014.

Atenciosamente.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Lei Nº 2219/2014

LEI Nº 2.219/2014, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO À PROCEDER A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, FAZ SABER que, a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar auxílio financeiro de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) a ser dividido proporcionalmente, de acordo com o número de associados, entre a Associação de Acadêmicos de Ponte Serrada - AAPS, inscrita no CNPJ n.11.043.658/0001-05, com sede na Rua 7 de Setembro, 158, sala, centro, na cidade de Ponte Serrada, e da Associação do Ensino Médio de Curso Técnico em Agropecuária de Ponte Serrada - AEMTAPS, inscrita no CNPJ n. 07.954.454/0001-40, com sede na Rua Rui Barbosa, 60, centro, na cidade de Ponte Serrada e, a celebrar convênio, na forma estabelecida pelo artigo 116 da Lei Federal n. 8.666/93, para especificação e observância do objeto de que trata esta Lei.

Parágrafo primeiro - O valor dos auxílios será repassado durante o exercício de 2014, conforme cronograma elaborado pelos departamentos contábil e financeiro, que levará em consideração a disponibilidade financeira e orçamentária, e será aplicado exclusivamente no transporte dos estudantes que estejam matriculados em Instituição de Ensino Superior ou Curso Técnico e façam parte do quadro das Associações beneficiadas.

Parágrafo segundo - O repasse fica condicionado à apresentação por parte de cada Associação, dos seguintes documentos:

- Ata da Diretoria com registro;
- Negativas municipal, estadual e federal;

Art. 2º O Município poderá exigir como contrapartida a participação das Associações beneficiadas, na prestação de serviços à comunidade, mediante plano de trabalho conjunto, preferencialmente nas áreas de ação social, turismo, educação, saúde, meio ambiente e/ou eventos oficiais realizados pelo Município, cuja especificação e controle dar-se-ão em termo próprio.

Art. 3º As Associações beneficiadas deverão prestar contas da aplicação do auxílio recebido, em até 30 (trinta) dias do repasse da parcela.

§ 1º Em caso excepcional e justificado, poderá ser concedida prorrogação do prazo às Associações, mediante aditivo ao Termo de Convênio, desde que devidamente fundamentado e protocolado.

§ 2º Decorridos 30 (trinta) dias da data limite estipulada no Termo Aditivo para a entrega da prestação de contas, a Associação será notificada para a devolução do recurso e inscrita em débito junto ao Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária constante do orçamento vigente.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2014 no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

03.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

03.01 - Departamento de Educação

12.364.1201.2.017 - Apoio ao Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: 33500000 - 18 - R\$ 40.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 6º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

11.00 - Câmara de Vereadores

11.01 - Câmara de Vereadores

11.01.01.031.0101.2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Modalidade de Aplicação: 33900000 - 3 - R\$ 40.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra na forma da Lei

JUSTIFICATIVA Nº 027/2014 Ponte Serrada, 09 de Junho de 2014.

Exmo. Senhor

VALDOMIRO ACUNHA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PONTE SERRADA - SC.

Cumpr-me encaminhar a Vossa Excelência e a seus pares, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, JUSTIFICATIVA referente ao Projeto de Lei nº 027/2014, nos seguintes termos:

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei solicita autorização legislativa para o repasse de auxílio financeiro e a realização de Convênio com a Associação de Acadêmicos de Ponte Serrada - AAPS e a Associação do Ensino Médio de Curso Técnico em Agropecuária de Ponte Serrada - AEMTAPS, objetivando contribuir com o transporte dos estudantes devidamente matriculados em cursos universitários ou técnicos e integrantes das respectivas Associações.

Cabe ressaltar que os valores propostos para repasse são de extrema valia para os estudantes, já que muitos nem sequer possuem uma renda própria e os custos do ensino são de grande monta, o que em vários casos acaba tornando inviável a continuidade ou mesmo realização dos estudos.

Ademais, resta evidente o interesse do município na concessão

do auxílio proposto, na medida em que os estudantes, em futuro próximo, estarão desempenhando suas atividades em prol da sociedade Ponteserradense.

Por derradeiro, percebe-se pelo artigo segundo do Projeto de Lei, que existe a exigência de contrapartida pelo ente público, consistente na prestação de serviços à comunidade pelos estudantes, de forma a estabelecer uma compensação pelo benefício concedido. Isso posto, requer-se a aprovação desta lei.

Ponte Serrada, 09 de Junho de 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 164/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 164/2014, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER CONCESSÃO DE IMÓVEL ATRAVÉS DE DIREITO REAL DE USO, MEDIANTE PROCESSO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 18 da Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sancionou e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, realizar concessão de direito real de uso, a quem se interessar, a título gratuito de uma área de terra com área de 4.314,93m², localizado no distrito industrial do município, registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC, sob a matrícula nº 5.755.

Parágrafo único - A concessão tem por objetivo o estímulo à implantação de empresa, considerando como prioridades socioeconômicas, entre outras, geração de empregos diretos e indiretos, preservação do meio ambiente, faturamento anual bruto, valor dos investimentos, o desenvolvimento ou aplicação de novas tecnologias, utilização de matéria prima local e atividade econômica pioneira.

Art. 2º - Para a seleção do interessado será realizado processo licitatório através de Concorrência Pública, nos termos da Lei de Licitações e Contratos, onde serão consignados detalhadamente às obrigações, os encargos, situações de reversão e prazo.

Parágrafo único - A empresa interessada vencedora da licitação terá que comprovar anualmente, durante o período que perdurar a concessão, o cumprimento dos encargos mínimos estabelecidos nesta Lei e no edital a que se dispõe a suportar, com período de carência de 12 (doze) meses.

Art. 3º - A alienação será efetuada respeitando o disposto no Art. 17, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições pertinentes à matéria, atendendo o interesse público de incremento da receita do Município e a geração de novos empregos.

Art. 4º - Fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado conceder juntamente com o terreno as obras de infraestrutura necessárias sobre a área concedida, compreendendo terraplenagem do imóvel e pavimentação de ruas com cascalho.

Art. 5º - Fica vedado ao vencedor da licitação transferir o direito real de uso do imóvel concedido no todo ou em parte, a qualquer título.

Art. 6º - Após a realização da licitação deverá o Chefe do Poder Executivo a promover a inscrição da concessão de direito real de uso, nos termos da Lei e do Contrato Administrativo a ser firmado

com a empresa vencedora da licitação.

Parágrafo único - As despesas decorrentes do registro e averbação à margem da matrícula do imóvel desta Concessão de Direito Real de Uso correrão por conta da licitante vencedora.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra na forma da Lei

JUSTIFICATIVA AO PLC Nº 015/2014, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.

Ilmo Senhor

VALDOMIRO ACUNHA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PONTE SERRADA - SC.

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência e a seus pares, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, JUSTIFICATIVA referente ao Projeto de Lei Complementar nº 015/2014, nos seguintes termos:

JUSTIFICATIVA

Sirvo-me do presente para solicitar a essa egrégia Casa Legislativa autorização para a concessão de direito real de uso de imóvel de propriedade do município que por estímulo à implantação de empresa, considerando como prioridades socioeconômicas, entre outras, geração de empregos diretos e indiretos, preservação do meio ambiente, faturamento anual bruto, valor dos investimentos, o desenvolvimento ou aplicação de novas tecnologias, utilização de matéria prima local e atividade econômica pioneira.

E levando em conta a recomendação do "Tribunal de Contas para utilização da concessão de direito real de uso como instrumento para incentivar políticas de desenvolvimento econômico e social, incluindo a atração de empreendimentos industriais e comerciais, nada impede que o Município se utilize da doação, nos termos do art. 17, I, "b", da Lei Federal nº 8.666/93, com expressa previsão em lei local, sendo que na hipótese de doação com encargo, deve o Município atentar para a regra do § 4º do mesmo artigo. Prejudicado 1596."

Por fim, tendo em vista que a presente Lei atende todos os requisitos, bem como será procedido à concessão através de "concorrência" conforme Lei de Licitações, requer aprovação.

Ponte Serrada, 04 de agosto de 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 163/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 163/2014 DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NORMAS ADOTADAS EM RELAÇÃO A RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2009"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 e na Lei Federal nº 10.028/2000, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer a dívida existente de percentual pelo atraso no pagamento (IGPM-FGV), às servidoras municipais aposentadas Sras. Antenira Teresinha Basi, Theresa Habeck, Edi Brugnaro Caliari e Ivone Gomes Berté, decorrentes da Sentença Judicial transitada em julgado na data de 08 de novembro de 2007, proferida nos autos nº 051.04.000578-0, bem como da Lei Complementar Municipal nº 092/2009, de 07 de julho de 2009, no valor total de R\$ 8.417,03 (oito mil quatrocentos e dezessete reais e três centavos) correspondentes a Restos a Pagar, exercício 2009.

Art. 2º - A dívida de que trata o artigo anterior fica reconhecida e consolidada, eis que devidamente comprovada através do requerimento protocolado sob nº 044/2013 na data de 10 de setembro de 2013, dos recibos emitidos pelo Setor de Contabilidade deste Município - com pagamentos realizados em desconformidade com a Lei Municipal nº 092/2009 -, cálculo elaborado pelo Setor de Contabilidade em 2014, parecer jurídico exarado pela Assessoria Jurídica Municipal em 2014, todos em anexos, e ainda em conformidade ao disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 3º - A negociação da dívida com as credoras poderá ser efetuada em tantas quantas parcelas se julgar necessário, limitando em 10 (dez) meses.

Art. 4º - O Município poderá negociar descontos com as credoras.

Art. 5º - Para quitação das dívidas que se enquadrarem nesta Lei, observar-se-á o princípio da economicidade, da moralidade, impessoalidade e ainda o interesse público, devidamente justificado.

Art. 6º - As credoras que se encontrarem inadimplente com o Município, para valer-se dos benefícios desta Lei, deverão, antes, quitar os débitos, inclusive pela via de compensação.

Art. 7º - Para adimplemento da dívida, de que trata o art. 1º da presente, serão utilizados recursos da dotação orçamentária do ano de 2014, de forma que a sua realização não comprometa o equilíbrio das contas públicas do exercício em curso.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal poderá baixar normas para regulamentar a presente, bem como para dirimir dúvidas quanto sua interpretação.

Art. 9º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA EM 26 DE AGOSTO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JUSTIFICATIVA Nº 012/2014 Ponte Serrada, 26 de junho de 2014.

Ilmo Senhor

VALDOMIRO ACUNHA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PONTE SERRADA - SC.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirigimo-nos a Vossa Excelência

e seus pares com o fim especial de encaminhar a justificativa referente ao PL 012/2014.

JUSTIFICATIVA

Considerando que a sentença judicial transitada em julgado na data de 08/11/2007, proferida nos autos nº 051.04.000578-0, condenou o Município de Ponte Serrada - SC "ao pagamento da diferença mensal postulada desde o mês de fevereiro de 2003 até o mês de abril de 2006, incluindo a parcela referente ao 13º salário, tudo atualizado monetariamente com base no índice INPC, acrescidos de juros de 1% ao mês, nos termos do art. 406 do Código Civil c/c art. 161, §2º do Código Tributário Nacional, bem como honorários advocatícios";

Considerando que a Câmara Municipal de Vereadores de Ponte Serrada - SC autorizou o Poder Executivo Municipal a celebrar acordo para adimplir o referido débito de forma parcelada, conforme Lei Complementar Municipal nº 092/2009;

Considerando que o pagamento às requerentes, conforme Lei Complementar nº 092/2009, foi realizado em seis parcelas mensais, cada uma no montante de R\$ 14.973,57 (quatorze mil novecentos e setenta e três reais e cinquenta e sete centavos), nas datas de 13/04/2010, 15/06/2010, 19/07/2010, 03/09/2010, 22/11/2010 e 25/01/2011, com atrasos em todas as parcelas, conforme Orçamento expedido pelo Setor de Contabilidade datado em 01/01/2009 a 31/12/2009, e que ficou constatada, efetivamente, a existência de débitos em abertos com as requerentes;

Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 092/2009, em seu art. 3º, parágrafo único estabelece que: "As parcelas que não forem pagas nas datas estipuladas no termo de acordo de que trata a presente Lei, serão atualizadas monetariamente pelo IGPM, calculadas a partir do mês subsequente ao da data do vencimento até o mês do efetivo pagamento."

Solicitamos que o projeto de lei 012/2014, que DISPÕE SOBRE NORMAS ADOTADAS EM RELAÇÃO A RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2009, seja aprovado.

Sendo o que se apresentava para o momento agradecemos a atenção dispensada.

Cordialmente,

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Lei 2218/2014

LEI Nº 2.218/2014, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

"AUTORIZA O PODER PÚBLICO A ADQUIRIR BENS MÓVEIS DA EDUCOOPER, CONFORME ESPECIFICA."

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a adquirir os móveis usados, conforme relatório anexo, da EDUCOOPER que serão usados pelo Polo da Universidade Aberta do Brasil (Polo U.A.B), no valor de R\$5.950 (cinco mil novecentos e cinquenta reais).

Parágrafo único - O recurso acima especificado será transferido em parcela única.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, SC, EM 26 DE AGOSTO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JUSTIFICATIVA AO PL Nº 034/2014, DE 04 DE AGOSTO DE 2014.

Ilmo Senhor

VALDOMIRO ACUNHA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PONTE SERRADA - SC.

Cumpr-me encaminhar a Vossa Excelência e a seus pares, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, JUSTIFICATIVA referente ao Projeto de Lei nº 034/2014:

JUSTIFICATIVA

Cumpr-me encaminhar para apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei nº 034/2014, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar a compra de moveis usados da EDUCOOPER com o intuito de serem usados no Polo da Universidade Aberta do Brasil. Isso posto, requer-se a aprovação desta lei, em regime de URGÊNCIA.

Ponte Serrada, 04 de agosto de 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Decreto 568/2014

DECRETO Nº 568/2014, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal Interino de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. TANIA REGINA MENDES, Matrícula 54, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 12 de outubro de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda a servidora se considerar incapaz para o trabalho, requerer novo exame medico pericial.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Decreto 569/2014

DECRETO Nº 569/2014, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.
"PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal Interino de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde do Funcionário Público Municipal Sr. FERNANDO ALFREDO ARACARI, Matrícula 5908, ocupante do cargo de DIRETOR, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - O pedido de prorrogação do benefício n. 60656667454 foi indeferido conforme copia da decisão em anexo, sendo que o servidor interpôs recurso a Junta de Recurso da Previdência Social.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto União**PREFEITURA****Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2014 - FUNREBOM**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 007/2014 - FUNREBOM

Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2014 - FUNREBOM

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação Global, do tipo presencial, para aquisição de Armários Sob Medida para a Sede do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 02 de outubro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de setembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 045/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 083/2014 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 045/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a Aquisição de Gêneros de Alimentação e Material de Higiene e Limpeza para a Prefeitura Municipal de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 01 de outubro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de setembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Termo de Homologação de Pregão Presencial 042/2014

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 079/2014

Pregão Presencial 042/2014

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas W.F. COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA - ME.

Porto União SC, 12 de Setembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 151/2014

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 151/2014 - PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e

W.F. COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA - ME.

Objeto: Aquisição de Galões para Água Mineral, Água Mineral e Cargas de Gás.

Valor total R\$ 12.752,50 (doze mil setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 042/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 12 de setembro de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

W.F. COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA - ME.

Contratada

Pouso Redondo**PREFEITURA****Lei Nº 2573**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.573/2014 de 15/09/2014.

Ratifica a Resolução nº 05, de 13 de agosto de 2014, do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI que altera o Contrato de Consórcio Público e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada a Resolução nº 05, de 13 de agosto de 2014, constante do Anexo desta lei, em todos os seus termos, para alteração do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 15 de setembro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO nº 05, 13/08/2014.

Altera o Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI cumprindo deliberação da Assembléia Geral do Consórcio.

JOSÉ CONSTANCE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Por deliberação da Assembleia Geral do CIM-AMAVI datada de 13 de agosto de 2014 o Contrato de Consórcio Público fica alterado nas cláusulas e condições descritas nesta Resolução.

Art. 2º Fica revogado o § 7º da Cláusula Décima Quarta, renumerando-se o § 8º e alterando-se a redação do § 3º da Cláusula Décima Sétima que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - (...)

§ 3º O exercício das funções de competência da Diretoria Executiva se dará na forma da Cláusula Trigésima Primeira deste instrumento, ficando a cargo do Conselho de Administração a nomeação para o Cargo de Confiança de Coordenador de Abrigo Institucional.

Art. 3º Fica alterada a alínea "g" do § 15 da Cláusula Décima Sétima do Contrato de Consórcio, nos seguintes termos:

"CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - (...):

g) implantação e execução de programas e ações do CIM-AMAVI em fase inicial ou em período experimental por até dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos mediante justificativa de

necessidade e relevante interesse público.”

Art. 4º Fica alterada a redação do § 16 da Cláusula Décima Sétima que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - (...)

§ 16. As contratações temporárias terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogadas até atingir o prazo máximo total de dois anos, vinculando-se os contratados a regime jurídico-administrativo especial, garantidos os direitos assegurados no § 3º do artigo 39 da Constituição Federal.”

Art. 5º Fica alterada a redação do Anexo I ao Contrato de Consórcio, para transformar o emprego de Coordenador de Abrigo Institucional em Cargo de Confiança, cuja carga horária passa a ser de dedicação integral, adicionando-se atribuições de direção, chefia e coordenação da entidade e a comprovação de experiência em função afim.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de agosto de 2014.

José Constante

Presidente do CIM-AMAVI

Lei Nº 2574

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.574/2014 de 15/09/2014.

“DISPÕE SOBRE NORMAS COMPLEMENTARES AO CADASTRO AMBIENTAL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O cadastramento dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural - CAR instituído pela Lei Federal nº 12.651/2012, no âmbito do território do Município de Pouso Redondo será apoiado de forma gratuita a todos proprietários e ou posseiros, pelo órgão municipal designado pelo Chefe do Poder Executivo, digitalizando os dados em sistema eletrônico que permita no mesmo procedimento indicar os polígonos das áreas seguintes dos imóveis rurais:

- I. do imóvel rural;
- II. da reserva legal;
- III. de preservação permanente;
- IV. de vegetação nativa (objeto de cotas de reserva ambiental);
- V. de compensação de reserva legal (imóvel beneficiado e imóvel objeto);
- VI. de pastagens;
- VII. de reflorestamentos;
- VIII. de vias públicas;
- IX. de agricultura;
- X. de usos diversos;
- XI. de área de interesse social (regularização fundiária);
- XII. de área de utilidade pública;
- XIII. de área de uso restrito (declividade entre 25º e 45º);
- XIV. de áreas compensadas.

Art. 2º As informações cadastrais dos imóveis rurais, serão simultaneamente compartilhadas ao Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural - CAR, para geração do certificado cadastral.

Art. 3º A delimitação dos polígonos das áreas da reserva legal e

preservação permanente serão elaboradas e cadastradas em processo de conectividade, utilizando o quanto possível os remanescentes da mata nativa, para formação dos corredores ecológicos, conforme previsto na Lei nº 12.651/2012.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do caput desse artigo, fica designada a assessoria técnica da AMAVI como entidade supervisora homologadora dos procedimentos.

Art. 4º As informações previstas no artigo 1º desta lei e seus incisos, constituirão um banco de dados para fins de elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, previstos na Lei nº 11.428, bem como, para gestão ambiental e demais políticas públicas municipais e regionais.

Art. 5º Os polígonos do Cadastro Ambiental Rural do Município, serão elaborados a partir de imagens aerofotogramétricas georreferenciadas na resolução 1:2000m.

Art. 6º Caso sejam identificadas áreas de regularização ambiental, os técnicos municipais elaborarão no momento do cadastramento, os respectivos Planos de Adesão ao Programa de Regularização Ambiental, que serão protocolados e arquivados no próprio banco de dados do CAR, cujos proprietários ou posseiros serão assistidos pelo órgão municipal, cuja atribuição será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º O Cadastramento do imóvel é ato declaratório de responsabilidade do proprietário ou posseiro da área, e os dados serão disponibilizados no site indicado pela administração pública municipal, cujo acesso será feito mediante senha privativa.

Art. 8º Os procedimentos de averbação em cartório da reserva legal dos imóveis rurais feitos de forma semelhante ao disposto nesta lei e cujos arquivos estão disponíveis, serão atualizados e automaticamente compartilhados para o Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá firmar convênio de cooperação com entidades ou instituições para execução das ações previstas na presente lei, utilizando-se de recursos do orçamento vigente.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de setembro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Lei Nº 2575

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.575/2014 DE 16/09/2014

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

01. CAMARA DE VEREADORES

01. CAMARA DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 - Manutenção do Fundo Da Câmara de Vereadores

(5) 4.4.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, desta Lei, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

01. CAMARA DE VEREADORES

01. CAMARA DE VEREADORES

Funcional:01.031.0001.1.014 - Construção, Reforma e Ampliação

(1) 4.4.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 16 de setembro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Decreto de 118 À 156

DECRETO Nº 118/2014 de 01/07/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/14 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0018.2.2014 - Manutenção do Transporte Escolar - Terceirizados

(51) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de julho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 119/2014 de 14/07/2014.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade de HERDEIROS REIF (responsável Sr. Moises da Conceição Amendoeira, CPF 281.605.508-63), situado à Rua Quirino Ferrari, Boa Vista, Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, com área total de 163.134,00m² (cento e sessenta e três mil e cento e trinta e quatro metros quadrados), da matrícula nº 14.411.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

MAT. 14.411 - ÁREA ESCRITURADA - 163.134,00 m2

DISCRIMINAÇÃO DAS ÁREAS

1.1. - Área n.º 01 = 1.200,00 m2.

FRENTE: em 28,00 m com a Rua Quirino Ferrari;

FUNDOS: em 28,00 m com a área 02;

LADO DIREITO: em 43,30 m. com a área 02;

LADO ESQUERDO: em 43,30 m com a Rua Estevão Riscarolli.

1.2. - Área n.º 02 = 31.255,00 m2.

FRENTE: em 105,35 m com a Rua Quirino Ferrari;

FUNDOS: em 422,53 m com terras da Faixa de A.P.P. do Rio Das Pombas;

LADO DIREITO: em 06 linhas a 1 em 40,50 m a 2 em 27,00 m ambas com a área 03 a 3 em 7,69 m a 4 em 23,93 m a 5 em 134,00 m e a 6 em 22,64 m. Todas com a área 04;

LADO ESQUERDO: em 03 linhas a 1 em 43,00 m a 2 em 28,00 m ambas com a área 01 e a 3 em 125,90 m com a Rua Estevão Riscarolli.

1.3- Área n.º 03 = 1.200,00 m2. - A DESMEMBRAR

FRENTE: em 28,54 m com a Rua Quirino Ferrari;

FUNDOS: em 27,00 m com a área 02;

LADO DIREITO: em 49,73 m. com a área 04;

LADO ESQUERDO: em 40,50 m com a área 02.

1.4. - Área n.º 04 = 13.477,25 m2. - A DESMEMBRAR

FRENTE: em 119,00 m com a Rua Quirino Ferrari;

FUNDOS: em 284,45 m com terras da faixa de A.P.P. do Rio das Pombas;

LADO DIREITO: em 79,00 m. com terras de Nelson Sardo;

LADO ESQUERDO: em 04 linhas a 1 em 57,42 m sendo 49,73 com a área 03 e 7,69 com a área 02 a 2 em 23,93 m a 3 em 134,00 m e a 4 em 22,64 m. Todas com a área 02;

1.5. - Área n.º 05 = 16.041,25 m2. - A DESMEMBRAR

FRENTE: em 100,50 m com a rua Quirino Ferrari;

FUNDOS: em 70,00 m com terras da área remanescente;

LADO DIREITO: em 390,22 m. sendo 75,09 m com a área 06 e 315,13 m com a área remanescente;

LADO ESQUERDO: em duas linhas a 1 em 31,50 e a 2 em 314,61 m ambas com terras de Nelson Sardo.

1.6. - Área n.º 06 = 4.580,00 m2. - A DESMEMBRAR
FRENTE: em 75,20 m com a rua Quirino Ferrari;
FUNDOS: em 70,32 m com terras da área remanescente;
LADO DIREITO: em 98,63 m. com a área 07;
LADO ESQUERDO: 75,09 m com terras da área 05.

1.7. - Área n.º 07 = 4.580,00 m2. - A DESMEMBRAR
FRENTE: em 64,90 m com a rua Quirino Ferrari;
FUNDOS: em 58,09 m com terras da área remanescente;
LADO DIREITO: em 102,94 m. com a rua Bubi Reif;
LADO ESQUERDO: 98,63 m com terras da área 06.

1.8. - Área remanescente = 90.780,50 m2
FRENTE: em 772,98 m com a rua Bubi Reif sendo 278,60 m existente e 494,38 m projetada;
FUNDOS: em 03 linhas a 1 em 315,13 m a 2 em 70,00 m ambas com a área 05 e a 3 em 438,67 m com terras de Nelson Sardo;
LADO DIREITO: em 180,70 m com terras de LZK Construtora Ltda.;
LADO ESQUERDO: em 128,41 m sendo 58,09 com a área 07 e 70,32 m com a área 06.

Art. 3º A área de terras de que trata este artigo encontra-se devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 14.411, com uma área de 163.134,00m² (cento e sessenta e três mil e cento e trinta e quatro metros quadrados), de propriedade de HERDEIROS REIF (responsável Sr. Moises da Conceição Amendoeira, CPF 281.605.508-63), residente e domiciliado no Município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 14 de julho de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 120/2014 de 14/07/2014.
Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.
DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0025.2.035 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
(3)3.1.70.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
(5)3.3.50.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00
(6)3.3.71.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
(9)4.4.71.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0025.2.2.035 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
(7)3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$118.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 14 de Julho de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 121/2014 de 14/07/2014.
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Unidade: 01- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES
27 812.0021.2.019 - Manutenção do Depto de Esportes
(171) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 03. DEPARTAMENTO DE CULTURA
Funcional: 13.392.0010.2.018 - Manutenção do Depto de Cultura
(65) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de julho de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 122/2014 de 28/07/2014.
Estabelece Turno Único, determina normas a serem seguidas durante período de turno único e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que a adoção do turno único de trabalho para os serviços administrativos da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo contribuirá para a redução do custeio da máquina pública;

CONSIDERANDO também que a Administração tem o dever de buscar todos os mecanismos ao seu alcance para maximizar os recursos públicos;

CONSIDERANDO ainda que outras esferas da Administração e em outros Poderes do Estado já têm seu funcionamento fixado em tal regime;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas de pessoal, que é dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essas situações à realidade econômico-financeira do Município de Pouso Redondo/SC, sem prejuízo da prestação de serviços perante a coletividade;

DECRETA:

Art. 1º — Fica estabelecido **TURNO ÚNICO** de 06 (seis) horas diárias ininterruptas a ser cumprido conforme estabelecido no presente decreto:

I - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas;

II - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas;

Horário das 13 (treze) horas às 19 (dezenove) horas.

- Equipes de trabalho serão determinadas por portaria.

III - SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

Horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas;

a) Conselho Tutelar regime de Plantão de acordo com o determinado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

IV - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Horário normal de expediente para:

a) Centros de Educação;

b) Centros de Educação Infantil;

c) Transportes Escolar;

d) Pólo da Universidade Aberta do Brasil, UFSC e UDESC.

Turno das 08 (oito) horas às 13 (treze) horas, exclusivamente para atendimento na Secretaria de Educação e Cultura localizada na Rua Antônio Carlos Thiesen, 74.

V - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Horário normal de atendimento conforme já vem sendo praticado pela Secretaria.

VI - SECRETARIA DE FINANÇAS

Horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas.

VII - SECRETARIA DE GABINETE

Horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas.

VIII - SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas.

IX - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas.

X - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

a) Horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas;

b) Horário das 13 (treze) horas às 19 (dezenove) horas;

c) Limpeza da rodoviária: turno das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas e das 13 (treze) horas às 19 (dezenove) horas.

d) Equipes de trabalho serão determinadas por portaria.

A PARTIR DE 04 DE AGOSTO DE 2014 A SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS, FUNCIONARÁ JUNTO AO CENTRO DE EVENTOS HERANÇA TROPEIRA.

XI - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

a) Pronto Atendimento Municipal, atendimento em regime de plantão 24 (vinte quatro) horas sem interrupção ou mudança da carga horária.

b) Posto Progresso, (ESF) horário das 12 (doze) horas e 30 (trinta) minutos às 18 (dezoito) horas e 30 (trinta) minutos;

c) Secretária Municipal de Saúde e demais postos de saúde (ESF's), horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas

XII - INTENDÊNCIAS DISTRITAIS

Horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas.

Art. 2º — O turno de 06 (seis) horas diárias é considerado turno especial, os demais horários constantes neste decreto deverão ser

cumpridos na forma estabelecida, caso seja necessário o chefe imediato poderá solicitar o cumprimento da jornada em 08 (oito) horas, com intervalo de no mínimo uma hora para descanso, sem que este evento caracterize hora extra.

Art. 3º - Aos servidores públicos municipais que exercem carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais, mantém-se o expediente normal de trabalho, durante o horário das 07hs às 13hs, não se aplicando a legislação constante no presente Decreto e não havendo redução da carga horária.

Art. 4º - Durante a aplicação deste decreto fica vedado o pagamento de horas extras e condicionado o pagamento somente a serviços essenciais na escala máxima de 40 (quarenta) horas mês, as horas que ultrapassarem esta escala poderão ser revertido em folga em dia pré estabelecido com o chefe imediato.

Art. 5º - A partir da vigência deste Decreto fica vedada a participação de servidores públicos em cursos ou diária de viagens, sem expressa autorização da Prefeita, sendo que a não comunicação prévia com a devida autorização, será considerado insubordinação, comunicado ao Departamento de Recursos Humanos para que providencie o desconto em folha de pagamento dos valores gastos em curso ou diária, bem como seja emitido notificação cientificando o servidor da penalidade ora aplicada, por contrariar uma das proibições do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 6º - O serviço de telefonia móvel é de uso exclusivo para resolução de atividades pertinentes ao âmbito do serviço público, o gasto mensal máximo para cada número de serviço de telefonia móvel esta limitado ao valor de R\$ 100,00 (cem) reais, o excedente a este valor será debitado na conta do servidor responsável pelo número do qual o mesmo é usuário.

§ 1º - Caso o valor excedente for comprovadamente para fins de atendimento no âmbito do serviço público municipal, este deverá estar acompanhado de justificativa para ser arquivada junto a ficha funcional do servidor.

Art. 7º - Durante a vigência deste decreto cada setor e os servidores nele lotados ficam responsáveis pelo arquivamento correto de todos os seus documentos, bem como pelo correto encaminhamento ao arquivo central.

Art. 8º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 04 de agosto de 2014 até ato que o revogue.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de julho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 123/2014 de 30/07/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.050- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

(20) 4.4.90.00.00.00.00.0136. - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de Julho de 2014

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 124/2014 de 30/07/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/14 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

13. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0028.2.038 - Manutenção do Fundo de Assistência Social (131) 3.3.90.00.00.00.00.00.0187.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de julho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 125/2014 de 30/07/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.035- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

(4) 3.1.90.00.00.00.00.00.0101. - Aplicações Diretas

R\$ 300.000,00

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.050- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

(18) 3.1.90.00.00.00.00.00.0136. - Aplicações Diretas R\$

100.000,00

TOTAL R\$ 400.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de Junho de 2014

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 126/2014 de 30/07/2014.

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.2.025 Manutenção do depto de Estradas e Rodagem

(86) 3.1.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.2.025 Manutenção do depto de Estradas e Rodagem

(91) 4.4.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de julho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 127/2014 de 30/07/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.035- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

(7) 3.3.90.00.00.00.00.00.0101. - Aplicações Diretas R\$

100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de Junho de 2014
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 128/2014 de 30/07/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade: 01. FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Funcional: 16.481.0028.1.010- Construção de Casas Populares - Habitação Urbana

(151) 4.4.90.00.00.00.00.00.0137 Aplicações Diretas
R\$ 144.000,00

TOTAL R\$ 144.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de julho de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 129/2014 de 30/07/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/14 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - DEPARTAMENTO DE APOIO A AGRICULTURA

Funcional: 20.606.0048.2.029 - Manutenção do Depto de Apoio a Agricultura

(100) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 56.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.2.025 Manutenção do depto de Estradas e Rodagem

(90) 3.3.90.00.00.00.00.00.0186 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.500,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0018.2.009 - Manutenção do Ensino Fundamental

(36) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 185.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0018.2.009 - Manutenção do Ensino Infantil
(60) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0018.1.002 - Construção Ampl. E Reforma de Unidades de Ensino Infantil

(53) 4.4.90.00.00.00.00.00.0016.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 500.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.1.008 - Pavimentação e Infra-estrutura

(83) 4.4.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 12.800,00

Órgão: 20 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Funcional: 04.182.0004.2.052 - Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil

(180) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0018.2.012 - Manutenção do ensino infantil

(60) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

TOTAL
..... R\$ 783.300,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de agosto de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 130/2014 de 30/07/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.1.008 - Pavimentação e Infra-estrutura

(83) 4.4.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 116.000,00

TOTAL
..... R\$ 116.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de julho de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 131/2014 de 12/08/2014.
NOMEIA ORDENADOR DE DESPESA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado ordenador de despesa da Secretaria Municipal de Saúde, Sr. DIEGO FIGUEREDO, ocupante do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º - Ordenador de despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, aplicados na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - O ordenador de despesas só poderá ser exonerado de suas responsabilidades após julgadas regulares suas contas pelo E. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - O ordenador de despesas, salvo convivência, não é responsável por prejuízos causados à Fazenda Municipal decorrentes de atos praticados por agente subordinado que exorbitar as ordens recebidas.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 132/2014 de 12/08/2014.
NOMEIA ORDENADOR DE DESPESA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado ordenador de despesa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Sr. HOFENAS DEODATO BINI, ocupante do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Ordenador de despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, aplicados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º - O ordenador de despesas só poderá ser exonerado de suas responsabilidades após julgadas regulares suas contas pelo E. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - O ordenador de despesas, salvo convivência, não é responsável por prejuízos causados à Fazenda Municipal decorrentes de atos praticados por agente subordinado que exorbitar as ordens recebidas.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 133/2014 de 12/08/2014.

Determina horário de trabalho para Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º — Fica determinado horário de trabalho a ser cumprido pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12 de agosto de 2014, conforme estabelecido no presente decreto:

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE

I - Pronto Atendimento Municipal, atendimento em regime de plantão 24 (vinte quatro) horas sem interrupção ou mudança da carga horária.

II - Postos de Saúde (ESF's) horário das 07 (sete) horas e 30 (trinta) minutos às 11 (onze) horas e 30 (trinta) minutos e das 13 (treze) horas às 17 (dezessete) horas;

III - Secretária Municipal de Saúde, horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas;

IV - Vigilância Sanitária, horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas;

V - Atendimento do profissional Assistente Social, horário das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, as disposições contidas no Decreto nº 122/2014 devem ser atendidas conforme disposto.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 134/2014 de 12/08/2014.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade do Sra. LUCÍLIA MARIA AMÂNCIO, situado à Rua do Hipódromo, Arroio Grande, Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, com área total de 4.300,00m² (quatro mil e trezentos metros quadrados), da matrícula nº 16.353.

ÁREA TOTAL = 4.300,00m²

FRENTE em linha reta 38,77 metros com a Rua do Hipódromo;
FUNDOS em linha reta 40,80 metros curva o Rio das Pombas;

LADO DIREITO com 105,15 metros com a matrícula nº 13380, proprietário, Márcio Chirolli Me, e terras a quem de direito;
LADO ESQUERDO com 117,40 metros com as matrículas nº 11615, proprietária, Maria Aparecida Pereira Peyerl; nº 11623 proprietária, Joana Lorenzo, e terras a quem de direito.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

ÁREA A DESMEMBRAR (512,64m²)
FRENTE com 19,20 metros com a Rua do Hipódromo;
FUNDOS com 19,20 metros com terras de Lucília Maria Amâncio (área remanescente);
LADO DIREITO com 26,70 metros com terras de Lucília Maria Amâncio (área remanescente);
LADO ESQUERDO com 26,70 metros com a matrícula nº 11615 proprietária Maria Aparecida Pereira Peyerl.

ÁREA REMANESCENTE (3.787,36m²)
FRENTE em linha reta 19,57 metros com a Rua do Hipódromo;
FUNDOS em linha reta 40,80 metros com o Rio das Pombas;
LADO DIREITO com 105,15 metros com a matrícula nº 13380, proprietário Márcio Chirolli ME, e terras a quem de direito;
LADO ESQUERDO em duas linhas retas de 26,70 metros e 19,20 metros com o lote a desmembrar e uma linha reta de 90,70 metros com a matrícula nº 11623, proprietária Joana Lorenzo e terras a quem de direito.

Art. 3º A área de terras de que trata este artigo encontra-se devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 16.353, com uma área de 4.300,00m² (quatro mil e trezentos metros quadrados), de propriedade da Sra. LUCÍLIA MARIA AMÂNCIO, brasileira, viúva, pessoa física de direito privado, inscrita no CPF nº 794.900.779-68, residente e domiciliada no município de Pouso Redondo

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 135/2014 de 12/08/2014.
Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.565/14 de 07/08/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município.

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0025.1.006 - Construção, Ampl. E Reforma de Unidades de Saúde.
(1) 4.4.90.00.00.00.00.00.0101. - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º - O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0025.2.035- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

(4) 3.1.90.00.00.00.00.00.0101. - Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 12 de Agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 136/2014 de 12/08/2014.
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 03. DEPARTAMENTO DE CULTURA
Funcional: 13.392.0010.2.018 - Manutenção do Depto de Cultura
(65) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

TOTAL
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 137/2014 de 12/08/2014.
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.306.0018.2.016 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental
(25) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 29.300,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.306.0018.2.016 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental
(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.0190.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 600,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.306.0018.2.017 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino

Infantil
(28) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 75.400,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.306.0018.2.017 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino In-
fantil
(29) 3.3.90.00.00.00.00.00.0190.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 46.500,00

TOTAL R\$ 151.800,00
Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 138/2014 de 12/08/2014

Determina horário de trabalho dos servidores da função de moto-
ristas da Sec. Municipal de Saúde e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado
de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com funda-
mento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que o serviço do servidor lotado na Secretaria
Municipal de Saúde na função de motorista é um serviço conside-
ração essencial, e que é dever do Ente Público a prestação deste
serviço.

DECRETA:

Art. 1º — Fica determinado o horário de trabalhado dos servidores
na função de motorista, lotados na Secretaria Municipal de Saúde
conforme segue:
- Das 07:30 horas às 12 horas.
- Das 13:30 horas às 17 horas.

§ 1º - Este horário não se aplica aos servidores motoristas lotados
no Pronto Atendimento Municipal.

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 139/2014 de 12/08/2014.
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação
e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso
de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do
Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamen-
tárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando
como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 07 SECRETARIA DE SAUDE, PROMOÇÃO SOCIAL E HABI-
TAÇÃO
Unidade: 04 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
Funcional: 08.244.0028.2.045 - Manutenção do depto de Assis-
tência social
(70) 3.1.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas

..... R\$ 8.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Fundeb 40%
(39) 3.1.90.00.00.00.00.00.0153.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.365.0018.2.012 - Manutenção do ensino infantil
(56) 3.1.90.00.00.00.00.00.0152.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 18.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 140/2014 de 22/08/2014.
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação
e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso
de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do
Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamen-
tárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando
como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Fundeb 40%
(39) 3.1.90.00.00.00.00.00.0153.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 120.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.365.0018.2.012 - Manutenção do ensino infantil
(55) 3.1.90.00.00.00.00.00.0152.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 160.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.365.0018.2.012 - Manutenção do ensino infantil
(56) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 110.000,00

TOTAL R\$ 390.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 140-A/2014 de 12/08/2014

Determina cancelamento de tributo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Esta-
do de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com

fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que o lançamento do tributo não atendeu ao tramite legal;

CONSIDERANDO, que o tributo foi lançado e o fato gerador não aconteceu a entrega do material (calcário) não foi realizada.

DECRETA:

Art. 1º — Fica cancelado o lançamento do tributo de receitas diversas, bem como a dívida ativa, relativa ao período de 2002 à 2006, proveniente de sigla Receitas Diversas (calcário) em nome dos seguintes contribuintes:

- James Lúcio Odorizzi - CPF 015.386.649-76
- Taciano Cristofolini - CPF 217.767.179-53
- Ralf Klegin - CPF 247.541.459-68
- Gilmar da Silva - CPF 683.408.939-04
- Cleomar Matteuci - CPF 383.832.689-04
- Dirceu Poleza - CPF 561.459.859-68
- Jair Crestani - CPF 598.446.719-49

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 141/2014 de 12/08/2014

Determina local para recebimento da folha de pagamento e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que o valor relativo ao pagamento dos servidores é depositado em conta bancaria;

DECRETA:

Art. 1º — Fica determinado que as folhas de pagamento dos servidores públicos municipais lotados fora do Paço Municipal serão entregues no seu local de trabalho, pelo superior imediato.

§ 1º - O Departamento de Recursos Humanos fará entrega das folhas de pagamento diretamente ao superior imediato de cada departamento, não havendo necessidade do servidor se descolar até a Prefeitura Municipal para retirar a sua folha de pagamento.

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 142/2014 de 12/08/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando

como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

04. SECRETARIA DE FINANÇAS

01. GABINETE DO SECRETARIO DE FINANÇAS

28.843.0000.0.001 - Amortização de Dividas Fundadas e Débitos Consolidados

(14) 4.6.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 143/2014 de 12/08/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TOPOGRAFIA

Funcional: 04. 122.0009.2.006 - Manutenção do Departamento de Tributação, Fiscalização e Topografia-

(21) 4.4.90.00.00.00.00.00.0192 - Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de agosto de 2014.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 144/2014 de 12/08/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

15. FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO

01. FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO

06.182.0031.2.040 -Manutenção do Fundo de Reequipamento do Bombeiro

(144) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de agosto de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 145/2014 de 12/08/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.049- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

(17) 3.3.90.00.00.00.00.0135. - Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de Agosto de 2014

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 147/2014 de 22/08/2014.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade do Sr. LUIZ JACÓ MENSOR e MARIA APOLONIO MENSOR, situado à Rodovia BR 470, KM 171, Aterrado, Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, com área total de 43.810,00m² (quarenta e três mil, oitocentos e dez metros quadrados), da matrícula nº 16.508.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

ÁREA 01 A DESMEMBRAR

Localizado a 44,69 metros da ICAVI - Indústria de caldeira do Vale do Itajaí ÁREA: 517,34 m²

FRENTE: Confrontando com a Rodovia BR-470 - 12,08 m.

FUNDOS: Confrontando com a área remanescente - 12,11 m.

LADO DIREITO: Confrontando com terras da Área remanescente - 43,10 m.

LADO ESQUERDO: Confrontando com terras da Área 02 a desmembrar - 43,12 m.

ÁREA 02 A DESMEMBRAR

Localizado a 56,77 metros da ICAVI - Indústria de caldeira do Vale do Itajaí ÁREA: 561,97 m²

FRENTE: Confrontando com a Rodovia BR-470 - 13,12 m.

FUNDOS: Confrontando com a área remanescente - 13,11 m.

LADO DIREITO: Confrontando com terras da Área 01 a desmembrar - 43,12 m.

LADO ESQUERDO: Confrontando com terras da Área 03 a desmembrar - 43,14 m.

ÁREA 03 A DESMEMBRAR

Localizado a 69,89 metros da ICAVI - Indústria de caldeira do Vale do Itajaí ÁREA: 536,03 m²

FRENTE: Confrontando com a Rodovia BR-470 - 14,96 m.

FUNDOS: Confrontando com a área remanescente - 10,03 m.

LADO DIREITO: Confrontando com terras da Área 02 a desmembrar - 43,14 m.

LADO ESQUERDO: Confrontando com terras da Área 04 a desmembrar - 42,86 m.

ÁREA 04 A DESMEMBRAR

Localizado a 84,85 metros da ICAVI - Indústria de caldeira do Vale do Itajaí ÁREA: 600,00 m²

FRENTE: Confrontando com a Rodovia BR-470 - 14,00 m.

FUNDOS: Confrontando com a área remanescente - 14,00 m.

LADO DIREITO: Confrontando com terras da Área 03 a desmembrar - 42,86 m.

LADO ESQUERDO: Confrontando com terras da Área 05 a desmembrar - 42,86 m.

ÁREA 05 A DESMEMBRAR

Localizado a 98,85 metros da ICAVI - Indústria de caldeira do Vale do Itajaí ÁREA: 600,00 m²

FRENTE: Confrontando com a Rodovia BR-470 - 14,00 m.

FUNDOS: Confrontando com a área remanescente - 14,00 m.

LADO DIREITO: Confrontando parte com terras da Área 04 a desmembrar - 42,86 m

LADO ESQUERDO: Confrontando parte com terras da Área remanescente - 16,64 m; e parte com terras da área 06 a desmembrar - 26,22 m.

ÁREA 06 A DESMEMBRAR

Localizado a 112,85 metros da ICAVI - Indústria de caldeira do Vale do Itajaí ÁREA: 779,33 m²

FRENTE: Confrontando com a Rodovia BR-470 - 28,83 m.

FUNDOS: Confrontando com a área remanescente - 25,46 m.

LADO DIREITO: Confrontando com terras da Área 05 a desmembrar - 26,22 m.

LADO ESQUERDO: Confrontando com terras da Área remanescente - 31,63 m.

ÁREA 07 A DESMEMBRAR

Localizado ao lado da ICAVI - Indústria de caldeira do Vale do Itajaí ÁREA: 5.646,65 m²

FRENTE: Confrontando com a Rodovia BR-470 - 41,18 m.

FUNDOS: Confrontando com terras da ICAVI - Indústria de caldeira do Vale do Itajaí - 45,50 m.

LADO DIREITO: Confrontando com terras da Área remanescente - 65,04m e 71,49m.

LADO ESQUERDO: Confrontando com terras da ICAVI - Indústria de caldeira do Vale do Itajaí - 174,75 m.

ÁREA URBANA REMANESCENTE

Localizado 41,18 m da ICAVI - Indústria de caldeira do Vale do Itajaí ÁREA: 34.568,68 m²

FRENTE: Confrontando parte com a Rodovia BR-470 em dois segmentos - 5,03 m 75,85 m; parte com a Área 01 a desmembrar - 12,11 m; parte com a Área 02 a desmembrar - 13,11 m; parte com a Área 03 a desmembrar - 10,03 m; parte com a Área 04 a desmembrar - 14,00 m; parte com a Área 05 a desmembrar - 14,00 m; parte com a Área 06 a desmembrar - 25,46 m.

FUNDOS: Confrontando com terras de Erculino Nollí em três segmentos - 26,05 m; 15,00 m e 104,00 m.

LADO DIREITO: Confrontando com terras de ICAVI - Indústria de Caldeiras do Alto Vale do Itajaí em dois segmentos -591,00 m; parte com terras da Área 06 a desmembrar - 31,63 m, parte com

terras da área 07 a desmembrar - 65,04 m e 71,49 m e parte com terras da Área 05 a desmembrar - 16,64 m.

LADO ESQUERDO: Confrontando parte com terras de Arnaldo Santiago e Albrando Bonatti em dois segmentos - 605,00 m e 136,00 m; parte com terras da Área a desmembrar 01 - 43,10 m.

Art. 3º A área de terras de que trata este artigo encontra-se devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 16.508, tem uma área total de 43.810,00m² (quarenta e três mil, oitocentos e dez metros quadrados), de propriedade do Sr. LUIZ JACÓ MENSOR, pessoa física inscrita no CPF 379.217.209-78 e Sra. MARIA APOLONIA MENSOR, pessoa física, inscrita no CPF nº 014.582.149-82, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anterior à vigência da Lei nº 6.515/77, ambos residentes e domiciliados no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário em especial o decreto nº 094/2014.

Pouso Redondo (SC), 22 de agosto de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 148/2014 de 22/08/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0018.2.011 - Manutenção do Fundeb 40%

(39) 3.1.90.00.00.00.00.00.0153.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 120.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0018.2.012 - Manutenção do ensino infantil

(55) 3.1.90.00.00.00.00.00.0152.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 160.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0018.2.012 - Manutenção do ensino infantil

(56) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 110.000,00

TOTAL R\$ 390.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de agosto de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 149/2014 de 28/08/2014.

Regulamenta item 7, do Anexo XIII, "outros serviços administrativos diversos", do Código Tributário Municipal, LC 005/2009 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar N.º 005/2009 de 08 de dezembro de 2009.

CONSIDERANDO, que o inciso V, do artigo 392, do Código Tributário Municipal, dispõe sobre a taxa de outros serviços de natureza administrativa;

CONSIDERANDO, que os tipos de serviços não se encontram especificados no artigo supra e, também não estão especificados no item 7 do Anexo XIII;

CONSIDERANDO, que a presente regulamentação não importa em reajuste do tributo ou criação de novo tributo, não infringindo desta forma o princípio da anterioridade, estabelecida em normas federais;

CONSIDERANDO, a necessidade de informar na guia emitida ao contribuinte o tipo de fato gerador para pagamento.

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentado o item 7, do Anexo XIII, disposto no inciso V, do artigo 392, do Código Tributário Municipal, Lei Complementar Nº 005/2009, de 08 de dezembro de 2009, que passa a vigor com a seguinte redação:

SERVIÇOS	UFRM
7. Outros serviços administrativos não especificados	10
7.1 Transporte de carga de água para lavações e borracharias	12
7.2 Transporte de carga de água para piscinas	19
7.3 Limpeza de terrenos baldios por carga recolhida	30
7.4 Coleta de entulhos por carga recolhida	19
7.5 Transporte de pedra por carga entregue	23
7.6 Transporte de barro por carga entregue	23
7.7 Taxa Ambiental (valor mínimo)	19

§ 1º - A taxa de serviço diverso para inscrição em concurso público ou processo seletivo será definida pelo edital de abertura e será lançada no item 7, do anexo XIII, diversa ao valor da UFM, por se tratar de fato atípico aos serviços prestados de forma continua.

Art. 2º - A prestação dos serviços descritos neste decreto esta condicionada ao pagamento da guia, emitida pelo departamento de tributos.

Art. 3º - As guias emitidas neste item e do qual o fato gerador não aconteça (prestação do serviço) serão canceladas dentro do sistema de emissão, sem que este fato venha a causar danos ao contribuinte.

Art. 4º - Os serviços indicados neste decreto serão prestados de acordo com agendamento e disponibilidade do serviço público, o pagamento da guia sem o devido agendamento esta sujeito a não prestação do serviço.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 28 de agosto de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 150/2014 de 29/08/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/14 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0018.2.2014 - Manutenção do Transporte Escolar - Terceirizados

(51) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 29 de agosto de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 151/2014 de 29/08/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.035- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

(7) 3.3.90.00.00.00.00.00.0101. - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

TOTAL R\$ 300.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 29 de Agosto de 2014

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 152/2014 de 01/09/2014.

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Unidade: 01- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES

27 812.0021.2.019 - Manutenção do Depto de Esportes

(171) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Unidade: 01- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES

27 812.0021.2.019 - Manutenção do Depto de Esportes

(171) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 153/2014 de 01/09/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.306.0018.2.016 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental

(25) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.200,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.306.0018.2.017 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil

(28) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

TOTAL R\$ 28.200,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 154/2014 de 01/09/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

04. SECRETARIA DE FINANÇAS

01. GABINETE DO SECRETARIO DE FINANÇAS

28.843.0000.0.001 - Amortização de Dividas Fundadas e Débitos Consolidados

(14) 4.6.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 155/2014 de 01/09/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0018.2.011 - Manutenção do Fundeb 40%

(39) 3.1.90.00.00.00.00.00.0153.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.2.025 Manutenção do depto de Estradas e Rodagem

(86) 3.1.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TOPOGRAFIA

04. 122.0009.2.006 - Manutenção do Departamento de Tributação, Fiscalização e Topografia

(18) 3.1.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 130.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 156/2014 de 01/09/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Unidade: 01- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES

27 812.0021.2.019 - Manutenção do Depto de Esportes

(171) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2014.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar 287

LEI COMPLEMENTAR Nº 287, de 16 de setembro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º-	Esta Lei Complementar dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação.
----------	---

Art. 2º-	O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:
	I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;
	II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;
	III - serviços especiais, nos termos desta Lei.
	Parágrafo único. O município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a adolescência.

Art. 3º-	São órgãos de política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:
	I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
	II - Conselho Tutelar.

Art. 4º-	O município poderá criar os programas e serviços a que aludem os incisos II e III do art. 2º da presente Lei Complementar, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.
	§ 1º- Os programas serão classificados como de proteção ou sócio educativos e destinar-se-ão a:
	a) orientação e apoio sócio-familiar;
	b) apoio sócio educativo em meio aberto;
	c) colocação familiar;
	d) abrigo;
	e) liberdade assistida;
	f) semi-liberdade;
	g) internação.
	§ 2º- Os serviços especiais visam:
	a) à prevenção e o atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
	b) à identificação e a localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;

c) à proteção jurídico social.

CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I Da Criação

Art. 5º-	Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/90 e alterações posteriores.
	Parágrafo único. O Conselho mencionado no caput deste artigo, deliberará sobre o fundo de recursos destinado ao atendimento aos direitos da criança e do adolescente, nos termos da presente Lei Complementar.

Seção II Da Composição do Conselho

Art. 6º-	O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é composto por 08 (oito) membros, sendo:
	I - 04 (quatro) representantes do poder público, a seguir especificados:
	a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;
	b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação;
	c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação;
	d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda.
	II - 04 (quatro) representantes de organizações da sociedade civil de defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
	§ 1º- Os Conselheiros representantes das secretarias municipais serão indicados pelo Prefeito dentre servidores com poderes de decisão no âmbito das respectivas secretarias.
	§ 2º- Os representantes de organizações da sociedade civil serão eleitos pelo voto das entidades de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, com sede no Município, que serão convocados pelo CMDCA, mediante edital publicado na imprensa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
	§ 3º- A designação de membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.
	§ 4º- Os membros do conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução apenas uma única vez e por igual período.
	§ 5º- A função de membro do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.
	§ 6º- A nomeação e posse dos membros do Conselho far-se-á por Decreto Municipal, obedecendo os critérios de escolha previstos nesta Lei Complementar.

Seção III Da Competência do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 7º-	Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
----------	---

	I - formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando a execução das ações propostas;
	II - opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse da criança e do adolescente;
	III - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se referem os incisos II e III do artigo 2º desta Lei Complementar;
	IV - elaborar e alterar o regimento interno, com aprovação de no mínimo 2/3 do total de seus membros;
	V - solicitar as indicações para o preenchimento da função de conselheiro, nos casos de vacância e término do mandato;
	VI - deliberar por resolução de no mínimo 2/3 do total de seus membros o destino e as aplicações dos recursos constituídos no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seguindo as prioridades do plano de aplicação;
	VII - opinar sobre o orçamento municipal destinado à assistência social, saúde e educação, bem como, ao funcionamento do Conselho Tutelar, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;
	VIII - opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivos e de lazer voltadas para a infância e a adolescência;
	IX - proceder a inscrição de programas de proteção e sócio educativos de entidades governamentais e não-governamentais, na forma dos artigos 90 e 91 da Lei federal nº8.069/90;
	X - fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;
	XI - regulamentar assuntos de sua competência por resoluções aprovadas por no mínimo 2/3 dos seus membros;
	XII - autorizar a participação dos Membros do Conselho Tutelar em eventos ligados a política de atendimento da criança e do adolescente, observando os recursos financeiros disponíveis para tal finalidade.

Art. 8º-	O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente manterá uma secretaria geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pelo Município de Rio do Sul.
----------	---

CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I Da Criação e Objetivos do Fundo

Art. 9º-	Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), que será gerido por um gestor indicado pelo Chefe do Poder Executivo, e acompanhado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
	§ 1º- O Fundo tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento ao direito da criança e do adolescente.
	§ 2º- As ações de que trata o parágrafo anterior referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

Seção II Da Origem dos Recursos Financeiros

Art. 10-	O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído:
	I - pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município destinada ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
	II - pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
	III - pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
	IV - pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei 8069/90;
	V - por outros recursos que lhe forem destinados;
	VI - pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais nos termos da legislação específica.

Seção III Da Competência do Fundo

Art. 11-	Compete ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
	I - registrar os recursos orçamentários próprios recebidos do Município ou a ele transferidos pelo Estado de Santa Catarina ou pela União em benefício da criança e do adolescente;
	II - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
	III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
	IV - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
	V - publicar, no Diário Oficial do Município, todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com relação ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
	Parágrafo único. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ora instituído será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, num prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação da presente Lei Complementar.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO TUTELAR

Seção I Da Criação do Conselho Tutelar

Art. 12-	Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, integrante da Administração Pública de Rio do Sul, conforme critérios dispostos na presente Lei Complementar e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
	§1º- O Conselho tutelar será composto de 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) suplentes, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante processo de escolha.

	§2º- Será permitida aos Conselheiros Tutelares a participação em novo mandato, desde que exerça a titularidade sem interrupção pelo período não superior a 12 (doze) meses, considerando o mandato de 4 (quatro) anos.
	§3º- A recondução consiste no direito do Conselho Tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao novo processo de escolha em todas as suas etapas, vedada qualquer outra modalidade de participação.
Art. 13-	O Conselho Tutelar exercerá suas atividades no âmbito do Município de Rio do Sul.
Art. 14-	Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos mediante voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos do município maiores de dezesseis anos, em processo regulamentado e conduzido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que também ficará encarregado de dar-lhe publicidade, sendo fiscalizado, desde sua deflagração pelo Ministério Público.
	Parágrafo único. O exercício da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Seção II

Dos Requisitos e do Registro das Candidaturas

Art. 15-	Para a candidatura a membro de Conselheiro Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:
	I - reconhecida idoneidade moral, firmada em documento próprio, segundo critérios estipulados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de resolução;
	II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;
	III - residir no município de Rio do Sul, há mais de dois anos;
	IV - estar no gozo de seus direitos políticos;
	V - apresentar no momento da inscrição a membro do Conselho Tutelar, certificado de conclusão de curso superior em área afim, ou reconhecida comprovação de experiência profissional de, no mínimo, (03) três anos no trato com crianças e adolescentes, mediante apresentação de currículo, com cópia registrada dos respectivos comprovantes/documentos.
	§ 1º- Para efeito da presente Lei Complementar, consideram-se áreas afins: Serviço Social, Pedagogia, Psicologia, Sociologia, Direito e outras áreas a critério do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, previstas em Resolução própria.
	§ 2º- O candidato, que for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá comprovar seu afastamento no ato da inscrição a membro do Conselho Tutelar.
	§ 3º- A função de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, vedado o exercício de qualquer outra função pública ou privada.
Art. 16-	O pedido de inscrição a candidato de Conselheiro Tutelar deverá ser formulado através de requerimento assinado e protocolado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente instruído com todos os documentos necessários a comprovação dos requisitos estabelecidos em edital próprio.
	Parágrafo único. O processo de eleição para candidatos a membros do Conselho Tutelar somente ocorrerá com o número mínimo de 10 candidatos devidamente habilitados, devendo ser prorrogado o prazo de inscrição para o registro de novas candidaturas, no caso de não ser atingido o número necessário.

Art. 17-	Cada candidato poderá registrar, além do nome, um cognome, e terá um número oportunamente sorteado pela Comissão Eleitoral, previamente designada mediante Resolução do CMDCA.
Art. 18-	Encerradas as inscrições, será aberto prazo de 3 (três) dias para impugnações, contados da data da publicação do edital de homologação das inscrições no Diário Oficial do Município ou em outro meio de comunicação local com ampla publicidade.
	§ 1º- Ocorrendo impugnação, o candidato será intimado, pela mesma forma, para em 3 (três) dias apresentar defesa.
	§ 2º- Decorridos esses prazos, será oficiado ao Ministério Público para os fins estabelecidos no artigo 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
	§ 3º- Havendo impugnação do Ministério Público o candidato terá igual prazo para apresentar defesa, mediante intimação pelos mesmos meios de comunicação.
	§ 4º- Cumprindo o prazo acima, a relação oficial de candidatos será submetido à Comissão Eleitoral para decidir sobre o mérito, no prazo de 3 (três) dias, devendo a decisão ser publicada no Diário Oficial do Município ou em outro meio de comunicação local com ampla publicidade.
	§ 5º- Da decisão de mérito da Comissão Eleitoral, caberá recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias, contados da data da respectiva publicação do ato, devendo manifestarem-se sobre o recurso e decidindo em igual prazo, publicando a decisão no Diário Oficial do Município ou em outro meio de comunicação local com ampla publicidade.
Art. 19-	Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital contendo nominata dos candidatos habilitados a eleição para Membro do Conselho Tutelar, no Diário Oficial do Município e em outro meio de comunicação local com ampla publicidade.
	§ 1º- Os candidatos habilitados a eleição devem submeter-se a uma prova escrita sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo considerado habilitado o candidato que obtiver 50% ou mais de acerto das questões propostas.
	§ 2º- VETADO.
	§ 3º- A lista final dos candidatos habilitados e aprovados estarão aptos a participar da eleição convocada, sendo afixada no Mural da Prefeitura e na sede do CMDCA.

Seção III

Do Processo Eleitoral para Membro do Conselho Tutelar

Art. 20-	O processo eleitoral para eleição de membros do Conselho Tutelar será organizado pelo Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, mediante Edital publicado na imprensa local, que regulamentará o processo eleitoral 60 (sessenta) dias antes do pleito, que ocorrerá no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, nos termos do §1º do art. 139 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.
	Parágrafo único. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, oficializar ao Ministério Público para dar ciência do início do processo eleitoral, em cumprimento ao artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Art. 21-	É vedado ao candidato ao cargo de Conselheiro Tutelar:
	I - a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas;

	II - a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção de locais autorizados pela Prefeitura, para utilização por todos os candidatos em condição de igualdade de condições;
	III - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 22-	A votação para o cargo de Conselheiro Tutelar poderá ocorrer através de cédulas eleitorais, que serão fornecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, mediante modelo previamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e serão rubricadas por um membro da Comissão Eleitoral, pelo Presidente da mesa receptora e por um mesário, ou através de Urna Eletrônica, desde que cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral.
	Parágrafo único. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, cognomes, números e fotos dos candidatos a membro do Conselho Tutelar.

Art. 23-	Aplica-se subsidiariamente, no que couber, o disposto na legislação eleitoral em vigor, quanto ao exercício do sufrágio e à apuração de votos.
----------	--

Seção IV Da Proclamação, Nomeação e Posse

Art. 24-	Encerrada a votação, se procederá imediatamente a contagem dos votos e sua apuração, sob responsabilidade da Comissão Eleitoral, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.
	Parágrafo único. Os candidatos poderão apresentar impugnação à medida que os votos forem sendo apurados, cabendo decisão da própria mesa receptora, pelo voto majoritário, com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá em 3 (três) dias, facultada a manifestação do Ministério Público.

Art. 25-	Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com número de sufrágios recebidos.
	§ 1º- Os 5 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os seguintes, pelas respectivas ordens de votação, como suplentes.
	§ 2º- Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que obteve melhor nota na prova escrita, e permanecendo o empate, o mais idoso.
	§ 3º- Os membros escolhidos, titulares e suplentes, serão diplomados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com registro em ata, e será oficiado ao Chefe do Executivo Municipal para que sejam nomeados com a respectiva publicação no Diário Oficial do Município e após, empossados no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao pleito.
	§ 4º- Ocorrendo vacância de membro do Conselho Tutelar, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos.

Art. 26-	Os membros escolhidos como titulares submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica dos Direitos da Criança e do Adolescente e a treinamentos acerca do exercício da função de Conselheiro Tutelar promovidos por uma Comissão a ser designada pelo CMDCA.
----------	--

Seção V Dos Impedimentos

Art. 27-	São impedidos de servir no mesmo Conselho: marido e mulher, ascendente e descendente, sogro, sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
	Parágrafo único. Estende-se o impedimento do Conselheiro previsto no caput deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca de Rio do Sul.

Seção VI Das Atribuições e da Competência do Conselho Tutelar

Art. 28-	As atribuições do Conselho Tutelar do Município em conformidade as descritas no artigo 136 da Lei Federal nº 8.069, são as seguintes:
	I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII da Lei nº 8.069/1990;
	II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII da Lei nº 8.069/1990;
	III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
	a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho, e segurança;
	b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;
	IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
	V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
	VI - providenciar medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para o adolescente autor de ato infracional;
	VII - expedir notificações;
	VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
	IX - assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
	X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
	XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto a família natural.
	Parágrafo único. Se no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Art. 29-	A competência será determinada:
	I - pelo domicílio dos pais ou responsáveis;
	II - pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsáveis.
	Parágrafo único. Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

Seção VII

Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 30-	Para o desempenho das atribuições do Conselho Tutelar compete ao Município de Rio do Sul, estabelecer mediante Decreto o local da sede para o respectivo atendimento.
	§ 1º- O horário de atendimento do Conselho Tutelar é o seguinte:
	a) diurno com atendimento na sede do Conselho: de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min;
	b) VETADO.
	c) VETADO.
	§ 2º- Para atendimento de emergências previstos nas alíneas "b" e "c" do parágrafo anterior, será elaborada uma escala de revezamento dos Conselheiros Tutelares, a qual deverá ser previamente fixada em local visível nos estabelecimentos e órgãos públicos, determinados através de Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção VIII

Da Composição do Conselho Tutelar

Art. 31-	O Conselho Tutelar terá um Presidente e um secretário que serão escolhidos pelos seus pares, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, em reunião presidida pelo conselheiro mais idoso, o qual também coordenará o Conselho no decorrer daquele prazo.
	I - O mandato do Presidente e do Secretário terá a duração de 01 (um) ano, vedada a prorrogação de mandato. Na falta ou impedimento do Presidente assumirá o Conselheiro mais idoso em efetivo exercício;
	II - O conselheiro Tutelar nomeado Presidente, deverá comparecer em todas as reuniões ordinárias do CMDCA;
	III - as sessões serão instaladas com o mínimo de três (03) conselheiros e as decisões serão tomadas por maioria dos votos, sendo que o Presidente vota normalmente, cabendo-lhe o voto de qualidade para o desempate;
	IV - Os conselheiros Tutelares reunir-se-ão, ordinariamente todas as semanas com maioria simples dos seus membros, em efetivo exercício, emitindo ata da respectiva reunião;
	V - O dia e horário das reuniões ordinárias serão definidos em Regimento Interno do Conselho, sendo vedado a interrupção de atendimento ao público.

Seção IX

Dos Instrumentos de Registro do Conselho Tutelar

Art. 32-	O Conselho Tutelar manterá os seguintes instrumentos básicos de registro:
	I - Livro de Atas para transcrição das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias;
	II - Livro de Controle, entrada de Casos Gerais, Ministério Público/Judiciário e APOIA;

	III - Formulários Padronizados para atendimento e Providências;
	IV - Livro de Protocolo;
	V - Programa SIPIA CT web - Sistema para Infância e Adolescência.
	Parágrafo único. Os registros e controles previstos neste artigo poderão ser substituídos por registros digitais ou sistema informatizado, desde que preservados os arquivos na forma da legislação vigente.

Art. 33-	O Conselheiro que prestar atendimento inicial de um caso, deverá sempre que possível acompanhar até o encaminhamento definitivo da situação.
	§ 1º- Os casos do Conselho Tutelar serão registrados e cadastrados no Sistema para Infância e Adolescência, o qual o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, tem acesso via online através de senha para acompanhamento da demanda.
	§ 2º- As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Art. 34-	Ao Conselho Tutelar, vinculado administrativamente a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com disponibilidade de uma equipe administrativa de apoio, contendo: agente administrativo, auxiliar de serviços gerais e motorista.
	§ 1º- O veículo disponibilizado ao Conselho Tutelar deverá ser utilizado única e exclusivamente para fins a que se destina, e permanecer quando da sua não utilização na sede do Conselho Tutelar.
	§ 2º- Deverá ser enviado mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), controle de tráfego (planilha) elaborado diariamente pelo motorista.
	§ 3º- O telefone celular disponibilizado ao Conselho Tutelar poderá ser utilizado fora dos horários de plantão, quando o atendimento for realizado fora da sede.
	§ 4º- Deverá ser enviado mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), cópia da conta telefônica e gastos com combustível.

CAPÍTULO V

DO REGIME JURÍDICO, DA REMUNERAÇÃO E DA PERDA DE MANDATO

Seção I

Da Remuneração

Art. 35-	O Conselheiro Tutelar considerado como agente público investido de função pública destinada a zelar pelos direitos da criança e do adolescente, não possui qualquer vínculo empregatício ou estatutário com o Município de Rio do Sul.
Art. 36-	VETADO.
	§ 1º- VETADO.
	§ 2º- O valor da remuneração, será revisto na mesma data e pelo mesmo índice fixado para a remuneração dos servidores públicos municipais de Rio do Sul e enquadrados no nível "E" da tabela salarial.
	§ 3º- O Conselheiro Tutelar terá direito ainda, além da remuneração mensal de que trata o caput deste artigo, ao auxílio alimentação de que tratam os arts. 84 a 90 da Lei Complementar nº 207/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul.

Art. 37-	Tratando-se de agentes públicos para mandatos eletivos temporários, os Conselheiros Tutelares não adquirem ao término de seu mandato, quaisquer direitos a indenizações, efetivações ou estabilidade nos quadros da administração pública municipal.
Art. 38-	Sendo eleito como membro do Conselho Tutelar servidor público municipal, observar-se-á o seguinte:
	I - servidor ativo: fica-lhe facultado em caso de remuneração, optar pelo vencimento e vantagens de seu cargo de provimento efetivo, vedada a acumulação de vencimentos;
	II - servidor inativo: aposentado pelo regime estatutário baseado no art. 40 da Constituição Federal não poderá acumular os proventos desta com a remuneração de Conselheiro Tutelar, devendo optar por uma das remunerações, conforme preconiza o art. 37 § 10, da Carta Magna.
	Parágrafo único. Os servidores ativos e inativos deverão declarar formalmente sua opção de remuneração (remuneração do cargo, da aposentadoria ou de conselheiro tutelar).

Seção II

Da Origem dos Recursos Financeiros

Art. 39-	Os recursos necessários ao pagamento da remuneração de que trata a presente Lei Complementar, a ser paga aos Conselheiros Tutelares, correrão por conta de dotação orçamentária específica, consignada no orçamento municipal, suplementada se necessário.
----------	--

Seção III

Dos Direitos, Vantagens e Vedações

Art. 40-	Aos Conselheiros Tutelares, são assegurados os seguintes direitos:
	I - cobertura previdenciária;
	II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
	III - licença maternidade;
	IV - licença paternidade;
	V - gratificação natalina;
	VI - licença para tratamento de saúde.
	§ 1º- A cobertura previdenciária se dará através do Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991.
	§ 2º- É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante as férias e as licenças previstas neste artigo, sob pena de destituição do mandato, conforme o Regimento Interno do Conselho Tutelar.
	§ 3º- As férias serão concedidas a cada 12 (doze) meses de efetivo exercício do mandato pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser fracionadas em dois períodos de 15 (quinze) dias.
	§ 4º- O Conselho Tutelar enviará ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública a escala de férias programadas, até o décimo primeiro dia do mês do período concessivo.
	§ 5º- Caberá ao Regimento Interno do Conselho Tutelar disciplinar a escala de férias, de forma a não prejudicar o trabalho.
	§ 6º- A licença para tratamento de saúde será concedida ao Conselho Tutelar, impossibilitado de exercer suas funções por motivo de doença, mediante atestado médico com prazo superior a 15 (quinze) dias emitido por médico, deverá obrigatoriamente se submeter à perícia médica previdenciária.

Art. 41-	A licença maternidade, de que trata o inciso III do art. 40, será devida a Conselheira Tutelar gestante pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, devendo iniciar entre o oitavo mês de gestação e o parto.
	Parágrafo único. No caso de nascimento prematuro, perda do bebê e outros, será concedida, à conselheira, licença para tratamento de saúde, a critério médico, comunicando-se, neste caso, o CMDCA.
Art. 42-	Para amamentar o filho até a idade de seis meses, a Conselheira Tutelar terá direito a dois intervalos de meia hora cada um, por dia, que pode ser prorrogado a critério médico.
Art. 43-	A conselheira Tutelar que adotar ou obtiver guarda judicial de criança para fins de adoção será concedida licença-maternidade na seguinte forma:
	I - 120 dias, se a criança tiver até 01 ano de idade;
	II - 60 dias, se a criança tiver de 01 a 04 anos de idade;
	III - 30 dias, se a criança tiver de 04 a 08 anos de idade.
Art. 44-	A licença paternidade será de 05 dias úteis a contar do nascimento, da guarda judicial ou da adoção do filho, mediante comprovação.
Art. 45-	A gratificação natalina corresponderá a 1/12 avos do subsídio devido em dezembro, por mês de efetivo serviço, do ano correspondente.
	§ 1º- A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de efetivo serviço será havida como mês integral para os efeitos do caput deste artigo.
	§ 2º- A gratificação natalina será proporcional se extinto o mandato do conselheiro antes de seu término, salvo nos casos do art. 43 desta Lei Complementar, onde não caberá a gratificação natalina proporcional.

Seção IV

Da Perda do Mandato

Art. 46-	Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:
	I - infringir, no exercício de sua função, as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;
	II - cometer infração a dispositivos do Regimento Interno aprovado por Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
	III - for condenado por crime ou contravenção, em decisão irrecorrível, que sejam incompatíveis com o exercício de sua função;
	IV - ausência injustificada no trabalho do Conselho Tutelar nos horários e plantões previamente estabelecidos para seu turno de atendimento;
	V - ausência injustificada a 03 reuniões consecutivas do Conselho Tutelar ou a 05 alternadas no mesmo mandato.
	§ 1º- Além das situações elencadas nos incisos I a V deste artigo, a perda do mandato poderá ocorrer por manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e homologada através de decreto do Prefeito ou mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurada em qualquer caso, a ampla defesa e o contraditório do Conselheiro Tutelar.
	§ 2º- Verificada a hipótese prevista no parágrafo anterior, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente declarará vago o posto de Conselheiro Tutelar, e nomeará o 1º suplente a qual será dada posse imediata, para cumprimento do prazo restante do respectivo mandato.

Seção V Da Vacância do Mandato

Art. 47-	A vacância do mandato de Conselheiro Tutelar decorrerá de:
	I - renúncia por escrito assinada pelo próprio Conselheiro Tutelar;
	II - posse em outro cargo público incompatível;
	III - falecimento;
	IV - destituição de mandato.

Art. 48-	Os Conselheiros Tutelares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:
	I - ocorrendo vacância;
	II - nas férias e licenças de titulares e suplentes.
	Parágrafo único. O suplente, quando no exercício do mandato de Conselheiro Tutelar perceberá remuneração proporcional ao período designado para a respectiva substituição.

Seção VI Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 49-	O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comissão Sindicante especialmente designada, formada por 01 representante do Executivo Municipal, 01 representante do Legislativo Municipal, 02 representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo um governamental, indicado pela maioria dos conselheiros governamentais e outro não governamental, indicado pela maioria dos conselheiros não governamentais, 01 representante do Conselho Tutelar, a todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.
	I - Os representantes serão indicados, respectivamente, pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, pela maioria simples do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselheiros Tutelares, neste caso estando impedido de votar o indiciado;
	II - O representante do Executivo deverá ser bacharel em direito.

Art. 50-	Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:
	I - exercer a função em benefício próprio;
	II - romper sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas, sobre casos analisados pelo conselho e das quais dispõe somente em virtude da sua função;
	III - abusar da autoridade que lhe foi conferida, excedendo os justos limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições no conselho;
	IV - recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete, seja no expediente normal de funcionamento do conselho tutelar, seja durante seu turno de plantão ou sobreaviso;
	V - aplicar medida contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar, e desta forma causando dano, mesmo que somente em potencial, a criança, o adolescente ou a seus pais ou responsáveis;
	VI - deixar de comparecer injustificadamente, no horário de trabalho estabelecido, nos plantões e em reuniões que seja convocado;
	VII - exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo, nos termos desta Lei Complementar;
	VIII - receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências.

Art. 51-	Conforme a gravidade do fato, das suas consequências e a reincidência ou não, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
	I - advertência;
	II - suspensão não remunerada de 01 a 90 dias;
	III - perda do mandato.
	Parágrafo único. A penalidade de suspensão não remunerada poderá ser convertida em multa, na mesma proporção de dias.

Art. 52-	O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de prova dos mesmos.
	Parágrafo único. Fica assegurado o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e o exercício do contraditório, garantida a presença de advogado.

Art. 53-	Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será citado pessoalmente, com antecedência mínima de 72 horas, para ser interrogado.
	I - Esquivando-se o indiciado da citação, será o fato declarado por 02 testemunhas, e dar-se-á prosseguimento ao processo disciplinar à sua revelia. Se citado, deixar de comparecer, o processo também seguirá. Em ambos os casos ser-lhe-á nomeado defensor gratuito;
	II - Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio que se encontrar.

Art. 54-	Após o interrogatório, o indiciado será intimado no prazo de 03 dias úteis para a apresentação de defesa prévia, em que poderá juntar documentos, solicitar diligências e arrolar testemunhas, no número máximo de três.
----------	--

Art. 55-	Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na denúncia e as de interesse da comissão, sendo por último as arroladas pela defesa.
	Parágrafo único. O indiciado e seu defensor serão intimados das datas e horários das audiências, podendo estar presentes e participar.

Art. 56-	Concluída a instrução do processo disciplinar, o indiciado e seu defensor serão intimados no prazo de 10 dias, para a apresentação de defesa final.
	Parágrafo único. Encerrado o prazo, a Comissão Sindicante emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 dias, manifestando-se quanto à procedência ou não da acusação, e no primeiro caso, sugerindo ao CMDCA a penalidade a ser aplicada.

Art. 57-	A plenária do CMDCA, pela maioria absoluta de seus membros (metade mais um), decidirá o caso, fazendo-se necessária a maioria qualificada de 2/3 para a aplicação da penalidade de perda da função pública de Conselheiro Tutelar.
	I - Da decisão que aplica qualquer medida disciplinar em 10 dias poderá ser apresentado recurso ao Prefeito, de cuja decisão não caberá qualquer recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciado;
	II - Constatada a prática de crime, contravenção penal ou improbidade administrativa, o fato será ainda informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

CAPÍTULO V DA AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Art. 58-	Compete ao CMDCA disponibilizar os recursos necessários para a participação em eventos relacionados com matéria de competência e reconhecidos como de interesse relevante dos membros do Conselho Tutelar.
	§ 1º- A autorização se dará conforme recursos disponíveis e de acordo com uma escala preestabelecida que possibilitará a participação igualitária de todos os Conselheiros Tutelares;
	§ 2º- Os membros do Conselho Tutelar quando se ausentarem do Município, por decorrência da participação em eventos de que trata o caput deste artigo, farão jus ao pagamento de diárias, em valores a serem definidos pelo CMDCA.
	§ 3º- Havendo interesse em participar em atividades e eventos relacionados a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselheiros Tutelares observarão os seguintes procedimentos:
	I - solicitar com antecedência mínima de 20 (vinte) dias autorização ao CMDCA, anexando o prospecto do evento;
	II - após a participação no evento, o Conselheiro Tutelar deverá apresentar ao CMDCA, relatório avaliativo do mesmo e o respectivo certificado de frequência, emitido pela autoridade responsável pela realização do evento;
	III - o participante do evento deverá socializar os conhecimentos adquiridos com os demais Conselheiros Tutelares.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59-	O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá, respeitadas as demais normas da presente Lei Complementar, alterar ou elaborar novo Regimento Interno, visando ao aperfeiçoamento, implantação e implementação da política de atendimento à criança e ao adolescente.
Art. 60-	O município, a contar da publicação da presente Lei Complementar, promoverá através de Decreto, a adaptação de seus órgãos às diretrizes da política de atendimento fixadas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
Art. 61-	Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, as verbas consignadas no orçamento do município a esse título, definidas pelo respectivo Conselho.
	Parágrafo único. Visando o cumprimento da norma prevista no caput deste artigo, o repasse poderá ocorrer mensalmente.
Art. 62-	Os Conselheiros Tutelares empossados no ano de 2013 terão mandato extraordinário até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado, que ocorrerá no ano de 2015, conforme disposições previstas na Lei Federal nº 12.696/12.
Art. 63-	O mandato dos Conselheiros Tutelares empossados no ano de 2013, cuja duração ficará prejudicada, não será computado para fins de participação no processo de escolha subsequente que ocorrerá em 2015.
Art. 64-	Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 65-	Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.947, de 09 de dezembro de 1994 e suas alterações posteriores e a Lei nº 2.791, de 13 de julho de 1993.

GABINETE DO PREFEITO

16 de setembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

4º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 320/2013

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2013 firmado em 04/11/2013, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALMIRIA DE AMORIM NUNES portador(a) do CPF nº 834.729.919-68 na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 320/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

VALMIRIA DE AMORIM NUNES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 320/2013

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2013 firmado em 04/11/2013, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUTHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALMIRIA DE AMORIM NUNES portador(a) do CPF nº 834.729.919-68 na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 320/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 08/08/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário de Administração Interino

VALMIRIA DE AMORIM NUNES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 320/2013

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2013 firmado em 04/11/2013, com término previsto para 05/09/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALMIRIA DE AMORIM NUNES portador(a) do CPF nº 834.729.919-68 na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 320/2013, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 15/09/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/09/2014.
GIVANILDO SILVA VALMIRIA DE AMORIM NUNES
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

Decreto Nº 4305, de 17 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4305, de 17 de setembro de 2014.

"EXONERA ALINE MOTTA PFIFFER".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 17/09/2014, a servidora ALINE MOTTA PFIFFER, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Odontologia, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Município de Rio do Sul.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Contrato Nº. 065/2014 FMS

CONTRATO Nº. 065/2014, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, VIRGINIA DE ARAUJO OSÓRIO RAITEZ, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº. 03/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na rua Tuiuti, nº 154, centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Virginia de Araujo Osório Raitez, inscrita no CPF sob o nº xxx.098.xxx-xx, residente no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços técnicos especializados em CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

código	Descrição do Procedimento	Valor
03.01.01.004-8	Consulta de profissional de nível superior na atenção especializada	6,63

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, não devendo exceder a 342

atendimentos por mês e o valor de R\$ 2.267,47 (dois mil duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira será executado pela profissional VIRGINIA DE ARAUJO OSÓRIO RAI-TEZ, inscrita no CPF sob nº. xxx.098.xxx-xx, com registro no conselho respectivo sob o nº. CRP/SC 12/13085, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não incluem nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei

de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente prestados/realizados por ele durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário constante na cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: BLMAC - MANUTENÇÃO DA GESTÃO PLENA (MAC)

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com o Decreto nº. 1.232, de 30/08/1994, Portaria/MS/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independarão de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito à multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na

Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 10 de Setembro de 2014.

Dr. Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde	Virginia de Araujo Osório Raites Contratada
--	--

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF xxx.569.xxx-xx

2) Fabíola kreusch
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF xxx.134.xxx-xx

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 760 de 17 de Setembro de 2014

RESOLUÇÃO Nº 760, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza pagamento de inscrição a servidores para participação em curso de fotografia.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art 1º Fica autorizada a participação dos Servidores Amauri Abe e Luis Fernando Schweder, no Curso de Fotografia, direcionado para captação de imagens em eventos e recursos do flash, promovido pela Akira Creative Studio, a ser realizado nos dias 23 e 30 de setembro, tendo como local a sede da empresa à Rua Wenceslau Borini, 2655, Bairro Canta Galo, nesta cidade de Rio do Sul - SC

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento das respectivas taxas de inscrição, no valor total de R\$ 728,00 (setecentos e vinte e oito reais).

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 759, de 10 de setembro de 2014

Rio do Sul, 17 de setembro de 2014.

JAIME SBORZ
Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI
Vice-Presidente

JANARA APARECIDA MAFRA
1ª Secretária

ZELI DA SILVA
2ª Secretária

Salto Veloso

PREFEITURA

Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais Segundo Quadrimestre do Exercício de 2014

ESTADO de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE Salto Veloso

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Segundo Quadrimestre do exercício de 2014

Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º

CONVITE

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativo ao SEGUNDO QUADRIMESTRE do exercício de 2014, a qual será realizada no próximo dia 30 de Setembro de 2014, às 09:00 horas, tendo como local a Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Salto Veloso (SC), 16 de Setembro de 2014.

Pedro Sezi Silva

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 049/2014

DECRETO Nº 049, DE 17 de setembro de 2014.

Homologa Resolução nº 001/2014, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 001/2014, de 02 de setembro de 2014, do Conselho Municipal de Assistência Social, que regulamenta Processo Eleitoral para escolha dos Conselheiros Tutelares.

Art. 2º. Fica revogado o decreto nº 040/2014, com texto idêntico a Resolução.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 17 de setembro de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 050/2014

DECRETO Nº 050/2014, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS PARA PARTICIPAR DE COMISSÃO ELEITORAL NA ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada através desta portaria a Comissão Eleitoral para Eleição de Conselheiros Tutelares Suplementar.

Art. 2º. Fazem parte desta Comissão Eleitoral:

Quatro membros do CMDCA: Ana Célia de Oliveira Ribeiro, Simone Carrilho Tavares Borga, Ademir Jung, Marcia Janete Suldowski.

Dois membros da Sociedade Civil: Nelo Angelo Zapelini - LIONS Clube e Bruno de Paula Barboza - Fundação Médica Social Rural Santa Juliana.

Dois membros do Governo: Orlando Abati e Danilo Tomazi.

Parágrafo Único: Os membros da comissão ora nomeados, não receberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao município.

Art. 3º. Os membros desta Comissão acompanharão os atos em que houver solicitação pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA do procedimento de Eleição de Conselheiros Tutelares.

Art.4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 41/2014.

Salto Veloso (SC), 17 de Setembro de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Resolução Nº 001/2014

RESOLUÇÃO 001/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere as Leis Municipal N. 676/1993 e 838/1996 com suas alterações e a Lei N. 8.069/1990 (ECA) em seus artigos que as compõem:

- Considerando os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso - SC,

- Considerando os documentos apresentados pela Assessoria Jurídica do Município de Salto Veloso,

RESOLVE:

Estabelecer normas e critérios para o Processo Eleitoral para Eleição de Conselheiros Tutelares:

Art. 1º A escolha dos membros do Conselho Tutelar, no Município de Salto Veloso, será feita pela Comunidade local através de Processo Eleitoral, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a fiscalização do Ministério Público.

Art. 2º. O sufrágio será universal e direto e o voto facultativo e secreto.

Art. 3º São considerados eleitores todas as pessoas a partir de 16 (dezesseis) anos devidamente inscritas na 36ª Zona Eleitoral, como eleitor deste Município.

§ 1º Os eleitores deverão apresentar no ato da votação título de eleitor e comprovante de ter votado na última eleição nos termos exigidos pelo Edital de Convocação.

§ 2º Cada eleitor poderá votar uma única vez em apenas 1 candidato no local correspondente a sua Zona Eleitoral de acordo com o Edital de Convocação.

Art. 4º O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 08 (oito) membros que não poderão ser candidatos ao Conselho Tutelar designados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na seguinte conformidade:

§ 1º. A Comissão terá 04 (quatro) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 02 (dois) representantes de órgãos governamentais e 02 (dois) da sociedade civil.

§ 2º. Todo trabalho da Comissão Eleitoral será devidamente fiscalizado por um representante do Ministério Público.

Art. 5º Compete a Comissão Eleitoral:

I - receber os pedidos da inscrição e credenciar candidatos candidatas;

II - organizar o processo eleitoral detalhado no Edital de Convocação;

III - aprovar o material necessário para eleições;

IV - acompanhar e coordenar o processo eleitoral em todas as suas etapas desde a inscrição e credenciamento das candidatas até a apuração e publicação dos resultados;

V - criar subcomissões eleitorais, se necessário, para auxiliar no processo eleitoral organizando e acompanhando a escolha nas regiões onde serão realizados os pleitos.

Art. 6º A inscrição dos candidatos far-se-á junto a Comissão Eleitoral na forma do artigo 5º.

Art. 7º. A Comissão Eleitoral seguirá os prazos previstos no Edital de Eleição para proceder os registros de candidatura, entre outros atos.

Art. 8º. Serão impugnadas as candidaturas que não atenderem os requisitos exigidos em Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal 676/93 e na Legislação Federal do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 9º. O candidato impugnado poderá interpor recursos para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de até 02 (dois) dias após a publicação dos credenciados, na forma prevista no Edital.

Art. 10. O pleito para escolha dos candidatos ao Conselho Tutelar será convocado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mediante edital publicado na imprensa local especificando-se locais, dia e horário de votação.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitará a colaboração da Justiça Eleitoral para a realização do pleito.

§ 2º Os pleitos referentes a renovação dos Conselhos terão a publicação do edital 06 (seis) meses antes do término do mandato dos membros eleitos, exceto quando se tratar de eleição suplementar.

Art. 11. É vedada a propaganda de candidatos nos veículos de comunicação social admitindo-se somente a realização de debates e de entrevistas e entrega de currículos.

Art. 12. É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção dos locais autorizados pelo Município para utilização por todos os candidatos em igualdade de condições do

voto.

Art. 13. O sigilo de voto é assegurado mediante:

I - isolamento do eleitor, apenas para o efeito de escolha dos candidatos;
II - verificação da autenticidade da cédula pelo visto da rubrica dos integrantes das mesas receptoras e apuradoras.

Art. 14. As mesas receptoras serão compostas por um Presidente e um Mesário, indicados previamente pela Comissão Eleitoral, assim como os seus respectivos suplentes, podendo a mesma, para tal ato, solicitar funcionários à Justiça Eleitoral e/ou Secretarias Estaduais e Municipais.

Parágrafo único. Não podem ser nomeados Presidentes e Mesários os candidatos e seus parentes.

Art. 15. A Comissão Eleitoral estabelecerá, no Edital de Convocação, as normas de funcionamento das mesas.

Art. 16. As mesas apuradoras serão compostas com os mesmos elementos das mesas receptoras em cada mesa apuradora, previamente inscritos junto à Comissão Eleitoral.

Art. 17. A fiscalização poderá ser exercida pelos próprios candidatos ou pessoas por ele indicadas, com o número máximo de dois fiscais por candidato em cada mesa apuradora, previamente inscrita junto à Comissão Eleitoral.

Art. 18. O Ministério Público deverá ser formalmente comunicado a respeito das eleições dos membros dos Conselhos Tutelares, a fim de viabilizar a fiscalização do respectivo processo de escolha em conformidade com o disposto no artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação conferida pelo artigo 10 da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991.

Art. 19. Em cada local será apurado a lista de candidatos inscritos com sua respectiva identificação e com os nomes dos candidatos dos Conselhos Tutelares.

Art. 20. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente divulgar o Edital de Convocação das eleições e demais dados relativos ao processo eleitoral, previstos neste Edital.

Art. 21. Apuração da eleição será feita nos próprios locais da votação em período imediatamente posterior ao término da votação, sendo a apuração final centralizada em um desses locais, a ser designado pela Comissão Eleitoral e divulgada através do Edital de Convocação.

Art. 22. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente homologar e proclamar o resultado das eleições no dia seguinte a Eleição, no sítio eletrônico do Município (www.saltoveloso.sc.gov.br) e também no Mural, situado na Prefeitura Municipal:

I - poderá ser interposto recursos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com relação ao resultado do pleito, pelo candidato que se sentir prejudicado, no período de até 02 (dois) dias, após a publicação dos resultados;

II - o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente julgará os recursos no prazo de até 02 (dois) dias e publicará o resultado final do pleito no prazo de até 02 (dois) dias após o julgamento dos recursos.

Art. 23. Anterior ao procedimento de eleição, conforme requisito da Lei Municipal 676/93, alterada pela Lei Municipal 1.513/2014, o candidato deverá ser aprovado previamente em prova escrita, sobre conhecimentos específicos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 24. O Prefeito Municipal de Salto Veloso, através de Decreto, empossará os Conselheiros eleitos, após a apuração final dos resultados.

Parágrafo único. Os Conselheiros eleitos receberão treinamento de capacitação, coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 25. Os recursos previstos neste Decreto terão efeito suspensivo.

Art. 26. Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pela Comissão Eleitoral com base na legislação vigente, especialmente as leis Municipais 676/93 e 838/96 e suas alterações.

Art. 27. Este Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, sendo homologada por decreto municipal.

Salto Veloso - SC, 02 de setembro de 2014.

ADEMIR JUNG

PRESIDENTE DO CMDCA

Portaria Nº. 260/2014

PORTARIA Nº. 260/2014

PEDRO SEZI SILVA Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica retificado o período aquisitivo da Portaria nº DP00078/2011 de 11 de fevereiro de 2011 para 01/06/2009 a 31/05/2010.

Artigo 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2014, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de Setembro de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Portaria Nº. 261/2014

PORTARIA Nº. 262/2014

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

PEDRO SEZI SILVA Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. LEONICE ARIATTI ABATI, pelo período de 08/09/2014 a 29/10/2014, correspondente a 52 dias conforme atestado médico perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 16 de Setembro de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 262/2014

PORTARIA Nº. 262/2014

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRO SEZI SILVA Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. ARCELINO ANTONIO DA LUZ, pelo período de 08/09/2014 a 08/03/2015, correspondente a 182 dias conforme atestado médico perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 15 de Setembro de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 263/2014

PORTARIA Nº. DP00263/2014

Nomeia Conselheiro(a) Tutelar do Município de Salto Veloso-SC, e dá Outras Providências.

Pedro Sezi Silva, Prefeito Municipal em Exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições,

Considerando que todos os membros da eleição anterior foram chamados, não havendo mais membros aptos;

Considerando a existência de Termo de Ajustamento de Conduta - Procedimento Preparatório nº 06.2012.00002871-2, que trata da contratação pelo Município de no mínimo cinco conselheiros tutelares;

Considerando, a ordem reiterada da 1ª Promotoria de Justiça da nossa Comarca, para nomeação imediata de conselheiros tutelares até a realização e finalização do procedimento de eleição;

Considerando que a 1ª Promotoria de Justiça ordena em ofício que seja realocado de outras secretarias os servidores para cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta, sob pena de execução de multa;

Resolve:

Artigo 1º. Fica nomeada para o cargo de Conselheira Tutelar, com 40 horas semanais, a partir de 17/09/2014 a servidora ANA LÚCIA MEDEIROS DE CÉZARO, até a chamada dos conselheiros tutelares eleitos, em substituição, a sra. Juliana Paula Camicia Barboza.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de setembro de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Edital de Tomada de Preços Nº 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 02/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Ampliação e reformas na Escola Municipal Vereador Avelino Biscaro.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 03/10/2014 até as 09h00min.

Abertura: 03/10/2014, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC.

Salto Veloso (SC), 15 de setembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 50/2014

EXTRATO DE CONTRATO E EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 10.520 DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE AS NORMAS DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Contrato nº 50/2014

Processo Adm 39/2014

Modalidade.: Tomada de Preços

Número : 01/2014

Data Início Processo: 10/08/2014

Abertura Propostas...: 13/08/2014

Objeto.: Contratação de serviço de pavimentação asfáltica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

-CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, com um valor de R\$ 307.770,52 (Trezentos e sete mil, setecentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos)

SALTO VELOSO, 15 de setembro de 2014.

Chão das Inscrições Edital Nº 001/2014 - Processo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar

EDITAL N.º 0001/2014

PROCESSO DE ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

A Comissão Eleitoral, nomeada pelo decreto 050/2014, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA as inscrições dos candidatos ao Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar, referente ao Edital nº 001/2014, e torna público, por este Edital, o que segue:

1. INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

1.1 Os candidatos abaixo relacionados tiveram sua inscrições deferidas:

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
001/2014	ELAINE DE LOURDES LOCATELLI	050272049-22
002/2014	JANI CARLOS CONTE	715.853.469-34
003/2014	MARIZA DOS SANTOS ALVES	701263722-68
004/2014	MARTINA CELZLEIN	055763519-59
005/2014	ALESSANDRO FAVERO	060843529-52
006/2014	JAQUELINE ROFRIGUES RONDOURA DOS SANTOS	051966269-56

Salto Veloso (SC), 17 de setembro de 2014.

ADEMIR JUNG

PRESIDENTE CMDCA

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Ata de Julgamento de Habilitação TP 80/2014

ATA DE ABERTURA DA HABILITAÇÃO

Licitação nº 80/2014 - Tomada de Preços

Às 14:00(quatorze)horas do dia quinze de setembro dois mil e quatorze, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 02/2014 de 02 de janeiro de 2014, reuniram-se com o objetivo de abrir os envelopes nº 01, contendo a documentação de habilitação da Licitação nº 80/2014, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é execução de pavimentação com lajota sextavada de concreto, com área de 3.167,10 m². -Drenagem pluvial, bocas de lobo, meio-fio, placas de sinalização e calçadas em concreto com rampa de acessibilidade na Rua Antonio Alberto Trajano na cidade de Santa Rosa do Sul/SC, onde tudo será executado conforme projetos arquitetônicos, plantas, memoriais descritivos, orçamentos discriminativos, e cronograma físico-financeiro.

Entregou, tempestivamente, os envelopes contendo a habilitação e a proposta, a licitante abaixo relacionada:

EMPRESA	REPRESENTANTE CREDENCIADO
Concretubos, Obras de Urbanização Ltda EPP	Ausente

1. Na sequência o Presidente da Comissão deu prosseguimento aos trabalhos.
2. Não havendo credenciados iniciou-se a análise dos envelopes de habilitação da empresa, conforme quadro acima.
3. Após, os envelopes da documentação de habilitação circularam para a verificação do fechamento e forma de apresentação na conformidade do Edital. Verificando tudo normal, passou-se então à abertura dos mesmos, cujos documentos circularam entre os membros da Comissão de Licitação para verificação e rubricas.
4. Na sequência passou-se a análise da documentação de habilitação e rubricas pela comissão de licitação, restou habilitada a prosseguir no certame a empresa Concretubos Obras de Urbanização Ltda EPP.
5. A empresa participante no certame manifestou por escrito no momento da entrega dos envelopes o não interesse de interpor recurso na fase de habilitação. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, então, anunciou o encerramento da presente sessão.
6. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, determinou a cientificação por e-mail do conteúdo da presente Ata às licitantes participantes do certame. Designando a abertura dos envelopes de Proposta de Preços para o dia 19 de setembro de 2014, às 14:00horas, bem como o encerramento da sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão e representante da licitante presente.

Santa Rosa do Sul, 15 de setembro de 2014.

Joelson Farias Pereira

Presidente

Ana Regina Paulo de Borba

Membro

Wilfried Hemmer

Membro

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Portaria Nº 131/2014

PORTARIA Nº 131/2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Sra. GESSI GNOATTO, matrícula nº 87/6, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, relativamente ao período aquisitivo 01/02/2012 a 31/01/2013, a serem gozadas no período de 17 de Setembro de 2014 a 16 de Outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Santa Terezinha do Progresso - SC,
17 de Setembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Errata Portaria Nº 6464/2014

ERRATA:

No Diário Oficial Municipal nº 1571, de 15 de setembro de 2014, página 609, na publicação da Portaria nº 6464/2014, no local que se lê "a partir de 09 de setembro de 2014", leia-se "a partir de 11 de setembro de 2014".

Aviso de Licitação - Pregão Nº 63/2014 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 03 de outubro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA, ELÉTRICA E DE LATERIA PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRIÇÃO E OBSERVAÇÕES EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 17 de setembro de 2014.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA
Pregoeira

Aviso de Licitação - Pregão Nº 270/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 270/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 03 de outubro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (PROCON) CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 17 de setembro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

Aviso de Licitação - Pregão Nº 275/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 275/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 07 de outubro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TROMPETES SINFÔNICOS E BAQUETAS PARA OFICINAS PEDAGÓGICAS, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 17 de setembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

São Domingos**PREFEITURA****Dec 1705 de 12 09 2014 Excesso**

DECRETO Nº 1705, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) nas seguintes programações de despesa:

10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.302.1006.2.043 - Manutenção da Média e Alta Complexidade - MAC				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	19	0.1.0065	160.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.1007.2.015 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assis. Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	98	01.0052	20.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da fonte 0.1.0065 - Média e Alta Complexidade - SUS e 0.1.0052 - Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social - SUAS.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de setembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

Dec 1706 de 12 09 2014 Remanejamento FMS

DECRETO Nº 1706 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 337.000,00 (trezentos e trinta e sete mil reais) no Orçamento do da entidade Fundo de Saúde, nas seguintes modalidades de aplicação e fonte de recurso:

10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1006.2.027 - Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal

Da Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	6	01.0002	337.000,00

Para Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33710000	Aplicações Diretas	8	01.0002	60.000,00
33900000	Aplicações Diretas	9	01.0002	277.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de setembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

Processo Licitatório Prefe N. 099/2014

No dia 17 de setembro de 2014, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 099/2014, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 010/2014 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM PORTAL DE ACESSO JUNTO À SC- 480 KM 47 + 200, NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, objeto do Contrato de Repasse n. 1013901-26/2013/MTUR/CAIXA. O processo foi amplamente divulgado, porém realizaram visita técnica para participar do certame as empresas: Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda, CNPJ n. 83.009.894/0001-08 e Chave Certa Negócios Imobiliários Ltda, 13.178.732/0001-18, conforme atestados de visita constantes no processo. Participou do certame, entregando envelopes n. 01 e n. 02 a empresa: Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda, CNPJ n. 83.009.894/0001-08, a qual credenciou como representante a Sra. Carla Ávila de Oliveira Lamperti, CPF n. 03230278909, com envelopes protocolados sob o número 362/2014. A licitante comprovou sua condição de Empresa de Pequeno Porte (item 5.9 do edital). Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram

rubricados pela Presidente, membros da Comissão de Licitações e representante da empresa. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente, membros da Comissão e credenciada. Ato contínuo, foi constatado pela Presidente da Comissão de Licitação que a participante atendeu à todos os requisitos exigidos no instrumento convocatório, sendo esta declarada HABILITADA para apresentação de proposta de preços (envelope n. 02). Desta feita, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 25 de setembro de 2014, às 09:00, para a abertura do envelope de n. 02. Em caso de interposição de recurso, a participante será comunicada via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. Os envelopes de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerão em poder da Comissão de Licitações e serão mantidos intactos. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), para ciência de todos os interessados. Nada mais.

Processo Prefe 044/2014

DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo: PREFE 044/2014

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS, GRÁFICOS RELACIONADOS ÀS FESTIVIDADES DO 51º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E DA 4ª FAIC SÃO DOMINGOS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista que o pagamento referente aos serviços objeto do presente Processo Licitatório fora efetuado pela Eletrosul Centrais Elétricas S/A, por meio da Associação dos Produtores Feirantes de São Domingos, Estado de Santa Catarina, como forma de apoio/patrocínio ao Evento (conforme documentos anexo ao presente processo), e, ainda:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 49 da Lei 8.666/93, o qual prevê que a Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

CONSIDERANDO o conteúdo do Enunciado 473 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, que autoriza a Administração Pública a revogar seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade;

CONSIDERANDO que o objeto do Processo Licitatório PREFE n. 044/2014 não mais subsiste, tendo em vista que o pagamento fora efetuado pela Associação dos Produtores Feirantes de São Domingos (conforme Comunicação Eletrônica ACS-0019/2014, em anexo);

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público;

CONSIDERANDO que não haverá prejuízo ao interesse público;

CONSIDERANDO os princípios administrativos que regem a administração pública;

DECIDE

I - por razões de conveniência e oportunidade, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado nos autos, REVOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 044/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 020/2014, instaurado para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS GRÁFICOS RELACIONADOS ÀS FESTIVIDADES DO 51º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E DA 4ª FAIC SÃO DOMINGOS.

Publique-se.

São Domingos/SC, 10 de setembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

Convite Para Audiência Pública Para Elaboração do

Convite para Audiência Pública para Elaboração do Inventário Municipal de Turismo.

A Prefeitura Municipal de São João do Sul e a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense- AMESC, vem por meio desta convidar a todos os interessados a participar da 1ª Audiência Pública do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo, nesta etapa discutiremos o Inventário Turístico.

A Audiência Pública serve para informar, discutir, dirimir dúvidas e ouvir opiniões sobre os anseios da comunidade, em especial a população diretamente afetada, cujas preocupações, pronunciamentos e informações, o órgão turístico levará em consideração no procedimento decisório do projeto.

O plano tem a intenção de alicerçar as bases que devem desenhar o planejamento do turismo municipal a curto, médio e longo prazo, de modo a ser independente de cenários políticos momentâneos. Assim, os dados que serão apresentados são os norteadores de atitudes que promovam a exploração turística municipal de maneira sustentável, incentivando ações que resultem em um maior valor adicionado à economia da cidade e a conseqüente, melhoria da renda de seu cidadão.

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Data: 25/09/2014 (quinta-feira)

Horário: 18:30 h

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Resultado do Pregão Presencial Nº 072/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2014 - Processo nº 220/2014. Fornecedor: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EPP. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática (computadores, projetores, e placa de vídeo PCI) destinados a Procuradoria Geral, Nova Sala de Execuções Fiscais e Centro Universitário (USJ) do Município de São José/SC. Valor Total: R\$112.000,00 - cento e doze mil reais.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Contrato/Ct: Nº 089/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 089/2014 - PR 100/2013 - Processo 249/2013 - Contratado: DANIEL PEREIRA DE SOUZA - ME. Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de produção de imagens, serviços gráficos e acervo digital para serem utilizados pela Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito de São José/SC. Valor: R\$8.500,00 - oito mil e quinhentos reais. Prazo: O prazo de vigência deste termo será de 01 (um) ano, contados a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento.

Data da Assinatura do Contrato: 07 de abril de 2014.

Ata de Registro de Preços Nº 108/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2014 - PR 028/2014
- Processo 123/2014 - Fornecedores: I - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; II - CIRÚRGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME; III - DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA - EPP; IV - JEFERSON DA SILVEIRA - ME; V - ODONTO PRÓTESE COMERCIAL LTDA; VI - QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA; VII - RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME; e VIII - ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP. Objeto: Registro de preço para contratação de empresas(s) para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de fisioterapia para Policlínica de Barreiros do Município de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$1.509,65 (um mil, quinhentos e nove reais e sessenta e cinco centavos); II - R\$15.535,00 (quinze mil, quinhentos e trinta e cinco reais); III - R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais); IV - R\$66.965,00 (sessenta e seis mil, novecentos e sessenta e cinco reais); V - R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais); VI - R\$9.325,00 (nove mil, trezentos e vinte e cinco); VII - R\$8.974,86 (oito mil, novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos); e VIII - R\$22.578,00 (vinte e dois mil, quinhentos e setenta e oito mil

reais). Valor Total: R\$177.687,51 - cento e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.

Data da assinatura: 15 de julho de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2014 - PR 025/2014 - Processo 114/2014 - Fornecedor: CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS E ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para fornecimento, instalação, ativação, configuração e treinamento dos sistemas de alarme, detecção de movimento, circuito fechado de TV (CFTV) e controles de acesso, destinados a 1ª Companhia de Bombeiros Militares de São José/SC. Valor Total: R\$25.000,00 - vinte e cinco mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.

Data da assinatura: 01 de julho de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 113/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2014 - PE 004/2014 - Processo 025/2014 - Fornecedores: I - RACINE COMERCIAL LTDA EPP; e II - DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual fornecimento de equipamentos de informática, condicionadores de ar, cones de sinalização, extintores de incêndio, equipamentos para motocicletas, coletes táticos, móveis e pilhas recarregáveis para pistola taser, destinados ao setor de trânsito do 7º Batalhão da Polícia Militar, localizado no Município de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$3.000,00 (três mil reais); e II - R\$13.011,60 (treze mil, onze reais e sessenta centavos). Valor Total: R\$16.011,60 - dezesseis mil, onze reais e sessenta centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.

Data da assinatura: 31 de julho de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 009/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2014

CONTRATO Nº 009/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: MONT'ANNA INDUSTRIA E COMERCIO DE ELEVA-DORES

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços preventivos mensais de conservação e assistência técnica, para atendimento dos chamados de equipamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.99.00.00.00

VALOR GLOBAL DO REFERIDO CONTRATO: R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Ata da Quinquagésima Sesta Sessão Ordinária, do Segundo Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina.

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA, DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almei de Jesus.

1º Secretário Telmo Pedro Vieira - PSDB

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezessete horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular. Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente convidou o Telmo Pedro Vieira - PSDB, e a Vereadora Marilene Maura Vieira Damian - PMDB, para ocuparem, ad-hoc a Primeira e a Segunda Secretarias, respectivamente. Pelo livro de Registro foi constatada de todos os Senhores Edis. Dando por abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, que proferisse a leitura da Ata da 55ª Sessão Ordinária, que posta em votação, foi aprovada por unanimidade, com a ressalva do Vereador Amauri Valdemar da Silva - PMDB, dizendo ter falado que nunca foi consultado a prefeitura se o loteamento era irregular e não nunca era consultado o Cadastro Imobiliário, como consta. A seguir foi lida a relação das matérias da presente Sessão, e em continuidade, foi declarada livre a palavra no Expediente. Ocupou a tribuna o Vereador Francisco Bento da Costa Silvy - PT, dizendo vir a tribuna para transmitir a palavra do Frei Leonardo Bof, que defende que a Presidente Dilma Rousseff, é a melhor opção para o país, pois nunca se fez política de valorização dos excluídos. Disse que mais de setenta por cento quer mudanças no país, no entanto as políticas do PT tiraram mais de trinta e seis milhões de pessoas da pobreza e ressaltou que as pessoas não tem penas fome de pão, mas também de dignidade. Continuando o orador leu mais constatações da entrevista, e comentou o mal que fazem as falças igrejas que proliferam no país com um ideal de submissão e serventia. Finalizou lamentando ter conversado com uma pessoa que disse não gostar da Presidente Dilma porque ela favorece somente aos pobres, demonstrando ter assimilado o ideal divulgado na mídia televisiva. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Amauri Valdemar da Silva - PMDB, dizendo vir à tribuna para falar de duas obras próximas a nós que são o Theatro Adolpho Melo e a Igreja do Bom Fim. Disse que hoje a Prefeitura Levanta tantos questionamentos para o recebimento da Policlínica de Barreiros, exigindo licenças, documentos e projetos, no entanto não tem o mesmo critério para outras obras. Disse que irá fazer um requerimento à prefeitura para saber se existem os projetos de restauro dos prédios históricos, com os devidos licenciamentos do IPHAN, e ambiental.

Continuando o orador disse ter recebido informações da existência de uma sala de informática completamente equipada e mobiliada no Centro Educacional Renascer, que está fechada a um ano por falta de professor, e que a Prefeitura não permite que os professores façam qualquer comentário sobre o assunto e não faz nada para resolver o problema. Disse que este assunto será tema de um requerimento que irá fazer a prefeita, pois os munícipes precisam de respostas. Continuando comentou sobre os elogios que o Vereador Orvino fez às obras da Avenida Beira Mar, dizendo que seu comentário não foi contra a obra e sim dizendo que a calçada existente não precisava ser removida e substituída por peiver, que é um piso inadequado para caminhadas. Disse que a Prefeitura está substituindo uma iluminação feita recentemente por lâmpadas de Led, aparentemente uma ação correta, pois as lâmpadas são mais econômicas, no entanto gostaria de saber qual a destinação dada às lâmpadas retiradas, que estão em plenas condições de uso. Disse que irá fazer um novo requerimento para saber não só da destinação das lâmpadas retiradas, como sobre o contrato de manutenção e substituição de unidades que foi celebrado com a empresa executora. Finalizou dizendo que tudo isto está sendo feito porque a Câmara aprovou Lei que permite à Prefeita utilizar um percentual do orçamento sem a aprovação da Câmara. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Sanderson Almeici de Jesus - PMDB, dizendo que o Vereador é sempre interpelado e cobrado quando anda nas ruas. Disse isto porque nas ruas dos Bairros Campinas e Kobrasol está sendo claramente sentida a presença mais ostensiva dos policiais, o que é muito bom e inibe a ação dos bandidos, no entanto há o questionamento de porque esta presença não se faz notar nos outros bairros da cidade. Disse o orador que o novo comando da PM, está mostrando uma ação diferencial, mas como vereador eleito por toda a cidade, irá fazer uma indicação para que esta presença se faça em todos os bairros. Em aparte a Vereadora Sandra Pereira Alves Martins, disse que hoje apresentou indicação para que a ronda policial seja feita em outras ruas como Josué Di Bernardi, onde os assaltos continuam ocorrendo com frequência. Retomando a palavra o Vereador Sanderson disse que o sentimento de todos é que houve mudanças positivas, mas estas mudanças precisam ser sentidas em bairros como Serrarias, Barreiros, Forquilhas e em toda a cidade. Em aparte o Vereador Francisco Bento da Costa Silvy - PT, disse ter convicção que a alguns anos havia uma presença maior do policiamento nas ruas e somente agora, com o aumento da população e da arrecadação, que esta presença está se fazendo sentir. Retomando novamente a palavra o Vereador Sanderson disse que falta muito para termos uma situação de segurança ideal e que irá marcar uma agenda com o Comandante do 7º BPM, para avaliar esta situação. Finalizou dizendo que em sua propaganda o Governador fala em cinco mil policiais contratados, e espera que São José receba parte deste contingente proporcional a sua importância para o Estado. Não havendo mais oradores inscritos, passou-se à Ordem do dia. Em Discussão Única, foi aprovado por unanimidade o pedido de retirada de pauta feito pelo autor, do Requerimento nº 51/2014 do Vereador Sanderson Almeici de Jesus ao Presidente desta Casa, para que seja realizada Sessão Comemorativa, no dia 06 de agosto de 2015, às 19 horas, para comemorar os 10 anos do Centro Universitário Municipal de São José - USJ. Em Segunda Discussão, foi aprovado por dez votos favoráveis o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor, favorável ao Projeto de Lei nº 051/2014, do Vereador Geraldo Swiech, que dispõe sobre a regulamentação e aplicação de multa sobre a proibição de vender e comercializar armas de brinquedo no Município de São José e dá outras providências. Não havendo mais matérias a serem deliberadas, passou-se às Explicações Pessoais. Tendo o Vereador Sanderson Almeici de Jesus declinado de fazer uso da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Telmo Pedro Vieira - PSDB, dizendo que gostaria de fazer uma reflexão sobre as sessões solenes que muitas vezes ocorrem sem a presença dos Vereadores desta Casa. Disse que as sessões solenes e comemorativas fazem

parte dos anais desta Casa e não deveriam ser vistas como um evento do vereador proponente e sim sempre como uma realização do Poder Legislativo Municipal. Sugeriu que todos os vereadores subscrevam o requerimento para a realização da Sessão Solene da USJ, pois ela é um patrimônio de toda a Cidade e precisa de autonomia financeira, pedagógica e administrativa, pois somente com esta autonomia teremos uma Universidade pública de qualidade. Não havendo mais oradores a fazerem uso da palavra o Senhor Presidente encerrou em nome de Deus a presente Sessão, convocando a todos para uma próxima, Ordinária, segunda feira às dezessete horas.

São José (SC), 10 de setembro de 2014.

SANDERSON ALMEICI DE JESUS
Presidente

GERALDO SWIECH
Vice-Presidente

TELMO PEDRO VIEIRA
Primeiro Secretário Ad-Hoc

MARILENE MAURA VIEIRA DAMIAN
Segundo Secretário Ad-Hoc

São José do Cedro

PREFEITURA

Extrato Pregão Presencial N.102/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº102/2014

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 102/2014, Edital de Pregão Nº 102/2014, Objeto: Aquisição de peça e contratação de serviços mecânicos para consertar motor da escavadeira hidráulica, marca JCB, modelo JF160, PM - 13.517, de uso no Departamento de Transportes e Obras do Município. Recebimento das propostas até às 16:00 horas do dia 30/09/2014. Abertura dos envelopes às 16:00 horas do dia 30/09/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.180, de 17 de Setembro de 2014.

LEI Nº 2.180, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS - institui o Conselho Gestor do FHIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS - e institui o Conselho Gestor do FHIS.

CAPÍTULO I

DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Seção I

Dos Objetivos e Fontes

Art. 2º Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será regido segundo normas e direitos estabelecidos por um Conselho Gestor que também exercerá a fiscalização sobre programas e alocação de baixa renda.

Art. 3º O Fundo Municipal de Habitação é destinado a implementar e financiar programas habitacionais para a população de baixa renda.

Art. 4º Para efeitos desta Lei considera-se de baixa renda a população moradora em precárias condições de habitabilidade, favelas, habitações coletivas, de aluguel e áreas de risco.

Art. 5º São entendidos como programas de interesse social:

- I - construção de moradias urbanas e rurais;
- II - saneamento básico;
- III - obras e urbanizações;
- IV - construção e reforma de equipamentos comunitários e ou institucionais vinculados a projetos habitacionais;
- V - regularização fundiária;
- VI - aquisição de material de construção, inclusive para construção em terreno próprio;
- VII - aquisição de imóveis para locação social.

Art. 6º O FHIS é constituído por:

- I - dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;
- II - dotações consignadas anualmente no orçamento do Município ou recursos provenientes de créditos adicionais;
- III - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FHIS;
- IV - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- V - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacional ou internacional;
- VI - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FHIS;
- VII - rendimentos resultantes da aplicação temporária de

disponibilidades financeiras do Fundo Municipal de Habitação;
VIII - os retornos dos investimentos;
IX - recursos decorrentes de operações de créditos, internos e externos, destinados a programas e projetos de interesse econômico e social;
X - outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Seção II

Do Conselho Gestor do FHIS

Art. 7º O FHIS será gerido por um Conselho Gestor, órgão de caráter deliberativo cujas funções serão exercidas pelo Conselho Municipal de Habitação, instituído por lei própria, composto por representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de pelo menos ¼ das vagas destinadas a representantes de movimentos populares.

§ 1º A Presidência do Conselho Gestor do FHIS será a mesma do Conselho Municipal de Habitação - COMHAB, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

§ 2º O Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será indicado e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º Os membros do Conselho Gestor somente deixarão o exercício de seus mandatos no dia da posse de seus sucessores.

§ 4º Os membros do Conselho Gestor não serão remunerados, sendo suas atribuições consideradas como relevantes pela municipalidade.

§ 5º Competirá à Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Seção III

Das Aplicações dos Recursos do FHIS

Art. 8º As aplicações dos recursos do FHIS serão destinadas às ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV - implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FHIS, sendo que a programação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação será elaborada pelos representantes deste Conselho, submetendo, ao final, à aprovação do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Será admitida a aquisição de terrenos, vinculada à implantação de projetos habitacionais.

Seção IV

Das Competências do Conselho Gestor do FHIS

Art. 9º Ao Conselho Gestor do FHIS compete:

I - estabelecer diretrizes e fixar critérios para priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observando o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação;

II - aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS;

III - fixar critérios para priorização de linhas de ações;

IV - deliberar sobre as contas do FHIS;

V - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;

VI - aprovar seu regime interno.

§ 1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e suas alterações posteriores, nos casos em que o FHIS vier receber recursos federais.

§ 2º O Conselho Gestor do FHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º O Conselho Gestor do FHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPITULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social o acompanhamento, o controle e a avaliação da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 11. Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 12. Ficam revogadas as Leis nºs 1.723, de 26 de dezembro de 2007, 1.954, de 1º de setembro de 2011 e 1.964, de 10 de outubro de 2011, e a Portaria nº 390, de 06 de maio de 2014.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.950, de 17 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.950, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.1.1055.4.4.90.0	42	Aplicação Direta	R\$ 450.000,00
0.00.00.00.00.00.01.0001			

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e o art. 43, § 1º, inciso II a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 125/2014, PR Nº 081/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 01/10/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA ALUNOS DAS ESCOLAS BÁSICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 22/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2014-FMS

PROCESSO Nº. 72/2014-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 01 de outubro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 01 de outubro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencialregistro de Preços Nº. 82/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇOS Nº. 82/2014-PMS

PROCESSO Nº. 178/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para recapagem de pneus para máquinas e caminhões da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de outubro

de 2014 às 08h45min.
Abertura do Processo: 02 de outubro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencialregistro de Preços Nº. 83/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇOS Nº. 83/2014-PMS

PROCESSO Nº. 179/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de outubro de 2014 às 08h45min.
Abertura do Processo: 07 de outubro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 20/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2014-FMS
PROCESSO Nº. 70/2014-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de outubro de 2014 às 08h45min.

Abertura das Propostas: 08 de outubro de 2014 às 09h.

Etapa de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas comerciais, conforme Portaria nº. 5720 /2014, de 16 de setembro de 2014.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 18 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELENIR BEATRIZ VAZEL MOTTA, inscrita no CPF sob nº. 683.134.469-00, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014, para o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 29 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 17 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde e Assistência Social

Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. MARCIO FEITOSA MARTINS, inscrito no CPF sob nº. 903.657.471-49, aprovado em 4º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 29 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 17 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo Nº. 002/2014-ESF/NASF

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2014-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. TATIANE KAROLINE GAZOLLA, inscrita no CPF sob nº. 792.969.090-3, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2014-ESF/NASF, para o cargo de ODONTÓLOGA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 29 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 17 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde e Assistência Social

Portaria Nº 5.722/2014, de 16 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 5.722/2014, de 16 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Janete Pereira, com efeitos retroativos a partir de 04/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.723/2014, de 17 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 5.723/2014, de 17 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Marlise Jacobi, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Edital 001/2014/CMDCA - Convocação de Conselheiro Tutelar Para A Posse.

EDITAL 001/2014/CMDCA - CONVOCAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR PARA A POSSE.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 1.628/07, bem como suas alterações, torna público a convocação de Conselheiro Tutelar suplente para a posse.

Considerando a vacância de uma vaga no Conselho Tutelar de Schroeder ocasionada pelo pedido de exoneração da Senhora Marcia Alice Lange.

Considerando o disposto no art. 132 do Estatuto da Criança e Adolescente.

Considerando o resultado final da eleição regida pelo edital nº 001/2013, publicado em 23 de setembro de 2013.

1. Convocar o suplente, Sr. Gean Carlos Ramos, 3º colocado, na eleição realizada em 17 de setembro de 2013, para tomar posse conforme descrito no item 2.1 do Edital n. 001/2013 - Resultado Final da Eleição de Membros do Conselho Tutelar de Schroeder(SC) e Convocação Para a Posse.

2. A posse do candidato eleito será realizada no dia 21 de outubro de 2014 no auditório do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, situado à Rua Paulo Jahn, 245, Centro, Schroeder/SC, às 8h, conforme art. 10, VIII, da Lei Municipal nº 1.628/2007, conjuntamente com o Chefe do Poder Executivo Municipal.

3. O candidato deverá comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no setor de Recursos Humanos (47) 3374-6510, até às 17h do dia 10 de outubro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar seu interesse. No caso de desistência da vaga apresentar carta de desistência junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes-CMDCA, situado na Rua Blumenau, 123 (CREAS).

Schroeder, 10 de setembro de 2014.

Teresinha Tomaselli Tecilla Presidente do CMDCA	OSVALDO JURCK Prefeito Municipal
--	-------------------------------------

Portaria Nº 5.724/2014, de 17 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 5.724/2014, de 17 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Luciana Guimarães Oppa, com efeitos retroativos a partir de 06/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Serra Alta**PREFEITURA****Decreto Nº 125/2014**

DECRETO Nº125/2014 de 08 DE JULHO DE 2014

"DISPÕE SOBREABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC."

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei nº 991/2014 de 08/07/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Serra Alta - SC (Lei 979/2013 de 04/12/2013) crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), para a inclusão no seguinte programa:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.03 - Departamento de Esportes

Projeto/Atividade: 2.600 - Apoio ao Esporte Amador

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 -Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

Despesa: 48

TOTAL SUPLEMENTADO R\$35.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais)serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.200 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 -Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Despesa:3

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,08 de julho de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Timbé do Sul**PREFEITURA****Aviso da Licitação 51/2014 CC**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Processo Licitatório nº 51/2014 - Concorrência Pública

Objeto: Exploração dos serviços de táxi no Município de Timbé do Sul.

Data da entrega dos envelopes: até as 08:15 horas do dia 20 de outubro de 2014.

Abertura da Sessão: a partir das 08:30 horas do dia 20 de outubro de 2014.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

SAMAE - TIMBÉ DO SUL**Portaria N. 12/2014**

PORTARIA SAMAE N. 12/2014

15 de Setembro de 2014.

O Sr. Ricardo Stecanella, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º- Fica designado Comissão Especial no SAMAE - Serviço Autonomo Municipal de Agua e Esgoto, para levantamento, verificação, reavaliação e baixa do Patrimônio Público Municipal, sendo constituída pelos servidores.

Presidente : JucianaCarlessi Burin -CPF nº 669.450.709-72 - Matrícula nº 20

Vice : Rodrigo dos Santos - CPF nº 020.697.439-69 - Matrícula nº 15

- Vogal : Gilseu scussel - CPF nº 646.985.999-20 - Matrícula nº 19

- Vogal : Edna Dal Pont - CPF nº 042.408.829-07 - Matrícula nº 14

Art. 2º- Os designados para exercer os atos atribuídos à Comissão Especial de que trata o Art. 1º desta Portaria, não farão jus á qualquer acréscimo na remuneração mensal percebida.

Art. 3º - A Comissão Especial, de que trata o Caput do Art 1º desta Portaria, deverá apresentar até 15 (quinze) de dezembro de 2014, o respectivo relatório.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Timbé do Sul-SC, 15 de Setembro de 2014.

Ricardo Stecanella

Diretor do SAMAE

Timbó

PREFEITURA

Certidão de Aprovação Nº 016 de 11 de Setembro de 2014

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 016 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "MATEDI", situado no lado ímpar da Rua Lages, esquina formada com o lado par da Rua Chapecó, com a área de 1.082,32m² (Hum mil, oitenta e dois metros e trinta e dois decímetros quadrados), processo D-014/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente JOSE MATEDI, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 5.361, datado de 08 de setembro de 2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.141, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.07.015.0137.001, sendo constituído:

De 02 lotes numerados de 01 (um) e 02 (dois), abaixo transcritos:

Lote 01 (um) - com área de 588,75m² (Quinhentos e oitenta e oito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), de formato triangular, situado no lado ímpar da Rua Lages, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 91,50 metros da esquina formada com o lado par da Rua Itapema; estremando na frente em 9,48 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Lages, e em 34,78 metros com lado ímpar da Rua Lages; fundos estrema em linha quebrada de 24,96 metros e em 3,90 metros com o lote nº 02; e, lado direito estrema em 31,70 metros com terras de Wilmar Wurmath, matrícula nº 9.416, livro 2;

Lote 02 (dois) - com área de 493,57m² (Quatrocentos e noventa e três metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Chapecó, distante pelo lado direito do imóvel, 6,05 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Lages; estremando na frente em 22,05 metros com lado par da Rua Chapecó; fundos estrema em 15,00 metros com terras de Wilmar Wurmath, matrícula nº 2.711, livro 2; lado direito estrema em 36,36 metros, sendo em 3,90 metros com o lote nº 01, em 36,36 metros, sendo em 24,96 metros com o lote nº 01 e em 11,40 metros com terras de Wilmar Wurmath, matrícula nº 9.416, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 26,09 metros com terras de Heitor Carlos Purim e Orlando Purim, matrícula nº 6.730, livro 2;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº. 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a

Continuação da Certidão n.º 016/2014, fls. 02.

espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 11 de setembro de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.
Município de Timbó

Decreto Nº 3568, de 01 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3568, DE 01 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Decreto nº 2.976, de 28 de novembro de 2012, que regulamenta a organização e o funcionamento da administração municipal e define atribuições de servidores públicos municipais.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V e VII c/c art. 70, inciso I, alínea "a", "f", "k" e "n" da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000,

Considerando que durante a vigência do Decreto nº 2.976, de 28 de novembro de 2012, verificou-se a necessidade de adequação pontual de seus termos de modo a otimizar os trâmites burocráticos para realização das compras pela administração pública,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 2.976/2012, que regulamenta a organização e o funcionamento da administração municipal e define atribuições de servidores públicos municipais, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º ...

§1º - A requisição somente poderá ser expedida mediante a prévia verificação de disponibilidade orçamentária e autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias junto ao Departamento Contábil, ou quando disponibilizado através de consulta aos saldos orçamentários via sistema informatizado.

§2º - Ao Secretário Municipal titular da pasta requisitante compete homologar os resultados e subscrever do contrato e aditivos incidentes, ou ainda a anular ou revogar o certame nos termos da lei 8.666/93 e alterações independente de valor.

§3º ...

§4º - Os órgãos requisitantes enviarão juntamente com a requisição para compras dispensável, 03 orçamentos prévios e justificarão quando não for possível a sua obtenção na requisição.

§5º - As Unidades Administrativas que enviarem orçamentos a fim de agilizar os trâmites na elaboração de editais deverão fazê-los com carimbo e assinatura de quem os solicitou para análise da Central de Licitações.

§6º - Os orçamentos e quantitativos de Obras deverão ser encaminhados com ART - Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo Engenheiro responsável pelo levantamento de preços.

§7º - A Central de Compras e Licitações providenciará a reserva de dotação orçamentária além de verificar e cobrar dos órgãos requisitantes o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, as declarações e, quando necessária, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro para expedir o instrumento convocatório das licitações.

§8º - Os Setores de Compras serão, conforme a viabilidade,

dispostos separadamente nas unidades administrativas, sob a responsabilidade dos respectivos titulares de cada Órgão.

§ 9º Compete à Procuradoria Geral do Município a emissão do Parecer Jurídico que deve acompanhar os atos, conforme determina o art. 38 da Lei Federal n. 8.666/93.

Art. 3º

...
§2º - Nas compras, obras e/ou serviços comuns a mais de uma entidade/órgão, o julgamento dos recursos em última instância administrativa compete a Secretaria da Fazenda e Administração, salvo se esta última não integrar o certame, quando será definido entre as entidades/órgãos requisitantes o/a responsável pelo julgamento."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3570, de 04 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3570, DE 04 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 141.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 141.000,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 15.000,00, a seguinte dotação:

a)ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. S/ FINS LUCRATIVOS	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	

15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. S/ FINS LUCRATIVOS	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 126.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSFERENCIAS A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10200	REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. S/ FINS LUCRATIVOS	126.000,00
	TOTAL	126.000,00

b)SUPLEMENTAÇÃO

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. S/ FINS LUCRATIVOS	126.000,00
	TOTAL	126.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3571, de 15 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3571, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 805.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013 e Lei nº 2731, de 15 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
03.05.028.845.0007.0004.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.845.0007.0004.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.845.0007.0004.	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP PMT	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMIICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	270.000,00
	TOTAL	270.000,00
06.02.011.334.0032.2066.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMIICO	
06.02.011.334.0032.2066.	INCENTIVO AO TRABALHO	
06.02.011.334.0032.2066.	MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

06.03.020.606.0034.1039.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMIICO	
06.03.020.606.0034.1039.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.1039.	MODERNIZAÇÃO DA FROTA DA PATRULHA MECANIZADA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
07.01.015.121.0040.2082.	SECRET. DE PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
08.01.015.451.0050.1045.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.451.0050.1045.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.451.0050.1045.	EQUIPAMENTOS PARA SECR DE OBRAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	45.000,00
	TOTAL	45.000,00
08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	260.000,00
	TOTAL	260.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	805.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 805.000,00 (oitocentos e cinco mil reais), autorizado pela Lei nº 2731, de 15 de agosto de 2014, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

02.02.004.131.0012.2008.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.02.004.131.0012.2008.	IMPrensa, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	
02.02.004.131.0012.2008.	MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	200.000,00
	TOTAL	200.000,00
06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
06.03.020.606.0034.2072.	SECRETRARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	270.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	30.000,00
	TOTAL	300.000,00
08.02.026.451.0052.1065.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1065.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1065.	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	295.000,00
	TOTAL	295.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	805.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3572, de 15 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3572, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 150.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	50.000,00
	total	50.000,00
25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	100.000,00
	total	100.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	150.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3574, de 15 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3574, DE 15 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 17.522,55.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 17.522,55, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 15.522,55, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.522,55
	TOTAL	15.522,55

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	14.522,55
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
	TOTAL	15.522,55

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

10.01.016.482.0066.2108.	FUNDO DE HABITAÇÃO DE TIMBÓ - FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	MANURENÇÃO DO FHT.	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.000,00
	TOTAL	2.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

10.01.016.482.0066.2108.	FUNDO DE HABITAÇÃO DE TIMBÓ - FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	MANURENÇÃO DO FHT.	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.000,00
	TOTAL	2.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3575, de 22 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3575, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 7.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	7.000,00
	TOTAL	7.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	7.000,00
	TOTAL	7.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3576, de 22 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3576, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 9.200,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.02.012.365.0020.1023.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.1023.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.1023.	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UPES	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.35800	SUPERAVIT SALÁRIO EDUCAÇÃO	9.200,00
	TOTAL	9.200,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3578, de 25 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3578, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 45.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013 e Lei nº 2731, de 15 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	25.000,00
	TOTAL	25.000,00
16.02.008.244.0087.2276.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2276.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2276.	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
16.03.008.244.0088.2284.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	45.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), autorizado pela Lei nº 2731, de 15 de agosto de 2014, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.03.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	45.000,00
	TOTAL	45.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	45.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3579, de 25 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3579, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 40.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013 e Lei nº 2731, de 15 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

20.01.008.243.0062.2212.	FUNDO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FIA	
20.01.008.243.0062.2212.	SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE	
20.01.008.243.0062.2212.	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	40.000,00
	TOTAL	40.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	40.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2731, de 15 de agosto de 2014, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.03.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	40.000,00
	TOTAL	40.000,00
	RESUMO	
0.10000	VINCULO LIVRE	40.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3580, de 25 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3580, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 38.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

22.01.013.392.0094.2250.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2250.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2250.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	38.000,00
	TOTAL	38.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.2250.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2250.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2250.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	38.000,00
	TOTAL	38.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3581, de 25 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3581, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 10.200,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 10.200,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.000,00, a seguinte dotação:

a)ANULAÇÃO

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.700,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

16.01.008.244.0086.2294.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
--------------------------	--	--

16.01.008.244.0086.2294.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2294.	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.700,00
	TOTAL	1.700,00

b)SUPLEMENTAÇÃO

16.01.008.244.0086.2294.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2294.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2294.	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.700,00
	TOTAL	1.700,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 3.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

16.03.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	3.500,00
	TOTAL	3.500,00

c)SUPLEMENTAÇÃO

16.03.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSFERENCIAS A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	3.500,00
	TOTAL	3.500,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3582, de 25 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3582, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013 e Lei nº 2731, de 15 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

22.01.013.391.0094.2252.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.391.0094.2252.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.391.0094.2252.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), autorizado pela Lei nº 2731, de 15 de agosto de 2014, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.2254.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2254.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2254.	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3583, de 25 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3583, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 5.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15700	SERVIÇO DE ATEND. MOVEL DE URGENCIA	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3584, de 25 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3584, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 8.721,41.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 8.721,41 (oito mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.02.026.451.0052.1067.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1067.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1067.	PONTES E OBRAS DE ARTE	

400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.38300	operação crédito interna.	8.721,41
	TOTAL	8.721,41

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3585, de 25 de Agosto de 2014

DECRETO Nº 3585, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	100.000,00
	total	100.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	100.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Ata Abertura de Envelopes Nº 4 - Concorrência N.º 48 2014 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 04 - CONCORRÊNCIA Nº. 48/2014 - PMT

Às nove horas, do décimo sétimo dia, do mês de setembro de dois mil e catorze, (17/09/2014) na sala de reuniões do Timboprev, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e representando a empresa Free Reichert Comunicação Ltda., o Sr. Rogério Teófilo da Silva, representando a empresa EDSON ANTONIO BRITENBACH (Prodiz Comunicação), Sr. Edson Antonio Britenbach, para abertura do envelope nº 04 (proposta de preço) das licitantes classificadas. Iniciada a sessão, foi verificada a inviolabilidade dos envelopes nº 04 - Proposta de Preço. A Senhora Presidente passou para abertura dos envelopes nº 04 das licitantes classificadas, sendo estas: EDSON ANTONIO BRITENBACH (Prodiz Comunicação), Free Reichert Comunicação Ltda., VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA. e, AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA. - ME, colocando à disposição dos membros da Comissão e representantes presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos. Após análise dos documentos verificou-se que os mesmos estão de acordo com as exigências estabelecidas no Edital, onde as licitantes apresentaram o seguinte percentual de desconto:

EDSON ANTONIO BRITENBACH (Prodiz Comunicação): 30%

Free Reichert Comunicação Ltda.: 30%

VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA.: 30%

AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA. - ME: 29% Restou acordado com os participantes que, apesar do item nº 12.2 do Edital mencionar que a ata da Comissão com a discriminação de todas as propostas apresentadas, e a indicação das que forem desclassificadas será subscrita em reunião pública previamente convocada, a mesma será subscrita pela Comissão de Licitações e encaminhada ao e-mail dos licitantes, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, conforme estabelece o art. 11, § 4º, inc. X da Lei nº 12.232/2010, assim como vem sendo o procedimento adotado com as demais atas. O representante da empresa EDSON ANTONIO BRITENBACH (Prodiz Comunicação) informou que teria os documentos do Envelope nº 05 - Habilitação, para entrega à Comissão de Licitação, porém, tendo em vista o exposto no item nº 13.9 do Edital (Expirados todos os prazos recursais, serão convocadas as licitantes classificadas no julgamento final das propostas técnica e de preço, para apresentarem os envelopes lacrados contendo a documentação relativa à HABILITAÇÃO, constantes de item próprio desse edital, em obediência ao artigo 11, § 4º, inciso XI da Lei nº 12.232/2010), referido envelope não foi aceito pela Comissão de Licitação. Aberta a palavra, não houve manifestação dos presentes. Os representantes presentes solicitaram permissão para se retirar da reunião, antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra. Presidente. Em função da ausência destes a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação. Os envelopes das licitantes desclassificadas, sendo estas: Sal Propaganda Ltda., Tempo Brasil Comunicação e Design Ltda., VIVAZ COMUNICAÇÃO EFICIENTE, DOSS PROPAGANDA LTDA e SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA., permanecerão no Setor de Licitações, conforme estabelece o item nº 11.13 do Edital. A Comissão Permanente de Licitações suspendeu a sessão para apreciação e julgamento das propostas comerciais nos termos do item nº 12.2 do Edital. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro

Aviso Carta Convite N.º 05 2014 FME - Reforma Cobertura Complexo Esportivo

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 05/2014 - FME

OBJETO: contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) da obra de reforma da cobertura do Complexo Esportivo, localizado na Rua Gustavo Piske, Bairro Pe. Martinho Stein, neste município, em atendimento às necessidades da Fundação Municipal de Esportes (repetição total carta convite n.º 04/2014 FME). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 15h00min do dia 26 de setembro de 2014. ABERTURA: dia 26 de setembro de 2014 as 15h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br. Valor estimado: R\$ 24.790,10 (vinte e quatro mil setecentos e noventa reais e dez centavos).

TIMBO (SC), 17/09/2014
MARTINHO DE SOUZA FILHO
Presidente FME

Aviso Pregão Presencial N.º 11 2014 Fct - Aquisição de Tecido Tnt, Toalha Plástica E Madeiras Diversas

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 11/2014 - FCT

OBJETO: aquisição de tecido "TNT", toalha plástica e madeiras diversas a serem utilizadas em eventos, demais ações e aplicações a serem realizadas pela Fundação Cultural de Timbó e Departamento de Turismo. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 01 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 01 de outubro de 2014 as 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 17/09/2014
Jorge REVELINO Ferreira
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Aviso Pregão Presencial N.º 14 2014 Fct - Serviço de Segurança Não Armada E Agentes de Estacionamento da 24ª Festa do Imigrante

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 14/2014 - FCT

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de segurança não armada e agentes de estacionamento para a 24ª Festa do Imigrante que acontecerá no período de 10 a 12 de outubro de 2014. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 01 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 01 de outubro de 2014 as 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 17/09/2014
Jorge R. Ferreira
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Errata Pregão Presencial N.º 99 2014 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 99/2014 PMT

AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial n.º 99/2014, cujo objeto trata da "contratação de empresa especializada em telecomunicações, que posua outorga da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, para a prestação de serviço de telefonia móvel pessoal - SMP, pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de acessos móveis, todos com área de registro 47, na cidade de Timbó/SC, e aparelhos em regime de comodato, oferecendo o serviço de ligações intra-grupo sem custo quando originado na área de registro 47, serviços de ligações locais VC1 e longa distância nacional (LDN) - "VC2" e "VC3" e serviço de comunicação multimídia (SCM) para transmissão de dados conforme especificações e quantidades descritas no anexo I do edital, em atendimento às necessidades da prefeitura, suas secretarias, autarquias e fundações", constou informação equivocada/duvidosa na redação expressa no subitem 3.6.

Diante do exposto, ratifica-se que devem ser considerados os termos expressos no subitem 1.2 (pertencente ao item 1- DO OBJETO) e subitem 4.1.1 (pertencente ao termo de referência).

TIMBÓ/SC, 17 de setembro de 2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Termo de Revogação Carta Convite N.º 04 2014 FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

TERMO DE REVOGAÇÃO CARTA CONVITE N.º 04/2014 - FME

O Secretário da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas, Resolve, a bem do serviço público, REVOGAR a Carta Convite n.º 04/2014, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) da obra de reforma da cobertura do complexo esportivo, localizado na Rua Gustavo Piske, bairro Pe. Martinho Stein, neste município, em atendimento às necessidades da Fundação Municipal de Esportes."

MOTIVO: Necessidade de repetição do(s) convite(s) por ausência de confirmação pelo(s) convidado(s).

TIMBÓ/SC, 17/09/2014
MARTINHO DE SOUZA FILHO
Secretário da Fundação Municipal de Esportes

CÂMARA MUNICIPAL

Audiência Pública de Metas Fiscais**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A Câmara Municipal de Timbó convida a comunidade para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA de Metas Fiscais do Poder Executivo, que se realizará no dia 25 de Setembro de 2014, com início às 16 horas, no Plenário do Poder Legislativo, Rua Inglaterra, esq. Nº 750 rua projetada A - Bairro das Nações, neste Município.

A audiência promovida pela Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº101/2000), tem por objetivo demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 2º quadrimestre do ano de 2014.

Timbó, 03 de Setembro de 2014.

Jorge Augusto Krüger
Presidente da Mesa Diretora

Douglas Emanuel Marchetti
Presidente da Comissão de Economia Finanças e Fiscalização

Portaria Nº 22/2014

Portaria Nº 22/2014

Concede licença à servidora Giani Zaira Seidel, ocupante do cargo de Analista Legislativa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50, § 3º, II, do Regimento Interno e com fulcro nos artigos 90, I e art. 91, § 1º da Lei Complementar nº 1/1993;

Considerando que a servidora Giani Zaira Seidel acompanhou seu pai, Sr. Roberto Seidel, em consulta médica na cidade Curitiba, no dia 5/9/2014, conforme declaração firmada pelo Dr. Marcelo Kaminski, CRM 11.532, Resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, por 1 (um) dia, à servidora Giani Zaira Seidel, ocupante do cargo de Analista Legislativa da Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º A licença concedida por este ato compreende o dia 05/09/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC.

Timbó, 15 de Setembro de 2014.

Jorge Augusto Kruger
Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

Abre Recurso TP 68-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 68/2014 FMS - TOMADA DE PREÇO

Comunico a todos interessados que a partir desta data está aberto o prazo recursal. Se não houver recursos nesse período a abertura dos envelopes das propostas fica marcada para o dia 25 de Setembro de 2014, às 09h00min na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, caso contrário nova data será comunicada aos interessados. A ata de julgamento da documentação pode ser obtida da íntegra no site www.trezetilias.sc.gov.br.

MAURO DRESCH
Prefeito

Tunápolis

PREFEITURA

Lei 1191/2014

LEI Nº 1.191/2014 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Tunápolis e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Sistema Único de Assistência Social- SUAS/TUNÁPOLIS - é um sistema público, com comando único, não contributivo, descentralizado e participativo, que organiza e normatiza a Política Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O Sistema Único de Assistência Social- SUAS/TUNÁPOLIS é regido pelos seguintes princípios:

I - universalização dos direitos socioassistenciais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

II - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, garantindo a dignidade do cidadão e sua autonomia, assim como ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

III - divulgação ampla de benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social no Município;

Art. 3º - São diretrizes do Sistema Único de Assistência Social- SUAS/TUNÁPOLIS:

I - consolidar a Assistência Social como uma política pública de Estado;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - supremacia da necessidade do usuário na determinação da oferta dos serviços socioassistenciais;

IV - garantia da articulação entre serviços, benefícios, programas e projetos da Assistência Social;

V - integração e ações intersetoriais com as demais políticas públicas municipais;

VI - aperfeiçoamento da integração dos serviços prestados pela rede socioassistencial governamental e não governamental;

VII - acompanhamento das famílias, visando o fortalecimento do caráter protetivo da família, ampliando a oferta de serviços.

Art. 4º - O Sistema Único de Assistência Social- SUAS/TUNÁPOLIS realiza a gestão da Política Municipal de Assistência Social sob o comando da Secretaria Municipal de Assistência Social ou outro órgão responsável na inexistência desta, articulando os serviços, programas, projetos e benefícios da Rede de Proteção Social de Tunápolis, formada pelas entidades governamentais e da sociedade civil organizada em entidades de assistência social, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais. Seu foco de atuação é a população com maiores índices de vulnerabilidade e as situações de violação de direitos, com o objetivo de:

I - prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e proteção social especial para famílias, grupos e indivíduos que deles necessitar;

II - contribuir para a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços

socioassistenciais básicos e especiais;
 III - assegurar que as ações no âmbito da política de assistência social tenham centralidade na família, promovendo a convivência familiar e comunitária, tendo o território por referência;
 IV - monitorar e garantir os padrões de qualidade dos serviços, benefícios, programas e projetos;
 V - implementar a Política de Recursos Humanos.
 VI - implementar a vigilância sócio assistencial.

Art. 5º - O público destinatário do Sistema Único de Assistência Social- SUAS/TUNÁPOLIS é constituído pelas famílias, grupos ou indivíduos, cujas condições de risco e/ou vulnerabilidade social são as seguintes:

I - perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, de vínculos relacionais ou de pertencimento e sociabilidade;
 II - fragilidades próprias do ciclo de vida;
 III - desvantagens pessoais resultantes de deficiência sensorial, mental ou múltipla;
 IV - identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural, de gênero ou orientação sexual;
 V - violações de direito resultando em abandono, negligência, exploração no trabalho infanto-juvenil, violência ou exploração sexual comercial, violência doméstica, física e/ou psicológica, maus tratos, problemas de subsistência e situação de mendicância;
 VI - violência social, resultando em apartação social;
 VII - trajetória de vida nas ruas ou situação de rua;
 VIII - situação de conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto;
 IX - vítimas de catástrofes ou calamidades públicas, com perda total ou parcial de bens;
 X - situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, acesso - precário ou nulo - aos serviços públicos).

Art. 6º - O Sistema Único de Assistência Social- SUAS/TUNÁPOLIS é gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou outro órgão responsável na inexistência desta, com as atribuições de formular as diretrizes, planejar, coordenar a execução, monitorar e avaliar as ações da rede socioassistencial de abrangência local e regional, além de executar as ações de abrangência territorial municipal e regional.

Parágrafo único. Cabe a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou outro órgão responsável na inexistência desta, estabelecer sistema de regulação para a efetivação dos princípios e diretrizes, mediante a normatização dos processos de trabalho, a definição dos padrões de qualidade, os fluxos e interfaces entre os serviços, a promoção da articulação interinstitucional e intersetorial, o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento técnico-metodológico e a supervisão da rede socioassistencial direta e conveniada, assim como o monitoramento da execução e avaliação dos resultados dos serviços.

Art. 7º - O Sistema Único de Assistência Social- SUAS/TUNÁPOLIS compõe, juntamente com a União e o Estado, modelo de gestão com divisão de competências, atuando segundo as seguintes bases organizacionais:

I - a matricialidadesócio-familiar com desenvolvimento das ações com centralidade na família, independentemente de seu formato ou modelo;
 II - a territorialização caracteriza-se pela oferta de serviços baseada na proximidade do cidadão e dos locais de maior vulnerabilidade e risco social, sendo local e regional, no caso do atendimento da proteção social especial;
 III - constituição de serviços socioassistenciais cuja execução seja garantida, como primazia do Governo Municipal, mediante parcerias estabelecidas com as entidades e organizações de assistência social; tais serviços e programas visam a melhoria da vida da população - em particular, atendendo suas necessidades básicas,

através da observância dos objetivos, princípios e diretrizes, ordenados em rede de proteção social básica e especial, conforme prevê a Política Nacional de Assistência Social;

IV - o financiamento tem como base o porte e o nível de gestão de Tunápolis, a complexidade dos serviços, hierarquizados e complementares, a continuidade do financiamento, o repasse regular e automático de recursos dos dois Fundos - Nacional e Estadual - para o Município, o co-financiamento das ações e o estabelecimento de pisos de atenção;

V - o controle social e a participação popular;

VI - a política de recursos humanos estabelecida em conformidade com o que dispõe a Norma Operacional Básica/Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB/RH/SUAS, Resolução CNAS Nº 01/2007 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 25 de janeiro de 2007;

VII - o sistema de monitoramento, avaliação e informação visa o planejamento, a mensuração da eficiência e eficácia política, assim como a realização de estudos e diagnósticos.

§ 1º. Para efeito da execução e oferta dos serviços socioassistenciais, com base no território, o município de Tunápolis é definido como município de pequeno porte, conforme a Resolução CNAS nº 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 15 de outubro de 2004.

§ 2º. Os Conselhos Municipais de Políticas Públicas Setoriais e de Direitos, notadamente o de Assistência Social, estão vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social ou outro órgão responsável na inexistência desta, através da Secretaria Executiva dos Conselhos, que proverá a infraestrutura necessária para seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

§3º. As entidades e organizações são consideradas de assistência social quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público-alvo, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.742/93, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.308/2007, de 14 de dezembro de 2007. São características essenciais das entidades e organizações de assistência social:

I - realizar atendimento, assessoramento ou defesa de garantia de direitos, na área da assistencial social, na forma desta Lei;
 II - garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação de serviços do usuário;
 III - ter finalidade pública e transparência nas suas ações.

§ 4º. As entidades e organizações de assistência social que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes foram repassados pelos poderes públicos terão a sua vinculação ao SUAS cancelada, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal.

Art. 8º - Os serviços socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social- SUAS/TUNÁPOLIS, são organizados segundo as seguintes funções:

I - vigilância socioassistencial - Refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e de risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida;

II - proteção Social - Consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS - para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. Com base nas vulnerabilidades e riscos sociais, as proteções sociais são ofertadas no Sistema Único de Assistência Social - SUAS - por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

III - defesa Social e Institucional - A proteção social, tanto básica quanto especial, deve ser organizada de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais

e sua defesa.

Art. 9º - Os serviços de proteção social básica realizam acompanhamento preventivo a indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio de ações que objetivam a promoção, o desenvolvimento de potencialidades, assim como o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais.

Art. 10 - São considerados serviços de proteção social básica de Assistência Social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. O Sistema Único de Assistência Social- SUAS/ TUNÁPOLIS institui o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS -, unidade pública estatal, de base territorial, localizado em área de vulnerabilidade social para executar e organizar ações, coordenando a rede de serviços socioassistenciais locais.

Art. 11 - A Proteção Social Especial é modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, negligência, maus tratos físicos e/ou psíquicos, violência sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida sócio-educativas em meio aberto, situação de rua, situação de trabalho infanto-juvenil. É composta por serviços de Média e Alta Complexidade.

Art. 12 - A Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece atendimento às famílias ou indivíduos cujos direitos são violados e cujos vínculos familiares e comunitários estão fragilizados, mas não rompidos, requerendo atenção especializada e individualizada, além de acompanhamento contínuo e monitorado.

Art. 13 - Os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Parágrafo único. Os serviços da proteção social especial, devido ao tamanho do município e sua capacidade, podem ser obedecidos em base regional, organizados mediante consórcio intermunicipal.

Art. 14 - Cabe ao Município a oferta de benefícios eventuais e emergenciais, conforme o Decreto Federal nº 6.307/2007, de 14 de dezembro de 2007.

Art. 15 - Os Instrumentos de Gestão se caracterizam como ferramentas de planejamento nas três esferas de governo: União, Estados e Município, tendo como parâmetro o diagnóstico social e os eixos de proteção social, básica e especial, sendo eles:

- I - plano Municipal de Assistência Social;
- II - orçamento da Assistência Social;
- III - gestão da informação, monitoramento e avaliação;
- IV - relatório Anual de Gestão.

Art. 16 - A competência para implementar o disposto no Art. 12 e Art. 13 fica a cargo do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS ou equipe responsável pela execução dos serviços de proteção social especial, que organizará e levará a efeito serviços de enfrentamento às violações de direitos e proteção integral às famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Art. 17 - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no

prazo de 120 (cento e vinte dias), a contar da data de sua publicação.

Art. 18 - O Município aplicará, anualmente, um percentual que consiga garantir o andamento dos programas e projetos realizados no Município, pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou outro órgão responsável na inexistência desta.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 18 de Setembro de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer
Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.

Lei 1192/2014

LEI Nº 1.192/2014 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a regulamentação da concessão de benefícios eventuais de auxílio Natalidade, Funeral e situações de vulnerabilidade temporária no âmbito Municipal da Política Pública de Assistência Social e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a concessão dos benefícios eventuais, direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435/2011.

Parágrafo único. Os benefícios eventuais serão destinados aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade familiar e a sobrevivência de seus membros.

Art. 2º - O benefício eventual é a modalidade de provisão de proteção Social Básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e dos direitos sociais e humanos, prestada a pessoa residente no Município de Tunápolis, com critérios estabelecidos pelo CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social.

I - é vedada a subordinação a contribuições prévias e vinculações de contrapartidas por parte do requerente;

II - deve haver ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

III - para comprovação das necessidades de concessão do benefício eventual são vedadas situações de constrangimentos ou vexatória, que estigmatizam os benefícios, e a política de assistência social.

Art. 3º - São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III - outros benefícios eventuais (cesta básica, documentação, fotografias para documentos, passagens de retorno ao domicílio e para inclusão no mundo do trabalho e outros), instituídos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, que visam atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária.

Art. 4º - A concessão e os critérios exigidos para os requerentes

serão regulados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 5º - O benefício eventual na forma de auxílio natalidade constitui-se em uma prestação temporária não contributiva da Assistência Social na forma de bens de consumo, para famílias que estejam vulnerabilizadas por nascimento de membro da família residente no Município de Tunápolis/SC. O valor pago para o auxílio natalidade poderá chegar ao valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), reajustado anualmente pelo IGPM. O auxílio natalidade terá alcance familiar, preferencialmente nas condições:

I - atenção necessária ao nascituro;

II - apoio à mãe em caso de morte do recém nascido;

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º O requerimento do auxílio natalidade deve ser encaminhado até 12 meses após o nascimento;

§ 2º O auxílio natalidade deverá ser concedido até 30 dias após o requerimento.

§ 3º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - Passar por análise técnica de Assistente Social;

II - se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III - comprovante de residência;

IV - documentos pessoais (CPF, RG e Carteira de Trabalho).

Art. 6º - Os benefícios natalidade e funeral serão devidos à família em número igual aos das ocorrências desses eventos.

Art. 7º - Os benefícios natalidade e funeral podem ser concedidos diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau ou pessoa responsável.

Art. 8º - O benefício eventual na forma de auxílio funeral constitui-se em uma prestação temporária não contributiva da Assistência Social na forma de pecúnia ou bens de consumo, para reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art. 9º - O auxílio funeral atenderá com valor a ser custeado de R\$ 700,00 (setecentos reais), reajustado anualmente pelo IGPM do período.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I - atestado de óbito;

II - comprovante de residência;

III - comprovante de renda familiar;

IV - documentos pessoais (CPF e RG);

§ 2º O requerimento do auxílio funeral deve ser encaminhado até 30 dias após o falecimento;

§ 3º O auxílio funeral será concedido até 30 (trinta) dias após o requerimento;

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social, que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral;

§ 5º Quando se tratar de usuário de Política Municipal de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria Municipal de Assistência Social ou outro órgão responsável na inexistência desta, será responsável pela concessão total do funeral, uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

Art. 10 - Os benefícios de vulnerabilidade temporária envolvem acontecimentos do cotidiano dos cidadãos e pode se apresentar de diferentes formas e produzir diversos padecimentos.

I - advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, que possa decorrer de:

a) falta de acesso a condições e meios para suprir a reprodução Social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) falta de documentação;

c) falta de domicílio;

d) situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo a seus filhos;

e) perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos

familiares;

f) presença de violência física ou sexual na família ou situação de ameaça à vida;

g) passagem;

h) outras situações sociais identificadas que comprometam a sobrevivência.

§ 1º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social realizado, ou após determinação judicial;

§ 2º O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de vulnerabilidade temporária será definido a partir da realização do estudo social e da necessidade atual do cidadão ou família, podendo chegar até o valor de R\$ 300,00, reajustado anualmente pelo IGPM acumulado do período.

Art. 11 - Ao município compete:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como seu financiamento;

II - a realização de estudo da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação de concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 12 - Ao Conselho Municipal de Assistência Social compete:

I- fornecer ao Município, informação sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais;

II - avaliar e reformular, se necessário, a regulamentação de concessão dos benefícios natalidades e funeral, do Município;

III - apreciar e aprovar os formulários e os modelos de documentos utilizados na operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 13 - A regulamentação dos benefícios eventuais a sua inclusão na Lei Orçamentária do Município dar-se-á no prazo de 12 meses a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 14 - O município deve promover ações que viabilizam a ampla e periódica divulgação dos benefícios e dos critérios para sua concessão.

Art. 15 - Revoga-se a Lei nº 735/2005 de 23 de março de 2005.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 18 de Setembro de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer
Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.

Lei 1193/2014

LEI Nº 1.193/2014 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC - (CMAS) e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Dos Objetivos

Art. 1º Fica criado, pelo estabelecido por Lei Federal, Estadual e Municipal, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, de

Tunápolis/SC, instância do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, de caráter permanente e deliberativo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, em cada esfera de governo, propiciando o controle social desse sistema. Parágrafo único. Os Conselhos de Assistência Social estão dispostos no art. 16 da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, conforme segue:

- I - o Conselho Nacional de Assistência Social;
- II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social;
- III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
- IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.

Art. 2º Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - (CMAS):

- I - aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política Municipal de Assistência Social;
- II - acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, aprovar, avaliar, fiscalizar e acompanhar a sua execução;
- III - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades e efetiva participação dos segmentos de representação no conselho;
- IV - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;
- V - aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos da esfera de governo Estadual e/ou Federal, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;
- VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócio-assistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal;
- VII - aprovar o plano de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS);
- VIII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações sócio-assistenciais de âmbito municipal e propor ao Conselho Nacional de Assistência Social o cancelamento de registro das mesmas que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no art. 4º da LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;
- IX - acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede sócio assistencial, para a proteção social básica e a proteção social especial;
- X - aprovar o Relatório Anual de Gestão;
- XI - elaborar e publicar seu Regimento Interno, o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;
- XII - aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros da Política Nacional de Assistência Social e explicitar os indicadores de acompanhamento;
- XIV - aprovar a Declaração do gestor municipal comprovando a estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento do benefício de prestação continuada/BPC e benefícios eventuais;
- XV - emitir declaração comprovando o funcionamento da sistemática de monitoramento e avaliação de proteção social básica e proteção social especial;
- XVI - emitir declaração comprovando a existência de estrutura e de técnico de nível superior responsável pela Secretaria Executiva, do Conselho Municipal de Assistência Social;
- XVII - analisar e emitir parecer conclusivo acerca da regularidade de aplicação dos recursos no âmbito da Assistência Social;
- XVIII - aprovar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético físico-financeiro anual do governo federal no sistema SUAS/WEB, Senso

SUAS e outras ferramentas que virão;

- XIX - aprovar o Plano de Serviços e o Demonstrativo Anual Físico Financeiro da Execução da Receita e da Despesa do governo estadual (quando houver);
- XX - convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, num processo articulado com a Conferência Estadual e Nacional, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento da mesma e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;
- XXI - encaminhar as deliberações da conferência e do Plano Municipal de Assistência Social aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;
- XXII - aprovar os instrumentos de Informação e Monitoramento instituídos pelo governo municipal, estadual e federal;
- XXIII - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios e serviços;
- XXIV - divulgar e promover a defesa dos direitos sócio-assistenciais;
- XXV - acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e do Funcionamento

SEÇÃO I

Da Composição

Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) será composto por:

- I - Do Governo Municipal;
- II - Da Sociedade Civil:

§ 1º Cada titular do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, devendo ser observada a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.

§ 2º Os representantes terão suas representatividades fixadas em Regimento Interno.

§ 3º Os representantes da Sociedade Civil, em caso de necessidade, serão eleitos em fórum próprio e/ou fórum único, sob a fiscalização do Ministério Público.

Art. 4º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

- I - do representante legal das entidades, quando da sociedade civil;
- II - do Prefeito ou dos titulares das Pastas respectivas dos órgãos do governo municipal.

Art. 5º A atividade dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) reger-se-á pelas disposições seguintes:

- I - o exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;
- II - os membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, ou órgão que representam, apresentada ao próprio Conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Prefeito Municipal;
- III - cada membro titular do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) terá direito a um único voto na sessão plenária;
- IV - as decisões do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) serão consubstanciadas em Resoluções;
- V - o Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros titulares, para o mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução, por igual período;

VI - o Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) buscará aplicar o princípio da alternância de comando, possibilitando que a presidência do Conselho se reveze entre o poder público e a sociedade civil: cada representação cumprirá a metade do tempo previsto para o período total de mandato do conselho.

SEÇÃO II

Do Funcionamento

Art. 6º O Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I - plenário como órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês, conforme calendário anual previamente acordado, e, extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Assistência Social ou outro órgão responsável na inexistência desta, prestará apoio técnico e administrativo, necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social ou congêneres de Tunápolis - SC. - (CMAS), garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas de passagens, traslado, alimentação e hospedagem dos conselheiros, tanto do governo como da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Art. 8º O Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) deverá ter uma Secretaria Executiva com assessoria técnica.

§ 1º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS), para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico-administrativo. § 2º A Secretaria Executiva subsidiará o plenário com assessoria técnica e poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio logístico ao Conselho.

Art. 9º Para melhor desempenho de suas funções o Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS), poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS), as instituições formadoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de Assistência Social sem embargo de sua condição de membro;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) em assuntos específicos.

Art. 10 É fundamental aos conselheiros:

I - assiduidade;

II - participação ativa das atividades do Conselho;

III - colaboração no aprofundamento das discussões para auxiliar nas decisões do Colegiado;

IV - divulgar as discussões e decisões do Conselho nas instituições que representam e em outros espaços;

V - contribuição com experiências de seus respectivo segmentos, vistas ao fortalecimento da Assistência Social;

VI - manter-se atualizado em assuntos referentes à área de Assistência Social, indicadores socioeconômicos do País, políticas públicas, orçamento, financiamento, demandas da sociedade, considerando as especificidades de cada região;

VII - colaborar com o Conselho no exercício do controle social;

VIII - atuar, articuladamente, com o seu suplente e em sintonia com a sua entidade;

IX - desenvolver habilidades de negociação e prática de gestão

intergovernamental;

X - estudar e conhecer a legislação da Política de Assistência Social;

XI - aprofundar o conhecimento e o acesso a informações referentes à conjuntura nacional e internacional relativa à política social;

XII - manter-se atualizados a respeito do custo real dos serviços e programas de assistência social e dos indicadores socioeconômicos da população, que demandam esses serviços, para então argumentar, adequadamente, as questões de orçamento e cofinanciamento;

XIII - busquem aprimorar o conhecimento in loco da rede pública e privada prestadora de serviços sócio-assistenciais;

XIV - manter-se atualizados sobre o fenômeno da exclusão social, sua origem estrutural e nacional para poderem contribuir com a construção da cidadania e no combate à pobreza e à desigualdade social;

XV - acompanhar, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social, para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários das ações de assistência social.

Art. 11 Todas as sessões do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS) serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo único. As Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. - (CMAS), bem como os temas tratados em reuniões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

SEÇÃO III

Impedimentos

Art. 12 Ficam impedidos os cargos eletivos a fazer parte do Conselho Municipal de Assistência Social de Tunápolis - SC. (CMAS)

Art. 13 Revoga-se a Lei Municipal nº 1072/2012 de 15 de fevereiro de 2012.

Art. 14 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 18 de Setembro de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer
Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.

Turvo

PREFEITURA

Portaria 309/2014

PORTARIA Nº 309/14, de 15 de Setembro de 2014.
EXONERA A PEDIDO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido o Servidor ADAIR CONSTANTE, CPF nº 636.982.429-15 matrícula nº 3198, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Transporte e Obras, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 310/2014

PORTARIA Nº 310/14, de 15 de Setembro de 2014.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 15.09.2014 a 14.10.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO
2869	Jair Toreti	01.03.2013 a 28.02.2014

Art. 2º - Conceder férias de 30 (trinta) dias a servidora abaixo especificada, no período de 17.09.2014 a 16.10.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO
2925	Adriana Severino de Melo	17.04.2013 a 16.04.2014

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 311/2014

PORTARIA Nº 311/14, de 15 de Setembro de 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora SONIR MAFFIO-LETTI BORDIGNON, CPF nº. 018.373.969-81, matrícula nº. 0727, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Professor III, no período de 16.09.2014 a 14.12.2014, referente ao período aquisitivo de 30.04.2004 a 29.04.2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 312/2014

PORTARIA Nº 312/14, de 15 de Setembro de 2014.
ADMITE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando, que não existem mais aprovados em suas localidades através do Processo Seletivo nº 001/2013 - ESFs,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir as servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	LOCALIDADE
Michele Laurindo Biz	078.010.369-64	Cidade Alta/Linha Seminário
Sueli Barbosa Correa	082.281.389-03	Cidade Alta

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 17 de Setembro de 2014 e encerrará em 03 de Julho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 313/2014

PORTARIA Nº 313/14, de 15 de Setembro de 2014.
REDUZ A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA NOMEADA TEMPORARIAMENTE, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Reduzir a carga horária da Servidora abaixo relacionada, no Cargo de Professor III, de 20 (vinte) horas semanais para 10 (dez) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR (A)	CPF
3138	Mariazinha Magagnin	018.657.319-78

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de setembro de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 314/2014

PORTARIA Nº 314/14, de 15 de Setembro de 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora LUCILENA ZAVARIZ, CPF nº. 004.283.279-90, matrícula nº. 1310, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Professor, no período de 17.09.2014 a 15.12.2014, referente ao período aquisitivo de 21.02.2005 a 20.02.2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 315/2014

PORTARIA Nº 315/14, de 15 de Setembro de 2014.
ADMITE MONITOR DE ESPORTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 2.141/12, de 27 de novembro de 2012,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Monitor de Esportes, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF
Iolanda Rodrigues da Silva	104.938.009-64

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 15 de Setembro de 2014 e encerrará em 05 de Dezembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Vargeão

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 41/2014

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 41/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 01 de Outubro de 2014 às 10h, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço unitário, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Perfuração e Detonação de estimados 1.100 metros lineares de rochas na área urbana do município de Vargeão, SC, conforme a necessidade, incluindo fornecimento de explosivos e outros materiais e acessórios necessários para a execução dos mesmos. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 17 de outubro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Tomada de Preços 14/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO EM ALVENARIA DE SALAS, REFORMA DO REFEITÓRIO E PINTURA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DIONÍSIO ROBASKEVICZ. INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. As propostas de preço e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 10 de outubro de 2014. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 h ou pelo telefone (49) 3566-9026.

Videira SC, 15 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo N. 0146/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0146/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE FÁTIMA ZANOL

CPF: 040.919.299-66

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de novembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0414/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0414/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DORCELINO ADELAR DE OLIVEIRA

CPF: 304.859.919-34

VIGÊNCIA: de 20 de março de 2014 até 19 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0417/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0417/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALINE FRANCO CRUZ

CPF: 041.325.089-00

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0426/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0426/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: RICARDO BALESTRIN

CPF: 077.778.599-43

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0430/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0430/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANIR KOKOVIC PIROLI
CPF: 006.071.549-09
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0431/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0431/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANIR CAMARGO SOUZA
CPF: 690.720.359-68
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0433/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0433/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA APARECIDA COSTA
CPF: 004.314.749-66
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0437/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0437/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: VILMAR ANTONIO DA SILVA
CPF: 008.304.179-66
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0439/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0439/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: FABIO LUIZ PERAZZOLI
CPF: 008.763.879-70
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0440/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0440/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: IZAIAS GONÇALVES
CPF: 006.749.499-43
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0459/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0459/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VIVIANE MORAIS NUNES
CPF: 893.433.879-20
OBJETO: Alteração do valor da remuneração e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição a servidora CLAUDETE GIRIOLI em licença de tratamento de saúde,

conforme perícia médica" para "R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e em substituição à servidora CLAUDETE GIRIOLI em gozo de férias interrompidas, conforme portaria n. 0278/14".
VIGÊNCIA: de 14 de maio de 2014 até 03 de setembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0467/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0467/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: LEODOMIR LUIZ MICHELON
CPF: 521.973.369-91
VIGÊNCIA: de 21 de maio de 2014 até 31 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0504/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0504/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ANTONIO DA CRUZ
CPF: 665.342.409-04
VIGÊNCIA: de 10 de abril de 2013 até 09 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0508/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0508/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VANESSA ALVES DOS SANTOS GIRIOLI
CPF: 050.827.479-67
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0510/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0510/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: CLODOALDO BORGIA
CPF: 651.866.219-00
VIGÊNCIA: de 15 de abril de 2013 até 14 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0516/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0516/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: JOSÉ ELVIS DE MORAES
CPF: 079.374.529-27
VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0517/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0517/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELE BORGES DE OLIVEIRA
CPF: 071.921.229-47
VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0532/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0532/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GUILHERME GUZZI

CPF: 046.538.019-08

OBJETO: Alteração da secretaria, do departamento, do local de trabalho e valor da remuneração, de "na Secretaria Municipal de Administração, no Departamento de Serviços Administrativos, exercendo suas atividades no Departamento de Licitações e percebendo para tanto a remuneração de R\$ 1.141,68 (um mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos)" para "na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no Departamento de Agricultura, exercendo suas atividades no Setor de Blocos de Produtor Rural e percebendo para tanto a remuneração de R\$ 1.205,26 (um mil, duzentos e cinco reais e vinte e seis centavos)".

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2013 até 30 de abril de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Extrato do Termo Aditivo N. 0532/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0532/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JEFERSON DA SILVA

CPF: 042.725.309-84

VIGÊNCIA: de 14 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0533/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0513/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: FABIANO DIONISIO FANTIN

CPF: 007.149.389-12

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2013 até 30 de abril de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0536/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0536/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JEFERSON PADILHA

CPF: 091.342.829-98

VIGÊNCIA: de 14 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0549/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0549/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: FLÁVIO MAURINA

CPF: 013.663.490-75

VIGÊNCIA: de 04 de agosto de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Portaria Nº 1281/14

PORTARIA Nº 1281/14

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00070/14-0, nos assentos funcionais da servidora SALETE GONÇALVES, detentora da matrícula funcional nº 10.157, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, e

dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16.038/2014,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora ROSELI DOS SANTOS MEIRELES, detentora da matrícula nº 10.157 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00070/14-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1280/14

PORTARIA Nº 1.280/14

Autoriza o Uso do Largo da Estação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 16.072/14;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação, bem como o uso de 02 (duas) mesas e 10 (dez) cadeiras, de posse da Secretaria de Turismo e Cultura, pelo Conselho Municipal de Proteção dos Animais de Videira - COMUPAVI, no dia 18 de outubro de 2014, das 08h00min às 19h00min, a fim de realizar evento de arrecadação de rações e objetos/utensílios para animais em comemoração a Semana Municipal de Proteção aos Animais.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas, dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens

utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos bens públicos quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1278/14

PORTARIA nº 1278/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 16.105/14;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de setembro de 2014 até 30 de setembro de 2014, o gozo de férias da servidora MARIA CRISTINA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Datilógrafo, referente ao período aquisitivo de 25 de março de 2013 até 24 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2014.

Videira, 17 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1283/14

PORTARIA nº 1283/14

Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Móveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º Designar MARILDA GERALDINA BELLOZUPKO, CELSO BRANCHER, ALTIVIR DENARDI E ADRIANO ZUFFO, para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis pertencentes ao patrimônio municipal, para realizarem no prazo de 15 (quinze) dias avaliação e atualização dos valores dos bens móveis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1279/14

PORTARIA nº 1279/14

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15.471/2014,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pela Escola de Educação Básica Josefina Caldeira de Andrade, no dia 21 de novembro de 2014, das 17h00min às 22h00min, a fim de realizar a Noite Cultural.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1282/14

PORTARIA Nº 1282/14

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00058/13-2, nos assentos funcionais da servidora NOELETE MARIA PARMAGNANI, detentora da matrícula funcional nº 2291, e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16.038/2014,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora NOELETE MARIA PARMAGNANI, detentora da matrícula nº 2291 e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00058/13-2, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Eletrônico Nº 01/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 01/2014-PMV. 1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MULTIFUNCIONAIS E CARTUCHOS DE TONER PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. Recebimento das propostas: do dia 18/09/2014 a partir das 08:00 h. ao dia 15/10/2014 às 13:59 h. Abertura das propostas: dia 15/10/2014, às 14:00 h. Início da sessão de disputa de lances: dia 15/10/2014,

às 14:00 h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e/ou www.cidadecompras.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de Setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.266/14

DECRETO Nº 11.266/14, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Prorroga por 90 (noventa) dias o Decreto nº 11.159/14, de 26 de junho de 2014, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Enxurradas - 1.2.2.0.0, conforme IN/MI 01/2012.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 72, Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar Municipal nº 149/14, de 12 de junho de 2014; e pelo Inciso VI do artigo 8º da lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

I - a ocorrência de enxurradas bruscas, caracterizada por chuva intensa e concentrada, entre os dias 23 a 26 de junho de 2014, atingindo todo Município, conforme mapa das áreas afetadas, anexo ao Decreto nº 11.159/14;

II - Que em decorrência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, econômicos e sociais expressivos e até a presente data não foi possível recuperá-los;

III - Que o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Videira é favorável à declaração de prorrogação de Situação de Emergência;

IV - que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população, frente ao Desastre;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, na forma do parágrafo único do Art. 7º do Decreto nº 11.159/14, que declarou a existência de situação anormal, caracterizada como Estado de Emergência nas áreas do município afetadas por enxurradas bruscas, caracterizada por chuva intensa e concentrada, entre os dias 23 a 26 de junho de 2014.

Parágrafo único - A presente prorrogação dá-se pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º Os demais termos do Decreto nº 11.159/14, de 26 de junho de 2014, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 24 de setembro do corrente ano, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Videira, 17 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Anexo V - Controle de Gastos com Educação 08 2014

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS AGOSTO/2014

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	3.223.337,86
1.2 - ITBI	1.445.150,83
1.3 - ISS	5.268.424,39
1.5 - IRRF	1.079.451,89
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	387.815,99
1.7 - Multas e Juros de Impostos	235.827,53
1.8 SOMA	11.640.008,49
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	
	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	12.857.618,77
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	87.399,41
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	22.560.533,40
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	351.107,86
1.14 - Cota-Parte do ITR - 20%	15.252,65
1.15 - Cota-Parte do IPVA - 20%	4.242.965,25
1.16 - Cota-Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	40.114.877,34
1.18 TOTAL	51.754.885,83

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	12.938.721,46
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	12.968.769,34
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	148.674,81
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	660.027,52
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.296.979,18
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	199.283,08
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	1.983.875,18
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	936.129,99
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	146.171,39

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	12.938.721,46	14.311.805,22	1.373.083,76
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		7.475.306,29	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		6.836.498,93	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	13.117.444,15	12.552.684,56	-564.759,59
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	7.870.466,49	8.786.880,57	916.414,08
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	5.246.977,66	3.765.803,99	-1.481.173,67
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	3.480.137,44	232.029,85	-3.248.107,59
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	1.082.301,38	705.955,38	-376.346,00

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	17,81%	-7,19%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	66,99%	6,99%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	28,71%	-11,69%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	12.968.769,34	8.022.727,72	4.946.041,62

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 08 de setembro de 2014.

Maria Angélica Vanz
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Wilmir Carelli
Prefeito Municipal

Anexo IV Gastos com Saúde - Agosto 2014

DECRETO 11.120/14

ANEXO IV

CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE AGOSTO DE 2014

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS		ARRECADAÇÃO		
		ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO				
1.1 - IPTU				3.223.337,86
1.2 - ITBI				1.445.150,83
1.3 - ISS				5.268.424,39
1.4 - IRRF				1.079.451,89
1.5 - FPM				12.857.618,77
1.6 - ITR				15.252,65
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO				87.399,41
1.8 - ICMS				22.560.533,40
1.9 - IPVA				4.242.965,25
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO				351.107,86
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS				387.815,99
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS				235.827,53
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS				51.754.885,83
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		ACUMULADO		
		ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)				7.763.232,87
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				3.462.135,42
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				2.233.842,96
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				373.321,19
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				331.337,00
TOTAL				14.163.869,44
3. APLICAÇÃO	RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos	7.763.232,87	8.111.228,59	15,67	347.995,72
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado	5.695.978,38	3.195.549,49	56,10	-2.500.428,89
3.2 - Convênios vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde	704.658,19	280.436,74	39,80	-424.221,45
TOTAL	14.163.869,44	11.587.214,82		-2.576.654,62

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 15 de Setembro de 2.014.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Vitor Meireles**PREFEITURA****Aviso de Licitação 036/2014**

Processo de Licitação 036/2014

Modalidade: Pregão 011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Pregão, na forma presencial, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES, DATACENTER E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 30 de Setembro de 2014 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 18 de Setembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xavantina**PREFEITURA****PP 56/2014 PMXV**

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014 - PMXV

Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para consertar motor e bomba injetora de Trator de Pneus New Holland TL 75E, conforme relação de Lote, peças e serviços constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 30/09/2014.

Abertura: dia 30/09/2014, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 18 de setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

Associações

AMAI

1º Termo Aditivo do Contrato 002/2014

1º TERMO ADITIVO
CONTRATO 002/2014

A Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000, representada pelo seu Presidente, Senhor AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 503.488.689-87, portador da Cédula de Identidade nº 1.278.672, SSP/SC, residente e domiciliado na Linha Pasqual, S/N, zona rural, na cidade de Vargeão/SC, CEP 89690-000, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado: CERNE AMBIENTAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n. 05.658.924/0001-01, estabelecida a Avenida Nereu Ramos, 75 sala 1305 A, município de Chapecó/SC, CEP 89801-023, representada pelo Senhor ROBSON FUMAGALLI, brasileiro, separado judicialmente, natural de Julio de Castilhos/RS, inscrito no CPF 931.123.600-44, portador da cédula de identidade nº 206.145.956-2, SSP/RS, doravante denominada de CONTRATADO, de comum acordo, resolvem ADITIVAR o Contrato Originário - nº 002/2014, mediante a seguinte cláusula.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO CONTRATUAL
Nos termos da Cláusula Sétima do contrato original e, considerando a complexidade dos trabalhos apresentados e a serem executados pelo CONTRATADO, sopesando ainda o seu exíguo espaço de tempo para entrega do objeto proposto, as partes de comum acordo, celebram o presente termo aditivo de vigência contratual, aprazando o seu término para a data do dia 31/12/2014.

As demais Cláusulas permanecem inalteradas e em plena vigência. E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Xanxerê, SC, em 03 de setembro de 2014.

CONTRATANTE - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ALTO IRANI - AMAI

CONTRATADO - CERNE AMBIENTAL LTDA ME

Testemunhas:

- 1)
- 2)

AMMVI

Resolução 19/14

RESOLUÇÃO nº 19/14

Autoriza a contratação de candidata aprovada em Processo Seletivo, por prazo determinado.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal e no artigo 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, e, no que couber, o Regulamento de Pessoal da AMMVI - Resolução nº 06/08; e Considerando-se o disposto no art. 4º da Resolução nº 19/13 e a observância da classificação da candidata no Processo Seletivo de que trata o Edital nº 03/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a contratação temporária por prazo determinado da candidata abaixo identificada: Para o exercício das funções do emprego de Auxiliar de Contabilidade, de que trata o Edital nº 03/2013, com início em 16 de setembro de 2014:

Nome	CPF	RG	Salário Mensal
Nair Teodoro Machado de Mello	025.518.749-12	5.767.291	R\$ 1.642,59

Parágrafo Único - Além do salário mensal, a contratada receberá ainda auxílio-alimentação de acordo com a carga horária, na forma da Resolução nº 08/02 e art. 11 do Regulamento do Quadro de Pessoal - Resolução nº 06/08.

Art. 2º - O período de contratação será de 09 (nove) meses.

Parágrafo Único - O Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e poderá passar a vigorar por prazo indeterminado após o decurso do prazo de contratação temporária, acaso a Assembleia Geral Ordinária da AMMVI delibere favoravelmente a declaração de necessidade de preenchimento de vaga de pessoal permanente no emprego de que trata esta Resolução.

Art. 3º - A contratada ficará submetida ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91, observada as regras do art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal.

Art. 4º - A contratada estará submetida à carga horária semanal de quarenta (40) horas, cumpridas das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 17:00hs, em dias úteis.

Parágrafo Único - A contratada terá horário fixado no respectivo Contrato de Trabalho para jornada de oito horas, podendo ser convocada para labor extraordinário, inclusive em horário noturno, mediante pagamento de hora extra ou compensação de horários.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 09 de Setembro de 2014; 45º Ano de Fundação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente da AMMVI

Contrato de Prestação de Serviços Nº DI 06/2014
PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS ATOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍ-
PIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AMMVI:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº DL 06/2014
CONTRATADO: FEY PROBST e BRUSTOLIN ADVOCACIA, inscrita
no CNPJ 12.244.848/0001-45.

OBJETO: Prestação de serviços para apresentação de parecer jurí-
dico acerca de estudo para orientação da AMMVI e dos municípios
associados no planejamento, desenvolvimento e operacionaliza-
ção do projeto de tratamento de resíduos sólidos urbanos, por
meio de Usina de Biometização, para aproveitamento do potencial
energético dos resíduos.

VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) após a entrega e apresen-
tação do estudo revisado e emissão de nota fiscal pessoal jurídica.
DATA DE ASSINATURA: 08/04/2014.

BASE LEGAL: Lei no 8.666, de 21/06/93.

AMREC

Fax Nº 003/2014 - 16/09/2014

FAX nº 003/2014 - 16/09/2014

Senhores: Prefeitos Municipais;

Vimos pelo presente, convocá-los a participarem de uma Assem-
bleia Geral Ordinária, no dia 25/09/2014 (quinta feira), às 16 ho-
ras, no Plenarinho da AMREC, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1. Situação do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera - CIASAMREC.
2. Proposta do CIASAMREC para 2015.
3. Adesão do CIASAMREC ao SISBI-POA.
4. Assuntos gerais.

A presença de Vossas Excelências é indispensável para o sucesso da nossa reunião. Não deixem de participar.

Atenciosamente,

Ademir Magagnin
Presidente

Felipe Bez Fontana Cambruzzi
Diretor Executivo e Técnico

Consórcios

AGIR

Decreto Nº 011/2014 - AGIR

DECRETO Nº 011/2014

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, Artigo 30 Inciso XI e Artigo 81 e parágrafos seguintes, e demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando a realização de todos os trâmites legais e inerentes à realização do Concurso Público nº 001/2014 - AGIR, o qual se pautou e transcorreu dentro da estrita legalidade, e de acordo com o que preconiza o seu Estatuto e Regimento Interno; culminando ao final com sua Homologação e cuja publicação foi veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, de 12 de agosto de 2014, Edição nº 1547 pags. 553 à 555;

Considerando o Parecer exarado pelo Consultor Jurídico da Fecam, em resposta à Consulta nº 5214 da AGIR, no sentido de que: "Desta forma, verifica-se que a conduta vedada (art. 73, inciso V da Lei n. 9.504/97), não se aplica aos municípios na eleição de 2014, em consequência, aos consórcios públicos intermunicipais"; Considerando o que dispõe o Prejulgado 0567 do TCE-SC, que já decidiu assim: "A legislação eleitoral não veda a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos pelo Município no período eleitoral, que compreende os três meses antes das eleições até a posse dos eleitos. As nomeações, contratações ou admissões dos servidores são proibidas no período eleitoral, exceto, no âmbito municipal, nos seguintes casos expressamente permitidos nas alíneas "a", "c" e "d" do inciso V do artigo 73 da Lei Federal nº 9.504/97: - a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções; - a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo; - a nomeação ou contratação necessária à instalação ou funcionamento inadiável de serviços essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo"; Considerando enfim que esta Agência de Regulação, possui âmbito intermunicipal, não se enquadrando, portanto, na abrangência dos cargos postulados no Pleito Eleitoral de 2014 (estadual e federal), não lhe aplicam as proibições e vedações ínsitas no artigo 73 da Lei nº 9.504/97;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária, referência e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	COLOCAÇÃO	REF.	C/H	LOTAÇÃO
RODRIGO PAULO GARCIA	Economista	1º	53 a 62	40	Diretoria Administrativa
VITOR ZANELLA JÚNIOR	Ouvidor	1º	53 à 62		Diretoria Geral

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 11 de setembro de 2014.
MATIAS KOHLER
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

ARIS

Processo Licitatorio Nº 034/2014 Dispensa Nº 016/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2014
DISPENSAS Nº 16/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos, na seguinte proporção:

Itens	Quantt.	Especificação	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
03	UNID.	TABLET GALAXY TAB4 T330N WIFI SANSUNG PRETO	877,00	2.631,00
01	UNID.	TELÃO DE PROJEÇÃO RETRÁTIL C/ TRIP '200X200	620,00	620,00
01	UNID.	PROJETOR MANUAL EDP-SN POWER LITE X24 3500 LUMENS HDMI	1.800,00	1.800,00
04	UNID.	GRAVADOR SONY ICD-PX312F	170,00	680,00
04	UNID.	GPS GARMIN ETREX 10	420,00	1.680,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.
CONTRATADA: ELIZABETE SILVEIRA ME.

CNPJ: 73.367.112/0001-59.

VALOR: R\$ 7.411,00 (sete mil, quatrocentos e onze reais).

Florianópolis, 15 de agosto de 2014.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

Processo Licitatorio Nº 035/2014 Dispensa Nº 017/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35/2014
DISPENSAS Nº 17/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos, na seguinte proporção:

Itens	Quantt.	Especificação	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	UNID.	Microcomputador IWP8007	4.650,00	4.650,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.
CONTRATADA: ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 85.240.869/0001-66.

VALOR: R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).
Florianópolis, 15 de agosto de 2014.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

Processo Licitatório Nº 036/2014 Dispensa Nº 018/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2014
DISPENSAS Nº 18/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos, na seguinte proporção:

Itens	Quantt.	Especificação	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
04	UNID.	Lanterna Tática HY-E11 CREE LED XML T 6 LUMENS 20000W	175,00	700,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.
CONTRATADA: DANDHI EMPREENDIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 67.838.565/0001-13

VALOR: R\$ 700,00 (setecentos reais).

Florianópolis, 15 de agosto de 2014.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

Processo Licitatório Nº 037/2014 Inexigibilidade Nº 018/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 37/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 18/2014
OBJETO: Contratação da AGÊNCIA TORRES PASSAGENS E TURISMO LTDA, referente ao "CONGRESSO ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DA ÁGUA - IWA".

CONTRATADO: Agência Torres Passagens e Turismo Ltda.

CNPJ: 46.987.376/0001-32

VALOR: R\$ 1.839,54 (Hum mil, oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 22 de agosto de 2014.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

Processo Licitatório Nº 038/2014 Dispensa Nº 019/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2014
DISPENSAS Nº 19/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos, na seguinte proporção:

Itens	Quant.	Especificação	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
04	UNID.	Medidor de distância laser GLM 50	441,58	1766,32

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.
CONTRATADA: OCL COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 83.892.182/0001-80

VALOR: R\$ 1.766,32 (Hum mil, setecentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos).

Florianópolis, 22 de agosto de 2014.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

Processo Licitatório Nº 039/2014 Dispensa Nº 02/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39/2014
DISPENSA Nº 20/2014

OBJETO: Contratação para confecção de um novo site (página eletrônica), manutenção e suporte técnico para o ano de 2014, com inclusão do portal da transparência e migração de todas as informações existentes na página atual.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.
CONTRATADA: A3 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DIGITAL DE WEBSITES LTDA/ME

CNPJ: 10.864.862/0001-16

VALOR: R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais).

Florianópolis, 01 de setembro de 2014.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

Processo Licitatório Nº 041/2014 Dispensa Nº 022/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2014
DISPENSA Nº 22/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos eletrônico para atendedor/interceptor de chamadas telefônicas 0800.
CONTRATADA: CHEQUETRON TECNOLOGIA LTDA/ME

CNPJ: 00.853.676/0001-28

VALOR: R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Florianópolis, 01 de setembro de 2014.
Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

Processo Licitatório Nº 043/2014 Inexigibilidade Nº 019/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 43/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 19/2014

OBJETO:
CONTRATADO: SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
CNPJ nº 03.774.688/0002-36.
VALOR: R\$ 579,50 (quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 09 de setembro de 2014.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

Processo Licitatório Nº 044/2014 Inexigibilidade Nº 020/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 44/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 20/2014

OBJETO: Revisão programada de 70.000 (setenta mil) quilômetros do veículo de propriedade da ARIS, Ford/Focus FC, ano 2012, Placas: MKF-0152.
CONTRATADO: GLOBOVEL COM. DE VEIC. E PEÇAS LTDA.

CNPJ nº 01.639.573/0005-56.

VALOR: R\$ 1.080,00 (Hum mil e oitenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 c/c art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 11 de setembro de 2014.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

Processo Licitatório Nº 045/2014 Inexigibilidade Nº 021/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 45/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 21/2014

OBJETO:
CONTRATADO: ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - SEÇÃO SANTA CATARINA.
CNPJ nº 33.945.015/0001-81.
VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 12 de setembro de 2014.
Adir Faccio
Diretor geral da ARIS

Processo Licitatório Nº 040/2014 Dispensa Nº 021/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2014
DISPENSA Nº 21/2014

OBJETO: Aquisição de serviço telefônico 0800-FÁCIL OI, Plano Nacional, cuja assinatura mensal será de R\$ 49,03 (quarenta e nove reais e três centavos) e valor unitário por minuto de ligação recebida de fixo/fixo de R\$ 0,17 (dezessete centavos).
CONTRATADA: OI S.A.

CNPJ: 76.535.764/0001-43

Florianópolis, 02 de setembro de 2014.
Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

CONSÓRCIO CATARINA**Ata Assembléia Geral Extraordinária 08/09/2014**

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e catorze (08/09/2014), reuniram-se nas dependências do auditório da AMUREL, localizada à Rua Rio Branco, nº 67, Bairro Vila Moema, Município de Tubarão/SC, às dez horas (10:00 h), em única convocação os representantes dos municípios consorciados de Armação do Mar, Sr. Jaime Wensing; Capivari de Baixo, Sr. Moacir Rabelo da Silva; Gravatal, Sr. Jorge Leonardo Nesi; Grão Pará, Sr. Amilton Ascari; Imaruí, Sr. Manoel Viana de Souza; Santa Rosa de Lima, Sra. Dilcei Heidemann e Tubarão, Sr. João Olávio Falchetti. Encontravam-se também presentes os

Senhores Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL; Michel Szymanski, Superintendente da Agência Reguladora de Tubarão (AGR); Edson José Corrêa, Coordenador Técnico-operacional do Consórcio Catarina; Ricardo Alves de Souza, Secretário de Gestão do município de Tubarão; Hélio Alberton Júnior, Secretário de Planejamento do município de Grão Pará; Bertilo Heidemann, Secretário de Obras do município de Santa Rosa de Lima; Everson Guimarães, Coordenador Administrativo da AMUREL; Ramon Corrêa Mendes, contador da AMUREL e Ariosvaldo Mendes Rufino, Assessor Jurídico da AMUREL. Constatado o quórum mínimo exigido pelo Estatuto Social do Consórcio, o Sr. Presidente fez a abertura dos trabalhos, cumprimentando aos presentes. Em seguida solicitou ao Coordenador Técnico-operacional do Consórcio para que procedesse a leitura do Edital de Convocação, que se transcreve: "O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que dispõem os Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro do Artigo 21 e Parágrafo Único do Artigo 23 do Estatuto Social, CONVOCA os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 8 de setembro de 2014, às dez horas (10 horas), com a presença mínima de 1/2 (metade) mais um dos representantes dos entes consorciados (Chefes de Poder Executivo), em primeira convocação, ou 1/3 (um terço) dos consorciados em segunda convocação, tendo como local a Sala dos Prefeitos da sede da AMUREL, localizada à Rua Rio Branco, 67, Bairro Vila Moema, Município de Tubarão/SC. FUNDAMENTAÇÃO: O Presidente entende que para que o Consórcio possa desenvolver efetivamente suas atividades, há que se propiciarem as condições mínimas necessárias. Entende também que essas condições somente poderão ser geradas mediante a disponibilização dos indispensáveis recursos financeiros para o custeio das suas despesas correntes. Nesse sentido, o Presidente vê com muita preocupação a sustentabilidade do Consórcio, uma vez existir uma substancial defasagem entre os recursos financeiros até agora aportados e as suas reais necessidades." Concluída a leitura do Edital, o Presidente indagou ao Coordenador Técnico-operacional se gostaria de fazer alguma observação. O Coordenador fez então uma breve retrospectiva do Consórcio. Falou sobre o que foi feito e o que foi deixado de fazer e o porquê de não ter sido feito; disse que para entregar resultados é preciso haver demandas de serviços; que essa demandas precisam ser identificadas, e que uma vez identificadas poderão ser atendidas dispondo-se de condições trabalho adequadas; falou das dificuldades para desenvolver seu trabalho dadas as limitações de deslocamento aos municípios, à obtenção de retorno das Prefeituras a pedidos de informações quanto ao encaminhamento de ações e pedidos de informações, citando como exemplo o questionário sobre a situação do saneamento básico

nos municípios, que apenas um município o preencheu e o devolveu ao Consórcio. Após as observações do Coordenador Técnico, o Presidente disse estar muito preocupado com a sobrevivência do Consórcio, que não é mais possível se continuar nessa situação, não dispondo de recursos financeiros que permita o desenvolvimento do seu trabalho; que por falta de recursos financeiros o Coordenador Técnico ainda não foi remunerado pelos serviços que vem prestando desde setembro de 2013; que apesar dos apelos já feitos, apenas quatro municípios efetuaram os aportes de recursos relativos ao ano de 2013; que essa situação o leva a pensar em desinteresse pelo Consórcio; que o Município de Tubarão ingressou no Consórcio atendendo solicitação e como forma de viabilizá-lo e que, à persistir essa situação, terá então que buscar outro caminho. A seguir, colocou então a palavra à disposição. O Prefeito de Grão Pará, Senhor Amilton Ascari, disse das dificuldades financeiras dos municípios, da importância do Consórcio e que é preciso decidir-se pela sua manutenção ou não. O Prefeito de Imaruí, Senhor Manoel Viana de Sousa, discorreu também sobre essas dificuldades; disse que os municípios menores em sua maioria não dispõem de condições de possuir uma estrutura técnica adequada própria, deficiência que a AMUREL procura suprir; observou que assim como a AMUREL, o Consórcio tem sua importância, mas que seu município ainda não se beneficiou do Consórcio; falou dos problemas de saneamento ainda sem solução. O Diretor Executivo da AMUREL, Celso Heidemann, manifestou preocupação quanto a situação de irregularidade do Coordenador Técnico, uma vez encontrar-se trabalhando nas dependências da AMUREL sem remuneração, e das possíveis implicações daí decorrentes. O Prefeito de Capivari de Baixo, Senhor Moacir Rabelo da Silva, manifestou igualmente preocupação quanto à situação do Coordenador Técnico-operacional; que é preciso buscar-se uma solução para essa situação e quanto aos repasses financeiros para o pagamento pelos serviços por ele prestado; falou das dificuldades financeiras dos municípios, lembrando inclusive que alguns deles não estão em dia com as contribuições financeiras para com a AMUREL, mas que é preciso se buscar uma solução, pois o Consórcio é muito importante para os municípios. O Prefeito de Gravatal, Jorge Leonardo Nesi, por sua vez, defendeu a idéia de que a AMUREL deveria absorver o trabalho final de formalização da parte documental do Consórcio Catarina, a fim de viabilizar e possibilitar aos municípios repassarem valores;

que desde o início da constituição do Consórcio vem defendendo essa idéia; que a AMUREL possui estrutura técnica capaz de absorver esses serviços e que isso é possível, citando como exemplo o Consórcio de Saúde, que ele implantou quando presidiu a AMUREL; que não se pode ficar esperando que as Prefeituras identifiquem suas necessidades e que isso tem que ser feito pelo Consórcio; que o consórcio não apresentou resultados até agora. O Coordenador Técnico-operacional discordou do Prefeito Nesi, que dá a entender que o Consórcio nada fez até agora, e ponderou não ser possível identificarem-se as necessidades dos municípios sem a participação das Prefeituras; citou como exemplo a elaboração dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos, onde uma equipe técnica de uma empresa contratada trabalha com dados obtidos das Prefeituras; ponderou ainda que se dispusesse de meio de locomoção teria ido buscar informações no local, junto às Prefeituras. O Prefeito Nesi disse que não foi isso que quis dizer, mas que se o Consórcio não dispõe de recursos para fazer seu trabalho por conta da impossibilidade de repasses de valores e por conta disso a AMUREL deveria assumir esse trabalho. O Presidente perguntou ao Prefeito Nesi como se daria essa prestação de serviço. O Prefeito Nesi respondeu que ela seria sem custos tanto para a AMUREL como para o Consórcio. O Senhor Michel Szymanski arguiu ao Prefeito Nesi se essa prestação de serviços ao Consórcio ainda sim implicaria na necessidade de um Coordenador Técnico. O Prefeito Nesi respondeu que a princípio não, mas que numa fase posterior sim. O Prefeito Nesi solicitou então ao Presidente para submeter à apreciação da Assembléia a seguinte proposta: que AMUREL execute os trabalhos de viabilização documental de

formação do Consórcio a fim de possibilitar que os municípios repassem recursos ao Consórcio. O Presidente solicitou manifestação a respeito da proposta apresentada e perguntou se alguém teria alguma outra, alternativa, a apresentar. Todos os representantes dos municípios, ao seu tempo, fizeram suas observações à proposta apresentada e defenderam a preservação do Consórcio. Não havendo apresentação de proposta alternativa, o Presidente colocou em votação a apresentada, que recebeu voto favorável de todos os representantes dos municípios consorciados, com abstenção de seu voto. Ficou encaminhado e aprovado por todos, que os meios de viabilizar essa proposta serão discutidos e finalizados pelo Presidente do Consórcio, Presidente Amurel e pelo Diretor Executivo da Amurel. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu Edson José Corrêa lavrei a presente ata.

João Olávio Falchetti
Presidente do Consórcio Catarina

